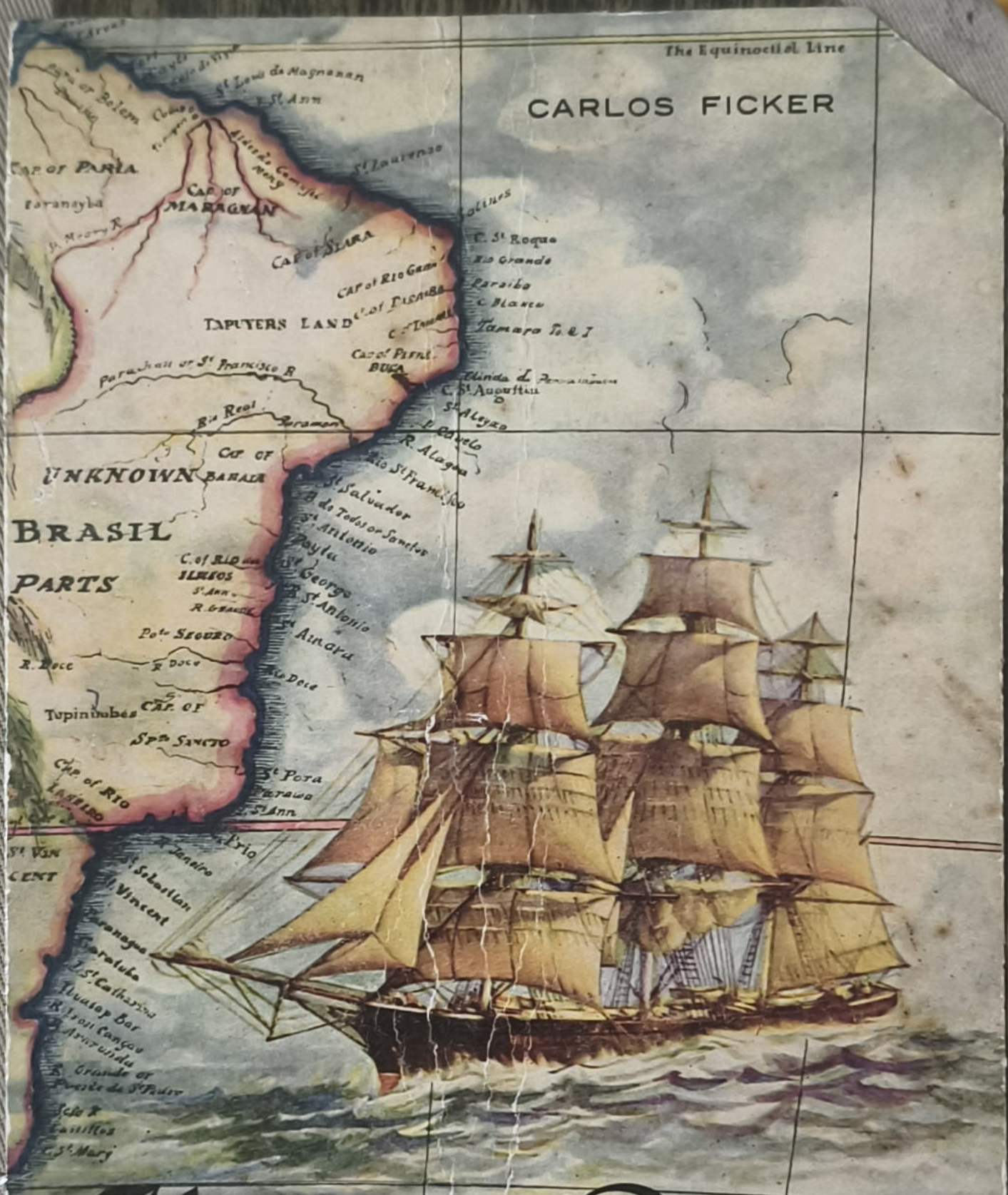


História de Joinville

Crônica da Colônia Dona Francisca

2ª EDIÇÃO

Composição
Impressão
Encadernação : IMPRESSORA IPIRANGA LTDA. - Joinville

Clicherias : ARTCROM - Joinville
ELNAIN K. G. - Wiesbaden, Alemanha

Capa : Desenho : CARLOS FICKER
Clr : V. KURSANCEW

Começou em 1843 a história da colonização desta área, vasta e fértil, coberta de florestas virgens...

CARLOS FICKER

BIBLIOTÉCA PÚBLICA MUNICIPAL
PIRABEIRABA

História de Joinville

SUBSÍDIOS PARA A CRÔNICA DA COLÔNIA DONA FRANCISCA

BIBLIOTÉCA PÚBLICA MUNICIPAL
PIRABEIRABA

2.ª EDIÇÃO

1965

À

MINHA ESPÔSA

dedicado com os maiores
e sinceros agradecimentos.

À

FUNDIÇÃO TUPY S.A.

e

seu Diretor-Presidente

Dr. H. Dieter Schmidt

Aos

Senhores

Helmut Fallgatter, MD Prefeito Municipal de Joinville
Dr. Paulo Berger, médico e historiador, Rio de Janeiro
Max Bochm, proprietário do "Kolonie-Zeitung"
† *Jaroslau Pesch, Domínio Dona Francisca - Joinville*
pela sua valiosa cooperação

— *homenagem e admiração*
do
Autor.

ÍNDICE

Introdução		9
Prefácio		13
I.	Pródromos da Colonização 1843 - 1846	15
II.	A Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo 1846-50	35
III.	Núcleo Colonial Dona Francisca 1850 - 1851	53
IV.	A Colônia Dona Francisca 1851	67
V.	Dona Francisca e Joinville 1852	115
VI.	Três Anos Agitados 1853 - 1855	137
VII.	Administração de Léonce Aubé 1855 - 1860	175
VIII.	Administração Niemeyer - Mathorel 1860 - 1865	213
IX.	Conturbados Tempos 1865 - 1875	247
X.	Administração de Frederico Bruestlein 1875 - 1889	293
XI.	Emancipação 1890 - 1900	333
XII.	Subsídios da Nova Era 1900 - 1913	362
Bibliografia		441
Adenda		443

François - Ferdinand - Phillipe, Prince de Joinville.
1818 - 1900

INTRODUÇÃO

O presente trabalho certamente dispensaria esta apresentação, não fôra o desejo dos Editores de que tivesse por paraninfo um estudioso das letras históricas de Santa Catarina, associando-o, assim, de certo modo, à sua magnífica iniciativa.

E dispensaria, porque as páginas que irão ser percorridas pelo leitor falarão, por si sós, muito mais do que qualquer apresentação que delas se pretenda fazer.

Entretanto, é preciso que se façam alguns comentários, que não devem ser ignorados do leitor.

Resultou esta obra da iniciativa da Fundição Tupy S. A., de Joinville, hoje uma das maiores potências econômicas do Estado de Santa Catarina, instituíndo um concurso para premiar o melhor trabalho sôbre a história da sua comunidade, garantindo, além do prêmio, a sua edição e a sua difusão.

Iniciativas como esta, de tão raras, quer por parte do poder público, muito menos por parte de entidades privadas que se dedicam a ramos de atividade inteiramente diversos, nunca serão suficientemente louvadas.

Muitos foram os estudiosos que se prontificaram a concorrer e iniciaram, mesmo, as suas pesquisas, mas cedo sentiram as dificuldades que a realização da obra apresentava, pois, em geral, os nossos arquivos não oferecem ao estudioso tudo o que dêles se necessita, muito menos os de uma colônia, cuja emprêsa organizadora sediava na Europa, cujas terras pertenciam como bens dotais a um Príncipe de outra nacionalidade, e aos seus sucessores, e cujos papéis, para reuni-los, estavam a exigir gastos ponderáveis e paciência infinita.

Com efeito, dos documentos públicos, em nosso país, só uma parte é recolhida aos arquivos, continuando a maior parte esparsa, esquecida pelas repartições, empoeirando-se e bichando-se nos porões, nos desvãos de escadas e nos sótãos esquecidos.

Muitas vêzes, quando se quer reformar o prédio ou mudar as instalações, não têm os chefes da repartição o que fazer do arquivo intitulado morto, isto é, a mais antiga papelada, que por vêzes é a mais valiosa - e então, longe de se possuir uma repartição a que obrigatòriamente fôsse recolhido, classificado e fichado, o que se encontra solucionar o problema é a queima ou a dispersão.

E quando tal não acontece, o temerário que se introduz nos porões, nos desvãos, e nos sótãos, à procura de um documento, encontra, quase sempre, tudo misturado, um montão de papéis amarelecidos, amarrados, cobertos de poeira e roído pelas traças, baratas e ratos.

E assim ficam perdidos os mais interessantes documentos de uma época, tornando-se irrecuperável o desfalque.

Isto aconteceu também aos que se propuseram acudir ao chamamento da Fundição Tupy S. A.. Havia, é certo, muita coisa que podia ser consultada. Livros já raros, depoimentos de viajantes, jornais e outras fontes - a maioria delas já consultada e revelada - além de depoimentos orais ainda passíveis de serem recolhidos, de alguns velhos descendentes dos pioneiros.

Mas, isto seria repetir o que já havia sido contado e dito, o que já circulava em livros e brochuras - e os estudiosos não se encorajaram de subscrever o que Autores mais antigos já haviam editado com outras palavras.

A empreitada, assim, não era fácil, se se quisesse escrever uma história real, exata, precisa, minuciosa, da ex-Colônia Dona Francisca.

Resultou que o Sr. Carlos Ficker, autor dêste trabalho, foi o único que resolveu permanecer no prélio e com os recursos que possui, enfrentou o problema. Viajou para a Europa, onde recolheu farto e precioso material, graças ao interêsse que lhe despertou a iniciativa da Fundição Tupy S. A. e à sua tenacidade em buscar, lá e acolá, o que lhe faltava. Conseguiu-o. E os espaços em claro pôde

completá-los com material obtido no Arquivo Nacional, nos jornais da época e assim realizar esta obra que, no momento, é a mais completa que já se fêz sôbre a evolução de Joinville.

Não é obra de sociólogo. É trabalho de cronista, de historiógrafo, que relata os fatos, tão minuciosamente quanto possível e os situa no tempo e no espaço. O sociólogo e o economista serão, em última fase, os que com o farto material aqui apresentado, irão explicar certos fenômenos e tirar determinadas conclusões, para que a História seja, de fato, a mestra da vida, pela experiência haurida dos fatos passados.

Outro comentário que nos sugere a leitura do trabalho do Sr. Carlos Ficker é a absoluta isenção com que trata do programa imigração, sem as tiradas demagógicas tão do sabor de certos cronistas apaixonados, que, por motivos étnicos, muitas vêzes subestimaram a ação do poder público e malsinaram a nossa organização burocrática.

Com efeito, o que se lê em muitos Autores é apenas a exaltação do colono, depreciando-se o elemento nacional, e principalmente aumentando ao máximo as inexperiências de uma administração pública.

Nestas páginas não se encontrará êste espírito faccioso. O Autor, sem diminuir o valor do imigrante, que tem a coragem de enfrentar o desconhecido para instalar uma nova existência, não subestima o extraordinário concurso dos que o ajudaram na epopéia, já govêrno, já empresários e muitos também o dos elementos nacionais envolventes, que abriram os braços para acolher os imigrantes, compreendendo-lhes as dificuldades com simpatia, reconhecendo-lhes a fibra lutadora e tudo fazendo para facilitar esta desejada aculturação de que é Joinville um dos mais estupendos e edificantes exemplos de que nos podemos orgulhar.

Esta isenção muito recomenda o Autor e engrandece a obra,

Também é de ressaltar que uma história um tanto diferente da que era contada resultou das pesquisas do Sr. Carlos Ficker, quando revela, e creio que pela primeira vez em trabalho nacional, a duplicidade, o paralelismo das iniciativas colonizadoras, resultante dos domínios do Príncipe de Joinville e do Duque D'Aumale. Se do

primeiro bastante se tem falado, dito e escrito, do segundo, confundido com o primeiro, pouco se tem divulgado. Pouco ou nada...

Dest'arte, o trabalho tornou-se deveras interessante, exato e elucidativo, passando a figurar, daqui por diante, na estante de estudos catarinenses como um documentário imprescindível à história da nossa colonização.

As populações lusas, base da nosa formação sócio-cultural, com origem em São Vicente, em São Paulo ou nos Açores, já encontraram, numa plêiade de historiadores eméritos, os estudiosos que as revelaram e o papél preponderante que tiveram na estruturação da nossa sociedade e da nossa economia.

As populações alienígenas, desde a obra inicial de Jacinto Antônio de Matos, que lhes escreveu as primeiras páginas, vêm encontrando, de longe em longe, os seus cronistas, que as revelam e as situam no nosso panorama histórico. Joinville, agora, com o presente trabalho, situa-se entre as que encontraram a sua vez.

Outras, se o exemplo frutificar, hão de surgir - e será de estimar que não demore a aparecer o Autor que, reunindo e analizando todo o vasto material recolhido, possa escrever a nossa história definitiva, em bases antropológicas, sociais, econômicas e políticas situando-nos definitiva e gloriosamente na história da nossa grande Pátria.

OSWALDO R. CABRAL

Do Instituto Histórico Brasileiro

PREFÁCIO

Há um século, Joinville nascia como colônia de imigrantes europeus em terras de Santa Catarina.

Não se pode, hoje, avaliar, quando de forte vontade, de luta contínua, de empenho teriam sido empregados por todos quantos puseram o seu braço e a sua audácia nos trabalhos preliminares e na implantação do povoado nascente.

A cidade de Joinville, as suas indústrias e a riqueza conseqüente são os corolários do labor produtivo de antanho, que esmalta a luta inicial e vem projetar-se, engrandecido, dentro de um século.

O modesto trabalho que ora sai a lume, por incentivo e generosidade da Fundição Tupy S. A., de Joinville, é resumo de estudos e pesquisas mais acurados e completos sôbre o fecundo e glorioso passado da antiga Colônia Dona Francisca. Não é completo êste trabalho e nem teríamos a pretensão de assim fazê-lo.

A ação do tempo distruirá, pouco a pouco, os arquivos, tornando ilegíveis velhos e quase apagados documentos; mil incidentes outros vão dispersando papéis preciosos, subtraindo-os assim ao conhecimento dos pósteros.

Desaparecida a tradição escrita, nada mais restaria do que a oral, desfigurada e inteiramente modificada no correr dos anos. Um historiador não pode ser levado pelos seus sentimentos a abordar assuntos históricos com acentuada veia poética e romântica. A história, que é tão objetiva como, digamos, a Física ou a Química, conhece sòmente fatos crus e frios. Os legítimos tratados de História são puros relatos, não sendo usada a linguagem colorida, lírica, ou mesmo eufórica.

Não aceitamos história, a não ser quando exata, legítima, pura, baseada cientìficamente em documentos devidamente autenticados.

No presente trabalho há farto material para os que procuram controvérsia, conferindo o que está escrito com aquilo que a tradição oral conservou, e que poderá fornecer elementos necessários ao estudo sob os mais variados ângulos, contribuindo, assim, para um trabalho mais completo sob o ponto de vista sociológico.

Considerando da História principalmente os fatos, com menos atenção ao conteúdo, será conservado na transcrição de documentos o texto original e a ortografia da época. Faremos assim reviver o ambiente pitoresco e o perfume dos tempos passados.

Limita-se a crônica aos acontecimentos históricos de 1843 - 1913, respeitando os últimos cinqüenta anos com uma geração ainda viva.

História é tradição ; e tradição é o passado.

Escrevemos esta História para os joinvillenses, na convicção de ser esta a melhor maneira de exprimir o nosso grande e profundo afeto a Joinville - êste pequenino, mas tão amável e bendito recanto catarinense.

Como contribuição despretenciosa ao estudo da história de Joinville, repetimos as palavras pronunciadas pelo então Presidente da Província de Sta. Catarina, Sur. Dr. Francisco Luiz Gama Roza, na sua "falla" perante a Assembléia Legislativa em 1884 :

> "A escola a que tenho a honra de pertencer — viza como supremo intento, em todas as suas manifestações, apóz a analyse severa dos factos, emittir decisivamente as conclusões, sem outra preocupação, a não ser a do rigor scientifico !
>
> São os factos que se pronunciam —
> e não o interprete delles !"

CAPÍTULO I

PRÓDROMOS DA COLONIZAÇÃO

1843 - 1846

O dote das princesas brasileiras — A colonização francesa da península do Saí — Medição e demarcação das terras do dote.

No departamento do Alto Marne, na França, distante 17 quilômetros de Vassy, fica a cidade de Joinville.

Desde os albores da Idade Média, constituiu um baronato que, no século 14, coube a Claudio de Lorena, chefe da família Guise, que se assinalou por feitos militares. Nessa época, Henrique II elevou o antigo castelo feudal à categoria de Principado, o qual, em fins do século 17, pela herança, veio a pertencer à Casa Orléans, em cuja posse se conservou até a Revolução Francesa.

François Ferdinand Phillippe Louis Marie, Príncipe de Joinville, foi o terceiro filho do "Roy Citoyen" Louiz Phillippe, Duque de Orléans e Rei da França (1830 - 1848), e da Princesa Marie-Amélie de Bourbon.

Nascera a 14 de agôsto de 1818 no Castelo Neuilly, uma residência majestosa com terraços e frontaria jônios, voltados para a corrente do Sena, bordada de juncos e salgueiros.

Descendente de Henri IV e da Imperatriz Marie-Thérèse da Áustria, o Príncipe de Joinville ingressou na marinha francesa em 1834, portanto com 16 anos de idade. Como "élève" a bordo da fragata "La Sirène", o jovem marinheiro iniciou a sua carreira naval. Es-

têve por três vêzes no Brasil. Assim, em 1837 - 1838, veio ao Rio de Janeiro, a bordo da "Hercules", descrevendo em sua obra "Vieux Souvenirs" (editada em 1894) o magnífico quadro da Baía da Guanabara.

Foi nesta visita à Côrte Imperial do Brasil que viu pela primeira vez a jovem princesa brasileira Francisca Carolina, filha de D. Pedro I.

Suas opiniões a respeito de pessoas e coisas do Brasil, desde a recepção em São Christóvão, a convite do Imperador "menor", até os hábitos do interior brasileiro, observados na jornada para Minas, o Príncipe de Joinville descreveu-as em rápidas anotações em forma de "Diário de Viagens", preciosos cadernos, primorosamente manuscritos e com desenhos de mão própria, que êle mesmo designou "Journal du Séjour". Escritos em francês, os referidos apontamentos representam uma fonte riquíssima de informações valiosas sôbre os hábitos e costumes da época na Côrte Imperial do Brasil, escritas com espírito de franca crítica (hoje no Museu Imperial).

> "l'Empereur et les Princesses sont blonds et petits, l'Empereur a beaucoup de la famille autrichienne. Quant aux petites, elles étaient fagottées à la diable"

Devemos lembrar-nos que, por ocasião da visita do Príncipe de Joinville, o Imperador contava apenas 13 anos de idade, Dona Januária e Dona Francisca, 17 e 15 primaveras.

D. Pedro II., nascido em 1825, já em 1831 se tornara Imperador do Brasil com a abdicação de D. Pedro I. Por conseguinte, falava o Príncipe de Joinville do "pequeno Imperador".

Nos comentários sôbre as princesas... "qui sont petites et assez gentiles" há o humano e sincero misturado com o gênio verdadeiramente pilhérico do Príncipe. "Elles sont étonnement peu formées pour leur âge. Dona Januaria est beaucoup plus timide que Dona Francisca. Elle est plus grasse et se tient un peut voutée. Dona Francisca est droite, sèche et extraordinariament éveillée, sa soeur la met en avant et elle m'a annoncé qu'elle me donnerait un perroquet que parle..."

Começou o Príncipe de Joinville a namorá-la na recepção da-

Françoise - Caroline, Princesa de Joinville
1824 - 1898

da em sua honra na Quinta da Boa Vista, quando com ela dançou tôdas as contradanças, salvo uma consagrada a Dona Januaria.

Levando no coração a imagem da bela "chica", "acanhada e esquiva como uma sinhá-moça", seguiu o Príncipe viagem no "Hercules" em demanda da América do Norte.

A segunda vez, o "príncipe marinheiro" veio ao Brasil em 1840, comandando a fragata "La Belle Poulle", que tinha por incumbência levar da ilha Santa Helena para a França os restos mortais de Napoleão Bonaparte.

Por fim, mais uma vez, em 1843, estêve êle no Brasil, a fim de casar-se com a Princesa Dona Francisca Carolina.

O DOTE DAS PRINCESAS BRASILEIRAS

Os casamentos de princesas brasileiras foram regulados pela Lei N.º 166 de 29 de setembro de 1840, que estabelecia dotação de Sua Alteza Imperial, quando houver de realizar-se o seu consórcio. O artigo 4.º desta lei, que é o que nos interessa, determinava a fundação de "um patrimônio em terras pertencentes à Nação".

Foi sob a observância dêste decreto que, a 22 de abril de 1843, celebrou-se o tratado de casamento da Princesa Dona Francisca com o Príncipe de Joinville.

Foram plenipotenciários, por parte do govêrno Brasileiro, Bernardo Pereira de Vasconcelos, e por parte do Rei dos Franceses, o Barão Emile de Langsdorff, enviado especialmente "ad-hoc", em missão extraordinária, a bordo do veleiro "Ville de Marseille".

O artigo 4.º do dito tratado, incluía no dote da princesa, conforme o § 3.º, "25 léguas quadradas, de três mil braças, de terras devolutas, que podem ser escolhidas nas melhores localidades em um, ou mais lugares, na Província de Sta. Catarina" ... Não se limitaria à superfície — como diziam as leis que então regulavam as concessões de terras, — mas ainda estender-se-ia à profundidade, para ex-

trair, sem que tenha necessidade de outras concessões ou privilégios, carvão de pedra, como quaisquer outros minerais que possam ser descobertos, sem reserva alguma, exceto as MINAS de DIAMANTES.

No ano seguinte (1844), casou-se a princesa Dona Januária com o Príncipe da Casa Real de Nápoles, o Conde d'Aquila. Estabeleceram-se as mesmas cláusulas. O contrato antenupcial tomou a forma de um tratado entre o Imperador do Brasil e o Rei das Duas Sicílias, firmando "em nome da Santíssima e Indivisível Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo", em 26 de janeiro de 1844, em Nápoles, pelo ministro brasileiro Eustáquio de Mello Mattos e pelo Príncipe di Scilla, Duca di S. Cristina. Um artigo separado e adicional ao tratado, com garantias para a princesa, em caso de residir definitivamente fora do Brasil, foi firmado no Palácio do Rio de Janeiro em 22 de abril, assim como outra "Convenção addicional ao referido Contracto", em 24 de abril, pelo próprio Imperador Pedro (com guarda).

Conforme o artigo 7.º do contrato, o patrimônio em terras era extremamente avultado. Um palácio na Cidade do Rio de Janeiro com arrabaldes, doze (12) fazendas de criar, compreendidas na inspeção do Canindé, na província de Piauí, quatro léguas em quadrado de terras devolutas na província de Sta. Catarina, seis léguas em quadrado de terras devolutas na província de São Paulo, comarca de "Corityba". Tôdas as referidas terras e fazendas serão medidas e tombadas às custas da nação. Na "Convenção adicional ao referido contrato", art. 6, as quatro léguas quadradas em Sta. Catarina foram aumentadas para 16, idem na província do Rio de Janeiro. E na província de São Paulo as seis léguas foram transformadas em 36 ditas. Talvez porque se tratasse da Princesa Imperial, isto é, da herdeira presuntiva do trono.

Nem tôdas essas terras, porém, passaram ao domínio dos afortunados príncipes estrangeiros. Isto porque, pouco tempo após o matrimônio, ambos fixaram residência na Europa. A Lei 166, de 29 de setembro de 1840, reguladora dos dotes das princesas, dizia expressamente : "aos príncipes que se casarem e forem residir fora do Império, se entregará — por uma vez sòmente, uma quantia de..... 750:000$000 (conf. o art. 113 da Constituição do Império), segundo o padrão monetário."

Esta expressão "padrão monetário" deu lugar a uma diferença

a favor dos príncipes, já que a moeda corrente, na qual haviam sido pagos, não correspondia mais ao padrão estabelecido pela lei, que fixava o valor em 2$500 por oitava de ouro de 22 quilates.

Quando se tratou de pagar a diferença reclamada pelo Conde d'Aquila, o cálculo, já baseado sôbre novo padrão monetário, que fixou em 4$000 o valor da oitava de ouro, elevou o dote da Princesa Dona Januaria a 1.200:000$000.

Foi em virtude dêsse direito que o Príncipe de Joinville obteve a entrega das terras em Sta. Catarina ! Já o Conde d'Aquila (que não gozava de simpatias no Império) ao fixar residência na Europa, em seguida ao concunhado, reclamou a diferença, a que tinha direito, em dinheiro, o que só lhe foi pago após exaustivo exame da questão pelo Conselho.

A Sua Alteza Real, o Príncipe de Joinville, deu-se de dote não os 750 contos de réis, conforme estabeleceu a Lei de 11 de setembro de 1840, quantia que teria excedido de 1.2000:000$000; deu-se-lhe o dote de mil apólices de "um conto de reis ao preço corrente... E ESTAS TERRAS COMO COMPLEMENTO DA DIFERENÇA. Logo, elas representam um grande valor, isto é, a diferença existente entre mil apólices e setecentos e cinqüenta contos de réis pelo padrão monetário.

Está assim explicada a razão pela qual o Príncipe de Joinville, ainda que afastado do Brasil, recebeu as terras de Santa Catarina, que só lhe deveriam caber no caso de se fixar no Império, tal como declarava a Constituição e a Lei de casamento das princesas.

Realizado o matrimônio a 1.º de maio de 1843, o Príncipe de Joinville, a bordo da fragata "La Belle Poule" constituiu o Mordomo da Casa Imperial, Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, como seu bastante procurador, a fim de "toucher les revenues des apolices enregistrées au nom de mon Auguste Épouse... ainsi que les revenues des apolices enregistrées en mon nom, et provenant de la dite princesse" Está assinada a procuração pelo próprio punho : Fr. d'Orléans, e subscrita pelo ajudante de ordens, capitão de corveta V. Touchard. (cit. A. J. Lacombe)

A 23 de fevereiro de 1844, possìvelmente por ser documento insuficiente, no Palácio das Tulherias, perante o notário Phillippe

Dentand, confirmaram o Príncipe e a Princesa os ditos poderes em solene documento, coberto de rubricas, selos, carimbos notariais, judiciários, consulares, tanto da França como do Brasil. Na mesma data e em documento à parte, revestido das mesmas formalidades, constituíam o mesmo procurador, Paulo Barbosa da Silva, a fim de... "remplir toutes les formalités pour faire mettre à exécution le § 3.º de l'article 4.º des convention matrimoniales de Leurs Altesses Royales, arrestées à Rio de Janeiro le 22 de avril de 1843, par lequel la princesse de Joinville a reçu en dot, entre autres objets, 25 lieus carrés de 3.000 brasses, selon la loi du Brésil du 25 janvier de 1809, de terrains à choisir dans les meilleurs localités, dans la province de Ste. Cathérine..."

Pelo decreto N.º 289 de 9 de agôsto de 1843, em cumprimento às disposições da Lei 166 de 1840, foi aberto o crédito para custear as despesas da medição e demarcação. O local das 25 léguas quadradas ainda não fôra escolhido, sendo o dote da princesa até essa data uma área imaginária e imensa na mata virgem... "dans les meilleurs localités de la province de Ste. Cathérine..."

Entra agora no cenário um homem, que até a sua partida definitiva do Brasil, em 1866, prestou os melhores serviços, como procurador e encarregado, ao Príncipe de Joinville e, ao mesmo tempo, à futura Colônia Dona Francisca, como diretor :

LOUIS FRANÇOIS LÉONCE AUBÉ

Nascido em 1816, Aubé freqüentou a Escola Politécnica e a Escola de Minas de Paris. Presumimos que durante a sua carreira de "officier du génie militaire" no exército francês, travou as primeiras relações com o Príncipe de Joinville, de modo que em 1844, com 28 anos de idade, seguiu como enviado especial de Sua Alteza Real, para o Rio de Janeiro, para escolher a localidade no norte catarinense e tomar posse das terras dotais em nome do príncipe.

Em 12 de outubro de 1844, o chefe do "Sécretariat des Commendements da S.A.R. le Prince de Joinville", monsieur A. Trognon, em carta datada do palácio de St. Cloud, na França, escrevia ao conselheiro Paulo Barbosa da Silva, procurador do príncipe no Rio de Janeiro : "Le Prince et la Princesse vous sont fort reconnaissants de tout ce que vous avait fait pour Monsier Léonce Aubé. Il est

superflue que je vous répète ce que j'ai eu l'honneur de vous écrire il y a quelques semaines, qu'après les explorations faites par ce jeune ingenieur. LL.AA.RR. s'en remettent entièrement à vous pour tout ce qui concerne la prise de possessions des terrains".

Existe uma carta inédita do então procurador, do príncipe Snr. conselheiro Barbosa da Silva, endereçada ao Ministro do Império, José Carlos Pereira de Almeida Tôrres, depois Visconde de Macaé, a 29 de novembro de 1844, reclamando a entrega das terras em Sta. Catarina :

> "Julgo de meu dever, levar ao conhecimento de V. Excia., que tenho a honra de ser, além da minha sobredita qualidade, procurador de Suas Altezas Reaes nesta Côrte, e assim duplamente competente para levar esta representação á respeitavel presença de V. Excia. Em virtude desta segunda qualidade devo dizer a V. Excia. que, faltando-me os conhecimentos locais da Provincia de Sta. Catarina e não podendo adquiri-los por mim mesmo, roguei a S.A.R., o Snr. Príncipe de Joinville, que me mandasse um individuo capaz de investigar quais os lugares mais convenientes para se demarcarem aquêles terrenos ... NAS MELHORES LOCALIDADES ... desta provincia. Recaiu a escolha de S.A.R. em Monsieur Léonce Aubé, Vice-Consul da França em Sta. Catarina, o qual, depois de percorrer toda a provincia, fixou sua escolha sobre a margem direita do Rio São Francisco e acaba de me entregar o relatório, que tenho a honra de submeter a V. Excia., por tradução com planta do terreno adjacente á margem do sobredito rio".
>
> "Segundo me informa Monsieur Aubé, o litoral está todo invadido legitima e ilegitimamente, assim como as margens dos rios navegaveis de um e outro lado ; sendo assim, e conhecendo-se que as terras descrescem de preços e melhoria á medida que se afastam do litoral e dos meios naturais de comunicação que facilitam a exportação dos generos que possam produzir, segue-se que não havendo terras no litoral, não se pode preencher literalmente o contrato sem que se entre na indagação da legitimidade ou ilegitimidade dos que as habitam, porque nesse caso me parece que, excluidos os intrusos e posseiros das margens dos rios, sobrarão terras a preencher a data concedida em todas as suas condições.

"Segundo as informações que vocalmente me deu o Snr. Léonce Aubé, são de tão pouca monta as bemfeitorias que existem na margem direita do rio São Francisco, excetuada a Fazenda das Tres Barras, que vai designada na carta e que pode ficar de fora, que talvez valha a pena indenizar os proprietários ou invasores delas, e fazer-se ali a concessão, pois á excessão do litoral, o mais está devoluto".

"... digo que talvez valha a pena, porque havendo tres rios, o de São Francisco, o das Tres Barras e o Piranga, facilita-se a medição que se fará toda por agua, á excessão das linhas que vão em encarnado e que serão ulteriormente determinadas, segundo as terras que se acharem compreendidas pelos sobreditos tres rios. Esta medição deve custar mui pouco. Uma medição feita em florestas virgens, afastadas do litoral, demandarão, em primeiro lugar, vinte léguas de picadas, e enormissimas despesas com gente necessaria para a fazer e para defender dos insultos dos bugres, fornecimento de ferramentas e mantimentos ás costas d'homens, ordenados e engenheiros e medidores etc. Por iso digo que talvez valha a pena desapropriar alguns terrenos, ou devolve-los á coroa, senão estão legalmente possuidos indenizando-se as bemfeitorias. Ora, Sua Alteza Real deseja que as 25 léguas formem uma só data, se isso fôr possivel. Ocorre logo a idéia de violencias a cidadãos brasileiros!... mas a indenização das bemfeitorias e o consentimento de continuarem os que estão a cultivar as terras que se lhes marcarem, mediante um reconhecimento de senhorio, desvia toda a idéia de coação. Estas terras não foram doadas a S.A.R. pelo simples gosto de o fazer proprietario de terras no Brasil, elas como que lhe foram vendidas e representam um valôr mui elevado. A sua Alteza Real, o Senhor Principe de Joinville deu-se de dote não os 750:000$000, segundo o padrão monetário conforme estabeleceu a Lei 166, quantia que teria excedido de .... 1.200:000$000, deu-se-lhe mil apólices de conto de réis ao preço corrente, e ...ESTAS TERRAS COMO COMPLEMENTO DA DIFERENÇA. Logo, quando mesmo as indenizações custassem alguns contos para que S.A.R. tenha melhores terras em Sta. Catarina, não se fará senão pagar uma divida a um príncipe que anuiu a tudo quanto se lhe propoz de diminuição com a generosidade e magnanimidade que o caracterizam".

Após ter auxiliado e contribuído eficazmente Léonce Aubé na escolha e posse das terras que couberam ao Príncipe de Joinville, o conselheiro Paulo Barbosa retira-se para a Europa em 1846, confiando os seus encargos, como procurador, ao Cônsul da França no Rio de Janeiro, Snr. Theodore Taunay.

A carta acima transcrita, é prova número um, que a escolha das terras em Sta. Catarina ficou exclusivamente ao cargo do enviado especial do Príncipe de Joinville, Léonce Aubé. Infelizmente não temos conhecimento da existência dum documento, que seria o documento NÚMERO UM no arquivo histórico de Joinville: o relatório das medições e livro de posse das terras dotais, que o Sr. Paulo Barbosa enviou ao Príncipe de Joinville. Diz êle: "J'ai pensé qu'il serait agréable à Leurs Altesses Royales, d' avoir un livre contenant les actes de mesurage et prise de posséssions de Leurs terres; d' autant que le dossier de pièces qui m'a été donné par le Gouvernement devant être necessairement mis sous les yeux de Leurs Altesses, il ne convient pas que je le risque en voyage avec moi sans avoir pris la précaution d'en tirer un double".

Outra prova da escolha das terras dotais em Sta. Catarina, pelo Sr. Léonce Aubé, encontramos na transcrição da "Falla" que o Presidente da Província de Sta. Catarina, o Marechal de Campo Graduado, Antero Jozé Ferreira de Brito dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma província, na abertura da sua sessão em 1.º de março de 1845:

> "Sua Alteza Real, o Senhor Príncipe de Joinville, já mandou ver e examinar as terras dotais e devolutas nesta Província, que lhe deverão pertencer como complemento do Dote de Sua Augusta Consorte a Serenissima Princesa Dona Francisca. De ordem do Govêrno Imperial ministrei ao encarregado do Príncipe (Sr. Léonce Aubé) quantos esclarecimentos elle pediu, e lhe indiquei em São Francisco as melhores terras, que ha na Província, e que devem agradar á Sua Alteza por abrangerem em contiguidade as 25 léguas quadradas que lhe foram concedidas. São estas terras devolutas, ricas de madeira, e segundo opiniões, tão bem de minerais. Quanto á sua disposição, achão-se estendidas ao longe da projectada linha de defesa contra os bugres e era onde eu tencionava formar colonias de Nacionais, por serem as melhores terras para lavouras. Se com effeito forem povoa-

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL PIRAGUERABA

das, sahirá o districto de São Francisco do letargo, em que se acha por falta de braços, e poderá em breve vir a ser o primeiro da Província, onde ha o melhor porto para grandes navios, sendo que na proximidade das terras, de que fallo, podem ter as futuras colonias varios outros portos". (1)

A COLONIZAÇÃO FRANCESA NA PENÍNSULA DE SAÍ

Quando o presidente da província de Sta. Catarina, na sua "Falla", em março de 1845, mencionou as grandes vantagens que a escolha das terras dotais trazia a êste distrito, de certo se lembrou do fracasso da primeira tentativa de colonização no mesmo local, 3 anos antes.

Ficou gravada na história essa colonização, aventura de puro idealismo, como "Colônia do Saí".

A primeira referência sôbre o projeto encontramos na carta do futuro diretor da colônia, Monsieur Docteur Benoit Jules Mure, datada de 27 de fevereiro de 1841, em São Francisco do Sul, e endereçada ao então presidente da província, Marechal de Campo Antero José Ferreira de Brito, no Destêrro :

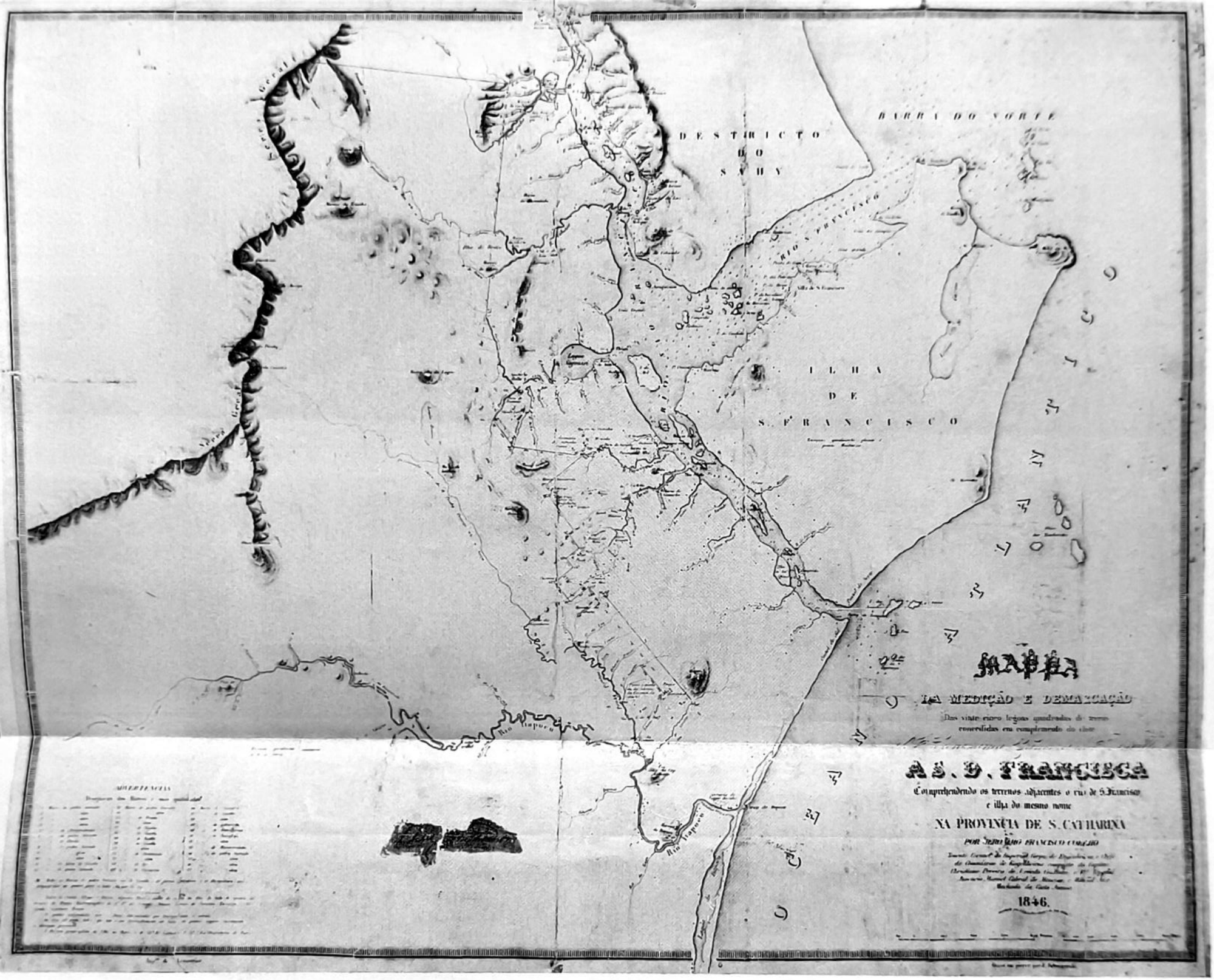
"Illmo e Exmo Snr. Presidente.

Antes de partir da Província de Sta. Catarina, tenho a honra de participar a V. Excia alguns particulares sobre os resultados da minha viagem.

Querendo evitar detalhes inuteis, não devo, contudo, esconder a V. Excia., que o Rio S. Francisco me parece offerecer as condições para o estabelecimento da Colonia Industrial, da qual tenho apresentado o projecto aos Ministros de Sua Majestade.
"Hei achado alli um vasto e fértil terreno, caxoeiras abundantes, um vasto e seguro porto que talvez não ha igual no Mundo;

---

(1) cit. A. J. Lacombe — A colonização e os dotes das Princesas.



Medição e Demarcação das terras dotais em Sta. Catarina 1846.

a que se junta a vantagem da Linha de Defeza já aberta, que offerecerá uma facil e breve communicação com o interno do imperio pelo caminho de Coritiba; (trata-se com referência à "Linha de Defeza" da picada aberta pela presidência da província de Sta. Catarina em 1840, conforme a "Falla" de março de 1841. Corria esta linha de defesa do lugar "Tres Barras" no Rio de São Francisco, com destino ao extremo sul da província, sempre ao mar da serra, guarnecida de postos militares de duas em duas léguas, para cobrir tôdas as plantações das incursões dos índios selvagens.)

"Este caminho nos dará os meios de aqui termos a preços commodos da carne fresca para alimentação dos nosos colonos.
"Enfim, e voltando ao objecto principal desta carta : o terreno que parece mais conveniente para a minha colonia é a peninsula situada defronte a ilha de S. Francisco, no triangulo, cujos tres lados são banhados pelo Rio São Francisco, pelo Palmitar até o Sahy grande, e pelo mar grosso.

"Á vista disso, creio poder requerer ao Governo de Sua Magestade a concessão da sobredita peninsula, exceptuadas as margens occupadas por moradores. Espero de Sua bondade que V. Excia fará toda dilligencia possivel para a conclusão deste negocio.

De V. Excia obrigadissimo Criado,
Docteur Benoit Jules Mure." (2)

Com esta carta, um valioso documento da projetada "Colônia do Saí", requerendo a concessão de terras devolutas na comarca do norte da província de Sta. Catarina, São Francisco do Sul, começa a experiência prática dum falanstério no Brasil, de acôrdo com as doutrinas socialistas de Charles Fourier, antecessor do marxismo na França (1772-1837).

Baseado na associação de um grupo de colonos, para uma habitação coletiva (falanstério) e produção e consumo comum, conforme as idéias socialistas do filósofo francês, baseado finalmente num idealismo fraterno, esta emprêsa originalíssima conseguiu, em 11 de dezembro de 1841, a concessão requerida pelo Snr. Docteur Benoit Jules Mure, de duas léguas quadradas na península do Saí.

---

(2) Revista Trimensal do Inst. Hist. e Geogr. de S. C., Vol. 3 p. 13.

Outra referência sôbre a "Colônia Industrial do Saí", encontramos no livro de Charles van Lede, edição de Bruxelles de 1843 "De la Colonisation au Brésil". Van Lede visitou Sta. Catarina em 1842, por conta da "Societé Belgue - Brésilenne" para fundar uma colônia Belga em terras devolutas desta província. Diz sôbre a recente fundação da colônia do Saí o seguinte :

"Conseguiu o doutor Mure do Govêrno Imperial a concessão de duas léguas quadradas na península do Saí com as condições de instalar na nova colônia no mínimo 500 colonos no primeiro ano. Quando em 25 abril de 1842 o inspetor nomeado pela Presidência da província, Snr. José da Silva Mafra, visitou a colônia, apresentou a 22 de junho do mesmo ano, um "relatório sôbre a Colônia Industrial" em que contou sòmente 21 (vinte e um) colonos, entre êles 3 mulheres e duas crianças. Esperavam-se mais 17 colonos já desembarcados no pôrto de S. Francisco".

A emprêsa fracassou já no primeiro ano da sua existência. Conforme o relatório oficial de 22 de junho de 1842, sòmente existiam 21 elementos na colônia.

Existe certa dúvida sôbre a quantidade exata dos colonos estabelecidos no Saí. O presidente da província, Dr. João José Coutinho, na sua "Falla" de 1855, portanto 13 anos após a fundação, se refere ao fracasso dêste empreendimento colonial: "Essa colonia teve principio em 1842, com o estabelecimento dos primeiros colonos que logo se deshouverão, e não obstante ter chegado mais 117 no mesmo anno, pode-se dizer, que expirou em 1843, pois dos 217 apenas nella existião no fim desse anno 9 (nove) individuos!"

No relatório apresentado à Assembléia Provincial em 1.º de março de 1843, encontramos todos os esclarecimentos que dizem respeito ao insucesso desta colonização. O malôgro da implantação entre nós dos princípios postos à luz pelo filósofo de Bensançon, Charles Fourier, comenta o então presidente da província, Marechal Antero José Ferreira de Brito, com certo desgôsto, lamentando a soma despendida pelo Govêrno Imperial :

"Os primeiros cem colonos, desembarcados em janeiro de 1842, logo se deshouveram entre si, e com o empresario ; dividiram-se em dous grupos, e muitas vezes foi preciso que as authoridades lo-

caes interviessem para evitar que se batessem, e que tentassem contra a vida do Doutor. Os membros desses dous grupos, mal avindos, inconstantes, incapazes de qualquer trabalho permanente, teem-se dispersado. Apparece a rivalidade entre os dous grupos, o do Sahy séde da colônia, e do Palmitar, para onde foram os que se apartaram do Dr. Mure. Aporta outro navio em S. Francisco, com 117 colônos, novo conflicto, nova luta se manifesta".

O "Jornal do Comércio", de 29 de fevereiro de 1843, publicou as impressões de um viajante que visitou a colônia do Saí:

"Vi na colônia carpinteiros ocupados em lavrar a terra, curtidores em plantar, engenheiros a abrir valas, maquinistas a derrubar páus, finalmente fabricantes de máquinas de vapor rebocando paredes. É verdade que nisso foi um tanto culpado o empresario, que, ao princípio, devia mandar vir da França lavradores, para depois chamar artistas e maquinistas".

Em vista do estado em que ficaram as colônias do Saí e Palmital, ordenou o Govêrno ao inspetor José da Silva Mafra que procedesse ao arrolamento de tôdas as propriedades, a fim de se indenizar das avultadas despesas feitas com a colonização. Os poucos colonos restantes espalharam-se pelas regiões mais habitadas.

Ficou porém, provada a existência de terras, cuja fertilidade atraíra as vistas de outra organização colonizadora no futuro. Um ano após ter expirado a "Colônia do Saí", em 1844, o representante do Príncipe de Joinville, Léonce Aubé, escolheu as 25 léguas quadradas do Dote da Princesa Dona Francisca nas vizinhanças destas terras, ao lado direito do Rio São Francisco, hoje chamado Canal das Três Barras e parte da Baía Babitonga.

Em observância ao Decreto N.º 289, de 9 de agôsto de 1843, e cumprindo as disposições da Lei N.º 166, de 29 de setembro de 1840, que concedeu o dote da Princesa Dona Francisca, foi aberto um crédito especial para custear as despesas da

MEDIÇÃO E DEMARCAÇÃO DAS TERRAS DOTAIS

Foi designado pelo Aviso do Secretario d'Estado dos Negócios do Império, de 22 de setembro de 1845, o "Excellentissimo Conselheiro e Tenente Coronel d'Engenharia JERONIMO FRANCISCO COELHO", para fazer a respectiva medição e demarcação das 25 lé-

guas quadradas de terras devolutas na margem direita do Rio de São Francisco, a contar do Rio Pirabeiraba para o sul até o Rio Itapocú, para complemento do Dote da Sereníssima Princesa de Joinville, a Senhora Dona Francisca.

Em 12 de novembro do mesmo ano, o Juiz Municipal e Delegado do Têrmo de São Francisco recebeu do Presidente da Província, Sr. Antero José Ferreira de Brito, as instruções em ofício sôbre os limites da demarcação e sôbre as "Cartas de Editos por trinta dias", citando tôdas as pessoas que possuissem terrenos confrontando com as mencionadas 25 léguas de terras dotais "que se hão de medir do dia quinze do mez futuro em diante, para que compareção a allegar e reclamar o seu direito".

Continua o ofício:

> "Antes de indicar-lhes os deveres á que Vossa Mercê fica ligado, devo intelligencial-o de que a demarcação do dito terreno, quanto á linha de frente pelo lado **NORTE**, deve partir do Rio Pirabeiraba o mais proximo possivel á sua confluência com o primeiro, e, desenvolvendo-se para o **SUL**, em direção mais ou menos parallela a margem direita do Rio S. Francisco, desviando-se unicamente quanto for indispensavel para salvar pelos fundos as terras apropriadas, apossadas ou cultivadas, que existem nas margens do mesmo rio e seus confluentes. E que sendo preciso marcar PELO MENOS TRES SAHIDAS para o Rio S. Francisco, de modo que os terrenos medidos possão ficar em facil communicação com as aguas. Caso se encontrem terrenos ocupados e legalmente possuidos, convencionará com os proprietários a troca destes por outros devolutos necessidade de chegar-se a este acôrdo uma indemnização pecuniaria razoavel.
>
> Palácio de Governo de Sta Catharina.
> 12 de novembro 1845, Antero Jozé Ferreira de Brito". (3)

Foram publicados e afixados os editais em São Francisco nos lugares públicos, pelo porteiro dêsse Juízo, em 29 de novembro de 1845.

---

(3) Conf. certidão dos "Autos de demarcação e medição" tirada por Emile Mathorel em I. fev. de 1862. (Domínio Dona Francisca - Joinville).

Sôbre tôda a medição e demarcação mandou-se lavrar AUTOS DE MEDIÇÃO que ainda hoje existem. A planta definitiva da medição foi desenhada no "Archivo Militar", no Rio de Janeiro, e posteriormente litografada em Paris, no ano de 1946 (4).

Começou a medição e demarcação no "Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1845, aos vinte do mez de Dezembro no lugar denominado o RIBEIRÃO do LEÃO, que também é conhecido de RIBEIRÃO do CASCALHO, ao Norte do Rio Pirabeiraba, termo da Villa de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco, aonde foi vindo o Cons. Ten. Coronel de Eng. Jeronimo Coelho, chefe da Comissão; o Procurador fiscal da Thesouraria da Provincia, Polidoro do Amaral e Silva; o Capitão graduado d'Engenheiros, Christiano Pereira de Azevedo Coutinho; o I.º Tenente Juvencio Manoel Cabral de Menezes, o I.º Tenente de Artilharia Manoel José Machado da Costa Jnr. ... para em cumprimento do mesmo aviso, proceder-se a medição e demarcação de 25 legoas quadradas de terras concedidas pelo Governo Imperial para complemento de Dote da Serenissima Princeza de Joinville.

E logo no mesmo dia, mez e anno, sendo presentes todas as pessoas já mencionadas, assentou-se o primeiro marco de pedra lavrada de forma cilindrica na margem esquerda d'este mesmo Ribeirão ... (5).

Prosseguindo o trabalho sob o calor ardente do sol de dezembro, chegaram os engenheiros, sempre chefiados pelo Ten. Cel. Jeronimo Francisco Coelho, no dia 5 de janeiro de 1846 ao RIO CACHOEIRA, fincando à sua margem direita o marco número 7.

Éste marco N.º 7 ... "feito de Canela Amarela, falqueijado pelas quatro faces e sobre elle gravarão-se dois rumos em angulo recto, um marcando o Norte, por ser a direção geral em que vinha a demarcação da parte, outro indicando Leste, por ser a direcção da primeira volta do Rio Cachoeira no sentido da corrente ... visto tomar-se para limite natural a margem direita d'este rio, até a sua confluencia com o do Bucarein ..." encontra-se mais ou menos no ponto em que a hoje Rua Dr. João Colin atravessa o Rio Cachoeira.

Prossegue o Auto de Medição ... "Aos 7 dias do mez de ja-

---

(4) Original no Dominio Dona Francisca - Joinville.
(5) Conf. cópia da certidão de 1862. (Bibl. do A.)

neiro de 1846, continuando-se ao rumo geral de Sul, medirão-se 290 braças de brejo, atravessando-se ai um ribeirão; mais 400 ditas tambem brejo, atravessando-se ai um ribeirão, em cuja margem parou o trabalho deste dia, perfazendo o total 690 braças. Se mandou lavrar este termo, que todos assinarão comigo, Manoel José Machado da Costa Jnr. que o escrevi. (seguem as assinaturas) . . ." "Aos 8 dias do mez de Janeiro de 1846, da margem direita do ribeirão onde ficou a medição antecedente, continuou-se ao rumo geral Sul, e medirão-se cento e setenta braças de terreno plano, 140 ditas enxutas, atravessando-se um morrete, pela chapada, vinte ditas em terreno plano, e 204 enxutas, tendo se atravessado outro morrete pela chapada na descida do qual se achava um CAMINHO DE CAÇADOR, que vem da margem do Rio Cachoeira com a denominação de "CAMINHO DO JURAPÉ". Aqui findou o trabalho deste dia, com o total de 944 braças e de tudo se mandou lavrar este termo, que todos assinarão".

Chegaram nesse dia 8 de janeiro de 1846, os agrimensores ao local da hoje Cidade de Joinvile, exatamente na Rua Otto Boehm, no ponto em que atravessa a Rua Expedicionário Holz. Existia já em 1846 uma picada de caçadores, partindo do Rio Cachoeira, (no local da hoje Rua 9 de Março, com ponte sôbre o Rio Cachoeira) subindo a Rua 9 de março e Rua Otto Boehm. Nessa mesma picada de caçadores, estabeleceu-se, anos mais tarde, com rústico rancho de palmito, o francês M. Frontin, antigo colono da dissolvida Colônia do Saí. Seria nesse local que o engenheiro e primeiro diretor da nova Colônia Dona Francisca, Hermann Guenther, o representante do Príncipe de Joinville, Léonce Aubé e mais duas famílias de colonos desembarcariam das canôas do Cel. Antonio Vieira e iniciariam a colonização, a 22 de maio de 1850.

Prosseguindo nos "Autos de Medição", o Conselheiro Chefe da Comissão deliberou que se mudasse de rumo em direção Suleste, a fim de que a linha de demarcação fôsse desfechar no lugar denominado "Pôrto de Bucarein".

". . . e com effeito soltando-se o dito rumo cem braças em terreno plano, cem ditas atravessando-se um morrete, cem ditas em plano, mais cem ditas atravessando outro morrete, e finalmente 300 braças em terreno plano até a . . . MARGEM DE UM RIBEIRÃO. Aqui parou a medição deste dia".

O ribeirão em questão, hoje chamado "Ribeirão Matias", cortando o centro de Joinville, fôra atingido pelos agrimensores mais ou menos no local, onde hoje a Rua Visconde de Taunay atravessa o dito ribeirão. Aqui parou a medição, completando-se 700 braças, nesse dia 9 de janeiro.

Continuou-se a medição no dia seguinte, ou seja 10 de Janeiro de 1846.

"Medirão-se 681 braças de terreno plano e enxuto, indo desfechar o rumo precisamente no lugar denominado o "Porto de Bucarein", e como prosseguindo-se neste rumo, se iria cortar os cultivados e lavouras das terras do Coronel Antonio João Vieira, seguiu-se costeando rio acima pela margem esquerda do Rio Bucarein, até que se assentou o oitavo "Marco de Pedra lavrada" e abrindo-se sobre elle dois traços, um a Sueste indicando a direcção em que desse ponto deveria prosseguir a linha de demarcação, outro, indicando a direção da primeira volta do Rio Bucarein, por se tornar como limite natural a margem esquerda deste rio, até a confluência com o Rio Cachoeira; mediu-se pelo calculo, que a posição deste oitavo marco era 3400 braças ao Sul do setimo marco do Rio Cachoeira, e 650 ditas a Leste do mesmo marco. Dando-se por concluido o trabalho, se mandou lavrar este termo"

"Aos 13 dias do mes de Janeiro de 1846, indo-se ao logar da confluência do Rio Bucarein com o Rio Cachoeira, ai mandou o Conselheiro Chefe da Comissão, Snr. Jeronymo Francisco Coelho... ASSENTAR O NONO MARCO DE PEDRA LAVRADA CILYNDRICA, ficando elle por tanto na Barra do Rio Bucarein e no vertice do angulo formado pelo encontro daquelles dois rios, e, por esta maneira ficou dentro da demarcação e para servir de porto, todo o saliente de terras, involvido pelos tres marcos, setimo, oitavo e nono, formando-se dito saliente de uma parte pela margem direita do Rio Cachoeira e da outra pela margem esquerda do Rio Bucarein, até a confluência de ambos..." (êste nono marco de pedra lavrada foi encontrado recentemente e acha-se hoje no Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville).

Transcrevemos minuciosamente a parte do "têrmo de medição" compreendida entre os marcos 7 e 9, pois trata-se exatamente da área da futura cidade de Joinville. Depois de atravessar o "Ri-

beirão do Morro Grande", hoje "Ribeirão do Morro Alto", encontrou a expedição um caminho de caçadores vindo da margem do Rio Cachoeira, denominado "Caminho do Jurapé".

Além do Coronel Antônio João Vieira, mencionado no têrmo de medição como proprietário do Sítio de lavoura entre o Rio Bucarein e Rio Itaí Guaçu (hoje Itaum) encontramos os nomes de todos os moradores e sitiantes estabelecidos na margem direita do Rio São Francisco, quer dizer entre a linha de medição e a Baía de São Francisco, formada pelo Canal de Três Barras (antigamente chamado Rio São Francisco).

Ao Norte as "sesmarias" de João Cercal, Luiz Dias do Rosário, Vicente Dias do Rosário e seu irmão Francisco, Ana Afonso Moreira e José Cordeiro, formando as terras de Januário d'Oliveira Cercal vasta área entre o Rio Cubatão e o "Rio São Francisco", mais ou menos no local (hoje) do campo de aviação.

No Boa Vista, encontramos o nome de Agostinho Budal, do lado oposto do Rio Cachoeira, e Cel. Antônio Vieira, no Bucarein e Itaum, seguido pela "sesmaria" do Sr. Salvador Gomes e Afonso Miranda, no "Pôrto da Cariada".

Mais para o Sul existiam as sesmarias de Antônio da Veiga e João da Veiga, Manoel Gomes e Francisco da Maia.

Não é exato, pois, afirmar-se que em 1851 as grandes zonas destinadas à colonização européia, seriam ínvio e desconhecido sertão. Eram, ao contrário, bastante habitadas as cercanias. Desde 1826, o coronel Vieira se instalara com grande fazenda e muitos escravos no "Pôrto do Bucarein" e Itaum. No morro da Boa Vista, fronteiro à cidade, pelo Iririú e pelo Cubatão, havia moradores. No cartório do escrivão do juízo de direito, de São Francisco, encontram-se autos de inventário, feito em 1830, de um Fermiano da Silva, morador no Rio das Três Barras, local êsse, já assaz povoado, tanto assim que havia ali uma igreja, da qual ainda restam paredes, em meio da floresta.

Na sua carta endereçada ao Ministro do Império, em novembro de 1844, o Conselheiro Barbosa da Silva mencionou a "Fazenda Três Barras" e temos conhecimento da existência duma família de sitiantes que em 1843 fôra trucidada pelos "Índios bravios", ou bugres,

Capitão d'Engenheiros
Jeronymo Francisco Coelho

Senador Christian Matthias Schroeder
1778 - 1860

Louis François Léonce Aubé
1816 - 1877

no final da (hoje) Rua do Príncipe e Rua São Pedro. Ao mesmo tempo os bugres assaltaram um morador nas margens do Rio Cachoeira, ao lado do Boa Vista e ponto inicial do "Caminho do Jurapé", hoje Rua 9 de Março.

A medição e demarcação prosseguia em direção Suleste, desviando de marco em marco, as propriedades dos moradores antigos. Conseqüentemente, a linha de demarcação não era linha reta e sim um zigue-zague de 37 marcos fincados, até chegar finalmente a seu ponto terminal : o Rio Itapocu, na sua confluência com o Rio Cardoso.

Iniciou-se a medição no dia 20 de dezembro de 1845, prosseguindo até o dia 24 de janeiro de 1846. Após um intervalo de 3 semanas, continuou o trabalho no dia 17 de fevereiro, terminando definitivamente no dia 13 de março na estaca 37, quando foi assinado o "têrmo final" da medição, no distrito de Parati, no lugar denominado Ponte Alta.

Ficou assim demarcado minuciosamente o extremo lateral ESTE das terras do Dote. O extremo Norte em linha reta do ponto inicial da medição (marco N.º 1.) até a Serra Geral, foi estabelecido por cálculo e sòmente aberto em 1872 pelo engenheiro Henrique Kreplin.

O limite pelo lado Sul, pela margem direita do Rio Cardoso até a sua confluência com o Rio Itapocu, seguia pela margem esquerda do dito rio até as suas nascentes na Serra Geral, fechando, a mesma Serra Geral a área de 155.000 hectares pelo lado Oeste.

O único obstáculo encontrado em tôda esta medição foi a colônia do Coronel Francisco d'Oliveira Camacho, cujas terras ficaram encravadas na área demarcada. Descontando esta e faltando mais 33 milhares de braças quadradas para completar as 25 léguas quadradas do Dote, ... "declarou o Conselheiro Chefe da Comissão, que para completar não só esta falta, mas também os muitos pantanos, lagoas e terrenos de inundação e absolutamente inaproveitaveis, ficarão adicionalmente compreendidas na demarcação todas as terras sitas na margem esquerda do Rio Itapocu a contar da Serra do Jaraguá para cima, visto ter-se tomado deste ponto em diante a margem esquerda daquele rio como continuação da extrema lateral Sul, até as vertentes da Serra Geral ..."

Declarou mais o Conselheiro Jeronimo Coelho : "que todos

os rumos da medição forão rumos magnéticos d'agulha, tendo-se calculada a variação da mesma em 6 graos Nordeste".

Termina assim o "Têrmo de medição" : "Aos 26 dias do mez de março de 1846, nesta villa do Rio de São Francisco Xavier do Sul, em meu Cartorio faço estes autos conclusos ao Juiz Municipal de Órfãos e Delegado de Polícia o Cidadão João Vicente Nobrega Dutra, do que para constar faço este termo. Eu, João Machado da Costa, Escrivão que o escrevi".

Como último documento do "têrmo de medição", mencionamos a procuração do "Official Mor e Mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva, Conselheiro de Sua Magestade o Imperador, em favor do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conselheiro Jeronimo Francisco Coelho", para que pudesse representar e especialmente para tomar posse das 25 léguas quadradas, que o Govêrno de Sua Majestade Imperial mandou demarcar para suas Altezas Reais, os Senhores Príncipe e Princesa de Joinville.

Terminou assim a medição e demarcação das terras dotais. Começou com êste trabalho preliminar o segundo ato da colonização européia nas terras da Baía de Babitonga.

CAPÍTULO II

A SOCIEDADE COLONIZADORA DE 1849 EM HAMBURGO

1846 - 1850

Os acontecimentos na Europa. — O contrato entre o Príncipe de Joinville e o senador Schroeder. — Fundação da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo. — Entendimentos com o Govêrno Imperial no Brasil sôbre concessões.

S.A.R. François d'Orléans, Príncipe de Joinville, depois do casamento celebrado no palacete São Christóvão, a I.º de maio de 1843, partiu com a sua jovem espôsa Francisca Carolina, já em 14 de maio, da Guanabara, para nunca mais voltar ao Brasil. Nos anos seguintes o Príncipe destacou-se na carreira naval, comandando operações contra a costa de Marrocos (1844), bombardeando Tanger e ocupando Mogador e Marabout, sendo promovido a Vice-Almirante. A 15 de agôsto de 1844, nasce a primeira filha do casal : Francisca.

A revolução de fevereiro de 1848 surpreendeu-o na Algéria, onde cumpriu missão como membro do Conselho da Marinha e membro da comissão especial para a navegação a vapor. Era seu irmão, o Duque d'Aumale, governador da Argélia.

Voltaram à Europa, a bordo do "Solon", o Príncipe e a Princesa e seus dois filhos (o segundo filho "Pierre" nasceu a 4 de novembro de 1845) e o Duque de Aumale com a Duquesa, exilando-se na Inglaterra. Não existem documentos comprobatórios dos imedia-

tos dois anos da vida como refugiado. No seu livro "Vieux Souvenirs", editado por Calmann Levy, em Paris, 1895, não encontramos referências sôbre o tempo mais amargo na vida do Príncipe. Apenas nos anais "Joinville et la Marine de son temps", uma breve observação: "Dan ses Vieux Souvenirs, le Prince n'a pas voulu regarder au-delà de cette années fatales. Survinrent en France les événements de 1848, le Prince et la Princesse durent chercher refuge en Angleterre. Mais pour ce qui regardait leurs biens fonciers au Brésil, ils firent élection de domicile à Hamburg, où Monsieur Schroeder fonda la Compagnie d' imigration".

Não encontramos prova desta última afirmação, que, o Príncipe de Joinville estivera em Hamburgo, pessoalmente, para negociar as suas terras no Brasil. Deixou o "Solon" a Algéria no dia 5 de março de 1848, chegando com a sua familia a Claremont, na Inglaterra, na noite de 20 a 21 de março. Pouco provável, pois, a sua permanência na cidade de Hamburgo.

A ano de 1848 foi decisivo para a colonização, até essa data desorganizada e sem orientação.

A emigração incessante e intensa das populações alemãs para os países livres da América era, em ultima análise, a conseqüência do desajustamento social do século 19. Apesar de tôdas as perseguições, o espírito liberal continuou a sua luta contra os governos absolutos, convulsionando a estrutura social dos estados alemães; os princípios liberais, nos demais estados, manifestaram-se ao preço de muitos sacrifícios, em conseqüência da revolução francesa de 1848.

Além das guerras e lutas políticas, outros fatores concorriam para intensificar a emigração alemã. O excesivo crescimento da população, desproporcional ao desenvolvimento dos meios da produção, elevados impostos, barreiras alfandegárias entre os numerosos estados e, finalmente, as grandes propriedades e latifúndios concentrados nas mãos das classes aristocráticas, com privilégios quase medievais, que colocavam o camponês em situação econômica difícil.

Enquanto aumentava o número dos indivíduos desejosos de emigrar, em conseqüência dos distúrbios, crescia a luta entre armadores e agentes de navios estrangeiros e nacionais. Um procurava ganhar a dianteira do outro, pois a emigração, com seu movimento de passageiros e carga, proporcionava enormes lucros. A "exporta-

ção" de emigrantes constituia um grande negócio. Em 1848, as companhias de navegação alemãs entraram a competir, ao lado dos armadores de Londres, Liverpool, Antuérpia, Roterdão e Le Havre. Graças à emigração, prosperaram, desde 1847, as companhias de navegação alemãs, como a HAPAG (Hamburg-Amerika Paketfahrt Aktiengesellschaft e o Norddeutscher Lloyd, em 1857.

Além das companhias de navegação acima citadas, existiam outras menores pomo a "Paketlinie" de Robert Sloman, a "Hansing & Co.". "Irmãos Kalkmann" com veleiros para Pernambuco, a Cia. de Navegação "H. H. Eggers" e finalmente, a firma de armadores e comercial "Christian Mathias Schroeder & C.".

O seu principal acionista e "Handelsherr", o Senador Schroeder, era neto de um dos burgomestres mais notáveis de Hmburgo. O nome Christian Mathias Schroeder está ligado indelévelmente à história da Colônia Dona Francisca e Joinville.

Existia, desde 1842, a "Sociedade de Protecção ao Immigrantes Allemães no Sul do Brazil" para regularizar a imigração espontânea; o objetivo da Sociedade era desenvolver as relações comerciais, há muito já existentes entre a cidade hanseática e o Brasil, mediante a introdução de imigrantes alemães e o estabelecimento de colônias agrícolas, pois o Brasil encontraria na Alemanha, que não possuía colônias próprias, um mercado franco e rendoso para seus produtos, recebendo, por seu turno, mão de obra e manufaturas de que carecia.

A Sociedade dispunha dum grande capital e dela faziam parte vinte dos capitalistas mais respeitáveis da Alemanha, entre os quais o Senador Christian Mathias Schroeder, que manteve no Rio de Janeiro uma agência própria da sua firma comercial, na Rua d'Alfândega 48, sendo o agente Snr. Hermann Liebich.

Essa mesma Sociedade confiou, em 1846, ao Dr. Hermann Blumenau a missão de estudar "in loco" as condições brasileiras e preparar o terreno para uma colonização em ampla escala; os caminhos lhe foram aplainados por excelentes recomendações, tais como de Alexandre von Humboldt, Martius e Marquês de Abrantes.

Este último, em 1846, foi embaixador em Berlim e publicara um trabalho: "Memória sôbre os meios de promover a colonização",

que teve como origem um relatório oficial sôbre o aliciamento de lavradores e artesãos alemães, preparado por determinação do Ministério dos Negócios de Estrangeiros no Rio de Janeiro.

O diplomata Miguel Calmon du Pin e Almeida (1794-1865), Marquês de Abrantes a partir de 1854, era um homem de profundo conhecimento do assunto da lavoura e imigração, escritor, orador e antigo estudante de Coimbra, participou em 1822 da expulsão dos Portuguêses, consolidando seu prestígio, mais tarde, como deputado, senador e representante diplomático do Brasil na Inglaterra, França e Prússia. Na sua "Memória sôbre os meios de promover a colonização", são, entretanto, os problemas focalizados do ponto de vista de patriota brasileiro. Trata-se da aptidão dos colonos teutos, da seleção dos mais capazes, dos meios de atraí-los, do seu transporte e das providências necessárias para a realização dos interêsses nacionais, contendo ainda dados sôbre as opiniões dominantes na Alemanha, com respeito à imigração em geral e a em relação ao Brasil. Reportando-se às declarações oficiais da presidência da União Norte-Americana, onde estariam quase 6 milhões de alemães, numa população total de 20 milhões, louva êle nos colonos teutos a aptidão para o trabalho da agricultura e para as artes e ofícios, o culto das tradições, o amor à família, a conduta moral e o respeito às autoridades.

Outra publicação, sob o título "Deutsche Auswanderung und Kolonisation (imigração e colonização alemã), editada em Leipzig, 1846, com prefácio do eminente geógrafo J. E. Wappaeus, professor da Universidade de Goettingen, presumimos ser do Dr. H. Blumenau, pois não consta o nome do autor. Segundo Wappaeus, o autor obteve nesse trabalho considerável auxílio por parte de Johann Jacob Sturz.

Êsse homem, que havia sido nomeado cônsul geral do Imperial Govêrno Brasileiro na Prússia em 1843, obteve no futuro extraordinária influência sôbre a colonização e imigração no Brasil. Sturz, ainda jovem, viajou por todo o Brasil e trabalhou posteriormente como funcionário de uma emprêsa londrina de mineração de ouro. Conseguiu obter influência no Rio de Janeiro tanto nos círculos parlamentares como nos ministérios e mesmo junto à família Imperial. Esforçou-se, apaixonadamente pela abolição da escravatura, e quando o Govêrno inglês tomou medidas rigorosas contra o tráfico do "marfim negro" da Africa para o Brasil, medidas que foram criticadas com veemência e encontraram sua expressão mais severa em 1845,

Sturz sentiu-se orgulhoso e feliz por haver prestado ao Brasil um serviço extraordinário, fornecendo ao estadista britânico Henry Brougham, um dos mais notáveis abolicionistas da escravatura, dados importantes para os seus discursos.

Sob tais circunstâncias, o Govêrno Imperial Brasileiro nomeou J. J. Sturz representante do Brasil no reino da Prússia, para levar avante um empreendimento que substituiria as fôrças braçais negras por brancos livres.

Sturz desempenhou êste cargo durante longos anos com tôda a dedicação e habilidade. Compenetrado de sincero amor ao Brasil, tentou inùtilmente iniciar reformas fundamentais na liberdade individual, as quais, entretanto, não se podiam realizar tão radicalmente como era de seu desejo.

Surgiram então divergências sôbre o tratamento a ser dispensado aos imigrantes alemães e suiços, em relação ao "sistema de parceria", em São Paulo. Culminou a divergência com o Govêrno Imperial, quando, em 1847, chegaram ao Rio de Janeiro centenas de emigrantes da Remânia, quase mortos de fome e muitos dêles enfermos devido ao mau passadio a bordo do navio. Foram êstes colonos enganados vergonhosamente com promessas e informações falsas da Agência de Colonização "Delrue", de Dunquerque.

"... haviam ficado à mercê de si próprios, não sabiam como se arranjar, caíram na penúria e foram forçados a se dirigir para uma colônia do Snr. Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira, a ser instalada no vale ainda pantanoso e insalubre do Macaé, ao norte do Cabo Frio. Dos 140 colonos que se deixaram iludir pelos agentes do Dr. Saturnino, 23 morreram nos primeiros oito meses e os restantes ficaram incapacitados para o trabalho. Os que conseguiram fugir, entregaram-se à mendicância no Rio de Janeiro".

Por iniciativa do Núncio Apostólico D. Badino, 300 dêsses imigrantes foram transportados para Sta. Catarina, constituindo o tronco dos colonos de Armação e de Santa Isabel. (cit. C. Fouquet - Vida e Obra do Doutor Blumenau).

Resultou a divergência na demissão de Sturz em 1859, depois de haver êle exercido o cargo de Cônsul Geral durante 16 anos. Sturz, todavia, não se deu por vencido e, virando bruscamente de rumo,

passou a opor-se categòricamente à emigração alemã para o Brasil, com a mesma pertinácia com que propugnara anteriormente. O famoso decreto e rescrito "Von der Heydt" promulgado em 1859, o qual dificultava a emigração para o Brasil, constituiu seu êxito e era - pelo menos em grande parte - resultado das suas atividades contra a emigração para o Brasil.

A "Sociedade de Proteção aos Imigrantes Alemães" dissolveu-se, nada se sabendo quanto aos motivos; é provável que a revolução de março de 1848 houvesse precipitado os acontecimentos. A verdade é que o movimento nacional de 1848 se havia ocupado vivamente também da questão da imigração. Assim, realizou-se em Frankfurt sôbre o Meno, no outono daquele tempestuoso ano, um congresso com a participação das sociedades alemãs de imigração, ficando incluído pelo Parlamento da Frankfurt, no projeto da Constituição, um artigo especial sôbre a imigração.

Tal era o ambiente em que se iniciaram as primeiras conversações e negociações entre o Príncipe de Joinville de um lado e o Senador Christian Mathias Schroeder do outro lado.

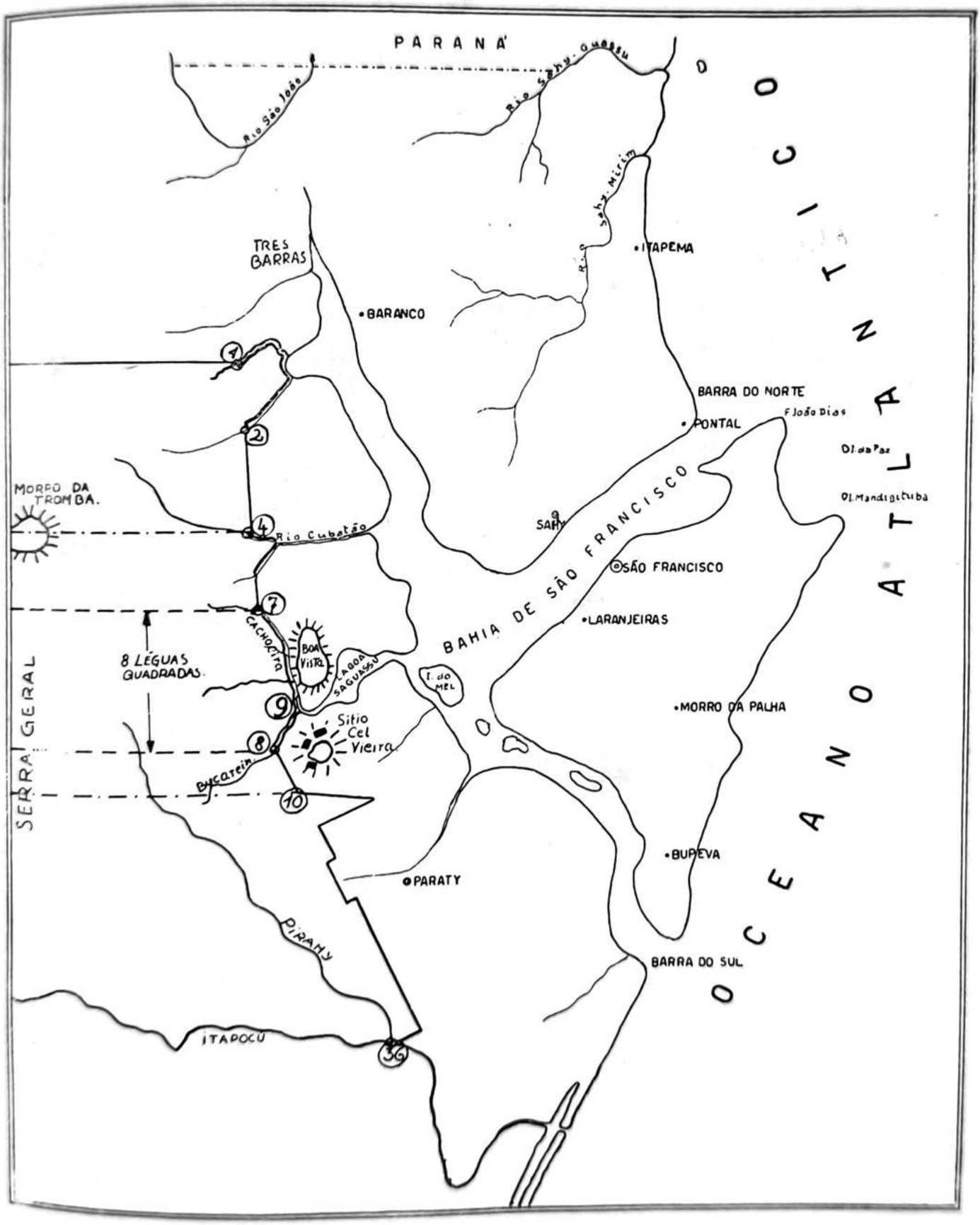
A política na França, de 1842 a 1848, continuava a prolongar-se nas raízes que lhe vinham subterrâneamente da crise revolucionária de 1789, através do napoleonismo, a reação de 1814 e a transação da monarquia, em julho, prosseguindo esta política de lutas da oposição e do Govêrno, exploradas por motivos sociais, religiosos e industriais.

Resignou Louis Philippe ao trono, a 24 de fevereiro de 1848, deixando para sempre as Tulherias. O turbilhão que fervera em Paris, também reduziu Neuilly a um monte de cinzas e ruínas.

Um navio de vela recebeu em Granville os fugitivos reais. Na residência do Ministro da Bélgica, chamada "Sheen House" e situada nos arredores de Londres encontrou-se afinal Louis Philippe, com todos os seus, batidos pela rajada política. A 4 de março de 1848, transferiu-se a Família Real, de "Sheen House" para o palácio de Claremont, perto de Esher, aldeia de Londres.

Foi concedida a mansão gratuitamente a Louis Philippe, pelo seu proprietário, o Rei Leopoldo da Bélgica, que era casado com Louisa d'Orléans, filha de Louis Philippe, em segundo matrimônio.

Ficava o nobre e severo casarão quadrangular no parque de



8 léguas quadradas cedidas à Sociedade Colonizadora. 1849.

velhas árvores e rampas de relvados. Quatro grossas colunas se impunham no peristilo da fachada principal de Claremont, dominando a escadaria lançada a vista de um largo campo inclinado. Louis Phillippe, destronado, asilou-se com a família, definitivamente, sob êsse teto de empréstimo. (1)

Dias depois chegavam a Claremont as famílias do Príncipe de Joinville e do Duque d'Aumale. Seus filhos, a saber, a Princesa Francisca, o Duque de Panthièvre e o Príncipe de Condé, juntaram-se ao Conde d'Eu (6 anos de idade) e a seus dois irmãos, formando um grupo de crianças que se reuniram no salão dos avós, mobiliado de damasco amarelo e listado.

É sabido que saira da Argélia, a bordo do "Solon", e chegara a Londres na noite de 20 a 21 de março, não existindo documentos comprobatórios de que o Príncipe de Joinville aportara em Hamburgo, para oferecer pessoalmente ao Senador Schroeder as suas terras dotais no Brasil.

Existem, porém, dados históricos sôbre a situação econômica e financeira do Príncipe como exilado. Era desastrosa: "... le commencement de l'exil ! A Claremont les soucis d'argent sont pressents. Si l'on ne nous rend pas une partie de nos biens, nous ne savons si nous aurons du pain. L'Anglaterre me pèse. Elle devait peser beacoup à "Chica". Tout la famille était rassamblée à Claremont ou aux environs..." (2)

Fácil de compreender que o Príncipe de Joinville, nesta situação aflitiva, oferecesse parte dos seus vastos latifúndios no Brasil, a fim de obter meios para sustentar a vida e conseguir rendas para o futuro.

As negociações iniciaram-se em Hamburgo entre o Senador Schroeder e o "mandataire" de Suas Altezas Reais, o Snr. Léonce Aubé, que, em princípios de 1848, voltara a Paris como Vice-Cônsul da França e procurador do Príncipe de Joinville no Rio de Janeiro.

Após ter auxiliado eficazmente, e contribuido portanto, para a escolha das terras dotais em Sta. Catarina, Léonce Aubé adminis-

---

(1) Alberto Rangel — Gastão de Orléans, Ed. Nac., 1935.

(2) Neptunia N.º 23, Joinville et la Marine (Bibl. do A.).

trou os bens do Príncipe de Joinville no Brasil. Existe um relatório sôbre esta administração e quanto despendera no primeiro semestre de 1846 com as terras de Santa Catarina : "Ayant à recevoir ces jours 2 contos de reis pour Leurs Altesses, je dois donner à Mr. Aubé.... 2:048$880 reis, représentant quatre mille Francs pour six mois, de Janvier à Juillet, et quelques dépenses extraordinaires faites par lui, il y a donc en ma faveur une differénce de 48$880 reis avancée par moi". (3)

Em carta datada de 10 de dezembro de 1846, Léonce Aubé participava, como Vice-Cônsul da França em Santa Catarina, a recepção da Ordem de Cristo, a qual veio a ser efetivada por Decreto de 20 de abril de 1847, recebendo o hábito de Cavaleiro da Ordem da Rosa em 9 de outubro de 1857.

Êste homem, uma das figuras mais notáveis da colonização de Dona Francisca, nascera em Paris em 1816. Encontramos na bibliografia brasiliana a primeira referência no livro de Saint-Hilaire "Voyage de Saint Paul et de Sainte-Cathérine", em que Saint-Hilaire se refere ao péssimo estado da estrada de Curitiba a Três Barras em 1820, e que em 1842 é que o Presidente da Província comunicara que a estrada estava concluída; mesmo assim, e apesar de terminada a referida obra, a estrada jamais se tornara transitável : "... que nous savons par un ancien élève de notre école polytechnique, Mr. L. Aubé" (4)

Depois de ter voltado à Europa em 1848, Léonce Aubé conseguiu fugir da França e da revolução, com auxílio do antigo procurador do Príncipe de Joinville de 1843, o Mordomo e Velho Conselheiro Paulo Barbosa, que já em 1846 se havia retirado para a Europa, em missão diplomática, aí demorando-se até 1854.

Encontramos Léonce Aubé na Inglaterra, onde, a 16 de março de 1849, assina perante o "notaire" e no tabelião de John Sise Venn, em Londres, uma procuração em que recebe plenos poderes para firmar um contrato de colonização com o Senador Christian Mathias Schroeder, em nome do Príncipe de Joinville e da sua espôsa Françoise.

---

(3) cit. A. J. Lacombe.

(4) Saint Hilaire — Voyage dans l'interieur du Brésil, vol. 2, p. 286.

Tem assim início, com a assinatura deste documento, a história da colonização das terras dotais do Príncipe de Joinville, na Comarca de São Francisco do Sul, em Santa Catarina.

O CONTRATO ENTRE O PRÍNCIPE E O SENADOR SCHROEDER

Encontrou a oferta das terras dotais a mais viva simpatia em Hamburgo, depois de frustrados os grandiosos planos de colonização com a dissolução da "Sociedade de Protecção aos Immigrantes".

O Senador Schroeder convocou os acionistas hamburguêses, honrados homens de negócio, da dissolvida Sociedade colonizadora, a fim de fundar nova emprêsa particular de imigração. Não encontrando apôio, a decisão da questão ficou então a cargo da comissão em Frankfurt, que, até junho de 1849, quando dissolvido o Parlamento, tratou os assuntos referentes à imigração.

Viu então o Senador Schroeder, como homem de negócios, a sua oportunidade. Possuindo vastas relações comerciais no Brasil e sendo a firma "Christian Mathias Schroeder" proprietária de vários veleiros transatlânticos, nada mais natural que a iniciativa de entrar em competição ao lado dos armadores do Havre, Roterdão, Antuérpia, e Londres no negócio do transporte de imigrantes, que lhes proporcionava enormes lucros, trazendo os navios em suas viagens de regresso de ultramar matérias primas para as florescentes indústrias e manufaturas européias, além de produtos como algodão, café, fumo, chá, noz-moscada, canela e demais artigos coloniais.

Não conseguindo reunir novamente os acionistas da extinta Sociedade de Proteção aos Imigrantes, resolveu o Senador Schroeder assumir a responsabilidade pessoalmente, em vista da rara e única oportunidade da oferta das terras dotais no Brasil pelo Príncipe de **Joinville.**

As negociações entre Hamburgo e Claremont resultaram na ida de Léonce Aubé a Hamburgo, em maio de 1849, levando o projeto

do contrato que estabelecia os pormenores da concessão de terras para a futura colonização em proveito recíproco.

No dia 5 de maio de 1849, perante o Notário Público Edouard Schramm em Hamburgo, compareceram de um lado, Monsieur Louis François Léonce Aubé, residente em Paris, Rue Grange Batelière, n.º 17, ora de passagem em Hamburgo, residindo no "Hôtel da Europa", Alsterdamm 39, com procuração bastante, dando plenos poderes para assinar em nome do "Monseigneur le Prince et Madame la Princesse de Joinville", - e do outro lado, Monsieur le Sénator Christian Mathias Schroeder, residente em Hamburgo, Catharinen Strasse, n.º 40.

O contrato particular é assinado nesta data perante duas testemunhas e estabelece as seguintes condições e cláusulas :

§ 1. **Concessão de 8 léguas quadradas de terras,** a título de alienação perpétua, a razão de 1600 hectares por légua, a serem escolhidas pelo Snr. Schroeder no local designado pelo concessionário.

§ 2. **Designação do local das 8 léguas quadradas:** Constam da planta que acompanha o presente contrato, duas linhas em direção : este-oeste, formando um polígono com a área de 11 (onze) léguas quadradas, ficando ao critério do Snr. Schroeder a escolha de 8 léguas quadradas desta área disponível, sem ultrapassar em hipótese alguma - as linhas "D" e "A".

§ 3. **Obriga-se Sua Alteza Real,** abandonar tôdas as benfeitorias, como casas ou derrubas de matas feitas neste local da escolha das terras de concessão, mediante indenização pelo Snr. Schroeder.

§ 4. **Reserva.** Sua Alteza Real reserva-se o direito de requerer no local de uma futura cidade, um lote de 5 hectares (50.000 metros quadrados) ou 500 hectares na área destinada à agricultura rural.

Ao mesmo tempo, Sua Alteza Real se reserva o direito das MINAS no solo e subsolo e o direito de desapropriar as terras em questão contra indenização.

§ 5. **Condições da presente concessão de terras :** 1 - O Snr. Schroeder obriga-se a introduzir na futura colônia pelo menos 1500 imigrantes de ambos os sexos com as seguintes condições : 100 colonos adultos nos primeiros 15 meses, a partir desta data e o dia do em-

barque em qualquer pôrto da Europa com destino á colônia. 200 colonos nos nove meses seguintes e 400 imigrantes em cada um dos três anos seguintes, de maneira que após 5 anos será completada a quantidade de 1500 pessoas introduzidas na colônia. 2. - Para preparar alojamento e casas de recepção para os colonos, o Snr. Schroeder obriga-se a enviar um agente especial que deve partir de Hamburgo três meses após a ratificação do presente contrato. 3. - Obriga-se o Snr. Schroeder a fornecer nos primeiros dois anos, a partir da chegada da primeira leva de colonos, além de alojamento, todos os objetos de primeira necessidade, como ferramentas, sementes e alimentos a preços módicos. Será aberto um crédito para os colonos pobres que poderão restituir a importância recebida em forma de mão-de-obra na base de 3 dias por semana. O pagamento por dia não poderá ser inferior a 400 réis. Enfim, o Snr. Schroeder obriga-se a manter um depósito (Magazin) de mantimentos na colônia, durante os dois primeiros anos. 4. - O Snr. Schroeder obriga-se a construir conforme a necessidade, igrejas, hospitais, escolas etc., e enviar os respectivos sacerdotes, médicos e professôres. Para fazer face às despesas com a manutenção e conservação destas instruções públicas, como também das estradas e caminhos, podera levantar o Snr. Schroeder dos colonos proprietários um imposto anual na base de 2$000 por família (par feu), no máximo. 5. - Obriga-se o Snr. Schroeder a mandar construir estradas e caminhos para facilitar a comunicação entre os colonos. Promete o Snr. Schroeder observar rigorosamente êste ponto importante do contrato. 6. - O Snr. Schroeder solicitará imediatamente do Govêrno Brasileiro os privilégios concedidos geralmente neste caso e apontados na nota anexa a êste contrato. Suas Altezas Reais promentem fazer uso de tôdas as suas influências para consegui-los. No caso de serem os privilégios recusados, o Snr. Schroeder poderá renunciar o presente contrato.

§ 6. **Monsieur Léonce Aubé promete** em nome de S.A.R., o Príncipe de Joinville, a concessão de mais doze (12) léguas quadradas de terras com as mesmas condições acima estipuladas. (o § 7. estipula a localização destas terras.)

§ 8. **O Snr. Schroeder tem o direito** de aceitar ou recusar êstas 12 léguas quadradas de terras dentro do prazo de 4 anos, a partir da data de hoje.

§ 9. **No caso de o Snr. Schroeder aceitar** as 12 léguas quadradas suplementares, compromete-se a introduzir 2.500 colonos nestas terras no prazo de 5 anos, a partir do vencimento do primeiro período estipulado no presente contrato, com as 8 léguas quadradas concedidas. O preço das 12 léguas suplementares será de 10 (dez) francos por hectare.

§ 10. No fim de cada ano, o Snr. Schroeder deverá apresentar um relatório sôbre o estado da colônia e uma planta anexa que indique as terras distribuídas aos colonos, as estradas e ruas construídas e as construções feitas. I.-S.A.R. promete que, durante 10 anos a partir da assinatura dêste contrato, não fará outro contrato semelhante com outra pessoa. 3. - S.A.R. se reserva o direito de manter na colônia uma pessoa de sua confiança para controlar e fiscalizar o cumprimento fiel das cláusulas do presente contrato. 4. - O Snr. Schroeder terá o direito de renunciar o presente contrato dentro do prazo de seis semanas, ou 45 dias, a partir de hoje; aceitando, portanto, o contrato definitivamente, sem cumprir a principal promessa de envitar e despachar 100 colonos dentro de 15 meses, a partir desta data, terá de pagar uma indenização de vinte mil francos a S.A.R., o Príncipe de Joinville.

Os itens e parágrafos que seguem, tratam principalmente da distribuição legal dos títulos de propriedade aos colonos e outros detalhes de menor importância, com exceção da última cláusula : "No caso de transferência do presente contrato com todos os seus itens a uma Sociedade de acionistas, com capital não menor de 300.000 francos (Trois Cent Mille Francs), o Snr. Schroeder promete ficar em pessoa na direção desta Sociedade."

"Fait en double original à Hambourg, le cinq Mai, Mil Huit Cent quarente Neuf. Signé : L. Aubé. Signé : C.M. Schroeder."
(Original no Inst. Geogr. Brasileiro - Rio)

Voltou o Sr. Léonce Aubé a Londres e perante o "Notaire public" John Sise Venn, foi ratificado o contrato assinado em Hamburgo. Estiveram presentes ao ato da assinatura : "Son Altesse Royale, Monseigneur François Ferdinand Phillippe Louis Marie d'Orléans Prince de Joinville, et Son Altesse Royale, Madame Françoise Caroline Jeanne Charlotte Léopoldine Romaine Xavière de Paule Michele Gabrielle Raphaelle Gonzague, Princesse du Brésil", e depois de te-

rem tomado conhecimento do contrato, tratado e assinado em Hamburgo, a 5 de maio de 1849, pelo Snr. Louis François Léonce Aubé e pelo Sr. Senador Christian Mathias Schroeder, conforme a cópia do presente contrato, que CONTEM DOIS ITENS ADICIONAIS E SECRETOS, Suas Altezas Reaes assinam perante o "Notaire public", em 28 de maio de 1849, signé : Fr. d'Orléans signé : Françoise." (Original no Domínio Dona Francisca-Joinville)

O documento da ratificação, escrito em francês, não esclarece os dois artigos secretos, é claro. Apenas menciona : "contenant deux articles aditionels et secrets au traité en contrat fait à Hambourg". Não encontramos outras referências sôbre êstes dois itens. Nem no contrato original, nem nos arquivos de documentos históricos na França (Archives de la Marine; Bibliothéque Nationale; Mr. Fr. Boucher etc.) e do Brasil (Museu Imperial-Petrópolis ; Bibl. Itamarati, Bibl. Nacional).

É muito provável que êstes suplementos secretos se refiram a pagamentos em dinheiro, uma forma de "indenização" ou "recompensa", ou a que título fôr, considerando a situação financeira desastrosa do Príncipe de Joinville no exílio. Não ofereceu, portanto, as 8 léguas quadradas gratuitamente à colonização européia. Confirma-se esta hipótese, quando deparamos com a seguinte observação feita pelo próprio Príncipe de Joinville numa carta endereçada ao seu irmão, o duque d'Aumale : "An cours de l'année 1849, la situation matérielle s'est améliorée". Melhorou o situação financeira repentinamente e de tal maneira, que, em janeiro de 1850, o Príncipe viajou em companhia de "Chica" (ou "mon oiseau des iles", como gostava de chamar à Princesa Dona Francisca), e seus filhos François e Pierre em visita a Espanha e Portugal. Voltou a Claremont em abril do mesmo ano para assistir ao falecimento de Louis Phillippe, em 26 de agôsto.

Esta nossa hipótese, aliás, não é comprovada.

Como signatário do contrato, o Senador Schroeder constituiu em seguida uma SOCIEDADE POR AÇÕES, em Hamburgo, que assumiu os compromissos e direitos do contrato particular. A diretoria interina da Sociedade era composta do Senador Schroeder como presidente, conforme a cláusula especial no contrato, do Snr. Adolf Schramm e do Snr. Georg Wilhelm Schroeder. Foi denominada a nova sociedade : "Colonisations-Verein von 1849 in Hamburg".

A principal preocupação da nova Sociedade Colonizadora consistia na obtenção do capital social por meio da venda de 1000 ações nominais de 200 Thaler cada uma, conforme os estatutos do contrato social.

Os acionistas obtiveram o direito preferencial da posse de 50 MORGEN ou morgos (Um morgo = 2500 metros quadrados) de terras na nova colônia, por ação adquirida, assumindo, porém, o compromisso de colonizar ditas terras no prazo de dois anos, com, pelo menos, uma família de colonos em cada gleba de 50 morgos.

Facultava o mesmo parágrafo a posse de dois lotes no futuro distrito da cidade, com área de um morgo cada lote, em substituição dos 50 morgos rurais.

A Sociedade Colonizadora assumiu todos os direitos e compromissos firmados entre o Senador Schroeder e o Príncipe de Joinville, ficando a diretoria da Sociedade contituída, provisòriamente, dos próprios diretores Schroeder, Schramm e Georg Wilhelm Schroeder, até a data do cumprimento da clâusula sôbre a obtenção do capital social, sendo então eleita nova diretoria.

Outra preocupação da sociedade, que, afinal, não trabalhava ùnicamente por sentimentos filantrópicos, embora esperasse aliviar a triste sorte de muitas famílias honradas, era a propaganda verbal e escrita, ativamente promovida, para orientar o grande número dos indivíduos desejosos de imigrar e desviar o fluxo imigratório dos Estados Unidos da América para o Brasil.

A 11 de agôsto do mesmo ano de 1849, a direção interina do "Hamburger Colonisationsverein" dirigiu uma petição em forma de "Relações das Concessões que pede a Sociedade Colonizadora estabelecida em Hamburgo ao Govêrno de Sua Majestade o Imperador do Brasil a favor da colônia que pretende estabelecer nas terras de Suas Altezas Reais, o Príncipe e a Senhora Princesa de Joinville, na Província de Sta. Catarina, e debaixo do patrocínio das mesmas REAIS PESSOAS".

1.º — "O estabelecimento de uma alfandega e mesa de rendas ás margens do Rio São Francisco, na Vila do mesmo nome" ... e visto que na terra de Santa Catharina ainda não existe Alfandega nenhuma, havendo já duas nas Provincias de São Pau-

lo, como na do Rio Grande do Sul, parece êste pedido plenamente justificado.

2.º — Isenção do direito de ancoragem dos navios portadores de Colonos.

3.º — Isenção dos direitos de consumo e expediente.
Primeiro: para quaesquer utensilios, mobilia, matereaes, sementes etc. Segundo: para os viveres necessários à alimentação dos Colonos. Muito diminuto será o desfalque na renda que poderá soffrer o Thezouro Imperial por essas concessões, justificadas pelas faltas de víveres no Districto da Colônia. Suas Altezas Reaes, pelo § 5.º do contracto, impõe á Sociedade Colonizadora a obrigação de alimentar os Colonos durante hum anno, portanto o dever de pedir ao Governo Imperial esta immunidade, que se acha justificada pelo Art. 8.º § 4 a 6 do Contracto "VAN LEDE".

4.º — Todas as facilidades possiveis, relativamente á Naturalização dos Colonos.

5.º — Isenção para os Colonos de toda e qualquer Contribuição directa durante os primeiros 10 annos, e do Serviço Militar por toda a Vida, excepto o da Guarda Nacional dentro do districto da Colonia. No Contracto "Van Lede", Art. 6 e 8 se achão a este respeito concessões muito mais extensas.

6.º — Pagamento de passagens da Europa até a Colonia, dos Colonos menores de 5-12 annos de idade, pelo preço de 19 Peças fortes por cabeça durante o decurso do Contracto com Suas Altezas. Reaes (5 ou 10 annos) Este pagamento será feito pelo Thezouro da Côrte, logo que lhe fôr apresentada pelo Procurador da Sociedade, huma Certidão de embarque passada pelo Agente Diplomatico ou Consular Brasileiro, residente no porto de embarque.

Igual favor, é concedido ao Ex. Snr. Senador Vergueiro de São Paulo, no embarque de Colonos de Hamburgo para Santos pelas Barcas "Francisca" e "Merk" em 1847.

7.º — Congrua para dous Ecclesiasticos allemães: hum catholico e outro protestante, que devem accompanhar os Colonos. E serve de exemplo igual procedimento, da parte do Governo Imperial, na Colonia de Petrópolis.

8.º — Protecção aos Colonos de livres instituições Municipaes, semelhantes ás que regem a Colônia de Petrópolis. Para este fim, o Governo Imperial permittirá aos Colonos a escolha de arbitros (Burgomestres) para a justa decisão das suas disputas e a administração dos seus estabelecimentos, visto que os Colonos, não entendendo, por ora a lingua do paiz, e não sendo ainda naturalizados, não gozarão de direito de elegerem Juizes de Paz.

9.º — Autorização ao Director da Colonia para prohibir aos Colonos o emprêgo de escravos nas terras de Suas Altezas Reaes e para vedar ou restringir a venda a retalho de bebidas espirituosas.

10.º — Promessa de mandar sustentar e tornar effectivo com todo o rigor da lei, os contractos entre a Sociedade e os Colonos. Á vista da promessa de introduzir certo numero de Colonos e de fornecer-lhes viveres, utensilios e morada durante o espaço de hum anno, não poderá ella deixar de contrahir débitos com huma parte delles e por isso, pede a protecção do Governo para taes engajamentos contrahidos pelos Colonos aos quaes concede a faculdade de os amortisarem em parte com salarios de serviços.

Os supplicantes nos motivos acima expostos, recorrerão algumas vezes ao Contracto "VAN LEDE", o qual encontrou opposição nas Camaras em algumas das suas estipulações, como Concessões gratuítas de terras, premios d'importação de 30$000 por Colono, construcção d'estradas, etc.

Os abaixos assignados que há muitos annos cultivão relações com o Brazil e que têm estabelecido Casas de Commercio em varios portos do Império e adquirido algum conhecimento do paiz, desejão estabelecer huma Colonia que possa por todos os lados servir de modelo. Por isso desejão e esperão, que o Governo Imperial lhes prestará coadjuvação, dignando-se conceder-lhes no interesse do Paiz os privilégios e isenções que pedem.

Hamburgo, 11 de agosto de 1849 - O Comité Provisorio da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo".

Ass: Chr. Math. Schroeder & Co; A. Schramm; G. W. Schroeder.

(Orig. no Inst. Hist. Geogr. Bras. — Rio)

Este valioso documento, que transcrevemos conforme o original, devidamente rubricado pelo procurador da Sociedade Colonizadora no Rio de Janeiro, Cônsul Arthur Guiger, representa indiscutìvelmente o comêço da colonização européia no norte-catarinense, iniciando as negociações entre a sociedade recém-fundada e o Govêrno Imperial do Brasil.

O portador do documento, engenheiro Herrmann Guenther, foi contratado pela Sociedade Colonizadora para escolher, nas terras disponíveis de 8 léguas quadradas, o melhor local para a instalação da colônia. Chegou o encarregado do "Kolonisationsverein" no Rio de Janeiro em fins de outubro de 1849, hospedando-se na residência do Snr. Arthur Guiger, na Rua da Alfândega, N.º 48.

Acontece que a homologação do contrato na Côrte e a concessão dos privilégios requeridos demorou tanto que sòmente em 15 de maio de 1850, pelo decreto N.º 537, o Govêrno Imperial aceitou parte das exigéncias formuladas nas "Relações de Concessões" ficando entre outros o § 6 sem observância (pagamento das passagens de menores de 5-12 anos de idade pelo Gôverno Imperial).

Devido aos grandes atrasos burocráticos, tanto no Rio de Janeiro, como também em Hamburgo, o prazo estipulado no contrato entre a Sociedade e o Príncipe de Joinville sôbre o despacho e embarque dos primeiros cem colonos, esgotou-se no dia 5 de agôsto de 1850, tornando-se necessário fôsse o prazo contratual prorrogado por mais um ano. O Príncipe de Joinville concordou generosamente, reconhecendo as dificuldades em virtude das pertubações políticas na Alemanha, com a dissolução do Parlamento, cujos remanescentes foram dispersados em Stuttgart, em junho de 1849, pelo poder das armas e conseqüentemente tiveram de ser abandonadas tôdas as aspirações, quanto a uma regulamentação da imigração.

A planejada colonização do norte-catarinense teve repercussão favorável na imprensa brasileira. No Relatório que o Doutor Antônio Pereira Pinto entregou à Presidência da Província, em 30 de novembro de 1849, deparamos com o seguinte trecho : "Pelos jornaes tivemos ultimamente a grata noticia de que Sua Alteza o Príncipe de Joinville cedera parte do territorio, que lhe pertence no Municipio de S. Francisco para hum estabelecimento colonial; em tão favoravel departamento, será essa instituição de incalculaveis vantagens futuras".

A Província de Sta. Catarina nesta época ainda sentia as conseqüencias da revolução de 1835 a 1845, conhecida por "Guerra dos Farrapos". Contava, segundo dados oficiais, 80.000 habitantes, dos quais, ao todo 60.000 brancos, 4.000 libertos de côr e 14.000 escravos.

A ilha de Sta. Catarina era habitada por cêrca de 20.000 almas, sendo que o Destêrro, que há 28 anos já vinha gozando das prerrogativas de Cidade, contava mais ou menos 8.000 habitantes. A terra firme era povoada na faixa estreita do litoral e alguns trechos do planalto. Entre a costa e o planalto, as terras férteis, cobertas de florestas, estavam pràticamente despovoadas.

Foi seu Presidente, de 1840 a 1848, o Marechal Graduado Antero José Ferreira de Brito, que, a 6 de março de 1849, teve como sucessor Antônio Pereira Pinto; êste exerceu o govêrno da Província por pouco tempo, sendo, a 24 de janeiro de 1850, substituído pelo Dr. João José Coutinho, homem prudente e enérgico. Esforçava-se êle vivamente por promover o progresso da Província, e, vendo na colonização um meio para alcançar tal objetivo, não podia deixar de aprovar os projetos da Sociedade Colonizadora de Hamburgo.

CAPÍTULO III

O NÚCLEO COLONIAL DONA FRANCISCA. 1850 - 1851

A expedição pioneira. — São Francisco do Sul e o Cel. Francisco de Oliveira Camacho. — Escolha do local da futura Colônia. — Os primeiros trabalhos realizados. — Vinda de Eduard Schroeder e do Dr. H. Koestlin. — Joinville e Schroedersort. — Acontecimentos dramáticos.

No Rio de Janeiro, finalmente, a 15 de maio de 1850, o Cônsul Geral de Hamburgo, Arthur Guiger, no encargo de procurador da Sociedade Colonizadora e assistido por Hermann Liebich, conseguiu a homologação das concessões e privilégios requeridos à Côrte, em forma de LEI.

Contava a Sociedade de Hamburgo com o amparo do Govêrno Imperial, tornando-se o Sr. Léonce Aubé, como representante do Príncipe de Joinville, "persona grata" e de certa influência na Côrte. Voltava Aubé da França em fins de novembro de 1849, vencendo todos os obstáculos burocráticos, na sua qualidade de Vice-Cônsul da França em Sta. Catarina.

Três dias após a ratificação das concessões, a 18 de maio de 1850, encontramos um grupo de nove pessoas a bordo do patacho costeiro "Dous Irmãos", que levava em 3 dias de viagem os primeiros pioneiros a São Francisco do Sul :

Louis François Léonce Aubé, cidadão francês, com 34 anos de idade, Vice-Cônsul da França em Sta. Catarina e representante de Suas Altezas Reaes, o Príncipe e a Princesa de Joinville ;

Louis Duvoisin, cozinheiro e servente de Aubé, cidadão francês, com 30 anos de idade, que emigrara para o Brasil em 1842. Era êle solteiro como também Léonce Aubé.

Hermann Guenther, Engenheiro e encarregado do "Hamburger Kolonisations Verein von 1849", com a incumbência de receber, oficialmente, da mãos do representante do Príncipe de Joinville, as 8 léguas quadradas de terras, conforme o contrato.

Além dêstes três passageiros, acompanharam a expedição mais duas famílias, sendo contratadas pelo engenheiro Guenther no Rio de Janeiro, para formar um primeiro núcleo colonial e iniciar a derrubada das matas virgens, abrir brechas e picadas para as primeiras plantações :

Peter Schneider, lavrador, com 26 anos de idade.
Maria Catharina, sua mulher.
Catharina Schneider, sua filha.
Ewert Sebastian von Knorring, lavrador, com 33 anos de idade.
Augusta Sophia von Knorring, sua mulher.
Mathilde Elisabeth von Knorring, sua filha recém-nascida.

Acompanhou também esta expedição - segundo nos conta um dos primeiros cronistas, Theodor Rodowicz-Oswiecimsky, no seu livro "Die Colonie Dona Francisca" (editado em 1853) - a amásia do engenheiro Guenther, de nome Julie Engell.

O patacho "Dous Irmãos" fundeou na Barra de São Francisco do Sul ao anoitecer do dia 21 de maio.

Cidade antiga, que, evidentemente, teve melhores dias, São Francisco está lindamente situada na ilha separada do continente apenas por pequeno estreito. O Rev.º James C. Fletcher, que estêve no Brasil de 1851 a 1865, nos conta suas impressões de viagem "Brazil and the Brazilians" a vida sossegada dêste pôrto, situado nas águas da Babitonga, nome pelo qual a baía era conhecida dos indígenas . . . "diante de nós estendia-se uma baía de três milhas de largura e seis de comprimento. É bem protegida do oceano e nela deságuam rios que correm das montanhas que erguem seus verdes cumes muito ao longe. Essa escarpada serra, em sua maior altura, tem mais de quatro mil pés acima do nivel do mar e da sua raiz no interior até a rica planície em que está situada Curitiba, há uma elevação

gradual de vinte milhas. Com uma população ativa, essa região — que no respeito à fertilidade e ao clima é uma das melhores do mundo - teria uma cultura florescente".

O Comandante do Batalhão de Milicianos, sediado em São Francisco do Sul, era então o Tenente Coronel de 2.ª linha Francisco de Oliveira Camacho, figura das mais representativas do Município. Latifundiário na região, possuindo vasta extensão de terras em ambas as margens da baía, já mencionamos o seu nome por ocasião da escolha de terras coloniais na península do Saí pelo Dr. Benoit Jules Mure, em 1841, e através dos Autos de Medição das terras dotais em 1846, quando o engenheiro Cel. Jerônimo F. Coelho desviava o rumo da medição, respeitando as terras cultivadas da "Colônia Agrícula do Cel. Camacho", concedidas por autorização do Govêrno Provincial, em 1842. Tratando-se apenas de plantações insignificantes, ficaram estas encravadas nas terras dotais de Suas Altezas Reais.

O Ten. Cel. Camacho tornara-se figura legendária após a independência, em 7 de setembro de 1822, e após a evacuação da Bahia e libertação do Maranhão e do Pará em 1823, encontrando-se o Brasil livre de todos os elementos de que Portugal poderia utilizar-se para combater o Império recém-fundado.

Entretanto, surgiram boatos alarmantes de que Portugal preparava expedições militares com destino ao Brasil, tentando fazer um desembarque nas costas brasileiras.

Em 21 de julho, o Ten. Cel. Camacho, então comandante do Batalhão dos Milicianos, recebia um ofício do Governador das armas da Província, em que lhe era recomendado pôr em prática, na Villa de São Francisco, as medidas de defesa. Resolveram, em reunião da Câmara, em 26 de julho de 1824, "obstar qualquer assalto do inimigo, e no caso de não quererem as ditas tropas portuguesas obedecer a estas ordens, e ousaram desembarcar, sejão rechaçadas com as armas na mão, por todas as forças militares e até pelo povo em massa !"

"Ficou assentado, que immediatamente se poste vigia no alto do Monte Pão de Assucar para informar a guarda da Polvora e esta ao Commandante da Villa, e êste aos povos de qualquer acontecimento de embarcações que appareção ao mar desta barra. Que de ora em diante sejão exercitados os milicianos em seu manejo de

armas todos os domingos e que o armamento do Batalhão que estiver arruinado seja concertado para o qual serviço da Patria serão chamados os ferreiros da habitação. Que as oito unicas peças que se achão sem reparo algum, sejão reparadas para poderem servir na occasião de defeza. Que se faça cartuchamento em sufficiente numero, e que dêm providências para recatar a Polvora por se achar depositada em muito mau lugar." (1)

A expedição portuguêsa nunca se realizou, e, em 24 de agôsto de 1824, o Conselho Geral da Província enviou ofício do Destêrro para aqui, comunicando que suspendessem os exercícios dos milicianos, aos domingos.

O mesmo Ten. Cel. Francisco de Oliveira Camacho, na sua qualidade de Comandante Militar dos Milicianos em São Francisco do Sul, incumbiu-se do prosseguimento da viagem em canoas, para levar a expedição ao local da futura colônia.

No dia seguinte, a 22 de maio de 1850, as canoas lotadas com pessoas e bagagem, vagavam à frente, atravessando o baía Babitonga e a lagoa Saguaçú, subindo o Rio Cachoeira, aportando finalmente no "Pôrto Bucarein", exatamente no local onde o Cel Jerônimo Coelho tinha assentado o MARCO de pedra lavrada N.º 9, uns quatro anos antes.

O Pôrto de Bucarein, ponto estratégico no lugar da confluência do Rio Bucarein com o Rio Cachoeira, ficou dentro da medição das terras dotais do Príncipe de Joinville, e ao mesmo tempo servia de pôrto de embarque aos moradores do "Sítio do Coronel Antônio João Vieira", que alí se instalara com a fazenda e muitos escravos, plantações e terras cultivadas, nas margens do riacho Itai-Guaçú, hoje Itaum.

Como conhecedor da região, o Coronel Vieira ofereceu os seus serviços e escravos, quando, em 22 de maio de 1850, chegaram Léonce Aubé, engenheiro Guenther e demais membros da expedição pioneira.

Prosseguindo viagem, o rio se foi estreitando, e grandes aves aquáticas se espantavam com as vozes e com pancadas dos remos. Grandes árvores, com suas ricas parasitas, dobravam-se por sôbre

(1) "Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de S. C.", Florianópolis, 1919, 1.º a 4.º trim. p. 58.

as canoas e o rio tornou-se extremamente estreito, com grandes pedras e rochas de granito nas margens lodosas e pretas.

Há provas documentadas, de que no mesmo dia 22 de maio, continuavam a subir o Rio Cachoeira, até chegar à embocadura de um riacho de águas puras e cristalinas. À beira do mesmo encontrava-se uma cabana rústica do cidadão francês M. Frontin, egresso da Colônia do Saí, fracassada anos antes.

Ao anoitecer, chegaram os pioneiros na pequena clareira aberta na densa vegetação da mata virgem, defronte a êsse rancho, desembarcando em seguida.

Além dêsse ponto, o Rio Cachoeira não oferecia mais possibilidade de navegação. Silenciosas e imóveis, pendiam sôbre as águas do rio as sombrias frontes das árvores. Resolveram então Aubé Guenther, o Cel. Vieira, que acompanhava a expedição, e os demais colonos, passar a noite no rancho de Frontin. Foi assim, desta maneira, escolhido o local da futura Colônia Dona Francisca.

O ponto de desembarque da expedição, à beira do pequeno riacho, era conhecido por "Caminho do Jurapé", já mencionado nos Autos de Demarcação e Medição de Jerônimo Coelho, em 8 de janeiro de 1846, quando êle atravessava êsse caminho de caçador, vindo das margens do Rio Cachoeira, que, por sua vez, formava o limite natural das terras dotais até a sua confluência com o Rio Bucarein.

Êsse "Caminho de Jurapé", uma simples picada de caçadores, partia exatamente do ponto da embocadura do (hoje "Ribeirão Matias", e ao mesmo tempo do local, onde se encontrava a cabana do francês M. Frontin.

Local de suma importância, pois daí partiu a colonização de Joinville e daí correu o caminho Jurapé, mato dentro, hoje Rua 9 de Março.

Na primeira planta de Joinville, desenhada em 1852 pelo engenheiro Banholzer e impressa em abril de 1853, em Hamburgo, fazendo parte do 3.º Relatório da Sociedade Colonizadora, ainda encontramos essa casa de M. Frontin na margem direita do Rio Cachoeira.

A Colônia Dona Francisca, já assim denominada pelos seus idealizadores em Hamburgo, teve o marco inicial da sua vida, a 22 de maio de 1850, quando desembarcados os seus primeiros morado-

res, às margens do Rio Cachoeira, onde havia sido destinada a área de 8 léguas quadradas para o seu estabelecimento.:

Um documento inédito sôbre a primeira fase da povoação do novo núcleo colonial, representa a carta de Léonce Aubé endereçada a Sua Majestade, o Imperador Dom Pedro II, em 30 de agôsto de 1850, portanto 3 meses após a chegada da expedição :

"Sire ! Avant mon départ de Rio de Janeiro, Votre Majesté a daigné en permettre de lui écrire pour la tenir au courant de mes traveaux, et bien que je n'ai encore que peu de choses à on dire, je profite la faveur qui m' a été accordée.

"Aussitôt mon arrivé à S. Francisco, je me sui rendu avec l'ingenieur envovyé par M. Schroeder sur les terres dont Mr. le Prince et Madame la Princesse de Joinville avaient fait la concession, et je l'mis en possession de dites terres, afin qu'il put y faire exécuter sans delai. Les premiers travaux, c'est à dire la construction des maisons ou hangards destinés à recevoir les premiers colons à leur arrivée.

Je me suis ensuite rendu à Desterro, la Capitale, afin de visiter le Président et les autorités de la Province des quelles j' ai été parfaitement accueilli et après une absence de 3 semaines, j'étais de retour à S. Francisco.

"Dans le cas Votre Majesté désirait connoitre l'emplacement où seront établis les premiers colons, et où sont déjá construites les maison qui doivent leur donner abris, en consultant la grande carte de la démarcation, Vôtre Majesté trouvera facilement la rivière de la Caxoeira, l'un des affuens du Saguassú; en remontent cette rivière de la Caxoeira, on trouve sur la gauche la rivière du Bucareim, puis au dessus un très petit ruisseau et au dessus un autre ruisseau un peu plus étendu; c'est précisement en cet endroit que nous avons fait défricher une petite étendue de terrain et construite deux maison à 100 brasses environs de la riviére de la Caxoeira et sur les bords du petit ruisseau, dont je vins de parler, une maison de chaque coté.

"Ces premiers traveux sont achevés depuis qualques semaines, malheureusement les colons ne sont pas ancore arrivés, et depuis plus d'un mois je n'ai encore nouvelle, ce qui me contrarie beacoup par l'inaction ou cela me retient. Cependant afin

de ne pas perdre entièrement mon temps, je viens de choisir à l'endroit même dont il est question, un terrain de 100 brasses en quarré, que je fait défricher et où je vais faire une petite maison ; j'ai l'intention de faire là quelques essaies de culture en petit, afin de voir les produits que servent les plus avantageaux.

"Les notions que l'on pourrait tirer de l'expérience des habitans du pays, sont en effet presque nulles car à S. Francisco c'est à dire dans tout le district, on ne cultive que la mandioc et un peu de riz"... (2)

Esta carta, sem dúvida um dos documentos mais preciosos da história de Joinville, revela minunciosamente os primeiros trabalhos realizados sob a orientação do engenheiro Guenther.

Subindo o pequeno riacho "de águas puras e cristalinas", mais tarde chamado "Ribeirão Mathias" a uma distância de 100 braças (220 metros) do Rio Cachoeira, derrubava-se a mata virgem para abrir as primeiras clareiras. Construiram-se em seguida dois ranchos espaçosos, nas duas margens do riacho, ligados por uma ponte rústica.

As construções eram as mais simples possíveis, à maneira nativa, feitas de troncos de palmitos ligados com cipó e cobertas com feixes de fôlhas de palmeiras. Um dos ranchos media 74 por 36 pés (22 x 10 metros) e achava-se na pequena ilha formada pelos dois braços do ribeirão. Mais tarde, após a chegada dos colonos europeus, êsse rancho foi transformado em casa de oração (igreja) e escola, assinalado no primeiro mapa, publicado em 1853, com a letra "K".

A outra casa, construída ao lado oposto do ribeirão, continha divisões para seis famílias, com entradas separadas, medindo também 74 x 36 pés.

O local exato da construção dêstes dois ranchos, primeiro brôto da futura Cidade de Joinville, encontrava-se precisamente entre a atual 9 de Março e Rua 15 de Novembro, no beco chamado "Mato Grosso".

Os primeiros relatórios sôbre os trabalhos preliminares, envia-

(2) Original no Museu Imperial — Petrópolis.

dos por Hermann Guenther à Sociedade Colonizadora em Hamburgo, não existem mais.

Existem porém, reproduzidas na revista semanal "Leipziger Illustrierte Zeitung", de 3 de maio de 1851, duas lindas ilustrações das primeiras casas construídas na Colônia Dona Francisca, com texto fornecido pela Sociedade Colonizadora, em forma de propaganda para a imigração. (3)

É êsse o primeiro documento iconográfico que saiu da nova colônia em formação, possìvelmente desenhado por Julie Engell, companheira do Engenheiro Guenther, conforme nas conta Theodor Rodowicz-Oswiecimsky no seu livro "Die Colonie Dona Francisca".

Existe realmente outra versão sôbre a origem das lindas ilustrações, que tanto se parecem com fotografias e não com desenhos. Levando em consideração a nítida reprodução, quase fotográfica, dos detalhes mais típicos, chegamos à conclusão de que sòmente pessoa com conhecimento profundo do local poderia fornecer desenhos das duas primeiras casas construídas na colônia, observando os detalhes na construção dos ranchos, as fôlhas das belas palmeiras nìtidamente desenhadas e a localização em ambas as margens do riacho, ligadas por ponte rústica.

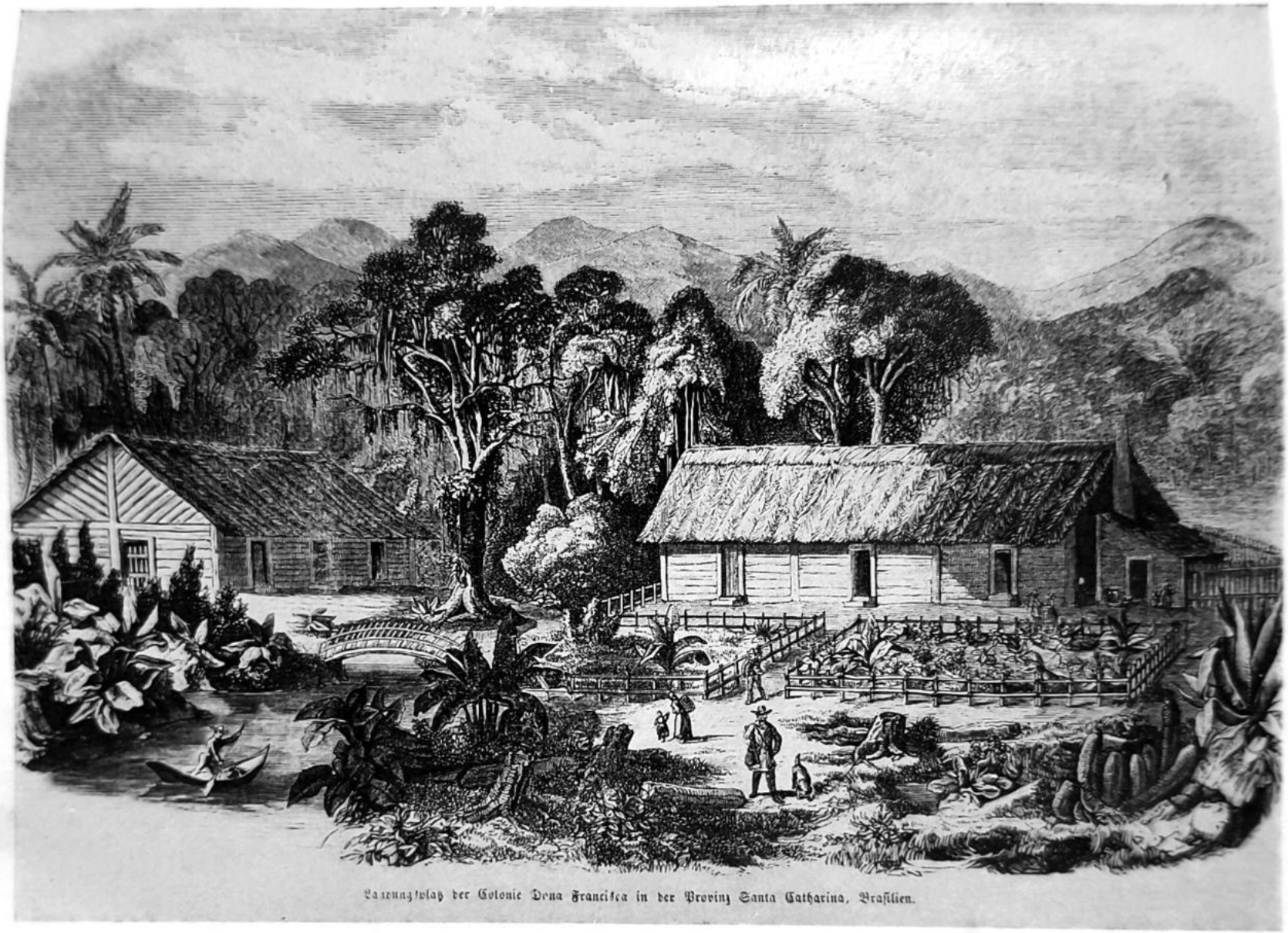
Não é hipótese, quando afirmamos : "existe muita possibilidade de que os originais não eram desenhos e sim fotografias daguerreótipos, invenção recente do francês Daguerre". Em carta dirigida ao Imperador Dom Pedro II, de 30 de agôsto de 1850, Léonce Aubé confessa que trouxera da França uma máquina para daguerreotipar, aparêlho primitivo dos tempos primórdios da fotografia moderna.

"Je crois avoir dit dans le tems à Votre Majesté que j'avais avec moi un daguerreotype pour travailler sur le papeir. J'ai eu depuis mon arriver quelque travaux qui m'ont empêche de me livrer à cette distraction; cependant j'ai tiré trois petites vues de la ville de S. Francisco et quoi qu'elles ne soient pas très bonnes, j'ai pense qu'elles pourraient être agréable à Votre Majesté et je priends la liberté de les lui envoyer".

Promete Léonce Aubé, na mesma carta, enviar na primeira oportunidade algumas vistas da colônia nova.

---

(3) Landesbibliothek Wiesbaden — Alemanha.



Primeira vista de Joinville, antes da fundação. Desenho de 1850
Xilogravura publicada na "Illustrierte Zeitung" de 1851.

Sendo a carta datada de agôsto de 1850, na própria colônia, existe grande possibilidade de que Aubé tivesse tirado umas vistas daguerreótipos do núcleo colonial, enviando-as junto com os primeiros relatórios do engenheiro Guenther a Hamburgo, em outubro ou novembro do mesmo ano. Levando em consideração a viagem, da colônia ao Rio de Janeiro, do Rio a Hamburgo e mais o tempo necessário para a confecção das xilogravuras (feitas pelo então famoso xilógrafo Eduart Krestschmar), até a publicação das ilustrações na "Ilustrierte Zeitung", podem determinar a data certa das duas fotografias daguerreótipos (ou desenhos) com segurança : outubro de 1850.

Não era das mais felizes a escolha dos colonos pelo encarregado da Sociedade Colonizadora, H. Guenther. Preparar as terras, cobertas de densa vegetação tropical, para a recepção dos imigrantes europeus, construir ranchos e casas de alojamento e fazer as primeira plantações em terreno pantanoso e úmido, exigia homens fortes e trabalhadores rurais experimentados.

Nenhum dos requisitos ou condições essenciais traziam as duas famílias contratadas pelo engenheiro Guenther. Um dos "colonos", Ewert von Knorring, um nobre jurista, era de físico delicado e de saúde precária. Quando estudante da Universidade de Upsala, na Suécia, fôra acometido de infecção pulmonar. Veio von Knorring ao Brasil em 1849, no mesmo ano do seu casamento. Embarcando com a jovem espôsa e a filha recém-nascida, de certo não representava o tipo de homem robusto e forte para trabalhar na roça. Conseqüentemente, empreitaram-se brasileiros, moradores da redondeza, que ofereceram os seus serviços.

Enquanto êsses desbravadores da região abriram os claros na mata virgem, derrubando árvores e preparando o chão para as primeiras plantações de mandioca, feijão e milho, organizava-se em Hamburgo o despacho do primeiro transporte de colonos para a nova colônia no Brasil.

Conforme o contrato de 5 de maio de 1849, entre o Príncipe de Joinville e o Senador Schroeder (§ 5), deveriam ser introduzidos na colônia pelo menos 100 colonos até julho de 1850. Em virtude de dificuldades políticas na Europa, o prazo do despacho dos primeiros imigrantes fôra prorrogado até 10 de dezembro de 1851, quando a barca norueguesa "Colon" deixou o pôrto de Hamburgo com 124 pas-

sageiros a bordo. Devido a ventos contrários, êsse veleiro fretado sòmente zarpou da barra nos primeiros dias de janeiro de 1851.

Nesse mesmo mês de janeiro, chegou a Hamburgo o representante da Sociedade Colonizadora no Rio de Janeiro, Cônsul Arthur Guiger, portador de vasto material em forma de relatórios, contas, descrições, ilustrações e notícias verbais, que o engenheiro Guenther, da colônia em formação, tinha enviado ao Rio de Janeiro.

Com êsse material instrutivo na mão, a "Sociedade Colonizadora de 1849, em Hamburgo" deu a lume o seu primeiro Relatório em março de 1851, hoje verdadeira relíquia histórica, pois relata os acontecimentos na Colônia Dona Francisca ANTES da chegada dos primeiros colonos europeus. O mapa anexo indica nìtidamente o primeiro núcleo colonial (Erste Ansiedlung) nas margens do "Rio Mathias", e o local designado para a futura Cidade de Joinville, planejada na mesa verde, em Hamburgo.

Êsse primeiro Relatório da direção interina da Sociedade (a direção definitiva sòmente instituíu-se depois da realização do capital social por ações, a 12 de julho de 1851), impresso em Hamburgo em março de 1851, além dos itens do contrato firmado com o Príncipe de Joinville e dos estatutos da Sociedade, relata as primeiras notícias da colônia no Brasil :

"A colônia recebeu o nome de Dona Francisca e a primeira cidade a ser fundada o nome de Joinville. Também enviamos em fins de outono de 1849 o engenheiro H. Guenther para o Rio de Janeiro, com instruções, para se dirigir para a colônia. Circunstâncias imprevistas retardaram a sua partida de maneira que apenas em maio de 1850 lhe foi possível viajar até a colônia onde chegou depois de 3 dias de viagem, juntamente com diversos colonos. Já se haviam realizado trabalhos como plantações e já se haviam feito colheitas. Construíram-se, além da morada do engenheiro, um depósito e algumas casas de colono e uma construção espaçosa para recebê-los. Já se iniciara a construção de caminhos em direção à Serra Geral e escolhera-se o lugar mais apropriado para o desembarque e para a construção da futura cidade de Joinville".

Ponto importante a observar é a separação rigorosa entre a "Colônia agrícola Dona Francisca" e a futura "Cidade de Joinville", localizadas no mapa do I.º Relatório em lugares bem distantes uma da outra.

Em viagem de negócios de Nova-Orleans passava pelo Rio de Janeiro o filho do velho Senador Schroeder, em janeiro de 1851. Encontrou no Rio, na Agência da firma "Christian Matthias Schroeder" do procurador Hermann Liebich, a notícia da breve partida do primeiro navio imigratório de Hamburgo, com destino à nova colônia. Resolveu então verificar "in-loco" os preparativos feitos para a recepção dos colonos e fiscalizar o empreendimento colonial paterno.

Partiu o Snr. Eduard Schroeder do Rio de Janeiro, acompanhado de um amigo seu, o Dr. Koestlin, a bordo do patacho "Pereira", chegando a São Francisco do Sul, após uma viagem penosa de 8 dias, a 28 de janeiro de 1851. Fortes temporais impediram a entrada na barra do pôrto, sendo o patacho por duas vêzes rechassado pelos ventos contrários.

Nas colunas do jornal alemão "Hamburger Nachrichten", de 1851, o Dr. Koestlin relata os episódios dessa viagem :

> "Partindo de São Francisco no dia I.º de fevereiro, atravessamos a baía num bote em direção à colônia, passando por diversas ilhas, como a Ilha Comprida, a Ilha Redonda, etc. cuja base rochosa é o reino de ricas estirpes de aves. Fileiras de garças brancas, azuis e mesmo vermelhas, assim como patos d' água, habitam essas paragens e os rochedos que aí se encontram espalhados".
>
> "Enormes quantidades de pequenas aves aquáticas amarelas habitam os ares."
>
> "Ao longo, vêm-se as pitorescas montanhas costeiras e a impressionante queda do Piraí que, distante quatro milhas das praias, se lança estrondosa e espumante serra abaixo !"
>
> "Depois de se ter saído da baía e tendo-se atravessado a pequena lagoa Saguaçu, ingressa-se no rio, em cujas margens há arbustos de mangue, sinal certo de terras pantanosas e sujeitas à maré. Mas dentro em breve, a margem se torna mais elevada à esquerda e a mata tropical, em sua virginal beleza, recobre solos secos. Centenas de palmitos dão prova de que a gente se encontra no Brasil, a pátria das palmeiras."
>
> "A partir da confluência do Bucarein e do Cachoeira, onde se

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL PIRABEIRABA

inicia a região da Colônia e onde se entra no Cachoeira, as margens se aproximam mais e mais, a floresta se curva por cima das águas e as colinas se achegam" ... justamente nessa confluência, até onde as embarcações costeiras podem chegar sem maior dificuldade, pretende-se erguer uma cidade que deverá ter o nome de "Joinville" !

"Algo mais para o norte dêsse ponto, às margens do Ribeirão Mathias, pequeno afluente do Cachoeira, encontra-se a colonização "Schroedersort" ("Localidade de Schroeder").

Constatamos neste relatório do Dr. Koestlin, pela primeira vez, os nomes "Schroedersort" e "Matthias-Fluss" para a pequena aglomeração de ranchos nas margens do riacho, ora sem nome, afluente do Rio Cachoeira.

A primeira planta impressa no relatório de 1851 e desenhada por Guenther em outubro de 1850, aponta o riacho como "Fluss", quer dizer "rio". Já no segundo mapa publicado em 1853, encontramos a diminuição para "Bach" ou "riacho", evidentemente por ser demasiadamente pequeno o riozinho. Hoje em dia, o ribeirão Matias, devido ao desmatamento sistemático das florestas, nada tem de caudaloso, atravessando todo o centro da cidade, ocultando-se sob canalização de ferro e cimento, encabulado com todos os detritos que ajunta em sua escura e submersa caminhada, para desaguar, sempre modesto, no Rio Cachoeira.

Desembarcaram Eduard Schroeder e o Dr. Koestlin no mesmo dia 1.º de fevereiro de 1851 nas margens lodosas do Rio Cachoeira, encontrando uma picada aberta em direção a dois ranchos espaçosos. Mais adiante erguiam-se as choupanas rústicas do engenheiro Guenther e dos colonos vindos do Rio de Janeiro, além da habitação de Léonce Aubé; as poucas plantações existentes na clareira em nada correspondiam aos gastos excessivos de dinheiro da Sociedade Colonizadora e aos relatórios enviados por Guenther a Hamburgo.

Eduard Schroeder, vendo o fracasso da missão do engenheiro, dispensou-o imediatamente, assumindo a direção do pequeno núcleo colonial, para adiantar ao máximo possível os preparativos para a recepção da primeira leva dos imigrantes, já em viagem.

Daí em diante, o ritmo do trabalho não mais cessaria. O hori-

zonte alargar-se-ia com a derrubada das matas, as picadas primitivas e encharcadas transformaram-se em caminhos com valas laterais de drenagem que permitiam o escoamento das águas.

A velha picada Jurapé transformava-se em caminho transitável, ligando as margens lodosas do Rio Cachoeira, que na época formavam vasto brejal, com ranchos construídos na pequena ilha formado pelos dois braços do Ribeirão Matias. Correndo em direção Este-Oeste, êsse caminho cruzava o ribeirão, seguindo o curso deste em direção Sul-Oeste. A picada ao longo da qual foram vendidos posteriormente os primeiros lotes de terras, foi denominada "Matthias-Strasse" (Rua Matias).

Enfim, todo o núcleo colonial da Sociedade Hamburguêsa foi batizado "Schroedersort". (Lugarejo de Schroeder). Embora desde o comêço estivesse nos planos da Direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, homenagear Suas Altezas Reais, o Príncipe e a Princesa de Joinville, o local onde se fixaram os primeiros colonos era considerado de caráter puramente agrícola. A Cidade de Joinville, porém, seria fundada em outro lugar, previsto nas plantas projetadas.

O segundo Relatório da Emprêsa, publicado em maio de 1852, esclarece devidamente os motivos :

"Se bem que se ache prevista a localização da Cidade de Joinville na ponta de terra que mais se aproxima do mar, o primeiro núcleo foi localizado em um trecho situado mais rio acima, local êste, que foi batizado pelo Diretor (primeiro diretor Eduard Schroeder) de "Schroedersort", porque os primeiros núcleos deviam apresentar um caráter rural e por conseguinte não podiam ser localizados no ponto previsto para a Cidade de Joinville". (4).

Note-se na primeira planta da Colônia Dona Francisca, impressa em Hamburgo, em 1853, e desenhada em meados de 1852 por Banholzer, com precisão, êsse local da "futura Cidade de Joinville" e do pôrto marítimo, previsto na confluência dos Rios Bucarein e Cachoeira.

O empreendimento recebeu o nome oficial de "Colônia Dona Francisca". Sòmente em outubro de 1852, quando o segundo diretor

---

(4) Relatórios e plantas : Bibl. do A.

da colônia, Snr. Benno von Frankenberg-Ludwigsdorf assumiu a supervisão e responsabilidade do empreendimento, Schroedersort e a área prevista para a construção da cidade foram reunidos sob o nome de "Joinville". Conforme o segundo Relatório da Sociedade de maio de 1852, "não se tornou possível até a presente data a fundação da cidade de Joinville e ainda não se iniciou a construção da casa de oração devido à completa falta de mão de obra".

As primeiras medidas tomadas por Eduard Schroeder foram a demissão do Engenheiro Herrmann Guenther e os preparativos imediatos para o recebimento dos imigrantes já despachados de Hamburgo pela barca "Colon". Quase nada tinha sido plantado e não havia acomodações suficientes.

Apesar de tôdas estas dificuldades e paralelamente a estas preocupações, Schroeder teve de enfrentar o problema de sérias divergências com as duas famílias que deram início à colonização de Dona Francisca. O casal von Knorring, por motivos não conhecidos, fôra despedido (Fortgeschickt, conforme o "Einwanderungs-Journal) a 6 de junho de 1851. A sua filhinha Mathilde falecera duas semanas antes, no dia 23 de maio.

Catharina Schneider veio a falecer no dia 18 de maio e Peter Schneider com a sua filha Maria-Catharina abandonaram a colônia definitivamente a 29 de janeiro de 1852, voltando para o Rio de Janeiro.

Augusta Sophia von Knorring, em 1853, teve outra filha, também de nome Mathilde. Após o falecimento de Eduard Knorring, em 1864, Augusta, por mais de 34 anos consecutivos, devotou-se à escola de primeiras letras, como professôra na colônia de Brusque.

Enquanto enfrentava todos êstes problemas, Schroeder fazia levantar mais ranchos e adquiriu por compra, em São Francisco do Sul, os mantimentos de primeira necessidade. Nos últimos dias de fevereiro, recebia a notícia de Liebich, do Rio de Janeiro, de que 74 noruegueses, destinados à América do Norte e que não puderam prosseguir viagem pelo fato de o navio ter entrado avariado no pôrto do Rio de Janeiro, estavam em caminho para a colônia.

CAPÍTULO IV

A "Colônia Dona Francisca" 1851.

A barca "Colon" e a primeira leva de imigrantes. — Os noruegueses. — A data da fundação da Colônia. — Relação nominal dos 185 colonos pioneiros. — Trabalhos preliminares e distribuição dos primeiros lotes. — Constituição da Diretoria definitiva da Sociedade Hamburguesa. — A barca "Emma & Louisa". — O novo Diretor da Colônia. — A 3.ª e a 4.ª leva de imigrantes vindas no "Gloriosa" e na "Neptun". — Relatório do ano de 1851.

A viagem marítima a bordo de um veleiro era penosa e durava, em regra, entre 60 e 90 dias. A barca "Colon", fretada pela Sociedade Colonizadora em Hamburgo para transportar a primeira leva de imigrantes à "Terra da Promissão", que era a Colônia Dona Francisca, descrita nos panfletos e publicações de propaganda como sendo o paraíso terrestre, não passava de um veleiro de 200 toneladas de carga, adaptado ao transporte de passageiros.

Recolhida a compartimentos e divisões com beliches provisórios e que seriam desmanchados depois no pôrto de destino, para que não reduzissem a capacidade de carga do navio, cada família tinha acomodações improvisadas nos porões entre caixas, caixotes, baús e mobílias.

Nesses primeiros tempos da imigração, uma das condições do contrato firmado com o Agente de Colonização era a obrigação de cada passageiro trazer seus próprios utensílios para dormir, comer e beber. A parte essencial da bagagem contituía-se de colchões e vo-

lumosos travesseiros, acolchoados e cobertores, além de pratos, panelas, talheres e canecas.

Os Agentes das Companhias de Colonização, espalhados por tôdas as cidades maiores da Europa, com a sua propaganda verbal e escrita, conseguiram firmar contratos com famílias que queriam imigrar. Constava no referido contrato que os passageiros se obrigavam ao pagamento adiantado de 20% das passagens e que, caso não liquidassem o compromisso até o dia da partida do navio, perderiam o direito ao reembôlso das importâncias pagas. Exigia-se apresentação de passaporte ou certificado, extraído pelas autoridades do país de origem, pelo qual se concedia ao portador a "Licença para Imigração".

Em 1852, a Sociedade Colonizadora, em Hamburgo, por sua vez, firmou contratos com aldeias inteiras da Suíça, fornecendo assim, o elemento suíço das localidades de Schleitheim, Herblingen e Sieblingen, grande contingente imigratório para a Colônia Dona Francisca, até o ano de 1856, quando cessou por completo.

A saída da barca norueguesa "Colon" estava prevista para o dia 10 de dezembro de 1850. O comandante do navio, C. Hassel, recebeu nessa mesma data a lista dos passageiros no total de 124 almas, rubricadas pelo "Consul Geral do Imperio do Brazil" Snr. Marcos Antônio de Araujo.

Fortes temporais no Mar do Norte permitiram zarpar sòmente nos primeiros dias de janeiro de 1851. Na zona da calmaria, ao norte do equador, o barco ficou detido durante 3 semanas. Esgotou-se a provisão de água potável, que teve de ser racionada rigorosamente. Sobrevieram tempestades acompanhadas de chuvas torrenciais. Morreram sete dos passageiros. Mesmo assim, quando a "Colon" avistou terra pela primeira vez, após uma viagem relativamente rápida de dois meses, encontravam-se a bordo 118 almas : uma criança de meses, trazida de Hamburgo, escondida, viajou como passageiro clandestino.

Em 6 de março de 1851, a "Colon" permaneceu nas proximidades da Ilha da Paz, aguardando um prático, e no dia seguinte, cedo, foi alcançado o Pôrto de São Francisco do Sul. No dia 8 de março, o navio lançou ferros na entrada da Lagoa Saguaçú, não sendo possível aproximar-se mais da colônia devido, à pouca profundidade da la-

goa. Nesse mesmo dia 8, os primeiros imigrantes pisaram o solo da colônia. No dia seguinte, 9 de março, o desembarque das 118 pessoas — homens, mulheres e crianças — estava concluído.

Narram as crônicas que os 74 noruegueses enviados pelo representante da Sociedade Colonizadora Hermann Liebich, do Rio de Janeiro, vieram em dois patachos costeiros. "Marreco", com 61 pessoas a bordo, e "Glória dos Anjos" com 13, aportando no dia 7 de março em São Francisco. Os 13 noruegueses da "Glória dos Anjos" vieram com a intenção de não ficar na colônia, regressando na barca "Colon", a 28 de março, sem figurar nas listas do "Einwanderungs-Journal" redigido minuciosamente por Eduard Schroeder. (1).

Procurando documentos comprovantes dos nomes dos dois navios costeiros e o desembarque dos 74 noruegueses na Colônia, não encontramos referências na documentação oficial da Colônia ou no vasto material bibliográfico à nossa disposição. Devemos uma informação sôbre o patacho "Glória dos Anjos" ao historiador Jacinto Antônio de Matos, no seu estudo baseado nos antigos documentos constantes de repositórios públicos de Santa Catarina, anteriormente a 1916.

O patacho nacional "Marreco", porém, apesar da sua popularidade nas divulgações sôbre a história de Joinville, não tem existência comprovada ou confirmada. Surge o nome "Marreco" pela primeira vez na obra de Ottokar Doerffel, "Die Kolonie Dona Franziska", impressa em Joinville, na tipografia de C. W. Boehm, em 1882, ficando assim o nome "Marreco" gravado com persistência na história de Joinville, como sendo o navio que trouxe do Rio de Janeiro os 74 noruegueses, enviados por H. Liebich.

Podemos provar hoje com documento indiscutível a falsidade daquela afirmação. Trata-se da carta do próprio Hermann Liebich enviada à Presidência da Província, em 20 de março de 1851, avisando o despacho dos 74 noruegueses e comunicando a chegada dêstes no pôrto de São Francisco no dia 7 de março. Segue a transcrição dessa carta, conforme o original :

"Ilmo e Excmo Sr. Comendador João José Coutinho, Presidente da Província de S. Catharina, etc. etc.

---

(1) "Journal" de imigração, 90 p. manuscritas, com os nomes dos primeiros 4085 imigrantes desembarcados em 36 veleiros (Bibl. do A.).

"O abaixo assignado tem a honra de apresentar seus respeitos à V. Ex. e de informa-lhe que teve ocasião de engajar neste porto 74 Colonos, os quaes, com destino para a California, tinhão arribado aqui, ficando o navio que os trouxe — a Barca hamburgueza "Sophie" — incapacitada de continuar sua viagem. Estes 74 Colonos sahirão d'aqui para S. Francisco no dia 2 do Corrte, á bordo da Sumaca "Glória dos Anjos", levando comsigo, e no hiate "Penha", as suas bagagens, utensilios e provisões, que por ordem do Governo de Sua Majestade o Imperador obtiverão Despachos livre de direitos. Incluso achará V. Ex. a lista dos nomes dos ditos Colonos.

"Hoje já recebeu o abaixo assignado o aviso da chegada da dita Sumaca em S. Francisco no dia 7 do Corrte (março). Também tinha chegado no dia antecedente o navio "Colon" com viagem de 62 dias de Hamburgo. Dos 124 Colonos que embarcarão, só 117 chegarão, tendo falecido 7 desgraçadamente pela mór parte crianças.

"Os Colonos de ambos os transportes estavão desembarcando debaixo da vigilancia de Sr. Eduard Schroeder. Este Sr. se acha impedido por hora de sahir da Colonia, visto que pela demissão que se deu ao Engenheiro Sr. Guenther, por ter faltado aos seus deveres, a administração da Colonia ficará por emquanto á cargo do dito Sr. Schroeder, e deste modo elle não poderá ter a honrada visita que elle se propunha fazer á V. Ex. senão á uma epoca mais distante".

Essa carta do Agente da Sociedade Colonizadora, datada de 20 de março de 1851, indiscutìvelmente confirma a vinda dos noruegueses pela sumaca "Glória dos Anjos", enquanto a sua bagagem era transportada pelo iate "Penha", desfazendo-se desta maneira a velha lenda do "Marreco" (2).

O "Einwanderungs-Journal", de Eduard Schroeder, traz os nomes dos 61 noruegueses que resolveram ficar na Colônia, enquanto 13 dos recém-chegados voltavam a bordo da "Colon", no dia 28 de março.

Não existem dados precisos sôbre o desembarque dos 61

(2) Doc. na Bibl. do A.

noruegueses na colônia pròpriamente dita. Admitimos que tivesse sido o dia 10 de março, um dia após a chegada dos últimos passageiros da "Colon", pois os 61 norugueses que constam na relação dos imigrantes sob os n.ºs 132 — 192, somados aos 118 passageiros da "Colon" e aos 6 colonos já residentes na colônia, completam a quantidade de 185 almas para os primeiros povoadores da colônia — a 10 de março de 1851 — " . . . e que ficou considerada como data oficial da respectiva instalação" (conf Jacinto de Matos, p. 138).

Surge com esta controvérsia a dúvida sôbre o data da fundação da Colônia Dona Francisca. Digo : "Colônia agricola Dona Francisca" e não "Joinville". Pois sòmente em outubro de 1852, a primeira povoação "Schroedersort" e a área prevista para a construção da cidade foram reunidas sob o nome Joinville e, conseqüentemente, nunca houve fundação oficial da cidade.

A data de 9 de março, hoje escolhida oficialmente como data da fundação e que coincide com o Dia de Santa Francisca Romana, passou, ano por ano, quase despercebida e sem festejos. Muito lógico, pois o Govêrno Imperial considerava oficialmente o dia 10 de março como início da colonização de Dona Francisca e assim manifestava em todos os seus relatórios sôbre a Colônia. O Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em seus relatórios anuais apresentados à Assembléia Geral Legislativa, sempre fixava a data de 10 de março como data da fundação: "A colonia D. Francisca foi fundada pela Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, a 10 de março de 1851" (vide relatório de 1875, p. 274; 1877, p. 445; 1879, p. 99 etc.). As próprias estatísticas provinciais de Sta. Catarina e os relatórios da Presidência da Província mencionam a data de 10 de março como sendo a da fundação. E finalmente os mapas estatísticos e relatórios da Direção da Colônia, que ainda hoje existem em manuscrito, repetem esta mesma data : 10 de março.

Certo é que, nesse dia, iniciaram-se as atividades administrativas pela Direção da Colônia. Os primeiros livros de contabilidade, os livros Caixa, a relação dos imigrantes do "Einwanderungs-Journal" e primeiros documentos assinados pelo diretor interino Eduard Schroeder e pelo representante do Príncipe de Joinville, Léonce Aubé — afinal tôda a organização comercial e técnica começou no dia 10 de março de 1851.

Considerando o caso análogo do empreendimento da colônia particular de Blumenau, iniciado em 1848, que recebeu, em 2 de setembro de 1850, os seus primeiros 17 habitantes e trabalhadores por êle assalariados, êstes não constituiram o tronco de seus futuros colonos, pois apenas uma família e um homem solteiro lhe permaneceram fiéis. Em 21 de agôsto de 1852, chegou o primeiro grupo mais numeroso de imigrantes e, em 28 de agôsto, realizou-se a distribuição e venda das glebas de terra.

Eis que o Dr. Blumenau sempre considerava, em seus relatórios e comunicações oficiais, o dia 28 de agôsto de 1852 como sendo o da verdadeira fundação da colônia, tanto assim que festejou com seus colonos os 25º aniversário da mesma em 1877.

Ainda em 1897 sustentava êsse ponto de vista e sòmente em 1899 a comissão nomeada pela Câmara Municipal de Blumenau, para preparar as solenidades comemorativas do cinqüentenário da fundação, resolveu fixar a data de 2 de setembro de 1850 como a da fundação da colônia.

A Colônia Dona Francisca, também um empreendimento particular e iniciado em 1849, recebeu, em 22 de maio de 1850, os seus primeiros habitantes e trabalhadores, assalariados pela Sociedade Colonizadora. Entretanto, não foi fixada essa data como início da colonização e sim o dia 9 de março de 1851, quando chegou o primeiro grupo mais numeroso de imigrantes.

Contamos os fatos, sem interpretá-los.

É esta a relação nominal dos colonos entrados na Colônia Dona Francisca e presentes a 10 de março de 1851, conforme o original do manifesto marítimo da barca "Colon" e o manuscrito "Einwanderungs-Journal" de Eduard Schroeder. Entre parêntesis a idade e o respectivo destino dos colonos, conforme anotação no próprio Journal:

6 colonos já residentes na colônia desde 22 de maio de 1850:

1 — Schneider — Peter (26), Prússia, lavrador, (deixou a colônia 29/1/52)

2 — Maria Catharina (24) sua mulher (faleceu 13/5/51)

3 — Maria Catharina, sua filha, (deixou a colônia 29/1/52)

4 — Knorring — Ewert Sebastian von, (33) Sueco, lavrador, (afastado da colônia por Schroeder 6/6/51)
5 — Augusta Sophia, (30) sua mulher, (deixou a colônia 6/6/51)
6 — Mathilde Elisabeth Sophia, (1/2), (faleceu 23/5/51)

118 passageiros da barca norueguesa "Colon":

1 — Moerikofer — Carl, (37) Suiço, Professor de escola. (abandonou a colônia em março de 1854 e dirigiu-se a Paranaguá).
2 — Magdalena, (36) sua mulher. (faleceu 21/4/52)
3 — Carl (8)
4 — Carolina (7)
5 — Eduard (5)
6 — Maria (3)
7 — Loder Wilhelm, (36) Suiço, Mecânico, (faleceu 13/4/51)
8 — Jenny, (30) sua mulher, (abandonou a colônia em setembro 1851)
9 — Mathilde (11)
10 — Wilhelm (9)
11 — Carl (7)
12 — Caecilie (5)
13 — Henriette (1½)
14 — Gilgen — Christian, (37) Suiço, lavrador,
15 — Anna, (30) sua mulher
16 — Chistian (16)
17 — Maria (14) (faleceu ?/7/51)
18 — Anna (12)
19 — Magdalena (9) faleceu 22/4/52)
20 — Elisabeth (5)
21 — Friedrich (1½)
22 — Maechler — Joseph (40) Suiço, lavrador,
23 — Anna Maria, (44) sua mulher
24 — Francisca (10) (faleceu 25/4/51)
25 — Philemine (¾) (faleceu a bordo da Colon)

26 — Langenegger — Heinrich (33) Suiço, lavrador. (faleceu 19/9/51)
27 — Weber — Jacob, (32) Suiço, lavrador. (abandonou a colônia 25/1/52)
28 — Bauer — Baptist (24) Suiço, alfaiate, (abandonou novembro 52)
29 — Boelicke — Johann Carl Emil, (28) Prússia, boticário, (deixou a colônia 23/1/52)
30 — Caroline, (28) sua mulher, (ambos voltaram em 1853)
31 — Mueller — Johann, (56) Suiço, lavrador;
32 — Anna (35) sua mulher, (faleceu a bordo da Colon)
33 — Anna (23) sua filha
34 — Barbara (20)
35 — Verena (19)
36 — Elisabeth (17)
37 — Ursula (12)
38 — Maria (10), faleceu a bordo da "Colon")
39 — Sebastian (7).
40 — Weber — Sebastian (35) Suiço, lavrador, (faleceu 24/5/51)
41 — Anna (40) sua mulher.
42 — Sebastian (15)
43 — Georg (13)
44 — Barbara (11)
45 — Anna (9)
46 — Ursula (2½)
47 — Weber — Conrad (41) Suiço, lavrador, (faleceu a bordo da Colon)
48 — Barbara (41) sua mulher,
49 — Ursula (19)
50 — Jacob (18)
51 — Anna (10)
52 — Elisabeth (10)
53 — Barbara (2)
54 — Schmidli (*) — Bartholomaeus (44) Suiço, lavrador
55 — Elisabeth (43) sua mulher

(*) Assinou em seus documentos Schmidly.

56 — Beat (Baerth) (20)
57 — Jacob (17)
58 — Anna (11)
59 — Johann (9)
60 — Barbara (6)
61 — Tanner — Conrad, (45) Suiço, lavrador, (faleceu 13/1/52)
62 — Elisabeth (42) sua mulher.
63 — Barbara (18)
64 — Anna (17)
65 — Marie (14)
66 — Balthasar (11) (faleceu ?/7/51)
67 — Elisabeth (7)
68 — Verena (5)
69 — Ursula (3)
70 — Margaretha (1/3) (faleceu a bordo da Colon)
71 — Tanner — Franz (59) Suiço, lavrador.
72 — Schelling — Alexander (54) Suíço, lavrador, (faleceu 25/10/51)
73 — Barbara (44) sua mulher.
74 — Jacob (14) (faleceu 13/5/53)
75 — Barbara (12)
76 — Balthasar(10)
77 — Conrad (5), (faleceu 27/5/53)
78 — Schelling — Jacob (14) um sobrinho.
79 — Mueller — Georg (26) Suiço, lavrador
80 — Schmidli (*) — Johann (28) Suiço lavrador.
81 — Storrer — Gottlieb (28) Suiço, lavrador.
82 — Weber — Jacob (22) Suiço lavrador, (faleceu 29/10/51 afogado).
83 — Schack — Johann Wolfgang, (25) Rudolstadt, lavrador.
84 — Freudenberg — Rudolf (42) Oldenburg, lavrador. (faleceu 8/10/52)
85 — Margarethe Dorothea, (36) sua mulher.
86 — Ernest Heinrich (13)

(*) Assinou em seus documentos Schmidlin.

87 — Johanna Maria (11)
88 — Cath. Margaretha (8)
89 — Hermann Heinrich (4)
90 — Adelheid (¾) (faleceu 9/5/51)
91 — Barlage — Friedrich (28) (Oldemburg, jardineiro. (deixou a colônia 15 de fevereiro de 1852 indo para o Destêrro).
92 — Aulfes — Wilbrand (46) fabricante tecelagem, Oldemburg
93 — Henriette (46) sua mulher
94 — Hermann Heinrich (15) (abandonou a colônia em março de 1854 indo para Curitiba)
95 — Bockelmann — Johann Hermann, (47) Oldemburg, "fabricante de panos", tecelão.
96 — Helena Catarina (33) sua mulher.
97 — Heinrich (6)
98 — Johann Rudolph (¾).
99 — Hummert — Gerhard (25) Oldemburg, lavrador (foi para Curitiba 15/2/52)
100 — Morell — Christel (38) Oldemburg, fabricante de tecidos. (afastado da colônia por Schroeder em 27 de março 1851, retornou com a "Colon").
101 — Ulm — Viuva (42) (faleceu a bordo da Colon)
102 — Frederich (11) seu filho
103 — Heinrich (7)
104 — Morell — Rodolph (27), Oldemburg, fabricante tecidos, tecelão.
105 — Brachmann — Wilhelm (31) Oldemburg, tecelão
106 — Voelcker — Hermann Heinrich (23) Oldemburg, sapateiro. (Faleceu 5/52).
107 — Moerking — Johann Heinrich (21) Oldemburg, tecelão. 1853 retirou-se para Curitiba).
108 — Engel — Hermann Heirinch (25) Oldemburg, lavrador, (p/ Curitiba)
109 — Margaretha (29) sua mulher, (p/Curitiba)
110 — Margaretha Johanna (5) (julho 1853 para Curitiba)

Primeiras casas na Colônia Dona Francisca.
Desenho de 1850.

111 — Catharina Wilhelmina '(2) (faleceu 31/3/51).
112 — Boehmann — Anna Maria (22) (Oldemburg)
113 — Maria (25) Oldemburg.
114 — Wilhelmina (21) Oldemburg.
115 — Roskamp — Johann Heinrich (40) Oldemburg, tecelão.
116 — Adelheid (42) sua mulher
117 — Hermann Heinrich (19)
118 — Anna Maria (17)
119 — Johanna Carolina (14) (deixou a colônia em 1853 com Johann Heinrich Moerking (N.º 107) foi para Curitiba)
120 — Heinrich Rudolf (7)
121 — Heinrich Wilhelm (7)
122 — Friedrich Carl (4)
123 — Heinrich Carl (¾) (faleceu a bordo da Colon).
124 — Heitlage — Friedrich (25) Oldemburg, alfaiate. (faleceu 11/6/51).
125 — Morell — Hermine (1/4) filha ilegítima da Maria Boehmann (N.º 113) e do Christel Morell, trazida a bordo da Colon", clandestinamente.

Total dos passageiros embarcados : 125
Falecidos a bordo da Colon : 7

Total de passageiros desembarcados : 118

61 noruegueses enviados por Liebich do Rio de Janeiro:

1 — Moeller — M.A. Wilhelm (27) Noruega, Médico. (partiu 26/3/52).
2 — Falck — Johann Christian (47) Noruega, (partiu 30/6/1851.
3 — Ulriksen — Ulrik (23) Noruega, Negociante.
4 — Hansen — Simon (19) Noruega, marinheiro. (faleceu ?/4/51)
5 — Lyng — Rudolf (24) Noruega, arquiteto (faleceu 11/10/51).

6 — Iversen — Iver (25) Noruega, lavrador. (partiu 31/5/51).

7 — Olsen — Gyerth (31) Noruega, mecânico.

8 — Simonsen — John (25) Noruega, marceneiro. (transferido para um hospital no Rio de Janeiro em 15/10/51).

9 — Glad — Jens Christian (26) Noruega. (partiu 31/5/51).

10 — Kraboel — Cornelius (35) Noruega, marceneiro. (faleceu 6/10/83).

11 — Rynning — C. A. (28) Noruega, forjador. (partiu 30/6/51).

12 — Nordbye — Martin (21) Noruega, lavrador. (faleceu 22/5/51).

13 — Eide — Johannes Iversen (26) Noruega, lavrador. (Partiu 1852).

14 — Munkeroestad — Johannes Joergenses (23) Noruega (partiu 1852).

15 — Buck — Lars (30) Noruega, lavrador (partiu 31/5/51).

16 — Stöen — Nils Engelbrechtsen (25) Noruega. (partiu 1852).

17 — Roevold — Andreas Pedersen (36) Noruega, carpinteiro (partiu 1852).

18 — Lyen — Nicolei Olsen (26) Noruega. (partiu 26/6/52).

19 — Halland — Johannes Nilsen (23) Noruega (partiu 1852).

20 — Sommerschild — Hyronimus (24) Noruega, ourives, (faleceu 5/9/51).

21 — Sether — Ole (23) Noruega, lavrador (partiu 30/6/51).

22 — Aagaard — J. Olans Joergensen (29) Noruega (partiu 1852).

23 — Aalborg — Andreas (31) Noruega, lavrador (partiu 1852).

24 — Malum — Jens (24) Noruega, lavrador. (partiu 1852).

25 — Talemoe — Christopher Larsen (23) Noruega, lavrador.

26 — Tetlie — Peter (22) Noruega, lavrador (partiu 26/6/51, voltou em 52).

27 — Forseth — Ambrosius (30) Noruega, lavrador (partiu 26/3/52).

28 — Udtbye — Peder Olsen (28) Noruega, Lavrador (partiu 1852).

29 — Mele — John Olsen (25) Noruega, lavrador (partiu 26/6/51).

30 — Langemoe — Lars Larsen (27) Noruega, lavrador (partiu 30/6/51).

31 — Lie — Iver (29) Noruega, lavrador (partiu 30/6/51).

32 — Stene — Anders Andersen (26) Noruega, lavrador (partiu 1852).

33 — Jemt — Ole Olsen (27) Noruega, lavrador.

34 — Pettersen — Peter Gustav (35) Noruega, lavrador.

35 — Kjelstrup — Lars (40) Noruega, carpinteiro. (partiu 1852).

36 — Scheem — Johannes (28) Noruega, lavrador (partiu 1852).

37 — Brekan — Christopher Nils (38) Noruega, lavrador (partiu 26/3/52).

38 — Flotten — Laurenz (28) Noruega, lavrador (faleceu 10/12/52).

39 — Kleven — Livert Thoresen (26) Noruega, lavrador (partiu 1852).

40 — Rukke — Johannes Hansen (47) Noruega, marinheiro (partiu 5/51).

41 — Gipling — Peter Larsen (23) Noruega, marinheiro (partiu 30/6/51).

42 — Luttersen — Hans Peter (32) Noruega, ferreiro (faleceu 2/4/51).

43 — Bredberg — Johan David (27) Noruega, caldeireiro (partiu 30/5/51).

44 — Goerresen — F. (26) Noruega, veterinário.

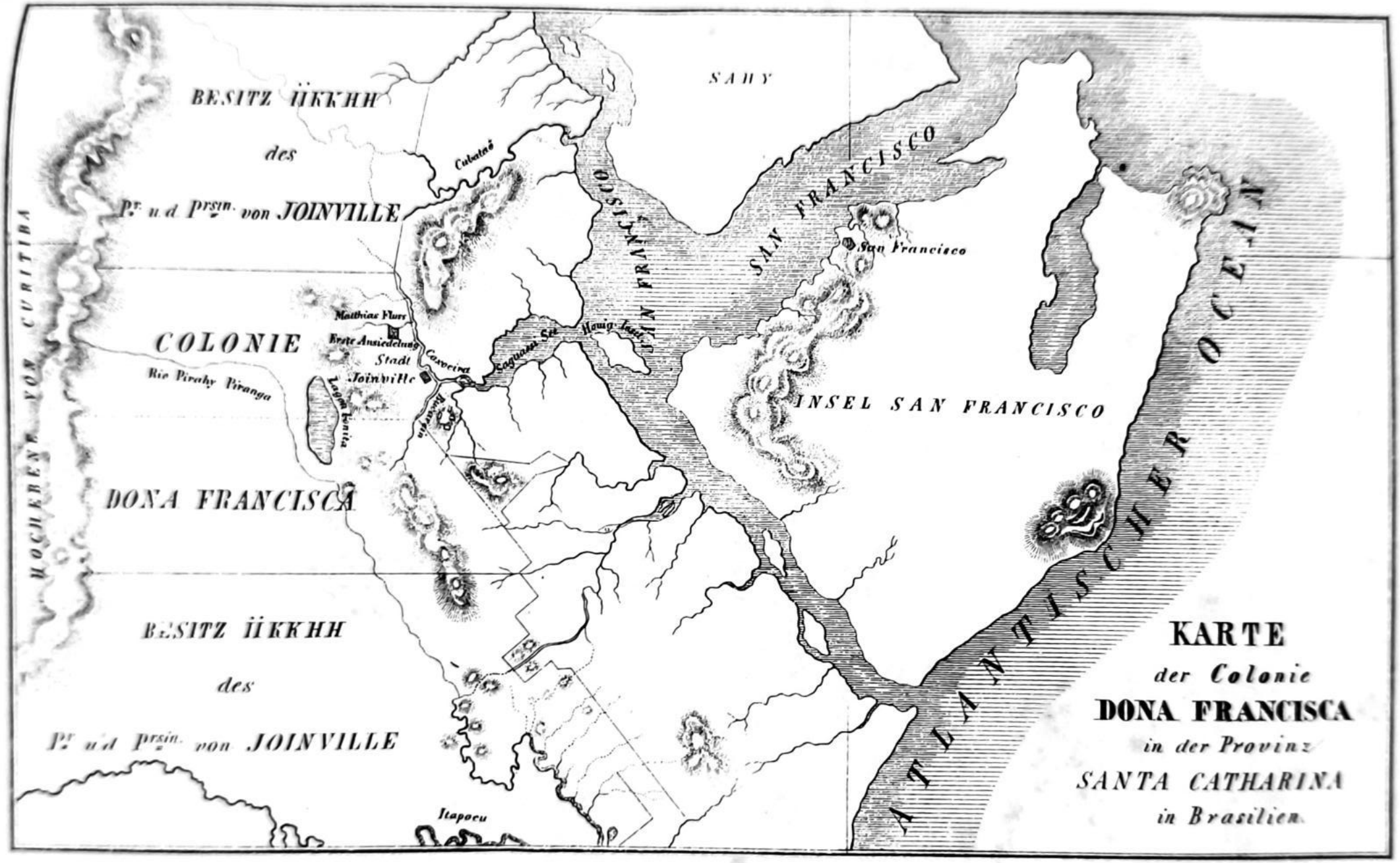
45 — Ranum — Anders (32) Noruega, padeiro. (partiu 1852).

46 — Nerland — Johann Peter Hansen (20) Noruega, comerciante (part. 26/2/1852)

47 — Krogen	— Ernest Lorentzen (23) Noruega, lavrador (partiu 1852).
48 — Hansen	— Hans Peter (26) Noruega, padeiro.
49 — Berg	— Johann Arens (42) Noruega, alfaiate (partiu 26/6/51).
50 — Steensem	— Lars (33) Noruega, alfaiate (faleceu 30/4/51).
51 — Beye	— Johannes (26) Noruega, lavrador (partiu 1852).
52 — Maholdt	— Holger (30) Noruega, lavrador (partiu 26/6/51, voltou 52).
53 — Sliper	— Joergen (38) Noruega, alfaiate.
54 — Lian	— Nils Thorsteinsen (26) Noruega, lavrador. (part. 26/6/51).
55 — Kettelsen	— Olens (26) Noruega, pedreiro (partiu 1852)
56 — Aune	— Peder Pedersen (27) Noruega, lavrador.
57 — Kjesbae	— Kundt Olsen (45) Noruega, carpinteiro (partiu 6/8/52).
58 — Wetten	— Paul (29) Noruega, sapateiro (partiu para Desterro).
59 — Sorthe	— Haagen (32) Noruega, lavrador (partiu 6/8/52).
60 — Paulsen	— Martin (34) Noruega, telheiro (partiu 16/1/52).
61 — Stoerseth	— Andreas Andersen (45) Noruega, lavrador (partiu 30/6/51).

Além das pessoas relacionadas na tabela acima, encontravam-se na colônia, no primeiro dia da sua existência efetiva, o Sr. Eduard Schroeder como diretor interino, o representante do Príncipe de Joinville, Léonce Aubé e o cozinheiro dêste, Louis Duvoisin.

Os 61 noruegueses consideraram a sua estada na colônia só a título provisório e partiram, até fins de 1852, para a América do Norte. Mesmo assim, representaram êles um fator importante no desenvolvimento da colônia, por serem principalmente operários e artífices como carpinteiros, pedreiros e ferreiros. Em fins de 1852 sòmente restavam 9 dêstes imigrantes na colônia.



Primeiro mapa antes da fundação da colônia com a povoação do Engenheiro Guenther, publicado em março de 1851.

Tempos incrìvelmente difíceis vieram para a pequena colônia.

Sacrifícios, renúncias e tristezas caracterizaram a vida dêstes primeiros pioneiros. Atraídos pela propaganda romântica e cheios de ilusões, sentiram-se decepcionadas e ludibriados, quando olhavam a clareira de 200 x 1000 metros na selva virgem, um vasto lodaçal, uma quantidade interminável de tocos das árvores abatidas, que, em parte, ainda jaziam no local, alguns ranchos cobertos de sapé, aqui e ali umas pequenas plantações de milho, de mandica, de batata doce .....

A primeira medida tomada por Eduard Schroeder, quando os imigrantes desembarcaram das canoas do Cel. Camacho, que os trouxeram do ancoradouro da "Colon", na Lagoa Saguaçu, foi abrigá-los nos ranchos de acomodação coletiva e servir-lhes uma refeição. Sacrificou-se um boi para fornecer carne fresca (vide Rodowicz, p. 30).

Durante os primeiros meses, os colonos recebiam uma ajuda de custo destinada à alimentação. Abrira Eduard Schroeder um armazém com mantimentos de primeira necessidade. O trabalho na abertura de picadas e caminhos era um subsídio que se acrescia a êsses adiantamentos iniciais.

Outro fator importante surgiu com a diferença de nacionalidade : a dificuldade lingüística separava os colonos em 3 grupos que iniciaram a derrubada e abertura de picadas em 3 direções diferentes :

— Os suíços na direção Oeste, seguindo o traço da picada Jurapé (Schweizer-Pikade ou Rua do Meio) hoje Rua XV de Novembro, a partir da Rua Dr. João Colin.

— Os noruegueses na direção Norte (Nordstrasse), hoje Rua Dr. João Colin.

— Os alemães na direção Sul-Oeste, acompanhando no início o percurso do Ribeirão Matias (Deutsche Pikade ou Matthias-Strasse), hoje Rua Visconde de Taunay.

Êsse estado de cousas levou os colonos a uma espécie de regime coletivista. Todos por um e um por todos, trabalhavam o chão que ainda não era seu.

A falta de previsão e iniciativa por parte do engenheiro Guenther era o motivo de que só então se iniciarem os trabalhos de abrir picadas e os serviços de medição e demarcação dos lotes coloniais que deveriam ser entregues aos recém-vindos. Só existiam uns poucos lotes demarcados na "Matthias-Strasse", lado Este, entre os quais (na hoje esquina Rua 9 de Março e Visconde de Taunay) encontrava-se uma área de 20 morgos (1 morgo = 2500 metros quadrados), pertencente a Peter Schneider, que a recebera em forma de doação do então engenheiro Guenther.

A distribuição dos primeiros lotes não se realizou no dia 9 ou 10 de março, como muitos historiadores alegam. Também não adquiriu o imigrante Fritz Ebert, no dia 10, o lote N.º1, como afirmam com insistência os publicistas menos bem informados, que ignoram, que Friedrich Ebert, sua mulher Doris e seus 3 filhos sòmente vieram para a colônia Dona Francisca em 5 de Janeiro de 1852, portanto 10 meses após a suposta venda do primeiro lote.

O principal motivo do atraso na distribuição das terras ligava-se ao fato de não haver na colônia agrimensor e engenheiro para medição e demarcação dos lotes. Com a partida do engenheiro Guenther, em fevereiro, para o Rio de Janeiro, onde se instalou com Armazem de Secos e Molhados e Bar, - o diretor Schroeder incumbiu-se de contratar outro engenheiro, o que finalmente conseguiu por intermédio do Dr. Blumenau, em abril de 1851. Não é de admirar a ligação entre a direção da Colônia Dona Francisca e Blumenau, pois a firma comercial "Christian Matthias Schroeder", em Hamburgo, por intermédio da sua agência no Rio de Janeiro, fazia transações comerciais e financeiras também com o Dr. Hermann Blumenau, na sua colônia recém-fundada, tanto assim que nos livros de Contabilidade da Colônia Dona Francisca figurava o Dr. Blumenau com Conta Corrente.

O novo engenheiro contratado por Eduard Schroeder, com ordenado mensal de 50$000, chegou à colônia em princípios de abril. Era êle Carl Pabst, com 28 anos de idade, natural de Halle, na Alemanha; jardineiro — botânico com vastos conhecimentos de agronomia e mais de sete anos no Brasil.

Mesmo assim, assumiu êle o cargo de engenheiro agrimensor e já em meados de 1851 distribuiram-se os primeiros lotes demarcados

na Matthias-Strasse, Mittelweg (Rua do Meio) e Nordstrasse. Em média, os lotes tinham 10 a 20 morgos de área, o preço variava entre 2 a 3 Thaler por morgo, a prazo e sem juros (1,5 Thaler = 3 Marcos = 2$000). (3)

Cada colono recebia um "Landanweisungs-Schein", documento provisório de posse, que no ato do pagamento integral era substituído pelo "Kauf - Brief" ou Título de Propriedade.

Conforme a medição e demarcação e de acôrdo com o cadastro, extrairam-se os "Kauf-Briefe" para cada lote com os dados técnicos da localização do terreno. No dia da venda do lote, acrescentava-se o nome do respectivo comprador e as condições da venda.

Acontece assim que os primeiros Títulos da Colônia Dona Francisca, com data de 1.º de maio de 1851, sòmente em parte representavam lotes distribuídos nessa data, como aconteceu com o lote N.º 1 (de 35 morgos), cujo Título ou "Kauf-Brief" data de 15 de março, (por ser um lote já demarcado por Guenther e por ser ocupado em parte (20 morgos) por Peter Schneider; e como aconteceu com o lote N.º 2 (40 morgos), cujo Título data de 1.º de maio de 1851.

Êsses dois primeiros lotes demarcados na colônia, em 21 de janeiro de 1852 foram adquiridos por Johann Friedrich Wilhelm Ebert, marceneiro, de 40 anos de idade, que veio do Rio de Janeiro com a sua família, a 5 de janeiro de 1852. Ebert pagou no ato 36$000 pela parte do lote N.º 1 (15 morgos) que não pertencia a Peter Schneider. E pagou 96$000 à vista pelo lote N.º 2. Ao mesmo tempo adquiriu a parte do lote N.º 1 (20 morgos), pertencente a Peter Schneider, pelo preço de 600$000.

Fato curioso é que essa importância de 600$000, paga à diretoria da colônia e creditada em conta-corrente de Peter Schneider, possibilitou a partida dêste, em 29 de janeiro do mesmo ano, pois estava com saldo devedor em caixa da Direção. Mediante esta compra, Ebert tornou-se proprietário de 37.500 braças quadradas de terrenos, que hoje estão localizados entre a Rua Visconde de Taunay, Rua Pedro Lobo, Rua Duque de Caxias e grande parte da Rua Ministro Calógeras.

---

(3) W. Huehn - Mitteilungen betreffend die Kolonie Dona Francisca, 1852, p. 8.

Nesses primeiros meses, mediram e demarcaram-se 21 terrenos na Matthias-Strasse e Mittel-Weg, quatro na Nordstrasse (em junho) e dois, os de N.º 36 e 36 a, numa nova picada aberta em direção Sul (a hoje Rua do Príncipe). Adquiriu êstes dois últimos lotes o filho de um dos membros da Direção da Sociedade Colonizadora em Hamburgo, Sr. Bernhard Poschaan, que instalou no lote N.º 36, com auxílio de alguns noruegueses e sob orientação de Rolf Lyng, uma Olaria - a primeira indústria do pequeno núcleo colonial. Em conseqüência, o caminho em direção sul seria chamado "Ziegeleistrasse" ou Rua da Olaria.

Até a chegada do segundo transporte de imigrantes, a barca "Emma & Louise", a 12 de julho, demarcaram-se no total, 27 lotes coloniais, e outros 25 lotes até o fim do primeiro ano.

Não se deve subestimar os sacrifícios e os trabalhos dos pioneiros dessa nova instalação colonial; nem se deve negar o valor dêsses homens que deixaram a sua terra natal para construir para si e para as suas famílias, numa pátria nova, uma nova existência. Todavia, não se deve exagerar os sofrimentos, sem contar os benefícios recebidos da Direção da Colônia. Antes de decorrido um mês da chegada dos colonos, já havia um agrimensor a inspecionar a distribuição dos lotes, um médico, contratado por Schroeder, na pessoa do norueguês Dr. M. Moeller, com o salário de 20$000 por mês; um armazém e depósito cheio de mantimentos e gêneros de primeira necessidade, assim como artigos de louça, ferragens, ferramentas, etc.; um boticário, na pessoa de Emil Boelicke, e, finalmente, um Diretor que, antes de mais nada, zelava pelos interêsses dos seus dirigidos.

Em Hamburgo reuniram-se no dia 12 de junho de 1851, os acionistas e diretores interinos da Sociedade Colonizadora, para procederem à eleição da Diretoria definitiva. O Sr. Georg Wilhelm Schroeder, em longo discurso proferido na sala nobre da Bôlsa de Valores de Hamburgo, comunicava a realização integral das ações, conforme os estatutos e, na presença do Senador G. Godeffroy, constituiu-se a Direção definitiva da Sociedade nas pessoas de Christian Matthias Schroeder & Cia., Adolf Schramm e Georg Wilhelm Schroeder. Os Snrs. Friedrich Gueltzow e E. Merck assumiram a direção comercial do empreendimento.

Nesse mesmo mês de junho de 1851, a Sociedade Colonizadora inaugurou o seu escritório comercial na "Catharinen Strasse" N.º 32

em Hamburgo, e contratou os serviços do Snr. W. Huehn como secretário. Wilhelm Huehn tornou-se famoso na bibliografia brasiliana com a publicação mensal dos seus "Mittheilungen betreffend die deutsche Colonie Dona Francisca", iniciando essa série de "Comunicações sôbre a Colônia Dona Francisca", em agôsto de 1852, com valiosíssimas informações sôbre a colônia recém-fundada.

A 5 de maio de 1851, deixava o pôrto de Hamburgo a barca "Emma & Louise", com 116 passageiros a bordo. Era comandante o capitão J. Viereck, que levou o navio em 69 dias de viagem a São Francisco do Sul, onde lançou ferros no dia 11 de julho. Já no dia 1.º de julho os imigrantes avistaram a costa brasileira. A barca fêz escala no Rio de Janeiro, onde embarcou o novo agrimensor e engenheiro para a colônia, Mathias Banholzer, contratado por Liebich. A 12 de julho a "Emma & Louise" levantou ferros para chegar mais perto da colônia, fundeando, em seguida, na entrada da lagoa Saguaçu e diante da Ilha do Mel. No mesmo dia os passageiros chegaram à colônia, em canoas. Dos 116, faleceram em viagem duas pessoas.

Chegaram com essa leva de imigrantes as famílias Durski, Buehler, Stoll, Ritzmann, Klingenfuss, Baechtold, Meyer, Fabel, Heuerle, Haas e Huber - todos da Suíça. Entre as personalidades que mais se destacaram dos passageiros, figurava Georg Adolf Otto Niemeyer, com 27 anos de idade, solteiro e militar. Era Otto Niemeyer um dos oficiais do dissolvido exército que lutou desesperadamente pela libertação do ducado de Schleswig-Holstein do domínio dinamarquês, em 1848. Duraram essas lutas perto de três anos. Cessou o auxílio militar e financeiro dos outros "Laender" da Alemanha, quando intervieram as grandes potências da Europa. Mesmo assim, e sem recursos de material bélico, não hesitaram contingentes de voluntários, entre êles muitos oficiais, em continuar nas lutas sangrentas. Sòmente em princípios de 1851 e sob pressão do "Laenderbund", dissolveram-se os últimos contingentes de idealistas do exército "Schleswig-Holstein".

Entre abril e junho de 1851, partiram 1.800 dêsses voluntários, com 50 oficiais, para o Brasil, contratados pelo Govêrno Imperial. Essa "Legião Alemã" prestou relevantes serviços na Guerra contra a Argentina e Rosas.

Outros voluntários imigraram. Assim, Georg Adolf Otto Nie-

meyer, com patente de "Lieutenant" (Tenente), resolveu começar uma vida nova na Colônia Dona Francisca, e, nos longos anos que aqui permaneceu, encontrou um campo vastíssimo para suas atividades.

Outra pessoa que devemos destacar, não sòmente no setor econômico, mas principalmente no espiritual, foi o boticário August Stellfeld, de Brunswik, na Alemanha, com 33 anos de idade, que também lutou na guerra da independência de Schleswig-Holstein como oficial. Stellfeld instalou a primeira farmácia na colônia, depois de supervisionar por alguns meses os trabalhos de mulheres e crianças empregadas pela Direção da Colônia. Depois de casar, transferiu-se primeiro para Paranaguá, em outubro de 1853, e depois para Curitiba, onde ainda hoje existe a tradicional "Farmácia Stellfeld", na praça Tiradentes.

Jacob Richlin, suíço, com 28 anos de idade e sapateiro de profissão, veio de Osterfingen, Canton Schaffhausen, com sua mulher Burgene. Tornando-se pioneiro na vida cultural da pequena colônia, Richlin foi um dos fundadores da Sociedade de Canto "Helvetia" constituída em 1856. Instalou Jacob Richlin o primeiro cortume da Colônia, aproveitando uma pequena lagoa no local da hoje Rua Padre Carlos, na altura da Prefeitura Municipal. Descia do morro, hoje em parte aplainado e ocupado pelo Colégio Santos Anjos e pela sede do Corpo de Bombeiros, um riacho de águas límpidas e murmurantes à sombra de árvores seculares e densa vegetação. Os produtos dêsse curtume, couro de solas, constituiu a primeira mercadoria transportada, a lombo de burros, de Joinville, serra acima para Curitiba, em 15 de julho de 1865.

O engenheiro e agrimensor Mathias Banholzer, com 43 anos de idade e natural da Suábia (Alemanha), embarcou no Rio de Janeiro, contratado pelo Agente da Sociedade Colonizadora, Hermann Liebich. Como imigrante destinado à Austrália, tendo o veleiro em que viajava naufragado nas proximidades das ilhas de Cabo Verde, Banholzer veio ao Rio de Janeiro, sem recursos, aceitando a oferta de Liebich, para trabalhar na colônia como agrimensor, com o ordenado de cinqüenta mil réis. A primeira planta de "Schroedersort", impressa no ano de 1853, em Hamburgo, e fazendo parte do 3.º Relatório da Sociedade Colonizadora, é de sua autoria.

O Sr. Hermann Liebich, na qualidade de Cônsul Geral de

Hamburgo e Agente da Sociedade Colonizadora no Rio de Janeiro, já em dezembro de 1850 entrou em entendimentos com a Presidência da Província de Santa Catarina, pedindo ao então Presidente, Comendador João José Coutinho, um funcionário da Alfândega do Destêrro para fiscalizar o desembarque dos primeiros passageiros para a Colônia, pois São Francisco do Sul sòmente possuia uma Mesa de Rendas e não Alfândega.

Transcrevemos a seguir parte da sua carta de 17 de janeiro de 1851, reclamando contra o alto preço cobrado pelo Presidente para o envio dêsse fiscal aduaneiro :

"...O abaixo-assignado toma nota que V. Ex. fixou a gratificação ao Empregado que se nomeou para a fiscalização do desembarque em 60$000 para o transporte de ida e volta, e a diária de 1$200 contada do dia que sahir da Cidade de Desterro. O abaixo assignado desde já se responsabilisa para com V. Ex de satisfazer esta indemnização e terá o cuidado de que se passem as competentes ordens de pagamento ao seu Correspondente em Desterro, o Sr. Henry Schutel".

"O abaixo assignado fica na certeza de que, se pela experiencia se mostrar que a indemnização se possa reduzir a uma quantia menor para o futuro, V. Ex. não fará nenhuma objeção : porque qualquer economia que se fizer, é directamente em favor dos colonos".

O funcionário enviado pela Presidência da Província, Cesário Antônio Mendes, tem hoje o seu nome gravado na história de Joinville. Os seus relatórios enviados ao Presidente, por ocasião da chegada do "Emma & Louise", em julho, e do "Gloriosa", em setembro, têm seu valor histórico pela objetividade absoluta. O seu primeiro relato, por ocasião da chegada do "Colon", publicado no "Conciliador Catharinense" não existe mais. Na sua carta de 15 de julho de 1851, assim se manifesta sôbre a Colônia :

"Illmo Exmo Senr. Dor. João José Coutinho,
Presidente da Prov. de Sta. Catharina.

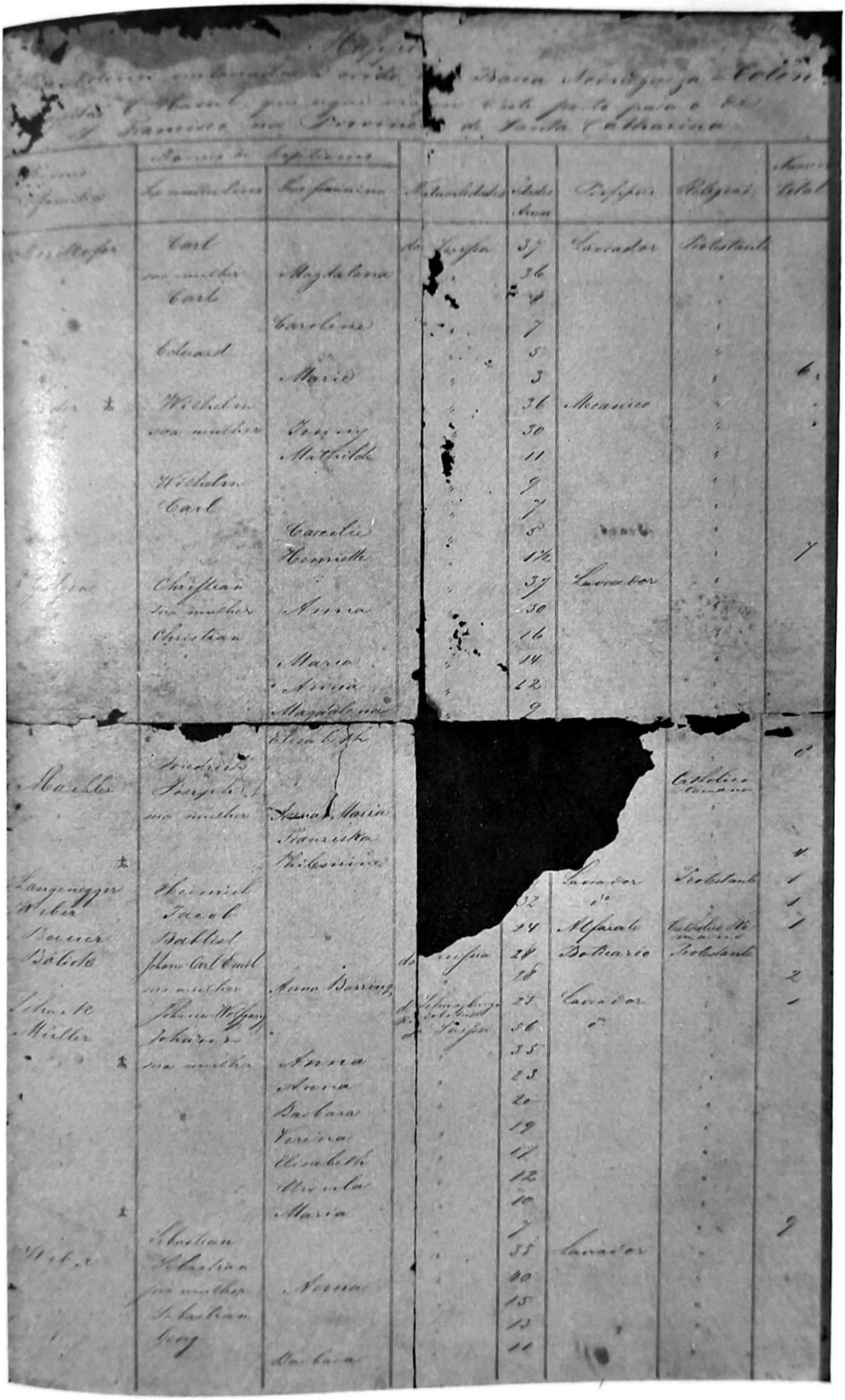
"Visitando segunda vez o estabelecimento da Colônia "Dona Francisca" depois de passados 4 mezes que ali estive, conforme o meu communicado no "Conciliador Catharinense" de 23 de Abril pp. em que fiz publico a fundação da dita colonia na

margem do Rio Saguassú distante 6 legoas do porto da Cidade de S. Francisco, em hua varzea que tinha de derrubada 500 braças de terreno pouco mais ou menos em circunferencia, e ditas 100 de largura : agora já se acha aquelle terreno em maior circunferencia, continuando a derrubada das matas até ficar a descoberto a parte do rio acima dito que lhe pertence. Por ora, as cazas que existem no estabelecimento da colonia, são as mesmas que já mencionei, isto hé, dez cazas com paredes de páu a pique cobertas de palha, algumas das quaes com accomodações para 20 familias, a maneira de quartelamento, em cujo numero comprehende a caza do Snr. Leonce Aubé, Vice-Consul da França e agente de Sua Alteza o Principe de Joinville, decentemente mobiliada e assoalhada, tendo em direcção a esta caza hua larga rua bem limpa e estivada.

"O terreno vai se tornando mais secco como era de esperar, com a abertura de vallas que se fiserão, desaparecendo assim a grande humidade que havia, e ficando assim proprio para produzir toda e qualquer plantação. Já ali existem alguns animais vaccuns e cavalares e contei 14 ditos suinos e diversas aves com criações.

"Ainda não se fazem grandes colhetas de legumes por haver muito pouco tempo que para ali forão os primeiros colonos. Apenas tem colhido alguas batatas das que plantarão á sua chegada em Março pp. e a maior parte destes colonos já se achão separados do estabelecimento, concentrados com suas familias pelos sertões da colonia, onde já existem construidas 20 cabanas ou ranchos de palha, o que muito conveio para dar-se agasalho no estabelecimento da colonia, aos colonos recentemente chegados de Hamburgo na Barca Emma & Louise.

"Os segundos colonos recem-chegados no corrente mez de julho, consta de 115 ; e presentemente não ha novidade algua com estes, e mostrão-se bastante animados para entrarem no serviço da colonia com os seus patricios já ali encontrados, formando assim hua população de 277 almas, parecendo já hua freguezia divertida e alegre, talvez melhor do que a propria Cidade de S. Francisco; e tempo virá em que se veja grande abundancia de generos e mantimentos que d'ali abasteça á mesma Cidade, presentemente tão falta de viveres e ortaliças, que senão vê expôsto a venda pelas ruas hua côve para a panela.



Lista de passageiros da barca "Colon". 1851.

"Falta-me, Exmo Snr., o talento necessario para melhor dizer sobre o estado actual da nascente Colonia D. Francisca, que caminha florescente e prospera, e Deos não a desampare e aos seus emprehendedores.

Deos Guarde para Muitos annos a V. Excia.

São Francisco, 15 de julho de 1851.

Cesario Ant. Mendes".

Transcrevemos essa carta do funcionário Mendes, na sua íntegra e de acôrdo com o original, não sòmente por ser um documento fiel do estado da Colônia, em julho de 1851, mas principalmente por ser essa carta citada por Jacinto Antônio de Matos, na sua obra "Colonização do Estado de Santa Catharina" (edição 1917), com acrescentamentos e adições em nada justificáveis e não correspondentes ao original. Diz Jacinto de Matos (pag. 141) : "... a poucos kilometros para o interior, tinham penetrado alguns colonos, habitando vinte ranchos de palha e que tambem serviam para dar alojamento aos 115 colonos que, em 11 e 12 de julho, haviam chegado na barca "Emma & Louise".

Nada disto consta na carta original de Cesário Ant. Mendes, de julho de 1851, escrita por ocasião da vistoria alfandegária da "Emma & Louise". Sendo a obra de Jacinto de Matos citada por muitos historiadores, o êrro (e não sòmente êste !) repete-se em tôdas as divulgações sôbre a história de Joinville, com uma persistência incrível, tornando-se, finalmente, a mais pura verdade histórica.

Acontece que a penetração de alguns quilômetros para o interior e a construção dos ranchos citados realizou-se sòmente em novembro do mesmo ano com a instalação do empreendimento agrícola de Bernhard Poschaan Jnr. no continuação da "Schweizer-Pikade". Veio Poschaan com o seguinte navio ou seja o "Gloriosa", em setembro do mesmo ano, trazendo alguns trabalhadores rurais, sob contrato particular.

Antes da chegada do "Gloriosa", porém, era êste o aspecto da Colônia:

"... dois ranchos espaçosos para alojamento coletivo dos colonos, uma venda com depósito de mantimentos no rancho inicialmente destinado à Casa de Oração, uma construção que servia como

"Casa de Direção" e que ao mesmo tempo servia de moradia para os empregados da Direção da Colônia". Neste mesmo rancho, praticava com ambulatório o médico norueguês Dr. Moeller. Esta "Casa da Direção", situada na "Hafenstrasse (Rua do Pôrto), como era chamada a antiga picada Jurapé, hoje Rua 9 de Março, exatamente no local da Praça Lauro Mueller e Biblioteca Municipal.

Tratava-se da primeira casa do engenheiro Guenther e mais tarde reformada e ampliada por Eduard Schroeder.

Existia ainda a casa de Léonce Aubé, situada mais ou menos no local da hoje esquina Rua Rio Branco e Jerônimo Coelho, no meio de uma gleba de 5 hectares, reservada pela Direção da Colônia, no centro urbano, para Rua Alteza Real o Príncipe de Joinville, conforme o item 4.º do contrato firmado entre o Príncipe e Christian Matthias Schroeder, em 5 de maio de 1849.

O Snr. Aubé, na qualidade de representante do Príncipe de Joinville na Colônia Dona Francisca, escolheu essa área no centro do núcleo colonial "Schroedersort", com 100 braças de frente para a "Ziegeleistrasse" (Rua da Olaria, hoje Rua do Príncipe), e 100 braças para a "Hafenstrasse", hoje Rua 9 de Março.

Algumas plantações substituíam a mata nas clareiras abertas. Alguns ranchos de palmitos nos lotes já demarcados. O levantamento incluiu ainda a existência de um pasto de gramado plantado pela Direção da Colônia e uma vaca leiteira no dito pasto.

Manteve o Snr. Léonce Aubé um cavalo de sela, que, por falta de curral e cêrcas, costumava invadir, à noite, as hortas dos colonos mais próximos, provocando prejuízos nas hortaliças.

As três principais picadas, Matthias-Strasse, Schweizer-Pikade e Nord-Strasse, estendiam-se mil metros em direção Sul-Oeste, Oeste e Norte, com poucas casas de colonos construídas e algumas em construção.

Destacava-se a residência de nove noruegueses, que construíram a sua casa assobradada, com um acabamento profissional e em regime de coletividade, dividindo despesas e lucros em partes iguais. Os caminhos e picadas encontravam-se encharcados como esponja molhada, e algumas ruas haviam sido beneficiadas com paus roliços, de palmitos, colocados em sentido transversal, para proteger os

transeuntes contra os lamaçais sem fim. Por todos os lados a floresta, e aqui e ali uma clareira, no centro da qual estava a cabana de um colono, da mais rude construção e coberta com fôlhas de palmeiras...

Entre a correspondência enviada à Europa por ocasião do retôrno do navio "Emma & Louise" a Hamburgo, encontrava-se uma carta do colono Rudolph Freudenberg, que emigrou de Oldenburg-Alemanha, com sua mulher e cinco filhos, a bordo da "Colon". Escrita em 1.º de julho de 1851 e até esta data conservada, revela esta mensagem, dirigida a parentes do autor, os primeiros detalhes da vida no núcleo colonial "Schroedersort".

Procuramos conservar em tudo a forma original dêste documento, pelo pitoresco da linguagem empregada pelo autor e também pelas informações bastante interessantes e minuciosas que nos presta a respeito dos primeiros dias da Colônia.

"Querido Pai, queridas Irmãs e Irmãos!

Há muito pensei em escrever-lhes esta carta e relatar o meu bem estar; estamos de boa saúde e esperamos igual de Vocês. "Chegamos a 6 de março à terra do Brasil. Posso assegurar-lhes que estamos recebendo adiantamento e ajuda financeira pela direção da Colônia até a primeira safra. Infelizmente chegamos aqui no início de inverno e por isso ainda não conseguimos colheitas. O inverno é muito agradável e as árvores conservam as suas fôlhas verdes e não neva como na Alemanha.

"Aqui não há necessidade de acumular mantimentos para o inverno e pode-se plantar o ano todo. Quem quiser trabalhar aqui como estava acostumado a trabalhar na Europa, tem muito mais possibilidade de enriquecer. O começo é sempre duro, principalmente para nós primeiros, que chegamos sem encontrar outros moradores no local.

"Esta terra maravilhosa está à espera de milhares de colonos, faltam principalmente operários nos seguintes ofícios: alfaiates, sapateiros, ferreiros, padeiros etc. Quem tiver a intenção de emigrar para o Brasil, deve trazer as suas ferramentas, como também panelas, caçarolas, frigideiras e, enfim, todos os petrechos de cozinha.

"Encontramos aqui verdadeiro paraíso, em comparação com a exploração na Alemanha. Dizem que existem escravos no Brasil, porém acho que existem muito mais escravos na Europa. O chão aqui é bom e está sendo vendido à razão de 3 Thaler por Morgo, com financiamento de 3 anos. Quem trabalhar aqui dois anos em seguida, como estava acostumado a trabalhar na Alemanha, poderá fazer suas economias, e até adquirir umas poltronas confortáveis.

"As vacas leiteiras são baratas, 10-12 Thaler; os cavalos à razão de 6-8 Thaler; são mais em conta que a sela e arreio. Aconselho aos meus parentes trazer a sela da Europa. Em breve enviarei novas notícias.

Abraços etc.

R. Freudenberg Schroedersort, 1.º de julho de 1851. (4).

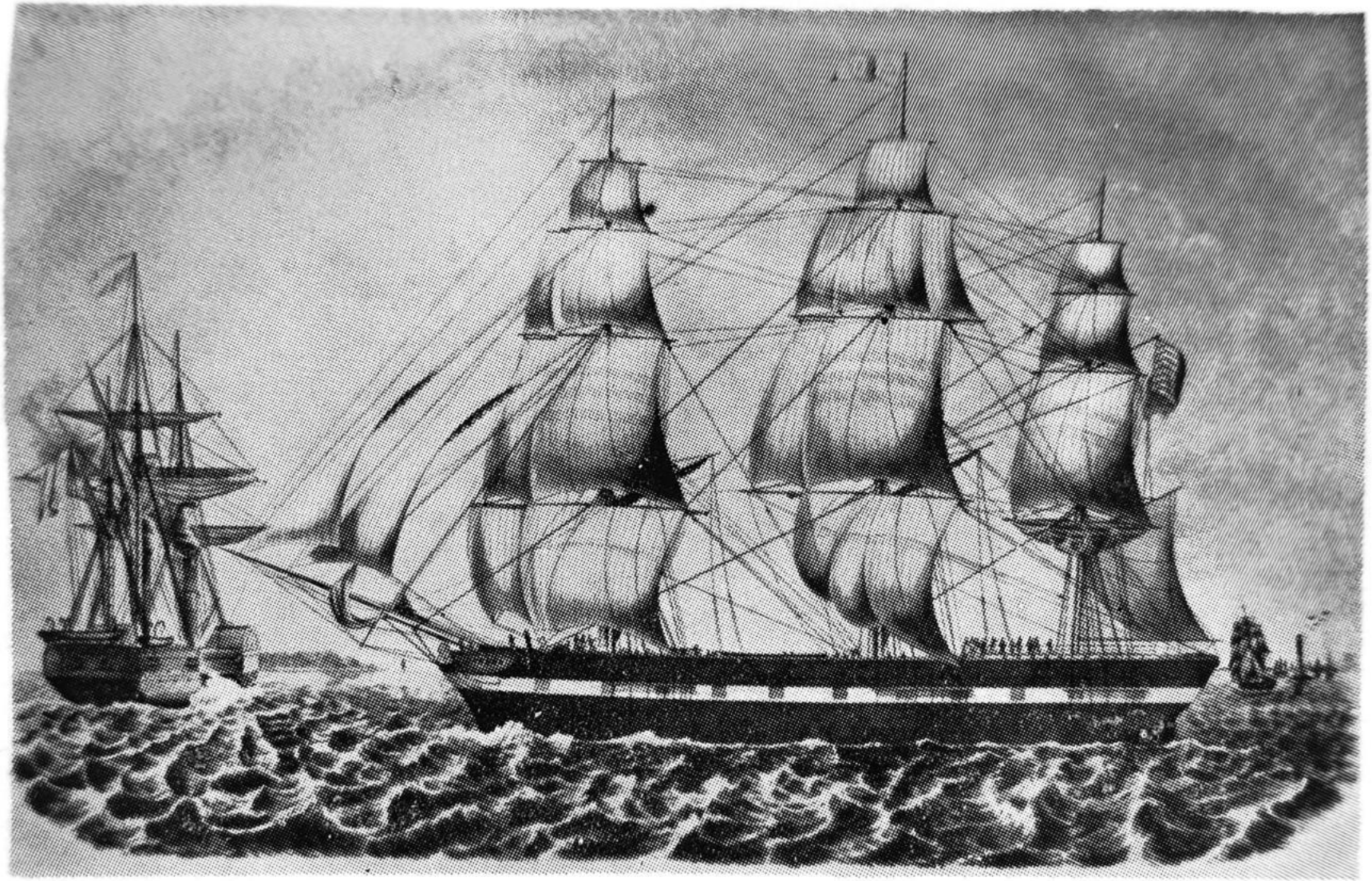
Outra carta escrita por Christian Herrmann aos seus parentes e amigos, relata a viagem da "Emma & Louise", Herrmann, naturai de Osterfingen, no Cantão Schaffhausen, na Suíça, viera com sua mulher Magdalena, e fôra contratado pelo Agente de Imigração E. de Paravicini, de Basiléia. O documento do contrato, ainda hoje existente, acusa o recebimento, pelo Agente, da importância de 24 Thaler (32$000 da época), com saldo a pagar de 86 Thaler, para a passagem de duas pessoas na data do embarque, previsto para o dia 1.º de maio de 1851, em Hamburgo, no trapiche de imigração da Firma Chr. M. Schroeder, situado na "Bastion Gross-Ericus", perto da Estação de Estrada de Ferro.

Comprometia-se o Agente em nome da Sociedade Colonizadora, no local do embarque, a fornecer acomodação e refeições aos imigrantes, caso o navio saísse do pôrto com atraso.

Consta do contrato ("Haftschein") assinado por Christian Herrmann, que o pagamento do adiantamento se realizara no dia 15 de maio em Rappenschwil, na Suíça, e o saldo do pagamento no dia 25 de abril, em Basiléia. A "Emma & Louise" zarpou de Hamburgo no dia 2 de maio de 1851.

---

(4) Allgemeine Auswanderungs-Zeitung, Landesbibliothek Wiesbaden Alemanha.



Galera de três mastros, veleiro típico da época de 1850.

A carta de Christian Herrmann, homem simples e exercendo a profissão de mecânico, é de linguagem pitoresca e cheia de informações preciosas sôbre as viagens marítimas da época.

"Meus amigos, parentes e conhecidos!

"Chegamos sãos e salvos no Brasil. Da viagem posso lhes contar que a maioria dos passageiros era da nossa gente da Suíça (dos 116 passageiros da "Emma & Louise", 101 eram de nacionalidade suíça). Quando saímos do Rio Elba, o mar grosso provocou enjôo e ficamos mal de uma vez. Porém atingimos nos dias seguintes regiões mais calmas e o mal passou. Fiquei se comer nada, e assim como eu sòmente tinha trazido de Hamburgo alguns pãezinhos e um quilo de queijo, recomendo aos meus amigos trazerem em quantidade suficiente alimentos, como aguardente, queijo-suíço, para o consumo na viagem. Tivemos uma viagem muito agradável e após 8 dias de velejar no Canal da Mancha, atingimos o mar aberto. Durante 15 dias os ventos sopravam favoràvelmente e o nosso navio voava sôbre as ondas, igual a um grande pássaro.

"Repentinamente parou o vento e ficamos tostados sob o sol ardente, sem ganhar uma milha de distância. O tempo mais agradável era bem cedo de manhã, quando o sol aparecia no horizonte, iluminando com seus raios avermelhados o céu e o imenso mar. Vimos muitos peixes voadores e um dia pegamos um peixe de 15 pés de comprimento. Quanto a outros navios, passamos tão perto de uma barca holandêsa que conseguimos fazer conversa de bordo a bordo.

"No dia 1.º de julho, chegamos finalmente à embocadura do canal ou baía de São Francisco. Infelizmente o vento era contrário e não conseguimos entrar na barra. Assim, velejamos mais de uma semana sem poder atravessar o último trecho do nosso percurso e tivemos de esperar vento favorável.

Finalmente, uma tarde o vento virou e conseguimos entrar na baía com as suas margens cobertas da vegetação verde. No dia seguinte entramos no Pôrto de São Francisco, lançando ferros no ancoradouro.

"Que sensação agradável trocar o porão do navio com a terra

firme! Uma embarcação nos levou à praia. São Francisco é uma cidade bem construída, com casas de material e pedras, porém sem vida e sem indústrias. Não se pode comparar com qualquer cidade na Suíça.

"Aqui eu comi as primeiras frutas brasileiras. A banana, em forma de lingüiça, tem o sabor da nossa pêra; as laranjas igualam ao nosso limão, sendo, porém, maiores e com suco bem doce. Vi árvores tão cheias que nem as nossas cerejeiras.

"Os moradores da Vila não entendem nada da lavoura e domina a preguiça, pois nem existem profissionais nos ofícios gerais. Sòmente existem algumas lojas com artigos de tecidos e de louça, além de vendas de secos e molhados em diversos lugares. A população de S. Francisco é de muita delicadeza e muito amável. É pena que não compreendamos a sua língua, que é a portuguêsa. Há muita gente preta por aqui e entrei na casa de um negro para ver como era dentro. Encontrei tudo muito limpo, mas simples; uma velhinha estava cozinhando, fumando um cachimbo. Também inspecionei a escola e fiquei admirado, pois achei igual à nossa escola de Koeniz.

"No dia seguinte, prosseguimos viagem até a embocadura de outra lagoa, onde lançamos ferros, desembarcando em seguida nos botes do navio, após uma viagem de 69 dias. Nas beiras do rio que subimos, existiam muitas cabanas de pescadores. Diante de nós estendiam-se montanhas que erguem seus cumes verdes muito ao longe. As paragens, cobertas de florestas verdes, convidam mesmo e há lugar para milhares de pessoas.

"Como encontramos a Colônia ? Para dizer a verdade, desembarcamos do navio com certo receio, pois as informações recebidas em S. Francisco, não eram das melhores. Esperávamos uma cidade e muitas plantações e ficamos decepcionados com a realidade : em vez da cidade, encontramos choupanas feitas de barro e cobertas com fôlhas de palmeiras. Sòmente uns 200 morgos estavam desmatados e poucas plantações tinham sido feitas.

"Não negamos os esforços da Sociedade Colonizadora, empregando colonos na construção de caminhos e pontes e no desmatamento das florestas. O pequeno rio que atravessa a cida-

de, já está sendo desobstruído, de forma que já se encontra navegável até o centro do núcleo.

"Os colonos recém-chegados serão empregados nestes trabalhos e já desde o primeiro dia recebem vencimentos da Sociedade, à razão de 30 Vintens por dia de serviço. Mantém a Direção da Colônia um depósito para venda de mantimentos e uma padaria prepara o pão, feito de farinha de mandioca, um produto feito de raízes de que eu não gostei muito. Assim, adquiri farinha de trigo para o preparo de bolos e "Knoeplfi".

"Trabalho como empregado da Sociedade e estou recebendo um bom dinheiro. Mesmo assim pretendo adquirir um chão. Infelizmente os lotes no centro da cidade já estão a um preço exorbitante. Felizmente, um certo dia, o Snr. Pabst, sub-diretor da Colônia, me ofereceu um lote urbano pelo mesmo preço das terras rurais. Aceitei e logo em seguida meti mãos à obra e desflorestei uma grande parte — o que não é brincadeira. Primeiro é preciso cortar a vegetação baixa, com facão, para poder penetrar mato dentro. As árvores são cobertas de cipós e parasitas exóticos e sua madeira é duríssima de trabalhar. Depois da queima, o trabalho mais duro é a limpeza da roça dos troncos e tocos meio queimados. A terra é extremamente fértil até a profundidade de 3 pés.

"Como colono recém-chegado, sòmente plantei até agora algumas batatas, feijão e cenouras. Fiquei doente por algum tempo e para não perder o meu tempo, montei defronte à minha morada um tôrno e um banco de marceneiro e atendi todos os serviços no ramo da minha profissão. Oh, se eu tivesse comigo as ferramentas que possuia na Suíça, como ganharia dinheiro !

"Lamentei a aquisição na Suíça de uma espingarda, pois aqui não há caça, nem gente bravia. Sinto muita falta de minha família e ando com a idéia de construir uma casa própria no meu terreno, na "Schweizer-Pikade".

"Estou cansado de escrever, e, nas quatro semanas que levei para contar estas novidades, já vejo na colônia os melhoramentos feitos num espaço tão curto. Por todos os lados estão trabalhando e construindo casas e ranchos. Acredito que a

nossa Colônia terá um progresso rápido e será em poucos anos a Colônia mais bem sucedida.

"Despeço-me dos meus amigos e parentes, enviando-lhes meus cumprimentos, etc. etc.

Christian Herrmann". (5).

Com a chegada da "Emma & Louise", a Colônia Dona Francisca passou a contar com 349 almas. No dia 7 de setembro deu-se o primeiro casamento em "Schroedersort", entre Georg Mueller e Ursula Weber.

Os primeiros falecimentos ocorreram na Colônia em 31 de março (Catharina Engel com 2 anos de idade), e no dia 13 e 25 de abril (Wilhelm Loder, 9 anos, e Francisca Maechler com 10 anos), todos da barca "Colon". No mesmo mês de abril, faleceram 3 dos noruegueses, em maio de 1851 morreram mais 5 pessoas, junho 1 e julho 1. Ao mesmo tempo, partiram da Colônia 18 dos noruegueses. (6).

Apesar dos esforços, a Sociedade Colonizadora em Hamburgo ainda não havia conseguido contratar um sacerdote e pastor para a Colônia. Assim, os primeiros mortos foram enterrados no final da clareira, onde o caminho Jurapé atravessava o Ribeirão Matias. Êste cemitério improvisado serviu até dezembro de 1851, quando, por iniciativa do Pastor Hoffmann, então recentemente chegafo, foi transferido para um local prèviamente estabelecido pela Sociedade Colonizadora. Ainda em 1873, por ocasião de forte enchente, o Ribeirão Matias mudou de leito no local da hoje esquina Rua 9 de Março e Visconde de Taunay, desenterrando ossadas e tábuas meio apodrecidas.

Para o diretor interino Eduard Schroeder, a vinda da segunda leva de imigrantes criara sérios problemas de alimentação, acomodação e distribuição de lotes. Em mensagem urgente para Hamburgo, mandou sustar nova remessa de colonos, estando a exigên-

---

(5) R. J. Miltenberg - Die Deutsche Kolonie Dona Francisca, Berlin, 1852. p. 34.
(6) Einwanderungs-Journal (Bibl. do A.).

cia do contrato firmado entre o Senador Schroeder e o Príncipe de Joinville já cumprida com a instalação de 300 pessoas.

Entretanto, com a propaganda desenfreada na Alemanha e Suíça, não era mais possível cancelar a programada partida do brigue "Gloriosa", de Altona, fretada pela Sociedade em Hamburgo. Assim sendo, o "Gloriosa" levantou ferros no dia 19 de julho de 1851, com destino a São Francisco do Sul.

Na procura de um diretor definitivo para a Colônia e após ter recebido resposta negativa de um pretendente, no Rio de Janeiro (Reye), a Sociedade, em Hamburgo, ofereceu êsse cargo ao Sr. Benno von Frankenberg-Ludwigsdorf, oficial do dissolvido exército de Schleswig-Holstein.

Frankenberg aceitou e viajou logo em seguida, com sua espôsa Henriette e filha Jenny de 2 anos de idade, via Londres, pelo vapor da Mala Inglêsa, para o Rio de Janeiro, de onde chegou à Colônia Dona Francisca no dia 27 de agôsto, num patacho costeiro, e ainda antes da chegada do "Gloriosa", Eduard Schroeder comunicou oficialmente a sua renúncia e apresentou Frankenberg como novo diretor da Colônia.

Mesmo assim, e em plena concordância, Schroeder permaneceu no cargo de diretor até a sua partida em outubro de 1852. Os livros de contabilidade, o jornal de imigrantes e os livros Caixa do "Magazin", ficaram sob sua orientação e a sua assinatura passou a ser "p. t. director".

Benno von Frankenberg-Ludwigsdorf retirou-se, temporàriamente, das atividades administrativas e adquiriu as terras já plantadas e preparadas pelos noruegueses, na "Nord-Strasse" (hoje Rua Dr. João Colin-esquina Rua Max Colin, lado Oeste).

Durante mais de um ano, as atividades da direção da Colônia estagnaram-se por diversos motivos.

Em primeiro plano, a direção da Colônia desentendeu-se com o representante do Príncipe de Joinville. Nas demarcações de novos lotes, em direção Oeste, e na continuação da Schweizer-Pikade, o terreno se tornou inaproveitável para a lavoura, alcançando um vasto brejal formado pelo "Rio Águas Vermelhas". Schroeder solicitou, então, de Aubé, a substituição dessa área imprestável por outro terreno de igual área, num local sêco e fértil. Com isto não con-

cordou Aubé e a conseqüência foram relatórios de ambas as partes, dirigidos à Sociedade Colonizadora, em Hamburgo, e ao "Administrateur des biens et affaires de la maison d'Orléans", em Paris. A questão do Ribeirão Vermelho e as terras alagadas na planície do seu percurso, criou caso na Europa.

Outro fator importante da paralização temporária do prosseguimento das atividades administrativas da Direção, deve-se ao rompimento de epidemia na Colônia, após a chegada do "Gloriosa", em fins de setembro de 1851. Em conseqüência da disenteria bacilar, com muitos casos fatais, retiraram-se os trabalhadores brasileiros, que prestavam serviços insuperáveis no desmatamento das florestas, roçando e queimando os terrenos dos colonos europeus inexperientes.

A chegada do brigue "Gloriosa" teve profunda repercussão na Colônia. Pode-se dizer que êsse navio, trazendo 75 imigrantes, causou uma transformação no setor sociológico da Colônia, que até esta data conservou a sua influência. O vilarejo "Schroedersort", cercado de propriedades rurais, e puramente agrícola, elevarse-ia a um centro social, econômico, político e administrativo, com a vinda dessas 75 pessoas, na sua maioria capitalistas e empregadores, oficiais e acadêmicos.

A história da viagem do brigue "Gloriosa" começa no dia 19 de julho de 1851, quando o Cônsul Geral do Brasil em Hamburgo, Sr. Joaquim David Hinsch, assinou o manifesto de passageiros do navio e autenticou o documento com o carimbo Imperial do Brasil.

Era o "Gloriosa" um veleiro de dois mastros altos de vêrgas, distinguindo-se visìvelmente das barcas de maior tonelagem, amarradas nos bastiões do pôrto, com seus 3 e mais mastros de vêrgas e com o típico Gaff-Top. Sendo o brigue de menor tonelagem, com linhas elegantes e sobrecarregado de velas, era considerado o veleiro mais rápido da época.

Os imigrantes embarcados no "Gloriosa" não representavam o tipo do colono comun sem recursos e sim uma seleção de homens cultos e inteligentes, oficiais do extinto exército, senhoras e senhoritas, que esperavam ter na Colônia Dona Francisca um futuro melhor, deixando a pátria e deixando parentes e comodidades, para embrenharem-se pelos sertões catarinenses, em busca de uma aven-

tura que poderia trazer-lhes um destino fatal, como a muitos realmente trouxe.

Transcrevemos, a seguir, a relação dos pasageiros do "Gloriosa", e seu respectivo destino :

1	— Bruegman	— Julius Chr.
2	— Zinneck	— Theodor Rud.
3	— Goetzen	— Wilhelm von (Para Curitiba out. 1853)
4- 5	— Monod	— Arthur e Lydia s/mulher
6	— Cogit	— Ernst (Partiu em 1852)
7-10	— Zastrow	— Johann Friedr., sua mulher e dois filhos (faleceram todos)
11	— Straube	— Franz Gustav (Naturalista, faleceu 18/12/1853)
12-13	— Krebs	— Dr. Wilhelm (médico da Colônia, com sua espôsa Caroline)
14	— Mahlmann	— Carl
15	— Meyer	— Carl Ludwig
16	— Ernst	— Gustav (Partiu em janeiro 1852)
17	— Poschaan	— Bernhard Jnr. (filho de um membro da direção da Colônia em Hamburgo)
18	— Tobler	— Johann Julius
19	— Kaemmerer	— Johan H.
20	— Matheisen	— Louiz Heinr. (Partiu em 7/4/52)
21	— Huckfeldt	— Hermann (Partiu em 6/8/53)
22-27	— Shulz	— Heinrich com sua mulher e 4 filhos (um filho faleceu em 24/11/51)
28-35	— Rauch	— Bernhard M. (faleceu em 30/10/51) com sua mulher e 6 filhos (um filho morreu em 22/11/1851, outro em 11/10/1851; os demais partiram em junho de 1852 para Curitiba)
36-40	— Kohn	— August (faleceu em 17/1/1853) sua mulher Mary (faleceu em 16/2/52) e 3 filhos (voltaram a bordo do "Helene" para o Rio de Janeiro, em 1854)
41	— Reese	— Johann (faleceu em 3/2/1852)

42 — Herm — Wilhelm (faleceu 1853)
43-44 — Oswiecimsky — Frans Theodor von Rodowicz e sua mulher Henriette Joh. Caroline (partiram em 7/6/1852 para a Europa).
45 — Oswiecimsky — Johann Martin J. von Rodowicz irmão mais velho de Theodor. Teólogo, voltou em 30/12/1851 à Europa)
46 — Antoni — Carl
47 — Krakau — Wiebke (partiu em 29/1/1852)
48 — Conrad — Ferdinad B. (Faleceu em 1/11/51)
49 — Goepfert — Georg (partiu em 6/9/1853)
50 — Hellwig — Wilhelm C. (partiu para Curitiba em 6/1/1852)
51 — Buerow — Carl. A. Andreas (faleceu em 26/12/1851)
52 — Lehmann — Jul. Agathe (Faleceu em 15/10/51)
53 — Straube — Franz Julius (partiu em 6/1/1852)
54 — Huehn — Carl (irmão mais novo de Wilhelm, secretário da Sociedade em Hamburgo)
55 — Grossmann — Gustav Th. (partiu em 6/1/1852)
56 — Herber — Carl. Chr. (partiu em 29/1/1852)
57 — Schulz — Mario (Partiu em 29/1/1852)
58 — Luther — Martin
59-60 — Hoffmann — Friedrich Aug. e sua mulher Doris
61 — Drusina — Gustav Heinr. de
62 — Drusina — Christian de
63-65 — Junghans — Carl Johann A. (partiu em 15/3/52) e sua mulher (faleceu em 12/11/51) e uma filha Sophia partiu em 15/3/52)
66-70 — Haltenhoff — Johann Adolph, sua mulher Dorrette e 3 filhas, Marie, Anna e Louise
71 — Heeren (*) — Friedrich
72 — Bente — Carl
73-74 — Kumlehn — Carl e sua mulher Auguste
75 — Tromann — Peter Joh. (partiu em 8/1/1853)

(*) Ver sua genealogia na Bibl. Pública Municipal de Joinville

Desta relação de passageiros destacam-se na história de Joinville os nomes de T. Rudolph Zinneck, como agrimensor durante anos na Direção da Colônia ; Dr. Wilhelm Krebs como médico ; Bernhard Poschaan como empregador do primeiro empreendimento agrícola particular na Colônia ; Theodor Rodowicz-Oswiecimsky, com cronista com a sua obra "Die Colonie Dona Francisca" editada 1853 em Hamburgo ; Carl Huehn como tabelião ; Adolph Haltenhoff como inspetor da Colônia e funcionário da Direção ; suas três filhas, como espôsas de Friedrich Heeren, Léonce Aubé e G. A. Otto Niemeyer ; Carl Kumlehn, como hoteleiro, subdelegado da polícia de Joinville e Vereador da Câmara Municipal (Superintendência), e, finalmente, Friedrich Heeren, como engenheiro da Colônia.

A 27 de setembro de 1851, o "Gloriosa" fundeou no ancoradouro de São Francisco e os primeiros passageiros desembarcaram em canoas para ver de perto a cidade tropical, com seus telhados vermelhos e as casas brancas, o Forte e uma igreja colonial no morro, as suas praias amarelas e a Serra Geral no horizonte, com sua côr azulada e vaporosa.

Para os 75 passageiros do "Gloriosa" os primeiros passos em terra firme, a primeira água pura e fresca e as primeiras frutas exóticas do Brasil, significaram verdadeiro alívio após as amarguras da viagem, de 70 dias. Relata Theodor Rodowicz, na sua crônica desta viagem, os sofrimentos motivados pelo enjôo, as péssimas condições higiênicas, a comida monótona e deficiente com falta de verduras e frutas frescas, com rações de chucrute e suco de limão no combate ao escorbuto. A água utilizada para o cozimento dos alimentos exalava mau cheiro, com as conseqüências mais imprevisíveis para a saúde dos passageiros. No final da viagem, a água conservada em barris de madeira, apesar de serem alcatroados e revistos no início da travessia, soltava bôlhas de gases pútridos, tornando-se intragável para o consumo. Sendo a travessia sem escalas, mesmo assim a água era utilizada para o preparo das comidas.

Sobreveio assim a muitas pessoas um mal-estar geral, com sofrimento dos intestinos, diarréias e vômitos, de que só se recuperaram após o desembarque na Colônia.

No dia seguinte, o "Gloriosa" levantou ferros e seguiu viagem. Foi um verdadeiro espetáculo, porquanto apresenta a Baía Ba-

bitonga dimensões e surprêsas paisagísticas raramente igualadas por outras baías do Sul do Brasil. Passando pelo Ilha Redonda e Ilha Comprida, os passageiros apreciaram as pedras enormes de granito nas margens dos ilhotes e a quantidade imensa de aves aquáticas. Fundeou o "Gloriosa", finalmente, na "Ilha do Mel" e na embocadura da lagoa Saguaçu.

Começou o desembarque dos homens, mulheres e crianças, nos próprios botes do navio. Depois de algumas horas de remadura e atravessada a lagoa Saguaçu o rio tornou-se extremamente estreito, tanto assim que as árvores, com suas ricas parasitas, dobravam-se sôbre as cabeças dos passageiros, entusiasmados com a beleza tropical das folhagens, das flores e orquídias da nova pátria, na terra ainda tão pouco conhecida, cheia de segredos e de mistérios.

Na confluência do riacho Bucarein, onde começava o latifúndio da Sociedade Colonizadora, a maré baixa impediu o presseguimento da viagem. Uma parte dos passageiros caminhou a pé por uma picada, em direção a "Schroedersort", e a outra parte continuou a subir o Rio Cachoeira, em canoas estreitas e sujeitas a virar-se.

Conta-nos Rodowicz a decepção dos viajantes com a primeira vista do núcleo colonial, que em nada correspondia às lindas ilustrações publicadas na "Illustrierte Zeitung", da Alemanha, com suas casas bonitas no meio de um jardim de plantas exóticas e com um lugar de desembarque construído em forma de trapiche. Nada disto existia. Vencendo o lodaçal tremendo, que forma as margens do Rio Cachoeira, por um caminho lamacento e por entre tocos de árvores e capoeiras, atingiram os ranchos de acomodação coletiva.

Inicialmente, a decepção foi enorme e muitos se sentiram ludribiados e dispostos a voltar. Com a primeira refeição oferecida aos imigrantes por Eduard Schroeder e Léonce Aubé, e com a distribuição das acomodações nos ranchos, os revoltosos ficaram tranqüilizados, vendo a boa vontade da Direção da Colônia. Schroeder declarou abertamente que não esperava a vinda de Senhores, Senhoras e Senhoritas e sim de homens e mulheres trabalhadores, para vencer a luta contra o mato.

Como já dissemos, a chegada do "Gloriosa" exerceu influências profundas na Colônia. Vieram pela primeira vez homens de cultura elevada e com iniciativa comercial e industrial, sem

contar o capital a ser empregado na Colônia. Trouxeram os passageiros do "Gloriosa", ao mesmo tempo, a doença ao vilarejo e começou uma época e um período de sofrimentos, de tristezas, amarguras e lágrimas.

Entre os 75 imigrantes, encontramos, além de alguns trabalhadores contratados por Bernhard Poschaan Junior, 8 Oficiais com Grau de Universidade, 2 Engenheiros diplomados, 1 Médico, 1 Doutor em Direito, 2 candidatos a Teólogos, 1 Professor de Colégio, 7 Economistas, 5 Comerciantes, 2 Naturalistas, 1 Marceneiro, 2 Carpinteiros, 1 Litógrafo, 2 Jardineiros, 2 Açougueiros etc.

A primeira iniciativa dos recém-chegados manifestou-se na aquisição de lotes e terrenos já plantados e com casas já construídas. A segunda conseqüência da introdução de "inteligência e capital" na nova Colônia até essa data puramente colonial, foi a lógica transformação de colono independente em empregado pago pelo capitalista. O núcleo colonial "Schroedersort" avançou o seu primeiro passo para a futura cidade, com a instalação de vendas, empórios, lojas e o estabelecimento dos ofícios como seleiros, padeiros, ferreiros e tantos outros, para atender às necessidades dos moradores do vilarejo.

Dali partiu o sôpro vivificador que, não obstante os contratempos e dificuldades encontradas, ou talvez exatamente porque encontrou êsses obstáculos, fecundou os planos da Sociedade Colonizadora, de fundar uma cidade chamada "Joinville", para garantir ao empreendimento colonial o mercado e o consumidor. O engrandecimento de "Schroedersort" e a transformação de área colonial para Vila, suspendeu, automàticamente, a construção de "Joinville" no local projetado, que era na confluência do Rio Bucarein e Rio Cachoeira, e designado na primeira planta da Colônia com as palavras: "Reservirtes Terrain zur Stadt Joinville" (7). Schroedersort, já em outubro de 1852, com a partida de Eduard Schroeder e a posse definitiva de Diretor por Benno von Frankenberg, se tornou centro cultural, industrial e comercial de Colônia, recebendo o nome de "Joinville".

Os passageiros chegados no "Gloriosa" estabeleceram-se nos

(7) Planta no 3.º Relatório da Sociedade Colonizadora, 1853 (Bibl. do A.).

ranchos postos à sua disposição. Subdivididos em pequenos cubículos sem janelas e com as portas cortadas em meia altura para entrada de ar e luz, cada família recebeu o seu compartimento. Um "Regulamento para as casas de recepção na Colônia Dona Francisca", curioso documento que ainda hoje existe, estipulava em 7 itens os direitos e as obrigações dos moradores. Na letra característica e nítida de Eduard Schroeder, podemos ainda hoje e após mais de cem anos, apreciar a primeira LEI sancionada por autoridade, na Colônia Dona Francisca. Concede essa Lei ao nôvo imigrante recém-chegado o direito de permanecer no Rancho de recepção até a construção da sua casa própria ou até a vinda do próximo navio imigratório. A obrigação do imigrante era de conservar limpo o seu lugar no rancho. Conforme item N. 2, cada rancho, uma vez por dia, deve ser limpo rigorosamente. O depósito de lixo defronte às portas é terminantemente proibido. O item N. 4 veda estritamente fazer fogo nos ranchos e alerta sôbre o perigo de incêndios provocados por velas. Conforme item N.º 5, cada pessoa é responsável pela conservação das portas, janelas e paredes dos ranchos. Em caso de danos, os moradores do rancho serão responsabilizados. Brigas, disputas e discussões serão punidas com o afastamento do responsável. E assim por diante...

As atividades iniciadas pelos novos colonos foram repentinamente interrompidas com os primeiros casos fatais de disenterias bacilar e tifo. Em poucos dias a doença assaltou a Colônia, e o pequeno sino, colocado no rancho que servia provisòriamente de Casa de Oração, não parava de tocar, anunciando novos falecimentos. Nos Ranchos de Recepção a tragédia começou a criar problemas com o afastamento de cadáveres para evitar novas infecções. Assim apenas em um mês (Setembro de 1851), faleceram 16 pessoas, 3 do "Colon", 2 noruegueses, 8 da "Emma & Louise" e 3 do "Gloriosa". No mês seguinte, morreram 9 e em dezembro 6 pessoas. Sòmente uma cruz e a data do falecimento no "Auswanderungs Journal" de Eduard Schroeder contam hoje dos sofrimentos e da tragédia que atingiram famílias inteiras. No final da clareira, onde o Ribeirão Mathias atravessava a "Hafenstrasse" (Rua do Pôsto, atual Rua 9 de Março), abriam-se covas para enterrar os cadáveres. Nesse local (hoje Farmácia Catarinense e loja comercial de Alfredo Boehm), foram sepultadas exatamente 45 pessoas, vítimas da epidemia. Sòmente em dezembro de 1851, e com a vinda do Primeiro Pastor evangélico, Da-

niel Hoffmann, o cemitério provisório foi transferido para o local prèviamente escolhido pela Direção da Colônia, no morro existente no primeiro trecho da "Schweizer-Pikade", já então chamado "Mittelweg" (Rua do Meio), hoje 15 de Novembro. O primeiro sepultamento no cemitério nôvo deu-se a 27 de dezembro de 1851.

Das velhas sepulturas de 45 imigrantes chegados antes de dezembro de 1851, hoje nada resta, e não fôsse anotado o dia do seu falecimento no "Jornal de Imigração", por Eduard Schroeder, nada saberíamos dêstes pioneiros infelizes, que se expatriaram, para vir em busca de dias melhores para suas famílias e construir uma nova existência.

Existem dois relatórios sôbre o estado da Colônia em fins de 1851. O primeiro do Capitão Theodor Rodowicz e outro do funcionário aduaneiro do Destêrro, Sr. Cesário Antônio Mendes.

Rodowicz nos relata minuciosamente a existência de duas Casas de Recepção, anexas a um depósito com vendas de gêneros de primeira necessidade, instalado provisòriamente no rancho destinado à Casa de Oração. A velha "Casa de Direção" instalada na antiga residência do engenheiro Guenther, que, ao mesmo tempo, servia como morada do médico Dr. W. A. Moeller e dos funcionários da Direção, Sr. Carl Pabst e o engenheiro Banholzer. Um pequeno rancho destinado a servir de Hospital, por motivos de absoluta falta de acomodações, passou a ser residência do Inspetor da Colônia, Sr. Haltenhoff.

A construção mais aperfeiçoada pertencia ao novo Diretor da Colônia, Sr. Benno von Frankenberg-Ludwigsdorf, com janelas de vidro (!) nas dependências da cozinha e na varanda, e custou mais de 540 mil Réis !

Uma nova construção, coberta com telhas de barro e destinada á nova "Casa de Direção", apresentava, bem como a residência do médico Dr. Krebs, as características do estilo enxaimel, dando, assim, início à construção de moradias sêcas, de piso elevado e com paredes de material isolante contra a umidade. A armação compunha-se de vigas e colunas, escoras, e travessas, sendo o vão preenchido com tijolos.

Outra casa, também tipo enxaimel, pertencia ao Sr. Straube. Infelizmente estava situada no ponto mais baixo do terreno e, em conseqüencia, e por ocasião de chuvas tropicais, o proprietário tinha possibilidade de apanhar peixes na sua sala de visita.

A residência do autor Th. Rodowicz, construída por carpinteiros noruegueses, em local mais alto, (na hoje Rua Princeza Isabel, exatamente no lugar da casa paroquial da Comunidade Evangélica), era de dois pavimentos e construída principalmente de palmitos com revestimento de argamassa de barro misturado com fôlhas picadas (8).

Uma habitação muito mal construída pelo Sr. Junghans já está sendo abandonada pelo seu nôvo proprietário, Sr. Frederico Heeren, que, por sua vez, mandou construír, anexa à ruína, nova construção, mais sólida.

Um pouco mais afastado do centro de "Schroedersort" e na Matthias-Strasse (antiga "Deutsche Pikade"), encontrava-se a casa do boticário Stellfeld e Boedicker, e outra do colono Schneider. Um antigo professor de escola estava roçando uma área de terreno para instalar um botequim.

As três principais picadas estendiam-se até uma distância de meia hora do lugarejo. Diversos colonos construíram os seus ranchos nestes caminhos e nas picadas novas "Guiguer-Strasse" e "Ziegeleistrasse". Esta última, em direção à olaria dos noruegueses, (a hoje Rua do Príncipe), estava sendo construída à custa da Direção da Colônia, para facilitar o abastecimento de Schroedersort com telhas e tijolos.

A olaria, como primeiro empreendimento industrial, apresenta, com os ranchos, casas de moradias e instalações, um aspecto agradável e promissor. O local da olaria já era habitado por brasileiros, em 1836, que foram nesse mesmo ano massacrados pelos bugres. Rolf Lyng, feitor do estabelecimento industrial, faleceu em 11 de outubro de 1836, e o triste acontecimento enlutou o vilarejo. Mais tarde,

---

(8) Partindo da colônia definitivamente, a 7 de junho de 1852, Theodor Rodowicz alugou a sua residência ao Sr. Carl Lange que se estabeleceu com casa de sêcos e molhados no "Schleswig-Hollstein schen Haus até 25 de maio de 1856, quando a Direção da Colônia adquiriu o lote N.º 66 na "Cachoeira-Strasse - Nordseite" que então passou para a Comunidade Evangélica em forma de doação.

a olaria foi adquirida por Bernhard Poschaan e, ao pé do morro, a Direção da Colônia mandou construir novo rancho de Recepção para imigrantes, que desembarcavam então no local da hoje Praça Hercílio Luz, subindo uma nova picada em direção ao centro da Vila - a Hafenstrasse, depois Conselheiro Mafra e hoje Rua Abdon Batista.

A "Ziegeleistrasse" (também chamada "Rua fábrica de telhas"), ou Rua da Olaria, hoje centro de Joinville, constituía, naqueles tempos remotos, um bonito passeio para os habitantes da vila, aos domingos.

O Sr. Poschaan, que adquiriu a olaria com 70 morgos de terra, pagou à Direção da Colônia a quantia de 1:100$000, importância fabulosa para êsses tempos, fazendo em janeiro de 1852 as primeiras experiências com arados à tração animal. Os demais colonos sòmente usavam enxada para o preparo do chão.

Nove dos noruegueses compraram um lote de 72 morgos, na "Nordstrasse", hoje Rua Dr. João Colin, na altura da esquina com a hoje Rua Max Colin. Construiram, então, em regime coletivista, uma casa de dois pavimentos. Com a partida dos noruegueses da Colônia, em março de 1852, o Sr. Benno von Frankenberg adquiriu essa propriedade pelo preço de 800 mil réis, aumentando a área util para 150 morgos, com plantação de cana de açúcar. Encontrando um barro especial para cerâmica e aceitando o conselho do mestre ceramista Liepert, Frankenberg montou a primeira indústria de cerâmica nesta sua terra, em princípios de 1852, exportando, em seguida (junho), os primeiros produtos da sua fabricação para São Francisco do Sul. Era então mestre da indústria cerâmica o "Toepfermeister" Henrich Lepper. Os primeiros artefatos de barro para uso doméstico foram confeccionados por êsse pioneiro da indústria joinvillense. A localização exata dessa cerâmica é a esquina da Rua Dr. João Colin com a Rua Gaspar. O ribeirão do Morro Alto atravessava o terreno de Frankenberg.

Outro empreendimento agrícola, localizado no final da "Schweizer-Pikade" ou Mittelweg (hoje Rua 15 de Novembro), pertencia ao Sr. Bernhard Poschaan. Uma casa de moradia e uma aglomeração de ranchos em forma de "Vila" para os empregados. Poschaan dividiu parte das suas terras em lotes coloniais, vendendo-os a longo prazo. Já em fins de 1851, as plantações de cana, batatas, ai-

pim e araruta contribuiam substancialmente para o abastecimento de Schroedersort.

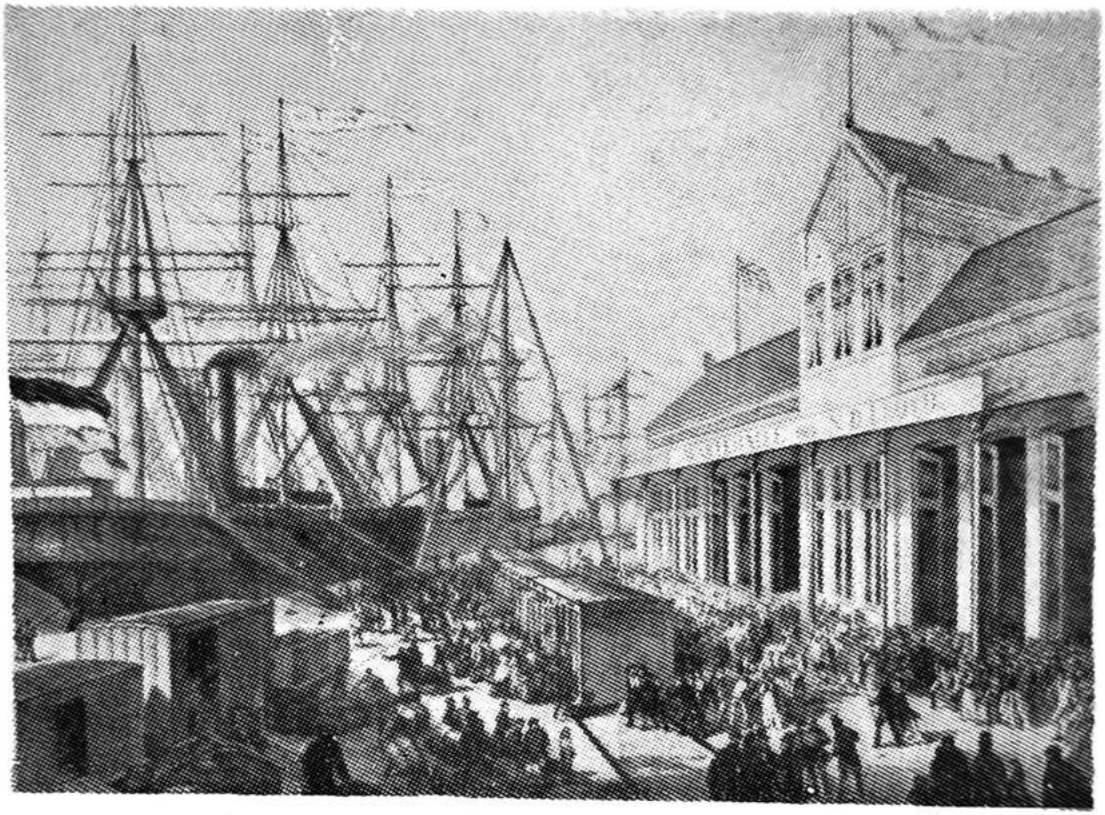
Igual empreendimento, na base de contrato particular, estabeleceu-se na "Guiguer-Strasse", ligação entre a "Schweizer-Pikade" e "Matthias-Strasse". Foi seu organizador o Cônsul hamburguês e procurador da firma Chr. Matthias Schroeder, no Rio de Janeiro, Sr. Arthur Guiguer, proprietário de vastos latifúndios com plantações de café no Rio. Adquiriu na nova Colônia Dona Francisca grande área de terra com a aquisição de ações da Sociedade, em Hamburgo. Instalou em seguida, na picada aberta na mata virgem, algumas famílias suíças, contribuíndo desta maneira para o desenvolvimento da Colônia. Os contratos particulares de Poschaan e Guiguer merecem especial atenção pela sua tendência sociológica.

A primeira maquinaria para o beneficiamento da cana de açúcar, adquiriu-a Léonce Aubé no sítio do Cel. Antônio João Vieira. Engenho simples e rudimentar, não satisfez às exigências de B. Poschaan, que, por sua vez, mandou construir em Hamburgo uma prensa com tração animal.

Até aí o relatório de Rodowicz sôbre o estado da Colônia, por ocasião da chegada do "Gloriosa", em fins de setembro de 1851.

Transcrevemos a seguir o texto original da carta do funcionário aduaneiro Cesário A. Mendes, de 14 de outubro do mesmo ano :

> "O Brigue "Gloriosa" Capitão George Wolf Toosbuy, procedente de Hamburgo, dêo fundo no Rio S. Francisco em 27 de Setembro pp, conduzindo a seo bordo 77 colonos allemães e suissos destinados para a colonia D. Francisca, compondo-se de onze familias, e parte dellas de pessôas mui decentes e civilisados; e dizem-me que quasi todos estes colonos satisfizerão à sua sahida o frete da passagem. No seguinte dia, partio o navio rio acima fundeando em lugar mais proximo a colonia, para a qual desembarcarão os colonos muito alegres e satisfeitos acompanhados pelos Snrs. Coroneis Camacho e Antonio João Vieira, que concorêrão com suas canôas e escravos para o transporte da bagagem e utensilios dos mesmos.
>
> "Hé esta a terceira emigração de colonos, que reunidos aos 270 já ali estabelecidos, perfazem o total de 347 e consta que outro



Embarque de imigrantes em Hamburgo 1855.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

navio ficára approntando-se em Hamburgo, a fim dali transportar por todo o corrente mez de Outubro outra remessa de colonos.

"Passados 15 dias dirigi-me ao estabelecimento da colonia e o seo estado actual hé o melhor possivel, appresentando hum aspecto cada vez mais agradavel não se poupando os colonos a todo e qualquer trabalho, pois alguns dos que outr'ora servirão em seo paiz como officiaes militares, não repugnão a pegarem no machado e na fouce para derrubarem as mattas, e aperfeiçoaram as tres grandes picadas que existem abertas em differentes direcções, podendo-se n'ellas já transitar a cavalo em grande distancia para as cazas que se achão edificadas ao correr das mesmas picadas e cujo numero já passão de cinquenta. Continua a colonia a ser provida de diversos animaes vaccuns e cavalares, e até mesmo pelo navio recem-chegado foi conduzido hum touro, e hua vacca que produz de 5 a 6 canadas de leite; e acha-se construida na dita colonia, hua olaria na qual se manufactura perfeito tijôlo e têlha, cujo barro para este material hé amassado perfeitamente n'uma machina dentro de hum caixão trabalhado por hum animal, que circula a mesma sem que toque no barro ; muito breve ver-se-há as cazas com paredes de tijôlo e cobertas de telhas ficando assim mais solidas e seguras, havendo já para isso bastante cal na colonia. Já ali se celebra aos domingos preces e orações em hua caza para isso destinada, e tem havido cinco casamentos, tudo conforme a religião que professão. Tambem ali existem dous medicos, dous boticarios, dous naturalistas, hum inspetor e o director da colonia, bem como dous professores porém ainda não tem aula aberta por falta de caza propria para isso.

"Á vista do quanto levo dito, a colonia Dona Francisca appresenta-se debaixo dos melhores auspicios, e dentro de pouco tempo estará abundante e productiva, pois ha apenas sete mezes de sua fundação, e por isso ainda não se fazem grandes colhetas de generos que mereça ser mencionada."

São Francisco, 14 de Outubro de 1851.

Cesario Antonio Mendes.

Êsse relatório do funcionário da Alfândega do Destêrro, serviu

para instruir a "Falla" do Presidente da Província, dirigida à Assembléia Legislativa da Província, por ocasião da abertura de sua sessão ordinária, em 1.º de março de 1852.

Três meses após a chegada do "Gloriosa", fundeou em São Francisco a barca "Neptun", desembarcando na Colônia os seus 78 passageiros no dia 12 de dezembro de 1851. Apenas uma criança faleceu a bordo e a viagem de 60 dias não apresentou novidades.

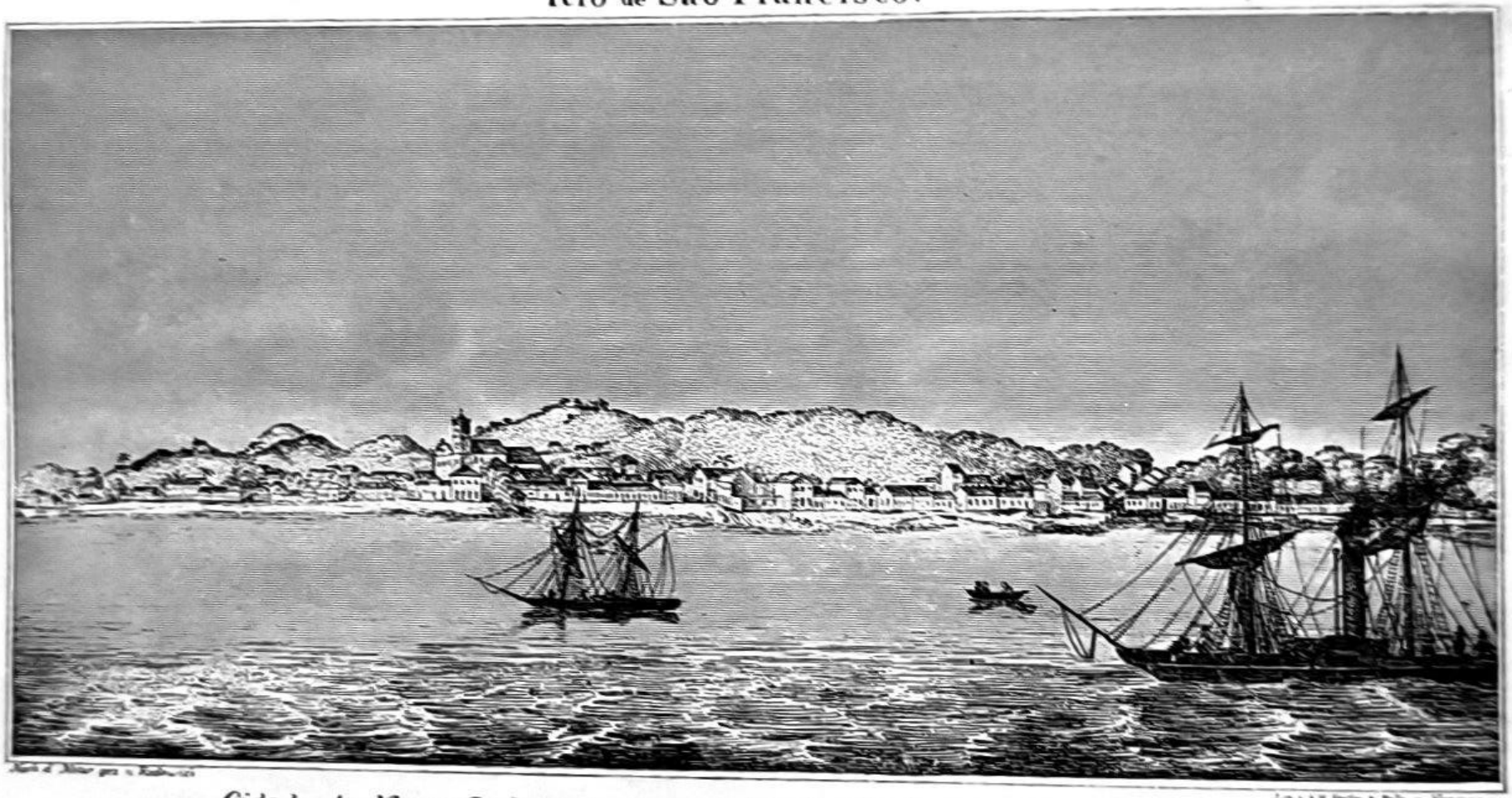
Tiveram os passageiros a mesma desilusão já sofrida pelos outros, em virtude do quadro triste que se apresentara aos seus olhos: choupanas em vez de casas, caminhos lamacentos em vez de ruas limpas e largas, um vasto lodaçal e brejal no pequeno pôrto de desembarque e uma interminável quantidade de tocos de árvores abatidas.

Vieram pela barca "Neptun" alguns suíços que pretendiam instalar na Colônia uma serraria movida a água. Com a falta absoluta de rios ou riachos, cuja correnteza pudesse acionar uma roda de água, abandonaram os suíços a Colônia e estabeleceram-se em São Francisco, com empório e venda de sêcos e molhados. Eram êles Bonifaz Sutler, que veio a falecer, em 1852, Johann Marti, mecânico; Friedrich Lehmann e Adolf Zuercher, técnico, sendo acompanhado por Carl Schlie.

Outros passageiros da barca "Neptun", que devemos mencionar, são os seguintes: o boticário Bernhard Bemba, Andreas Peter Reu, Friedrich Loewe, Constantin Knueppel, que serviu por muitos anos como escrivão na Colônia e redigiu o primeiro jornal manuscrito, em 24 de novembro de 1852, Mary Caecilie Henriette de Drusina, com 7 filhos, professôra durante muitos anos do Liceu de Joinville, e o pastor evangélico Jacob Daniel Hoffmann, Cand. Theol., contratado pela Sociedade Colonizadora, em Hamburgo, com vencimentos de ... 300$000 por ano.

Alguns dos imigrantes empregaram-se como diaristas, no empreendimento agrícola de B. Poschaan. Outros, adquiriram os ranchos e as plantações já feitas por outros colonos. Graças aos cuidados incansáveis dos médicos Dr. Moeller, Dr. Krebs, assistidos pelo velho clínico Dr. Deyrolle, antigo morador de S. Francisco desde a dissolução da Colônia do Saí, a epidemia em "Schroedersort" dimi-

Rio de Saò Francisco.



Cidade de Nossa Senhora da Graça, do Rio de Saò Francisco Xavier do Sul.

São Francisco do Sul em 1852 (Rodowicz).

nuiu sensivelmente, ficando apenas uma "febre nervosa", motivo para preocupações da crescente população.

Sôbre essas doenças e os efeitos climatológicos, o Dr. Wilhelm Krebs publicou uma série de artigos na "Deutsche Auswandererzeitung" (Jornal de emigração), de 1852 (N.º 19, 20 e 22), relatando minuciosamente o estado de saúde na Colônia Dona Francisca nos primeiros 18 meses. Podemos hoje analisar e determinar, pelos sintomas das doenças : a disenteria bacilar, o "mal da terra" (ancilostomíase), a malária, feridas e úlceras de aclimatação, nas pernas e nos braços, etc. etc. Um remédio recomendado na época consistia em 10 a 15 gramas calomelano (protocloreto de mercúrio), recomendado pelo médico francês Dr. Deyrolle, por mais de 10 anos radicado em São Francisco.

O estado de saúde dos imigrantes não melhorou consideràvelmente, após o desaparecimento da epidemia. A mudança brusca do clima, além da comida desacostumada, o mormaço, devido ao calor insuportável, na clareira encravada na densa vegetação da mata-virgem, provocavam um mal-estar geral. Choveu durante cinco semanas e os raios do sol surgiam só de vez em quando pelas nuvens. Assim, quem pudesse, fugia da infeliz Colônia, maldizendo o seu estado de miséria. Em dezembro, partiram dois, em janeiro do ano seguinte, 14, e em fevereiro e março de 1852, mais 14 imigrantes. Os demais se dirigiram para Curitiba, onde encontraram, no planalto, um mais apropriado clima.

Terminou assim o primeiro ano da colonização das terras dotáis do Príncipe e da Princesa Dona Francisca. O balanço do fim do ano acusa a presença de 389 pessoas na Colônia Dona Francisca. Confrontando, porém, êste quadro com a relação publicada por Jacinto A. Matos, conforme documentos originais encontrados em 1916 no arquivo do Estado de S. Catarina, nota-se uma diferença aparente, quanto às pessoas imigradas e registradas como presentes em 31 de dezembro de 1851. Acusando a relação oficial, em Florianópolis, 471 imigrantes entrados na Colônia até essa data, evidentemente a estatística provincial da época utilizou as listas e manifestos marítimos enviados à Presidência da Província pela Direção da Colônia. Naturalmente não constam nesses documentos os falecimentos ocorridos, tampouco, as anotações sôbre imigrantes que deixaram a Colônia até o fim do ano.

Conforme o original dos manifestos marítimos e o "Einwanderungs-Journal" de Eduard Schroeder, o total dos passageiros desembarcados na Colônia (descontando 3 passageiros do "Emma & Louise" que desembarcaram em Hamburgo, por doença, apesar de constar na relação), é de 468 passageiros, o que corresponde aos 471 mencionados por Jacinto de Matos. Falta, porém, descontar os 10 passageiros falecidos em viagem, os 45 sucumbidos na Colônia e os 24 imigrantes que partiram antes de 31 de dezembro de 1851.

Chegamos assim ao total de 389 pessoas presentes no fim do primeiro ano. Nesse mesmo ano houve 7 casamentos e um nascimento. A primeira criança nascida na Colônia foi um menino: Walther Hoffmann, filho de August Hoffmann e sua mulher Doris, chegados com o "Neptun". Dos 389 imigrantes, 10 eram católicos, os restantes de confissão protestante. Os elementos que mais avultaram foram os de nacionalidade suíça. Em segundo lugar, os alemães (Prússia, Holstein, Hannover e os outros "Laender").

Na sua "Falla" de 1.º de março de 1852 perante a Assembléia Legislativa da Província de Sta. Catarina, o Presidente Dr. João José Coutinho assim se manifestou sôbre a nova Colônia Dona Francisca:

"Estabelecida no Municipio de S. Francisco em terras pertencentes ao dote de S. A. a Srma. Princeza D. Francisca, na margem do Rio Cachoeira, teve o seu principio no anno passado com os primeiros colonos vindos de Hamburgo, os quais chegarão em 6 de Março, e com os chegados da Côrte em 7 do mesmo mez. Até esta data tinhão vindo de Hamburgo 410, e da Côrte 74, destes retirarão-se logo 13, depois 18 e fallecerão 4. Na Colônia fallecerão até 10 de janeiro deste Anno 41 e retirarão-se 4. Dos fallecidos, tres foram afogados e dous por queda de arvores nas derrubadas: os outros de diversas molestias e principalmente de dysenterias. Muitos dos fallecidos tinhão chegados gravemente enfermos. Tem havido na Colônia 6 cazamentos e um nascimento. Não pude verificar a idade dos colonos por falta de informações. São catholicos 10, os mais Protestantes. Ha entre os Colonos um Pastor, dous medicos, quatro boticarios, lavradores, artifices e artistas. Existião já 62 cazas e trabalhava-se na construcção de outras. Ha uma olaria, uma padaria e tratava-se de estabelecer uma fabrica de vinagre. Tem já alguma plantação de

arroz, milho, batatas, canas, caffés, laranjeiras e bananeiras, e mais de oito mil braças de caminho feito" ....

Êsse relatório do Presidente da Província (aliás, o primeiro oficial) e as demais informações trazidas por Rodowicz, Huehn e Miltenberg nas suas publicações sôbre a Colônia Dona Francisca, dão um quadro colorido e realístico do estado da colônia em fins de 1851.

CAPÍTULO V

A "COLÔNIA DONA FRANCISCA" E "JOINVILLE"
1852

Carta do Cel. João Vieira, publicada no "Jornal do Commercio" do Rio de Janeiro. — Resposta de Herrmann Guenther. — Chegada do "Emma & Louise" — Primeira Comuna e primeira Lei. — Fornecimento de víveres, ferramentas e mercadorias aos colonos. — Trabalhos realizados em 1852. — A partida de Eduard Schroeder em outubro. — Schroedersort será batizado "Joinville". — O "Beobachter", primeiro jornal manuscrito de Joinville. — Chegada dos veleiros "Florentin", "Swea" e "Andromache". — Annaburg. — Cartas de colonos, em 1852. — Preços em Joinville. — Relatório do diretor Frankenberg.

Refeitos da primeira impressão, conformados com a situação que se lhes apresentava, atiraram-se os imigrantes ao trabalho, com coragem, perseverança e abnegação.

Em 5 de janeiro de 1852, chegaram outros 7 imigrantes, dois da Colônia Don Pedro d'Alcantara, Brandt e Fischer, que já em setembro rumaram para Curitiba. Cinco vieram do Rio em patacho nacional: Johann Friedrich Wilhelm Ebert, sua mulher Doris e três filhos menores. Ebert, marceneiro de profissão, adquiriu, como já relatamos, o Lote N.º 1 da Colônia, situado na Matthias-Strasse, lado Este, pagando ao Sr. Peter Schneider pelos 20 morgos dêsse lote 600$000, e à Sociedade Colonizadora pelos 15 morgos restantes do

lote N.º 1, 36$000. Adquiriu Fritz Ebert também o lote N.º 2, com 40 morgos, pelo preço de 96$000, em 21 de janeiro, tornando-se assim proprietário da maior área distribuída no centro de Schroedersort.

Apareceu no "Jornal do Commercio", de 17 de fevereiro de 1852, do Rio de Janeiro, um primeiro comentário sôbre a nova Colônia Dona Francisca, tendo como autor o Cel. Antônio João Vieira. Além dos relatórios publicados no "Conciliador Catharinense", do Destêrro, por Mendes, em 1851, tem o presente artigo no "Jornal do Commercio" um valor histórico de primeira ordem, visto seu conteúdo informativo e sua objetividade absoluta.

Após uma descrição minuciosa do local, assim prossegue o artigo :

"Por ora a navegação fluvial é o meio unico de communicação com S. Francisco. Grandes botes ou canôas podem chegar até o porto da Colônia em 4 a 5 horas, aproveitando bem as marés. Os navios de alto bordo não podem passar além da boca do lago Saguaçú a 3 léguas da cidade.

"Não foi bem escolhido o local para assento do centro colonial, por ser baixo e humido em demasia, quando a pouca distancia para o sul havia terreno elevado e enxuto, mais azado para o fim, onde hoje está construída a olaria, que foi indicada pelo Sr. Coronel Antonio João Vieira, e onde até não falta a vantagem de porto proximo e commodo, que se acha a cousa de 300 braças do Rio Boqueirão.

"Não podem porém ser acusados deste erro, que tem dado motivo a algumas queixas, nem o actual director, o Sr. Eduard Schroeder, nem o Sr. Aubé, procurador do Sr. Principe de Joinville, que nem estavão em S. Francisco na ocasião da escolha : mas sim o primeiro administrador mandado pela empresa, que vendo á beira do Cachoeira uma cabana construida pelo Snr. Frontin, sem mais exame, e a despeito dos conselhos e admoestações do Sr. Cel. Vieira, teimou em construir ali as casas de deposito para a recepção dos colonos. Esse primeiro administrador desmentio completamente a confiança que nelle se depositava; e já não existiria nem o nucleo colonial se não tivesse ido á colonia o Sr. E. Schroeder.

"A 12 de janeiro de 1852 a população da colonia era de 393 individuos, e são em sua generalidade bem morigerados, tanto assim que ainda não se deo um crime commettido; dedicão-se assiduos aos seus misteres; são frugais e industriosos e vivem satisfeitos.

"A empresa colonizadora tomou a seu cargo a abertura dos caminhos dentro da colonia e a construção das pontes; há já feitas 8.750 braças destes caminhos com 5 braças de largura, desmatados e 2 limpos e apropriados ao transito; tem-se construido solidas estivas e aberto vallas. O caminho principal que atravessa o centro da colonia na direcção L. O., no qual ha uma bem construida ponte, corre perpendicular ao rio, e tem 2.100 braças de extensão. Parallelo a este até a extensão de 1.900 braças abrio-se outro, atravessando o do centro ou partindo delle na direcção N. S. ha mais cinco. À's beiras destes caminhos vão situando as habitações dos colonos a duas e duas em contiguidade, com outras duas do mesmo modo defronte, formando assim grupos de quatro habitações para a facilidade das relações sociaes, e para se soccorrerem mutuamente em caso de precisão.

"Ha já 62 casas e cabanas acabadas, e 26 em construcção. No numero das primeiras contam-se as duas de deposito, cada uma de 70 palmos de frente e 50 de fundo, onde serão recolhidos os recemchegados; e entre todas ha huma de sobrado, uma assobradada com dous torrões, e seis cobertas de telha e tijolos.

"Quem for visitar a colonia Dona Francisca esperançado de ahi encontrar elegantes construcções, jardins amenos, vastas plantações, primores enfim da industria e arte, passará por uma triste decepção; mas quem tiver reflectido que os primeiros colonos pisarão o terreno virgem e agreste em 8 de março de 1851, e observar em principios de janeiro de 1852 extensos e excellentes caminhos, todas essas casas e cabanas, tendo ao lado ou no fundo seus roçados, todos rodeados de canteiros plantados de milho, arroz, feijão e outros grãos, batatas, nabos, couve-flôr e outras, canas de assucar e principios de plantações de bananeiras, cafeseiros, laranjeiras etc, ficará agradavelmente surprehendido, e não deixará de reconhecer que muito se tem feito no curto espaço de dez mezes.

"Cumpre todavia confessar que os primeiros ensaios de cultura não tiverão feliz resultado. Os colonos, inexperientes ou teimo-

sos, lançárão à terra as sementes que trazião, ou puderão adquirir, sem prepararem devidamente a terra, sem a escolherem apropriada e sem attenderem á estação; e por isso pouco produzio a colheita de batatas e falhou a do arroz. É de esperar, que, amestrados por esta triste experiencia, sejão mais felizes os colonos nas suas novas plantações.

"O systema adoptado é o da propriedade individual. Cada colono compra á empresa o terreno que julga bastar-lhe, e que lhe é vendido á razão de 2$400 o morgen, que equivale a uma quadra de 22 braças. Aos que não podem pagar a empresa fia, assim como fia os alimentos e instrumentos aratorios.

"Os colonos pagão as suas passagens, mas aos que não o podem fazer a empresa abona o preço dellas. O debito pode ser pago em productos da lavoura ou em trabalho feito nas obras proprias da empresa. O colono que toma um terreno tem obrigação de, dentro em 4 mezes, levantar casa nelle, fazer um roçado e principiar a plantar. Se no fim do prazo não tem feito esses trabalhos, concedem-lhe outro prazo, mas pagando em cada hum mez uma multa de 2$000 a beneficio de um cofre de pobres.

"O Sr. Aubé, que principia a fundar um estabelecimento nas terras de S. A. R. o Príncipe de Joinville, projecta uma obra que será de transcendente utilidade não só para a colonia, senão para todo o districto de S. Francisco, e vem a ser um caminho, para o qual ha já feitas 600 braças de picada com 4 braças de desmatamento, que communique a colonia com o lugar das — Tres Barras — onde finda pelo lado de S. Francisco o caminho entre este districto e Coritiba, que é o unico por onde poder descer gado, que ali abunda. O Sr. Aubé pretende que o referido caminho principie da margem esquerda do Caxoeira, seguindo primeiro a direcção N. 1/2 a 0, depois N. e enfim N. 1/4 a leste; e calcula que para alcançar as — Tres Barras — não terá mais extensão maior de 11.500 braças, atravessando os rios Cubatão e Pirabeiraba; mas consultando-se a carta, acha-se que a extensão não será menor de 16.000 braças; seja o que fôr, a obra é utilissima; se fôr concluida será meio poderoso para afuguentar o gentio feroz, e para dar impulso á prosperidade da colonia e do districto de S. Francisco.

"A vista do que foi observada e fica dito, pode-se esperar com bons fundamentos que a colonia Dona Francisca vingará e prospe-

rará com a perseverança dos allemães, que nesta e n'outras provincias têm dado sobejas provas com a sua constancia no trabalho, com o seu denodo, e com honestidade do seu proceder, do quanto valem e de quanto são apreciáveis para a colonização do nosso paiz". (1)

Já em 21 de fevereiro o "Jornal do Commercio", do Rio de Janeiro, publicava em forma de "A Pedido" um veemente protesto do engenheiro Herrmann Guenther contra as acusações formuladas no artigo do Cel. Vieira contra a sua pessoa. Diz Guenther, na sua defesa: "...primeiro tenho a dizer, que o procurador do Sr. Principe de Joinville, o Sr. Léonce Aubé, achava-se **pessoalmente presente** no dia 22 de maio de 1850, e foi o dito Sr. Aubé que fez pessoalmente entrega da administração, por haver escritura publica da mesma data, cujo documento eu deixo no escriptorio deste Jornal para ser examinado por todo aquelle que se interesse a esclarecer-se a repeito.

"Segundo: Foi o dito Sr. Aubé tanto mais satisfeito com minha escolha do lugar, onde devião ser construidas as primeiras casas para recepção de colonos, pelo duplo motivo de sòmente **naquelle lugar** se achar a melhor agua para beber, e a facilidade de communicação para o porto de S. Francisco pelo Rio Cachoeira. É pois mais que provado, que aquelle lugar que offerece agua bebivel e communicação para o porto, é o logar mais apropriado para o começo da colonia. Demais, ainda mesmo que a inundação chegasse áquellas casas, o que ainda posso negar, pois que morando por espaço de 7 mezes em uma das mais baixas no local, nunca vi chegar a agua proxima a ella. Uma prova mais evidente, que o Sr. Aubé não sómente sancionava perfeitamente a minha escolha, como até achava o lugar mais que apropriado, é que o Sr. Aubé mesmo muito mais abaixo do lugar mencionado estabeleceu a sua casa de residencia. Não podia-se naquelle tempo, de maneira alguma, fallar de um ponto central da colonia, porquanto durante o tempo em que lá estive, não havião la colonos alguns. Não tem fundamento algum, e só tem por fim destractar-me e são calumnias infames de uma alma covarde.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1852.

Herrmann Guenther".

Termina assim, e em forma de polêmica, a história do enge-

(1) Biblioteca do Itamarati — Rio de Janeiro.

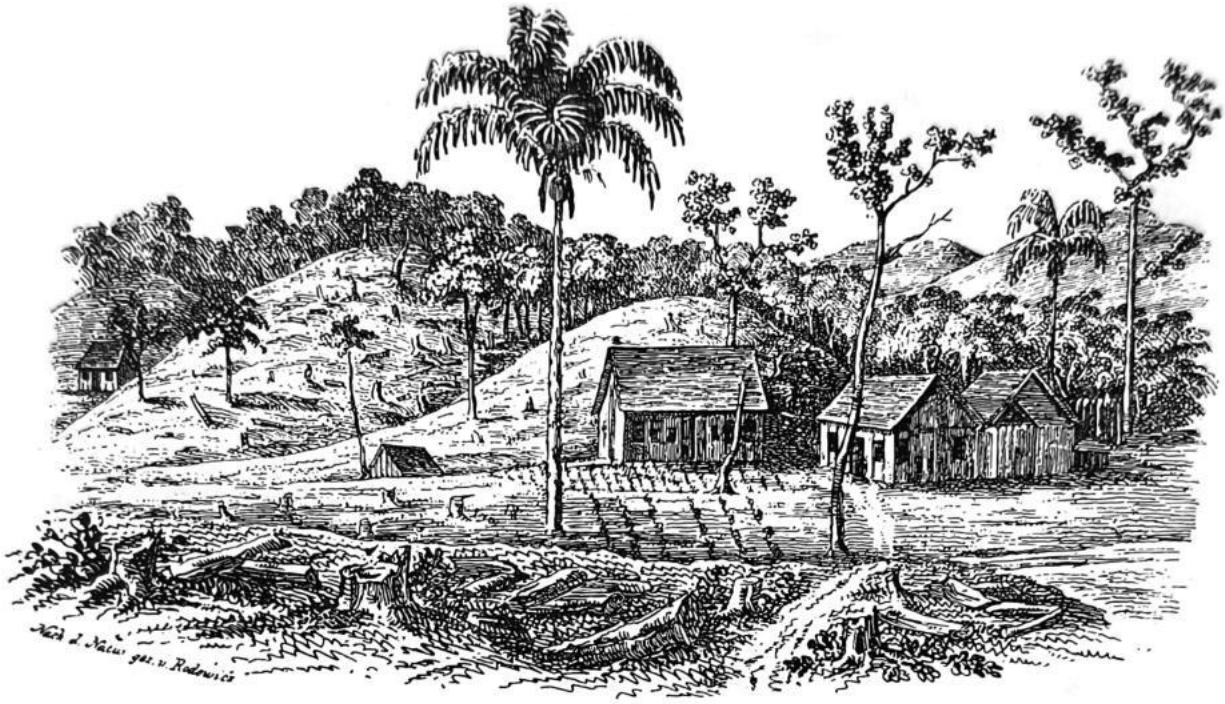
nheiro Guenther, fornecendo hoje a réplica uma fonte de dados históricos ao cronista.

Em vinte de maio de 1852, entrava o "Emma & Louise", na sua segunda viagem, no pôrto de São Francisco. Trazia 125 colonos e não houve falecimentos a bordo do navio. Vieram as famílias de Johann Lepper, com 5 filhos, Carl Palm, Friedrich August Schlemm com sua espôsa Sophia Doris; Ferdinand Levenhagen, que mais tarde instalou um hotel e restaurante em São Francisco; Otto Gelbcke; Adolph von der Osten (morto como voluntário da Pátria na Guerra do Paraguai em 1866); Carl Lange, advogado e um dos primeiros comerciantes estabelecidos na Colônia; Dr. Otto Wachsmuth, médico; Albrecht Schmalz, cervejeiro; assim como os Jacobi, Boese, Fiedler, Henning, Weber, Stamm, Ritzmann, Baechtold e outros.

Constante foi a atividade de Eduard Schroeder em prol dos colonos e da crescente colônia, visando o bem-estar dos seus moradores e o progresso do núcleo colonial. O que lhe interessava era que não faltasse a necessária assistência às famílias, a fim de conservar a Colônia num ambiente de sadia ordem moral. Antes da vinda do pastor luterano Jacob Daniel Hoffmann, contratado pela Sociedade em Hamburgo, o cidadão suíço Carl Moerikofer, na qualidade de professor de primeiras letras, batizava os recém-nascidos e dava assistência religiosa aos domingos. Os casamentos estavam sendo feitos sob a forma contratual. Sòmente de dezembro de 1851 em diante existem Registros da Comunidade redigidos pelo pastor Hoffmann.

De início, foi apenas a confissão luterana a existente na Colônia. Só mais tarde, em 1857, é que se formaria o núcleo religioso católico, com a vinda do cura Pe. Carl Boegershausen. Ligado ao aspecto religioso, pois a sua realização só se verificaria mais tarde, foi o problema relativo à construção da Igreja Católica e Casa de Oração Protestante, e ao assunto voltaremos oportunamente.

Ao lado do problema religioso e educacional, surgia o do estabelecimento de uma comuna submissa às leis do Império. Os primeiros dias, de tranqüilidade e harmonia, haviam terminado na Colônia. As primeiras levas de colonos já estavam localizadas, distribuídas as famílias nos respectivos lotes, disseminados por tôda a Colônia. Novas foram trazidas, a população crescia, havia muita gente por lo-



Poschaan.

Primeiros ranchos. (Rodowicz, 1852).

calizar, aglomerações nas habitações em comum, dificuldades e desambientação — tudo isto conduziria fatalmente a uma mudança do espírito cordial e pacífico dos moradores.

Em julho de 1852, houve alguns tumultos nas casas de alojamento coletivo, trocaram-se insultos e sopapos e houve desentendimentos que afetaram a vida administrativa da Colônia. Com a chegada do "Gloriosa", entrou na vida do colono simples o fator econômico sob a forma de empregador e empregado. Faltava a mão de obra, subiam os preços e o dinheiro na mão do homem do campo aumentou o consumo de alcool aos domingos e dias santificados, de maneira que passavam o dia conversando e bebendo.

Não havia destacamento, nem cadeia na sede. A população excedia de 480 almas e as desordens tornavam-se freqüentes.

Assim, em novembro de 1851 a Direção da Colônia convocou uma reunião popular e nomeou, por meio de votos, onze representantes do povo. Entre os eleitos figurava o Capitão Theodor v. Rodowicz, Tenente Otto Niemeyer, Dr. med. Moeller, Tenente M. Meyer. Dr. med. Krebs, Hasselmann, Dr. jur. Haltenhoff, B. Poschaan, veterinário Goerrissen, Meyer e Junghans.

Sob a orientação de Eduard Schroeder e do novo diretor da Colônia, Sr. Benno von Frankenberg, estabeleceu-se verdadeira constituição da Colônia com mais de 35 artigos e parágrafos, especificando os detalhes da vida comunal. Já na segunda reunião em que deveriam ser votados os itens do primeiro esbôço apresentado pelo Secretário da Direção da Colônia, Sr. Haltenhoff, surgiram as primeiras divergências e, após violentas discussões, a reunião e o conselho comunal eleito dissolveram-se definitivamente, e desinteressou-se a comissão da tarefa que lhe fôra outorgada.

Aconteceu o primeiro caso mais grave que afetou a vida da Colônia, em junho de 1852, quando o cavalo de sela do Sr. Léonce Aubé invadiu a horta do boticário Boelicke, desvastando a sua plantação de verduras.

O farmacêutico puxou o gatilho e matou o cavalo do representante do Príncipe de Joinville com uma carga de chumbo.

Léonce Aubé, convencido dos seus direitos, apresentou queixa-crime contra o boticário, enviando ao Fôro de São Francisco do Sul

um documento escrito em francês, traduzido por Eduard Schroeder e redigido pelo Sr. Costa Pereira, em S. Francisco.

A Colônia tôda esperou com curiosidade a decisão judicial do caso. Passaram-se os meses - e nada. Com o decorrer do tempo os ânimos se tranqüilizaram e esqueceu-se o crime.

A 13 de junho de 1852, reuniram-se os colonos de Dona Francisca para escolher novos representantes do povo. Foram eleitos, como presidente do conselho comunal da Colônia, o Sr. Johannes Weber, e, como conselheiros, Bernhard Poschaan e T. Goerrissen. Baseando-se nos itens do contrato celebrado entre o Príncipe de Joinville e a Sociedade Colonizadora, em Hamburgo, a 5 de maio de 1849, e que reservava aos colonos, conforme o item N.º 3, o direito de se darem livres instituições comunais, o presidente J. Weber enviou ao Presidente da Província, em data de 29 de junho, as novas leis comunais para a devida apreciação, sem consultar antes a Direção da Colônia. Escrita em francês, a mensagem confirma a absoluta necessidade da criação da primeira comuna harmonizada e submissa ás Leis do Império : "la majorité des colons a senti qu'il était urgent de réunir les membres dispersés de la Colonie et d'établir un ordre communal sévère et juste. - "

A direção da Colônia, tomando conhecimento do procedimento arbitrário dos colonos, enviou um ofício ao Presidente da Província, por intermédio do Agente da Sociedade no Rio de Janeiro, Hermann Liebich.

Êsse documento, despachado a 20 de agôsto, do Consulado Geral de Hamburgo no Rio, sito a Rua da Alfândega, N.º48, incluía uma proposta para a concessão de "Instituições Municipais para a Colônia Dona Francisca", que, posteriormente, a 13 de janeiro de 1853, serviu em parte para a concepção definitiva da Lei Comunal de Dona Francisca.

Segue a transcrição do ofício de Liebich :

"Illmo e Exmo Snr. Presidente.

"O abaixo assignado, Consul Geral de Hamburgo e Procurador da Sociedade Colonisadora de Hamburgo e portanto representante dos interesses da mesma na Colonia Dona Francisca, tem a

honra de levar ao conhecimento de Va. Ex. os seguintes factos: "Por notícias que acabão de chegar da dita colonia consta que do seu livre arbitrio e sem o consentimento e concurrencia do Director, os Colonos se havião reunido para redigirem hum projecto de regulamento municipal que se propunhão submeter á approvação de Va. Ex.- Esse projecto de regulamento em tudo quanto diz respeito á administração interna, exclue o Director e os mais empregados da Colonia. — Ora, hé evidente que hum Conselho Municipal instituido sobre a base ácima indicada, retirando a administração das mãos do Director e respeitando exclusivamente os desejos dos Colonos, prejudicaria essencialmente os interesses da Sociedade, do Governo Imperial e do Príncipe de Joinville.

"Estou muito convencido que Va. Ex. penetrado das mesmas considerações, nenhum passo deu em favor de hum regulamento feito por alguns Colonos.

"Cumpre acrescentar que a Sociedade em Hamburgo, conhecendo a urgencia de dotar a Colonia com hum Regulamento Municipal que tem sido contemplado em outros estabelecimentos como por exemplo no Regulamento de Petropolis decretado pelo Presidente desta Provincia, já se tem occupado com huma Proposta propria á responder a estes fins.

"Hé esta Proposta que o abaixo-assignado tem hoje a honra de submeter ao juizo de Va. Ex. sollicitando a sua autorização para que seja posta em prática, etc. etc." (2)

O Presidente da Província, Comendador João José Coutinho, em vista dos acontecimentos, fêz o melhor que podia fazer - não fêz nada e mandou arquivar os ofícios.

Entretanto, pouco mais de meio ano depois, estabeleceu-se, sob orientação da Direção da Colônia e de Léonce Aubé, uma nova organização comunal, com os seguintes conselheiros eleitos: Weber, De Drusina, ten. Meyer, Schmalz, Poschaan, Kjelstrup e Wendelstaedt. Serviu como Escrivão o Sr. C. Knueppel, como Juiz de Paz o Sr. Hasselmann e Sr. Barkhausen.

---

(2) Original no Domínio Dona Francisca-Joinville.

Os membros dessa Comuna apresentaram, com data de 30 de janeiro de 1853, ao Presidente da Província, um projeto da "Lei Fundamental", assinado pelos seguintes membros da comissão Meyer, Georg Fluegge, Richlin, Bernhard Poschaan e Dr. Krebs, Escrito em francês, êsse valioso documento da "loi fondamentale" que serviu durante mais de três anos como base administrativa à Colônia Dona Francisca, encontra-se hoje nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico, no Rio de Janeiro. Estabelece em 34 parágrafos os direitos e deveres dos colonos, regula o Poder Judiciário e nomeia uma Assembléia Popular. Na sua conclusão, a "Lei Fundamental" determina "que, em conseqüência da sua aceitação na Assembléia Comunal de 23 de janeiro de 1853, ela entra em vigor como Lei Fundamental, à qual cada Colono, em particular, é irrevogávelmente submetido".

Foi essa a primeira lei que vigorou até 1856, quando foi substituída pela organização da "União dos Proprietários" (Vertreterschaft), com novas posturas municipais.

Já vimos que logo a chegada do "Colon", em março de 1851, Eduard Schroeder teve de enfrentar o problema do fornecimento de gêneros alimentícios e cereais aos recém-chegados. A própria barca "Colon" trouxe nos seus porões grande quantidade de mantimentos, ferramentas, pregos e uma infinidade de objetos que poderiam ser úteis aos colonos. O manifesto de carga do "Colon" apresenta uma variedade e quantidade enorme de machados, enxadas, pedras de amolar, espingardas, munição, martelos e mais uma porção de outras coisas, instrumentos imprescindíveis aos trabalhos iniciais. Na mesma relação consta um grande lote de tecidos, agulhas, botões, retrós, alfinêtes, assim como papel para escrever, lápis, livros etc etc.

Grande parte da carga era constituida de barricas de farinha de trigo, centeio e sementes. Vieram com o "Colon", além de fechaduras, dobradiças, parafusos, também 38 frigideiras, 24 caçarolas, e 17.950 tijolos de barro. Por curiosidade, registramos que Monsieur Aubé recebera, por conta própria, de Hamburgo, um lote de móveis, um barril de vinho Bordeaux, 7 caixas com garrafas de vinho e uma caixa de charutos.

Os víveres, ferramentas e outros objetos, foram armazenados no depósito da Direção da Colônia (Magazin) e distribuídos crite-

riosamente, de acôrdo com o número de membros de cada família. Outros mantimentos de primeira necessidade deveriam chegar de São Francisco.

Um dos documentos mais preciosos sôbre os fornecimentos de gêneros alimentícios e caseiros, sôbre a necessidade e aquisição de ferramentas, toucinho, carne-sêca, arroz, café, sal, feijão, farinha de trigo, velas, sabão, etc. etc., conservou-se no "Magazin - Journal", ou livro de movimento diário do Armazém, redigido minuciosamente por Eduard Schroeder. Constam os preços da época e, no livro de Conta-Corrente, as compras de cada colono e seus respectivos pagamentos. A carne-sêca era fornecida ao preço de 2$880 por arroba; farinha, por alqueire, 400 réis, um saco de feijão custava 3$720 e arroz, por saco, 7$000 Rs.

Também se forneciam chinelos a 320 réis e "sombreros" a 340 réis. A "medida" de vinho tinto de Lisboa, custava 1$120.

Outro documento conservado dessa época, dos primeiros meses de vida na Colônia, e que não podemos deixar de mencionar, é o borrador do livro Caixa da Direção da Colônia, manuscrito até agôsto de 1852 por Eduard Schroeder e, posteriormente a essa data, pelo Dr. jur. Johann Adolph Haltenhoff, na sua qualidade de contador da Direção e responsável pelas transações do Armazém de mantimentos. Funcionava como empregado no "Magazin" o Snr. Albert Buehle, com ordenado fixo de 50$000 por mês.

As anotações sôbre os pagamentos realizados pela Direção da Colônia representam verdadeira jóia histórica, revelando minuciosamente os trabalhos feitos nos primórdios de Schroedersort.

Transcrevemos a parte em relação ao ano de 1852 :

"Francisco Cidral - fornecimento de madeira para a nova casa da Direção em agôsto - 25$520 ; Uma viagem a cidade (São Francisco de canoa) - 3$420 ; Salário para o médico Dr. Wachsmuth - 50$000 ; por 12 balaios com grama para plantar no pasto da Casa de Direção - 1$680 ; fazer novo caminho para Agoas Vermelhas - 32$560 ; Colocação de portas no rancho do Armazém, Casa de Oração e Direção - 22$450 ; Anastácio Cidral, para desmatar na olaria - 4$000 por morgen ; Marceneiro Buedeler, por um quadro negro para a

escola - 3$000 ; Dr. Deyrolle, de São Francisco - 80$000 ; Construção de um rancho em Agoas Vermelhas - 12$000 ; desobstruir e limpar o Rio Cachoeira ; Pagamento aos diaristas do Hôrto Experimental, irmãos Sydow, Hunzicker, Adam Reyse, Conrad Hirt ; pagamento a Isídio de Morais, para Ripas da nova Casa de Direção; pagamento ao Goerresen para o Hospital - 20$000 ; Nosso pagamento ao Snr. Dursky para lavar a roupa de E. Schroeder ; . . ." e assim por diante.

Consta que o brasileiro Salvador Francisco desmatou grandes áreas na olaria e nas margens do Rio Cachoeira. Hunzicker e sua turma fizeram o primeiro caminho carroçável de Schroedersort até o morro da Olaria, hoje a Rua do Príncipe. O boticário Stellfeld pagou 12$000 pelo transporte de remédios que vieram do Rio de Janeiro em patacho nacional. Em dezembro de 1852, os pioneiros que trabalhavam mato dentro, em direção da Serra Geral, atingiram, depois de passar as planícies alagadas de Águas Vermelhas, o Rio Botucas e construíram a primeira venda e rancho. Nesse mesmo mês de dezembro, a Direção da Colônia adquiriu de José Pereira d' Andrade pelo preço de 84$000, um boi, para puxar cargas, que vinham em botes de S. Francisco, do pôrto de Bucarein para o armazém.

O dinheiro necessário para realizar todos êsses pagamentos, Eduard Schroeder descontou-o em forma de letras de câmbio contra a firma Chistian Matthias Schroeder, no Rio de Janeiro. O negociante Sr. Francisco da Costa Pereira, de São Francisco, financiou a colônia por muito tempo. Outra parte das finanças provinha da venda de gêneros alimentícios no Armazém, que rendia entre 300 e 500$000 por mês. Em 31 de dezembro de 1852, a Direção da Colônia empregou nada menos que 21 trabalhadores para a abertura de picadas construção de caminhos e ranchos. Ao fim do ano, cada um dêsses operários recebeu uma gratificação de 19$050. (3)

Meticuloso nos seus trabalhos, e rigoroso na prestação das suas contas, Eduard Schroeder foi um homem honesto, na mais severa acepção da palavra.

A sua última anotação no livro Caixa é de 20 de outubro de 1852. Nesse mesmo dia, deixou a Colônia para sempre, voltando a bordo do "Florentin" para Hamburgo. As suas informações sôbre a

(3) Doc. Bibl. do A.

Colônia e sôbre as condições de vida no núcleo colonial Schroedersort, tiveram as mais vivas repercussões em Hamburgo e refletiram-se no 3.º Relatório da Sociedade Colonizadora, editado em abril de 1853, acompanhado de mapa e da primeira planta de "Joinville", pois, desde a sua partida de "Schroedersort", o novo diretor efetivo, Sr.Benno von Frankenberg denominou o lugarejo, definitivamente, de "Joinville".

A homenagem à Sua Alteza Real, o Príncipe de Joinville, concretizou-se desta maneira, em 20 de outubro de 1852, com a partida do primeiro diretor interino da Colônia.

Nesse mesmo ano de 1852, no mês de novembro e dia dois, saíu a lume, em Joinville, um planfleto manuscrito denominado "Der Beobachter am Matthiasstrom" (O observador às margens do Rio Mathias). Era seu redator o escrivão Karl Konstantin Knueppel, que viera para a Colônia em dezembro de 1851, com o "Neptun", na idade de 32 anos.

O jornalzinho escrito à mão, em fôlhas duplas de papel postal, (4) custava 120 réis e saía numa tiragem de 50 exemplares. Citam alguns autores uma tiragem de 12, outros de 100 exemplares à razão de 100 ou de 320 réis. Verdade é que os dados acima revelados, de 50 exemplares, ao preço de 120 réis cada um, são de origem do próprio Karl Konstantin Knueppel, em sua resposta ao artigo publicado na "Reform", de Joinville, em 1888. Os seus auxiliares, que serviam como "copiadores", eram os Srs. Geisler, músico e vulgarmente chamado Dr. Mozart; Sr. Mantei e Barão de Bredow. Knueppel, como redator-chefe, recebia 40 réis e os "copiadores" 80 réis por exemplar escrito. Os principais motivos da publicação foram explicados já no primeiro número de novembro de 1852, trazer humor, gracinhas, anedotas e miscelâneas aos colonos, para que não perdessem a disposição de espírito de bom humor. Preenchia assim o "Beobachter" uma lacuna existente na vida espiritual dos povoadores do vilarejo. Conta Knueppel, que êle e seus auxiliares sentados a uma mesa e à sombra da secular jequitiba - chamada "o carvalho do Sr. Voss" -, copiando um exemplar após outro, não achavam mais graça nenhuma as piadas e contos que continham as repetidas có-

(4) Zeitungs-Museum Aachen Alemanha (Reprodução fotogr.).

pias. No primeiro número do "Beobachter" existe um trecho, que, claramente, traz a visão do estado de alma em que se encontrava o autor, egresso da terra amada e distante :

"... Deixamos a nossa terra natal ! sim, pesado foi o adeus. Como foi possível que a terra que amávamos mais que a nossa própria vida, que trouxe felicidades para os nossos pais, não tinha mais espaços para nós ? Qual o motivo que já forçou milhares e milhares de pessoas a abandonarem a sua Pátria querida ?" ... E finaliza a primeira página com as palavras cheias de esperanças : "Eu te saúdo, minha nova Pátria !"

Karl Konstantin Knueppel mudou-se para São Paulo em março de 1861, e exerceu o magistério no primeiro Colégio Alemão dessa cidade, escola particular fundada por C. D. Rath no mesmo ano de 1861. (5) Em 1879 transferiu-se Knueppel para Botucatú, onde veio a falecer em 1895.

Ainda em 1852, chegaram a Joinville mais três veleiros com imigrantes, o "Florentin" em 19 de julho, o "Swea" no dia 6 de agôsto; e a 5 de dezembro o Brigue "Andromache".

A viagem do "Florentin" foi uma das mais desastrosas do tempo da colonização de Dona Francisca. Irrompeu logo no início da travessia uma epidemia de sarampo vindo a falecer 32 passageiros a bordo. É interessante notar que nessa viagem do "Florentin" vieram para o Brasil também o naturalista alemão Fritz Mueller, sua espôsa e uma filha, que prosseguiram viagem para Itajaí e Blumenau, assim como outra parte de passageiros destinados a essa vizinha Colônia.

Entre os passageiros destinados a Joinville, constam os nomes de Georg Storrer, Sutter, Baechtold, Hans Meister com a espôsa e cinco filhos, Ehrat, Waldvogel, Bonaventura Altenburger, Heusy (4 famílias com êste nome), Adam Stamm e Martin Stamm com as suas famílias, Georg Maeder, Weber, Isaack Baumer, Fischer, Walther e Brodbeck.

Dos 232 imigrantes do "Florentin", 186 eram suiços do Cantão

---

(5) Carta de C. Knueppel publ. na "Reform" N.º 146 - 1888 (Bibl. do A.).

Aubé.

Cabanas rústicas dos primeiros moradores de "Schroedersort".
(Ilustrações de Rodowicz).

Schaffhausen e das aldeias de Schleitheim e Herblingen, conforme os contratos firmados com o Agente de Imigração E. de Paravicini, de Basiléia. (6).

O "Swea" fundeou no pôrto de S. Francisco no dia 6 de agôsto e desembarcou na Colônia 19 imigrantes. Dois passageiros faleceram a bordo. No brigue "Andromache" viajaram 54 passageiros (ocorreu sómente um falecimento durante a viagem), e no dia 5 de dezembro chegaram à Colônia, entre outras, as seguintes famílias : Jaeger, Schmidt, Hermann Baurath, Plothow, Metternich, Gottfried Weber com sua família, Fromm, Gaensly, Schroeder e Frey. Dos dois navios, respectivamente, 14 e 12 pessoas eram de nacionalidade suíça (Thorgau).

Com êsse último grupo de famílias, a população da Colônia, Dona Francisca, em fins do ano de 1852, elevou-se a 679 pessoas. Interessante notar que dos 898 passageiros realmente desembarcados dos navios desde o início da colonização, 125 faleceram na Colônia e 118 mudaram-se para outras localidades, principalmente para Curitiba. Incluídos nestes 679 habitantes da Dona Francisca, estão os 21 nascidos na Colônia.

O relatório apresentado ao Presidente Coutinho, por Frankenberg, em dezembro de 1852, acusa 690 colonos, inclusive 8 pessoas vindas de outras Colônias e que sòmente em 1.º de fevereiro de 1853 seriam registradas no "Einwanderungs-Journal". Somando os 8 aos 679, conforme a lista do "Journal", seriam 687 o total dos presentes, em fins de 1852. Esqueceu o diretor Frankenberg, no seu relatório, de mencionar os 3 passageiros falecidos em viagem do "Swea" e "Andromache", confirmando, assim, o total efetivo de 687 pessoas existentes na Colônia.

Muitos dêstes colonos fizeram plantações de cereais e os que se estabeleceram começaram a colhêr alguns produtos. No trabalho das estradas e em prosseguimento da "Schweizer-Pikade" em direção Oeste, chamado Mittelweg, o inspetor Carl Pabst abriu novas picadas para atingir a Serra Geral, com sua côr azulada e a queda de água branca e espumante do Rio Piraí-Piranga, cuja cascata era alvo dos esforços da penetração na mata virgem. O principal motivo dessa exploração na região da Serra Geral e nessa direção, consistia

---

(6) Stadtarchiv der Stadt Schaffhausen - Suíça.

na necessidade de uma ligação com o planalto de Curitiba. Veremos no próximo capítulo os pormenores dessa iniciativa, tanto da Direção da Colônia como também do representante do Príncipe de Joinville, Léonce Aubé.

Antes de chegar ao pé da Serra, porém, os pioneiros atravessaram um vasto pantanal e baixada formada pelos Rios Águas Vermelhas e das Botucas, antes da sua confluência com o Rio Piraí-Piranga. Desviando mais para o norte, encontraram terra mais alta e enxuta com boas possibilidades para a lavoura. Em agôsto de 1852, e nesse local, a Direção da Colônia mandou construír um rancho e distribuiu os primeiros lotes aos colonos recém-chegados pelo "Emma & Louise", "Swea" e "Florentin". No seu livro "Die Deutsche Colonie Dona Francisca", editado em Leipzig, em 1854, o autor L. von Alvensleben considera êsse nôvo núcleo colonial, e brôto da Dona Francisca, de suma importância para o desenvolvimento agrícola, em virtude da terra fértil e do clima menos úmido. Nasceu assim "Aguas Vermelhas", mais tarde chamado "Annaburg", em homenagem à Dona Anna Aubé, espôsa do Sr. Léonce Aubé.

Esperava-se uma descentralização da Colônia Agrícola Dona Francisca de Joinville para Annaburg. Já em agôsto de 1852, o Sr. Carl Huehn, irmão mais velho do secretário do "Hamburger Colonisations-Verein", em Hamburgo, relata em carta do dia 12, endereçada ao seu irmão, a situação privilegiada de Annaburg, em face do terreno alto e sêco comparado, com a umidade de Joinville.

Quando, em outubro de 1852, a Direção da Colônia mandou construir a primeira venda e armazem de mantimentos no lugar chamado ainda "Águas Vermelhas", o negociante Gustav Mueller estabeleceu-se nesse lugar e arrendou o empório de secos e molhados. Em carta aos seus familiares em Hamburgo, datada de 20 de janeiro de 1853, Mueller escreve o seguinte :

"Desde a minha última notícia, a Colônia já mudou bastante e, em lugar do mato alto e escuro, vêem-se plantações de arroz, milho e cana. Os que inicialmente perderam a coragem e desistiram, agora estão convencidos do êxito da Colônia e reiniciaram as suas plantações. Falando de mim, eu arrendei o meu chão desde novembro e mudei para um local afastado duas horas e meia de Joinville e perto da Serra azulada, chamada "Serra da Coritiba". Já se estabeleceram muitos colonos neste lugar e sendo muito afastado de Joinville,

arrendei o armazém construído pela Direção e mando vir os mantimentos e as mercadorias a lombo de burros. Êste nôvo núcleo é chamado "Águas Vermelhas" e creio que será o centro da colonização da Colônia em breve. A duas horas de caminhada da minha venda e com um barulho ensurdecedor, cai a gigantesca cascata do Rio Piraí serra abaixo. Mais para o norte umas vinte léguas e acima da serra encontra-se a cidade de Coritiba, onde os inglêses vêm tirar o chámate para revendê-lo depois aos americanos.

"Os meus negócios vão muito bem. O meu movimento bruto é de 250$000 por mês, com o lucro de 30 a 40 por cento. Sinto a falta de mercadorias européias, pois dariam um lucro de pelo menos 100%. O queijo está a 800 réis, a manteiga a 800-1000 réis etc. Remeto as melhores recomendações do Sr. Carl Lange, filho do pastor Lange, de Kriseby. Estabeleceu-se na antiga residência do Capitão Theodor von Rodowicz em Joinville com casa de secos e molhados. Chama-se esta venda : "Schleswig-Holsteinischer Laden" (Casa "Schleswig-Holstein").

"Conforme as minhas próprias experiências, a lavoura rende bastante para viver e ganhar algum dinheiro, apesar do trabalho imenso no preparo do chão e desmatamento das florestas. Um morgen plantado com cana de açucar rende entre 190 e 200 mil réis quando aproveitado para o fabrico de cachaça. Para o pequeno colono, a plantação de arroz, milho, feijão e mandioca é mais recomendável. A uma hora daqui mato dentro existe um rio muito bonito de águas limpidas com abundância de peixes, chamado Rio de Pentucis (?) (trata-se do Rio Botucas).

"Em resumo, posso contar-lhes que admiro a minha nova Pátria e as condições de vida são melhores que na Europa, apesar da falta de concertos, boa música, bailes e restaurantes finos, etc. etc. . . ." (7)

Assim, como essa carta do negociante Mueller, existem muitas outras de colonos satisfeitos com o seu destino. Os tempos mais duros dos primórdios da Colônia tinham-se passado. O centro da Colônia Dona Francisca desenvolveu-se ràpidamente com a construção de novas casas e a instalação de pequenas indústrias e ofícios diver-

(7) L. von Alvensleben - Die Deutsche Kolonie Dona Francisca, Leipzig 1854.

sos, por enquanto só para o consumo interno. Durante os primeiros seis meses da sua estada, os colonos recebiam uma ajuda de custo destinada à alimentação. Não seria ainda possível retirar das terras o seu sustento. Além dêsse crédito no "Magazin", a Direção da Colônia concedia um empréstimo de 10$000 para a construção da casa própria. O trabalho nas estradas e na derrubada das matas era um subsídio que se acrescia a êstes favores iniciais. Conforme os dados do Dr. Otto Wachsmuth, médico da Colônia durante um ano e falecido no Rio de Janeiro em 1853, venciam os colonos 20 vinténs (400 réis), com refeição e 30 vinténs, sem comida, por dia de trabalho. Os imigrantes interessavam-se mais pelos trabalhos para particulares, a fim de melhorarem o seu ganho pois, pagando a Direção apenas 20 ou 30 vinténs, recebiam de empregadores particulares até 50 vinténs por dia. Daí a dificuldade do diretor Benno von Frankenberg em obter quantidade suficiente de trabalhadores para os trabalhos públicos, principalmente depois de decorridos os seis meses, quando deixavam de receber a ajuda de custo referida acima.

Na tabela de preços, publicada por Dr. O. Waschmuth no periódico "Mittheilungen betreffend die deutsche Kolonie Dona Francisca", editado em Hamburgo por Wilhelm Huehn (N.º 1, agôsto de 1852), constam os preços dos lotes, em 1852, na Colônia Dona Francisca e em Joinville. O morgen (2500 metros quadrados) custava 2 Thaler (5 Thaler — 6 mil réis) à vista e 3 Thaler a prazo de 3 anos. Em Joinville (Stadtplaetze), o preço do lote (1 morgen) variava entre 20 e 25 Thaler, ou 24 a 30 mil réis.

Para derrubar as matas e preparar o chão para o plantio, cobravam os empreiteiros brasileiros 8 a 10 Thaler por morgen e sob contrato de trabalho, o que representava 10 a 12$000. Uma casa de colono custava entre 100 e 120 mil réis.

Em compensação eram os preços do trigo - 8 vinténs o quilo; açúcar - 10 vinténs; carne - 16 vinténs; toucinho - 28 vinténs; ovos - cada um - 1 vintém; laranjas - 12 a 15 por vinténs... e assim por diante.

Antes de prosseguirmos, desejamos transcrever o primeiro relatório do diretor da Colônia Dona Francisca, Sr. Benno Frankenberg, dirigido ao Presidente da Província em 27 de dezembro de 1852:

"Le nombre actuel des Colons est de 690 de tout âge et de tout sex. Le centre de la colonie que a le nom de Joinville compte 21 maisons achevées, 5 en cours d'exécution, et 12 qui sont déstinées aux logements provisoires des colons que arrivent et magasins et une est spécialment à l' emploie d'Hospital. Dans les rests de la colonie se trouvent 84 maisons habitées et 12 qui sont commencées. Les divers établissements et propriétés des Colons sont reliés entre eux par des chemins de 5 brasses de largeure e que présentent déjà un developpement de 11.600 brasses (25.500 metros). Le chemin que se dirige à oest dans la direction de la Serra Geral a une étendue de 5.500 brasses.

"La Colonie compte quatre établissements industriels, une fabrique de briques, de paterie, de vinaigre et de cigarres, une forje, une boucherie, 2 boulangeries, un hôtel pour loger, 5 boutiques et un assez grand nombre d'hommes d'état, tel que menuiseries, maçons, charpentiers, cordonniers, tailleurs, tonneliers etc. A Joinville, centre de la colonie, se trouve un medicin et deux apothicaires, un pasteur et un professeur. La religion dominant est la protestante, 26 Colons seulement sont catholiques.

"La necessité de la colonie en première ligne est 1 établissement d'un école primaere pour les enfants, qui n'éxiste pas encore, et qui serait ouvert immediatement si le Gourvernement Provincial consentait à payer les appontements d'un professeur pour la dite école.

"Le médicin qui se trouve à la colonie doit également donner des soins gratuits non seulement aux Colons pauvres, mais encore à un grand nombre de Brésiliens qui travaillent à la colonie ou qui demeurent dans les environs et qui préfèrent venir consulter le docteur de la colonie que d'aller à la Ville de S. Francisco. J'ai encore l'honneur d'informer Votre Excellence, que le docteur de la colonie a découvert dans son terrain une source d'eau sulfureuise et fait construire une maison pour prendre des bains, avec bon résultat.

"En fin je termine cette lettre en informent encore Votre Excellence que Monsieur Aubé l'agent du Prince de Joinville a fait exécuter des travaux dans le voisinage de la colonie sur les ter-

res du Prince qui sont d'ailleur reliés à la colonie par un chemin, et comme Mr. Aubé a l'intention de presser les dits travaux dans la direction du Cubatão et de la Curitiba, la colonie se trouverait par la même relié avec ces points importants de qui ne pourrait que contribuer à la prospérité future. Je prie Votre Excellence d'agrier l'assurance de ma haute considération,
B. von Frankenberg, Directeur de la Colonie Dona Francisca.

Joinville, le 27 Décembre 1852" (8)

Conservamos em tudo a forma original dêsse documento, por demais extenso, pelo pitoresco da linguagem em francês. Quanto à informação sôbre o médico que encontrou no seu terreno (Lote 67) uma fonte de água sulfurosa, construindo uma casa com estabelecimente de banhos medicinais, trata-se do Dr. Wilhelm Nicolaus Krebs, contratado pela Sociedade Colonizadora, em Hamburgo, e que veio com o "Gloriosa", em 27 de novembro de 1851.

Êle e o boticário August Stellfeld realmente construíram a instalação com 12 quartos de banho, chuveiros e banhos com água sulfurosa, conforme nos contam Rodowicz e o quarto Relatório da Sociedade Colonizadora para o ano de 1853. Encontrava-se êsse estabelecimento no local da hoje Comércio e Indústria Germano Stein S/A.

Com a vinda do Dr. Wachsmuth, dispensaram-se os serviços do Dr. Deyrolle de São Francisco. Êsse médico, com a sua vasta experiência e prática de 10 anos no Brasil, intitulava-se "doutor em medicina" e era conhecido em S. Francisco e na Colônia por "Doutor Deiró". A 27 de janeiro de 1844, a Câmara de São Francisco tomou conhecimento de uma petição em forma de denúncia e mandou chamar o Sr. Edouard Deyrolle a fim de prestar o seu título de "doutor em medicina". Declarou êste, que não era doutor em medicina, mas sim em ciências, e que disso tem título e por êsse fato se assinava "doutor". Continuou o Dr. Deyrolle a exercer a medicina e gozava do melhor conceito. (9) Durante a epidemia na Dona Francisca, em fins de 1851, foi êle quem salvou a Colônia das mais funestas conseqüências.

---

(8) Relatórios (Bibl. do A.).
(9) Conf. Carlos da Costa Pereira.

O médico Dr. Moeller, que acompanhou os seus compatrícios noruegueses, deixando a Colônia em março de 1852, mais tarde assumiu o encargo de médico militar do govêrno em Pelotas. O Dr. Wihelm Krebs deixou a Colônia em 1854 e também o Dr. Otto Theodor Wachsmuth sòmente ficou por um ano e faleceu no Rio de Janeiro em 1853.

A construção da primeira ligação terrestre da Colônia em direção a Três Barras, para atingir o planalto, e os trabalhos preliminares feitos por Léonce Aubé, veremos ainda no próximo capítulo.

Ziegelei.

A Olaria de Rolff Lyng, em 1852.

CAPÍTULO VI

Três anos agitados: 1853 - 1855

A "Estrada de Três Barras" e sua história. — Colônia Francesa de Léonce Aubé. — Chegada de novos imigrantes e naturalização de colonos. — Relatório de 1853. — A "Picada Francesa" e "Picada do Pinto". — O primeiro professor público. — Renúncia do Diretor Frankenberg e Relatório de 1854. — Dificuldades financeiras da Sociedade Colonizadora. — Administração de C. Hartung e C. Pabst. — O primeiro Sub-Delegado e Juíz de Paz. — Nôvo contrato com o Govêrno Imperial. — Expedição ao planalto. — Primeiras Sociedades. — James C. Fletcher em Joinville. — Dissolução da Sociedade Colonizadora e nova fundação. — Relatório de 1855.

Para a recém-fundada Colônia, a ligação terrestre com o planalto era de vital importância. Há muito tempo existia um caminho entre o litoral de São Francisco e as planícies de Curitiba, partindo do ponto de reunião dos três ribeiros, que desaguam por uma só bôca, na Baía Babitonga, e chamado "Tres Barras". Existia nesse local a fazenda do Capitão Cândido Joaquim Sant'Anna (desde 1826?), local também chamado de "Porto de Cima", devido a sua comunicação por via fluvial com São Francisco.

A história dêsse caminho de Três Barras, ou "Caminho Velho", como era chamado pelos tropeiros, começa em 1730, com documentação oficial de uma escritura pública do compromisso assu-

mido pelo então Vigário José Pinheiro, do Destêrro, e outros, para a construção da "Estrada de Três Barras". (conf. E. de Leão).

Volta ela e ser mencionda, oficialmente, a 24 de dezembro de 1757, com o projeto para a sua abertura ; não sendo, porém, a época propícia à empreitada de sua construção, "devido às trovoadas e ventos de nordeste, que lançavam na obra grandes nevoeiros", a Câmara adiou as obras até maio do ano seguinte, quando mandou chamar João Mor Vieira, incumbindo-o de abrir a picada de Curitiba, propriciando-lhe o auxílio de 5 homens, naturais da terra, e suprindo-o, também, do material necessário. Não há relato da conclusão desta picada. (1)

Certo é que a "Estrada de Três Barras", antes de 1838, não era nada mais, nada menos que um picadão em meio da mata fechada e das serras do distrito de Garuva, penosíssima de transitar, e que "corria por entre as escarpas e sinuosidades da abrupta e brumosa Serra do Mar."

A primeira notícia comprovada sôbre a construção da estrada pelo Govêrno, transformando a simples picada em via de comunicação do planalto para a beira mar, data de 1807, quando o viajante e mineralogista inglês, John Mawe veio ao Brasil e tocou em S. Catarina (vide : Travels in the interior of Brazil, edição London, 1812, p. 56). Diz Mawe sôbre São Francisco : " ... the land here is very flat and the rivers are navigable for canoes as far as the base of the serra ... where a public road, begun at incredible labour and expence, leads over the almost impassable barrier. This road will soon be a work of notional importance to Brazil : the rich plain of Coritiva wil be connected with the ocean".

Além de Mawe (1807) e Saint-Hilaire (1820) não conhecemos outro viajante do norte-catarinense que mencione a Estrada de Três Barras até o ano de 1839, em que a Presidência da Província tomou as primeiras iniciativas para reconstruir tão importante meio de comunicação.

Auguste Saint-Hilaire, na sua viagem à Provincia de Santa Catarina, em 1820, deixou-nos um depoimento sôbre essa estrada, dizendo que "se a mesma tivesse sido concluida, S. Francisco teria

---

(1) Conf. C. da Costa Pereira em informação prestada e publicada em um dos boletins do Centro Excursionista "Monte Crista", de Joinville.

participado dos benefícios decorrentes do comércio com os Campos Gerais". E acrescentava que anotara essas observações vinte anos antes e sòmente a 1.º de março de 1842 o Presidente da Província de Santa Catarina comunicava, através de sua fala à Assembléia Legislativa, "que a estrada de Curitiba estava concluída". Entretanto, informava Léonce Aubé, em Notice, p. 84, que, "apesar de terminada, a referida estrada jamais se tornara transitável".

E, concluindo, dizia Saint-Hilaire: "Como quer que seja, por essa estrada, tal como se achava em 1820, São Francisco recebia de Curitiba carne-sêca, mate e toucinho, que no horrível trecho de meia légua acima referida eram conduzidos às costas pelos tropeiros, circunstância que tornavam raríssimas as comunicações por ali". (2)

Daí em diante, encontramos nas "Fallas" dos Presidentes da Província a mais completa seqüência de fatos históricos do "Caminho Velho". A reabertura do picadão e a sua reconstrução deve-se ao principal fato de defesa contra os selvagens. Por ocasião da posse da Presidência, por Sua Excia o Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito, a 26 de junho de 1840, o presidente substituído, Marechal de Campo Francisco de Sousa Soares d'Andréa, declarou na sua exposição:

"Pelo lado da defeza interna, tenho ainda de participar a V. Excia, que já dei princípio à abertura de huma Estrada que deve seguir desde Três Barras, no Rio São Francisco, até a extremidade Sul da Província, sempre ao mar da serra, guarnecida de postos Militares a proposito, de duas em duas leguas, para cobrir todas as plantações das incursões dos Indios Selvagens, expelindo-os quando appareção; e dando parte com tempo de sua entrada, logo que na estrada se encontrem signaes de terem passado", e mais "... em estradas, além dos melhoramentos gerais, está principiada huma do logar chamado Trez Barras, no Rio de S. Francisco, com destino de subir a Serra, e entrar na Coritiba, de acordo com trabalhos semelhantes pela Província de São Paulo, segundo tenho combinado com o Exmo. Presidente daquella Provincia".

Pelo relatório acima transcrito, apresentado em 1840 à Assem-

---

(2) Voyage dans les Provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine, A. Bertrand, Paris 1851, tome second, pg. 285/286, ou a trad. de Carlos da Costa Pereira. — Viagem à Província de Santa Catarina, Editora Nacional, S. Paulo, 1936, pgs. 101/102.

bléia Legislativa de Santa Catarina, vê-se claramente que o início da abertura da estrada de Três Barras deu-se em 1839 ou começo de 1840, de pleno acôrdo com o Govêrno da Província de São Paulo, a que, então, e até 1853, pertencia o território do atual Estado do Paraná. O principal motivo da construção dessa via de comunicação foi a defesa contra as incursões dos bugres ou "gentio bravo", e a proteção dos moradores por garnições de postos militares ao longo dessa linha de defesa.

Na abertura da sessão da Assembléia Legislativa, a 1.º de março de 1841, o Presidente Antero José Ferreira de Brito assim se manifestou :

"O maior inimigo, o gentio Bugre, que há perturbado em alguns lugares a tranquilidade da Província, tem-se monstrado em differentes logares do Norte. Em virtude de ordens dadas, o Coronel Chefe da 4.º Legião mandou sahir a 13 de Janeiro último huma expedição que... subiu pelo Rio Cubatão do Districto de S. Francisco, a explorar todas as mattas aquem da Serra, para bate-lo ou afuguenta-lo, devendo avançar até as Campinas de São Miguel, Jararaca e Campo Alegre, aquem do Rio Turvo e ao Sul do Rio Negro, além do Rio Itapocú, seguindo as vertentes do Itajahy, para sahir pelos Ambrosios na Comarca de Coritiba. (3)

Um ano depois, a 1.º de março de 1842, o mesmo Presidente comunicava à referida Assembléia a conclusão do caminho de comunicação com Curitiba, tendo principiado os trabalhos no passo do Rio Três Barras e terminado no "Lugar da Cachoeira", com extensão de 10.801 braças e com a largura de 20 a 30 limpa e em parte "... já pela natureza calçada." Foi administrador dessa obra o Cel. Francisco d'Oliveira Camacho, proprietário de vastos latifúndios nessa região, na península do Saí, Três Barras e nas margens do Rio Piraí-Piranga, encravados nas terras que, em 1846, o Cons. Francisco Jerônimo Coelho mediu e demarcou para completar as terras dotais da Princesa Dona Francisca.

Em 1848, o pequeno núcleo povoado no ponto inicial da Estrada de Três Barras sofreu um ataque dos selvagens. Na fazendo das Três Barras, onde "ha trinta annos não consta da apparição alguma

(3) "Falla" do Presidente da Província de 1.º de março de 1841. (Bibl. Cel. Adir Guimarães - Rio de Janeiro).

de Gentio e nem era de presumir apparecesse, tanto pelo grande numero de moradores, tanto pela não interrompida passagem de viandantes, que transitão para a Curitiba, appareceu em pleno dia um grupo d'esses selvagens, cercarão trez casas, matarão uma preta, que, cahindo, abafou uma pequena cria que conduzia, ferirão uma moça branca e saquearão dez casas, cuja familia, que só continha mulheres, refugiou-se no matto".

"Em janeiro (1849), tornarão a apparecer na Fazenda de Luiz Nunes da Silveira no lugar Palmitar, em que accommetterão a casa de D. Joaquim de Jezus, roubarão quanta roupa estava pelos pastos e assassinarão um mulatinho de dois annos, e só fugirão, deixando um arco e umas flechas, quando apparecendo o visinho Manuel Nunes lhes fez fogo com a sua espingarda."

Em fins de 1848 os trabalhos na estrada foram interrompidos até 20 de janeiro de 1850. Tomou posse, a 24 de janeiro do mesmo ano, o Presidente Comendador João José Coutinho. No seu primeiro relatório, em março, lamenta êle a interrupção dos serviços na dita estrada, pois "esta motivou cerrar-se de capoeiras, grammas bravas e espinhos. Occupão-se agora os trabalhadores, uns em roçar essas capoeiras e espinhos, e outros na escavação e aplainamento do terreno. Se o Governo Imperial, como espero, decretar para ella uma quantia adequada, terei o prazer de ver em breve ultimada uma estrada, que trará engrandecimento não só ao Commercio, como a agricultura desta Provincia, por passar por terrenos de uma vegetação ESPANTOZA!" (conf. original, "Falla" de 1.º de março 1850).

Até 1850, não existem informações históricas sôbre o calçamento da Estrada de Três Barras, no trecho da Serra, cuja escadaria conduz quase ao cume do "Monte Chista", no distrito de Garuva, ainda hoje em parte existente. Êsses degraus e o calçamento foram feitos no período da administração de João José Coutinho, em 1852, conforme as suas "Fallas".

Êsses foram os fatos mais interesantes da Estrada de Três Barras, quando se iniciou a colonização da Dona Francisca.

Nas suas observações sôbre os caminhos de comunicação da Colônia, o cronista Theodor Rodowicz menciona, além da ligação marítima entre São Francisco e o Destêrro, um caminho terrestre, mal conservado e sem pontes ou balsas nas travessias dos rios, que

ligava as duas cidades, sendo pràticamente usado só por estafêtas postais, que levavam 5 dias de viagem, a cavalo. Tôda a correspondência destinada ao Rio de Janeiro ou Europa seguia êste caminho, via Destêrro.

Considera Rodowicz a ligação da Colônia com o planalto de Curitiba como um dos principais fatores para o desenvolvimento comercial da Dona Francisca e de Joinville. O autor, que deixou a Colônia definitivamente em princípios de junho de 1852, relata as suas impressões até aquela data, sendo o livro editado em 1853. A primeira informação sôbre o início dos trabalhos da construção de um meio de comunicação entre a Colônia e Três Barras, devemos ao cronista, com dados precisos. Diz Rodowicz que o Representante do Príncipe de Joinville, Léonce Aubé, iniciou um caminho ao lado esquerdo do Rio Cachoeira, em direção a "Tresbarros". Foi previsto um traço da estrada que cruzaria o Rio Cubatão grande, Cubatão pequeno e "Pirabura"(Pirabeiraba), na extensão de 15.000 braças.

Também o Cel. Antônio João Vieira, no seu artigo no "Jornal do Commercio", do Rio de Janeiro, de 17 de fevereiro de 1852, faz referência ao projeto de Aubé, relata o início dos trabalhos e o feitio de uma picada de 600 braças, de 4 braças de desmatamento lateral "que communique a colonia com o lugar das "Três Barras", onde finda pelo lado de São Francisco o caminho entre este distrito e Coritiba, que é o unico por onde pode descer o gado". Considera Vieira a obra como "utilíssima".

Ao mesmo tempo, a Direção da Colônia, e sob orientação de Carl Pabst, iniciou o traçado do caminho em direção Oeste, para procurar um lugar de fácil ascensão à Serra Geral, com o mesmo objetivo de Léonce Aubé: encontrar uma via de comunicação com o planalto de Curitiba, independente da Estrada de Três Barras.

Os dois empreendimentos, um separado do outro e financiados de um lado pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo e do outro lado pelo Govêrno Imperial, culminaram com a fusão dos interêsses da Colônia e dos interêsses particulares de Léonce Aubé, com o início das obras da Estrada Dona Francisca, em 8 de março de 1858. Êsse terceiro traço, completamente diferente dos anteriores e com subida ao planalto no Vale do Rio Sêco, deve-se às explorações incansáveis do engenheiro August Wunderwald, que, em 1853 assumira o cargo de geômetra e agrimensor, na Direção da Colônia.

O picadão construído por Léonce Aubé nunca resolveu o problema de fácil comunicação com o planalto, pois a Estrada de Três Barras nunca passara, não obstante os esforços da Presidência da Província, de um caminho péssimo, em que as cargas nos trechos da Serra eram conduzidas às costas pelos tropeiros. Assim, essa estrada sòmente poucos anos serviu às necessidades da Colônia. Resolveu o Govêrno Imperial, em 1854, o financiamento de nova estrada, subvencionando a construção com 2 contos de réis, com supervisão de um engenheiro brasileiro.

Mostraram as primeiras explorações em direção Oeste, feitas por Carl Pabst e August Wunderwald, serem verdadeiras odisséias e penosíssimas as explorações através das florestas cerradas e serras íngremes, dada a impossibilidade da subida ao planalto nas encostas verticais da Serra Geral nessa direção.

Começaram, assim, as primeiras penetrações em direção Noroeste, subindo o vale do Rio Cubatão, aproveitando o primeiro trecho da então já terminada picada de Aubé. Finalmente, em fins de 1854, August Wanderwald encontrou a subida definitiva no vale do Rio Sêco, pequeno afluente do Rio Cubatão. A construção da Estrada Dona Francisca, em direção ao Rio Negro, com a extenção de 156 quilômetros, vencendo os obstáculos da escalada da Serra Geral, levou quase 30 anos, custou aos cofres do Govêrno Imperial mais de 600 contos de réis e foi motivo de agitados acontecimentos e divergências entre a Colônia e o Govêrno, por motivos financeiros, políticos e técnicos durante quase meio século. A célebre "Questão de Limites" entre as províncias e depois Estados de Sta. Catarina e Paraná foi conseqüência direta da construção dessa Estrada.

Voltando aos acontecimentos de 1853, vê-se que a iniciativa da ligação terrestre entre a Colônia e o planalto partiu, simultâneamente, da Direção da Colônia e de Léonce Aubé. Existia - e podemos provar o fato com outros documentos - uma certa rivalidade entre o empreendimento colonial de Hamburgo e a administração dos bens de Sua Alteza Real, o Príncipe de Joinville, na pessoa de Léonce Aubé.

Para esclarecer melhor a situação, devemos levar em consideração que a divisa Norte da Colônia Dona Francisca era uma linha sêca em direção Oeste-Este, partindo do Marco N.º 7, ficando, em 1846, por Jerônimo Coelho, nas margens do Rio Cachoeira (mais ou

menos no local da ponte sôbre o mesmo rio, na hoje Rua Dr. João Colin).

Ao norte dessa divisa, pertenciam as terras ao Príncipe de Joinville, inclusive as áreas extremamente férteis das margens do Rio Cubatão.

Para explorar comercialmente a parte das terras dotais que não foram negociadas com a Sociedade em Hamburgo, Léonce Aubé recebeu as suas instruções do "Administrateur des biens et affaires de la maison d'Orléans", Monsieur E. Bocher de Paris, para abrir, da Colônia Dona Francisca, um caminho em direção dessas terras, visando a sua futura exploração.

Havia duas possibilidades de ligar o núcleo "Schroedersort" com as terras do Príncipe, situadas ao norte da Colônia : atravessar as propriedades da Sociedade Colonizadora em linha reta, ou, então, desviar o rumo do caminho para o outro lado do Rio Cachoeira, que formava a divisa do lado Este da Colônia. Pertenciam as terras, ao longo da margem esquerda do Cachoeira, a diversos brasileiros, como Laurindo Laranjal, Agostinho Bada e Antônio Oliveira Cercal.

Em outubro de 1851, Léonce Aubé, por intermédio do Dr. Deyrolle, de São Francisco, entrara em entendimentos com os herdeiros de Antônio Oliveira Cercal e adquiriria a sesmaria de 1500 x 1500 braças, pelo preço de 200$000, em seu nome, como procurador de S. A. R., o Príncipe de Joinville. Os documentos de posse dessa sesmaria ainda assinados pelo Vice-Rei de Portugal e devidamente reconhecidos pela Câmara de São Francisco do Sul, serviam, em 1872, como prova indiscutível, contra o português Bernardo Soares Gomes, que entrara na posse indevida de grandes áreas dessa sesmaria. Em 1873, o então representante do Príncipe, Frederico Bruestlein, mandou medir e demarcar judicialmente a sesmaria, de acôrdo com o velho título assinado pelo Vice-Rei, em 1807. (4)

Começava a terra do sesmeiro no lado esquerdo do Rio Cachoeira e lado oposto da Colônia na altura de uma linha que formava a continuação da hoje Rua Brusque, em direção Este, duzentos metros distante da ponte da Rua Dona Francisca sôbre o Rio Cachoeira. Daí para o norte, a sesmaria estendia-se entre o Rio e as vertentes do morro da Boa Vista.

---

(4) Copiador da correspondência de F. Bruestlein (Bibl. do A.).

Em janeiro de 1852, Léonce Aubé iniciou os primeiros trabalhos nessas terras adquiridas, abrindo uma picada em direção Norte; - nasceu assim a "Estrada Dona Francisca" ou "Serrastrasse", como era chamada pelos colonos.

Já em fevereiro do mesmo ano, a picada estendia-se 600 braças, paralela ao Rio Cachoeira, numa largura de 4 braças (1.320 metros e 8,8 metros) Árvores enormes tombavam a golpes de machado. Trabalhavam 10 homens na derrubada, dirigidos por Johann Weber, feitor de Aubé.

À direita e a esquerda dessa picada, demarcaram-se lotes coloniais. Para não violar o contrato existente entre o Príncipe de Joinville e a Sociedade Colonizadora, Léonce Aubé não vendia êsses lotes e sim arrendava-os com contrato de aforamento. Não possuindo papel timbrado e contratos impressos como a Sociedade Colonizadora, Aubé escrevia contrato por contrato à mão. Êsses "Contratos d'afforamento" estipulavam em 8 parágrafos as condições do arrendamento, o local do terreno e o preço do "foro", que devia ser pago anualmente, na casa do procurador de SS. AA. RR., o Senhor Príncipe e a Senhora Princesa de Joinville. O foro anual era à razão de meio real por braça quadrada. Para as despesas da medição e demarcação do terreno, "o foreiro pagava adiantado deis mil réis". Pela cláusula 4.ª do contrato, o "foreiro se obriga a cultivar todo ou parte de seu terreno e no caso de o deixar abandonado por mais de hum anno, elle perderá seus direitos sem nenhuma idemnidade". O contrato não tinha prazo determinado. Em caso de venda das benfeitorias existentes no terreno, o foreiro tinha de pagar dois e meio por cento ao procurador do Príncipe.

Léonce Aubé alcançou um êxito surpreendente com o arrendamento dessas terras, por dois motivos : os lotes demarcados possuiam uma frente bastante larga em comparação com a profundidade do terreno, o mesmo não acontecendo com os lotes demarcados pela Sociedade Colonizadora, que oferecia lotes com pouca metragem de frente para as vias de comunicação e uma profundidade de quilômetros, pràticamente inaproveitável para o colono.

Outra vantagem do arrendamento consistia no pagamento em pequenas quantias "ad infinitum", e um pagamento inicial de pouca monta, em comparação com o da Sociedade Colonizadora, que exigia o

pagamento integral no prazo de 3 anos. Uma terceira vantagem ainda existia na possibilidade de abandonar o terreno arrendado, sem grande prejuízo para o colono.

Assim Léonce Aubé entrava em verdadeira concorrência com a Colônia, aforando lotes da sesmaria adquirida na margem oposta do Rio Cachoeira, que, em pouco tempo, era chamada "Franzoesische Colonie" ou "Colônia Francesa". Já em fins de 1853, o Diretor da Colônia Dona Francisca, Sr. Frankenberg, acusava no seu relatório apresentado ao Presidente da Província, a existência de 10 casas "na colonia do Sr. Aubé". Até 1856, quando Léonce Aubé assumiu a direção da Colônia, já se tinham vendido 25 lotes em forma de "arrendamento", e no local do hoje almoxarifado da Prefeitura Municipal de Joinville, Aubé instalara uma olaria. Ao mesmo tempo, o feitor Hans Weber fazia plantar arroz nos lugares apropriados e criava verdadeira chácara com plantações de verduras, batatas, aipim, cana etc. Aproveitando o riacho existente nas vertentes do morro da Boa Vista e que serviu, anos mais tarde, para abastecer Joinville com água potável, mandou construir um primeiro engenho de arroz - daí o futuro nome do riacho de água límpidas e piscosas que descia murmurante o morro - "Reismuehlenbach", ou riacho do engenho de arroz.

Aliás, como veremos mais adiante, a iniciativa de Léonce Aubé não sòmente teve finalidades lucrativas, como ainda foi o começo da exploração das vastas áreas pertencentes ao Príncipe de Joinville, ao norte da Colônia Dona Francisca.

O ano de 1853 trouxe algumas modificações administrativas para a Colônia. A 19 de janeiro, o então agente da Sociedade Colonizadora no Rio de Janeiro, Hermann Liebich, passou o cargo ao seu sucessor, Johann G. Nagel, que havia chegado dias antes de Hamburgo.

Com o primeiro navio de imigrantes dêsse ano, em julho, voltou para o Rio de Janeiro o recém-chegado Pastor protestante, Jacob Daniel Hoffmann, que, no primeiro dia de Natal de 1851, ministrou o culto evangélico aos fiéis, um verdadeiro acontecimento inolvidável. Hoffmann abandonou a Colônia, rompendo o seu contrato com a Sociedade Colonizadora e aceitou o cargo de Pastor Luterano

em Petrópolis. Não sabemos quais os verdadeiros motivos do Pastor, em deixar a comunidade sem sucessor e sem assistência religiosa. Não podemos admitir que tivesse sido sòmente a promessa de um maior salário em Petrópolis, o motivo de sua transferência. Basta dizer que a Colônia durante um ano ficou sem Pastor.

A 27 de julho do mesmo ano, entrou na barra de São Francisco o veleiro "Wittus", com 42 imigrantes a bordo. No dia 1.º de julho, os passageiros desembarcaram nos próprios botes do navio, no "Landungsplatz", ou "Lugar de desembarque", instalado pela Direção da Colônia na margem do Rio Cachoeira, em águas de maior profundidade, no local da hoje Rua Morro do Ouro e Rua D. Pedro II. Com as canoas da Direção, subiram, então, os imigrantes até o nôvo "Empfangs-Gebaeude" (casa de recepção), construído no local da hoje Praça Hercílio Luz e Mercado Municipal. Da "Rua da Água" ou "Wasserstrasse" (hoje Rua Abdon Batista), então estreito picadão, os recém-chegados foram conduzidos ao centro de Joinville.

Vieram com essa leva de imigrantes o Sr. Dr. E. César Hartung e sua espôsa; Bernhard J. Poschaan, genitor do nosso já conhecido Bernhard Poschaan filho, sua mulher e mais 6 filhos; além de outros.

César Hartung, Vice-Cônsul de Hamburgo em Joinville, assumiu o encargo de Contador da Direção da Colônia, em 1854.

Pela Resolução N.º 712, de 16 de setembro de 1853, ficou regularizada a nova Lei de Naturalização. Exigia a Lei uma certidão passada pela Câmara Municipal, confirmando a permanência do colono durante 2 anos no País. Acompanhado de requerimento dirigido ao Presidente da Província, recebia o estrangeiro então o Título de Naturalização. Em fins de 1853, a Câmara de São Francisco do Sul já tinha fornecido 70 certidões para êsse fim. Em carta dirigida a Léonce Aubé, assim se manifestava o Presidente J. J. Coutinho: "Muito estimaria que chegassem as petições dos que querem o título de cidadãos Brazileiros, para quanto antes pôr-se nessa Colonia uma policia capaz de manter a ordem. Logo que haja seis pessoas naturalizadas e entre ellas trez capazes a exercer autoridade nomeio um Sub-Delegado. Se V. S. tivesse a bondade de me informar re-

servadamente sobre as qualidades dos mais abastados que pretendem já tirar títulos de Certidões Brazileiros, far-me-hia um especial favor."

Na sua resposta a essa carta, Aubé comunicava "reservadamente" ao Presidente a escolha das três pessoas mais indicadas para o cargo de Sub-Delegado: G. A. Otto Niemeyer, como um dos mais abastados e de grande influência na Colônia ; o Sr. Bernhard Poschaan filho, e Sr. Ulrich Ulrichsen, os três com conhecimento da língua portuguêsa.

É interessante notar que o Presidente Coutinho, em questões administrativas, sempre se dirige a Léonce Aubé e êste respondia em nome do Diretor Frankenberg-Ludwigsdorf.

Dois acontecimentos exigiram a urgente instalação de uma Sub-Delegacia em Joinville. A 10 de outubro de 1853, um casal de colonos, de nome Wiembarg, fôra assassinado bàrbaramente por três rapazes brasileiros que trabalhavam como serventes na olaria do Diretor da Colônia, Sr. Frankenberg. Ao mesmo tempo diversos colonos abandonaram a Colônia clandestinamente, sem restituir à Direção as importâncias recebidas como empréstimo. Frankenberg deu parte à polícia de São Francisco, o que de nada adiantou. Sòmente com a fuga do colono Baumgarten, a Direção perdeu 185$230. Era assim, de suma importância para a Colônia o estabelecimento de um poder que fizesse executar as Leis e representasse a fôrça e a autoridade.

Em verdade, houvera uma grande manifestação de desagrado na Sede da Colônia, mas o que acontecera não se ligara sòmente aos relatos do Diretor Frankenberg, que acusara os colonos de desobedientes às Leis do Império, mas também às cobranças de impostos em casas comerciais, exigidas por um fiscal-coletor de São Francisco. Um abaixo-assinado, escrito em idioma alemão e traduzido por Léonce Aubé, foi enviado à Presidência da Província, tendo Coutinho tomado medidas urgentes para a criação da Sub-Delegacia em Joinville.

A 29 de outubro de 1853, lançava ferros em São Francisco o brigue "Carolina", trazendo mais 63 imigrantes. Dos 77 embarcados em Hamburgo, 14 faleceram a bordo. Desconhecemos os motivos. A viagem demorou 81 dias.

Entre os passageiros figuravam algumas pessoas que, mais tarde, prestaram relevantes serviços à Colônia. Johann Heinrich Auler (5), já em novembro aceitava o cargo de professor, reorganizando a escola da Colônia e ministrando provisòriamente o culto evangélico. Pelos seus serviços, Auler recebia 12$000 por mês.

Carl August Wunderwald, agrimenssor e gêometra, tornou-se inesquecível pelas suas excursões e expedições, traçando caminhos e explorando novas áreas para a colonização, na sua qualidade de engenheiro da Colônia. Vieram mais : Johann Gottfried Stein, sua mulher Eleonore e mais 4 filhos; Matthias Beigel; Dorette von Lasperg e 2 filhos; Selmer e Otto Lauer.

No dia 31 de dezembro de 1853, o diretor Frankenberg apresentou ao Presidente da Província um Relatório com os seguintes dados :

Durante o ano de 1853 nasceram na Colônia 27 crianças. Houve 24 falecimentos. 60 pessoas deixaram a Colônia, mudando-se para Curitiba, Rio de Janeiro, Itajaí etc. A população da Colônia é de 757 pessoas. No centro da Colônia "Joinville", existem já 26 casas habitadas e 4 em construção. Na área colonial o número de casas é de 134, inclusive 10 da Colônia do Snr. Aubé. A industria é representada por duas fábricas de cigarros, uma olaria, uma fábrica de louças de barro, 2 engenhos de arroz, um engenho de mandioca, duas moendas de milho e dois engenhos de açúcar. Três padarias fornecem diàriamente pão aos moradores, dois açougues garantem o consumo de carne fresca, existem mais dois hotéis (alberges) e cinco vendas e casas comerciais.

Os dois colégios mantidos pela Diração, na Colônia, são agora bem freqüentados desde que conseguiram um jovem professor de primeiras letras. E finaliza o Relatório : "Le pasteur protestant nous a quitté et les Colons aimeront à voir arriver bientôt un prêtre catholique et protestant pour lesquels la Gouvernement de S. M. l'Empereur a eu la grace d'accorder dernièrement la subvention". (6)

Surgiu promissor o ano de 1854. Mais um navio, o "Helene", chegou com 41 passageiros em São Francisco, no dia 31 de janeiro.

---

(5) Veio J. H. Auler da aldeia Manubach, perto de Bingen e Laudert na Renânia-Alemanha.
(6) Relatórios Orig. (Bibl. do A.).

Não houve falecimentos a bordo na travessia. Ao contrário: nasceram duas crianças.

O problema mais discutido era a ligação da Colônia com o planalto de Curitiba, para garantir o abastecimento do povoado com carne fresca e outros produtos, como toucinho, couro e gado. Ao mesmo tempo esperava-se um escoamento dos produtos agrícolas da Colônia para o planalto.

Assim, em 4 de janeiro, o Presidente pediu informações de Aubé:

"Dezejava saber se já está concluida a picada que estava abrindo para as Trêz Barras, e no caso de não estar, quantas braças estão promptas e qual a largura e quanto se despenderá para concluir a picada e se offerecer o terreno leito para uma estrada regular, quaes os rios que se tem de atravessar..."

Na sua resposta, a 14 de janeiro, Léonce Aubé relata as difilcudades encontradas na abertura da picada entre a "Colônia Franceza" e o Rio Cubatão. Finalmente conseguiram atingir o rio umas 2000 braças antes da sua confluência com o Rio da Prata. Êsse local, chamado "Coroa Grande" (hoje Pirabeiraba), é a única passagem do rio em direção da Estrada de Três Barras. Dessa picada, Aubé já dera umas 1000 braças como "transitáveis", permanecendo o resto em forma de picada de caçador. Já gastara a importância de 660 mil réis. Para terminar o caminho até o Cubatão e considerando sòmente o estrítamente necessário, seria uma despesa de mais ou menos 2 contos de réis, calculando de 16 a 20 vinténs para abrir uma braça de picada.

Em 4 de fevereiro, recebeu Aubé resposta à sua carta. O Presidente da Província assim se manifestava sôbre o assunto:

"No meu entender começa quanto antes abrir uma picada das Três Barras à Coroa Grande de Cubatão, ainda que só fosse para o transito do gado necessario para o consumo da Colonia. Consultei de novo o mappa de Jeronimo (Coelho) encontrei o Rio da Prata, e mais orientado fiquei a respeito da sua picada da Colônia ao Cubatão."

"O Tenente Commandante da Companhia de Pedestres João Ricardo Pinto diz-me que tendo andado varias vezes pelas immediações da Coroa Grande e Rio da Prata, tem observado lugar mui ara-

do para uma estrada para ganhar a Serra. Pretendo fazel-o seguir para alli afim de com os Pedestres e alguns outros praticos, fazerem uma picada de reconhecimento da Coroa Grande a Serra". E finaliza a sua mensagem :

"Nesta data ordeno ao Coletor das Rendas de S. Francisco que ponha a disposição de V. S. a quantia de um conto de réis para melhorar a picada da Colonia ao Cubatão".

Tornou-se assim, e com êste pagamento da Presidência da Província, o empreendimento particular de Léonce Aubé, iniciado na "Colônia Francesa" à custa do Príncipe de Joinville, em obra pública financiada pelo Govêrno Provincial.

Começou então Aubé a tranformar a simples picada em caminho carroçável. Ao mesmo tempo, o Comandante de Pedestres, Tenente João Ricardo Pinto, abriu um caminho de Três Barras em direção ao Cubatão para fazer junção com o caminho de Aubé, no local "Coroa Grande". Daí a denominação dêste caminho nos mapas antigos : "Picada Pinto".

A 8 de março, Léonce Aubé envia ao Presidente a primeira prestação de contas das despesas feitas e relata pormenores da escalada do "Morro da Tromba", para fins de reconhecimento, com uma visibilidade panorâmica extraordinária. Nessa mesma data, anuncia na sua carta o início da construção de uma serraria no Rio da Prata - a futura "Serraria do Príncipe" :

"La Coroa Grande est située a environs 1000 ou 1200 au dessus de la Scierie que je fais monter en ce moment sur les bords du Rio da Prata".

Na sua carta de 21 de março, o Presidente Coutinho não concorda com o plano apresentado por Aubé, de abrir um nôvo traço para uma estrada do Cubatão diretamente ao planalto, cortando a Serra Geral no Vale do Rio Cubatão ou Rio da Prata. Diz êle textualmente : "O João Ricardo Pinto já foi incumbido de levar uma picada da Coroa Grande no Cubatão a ganhar a actual Estrada da Coritiba (Três Barras), ou já na Serra ou mais ou menos proximo della, a fim de dar-se quanto antes uma communicação da Colonia ao Paraná. Não é possivel com os poucos meios tratar da

estrada da Coritiba às Três Barras, e ao mesmo tempo fazer outra da Colonia a rumo Coritiba."

Em meados de abril, a picada de Aubé já está com uma extensão de 2050 braças sendo 400 braças "ou l'on peut parfaitement aller à cheval". Gastou Aubé até essa data, a importância de 548$220 e em maio do mesmo ano recebeu outro subsídio presidencial por intermédio da Coletoria de S. Francisco, com as seguintes palavras do Presidente Coutinho :

"A respeito do caminho confio no seu zelo e inteligencia".

Em agôsto, a metade do caminho está pronta com gastos de 1.192$230 e, em 30 de novembro, a Presidência envia novamente 400$000 para concluir o caminho, "pois no corrente anno financeiro não me é mais possível dispor de quantia alguma para esse serviço".

Finalmente, a 4 de novembro de 1854, Aubé comunica ao Presidente a abertura total do caminho e a passagem do primeiro "Convoy de boeufs".

As atividades colonizadoras de Léonce Aubé não estavam sendo observadas de bom grado pela Direção da Colônia que temia a redução do número de colonos estabelecidos no próprio empreendimento colonial da Dona Francisca fixado por contrato com o Príncipe de Joinville. Assim, em setembro de 1854, o Diretor Frankenberg dirigiu-se ao Destêrro, conseguindo, em audiência com o Presidente, a sua concordância com um projeto da Sociedade Colonizadora para abrir nôvo traço, para uma estrada direta entre a Colônia e Rio Negro, sem passar por Três Barras. O Govêrno Imperial concedeu um pagamento inicial de 2 contos de réis, prometendo novas verbas para o próximo ano.

Com o financiamento da Estrada pelo Govêrno Imperial, conseguido no Rio de Janeiro pelo Agente J. Nagel, na Côrte, a questão para o Presidente da Província se tornou assunto liquidado, aliviando o orçamento provincial já demasiadamente sobrecarregado.

Assim, a Direção da Colônia, com os dois contos recebidos na Côrte, iniciou a 12 de outubro de 1854, "la route de notre Colonie même pour arriver à Rio Negro". Na sua mensagem à Presidência, o Diretor Frankenberg oferece para essa obra os serviços dos colo-

nos recém-chegados, fornecendo-lhes, no início, os necessários meios para sua subsistência. Ao mesmo tempo, a nova estrada abriria novas perspectivas à exploração de terras coloniais. Promete o Diretor Frankenberg traçar a estrada sem cortar terras do Príncide de Joinville.

Sendo até então desconhecidos os limites entre a Província de Santa Catarina e a nova Província do Paraná, recentemente criada (1853), Frankenberg, dirige-se em ofício ao Presidente da Província do Paraná, pedindo informações a respeito. Essa mensagem, enviada em novembro de 1854 pelo Diretor da Colônia, relatando as vantagens que adviriam para as duas Províncias com a construção da nova estrada de comunicação com o planalto, fêz estourar a célebre "Questão de limites", que dezenas de anos se arrastou pelos tribunais, até a sua resolução definitiva em 1916.

Em duas expedições de exploração do terreno, o nôvo agrimensor da Direção da Colônia, Carl August Wunderwald, penetrou nas matas virgens do vale do Rio Cubatão, Rio da Prata e Rio Sêco. Encontrou o engenheiro, finalmente, nas vertentes do vale do Rio Sêco, as condições favoráveis para traçar um caminho serra acima.

Para não atravessar as terras pertencentes ao Príncipe de Joinville, a Direção da Colônia resolveu aproveitar o caminho já feito da Colônia a Annaburg e abrir dêste lugarejo, uma picada em direção norte, até atingir o Rio Cubatão, mais ou menos no mesmo ponto em que saía a picada de Léonce Aubé, na "Coroa Grande", e o caminho aberto por João Ricardo Pinto, em direção a Três Barras. Neste ponto, mais tarde, em 1859, a Sociedade Colonizadora fundou nôvo núcleo colonial, com a distribuição dos primeiros lotes no dia 15 de abril. O lote N.º 1 recebeu-o o Conselheiro Luíz Pedreira de Couto Ferraz, em forma de doação; o lugarejo chamado "Pedreira" é hoje Pirabeiraba. A picada aberta de Annaburg em direção ao Cubatão, a "Cubatão-Strasse", por muitos anos serviu de comunicação com Pedreira e as obras da "Estrada da Serra" no vale do Rio Sêco. A picada de Léonce Aubé era então chamada a "Franzoesische Pikade", ou "Picada Francesa".

Conforme o item N.º 8 do contrato firmado entre o Príncipe de Joinville e o Senador Schroeder em Hamburgo, em 5 de maio de

1849, a Sociedade Colonizadora terá o direito de adquirir mais 12 léguas de terras dotais, em fins de 1855, com a condição de completar a introdução de 1500 colonos até essa data. Caso a Sociedade resolvesse adquirir as 12 léguas quadradas pelo preço de 192.000 francos teria de estabelecer nas ditas terras mais de 2.500 colonos até o ano de 1860.

Em forma de uma "Promemória", a Sociedade Colonizadora, por intermédio do seu Agente Johann Nagel, no Rio de Janeiro, apresentou um requerimento de auxílio financeiro ao Exmo Sr. Visconde de Olinda para ser encaminhado à Côrte (Original no Inst. Hist. Geogr., Rio de Janeiro). Ao mesmo tempo, o Príncipe de Joinville concordara com a prorrogação, por mais 6 meses, do prazo estabelecido pela resolução sôbre a aquisição das novas terras.

A 8 de junho de 1854 chegava a Joinville o professor de primeiras letras, Sr. Carlos Othom Schlappal, enviado pelo Presidente da Província a pedido de Léonce Aubé. Eu sua carta, o Presidente Coutinho recomenda a "devida proteção ao professor nomeado e para que se lhe apresente casa para bem desempenhar suas obrigações e servir aproveito aos Colonos e seus filhos". Era, portanto, o primeiro professor efetivo de Joinville e não deixamos de citar o Reverendo metodista James C. Fletcher, que no seu livro "Brazil and the Brazilians" (Philadelphia 1857) narra o episódio da sua visita à Colônia Dona Francisca, em 1855, e assim nos conta as suas impressões:

"Veio o professor da escola local. Era êle um senhor de aparência elegante vestido à última moda de Paris, e, além disso, pessoa a quem não faltavam habilitações e conhecimentos. Nascera na Bulgária, e era maometano; foi depois para a Alemanha, e finalmente veio para o Brasil com alguns sábios belgas, cujo objetivo era realizar explorações científicas. O jovem afeiçoou-se por uma moça brasileira de 12 anos de idade, renegou a sua religião, tornou-se católico romano e casou-se com ela".

Ao mesmo tempo, o Pastor Protestante da Colônia (Georg Hoelzel) contou ao Reverendo Fletcher que o professor era um boêmio de nascimento, educado em Viena; e que, por motivo de converter setenta papistas ao protestantismo, fôra expulso da Áustria. Entre os habitantes da vila, êle tem a reputação de ser católico apenas em teoria, pois na prática era tão turco como se residisse no co-

ração do Império Otomano. Finalizou o Pastor Hoelzel a sua informação com as palavras : "Êle é um vira-casaca !"

Nesse ano de 1854, vieram mais três navios de imigrantes : a "Linda", uma barca inglêsa fretada pela Sociedade Colonizadora, com 204 passageiros a bordo, que chegou a São Francisco a 23 de junho de 1854, desembarcando sòmente 116 passageiros para a Colônia Dona Francisca ; os restantes prosseguiram viagem, via Itajaí, para Blumenau. Veio com êsse navio o tão esperado Pastor Evangélico, Georg Hoelzel, com sua espôsa e filha, e um irmão, Johann Hoelzel.

A barca hamburguêsa "Emily", sob o comando do capitão Schmiet, ancorava no pôrto de São Francisco a 6 de outubro do mesmo ano. No dia seguinte, o navio partia rio acima, para desembarcar os 169 passageiros em lugar mais próximo a Colônia.

A última leva de imigrantes chegou a 20 de novembro de 1854, na barca "Florentin", capitão Wichmann. Era a segunda viagem da "Florentin" e tão desastrosa como a primeira, em julho de 1852. Morreram, dos 213 passageiros embarcados em Hamburgo, nada menos de 35 pessoas. Onze seguiram viagem para Itajaí e Blumenau. O total dos imigrantes desembarcados na Colônia, no dia 22 de novembro foi de 167 pessoas.

As anotações no "Einwanderungs-Journal" do Diretor Frankenberg e de Léonce Aubé (em francês), oficiando a chegada da "Florentin", com as indicações sôbre o número de passageiros, falecimentos a bordo etc., datadas de 27 de novembro de 1854, são os últimos documentos de um trabalho em conjunto e coerente entre o representante do Príncipe de Joinville e o Diretor da Colônia.

Os acontecimentos, provocados pela rivalidade de dois empreendimentos coloniais precipitaram a renúncia de Benno von Frankenberg-Ludwigsdorf, como Diretor da Colônia, 3 meses mais tarde, a 28 de março de 1855, e a partida de Léonce Aubé quatro dias depois a primeiro de abril, para a Europa, a bordo da barca "Komet", que, dias antes, a 25 de março, trouxera 84 passageiros e imigrantes para a Colônia.

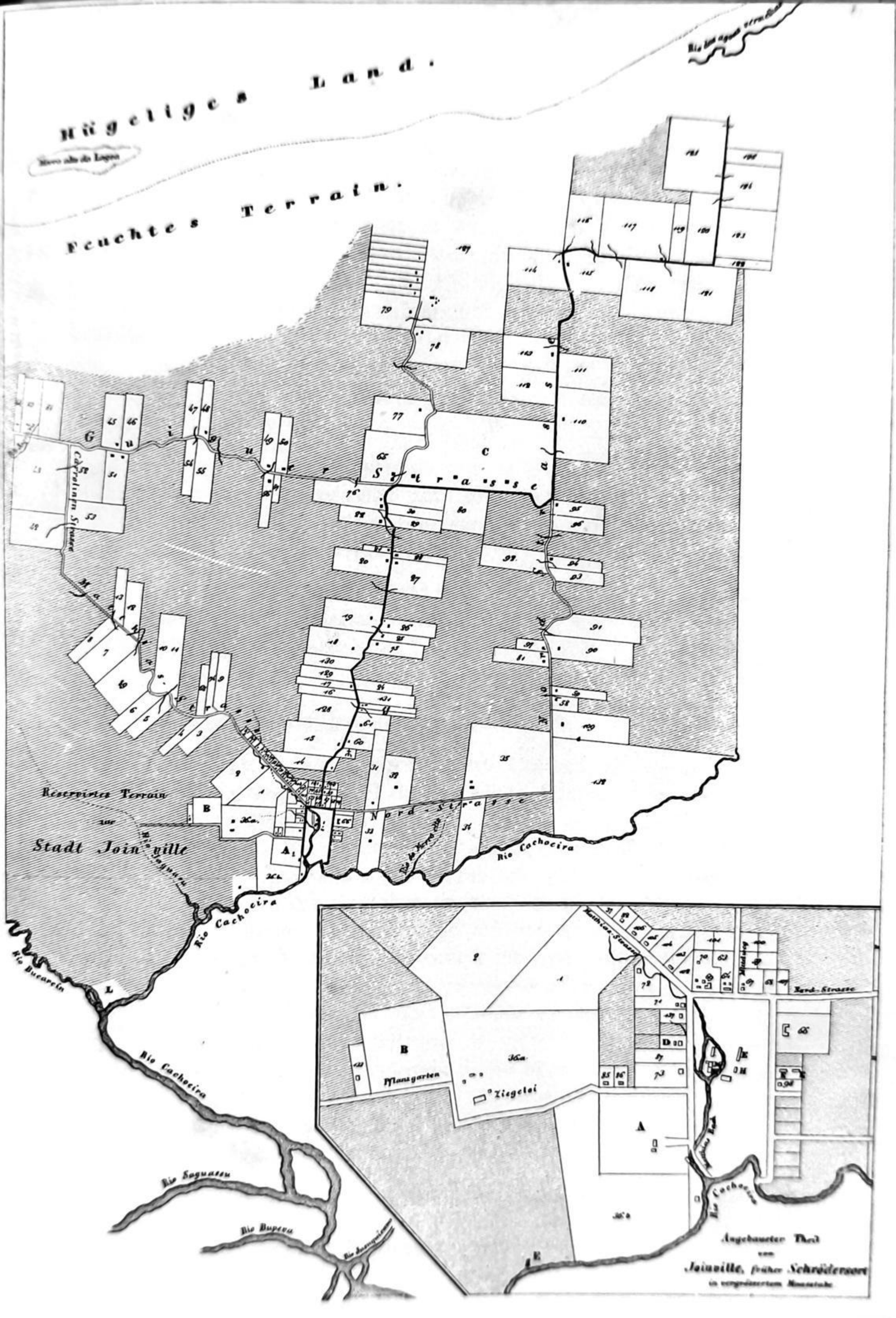
O último Relatório do Diretor Frankenberg é de 30 de dezembro de 1854, acusando 39 casas habitadas em Joinville e mais 160 ca-

sas na Colônia. Conta a Colônia com 1.194 habitantes (663 masc. e 531 femin.). Os produtos de maior rendimento são farinha de mandioca, arroz e milho. A indústria é representada por 3 padarias, duas fábricas de cigarros, uma fábrica de licor, uma cervejaria, duas olarias e uma de telhas e artigos cerâmicos, 5 engenhos de açúcar, dois de arroz e duas moenda de milho, 16 engenhos de mandioca e duas prensas para óleo de rícino. Durante o ano de 1854, a Colônia recebeu um "eclésiastique" que, além de sacerdote, também é o "maitre d'école". Um professor de primeiras letras veio contratado pelo Govêrno Provincial. As vias de comunicação nesse ano de 1854, foram aumentadas, graças à subvenção de 2 contos de réis, do Govêrno Imperial. A Direção da Colônia está empenhada com os trabalhos preliminares para uma estrada de comunicação com o Rio Negro e "vers le nord la Colonie est en communication avec Coritiba par une route via Três Barras par laquel nons avons reçu déjá plusieurs troups des bestieaux".

Termina o Relatório com a indicação de 74 colonos naturalizados com título de cidadãos brasileiros - um dos fatôres mais importantes para a vida política e administrativa da Colônia.

As informações dadas por Jacinto Antônio de Matos na sua obra "A Colonização do Est. de Sta. Catharina", em nada correspondem à verdade quando afirma : "Não possue ainda (1854), a colonia uma escola publica de primeiras lettras, offerecendo o médico (sic) Dr. Joh. Augusto "Waltenholf" para tal os seus serviços gratuitos e exercendo tambem essas funcções o pastor Carlos Schlappal" ... Como já vimos, a 8 de junho veio, anunciado pelo Presidente da Província, o primeiro professor de primeiras letras. Schlappal recebia os vencimentos de 400$000 por ano, conforme Resolução votada em 1854, que mais tarde passou a ser de 600$000 por ano, por tratar-se de professor que sabia exprimir-se em duas línguas. Exerceu Carlos O. Schlappal o cargo sòmente até 1856, quando, por despacho do Govêrno Imperial, de 28 de novembro, foi nomeado Carl Julius Parucker para o cargo de professor.

Schlappal que já em 1850 exercia o magistério no Destêrro, conforme anúncios na imprensa local, foi mais tarde, em 1860, co-fundador da Colônia nacional de Angelina, servindo por muitos anos como "Encarregado da Direção da Colônia".



Primeira planta de Joinville, desenhada por Banholzer em 1852.
(3.º Relatório da Sociedade).

Quanto ao médico "Dr. Augusto Waltenhoff", mencionado por Jacinto de Matos, trata-se, evidentemente, no funcionário da Direção da Colônia, o contador Johann Adolph Haltenhoff, que, em principios de 1855, era eleito "Juiz de Paz" de Joinville, conforme veremos no próximo capítulo. Haltenhoff nunca foi médico, e sim o Dr. Gerhard e o Dr. Krebs, deixando o último a Colônia em fins de 1854.

Na sua "Falla" de 1.º de março de 1855, o Presidente Coutinho confirma os dados acima apontados do Relatório do Sr. Frankenberg, e acrescenta :

"A escola ali estabelecida tem sido regularmente frequentada. No fim do anno passado naturalisarão-se Brasileiros 74 Colonos e creou-se ali uma Subdelegacia, sendo o Sub-delegado e supplentes nomeados d'entre os naturalizados".

Foi primeiro Sub-Delegado em Joniville o Sr. Ulrich Ulrichsen, e o professor de primeiras letras, Carlos O. Schlappal, Escrivão do Sub-Delegado, em exercício.

E mais um ano passaria . . . .

1855 foi decisivo para a crescente Colônia, em virtude da situação financeira desfavorável da Sociedade Colonizadora, de 1849, em Hamburgo. O Príncipe de Joinville, com as suas relações na Côrte conseguiu firmar um contrato particular com o Govêrno Imperial, para instalar 4000 colonos nas terras não ocupadas pela Sociedade de Hamburgo, dentro do prazo de cinco anos. Ao mesmo tempo, a Sociedade Colonizadora reduziu ao mínimo as despesas da Colônia. Principal motivo da situação precária em que se encontravam as finanças da Sociedade, foram os pagamentos adiantados das passagens dos imigrantes, e empréstimos e mais empréstimos aos colonos instalados na Colônia, por falta de um comércio organizado dos produtos agrícolas com os consumidores de outras partes do Império, como São Francisco e o Planalto de Curitiba. O escoamento dos produtos da Colônia era diminuto, em virtude da falta de estradas e outros meios de comunicação.

O auxílio financeiro do Govêrno Imperial até essa data limitava-se ao pagamento de 2 contos de réis para a construção da "Estrada da Serra", como foi chamado mais tarde o caminho em direção

a Rio Negro, e mais 1:500$000 pago pelo Govêrno Provincial a Léonce Aubé, para realização da comunicação terrestre com Três Barras, via "Colônia Francesa". A subvenção de 1:600$000 concedia pelo Govêrno Imperial, para fins eclesiásticos na Colônia, até a data ainda não havia sido remetida. As subvenções para pagamento das passagens de crianças, mencionadas no contrato firmado entre a Sociedade e o Príncipe de Joinville, não se realizaram e, conseqüentemente, a Sociedade exigiu do Príncipe de Joinville uma légua suplementar das terras dotais, conforme o contrato.

Os acionistas em Hamburgo recusaram-se a fazer novos investimentos e a Sociedade Colonizadora passou por uma crise financeira sensível.

Assim, já em maio de 1854, a Sociedade, por intermédio de seu Agente no Rio, Johann Nagel, requereu da Côrte um auxílio financeiro, para poder continuar com a colonização e resolver definitivamente a questão da aquisição de mais 12 léguas quadradas de terras dotais do Príncipe de Joinville. Diz Johann Nagel, textualmente, na sua "Promemória": "Para completar o número de 1500 Colonos que a Sociedade se obrigou a importar na Colônia D. Francisca, até o fim do ano de 1855, faltam apenas 400 e os 1.100 têm sido importados inteiramente à custa da Companhia, sem nenhuma subvenção ou auxílio do Govêrno, nem mesmo o da passagem de 200 Menores por ano, que tão uteis havião de vir a ser para o Brazil o que pedimos ao Govêrno Imperial, aprovado por SS. AA. RR. conforme os Contractos".

Devido a tôdas essas circunstâncias, em data de 28 de março de 1855, o Diretor da Colônia, Benno von Frankenberg-Ludwigsdorf renunciou o seu cargo, ficando a Colônia sem diretor efetivo. Os três membros da Direção, Frankenberg, Carl Pabst e Adolph Haltenhoff, em ofício dirigido ao Presidente da Província, comunicaram a sua decisão e ao mesmo tempo anunciaram que os "membros da Direção" Carl Pabst e o Vice-Cônsul de Hamburgo, E. César Hartung, antigo contador da Direção, assumiriam a responsabilidade dos negócios da Sociedade na Colônia.

Ficou, assim, a Colônia Dona Francisca sob o contrôle de dois interventores. Ao mesmo tempo, e nos primeiros dias de abril de 1855, o Sr. Léonce Aubé, atendendo ao chamado de S. A. R., o Prín-

cipe de Joinville, embarcava para a Europa, voltando sòmente em fevereiro de 1856.

Pelo patacho nacional "Maria Rosa", chegaram, no dia 7 de março, mais 12 pessoas à Colônia, enviadas pelo Agente Nagel. Eram as duas famílias Hellwich e Boehm (Gottfried). A 25 de março, fundeou na ilha do Mel a barca "Komet", desembarcando mais de 84 passageiros. Faleceram duas crianças a bordo. Vieram as famílias Baumer, Buehrer, Imthurm, Mueller, Weber, Sauerbeck, Scheffmacher e Fischer. A "Komet", na sua volta à Europa, levou, a 1.º de abril, o Sr. Léonce Aubé.

Nesse mesmo ano de 1855, chegaram mais dois transportes de imigrantes. A 2 de agôsto, chegou o brigue de Oldenburg "Comet", com 134 passageiros, (ocorreram 3 falecimentos à bordo), e, a 31 de dezembro do mesmo ano, entrou no pôrto de São Francisco a "Santos Paket", da qual, nos dias 2 e 3 de Janeiro, desembarcaram mais 77 imigrantes, prosseguindo, em seguida, viagem para Itajaí, com 29 passageiros destinados a Blumenau.

Os assuntos administrativos da Colônia foram assumidos por César Hartung, enquanto Carl Pabst continuava como agrimensor, assistido pelo nôvo encarregado da Direção, o agrimensor August Wunderwald. Por motivos de economia, liquidava-se o "Magazin", pois já existiam na Colônia 5 vendas de secos e molhados.

Em carta de 9 de março, endereçada ao Presidente da Província, Hartung pede se proceda com urgência à eleição de um Juíz de Paz e a elevação da Colônia à categoria de freguesia, com todos os direitos políticos e administrativos. Protesta ao mesmo tempo contra o cobrança de 14$000, que a Câmara de São Francisco estava exigindo pela entrega dos Títulos de "Cidadão brasileiro" aos colonos naturalizados e contra a exigência da Lei de 23 de outubro de 1832, que obrigava a presença pessoal do colono no ato da entrega do Título, em São Francisco do Sul. Conforme a promessa do Presidente Coutinho a Léonce Aubé, em 1854, seria feita a entrega dos Títulos gratuitamente: "todos os títulos que tenho remettido devem ser re-

gistrados na "Camâra Municipal de S. Francisco", mas desse registro nada se paga por assim o determinar a ultima Lei". (7).

Em junho, a Câmara Municipal de S. Francisco, em ofício dirigido à Sub-Delegacia de Joinville, convoca os cidadãos naturalizados para eleger um Juíz de Paz, exigindo ao mesmo tempo a retirada de 74 Títulos, contra o pagamento de 14$000 cada um. Sòmente em agôsto, e em conseqüência de ordens dadas pela Presidência da Província a Câmara de S. Francisco faz a entrega gratuita dos Títulos. E também só então é feita a eleição do Juíz de Paz.

Contra os desejos e as sugestões de Hartung, na sua carta de 9 de junho, em que recomendava ao Presidente Coutinho os cidadão Bernardo Bemba (boticário), Ulrich Ulrichsen (Sub-Delegado), Carlos Schlappal (Mestre-escola e Escrivão do Sub-Delegado), e, finalmente, Sr. Carlos Palm (padeiro), foi eleito Juíz de Paz o Sr. Dr. Adolph Haltenhoff, com maioria de votos contra os Srs. Carlos Lange, João Lepper e Benno von Frankenberg.

Em abril de 1855, veio, a mandado do Govêrno Imperial, o Exmo. Sr. Conselheiro Manoel Felizardo de Sousa e Melo, "muito digno director geral das terras nacionais", para inspecionar a Colônia, em virtude da petição em forma de "Promemória" dirigida pela Sociedade Colonizadora, à Côrte, em maio do ano anterior. Ficou "Sua Excellencia" por seis semanas na Colônia, encontrando a mais viva simpatia do povo. O seu relatório na Côrte em muito beneficiou a Colônia Dona Francisca, com a ratificação de nôvo contrato a 13 de junho do mesmo ano.

Êsse contrato estipulava a instalação de 2250 colonos, dentro de 3 anos, exigindo da Direção da Colônia a construção de casas de alojamento para 200 imigrantes e o fornecimento de alimentação nos primeiros 8 dias, assim como trabalho para 6 meses. A construção de vias de comunicação na Colônia, para instalar os colonos em novos lotes acessíveis, era obrigação da Sociedade.

O Govêrno Imperial contribuía com um prêmio de 30$000 para cada pessoa, entre 10 e 45 anos de idade, e com 20$000 para as de

---

(7) Correspondência de Léonce Aubé (Bibl. do A.).

5 a 10 anos. Comprometia-se o Govêrno Imperial a pagar as pontes sôbre os rios, financiar as igrejas, tanto católica como protestante, e pagar os honorários de um sacerdote católico e um protestante, e um professor de primeiras letras.

Ao mesmo tempo, a construção de uma estrada de comunicação com o planalto seria custeada pelo Govêrno Imperial, facultando a aquisição de duas léguas quadradas de terras no planalto, pelo preço de 1/2 real por braça quadrada, obrigando, neste caso, a Sociedade Colonizadora a instalar nessas terras devolutas 2000 colonos. Concedia mais o Govêrno Imperial à Sociedade Colonizadora o direito da aquisição, com preferência, de mais 16 léguas quadradas no dito local do planalto.

Recebeu a colonização da Dona Francisca um impulso decisivo com as condições estipuladas neste contrato.

Para estabelecer definitivamente o traçado da futura estrada para o Rio Negro, vencendo os obstáculos da Serra Geral, a 18 de junho de 1855 partiram da Colônia, em direção Oeste, os Srs. Carl Pabst, Franz Albrecht Fellechner e um rapaz de nome Buehrer, como cozinheiro, acompanhados por 13 trabalhadores brasileiros para carregar a bagagem e abrir picadas na mata virgem e nunca dantes explorada.

Transcrevemos em parte uma descrição desta expedição, que voltára sòmente a 3 de agôsto, após uma caminhada de 46 dias, conforme o Relatório no seu original, destinado e apresentado ao Exmo Sr. Conselheiro Felizardo de Sousa e Melo, a 29 de setembro do mesmo ano (8).

> "Descripção de uma viagem pela Serra Geral ao interior e altas planicies de Coritiba, feita por ordem da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, por Carl Pabst, inspector e membro da administração da mesma Colonia. —
>
> "A colonia Dona Francisca tem-se desenvolvido em poucos anos com tal energia e vigor que nos faz aguardar-lhe um brilhante futuro, se fôr possível estabelecer a facilidade de communi-

(8) "Jornal do Commercio", 20. I. 1856 (Bibl. Itamarati).

cação com o interior. Neste ponto parece a situação da colonia pouco favoravel, porque depois de uma extensão de 8 a 10 legoas de planicie de costa em que se acha a colonia, estende-se quasi em direção parallela ao mar a Serra Geral, formando uma cordilheira serrada, que do lado do mar, apresenta elevações bastante escabrosas, enquanto que para o interior os declives são doces e de nenhum modo incomodos.

"As terras que se achão atras da Serra Geral, são inteiramente desconhecidas, fechadas e inacessíveis, e sómente por caminhos tortuosos, e escabrosos que mais parecem destinados para cabras do que para homens, podem-se em mui poucos pontos chegar ao interior do paiz. A estrada que vai de Três Barras a Coritiba, e que por um modo inexplicavel passa por cima do maior ponto da serra, acha-se em um estado tão lamentavel, que se torna penosa para as bestas de passa-la com uma carga, expondo-se de continuo e grande perigo de vida; e não ha mesmo esperanças algumas de se tornar essa estrada transitavel. Para a Colonia Dona Francisca é sem duvida uma questão vital a facilidade de communicação em estradas transitaveis de carros, que procurem encurtar distancias (ligação) entre os produtores e o mercado do paiz.

"Para achar uma linha apropriada para uma tal estrada, que passe pela Serra do Mar e para explorar as terras até hoje inteiramente desconhecidas emprehendeu-se uma viagem pelo sertão que durou desde 18 de junho até 2 de agosto do corrente ano (1855). O fim desta exposição é contar em resumo os acontecimentos desta viagem.

"A melhor linha para uma estrada seria nas proximidades do Rio Pirahy e em pequena distancia da parte Sul do lugar onde este rio se chama Rio das Agoas Altas e se divide em dois braços, formando ali a mais linda cachoeira, na qual as aguas se precipitão de uma altura de perto 300 pés, formando espectos verdadeiramente pitorescos por entre os gigantescos rochedos, ora apresentando nuvens de agua, ora rolando como viboras enroscadas, e produzindo os sons mais variados na sua passagem pelas rochas, cujo cumes são coroados de atanasias e palmeiras, fervendo, zumbindo e finalmente trovejando, de modo que

pode ser chamada uma das mais grandiosas e mais lindas cachoeiras do mundo.

"Ao sul deste imponente salto procuramos a subida da Serra, e felizmente achamos um traço tão bom, que não resta duvida alguma de poder ali com facilidade e sem grandes dispendios construir-se uma estrada transitavel a carros.

"Cinco legoas ao occidente da Serra do Mar acha-se uma outra serra que se estende ao sul e norte e como nella se encontrão as nascentes do Rio Itajahy, lhe dei o nome - Serra de Itajahy. Continuamos nessa direção e pelas planicies do Rio Pirahy, atravessando os valles dos rios Itapocúmirim, Gavião, e Taydosa e alcançamos assim ao norte das colinas da Serra Itajahy as vertentes da verdadeira Serra. Toda terra entre as duas serras consta de outeiros e matas e magnificas planicies, cobertas com grossa camada de terra vegetal, prestão-se à cultura de todos os generos e encontrão-se ali as melhores madeiras como sejão Cedro, Araribá, Jacarandá, Araçá, Tajubá, Oleo, Canella - muitas vezes as árvores colossaes.

"A Serra se compõe na mór parte de granito e gneiss em forma de transição, tambem aparecem rochas de quartzo puro e de metais, que mais tarde poderão ser explorados. O ferro ali é bastante commum.

"Ao occidente da Serra de Itajahy começa o verdadeiro planalto com as suas matas de pinho. Continuei viagem nesta direção e alguns graus ao norte nas margens do Rio dos Bugres, onde começam as campinas do Rio Turvo e Rio Negro até a Estrada Real que conduz do Sul ao Norte das Províncias de S. Catharina e Rio Grande do Sul.

"Em uma das planicies bastante isoladas que se communica entre si por estreitas aberturas formadas pela propria natureza, nas fraldes das montanhas e cercados de expesso matto virgem, eu encontrei uma horda da tribu dos Bugres bravios, que habitão as mattas montanhosas e tem feito grandes estragos pela sua traição e crueldade aos habitantes desses lugares que se achão muito isolados. O inesperado encontro da nossa comitiva com a horda dos indios fê-los fugir, sem que dessemos um só tiro; a calcular pelos uivos que nessa ocasião derão, e que mais se

pareciam como o rugido de touros, compunha-se essa horda de 40 a 50 cabeças. A sua actividade guerreira no entanto limitou-se a esses gritos à imitação de ladrar de cães, que ouvindo-se durante a noite nas mattas vizinhas, nos annunciava a sua presença. Nunca emprehenderão um ataque contra a nossa comitiva, embora esta se compuzesse sómente de 16 pessoas, talvez por temerem as nossas armas, que tinhamos em abundancia; contudo tivemos durante dous dias e noites vestigios de que nos perseguião, certamente com a intenção de surprehender-nos, se por acaso à noite encontrassem pouco alerta as nossas sentinellas.

"Alguns dias depois chegamos ao Rio Turvo, cujas aguas são bastante fundas e podem ser navegadas por canoas. Em breve alcançamos o Rio Negro, que tem uma largura de 25 a 30 braças. Depois de termos atravessado com grande perigo este rio bastante cheio e caudaloso, por meio de uma jangada feita a bastante custo de troncos de arvores, chegamos á picada de Mangarituba que conduz ao Campo do Tenente, São José, Coritiba, Morretes etc.

"Aqui findou-se a nossa viagem pelo agreste e desconhecido sertão e continuou em terras conhecidas. Se lançarmos um olhar sobre a qualidade do terreno montanhoso que começa ao occidente da Serra do Itajahy, notamos bellas matas frondosas contendo em grande parte arvores de congonha, enquanto nas planicies encontrão-se Pinheiros entre os quaes estendem-se grandes e viçosos campos de relva e muita taquara, as montanhas pertencem na mor parte aos antigos terrenos de alluvião. O terreno é quasi exclusivo de qualidade superior para a agricultura. Nestas terras tão ricamente dotadas pela natureza, ainda não se encontra vestigios de habitantes. Só na parte occidental do Rio Negro ao longo da Picada de Mangaratiba achão-se bastante espalhadas algumas casas e posses, cujos donos dedicão-se um pouco á agricultura e á criação, tanto quanto chegue para o seu sustento, e mormente se empregão na colheita da congonha, cujo consumo ganha anno por anno mais importancia, cujas folhas seccas são conduzidas em jacaz até Morretes, onde é fabricado e levado em surrões ao mercado de Paranaguá. Para chegarem a esse mercado, gastão os habitantes do Rio Negro 6 a 8

dias de viagem ; pela nova estrada (a ser feita) podião chegar a Joinville na Colonia D. Francisca em a metade do tempo.

"O terreno do planalto é em geral de melhor qualidade, o clima mais saudavel, o ar mais puro e mais fresco e muito mais apropriado á constituição dos Europeus do que o ar quente, sempre carregado com evaporações humidas do litoral. Todas essas circunstancias contribuem para tornar esta extensa região, que tão ricamente é dotada pela natureza, em pouco tempo em deposito de cereaes do Brazil, se houvessem braços sufficientes. Nas planicies altas de Coritiba, os colonos allemães já cultivão trigo, centeio e cevada com melhor exito.

"A prosperidade da Colonia e a cultivação desta grande região abençoada depende unicamente de uma ligação com o interior e a construcção de uma estrada transitavel de carros, para chegar á Estrada Real, que seria alcançada em uma extensão de 3 a 4 legoas ao Sul da Villa do Principe, chamada Lapa".

Dessa expedição, desertaram alguns camaradas que foram reclamar mais tarde os seus vencimentos da Direção da Colônia, que recusou terminantemente o pagamento. Recorrendo à justiça, o Juíz de Paz citou o Diretor interino, Sr. Hartung, e quando, no desenrolar do processo, os desertores apresentaram vales assinados por Carl Pabst, indignou-se Hartung com o procedimento de Pabst, do que resultou um lastimável desentendimento, que também a êsse deixou suficientemente aborrecido - e a queixa foi encaminhada ao Presidente da Província, em ofício, com palavras de concentrado desespêro. Foi êste o primeiro processo e audiência no Distrito de Paz e nos anais da justiça de Joinville.

Nesse mesmo ano de 1855, o Sub-Delegado Ulrich Ulrichsen apresentou à Presidência da Província uma planta muito bem desenhada por Carlos Othom Schlappal, com o projeto do edifício destinado "para casa de cadeia, guarda e audiencias". O curioso é que, na mesma planta, e anexa ao quarto designado para "prisão simples" e outro de "prisão grave", encontrava-se desenhada a projetada "Sala d'escola publica", — tudo no mesmo prédio.

Em carta dirigida ao Presidente Coutinho, a construção foi orçada em 3:846$570 "mais peut-être avec qualque économie, le mon tant pourrait être réduit à 3:500$000".

Nessa mesma carta, César Hartung queixa-se da atitude do Sr. Juíz de Paz, em cobrar adiantado, por audiência, a importância de 3$000 para cobrir as suas despesas. Ao mesmo tempo, critica êle a norma de proceder do Escrivão do Juíz de Paz, que deveria fazer a redação dos protocolos em língua portuguêsa, "et nous avons déjá prononcé notre opinion en vers de dit Monsieur, que Mr. Voss n'est pas la personne capable pour cet emploi..."

Fundaram-se, em 1855, as primeiras sociedades em Joinville, ora de cunho recreativo, ora esportivo ou cultural. A 29 de abril de 1855, reuniram-se para a criação de um grêmio cultural, os Srs. Ottokar Doerffel, Joseph Ferdinand Reiss, Carl Julius Ludolph Parucker e o pastor evangélico Georg Hoelzel. Sendo a "Sociedade de Cultura" realmente a primeira formação cultural de um organismo social em transformação, devido ao afastamento da terra natal e sob pressão de novas influências, transcrevemos em parte os Estatutos, enviados, em 12 de maio, ao Presidente Coutinho para apreciação e aprovação:

"Estatutos da Sociedade de Cultura na Colônia de Dona Francisca. Disposições geraes: Art. 1.º A Sociedade tem por fim promover a prosperidade em todos os sentidos da Agricultura e Industria na Colonia, principalmente para este designo ajudar aos colonos recem chegados, aconselhal-os e guial-os conforme a pratica. Pela fundação de uma Bibliotheca e d'uma salla de leitura. Por meio de experiencias applicadas sobre agricultura e artes e com os resultados espalhar conhecimentos uteis. Entrar em correspondencia com outras Sociedades e pessoas que tem o mesmo fim e em geral dar attenção e pratica a tudo quanto diz respeito sobre cultura, artes, e fins desta Sociedade, sem se metter com isso nas circunstancias politicas e publicas do Império".

Em 15 parágrafos e artigos, o "Cultur-Verein zu Dona Francisca" estabeleceu as normas de uma sociedade puramente filantrópica e cultural. Foi seu presidente, até julho de 1858, o Sr. Ottokar Doerffel, principal mentor e personalidade notável nos setores cul-

turais da Colônia, assumindo em breve funções de responsabilidade na Direção da Colônia.

Veio Ottokar Doerffel com sua espôsa, a 20 de novembro de 1854, pelo veleiro "Florentin", deixando sua terra natal e a pequena cidade de Glauchau, na Saxônia, por motivos políticos e idéias liberais. Como advogado e burgomestre da cidade industrializada, era Doerffel uma personalidade com influência política e social adversa aos interêsses da época, em 1849. Assim Doerffel e outros intelectuais da Saxônia, emigraram para a Colônia Dona Francisca em fins de 1854, formando um contingente principal de projeção destacada no setor cultural e administrativo na nova pátria.

Prosseguiu o "Cultur-Verein" as suas atividades, com os seus estatutos revisados e ampliados, a 7 de julho de 1858, sob direção de Johann Heinrich Auler, Carlos Othom Schlappal, seu secretário e Klatt como tesoureiro.

No mesmo ano de 1855, a 26 de dezembro, foi fundada a "Sociedade Atiradores de Joinville". Já dois meses antes, o Sr. Adolph Haltenhoff apresentou os estatutos provisórios do "Schuetzen- Verein zu Dona Francisca", com finalidades esportivas e recreativas, ficando estabelecida uma jóia de 500 réis para cada sócio e uma mensalidade de $200.

Os estatutos definitivos foram aprovados em 26 de dezembro, na presença dos seguintes cidadãos : Carl Pabst, Franz A. Fellchner, Plothow, Frankenberg, Elias, Levenhagen, von der Osten, Tiemann, Niemeyer, Zinneck, Stamm, Poschaan Jnr., Lasperg, Haltenhoff, Carlos Lange, Carl Huehn, Friedrich Heeren, August Wunderwald, A. Ravache, Eduard Trinks. Eleito sócio-honorário, Léonce Aubé assinaria os estatutos sòmente em fevereiro de 1856, após a sua volta da Europa.

Em 12 artigos e parágrafos estabeleceu-se a ordem social conforme as tradições antigas dos clubes europeus de Tiro ao Alvo. As contribuições semanais foram fixadas em 4 vinténs e cada 15 dias organizava-se um "Ballotement", ou competição, com a presença de, pelo menos, 12 sócios.

A primeira sede encontrava-se no terreno do Sr. C. Monich (hoje Rua 15 de Novembro), mudando-se depois para o início da

Estrada Dona Francisca, na encosta do Morro da Boa Vista. Em 1872, a Sociedade Atiradores de Joinville requereu, em ofício dirigido ao "Ilmo. Snr. Delegado de Policia desta Villa de Joinville", o favor de lhes conceder para a dita Sociedade a licença de se divirtir ás vezes em atirar com armas de fogo carregadas com balas de chumbo ao alvo num lugar ao pé d'um morro entre as Estradas Allemã e Rua do Príncipe, bem conhecido por V. S., tomando toda a cautela e fazendo todas as necessárias disposições para preservar desgraças que podem resultar no exercicio incauto do dito divertimento".

Assinavam esta petição os Srs. Carl Wilhelm Boehm e João Paulo Schmalz.

Com data de 23 de fevereiro de 1872, o Delegado de Policia, Carlos Julio Parucker, respondeu a êsse ofício : "Tendo eu me encaminhado ao lugar em que a Sociedade dos Atiradores quer fazer seus divertimentos e exercícios, e tendo me convencido que o dito lugar se acha distante de caminhos publicos e cazas habitadas, assim que não possa acontecer uma desgraça, concedo a licença pedida;

eu, Otto Lauer, Escrivão ad hoc da Delegacia que o escrevi."

Custou o exame local aos cofres do "Schuetzen-Verein" a importância de 2$000 e a vistoria, com licença, selagem e assinatura do Ilm. Snr. Delegado, mais 1$200.

À Rua Blumenau, nas vertentes do morro que forma hoje os fundos do antigo Cemitério Protestante, a Sociedade Colonizadora ofereceu um terreno aos maçons da Colônia, que, a 29 de dezembro de 1855, fundaram a primeira Loja Maçônica, sob o nome "Loja da Amizade sob o Cruzeiro de Sul". Eram os seus fundadores os Srs. Reiss, Gaspar e F. A. Fellechner e o Sr. Ottokar Doerffel. O templo construído nesse local e que deu ao caminho o seu nome : "Logenstrasse" (Rua da Loja), permaneceu como o centro da sempre crescente Loja Maçônica, até 1864, quando, a 29 de dezembro, se lançou a pedra fundamental do sólido prédio que, do alto do seu outeiro, na Rua do Príncipe, dominou por muitos anos o panorama da cidade. Foi demolido em 1949. Os nomes dos preminentes maçons, que gozavam da mais conceituada projeção na Colônia, eram Poschann Jnr, Ravache, Klatt, Ulrichsen, Bemba, Borchert, Gelbcke, Monich, Pastor

G. Hoelzel, Schmidlin, Pabst, Auler, Anthony, C. W. Boehm, Kumlehn, Rogner, Delitsch, Wunderwald, Lange, Lasperg, Zinneck, J. Paul Schmalz e outros.

Exerceu a Loja Maçônica de Joinville seus fins filantrópicos durante 77 anos, até 1937, quando, por Lei, encerrou as ruas atividades.

É interessante notar que o Vigário Carlos Boegershausen, em começo de 1864, quando a Loja Maçônica adquiriu o terreno ao lado da igreja católica, endereçou petição ao Govêrno Imperial, exigindo a desapropriação do dito terreno, o que, em fevereiro de 1865, por ofício, foi definitivamente negado.

Um dos primeiros viajantes que visitou a Colônia Dona Francisca e relatou as suas impressões em forma de livro, foi o reverendo metodista James C. Fletcher, que estêve no Brasil entre 1851 e 1865. No seu livro "Brazil and the Brazilians" (Philadelphia 1857), que publicou em conjunto com seu colega Daniel P. Kidder, o autor narra em forma humorística o que viu na Colônia, por ocasião da sua missão em junho de 1855.

Vindo de São Francisco, em canoa remada por um escravo corpulento, que tinha o apelido apropriado de José Grande, depois de algumas horas de viagem, chegaram próximos da nova vila de Joinville. Continua Fletcher na sua descrição : "O rio tornou-se extremamente estreito, tanto assim que as árvores dobravam-se por sôbre as nosas cabeças. Saltamos em terra, amarramos nossa canoa a um tronco de árvore e viajamos sôbre - ou antes dentro de - uma estrada encharcada como uma esponja dentro dágua. O lugar era, na verdade, o início de uma nova cidade do deserto - casas fincadas no recesso de matas e abundância de lama e de crianças: mas não fôsse a diversidade da flora, ter-me-ia acreditado para lá do Missuri, nos limites de Kansas. Por todos os lados floresta, e aqui e ali, uma clareira, no centro da qual estava a cabana de um colono. O aspecto novo das casas, as árvores derrubadas, as trilhas enlameadas, a aparência geral de tudo, recordava-me uma colônia pioneira no Oeste".

Hospedou-se Fletcher no "Hotel" do Sr. Palm e foi cordialmente acolhido. Carl Palm, proprietário da pequena hospedaria de Joinville, mandou chamar o professor de primeiras letras, Sr. Carlos

Othon Schlappal. As impressões de Fletcher já relatamos em outro lugar. Visitou Fletcher então a casa do pastor Georg Hoelzel, modestamente mobiliada e com pouco confôrto. Hoelzel não falava francês nem português, e seu cabedal de inglês excedia muito pouco o alemão falado por Fletcher, de forma que êste teve grande dificuldade em fazê-lhe compreender a sua missão.

Voltando à sua pensão, Fletcher teve que atender a muitos curiosos que queriam adquirir Bíblias. Entre êsses havia uma senhora, bem educada e fina, espôsa do Diretor da Colônia do Príncipe de Joinville, que não deve ser confundida com a Colônia hamburguêsa de Joinville (Fletcher referia-se à espôsa de Léonce Aubé, o qual ainda se encontrava na Europa).

Continua Fletcher: "A vila de Joinville contém cêrca de 60 casas, e mais 120 e outras em construção. Há aproximadamente 1500 habitantes; por outro lado, há um considerável número de franceses e franceses-suíços nas colonias - adjacentes fundadas pelo Príncipe de Joinville, em suas próprias terras.

"Qual será o sucesso da Colônia, esperamos para ver. Os colonos, com exceções, não são da melhor classe dos que procuram o Novo Mundo; a Companhia Colonizadora, desejando cumprir seu contrato, quanto à quantidade, não pode ser mais cuidadosa na seleção dos imigrantes. Êstes são obrigados a pagar a sua terra, que é muito mais cara do que nos Estados Unidos, e, tendo uma densa floresta para derrubar, ficam logo sem dinheiro. A distância de qualquer mercado e a impossibilidade de obter colheitas remunerativas, até que os pesados trabalhos do pioneiro sejam feitos na mata virgem, influem contra o ânimo dos colonos".

No dia seguinte, Fletcher almoçou com o "Diretor da Colônia Hamburguêsa". Trata-se, evidentemente, do Sr. Ernest César Hartung, considerado Diretor da Colônia, apesar de ser apenas um membro da Direção. Fletcher, montado em um cavalo, e passando por cima da lama e do lôdo, viu dos dois lados da estrada as pequenas cabanas dos colonos (que se distinguiam das casas brasileiras por suas chaminés). A estrada mencionada é hoje a Rua XV de Novembro, pois o estabelecimento agrícola de Hartung encontrava-se no final do então "Mittelweg", ou Rua do Meio, no local da esquina com a Estrada Guiguer, onde esta seguia em direção norte.

Ao passar por uma casa, metida entre dezenas de palmeiras e outras soberbas árvores, ouviu o reverendo metodista uma doce voz de mãe, ensinando o filho a balbuciar o A B C.

Para Fletcher, foi um espetáculo nôvo observar a floresta virgem dos trópicos derrubada pelo machado dos mateiros. Por todos os lados, nobres palmeiras e raras e gigantescas parasitas estavam espalhadas pelo solo. Perto da casa do Sr. Hartung, viu Fletcher um dêsses reis da floresta erguendo sua altura solitária entre suas companheiras caídas. O monarca estava coroado e ornado com magníficas orquídeas e trepadeiras silvestres.

A casa do Sr. Hartung ocupava uma bela situação, e nesse remoto recanto do mundo, deparou na pequena casa com o último "Illustrated News", de Londres, "La Presse" e a "Illustration", de Paris. A Senhora Hartung, filha da bela França, mostrava assim que outras mulheres, além das americanas, podiam residir nas matas virgens e suportar as fadigas e as emoções de uma vida pioneira.

Na sua volta à vila, tomaram Fletcher e Hartung um desvio da estrada, subindo um morro coberto de florestas, em cuja encosta se via o cemitério, onde eram enterrados os colonos. Era um lugar triste, embora lindo. O sol da manhã já se tinha elevado acima das florestas, se bem que a densa folhagem tivesse ainda os vestígios do orvalho matinal. Cada dia e cada ano o sol brilhará sôbre êsse remoto e pequeno cemitério ; mas, os que lá descansam, jamais contemplarão as soberbas manhãs dessa esplêndida região.

Do alto dêsse morro, podia-se ter uma bela vista do povoado. Os vivos e os mortos eram assim colocados uns perto dos outros.

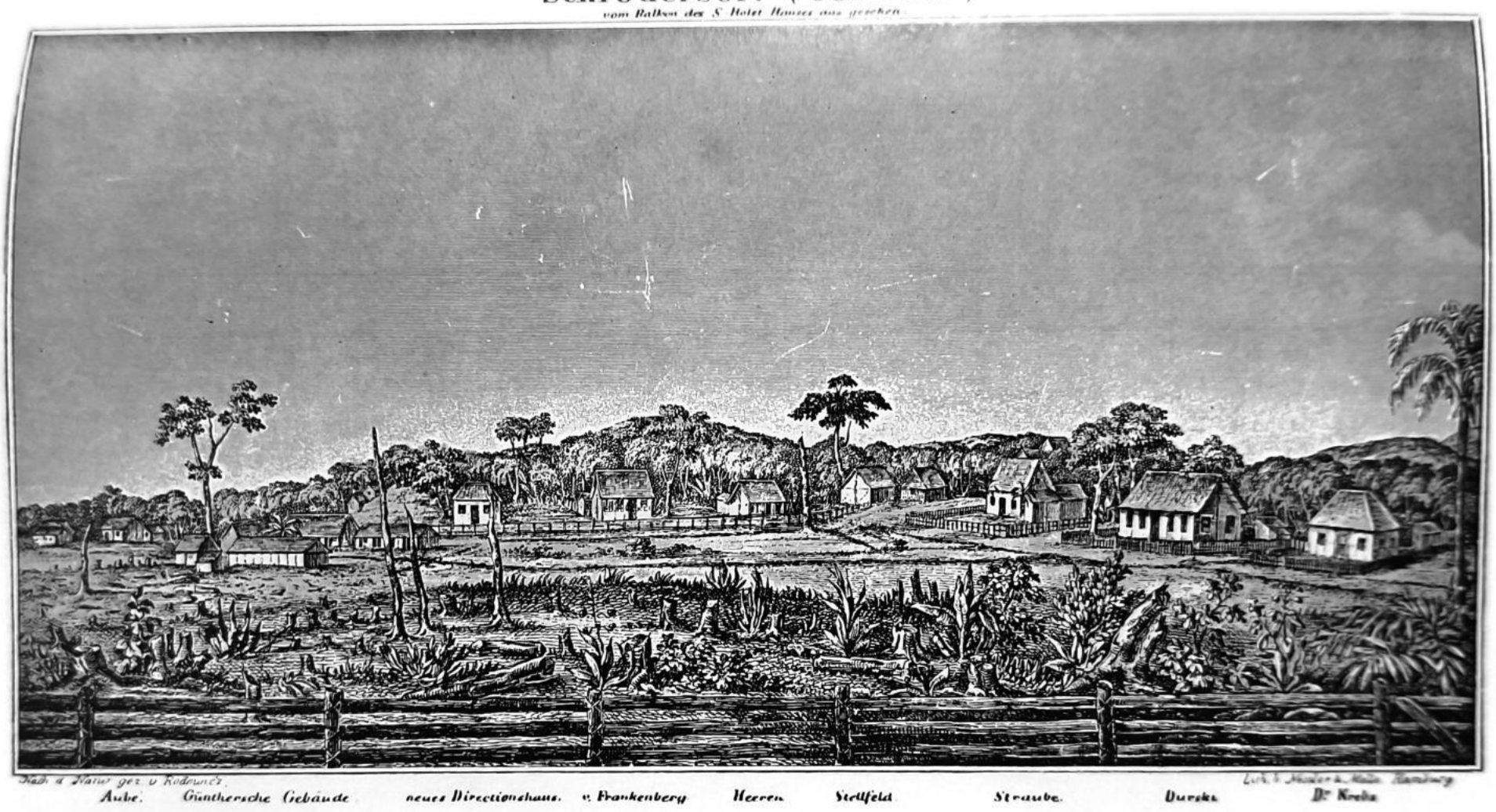
Deixou James C. Fletcher a Colônia Dona Francisca, a 22 de junho de 1855, com um sincero pesar, e depois de várias horas de duro remar em uma estreita canoa, chegou a São Francisco do Sul.

Uma das resoluções mais importantes da Direção da Colônia, em 1855, foi indiscutìvelmente, a constituição de uma organização comunal dos proprietários de imóveis na Colônia. Denominou-se essa organização primeiramente "Verein der Grundbesitzer" (Sociedade dos Proprietários), passando, a seguir, em 1856, a ser uma "Coloniegemeinde", ou Comuna da Colônia, com especial incumbên-

cia de conservar estradas, caminhos e pontes com as importâncias arrecadadas em forma de impostos.

Dividiu-se a área da Colônia em setores, e êstes, subdivididos em distritos. Cada distrito formava uma unidade autônoma e independente, ficando a responsabilidade da aplicação do dinheiro a cargo de um colono eleito pelos moradores do distrito. Os representantes dos distritos formavam uma corporação - "Vertreterschaft", ou "Procuradoria", que, por sua vez, votava o Conselho Comunal. Essa Comuna da Colônia estipulava, em suas sessões semanais, os impostos e contratava os reparos dos caminhos e das pontes, em forma de concorrências públicas. O Conselho Comunal representou o poder legislativo durante mais de 13 anos, com êxito absoluto. Sòmente em março de 1869, a "Vertreterschaft" foi dissolvida em face da Lei Provincial N.º 588, de 16 de março de 1868, que efetivou a criação da Municipalidade do têrmo de Joinville, como veremos mais tarde.

A situação financeira da Sociedade Colonizadora em Hamburgo agravou-se em fins de 1855. O Capital tinha-se esgotado nestes cinco anos, com os pagamentos adiantados de passagens para imigrantes, empréstimos aos colonos, ordenados e subvenções para funcionários da Sociedade, e importâncias consideráveis (450.000 francos ou 150 contos de réis) com a instalação da Colônia, construção de casas e ranchos, caminhos, pontes e estradas. As subvenções conseguidas do Govêrno Imperial, em conseqüência do nôvo contrato firmado a 13 de junho de 1855, ainda não estavam disponíveis. A Sociedade Colonizadora estava às portas da falência, quando recebeu auxílio financeiro de dois lados: adquiriu o Príncipe de Schoenburg-Waldenburg ações preferenciais da Sociedade hamburguesa, entrando com a importância de 300.000 francos. Conforme o § 9 dos estatutos da Sociedade Colonizadora, o Príncipe aceitou 50 morgos de terra na Colônia por ação adquirida, tornando-se desta maneira proprietário de vasto latifúndio na margem direita do Rio Piraí-Piranga. Essas terras - apesar da restrição contratual de povoá-las, dentro de 4 anos, com colonos - ficaram abandonadas durante muitos anos. Sòmente em 1898 foram adquiridas pela Sociedade Hanseática pelo preço de 3.750 marcos e mais tarde vendidas



O centro da Colônia Dona Francisca em 1852. (Rodowicz).

a Étienne Douât, que pretendia explorar o Salto do Piraí, dotando Joinville de luz elétrica.

Veio, porém, do Príncipe de Joinville, a verdadeira salvação da Sociedade Colonizadora. Reconhecendo que o progresso do seu próprio estabelecimento colonial e a exploração das vastas terras dotais dependia exclusivamente do desenvolvimento econômico da Colônia Dona Francisca, com a sua organização ligada aos próprios interêsses, resolveu o Príncipe associar-se financeiramente ao empreendimento hamburguês. Ainda como refugiado na Inglaterra, enviou o Sr. Léonce Aubé a Hamburgo e, a 23 de novembro de 1855, êste firmou nôvo contrato com os acionistas da Sociedade Colonizadora, adquirindo, sob garantia do Príncipe e em seu próprio nome, 800 ações nominais, mediante o pagamento de 100.000 táleres e a cessão de 30.000 morgos de terras dotais à Sociedade. Liquidou-se ao mesmo tempo a velha Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, sendo tranferidos o ativo e passivo à nova Sociedade fundada no ato e denominada:

Colonisations-Verein von 1849 in Hamburg".

Sob o mesmo nome de "Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburg", a firma iniciou as suas atividades com novas prespectivas. A Direção da Sociedade ficou constituída dos seguintes membros: Presidente : Senador Christian Matthias Schroeder. Membros : o filho do senador, também de nome : Chistian Matthias Schroeder, Georg Wilhelm Schroeder, Friedrich Gueltzow e Eduard Schramm. Conforme o contrato anterior, de 1849, a Sociedade enquadrou no seu patrimônio 9 léguas quadradas em vez de oito, ficando, assim, a disponibilidade de terras para a colonização aumentada para 30 milhões e 312 mil braças quadradas. Nesse nôvo contrato de 23 de novembro de 1855, que, a 24 de dezembro do mesmo ano fôra ratificado pelo Príncipe de Joinville, perante o tabelião W. Wenn, de Londres, estabeleceu-se a cessão de 5 hetares de área urbana e 500 hectares de terras rurais para o "Domaine Dona Francisca", do Príncipe de Joinville, e mais a cessão gratuita de 4 morgos para o cemitério, 8 morgos para a igreja protestante e 8 morgos para a futura escola da Colônia.

Perante o Vice-Cônsul hamburguês em Joinville, Léonce Aubé, após a sua volta da Europa, estabeleceu os itens do nôvo contrato com a Direção da Colônia, a 7 de julho de 1856, em forma de documento oficial, selado e lacrado.

O Relatório anual relativo a 1855, acusa uma redução sensível de habitantes na Colônia. Apesar da entrada de 282 novos colonos, o censo acusa sòmente 901 pessoas em dezembro, contra 1.194 no comêço do ano.

Deve-se o decréscimo da população ao fato de nesses 12 meses abandonarem a colônia mais de 280 imigrantes, que foram procurar no planalto de Curitiba um clima mais favorável e melhores condições de vida.

Os relatórios apresentados por Carl Pabst e por Emil Stein, que, independentemente, visitaram as terras férteis situadas além da faixa quente e úmida do litoral, nas altas planícies da Província do Paraná, convenceram muitos colonos, que, em seguida, se dirigiram para Curitiba e Rio Negro.

Na povoação de Joinville existiam 61 casas e mais onze em construção. Na zona rural havia 137 casas residenciais e mais 13 em construção. A população da vila era de 358 almas.

Contava a Colônia 79 cabeças de gado, 40 bezerros e 70 cavalos, além de 262 suínos e 40 ovelhas. Possuia uma área plantada de 321 morgos, com aipim; 207 morgos, com cana-de-açúcar; 176 com arroz; e 418, com pasto para o gado. A chuva excessiva não foi favorável às plantações. Existiam na Colônia 33.470 pés de café plantados.

Na sua "Falla" de 1.º de março de 1856, perante a Assembléia Legislativa da Província, o Presidente Coutinho deplora o pouco desenvolvimento das lavouras e a sensível redução do número de colonos: "Parece que a Sociedade Colonizadora não tem tido grande esmero em remetter Colonos agricolas, dos quaes quasi que exclusivamente se deveria compôr a Colonia. É por estes motivos que a lavoura ali não corresponde, nem ao tempo, nem às grandes despezas que se tem feito com a Colonia".

Essa última observação do Presidente Coutinho não corresponde à verdade histórica, pois, comprovadamente, as subvenções estipuladas no contrato firmado em 13 de junho de 1855, ainda não tinham sido pagas à Direção da Colônia, nem por parte do Govêrno Imperial, nem pela Presidência da Província.

Termina, assim, mais um ano da História de Joinville...

CAPÍTULO VII

A Administração de Léonce Aubé. 1855 - 1860.

Traço definitivo da Estrada da Serra. — Relatório de 1856. — Início das obras da Igreja Católica e Casa de Oração Protestante. — Visita do Sr. J. J. Coutinho à Colônia. — Atraso no pagamento das subvenções. — Lançamento da pedra fundamental da Igreja Protestante. — Vinda do primeiro Vigário, Padre Boegershausen. — Relatório do ano de 1857. — Início das obras da Estrada da Serra. — O Hospital de Joinville. — Fundação das Sociedades "Harmonie" e "Saengerbund". — A Sociedade Ginástica. — Visita de J. Hoermeyer e Avé-Lallemant à Colônia. — Nôvo contrato com o Govêrno Imperial, a 1.º de julho de 1859. — Conselheiro L. Pedreira de Couto Ferraz. — Renúncia de J. J. Coutinho e as conseqüências para a Colônia. — Primeiras explorações em direção ao Rio Itapocu. — Relatório de 1859.

A 23 de novembro de 1855, assumia o cargo de Diretor da Colônia Dona Francisca o Sr. Léonce Aubé. A indicação partira da própria Sociedade Colonizadora, por ocasião da presença de Aubé em Hamburgo. A administração em conjunto, de C. Hartung e C. Pabst, acabou em ciumeiras e, finalmente, em rixas, e houve, sem dúvida alguma, imprevidências a lamenetar, que provocaram certo desequilíbrio e mal-estar na Colônia.

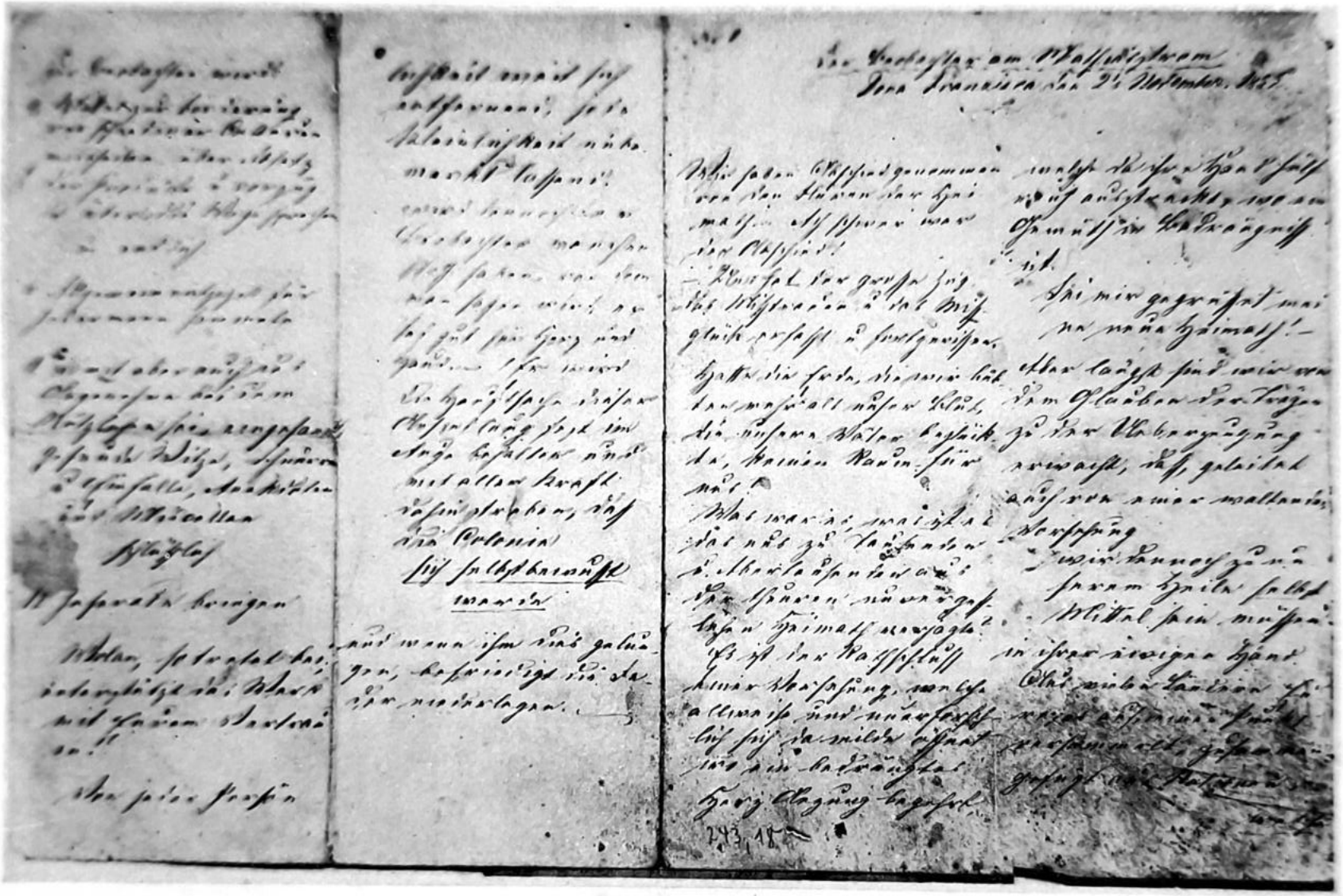
Na qualidade de membro da Direção da Sociedade em Ham-

burgo, acionista e Diretor da Colônia, Léonce Aubé chegou, via Rio de Janeiro, a Joinville no dia 10 de fevereiro de 1856.

Representava, Aubé os interêsses da Sociedade Colonizadora, como seu Diretor, os interêsses do Príncipe de Joinville, como seu bastante procurador, e, ao mesmo tempo, os interêsses do Duque Henri d'Aumale, irmão do Príncipe de Joinville. Acontece que o Duque d'Aumale, casado com Mari-Caroline de Bourbon da Sicília, contava com recursos mais avultados que o seu irmão mais velho, exilado na Inglaterra. Acreditamos na possibilidade de que os 100.000 táleres, parte do pagamento de 800 ações da Sociedade Colonizadora, adquiridos pelo Príncipe de Joinville, em nome de Léonce Aubé, provinham do Duque d'Aumale, recebendo, em compensação, uma vasta área de terras dotais ao norte do Rio Cubatão. Não encontramos documentação sôbre essa permuta realizada em fins de 1855. Entrou na história de Joinville a propriedade do Duque d'Aumale, com " Domaine Pirabeiraba", e as propriedades do Príncipe de Joinville, como "Domaine Dona Francisca".

A primeira iniciativa tomada por Aubé foi a constituição de uma nova Direção da Colônia. Já a 13 de fevereiro comunica êle ao Presidente Coutinho a sua volta da Europa e as qualificações como nôvo Diretor da Colônia, apresentando, ao mesmo tempo o Snr. Friedrich Heeren como Inspetor, o Sr. César Hartung, como tesoureiro e o Sr. A. Wunderwald como engenheiro e agrimensor. Permanece o Snr. Nagel no Rio de Janeiro como Agente da Sociedade perante a Côrte.

O Sr. Friedrich Heeren, na Colônia desde setembro de 1851, casou-se, em dezembro de 1852, com a filha mais velha do Dr. Adolph Haltenhoff (Juiz de paz em 1855), de nome Sophie Johanne. Tornou-se, assim, concunhado de Léonce Aubé, que havia casado em julho de 1852, com Anne Frederike, irmã mais nova de Sophie Johanne. Também era concunhado de Geog Adolf Otto Niemeyer, que, em julho de 1853, se casara com a outra irmã, Louise Caroline. Herren, que gozava da plena confiança de Aubé, já tinha demonstrado a sua capacidade como procurador do representante do Príncipe, durante a ausência dêste, fazendo um levantamento topográfico minucioso das terras extremamente férteis ao norte do Rio Cubatão, demarcando com o agrimensor August Wunderwald as áreas do futuro "Domaine Pirabeiraba", do Duque d'Aumale. Durante dois anos, Friedrich Hee-



Jornal manuscrito "Beobachter am Matthiasstrom" novembro de 1852.

ren administrou a "Franzoesische Colonie", com suas plantações de arroz e cana de açúcar e uma crescente população de colonos ao longo da "Picada Francesa", substituindo o primeiro administrador Hans Weber, que, por sua vez, instalara a Serraria do Príncipe às margens do Rio da Prata, desde março de 1854, no meio da natureza virgem e nas vertentes da Serra do Mar.

Começou, pois, sob os melhores auspícios, o período administrativo de Léonce Aubé. Os dois empreendimentos coloniais, agora unidos sob govêrno de uma direção central, desenvolverem-se sem rivalidade prejudicial aos interêsses recíprocos.

As novas concessões de terras estenderam os limites da Colônia, ao Norte, até as margens do Rio Cubatão, perto do local "Coroa Grande", e ao Sul, até a confluência do Rio Piraí e Rio das Àguas Vermelhas, em linha reta com o Marco N.º 10 da medição de Jerônimo Coelho, em 1846. As linhas coloniais, com seus lotes devidamente medidos e demarcados, prolongavam-se, em direção Sul, pela Sued-Strasse, Guiguer-Strasse e Paraty-Strasse, em direção Oeste pela "Lange-Strasse" ou "Estrada Comprida", Pirahy-Strasse, Kreuz-Strasse que ligava o núcleo colonial "Annaburg" com a "Picada Francesa", Kometen-Strasse e Raben-Strasse, que por sua vez ligavam a Picada de Aubé com o nôvo caminho aberto pela Direção da Colônia, em direção Norte, para atingir de Annaburg o Rio Cubatão - a "Cubatão-Strasse".

Mostrava-se Léonce Aubé cheio de entusiasmo e revestido de nova coragem, dispondo de verbas capazes de permitir que se enfrentassem as mais urgentes necessidades. Já não havia por que temer um fracasso que lhe havia perturbado a tranqüilidade nos últimos seis anos de lutas contínuas.

Conforme aviso de S. Excia o Diretor Geral das Terras Públicas, Aubé receberia a verba de 10 contos de réis para construção de uma casa de oração protestante e 15 contos de réis para uma igreja católica, ficando estipulada a remessa de um conto de réis por mês. Não se achando a Coletoria de São Francisco em condições de realizar êsses pagamentos, Aubé, em carta dirigida ao Presidente da Província, pede providências urgentes para a "Inspetoria da Thesouraria" de Sta. Catarina remeter as importâncias ao Coletor de S. Francisco.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

É interessante notar que a verba destinada à construção da igreja católica foi concedida mesmo antes da existência de um Vigário na Colônia.

Ao mesmo tempo, o Govêrno Imperial destina a importância de 8 contos de réis para melhorar as vias de comunicação na Colônia e retificar o Rio Cachoeira, cujo leito estreito e obstruído por pedras de granito e curvas violentas, impedia a comunicação fluvial para barcos maiores.

O sonho de Léonce Aubé se realiza, quando o Govêrno Imperial envia o Capitão de engenharia João de Souza Mello e Alvim para examinar o nôvo traçado da futura Estrada da Serra, subindo o vale do Rio Sêco, em direção ao planalto. Em viagem penosa, acompanhou ao Capitão Alvim o engenheiro Wunderwald na inspeção da picada aberta através o mato fechado, partindo da Serraria no dia 21 de julho e voltando sòmente quatro dias depois, ficando resolvida definitivamente a subida da Serra Geral no vale do Rio Sêco.

Umas das mais constantes preocupações do Diretor Aubé, foi a do ensino primário. Pela resolução do Govêrno Imperial, as aulas nas Colônias de principal população alemã, deveriam ser dadas nos dois idiomas. Acontece que o professor de primeiras letras, enviado pela Presidência da Província. Sr. Carlos O. Schlappal, sòmente lecionava em língua portuguêsa alegando que os seus diminutos vencimentos não lhe permitiam lecionar em duas línguas. O resultado não foi de surpreender : aulas do professor J. H. Auler, subvencionadas pela Sociedade Colonizadora (com 25$000 por mês), tiveram uma freqüência cada vez maior, enquanto que a escola do professor Schlappal acusava reduzido número de alunos.

Não se conformando com os bons conselhos dados por Aubé Carlos O. Schlappal pede exoneração do cargo de professor e, em carta de 9 de maio de 1856, o Diretor da Colônia solicita do Presidente Coutinho a indicação de outro professor, propondo, ao mesmo tempo, uma pessoa da própria Colônia : o Sr. Carlos Julius Parucker. Recomenda Aubé nessa mesma carta a criação de outra escola no núcleo colonial "Annaburg", "un petit Villagre que jeveur établier et où quelques colons commencent déjà à bâtir".

Paralelamente a estas preocupações, Aubé teve de enfrentar divergências com o membro da Direção e tesoureiro Ernest César

Hartung. Não se sabe bem o que teria havido entre os dois, mas é provável que César Hartung, como Vice-Cônsul de Hamburgo e Agente da Sociedade Colonizadora, em Joinville, com plenos poderes para efetuar a liquidação territorial da antiga Sociedade Colonizadora, em muitos pontos discordou da administração de Aubé, principalmente do seu modo inconsiderado nas prestações de contas e a sua maneira "nonchalante" em questões financeiras - que, realmente, em 1860, motivaram a exoneração de Aubé.

Em 26 de agôsto de 1856, César Hartung pediu a sua demissão de contador e tesoureiro. No mesmo dia, assumia o cargo o Sr. Ottokar Doerffel.

Desde 26 de agôsto de 1856, vemos Doerffel trabalhar com afinco e grande capacidade no setor administrativo da Colônia Dona Francisca, e, ativo e honesto, marcou êle uma era de verdadeiro impulso ascensional para a vida colonial e cultural de Joinville.

Em 28 de novembro de 1856, o Diretor da Colônia comunica em ofício ao Sr. Carl Julius Parucker o recebimento da autorização do Presidente da Província para a sua nomeação para o cargo de professor de primeiras letras, "servindo ad interim e vencendo huma gratificação de 400$000 annuaes. Para cumprir com as ordens de Sua Excia. a fim de preencher o dito lugar de primeiro Dezembro futuro em diante, V. Mce. devendo dar lições todos os dias uteis ensinando a lingua nacional nas manhãs e a lingua allemã de tarde".

A 7 de dezembro, Aubé envia o seu concunhado Friedrich Heeren a Sta. Catarina, como era chamada Destêrro na época, para trazer o dinheiro já concedido pelo Govêrno Imperial e retido por motivos inexplicáveis na tesouraria da Presidência da Província. Para a devida aprovação, Heeren leva os desenhos e a planta do futuro prédio da escola de Joinville com os respectivos orçamentos : 1:800$000 para a construção na vila e 1:500$000 para uma escola em Annaburg.

Com justo orgulho, Léonce Aubé apresenta ao Presidente da Província o Relatório do ano de 1856. Entraram no pôrto de São Francisco 4 navios, além do patacho nacional "Novo Pelles", que trouxe do Rio de Janeiro 14 imigrantes vindos pela barca "Francisca", a 6 de Janeiro de 1856.

Houve, na contagem dos imigrantes chegados durante o ano de 1856, evidentemente um engano ou êrro, pois a relação apresentada por Aubé e posteriormente pela Presidência da Província (copiada por Jacinto de Matos), acusa entrada de 556 colonos. Fazendo a comparação minuciosa do "Einwanderungs-Journal" da Direção da Colônia com os manifestos originais dos navios, existentes nos arquivos do Domínio Dona Francisca, de Joinville, apresentamos o seguinte quadro :

6 de janeiro de 1856, do Rio de Janeiro

pela "Novo Pelles"	—	14 pessoas
7 de agôsto, pela barca "Mathilde Cornelia"	—	124 pessoas
sem data, pela "Triton"	—	69 pessoas
16 de dezembro, pela "Hamburg"	—	178 pessoas
30 " " " "Alexander"	—	89 pessoas
Total de imigrantes em 1856	—	474 pessoas

Mesmo adicionados os 77 passageiros entrados a 30 de dezembro de 1855 (e que já foram relacionados no Relatório do ano anterior) ainda não dariam a quota de 556 passageiros "vindos de Hamburgo em 4 navios", como relatam os dados oficiais enviados por Aubé. Sendo o "Einwanderungs-Journal" o documento mais preciso, pois acusa, em numeração corrente, pessoa por pessoa entrada na Colônia, com indicação nominal, sòmente podemos admitir um êrro na contagem ou uma majoração proposital, para impressionar com maior número de imigrantes entrados na Colônia. Não temos elementos para confirmá-lo ou negá-lo.

Continua o Relatório do ano de 1856 com os seguintes dados :

Nasceram na Colônia 54 e morreram 41. O número total de colonos existentes era de 1428. Abandonaram a Colônia 42 pessoas. Existiam 68 casas na vila e 147 na zona rural. As instalações industriais estavam representadas por 30 engenhos de mandioca, 4 ditos de arroz e 9 ditos de cana de açúcar, uns movidos "por força d'agua outros por animais ou por homens e um está de vapor".

E finaliza Aubé o seu Relatório com as seguintes observações : "A maior parte dos Colonos entende agora que é para a agricultura que elles devem tornar as suas forças para augmentar as derruba-

das e as plantações cada dia de maneira que a produção não tardará a exceder as necessidades."

Em princípios de 1857, seriam iniciados os trabalhos da igreja católica, da casa de oração protestante, e duas casas residenciais para os ministros das duas confissões e as obras da ratificação do Rio Cachoeira.

Continuando o engenheiro e agrimensor August Wunderwald na tarefa da demarcação e medição de lotes coloniais e ficando, às vêzes, ausente da Colônia por semanas, quando nas suas expedições, explorando traços de novas estradas e caminhos de comunicação, a Direção da Colônia empregou o arquiteto e engenheiro Albert Kroehne na fiscalização das obras e desenhos das respectivas plantas.

O dia 24 de novembro de 1856 foi significativo para o início das obras, pois, nessa data, a Direção da Colônia assinalou e rubricou as primeiras fôlhas de pagamento dos trabalhadores. Léonce Aubé tinha recebido nessa mesma data a comunicação do Presidente Coutinho: "Não se achando habilitada a Collectoria da Cidade de S. Francisco para lhe entregar as ditas quantias, faz necessário que V. S. venha ou mande Procurador na Thesouraria desta Capital".

Voltou o Sr. Friedrich Heeren nos primeiros dias de janeiro, com as verbas recebidas. Gastou na sua viagem a importância de 11$857, sendo esta a primeira despesa marcada para as obras, além de 280$000 lançados em conta corrente a título de "aquisição do terreno" para a igreja católica.

Em janeiro de 1857, começou o nivelamento do terreno no alto da Rua da Olaria, hoje Rua do Príncipe. Os trabalhadores percebiam um ordenado de 800 réis por dia de serviço. Mais tarde, e com operários mais qualificados, os vencimentos aumentaram para 1$200 e 1$500, sendo o mestre de obra o Sr. Engelberger.

A 17 de janeiro, iniciaram-se as obras da casa de oração protestante, com outra turma de trabalhadores. Simultâneamente foram construídas as duas residências dos "padres", apesar de até àquela data ainda não haver Cura católico na Colônia, achando-se a igreja provisória instalada no antigo rancho do caminho da Olaria (hoje Rua do Príncipe), construído em 1852, pela Sociedade Colonizadora

para abrigo dos imigrantes recém-chegados, e então transformado em Capela.

Como responsável das obras e também dos serviços da desobstrução do Rio Cachoeira, figurava o Arquiteto A. Kroehne, com vencimentos mensais de 30$000 para cada obra.

Durante o ano de 1857 até dezembro de 1858 os trabalhos continuavam em ritmo acelerado. Conforme o material empregado e assinalado no livro Caixa da Direção, vê-se o andamento das obras. Em agôsto de 1858, o milheiro de tijolos custava 20$000, 8 dúzias de tábuas de canela preta, à razão de 60$000, um moio de cal (1 moio = 60 alqueires) 13$200, e no fim do ano o arquiteto aumentou os seus próprios subsídios para 50$000 por mês.

Interromperam-se as obras da igreja católica, em dezembro de 1858, e da casa de oração, já antes, em julho do mesmo ano, por "falta de verba".

O dia 8 de fevereiro de 1857 foi data marcante na história da Colônia, com a visita do Exmo. Sr. Presidente da Província, João José Coutinho.

Em companhia do Capitão Alvim e do deputado Sr. Caldeira e do comandante da corveta que os trouxe do Destêrro, Sua Excelência chegou às 9 horas de manhã, desembarcando em seguida no nôvo trapiche do pôrto, tomando residência na casa do Sr. Aubé. A visita do Presidente representou um acontecimento sensacional para os moradores de Joinville. Logo depois do almôço, S. Excia. visitou as instalações agrícolas do Sr. Bernard Poschaan Jnr. na "Estrada do Meio", sendo cumprimentado cordialmente pela população.

Ao escurecer, formou-se sob a direção do Sr. G. A. Otto Niemeyer, Presidente da "Associação dos Proprietários", um cortejo luminoso, com tochas, em homenagem ao ilustre visitante. Lá estavam entre os manifestantes os representantes das Sociedades, a banda de música, que já criara fama, não só em Joinville como em São Francisco, onde veio a tocar por diversas vêzes, por ocasião de festejos; a "Sociedade de Canto Helvetia", fundada uns meses antes (a 3 de agôsto de 1856), e uma massa popular nunca vista em Joinville. Falou em seguida, em nome da Colônia, o Sr. Otto Niemeyer. O Pre-

sidente Coutinho, comovido ante uma demonstração tão expressiva, agradeceu, terminando por erguer vivas ao Brasil e à Colônia. A banda de música então tocou o Hino Nacional e a manifestação dissolveu-se altas horas da noite.

No dia seguinte, o Presidente visitou a nova instalação colonial de Annaburg. Apreciando de longe, nas vertentes da serra azulada, a cascata do Piraí, S. Excia. imediatamente ofereceu à Direção da Colônia uma verba suplementar de 100$000, para mandar abrir uma picada através da mata virgem, em direção a essa maravilha da natureza. Na sua volta, o Presidente visitou a nova olaria e fábrica de artefatos de barro do Sr. Ottokar Doerffel, assistindo em seguida, até altas horas da madrugada, ao baile no "Salão Ravache". Após novos cânticos, pelos membros do côro masculino, o Presidente Coutinho despediu-se às três horas de manhã, sendo acompanhado por grande massa popular ao lugar de embarque no pôrto, onde, após a sua partida com o Diretor Aubé, que acompanhou Sua Excelência até S. Francisco, deixou em todos a grata impressão de haverem cumprido um dever de gratidão ao respeitável Presidente da Província, que sempre demonstrara o seu alto espírito e sua benevolência para com a Colônia.

Na sua "Falla", o Presidente Coutinho refere-se a essa visita e nos conta as suas impressões :

> "No dia 6 de fevereiro proximo findo, sahi desta Capital para São Francisco, ahi cheguei na tarde de 7, e correndo nessa tarde a cidade, visitando edificios publicos e escolas, segui na manhã do dia 8 para a Colônia Dona Francisca, onde cheguei depois das 9 horas. Na tarde desse dia e no dia seguinte, occupei-me em correr todas as estradas, observando os serviços e plantações dos colonos, e visitando os principais estabelecimentos agricolas. Os colonos mostrarão-se muito reconhecidos à visita.
> "Notei bastante civilisação, harmonia entre si, muito amor ao trabalho, e satisfação de ahi estarem. Fiquei muito satisfeito, e muito convencido estou, que, continuando o Governo a protegê-la, não levará muito que não principie ella a pagar as despezas com a exportação dos seus productos e a nos fazer ver a superioridade dos trabalhadores livres. Encontrei as estradas bem conservadas, e algumas pontes que faltão, já se principiavão a construir. As plantações, que se avistão todas das estra-

das, estavão limpas e viçosas e promettião boas colheitas; os cafés não differem dos que vi na provincia do Rio de Janeiro. Conquanto tenha a colonia duas olarias, ainda são quasi todas as casas cobertas de palha, ou de taboados, e por isso mais sujeitas aos incendios; um deu-se na de um lavrador no dia 8 em que ali estive.

"Verificou-se a possibilidade de construir-se sem grande dispendio uma estrada para carros a Coritiba, transpondo-se a Serra com declive nunca maior de 1:15. Esse negocio está affecto ao Governo Imperial; se elle como é muito de esperar, decidir-se a ordenar a abertura dessa estrada de grandes convenientes para as duas províncias, não estará longe o tempo de vermos frequentar o porto de S. Francisco o triplo ou mais dos navios que ora ali navegão."

Em carta de 21 de abril de 1857, Léonce manifesta a sua gratidão pelo recebimento de nôvo crédito de 1:800$000 para a construção da escola em Joinville, e o aviso do consentimento da verba de 15:000$000 para a construção da igreja católica pelo Govêrno: "Tive grande prazer em ler a Falla de Vossa Excia na Assembléia Provincial, de ver os testemunho da sua satisfacção na visita que dignou-se nos fazer e tenho a esperança de nos ficarem sempre dignos do interesse e da benevolência de V. Excia.

"Pelo que respeito ao dinheiro, não temos outra esperança que pelo que nos mandara do Desterro, porque procurei dinheiro na casa do Collector das Rendas de S. Francisco, mas elle me respondeu que não tinha nada, e que para os 3 Contos de que fallava V. Excia, elle não poderia talvez ajuntar tanto dinheiro em mais seis ou oito mezes !"

E, em outra carta de 9 de maio : "Infelizmente não posso continuar as obras para acabar os cortes do Rio Cachoeira e estou nas obrigações de parar os trabalhos por falta de dinheiro porque o administrador das rendas de S. Francisco não pode me dar senão quantias insignificantes".

Em verdade, os pagamentos das verbas concedidas pelo Govêrno Imperial e transferidas para a Tesouraria Provincial de Sta Catari-

§ 9. Dieser Contract soll in gehöriger Form in drei gleichlautenden Exemplaren ausgefertigt u. von dem Herrn Spanischen u. Portugiesischen Consul in Hamburg legalisirt werden.

Vorgelesen Hamburg den 14. May 1852.
und Herblingen den 1st May 1852.

Namens der Gemeinde Herblingen:
Der Präsident:

M. Pfister.

Der Gemeindsschreiber:
J. Pfister.

Vor die Aechtheit obigen Unterschriften des Präsidenten Pfister
Schaffhausen den 6 Mai 1852.

Der Bürgermeister
pro.
J. J. Hablützel, Sekr.

Ehrenfeste wohlweise hochgelahrte hochgeachtete Herren Bürgermeister und Rath der Stadt Schaffhausen.

Hochgebietende Herren!

Ihr hochobrigkeitliches Schreiben vom 6ten dieses Monats, worin Sie uns ersuchen, die Unterschrift des Präsidenten der Gemeinde Herblingen, Herrn Pfister, zu bestätigen, haben wir erhalten, und ersehen daraus, daß Sie dieses Ansuchen machen, weil Sie mit dem Herrn Pfister in keiner Correspondenz stehen.

Wir bestätigen hiermit, daß die Unterschrift des Herrn Pfister, Präsident der Gemeinde Herblingen, richtig ist.

Wir benutzen diese Gelegenheit, Ihnen unsere Hochachtung zu bezeugen.

Ihre gehorsamsten
Chr. Matth. Schröder & Jt.

Schramm

G. M. Schröder

H. Güntzel

Der Consul der Schweizerischen Eidsgenossenschaft
bescheinigt die Richtigkeit der Unterschrift des vorstehenden Notabeln.
Hamburg, 15. May 1852.

Der Consul
Joh. Jak. Bruch

Contrato entre a Sociedade Colonizadora em Hamburgo e o burgomestre de Herblingen - Suíça em maio de 1852.

na, a fim serem pagas à Colônia, atrasaram-se por meses, devido à incapacidade da Coletoria de S. Francisco em fornecer o dinheiro. Muitas vêzes Léonce Aubé foi obrigado a lançar mão, para empregar no pagamento das diárias, dos subsídios e da alimentação dos colonos recém-chegados, dos dinheiros da Sociedade Colonizadora destinados a outras finalidades.

Não foram as dificuldades acima relatadas as únicas que teve Aubé de enfrentar na sua vida de colonizador. Havia algumas calamidades com o Juiz de Paz, Sr. Haltenhoff, que obrigava os colonos e moradores de Joinville a chegarem às audiências, marcadas na sua própria residência, na Colônia Francesa, a 20 minutos do centro da vila. Em caso de não comparecimento, por qualquer motivo, aplicava êle multas pesadas, como aconteceu ao Sr. César Hartung, que foi intimado a pagar 5$130 dentro de 24 horas. Hartung então apelou para o Govêrno Provincial, pedindo socorro e justiça. Em ofício dirigido ao Diretor da Colônia, o Presidente solicita esclarecimentos.

Outro problema surgiu com a construção da Casa de Detenção. Escolheu o Sub-Delegado Ulrichsen um terreno no meio da vila, e justamente pegado ao nôvo rancho de recepção de imigrantes. Além destas inconveniências, o lugar escolhido na Rua do Meio (hoje Rua XV de Novembro), "é o ponto mais baixo e o terreno tão molle que antes de principiar os fundamentos precisará bater tanchões e que a obra custará talvez duas vezes mais que em lugar mais alto como por exemplo perto da Casa de Oração Protestante, aonde o solo he tão duro que para a dita casa as fundações alcanção apenas dois pés e meio..."

Queixa-se Aubé então do Sub-Delegado, que nem respondia às suas indicações: "ainda desde tempo elle tornou-se inimigo da Direção da Colonia e se nega de fazer justiça e mesmo de tomar uma consideração."

A 1.º de junho de 1857, dia de feriado e festa do Espírito Santo, programara-se uma festividade significativa para a Colônia e principalmente para os fiéis da confissão evangélica: o lançamento da pedra fundamental da casa de oração protestante. Já dias antes, o Pastor Georg Hoelzel redigira um programa para os festejos e um

convite para a preeminência da Colônia Dona Francisca. Êsse "Programm", escrito à mão e assinado pelos Snrs. Pastor Hoelzel, G. A Otto Niemeyer, Jacob Richlin e Heinrich Lepper, representantes da Comunidade Evangélica e membros da comissão dos festejos, estabelecia minuciosamente todos os detalhes da solenidade do lançamento da pedra fundamental, convidando os colonos, sejam êles evangélicos, católicos ou de outro credo, para se reunirem ás 10 horas da manhã do dia 1.º de junho no terreno da futura igreja evangélica.

Formou-se então um préstito, primeiro os escolares, meninas e rapazes com seus professores, em seguida a Banda de Música e os membros do côro masculino, depois o Sr. Pastor Hoelzel e a Diretoria da Colônia com os convidados de Honra e no fim do cortejo vinham os colonos e demais moradores da vila. Sòmente os homens tomaram parte no préstito, pois as mulheres e senhoras já occupavam os bancos que a comissão dos festejos mandara colocar defronte à obra.

Chegados ao local da festa, os diversos grupos postaram-se nos lugares designados. Iniciaram-se as festividades com um canto do côro acompanhados pela Comunidade em geral. Depois falou, em nome da direção da Colônia, o Sr. Ottokar Doerffel, historiando em breves palavras as dificuldades havidas nos primeiros anos da colonização, expressando a sua satisfação de ver solucionado, desde a chegada do Sr. Pastor Evangélico, o problema mais cruciante da Colônia, por falta de assistência religiosa. Em seguida, passa o Sr. Doerffel a aludir aos convidados de honra, especialmente ao Snr. João de Sousa Melo e Alvim, Engenheiro nomeado pelo Presidente João José Coutinho para representá-lo nas festividades e recentemente promovido de Capitão a Major.

Formando um grande círculo, teve início a solenidade, com a oração do Sr. Pastor Hoelzel, que terminou rogando a bênção de Deus sôbre o Imperador do Brasil e sôbre tôdas as pessoas que haviam colaborado para que se tornasse realidade a construção do templo. Abençoou o Revmo. Pastor em seguida a colher de pedreiro e o martelo que o arquiteto A. Kroehne lhe apresentava sôbre uma almofada.

Entregues as ferramentas ao Diretor da Colônia, Léonce Aubé proferiu algumas palavras adequadas, pedindo ao representante do Presidente Coutinho procedesse à cerimônia das três martela-

das na pedra de granito, que estava sendo preparada para receber uma cápsula de zinco contendo os documentos préviamente preparados e mais um relatório das solenidades da festa do lançamento da pedra fundamental.

Conforme o documento original encontrado nessa urna, o Sr. Major João de Sousa Melo e Alvim assim se manifestou :

"Senhores da Colonia Dona Francisca !
Honrado com a auctorização do Exmo. Sr. Presidente da Província para represental-o em tão solemne acto, pela impossibilidade de vir em pessôa accedendo assim ao vosso convite, hé o meu primeiro dever agradever-vos em seu nome, a prova assás significativa que destes de vossa delicada attenção e respeito à primeira auctoridade da Provincia cuja solicitude pelos interesses deste estabelecimento colonial soubestes galardoar com tão distincto testemunho de reconhecimento.

"Senhores: As obras que tem por origem um pensamento divino jamais perecem aos golpes destruidores do tempo, ellas enfrentam sempre as vicissitudes terrestres, porque suas bases são eternas. A religião do Crucificado, essa religião sublime cujos accentos só exprimem paz e conciliação, produzindo preciosos fructos de caridade, vai contar mais um templo em que centenares de fiéis pressurosos dirigirão seus votos ao Creador em prol da afflicta humanidade. Hé mais um passo na carreira prodigiosa da civilização e do progresso, hé mais um vinculo que vos deve unir a todos convergindo os vossos pensamentos no sentido de trabalhar incessantemente afim de que nesta florescente Colonia reine constante a harmonia e a felicidade, assegurando-lhe de tal sorte o magnifico fucturo que lhe promette as vigorosas raizes em que se estriba.

"Senhores: Se me hé permittido em circunstancia tão solemne falar minha individualidade tão obscura, eu o farei assegurando-vos que minha satisfação pelo desenvolvimento rapido deste estabelecimento aonde tenho amigos e a que voto a maior sympathia, hé indizivel. Eu vejo com prazer nos fundamentos em obra dos sanctuarios Catholico e Protestante a dacta precisa em que o historiador deve começar a epocha lisongeira da estabilidade e do fucturo da Colonia D. Francisca. Tenho dicto !"

Terminada a cerimônia e após mais um canto religioso, os presentes assinaram uma Lista de Presença dos convidados de honra e dos membros da Direção da Colônia. Encontramos no documento as assinaturas de: Moritz Hans Heinrich Lepper; Conrad Bernhard Heinrich Anthony; David Heinrich Carl Guenther; David Jacob Ritzmann; Johann Jacob Richlin; Bernhard J. Poschaan Junior; Carl Lange; Fr. Schumacher; A. Ravache; Bartolomeus Schmidly; Carl Julius Parucker; Alberto Kroehne; Léonce Aubé; Friedrich Heeren; August Wunderwald; Ulrich Ulrichsen; Bernhard Bemba; Rudolf Zinneck; J. Tobler; G. A. Otto Niemeyer; João de Sousa Mello Alvim; von Frankenberg.

Esta era a preeminência da Colônia Dona Francisca, faltando apenas a assinatura de Ottokar Doerffel, que redigiu as palavras iniciais do documento, aplicando no final um carimbo com tinta verde: "Die Direction der Colonie Dona Francisca".

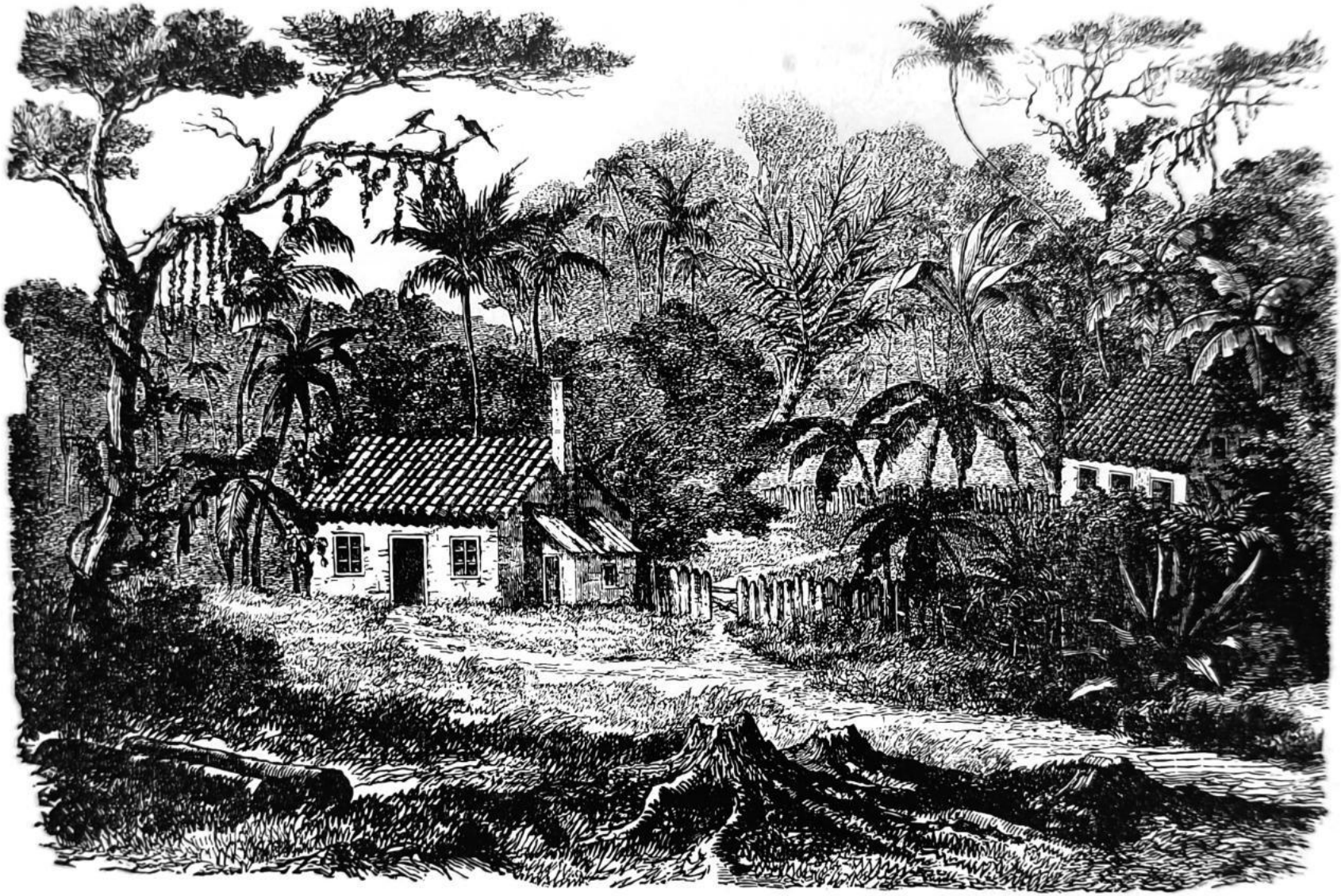
Passados mais de 103 anos, e por ocasião das reformas substanciais da igreja, foi achada e aberta a urna que continha os papéis referentes à festividade do lançamento da pedra fundamental em 1857, além de uma planta da povoação de Joinville e dos arredores com indicação dos nomes dos proprietários, um extrato da "Falla" do Presidente da Província, de 1857, um memorial redigido pela "Associação dos Proprietários", dois jornais da época com referências à Colônia, os discursos de Aubé e Major Melo Alvim e a prédica do Pastor Hoelzel, além do "Programm" e a "lista de presença" dos convidados.

Por ocasião do primeiro culto após a reforma, os velhos documentos foram recolocados nos fundamentos da igreja protestante, substituindo-se apenas a urna de zinco, já em adiantado estado de oxidação, por outra de igual tamanho, feita de aço inoxidável.

A 26 de dezembro de 1857, na revista alemã "Illustrierte Zeitung", apareceu uma "reportagem" com noticiário sôbre o acontecimento, acompanhado de lindíssima ilustração em xilogravura, que apresentamos em reprodução. (1)

Veio a 9 de novembro de 1857 o primeiro Vigário da Colônia,

(1) Leipziger Illustrierte Zeitung (Landesbibliothek Wiesbaden - Alemanha).



Colonisten-Wohnungen auf Dona Francisca.

As primeiras casas de colonos na Colônia Dona Francisca 1857.
Xilogravura de Kretschmer.

contratado pela Sociedade Colonizadora. Carlos Boegershausen nasceu na Alemanha, em Duderstadt-Hannover, a 16 de agôsto de 1833, econtrando-se no Seminário de Hildesheim, quando designado para vigário em além-mar. Chegou o "Seminarpriester" a bordo do veleiro "Lucie-Caroline", viajando em companhia do seu irmão Franz Boegershausen, Carl Boehm, August Urban, o médico Wigand Engelke e mais 53 outros imigrantes.

Encontrou o Padre Boegershausen, em Joinville, apenas os fundamentos da igreja católica, no alto do morro da "Ziegeleistrasse" ou Rua da Olaria, como era chamada a hoje Rua do Príncipe. Trabalhava-se simultâneamente nos templos das duas confissões, achando-se a casa de oração protestante já com a pedra fundamental assentada em comovente solenidade em julho do mesmo ano.

Encontrou o sacerdote católico, porém, pronta a sua residência. Iniciadas as duas obras residenciais em julho de 1857, a casa do pároco já estava terminada em fins de setembro, custando aos cofres provinciais a importância de 1:623$000 e a casa do pastor evangélico, terminada em janeiro de 1858, importava em 1:212$000.

Com a presença do sacerdote católico na Colônia lançou-se oficialmente a pedra fundamental da igreja católica, a 2 de dezembro de 1857.

Infelizmente não existem os mesmos documentos com relatos minuciosos dos festejos, como os encontrados nos fundamentos da igreja protestante. Apesar das advertências dadas aos trabalhadores, não foram encontrados vestígios de urna de documentos, por ocasião da demolição do velho prédio, que durante tantos anos serviu como igreja e catedral a Joinville.

Existem apenas as relações de despesas e contas de materiais adquiridos durante a construção, e um comprovante sôbre a importância de 83$020 para : "Ausgaben bei der Grundsteinlegung" (despesas por ocasião do lançamento da pedra fundamental), datado e anotado na segunda semana do mês de dezembro de 1857.

Um extrato de Conta-Corrente, enviado à Presidência da Província em dezembro de 1858, acusa um saldo em caixa de 123$900. Entre as despesas consta uma bacia de pedra da pia por 7$000 e "Um confessionário", pelo preço de 65$000. É de notar que o "Padre Carlos", como era chamado por todos, foi o primeiro e único Vigário ca-

tólico nesta paróquia durante 37 anos, repartindo a sua atividade entre os deveres sacerdotais e os de professor de primeiras letras.

Nesse ano de 1857, chegaram quatro navios de Hamburgo, trazendo 335 imigrantes. Segue a relação e a respectiva data :

Veleiro "Canton" no dia 14 de julho, com 110 passageiros;
Veleiro "Trindent" no dia 1.º de setembro, com 86 passageiros
Veleiro "Lucie-Caroline", no dia 9 de novembro com 58 passageiros;
Veleiro "Amazone", no dia 25 de novembro, com 84 passageiros.

O "Relatório para o ano de 1857", apresentado por Friedrich Heeren à Presidência da Província, é documento fidedigno do estado dos trabalhos públicos em dezembro do mesmo ano. Transcrevemos parte do documento, conservando a forma original :

"Graças às Subvenções do Govêrno Imperial as obras publicas muito se adiantarão. Por meio dos quatro Contos de réis concedidos os caminhos e as estradas se tem melhorado muito e 2000 braças de caminhos tem sido feitos praticaveis para carros.
"Tendo sido porém a subvenção do Governo não sufficiente para o dito fim, a Direção da Colonia e os colonos contribuiram com 600$000 Rs.

"Da Direção fizerão-se novas estradas na extenção de 5200 braças, em que dispendiou a somma de 6 Contos de Reis. A extenção total de todas as estradas na Colonia hoje é de 21.800 braças ou 7 legoas e 800 braças.

"A canalização do Rio Cachoeira é acabada. Tem sido feitos 3 novos canaes com 238 braças e 5 braças de largura e hua profundidade de 13 palmos. Fizerão-se no rio 6 barreiras de pao e com a terra que se tomou da escavação dos canaes, tem sido applanada nas margens do rio uma area de 700 braças quadradas. Despenderão-se nesta obra 4:000$000 Rs. Na margem do rio a Direção mandou construir um trapiche e no meio da dita area hum abrigo para depositar a bagagem dos colonos recem chegados e despendeo-se nesta obra 600$000 Rs.

"A caza de residencia do parocho Catholico é também acabada e fica já habitada pelo Padre. Ella tem um comprimento de 58 palmos e huma largura de 32 palmos com caza lateral contando 2320 palmos quadradas. Ella está construida de madeira com paredes de ripas e barro, contem 7 camaras e está coberta de telhas e assoalhada. Despendeo-se nesta obra 1:623$580 Rs.

"A caza de escola em Annaburg é também acabada. Tem 49 x 30 palmos com caza lateral de residencia com 4 camaras (Quartos).

"A caza de escola primaria na povoação de Joinville se esta construindo e esta acabada com a terça parte. A caza tem 66x36 palmos com caza lateral de 8 camaras e construido de madeira com as paredes de ripas e barro com telhado de telhas e assoalhado.

"A caza do parocho Protestante está se construindo e está acabada na metade. Na caza de oração Protestante estão acabados 25.944 palmos cubicos das muralhas de pedra. Até agora gastarão-se nas muralhas 21 moios e 25 Alqueires de Cal e 8085 palmos cubicos de areia e 5780 palmos cubicos de barro e despenderão-se na obra 7:899$255 Rs.

"Na Igreja Catholica estão acabadas 39.944 palmos cubicos de muralha. Até agora gastarão-se 23 moios de Cal. Existem 15 duzias de taboados e planchões. Também foram gastos 233$000 de polvora na pedreira. Já despenderão-se 7.776$380 Rs.

"Assim o total das despezas para as obras publicas é de ..... 28:782$045 Rs.

"Estas são as informações, que apresentamos à V.Excia, e que V. Excia digne-se receber nas mãos, avaliando, qual era no anno passado o progresso desta Colonia e em quanto a Direção, construindo as obras publicas mandadas, merecia a confiança honorifica do Governo Imperial.

Deos Guarde a V. Excia. Joinville, aos 2 de janeiro de 1858

A Direccção da Colonia D. Francisca.

p. p. L. Aubé, F. Heeren."

Contava a Colônia 1700 habitantes, sendo 213 católicos e 1484 evangélicos. Na vila existiam 87 casas e na zona Rural mais 233 ha-

bitações. Nasceram, em 1857, 56 crianças e faleceram 58 pessoas. Retiraram-se da Colônia 61. Finaliza Friedrich Heeren o Relatório com a seguinte petição :

"O mais e mais crescente numero de colonos naturalizados ja faz desejavel que a povoação de Joinville seja elevada à Villa, e teria a Colonia bastante escolha para escolher os vereadores da Camara Municipal, o Delegado etc. como tambem os rendimentos municipais chegarião para pagar os diversos empregados. Esta medida daria por certo muito desenvolvimento a Colonia."

A 7 de dezembro, os "Representantes dos Proprietários da Colonia" dirigiram um ofício ao Presidente da Província, pedindo que a povoação fôsse elevada à categoria de vila, considerando o número de 120 colonos naturalizados para formar uma Câmara Municipal local. Assinaram a petição os Snrs. O. Doerffel, v. d. Osten, Ravache, Tiemann, Gelbcke, Poschaan, Poschaan junior, Pabst, Haltenhoff, Heeren, Frankenberg, Lepper Anthony, Niemeyer, Guenther, Parucker e Schuhmacher.

Nesses últimos dias do ano de 1857, Léonce Aubé foi chamado urgentemente ao Rio de Janeiro pelo "Conselheiro Director Geral das Terras Publicas", Sr. Manoel Felizardo de Souza Melo. Na sua volta da Côrte, estêve em audiência com o Presidente Coutinho, chegando à Colônia nos primeiros dias de março de 1858. Ficou assentada e contratada uma das maiores obras da Colônia Dona Francisca : a construção da "Estrada da Serra" ou "Estrada Dona Francisca", como foi chamada mais tarde, ligando o litoral do Município de São Francisco com o planalto de Curitiba.

Sôbre essa obra, importantíssima para a Colônia, existem dados precisos e detalhados. O Sr. Léonce Aubé, na sua qualidade de Diretor da Colônia, assumiu a administração dos trabalhos, recebendo uma "gratificação" de 200$000 por mês. Iniciaram-se os trabalhos no dia 29 de março de 1858.

Por ofício da Repartição Geral das Terras Públicas, assinado por Manoel Felizardo de Souza Melo, no Rio de Janeiro, a 13 de março, foram enviadas à Colônia as "Instrucções para serem observadas na construção da estrada, que da povoação de Joinville deve conduzir ao alto da Serra Geral pelo Valle do Rio Secco :

"1.º A estrada terá 30 palmos de largura, contados entre as arestas das valetas lateraes.

2.º As valletas serão abertas de ambos os lados da estrada, sendo em planície e em morros sòmente do lado de cima destes e terão 5 palmos de largura e 3 ditos de profundidade".... e assim por diante. Em 17 pontos e itens segue uma discriminação minuciosa dos trabalhos técnicos da estrada. A última cláusula exige que "o Director dos trabalhos dará mensalmente parte do andamento da obra e das quantias despendidas."

Teve início assim uma obra monumental, que durante mais de meio século preocuparia a Direção da Colônia, pelos seus obstáculos naturais, vencendo em serpentinas apertadas as encostas da Serra do Mar e pelos obstáculos criados pela irregularidade da distribuição de verbas e dinheiros públicos para a sua construção. Tratando-se anteriormente de uma iniciativa puramente particular, passou a ser então um empreendimento do Govêrno Imperial, ficando a organização técnica e financeira a cargo do Ministério da Agricultura, na Côrte.

O primeiro relatório mensal enviado por Léonce Aubé à Côrte, referente aos trabalhos de 29 de março a 1.º de maio de 1858, acusa 1.090 "Jornaes", que darão, em 25 dias de trabalho efetivo, a quantidade de 40 trabalhadores na obra. Essa primeira prestação de contas da estrada Dona Francisca é digna de ser transcrita :

"Despesas feitas da Direcção da Colonia D. Francisca para a construcção da Estrada da Serra de 29 de Março até 1.º de Maio de 1858.

Jornaes	57 1/2	á	500	Rs			
ditos	81 1/2	á	640	Rs			
ditos	84 1/2	á	800	Rs			
ditos	839 3/4	á	900	Rs			
ditos	21	á	1280	Rs			
ditos	6	á	1500	Rs	Total	Rs	940$465
Trabalhos para o traço da estrada						Rs	90$495
Para buscar e trocar dinheiro á S. Francisco						Rs	32$680
Gratificação ao Director Aubé						Rs	200$000
					Sa.	Rs	1:263$640

Colonia Dona Francisca, Joinville aos 6 de maio de 1858".

Nesse mesmo ano de 1858, em março, o Sub-Delegado da povoação Sr. Ulrich Ulrichsen, pediu a sua exoneração, sendo substituído pelo Sr. Georg Adolph Otto Niemeyer, que em carta de 7 de abril manifesta a sua gratidão pela "confiança que V. Excia teve em mim me nomeando de Subdelegado dessa Colonia". Entra novamente em discussão a escolha do local para a futura construção da Cadeia. Léonce Aubé, intimado pelo Presidente Coutinho, oferece "gratuitamente" um terreno "na praça da Igreja Catholica, que ainda é disponível". O nôvo Sub-delegado Otto Niemeyer assim se manifesta em ofício dirigido ao Presidente :

"Talvez se a casa em questão ficasse só destinada para Casa de Detenção, se pudia dizer que a situação fosse demasiada bonita e a sua visinhança com a Igreja Catholica não muito conveniente. Outra cousa seria, se o principal fim da casa à construir fosse para servir para Camara Municipal."

A questão do local apropriado para a Cadeia ainda se arrastou por muito tempo.

Para o pagamento das férias semanais dos trabalhadores da "Serrastrasse", Léonce Aubé encontrou sérias dificuldades devido à falta de moedas divisionárias. Em carta de 7 de maio, manifesta o seu desagrado pelo assunto : "Devo observar à V. Excia que por falta de dinheiro miudo, custa muito trocar notas de 50 e de 100 mil réis e que he inteiramente ! ! (sublinhado e com exclamações no original) impossível de trocar as notas de 500 mil réis mandadas por V. Excia. Por isso estava a cada instante na obrigação de ir, ou mandar à Cidade de S. Francisco e he com muita difficuldade que se pode trocar uma nota em cada viagem".

Surgiu outro problema mais grave ainda. Novas levas de colonos entravam, trazendo para a Colônia a soma das suas necessidades imediatas. A 13 de janeiro, aportava o "Emma" com 241 imigrantes; em 27 de junho o veleiro "Wiedemann" desembarcava 107 passageiros; e a 27 de setembro naufragava espetacularmente a barca "Francisca", na entrada da barra de S. Francisco, encalhando no banco de areia do Sumidouro, e perdendo-se tôda a carga e bagagem dos imigrantes. Vieram com êsse navio mais 49 pessoas, morrendo afogados dois passageiros e o carpinteiro da barca sinistrada.

Em fins de julho, chegavam à Colônia 143 colonos enviados pelo Govêrno Imperial do Rio de Janeiro, com ordens dadas pelo Ministro da Agricultura para alojamento e instalação dos ditos colonos na Colônia Dona Francisca.

Não existem dados oficiais sôbre a leva dêsses imigrantes, vindos da Bélgica, nem lista de nomes ou informações de seu destino. Aubé, em sua carta de 2 de agôsto, relata: "Vieram do Rio de Janeiro 143 colonos mandados pelo Govêrno Imperial e recebí um officio do Exmo. Snr .Ministro do Imperio me dando ordem de administrar aos ditos colonos os alimentos necessarios e lhes proporcionar o trabalho para a sua subsistência, o Governo devendo pagar as ditas despezas. Esses colonos chegarão aqui no estado mais triste de miséria tendo apenas camisas sobre o corpo, sem ferramentas para trabalhar, sem panellas para preparar sua comida e sem um vintem para comprar o necessário.

"Como não tenho outro dinheiro senão aquelle de V. Excia para os fins determinados, eu fui obrigado de servir-me d'este dinheiro, ja que não posso receber nada do Collector de S. Francisco por elle não ter dinheiro de maneira que tenho muito medo de achar-me na obrigação de parar todos os trabalhos se V. Excia não me mandar alguma quantia de Sta. Catharina em vista que o Governo Imperial costuma mandar dinheiro pelo intermedio da Thesouraria de Sta. Catharina."

Até setembro de 1858, o Govêrno Imperial enviou para a obra da igreja católica 12:449$310, para a casa de oração protestante ... 8:971$750 e, em data de 20 de setembro, o Major João de Souza Melo e Alvim trouxe do Destêrro a importância de 5:000$000 para as obras do Estrada Dona Francisca e mais 2:891$000 para "reembolso das despezas feitas com os colonos mandados do Rio de Janeiro pelo Govêrno Imperial". Ao mesmo tempo concede um empréstimo aos náufragos da barca "Francisca", na importância de 6:150$000. Repetimos as palavras do Presidente Coutinho na sua carta a Léonce Aubé, por ocasião da remessa de verbas para a construção das obras públicas: "Concede o Governo Imperial favores especiais e fora do comum à Colonia Dona Francisca!"

Em fins de 1858, o Sr. G. A. Otto Niemeyer é nomeado subdiretor das Escolas da Colônia, e, a 6 de novembro, o Sr. Josef Ferdinand Reiss como professor de primeiras letras para a escola de Annaburg, e ao mesmo tempo a Sra. Doris Palm é nomeada interinamente professôra da escola "do sexo feminino", de Joinville.

Em julho do mesmo ano, a Direção da Colônia instalou o primeiro Hospital definitivo, na esquina da Rua do Meio, continuação da "Schweizer-Strasse" sob a orientação do médico Snr. Wigand Engelke, contratado pela Sociedade em Hamburgo, por 3 anos. Tinha êsse "Hospital da Direção" 6 camas para doentes e uma morada do enfermeiro, Sr. H. Heuer. Já em dezembro do mesmo ano, o Hospital seria transferido para uma casa adquirida pela Direção da Colônia, especialmente para essa finalidade, do marceneiro Buedeler na "Deutsche Strasse", ou Rua Alemã, lote N.º 121, que hoje forma o trecho da Rua Henrique Meyer, esquina da Rua Visconde de Taunay, no prolongamento da Rua Blumenau (antiga Rua Imaruí). O cargo de enfermeiro foi, a 1.º de junho de 1860, transferido para o Sr. Carl Friedrich Jahn e sua mulher, que, durante oito anos, prestaram os seus serviços ao Hospital da Colônia.

Outro assunto que merece observação especial nas histórias das colônias, principalmente alemãs, será, a influência que tiveram na formação moral e cultural dos colonos, as sociedades culturais, recreativas e beneficentes que, desde a formação do primeiro povoado, se fundaram onde quer que grupos de colonos se estabelecessem.

Assim, a Sociedade de Atiradores e a Sociedade Cultural já existiam desde 1855. Agora, em 1858, funda-se, aos 31 de maio, "na sala aos fundos direito da casa comercial de Eduard Trinks, à Rua do Meio, pelos seus abaixos assinados, uma sociedade de caráter social, com o nome "Harmonie", escolhido com aprovação dos fundadores, e que tem por finalidade realizar divertimentos e oferecer aos sócios entretenimentos nobres num ambiente de camaradagem, principalmente por intermédio da cultura de arte dramática. Mensalmente deverão ser realizadas festas com teatro, música, canto, dança ou quaisquer outros divertimentos com a presença dos sócios e suas famílias".

"E para constar, eu, O. Doerffel, escolhido secretário, escrevi e assino, com os demais, a presente Ata, dela se tirando cópia para

os signatários fundadores e para que nunca seja ela alterada. E si a "Harmonie" vencer os anos, vitoriosamente, que nossos herdeiros saibam conservá-la com igual carinho que de nós terá. Para estímulo dos nossos filhos, deixaremos nesta Ata estas luminosas palavras de Goethe :

"Luta por conservar o que teus pais te legaram".

Joinville, 31 de maio de 1858

Eduard Trinks-Presidente; G. A. Otto Niemeyer-Vice-Presidente ; Ottokar Doerffel - Secretário; Jean Bauer - Tesoureiro." (2)

E foi assim que nasceu a "Harmonie-Gesellschaft", que, a 28 de outubro de 1921, portanto 63 anos depois, se unia à Sociedade Musical Lyra, para então formar a associação "Harmonia-Lyra".

Como já relatamos, a 3 de agôsto de 1856 fundou-se uma Sociedade de Cantores entre os elementos suíços da Colônia, chamando-se "Gesang-Verein Helvetia". Dois anos depois, e sob orientação do Sr. Heinrich Auler, fundeou-se o "Saengerbund", ou Associação dos Cantores, cuja "Ata" sòmente seria redigida a 12 de dezembro de 1858. A partir de 1868, as duas sociedades resolveram fundir-se, fixando como data oficial da sua fundação o dia 2 de agôsto.

No mesmo ano, fundou-se outra sociedade puramente beneficente, sendo seu idealizador o Sr. Johann Heinrich Auler, sob o nome : Kranken-und Sterbe-Kassen-Verein "Zur Bruederlichkeit". Com pequenas importâncias, pagas mensalmente, os associados instituiram uma espécie de seguro contra enfermidades e subvenções de 40$000 em caso de falecimento. O tratamento médico era gratuito e pagava-se uma contribuição de 3 mil réis por semana.

Durante muitos anos, essa "Caixa de Beneficiência" deu a Joinville grande projeção, não apenas no cenário local, mas levou o seu nome além das divisas de Sta. Catarina, como o de uma Colônia organizada e social.

Mais uma sociedade foi fundada nesse ano de 1858 : a "Sociedade Ginástica de Joinville", ou "Deutscher Turnverein zu Joinvil-

---

(2) José de Diniz - Era uma vez, 1958 Joinville.

le", que se tornou escola de educação física, na qual, pela prática de esportes de todo o gênero, se preparava uma mocidade sadia e forte.

Foram seus fundadores os Sr. L. H. Schultz, B. Busse, J. Herz, Julius Mewers, Heinrich Lepper, H. Grahl, Samuel Heusy, N. Schulz e G. A. Mensig.

O Sr. Heinrich Lepper, como Presidente da Sociedade, pôs à disposição o seu terreno no "Franzoesiche Weg" ou Caminho Francês, como era chamado na época o início da Rua Dona Francisca, na altura do atual Fôro, porém do outro lado da rua, entre a hoje Rua Chui e Rua Otto Lepper (Lote N.º 295). Erguia-se no "Pasto do Lepper", como denominavam a área com gramado, um pequeno rancho como sede da sociedade. Em novembro de 1860, tranferiu-se a referida sede para um terreno doado pelo Snr. August Wunderwald, parte do lote N.º 196, chamado "Schlangenwinkel" (esconderijo das cobras). O desmatamento dessa área, que ainda hoje forma parte do terreno da Sociedade Ginástica, custou aos cofres do "Turnverein" a soma de 2$500 - muito dinheiro, considerando-se que o saldo na caixa era de 3 patacões, ou 960 réis. O primeiro rancho de ginástica, sito no pasto do Sr. Lepper, foi vendido em leilão pela importância de 2$700, equilibrando-se novamente a situação financeira da Sociedade. Construíu-se logo em seguida nôvo rancho para as reuniões, encontros e exercícios. O futuro dessas Sociedades será narrado no momento oportuno.

Resta-nos, ainda, narrar a visita de um viajante que estêve na Colônia Dona Francisca em princípios de agôsto de 1858, durante 10 dias, tornando a Colônia conhecida além das nossas fronteiras, nos países mais cultos e progressistas do mundo, através do seu livro "Reise durch Sued-Brasilien", editado em Leipzig 1859. Tratava-se de Robert Avé-Lallemant, médico e membro do Supremo Conselho de Saúde do Brasil, que publicou essa obra notabilíssima em 4 volumes, descrevendo suas viagens pelo Brasil, destacando-se por um critério intenso sôbre assuntos referentes à imigração e colonização. Os quatro irmãos Avé-Lallemant, naturais de Luebeck, na Alemanha, estabeleceram-se no Brasil e assumiram posições relevantes e respeitáveis : Louis, como comerciante no Rio de Janeiro, casado com uma brasileira; Frederico, pastor da comunidade evangélica; Alexander,

como Cônsul da cidade hanseática de Luebeck e comerciante, também casado com uma brasileira; Robert, como médico e viajante.

Devemos a Robert Avé-Lallemant a descrição mais realística e minuciosa da Colônia em 1858. A sua narrativa de viagem, o registro de cenas pitorescas e descrição de paisagens, de coisas e homens, superam em muito as reminiscências, em parte tendenciosas do Capitão J. Hoermeyer, que aqui estêve por duas vêzes, em 1857 e 1862. O livro de Joseph Hoermeyer, editado em Leipzig, no ano de 1863, em forma propangandística para a imigração e defendendo o sistema de parceria na colonização, é considerado hoje uma das obras mais raras e preciosas, com as lindas ilustrações coloridas.

Robert Avé-Lallemant veio da Província do Rio Grande do Sul e, após rápida passagem por São Francisco, viu, para alegria sua, na manhã seguinte, aproximar-se do fundo da baía um grande barco a vela. Era o barco da Colônia Dona Francisca.

Conta-nos Avé-Lallemant, então, as suas impressões da Colônia :

"A travessia de S. Francisco à Colônia é lindíssima. Partimos com a maré enchente, mas com vento desfavorável. O barco era uma chalupa larga e grande com a qual se poderia navegar até em alto mar. O cenário da margem é magnífico e mesmo grandioso. Em volta, ostentam-se os píncaros ao brilho do sol de meio-dia. Em tôrno de ilhas verdejantes murmuram docemente as límpidas ondas do mar e cada vez mais perto assomavam as serras.

"Logo após o por-do-sol, saímos do largo braço de mar para a estreita entrada, onde lançamos a nossa âncora e tivemos de esperar algumas horas, pois a forte maré enchente impedia o nosso avanço. As estrêlas cintilavam maravilhosamente no escuro contôrno da região; sôbre a água lisa como um espelho passavam ligeiras canoas com fogo que os pescadores usavam para atrair camarões. Aqui e ali saltava um peixe assustado e no silêncio da noite ecoava o grito selvagem dos pássaros. Pelas 9 horas surgiu soberbamente, a lua; navegamos para a frente e chegamos à bonita Lagoa Saguaçu e entramos num pequeno rio, o Rio Cachoeira, subindo as suas curvas entre margens ligeiramente veladas, meio escondidas pelo nevoeiro.

"O que podem realizar, em poucos anos, o trabalho diligente e o esfôrço! Onde, há anos atrás, viviam os sanguissedentos bugres que assassinaram um colono que morava neste local, agora desembarcávamos à meia noite com tôda a segurança; seguimos subindo um lindo caminho, chegamos a um lugar aprazível, cuja boa ordem e asseio se reconhecia mesmo de noite, e alcançamos uma boa estalagem onde nos receberam muito atenciosamente, apesar de ser tão tarde.

"Bem perto da estalagem soava amena música de dança. Um alegre baile parecia fazer a sólida gente esquecer, mormente no campo, de apagar o fogo e a luz às 10 horas. O meu companheiro, Dr. Burkart, antigo morador da Colônia, que, sem dúvida, conhecia os dançadores, entendeu de fazer uma brincadeira e gritamos pela janela. Duas figuras estranhas, envôltas em ponchos, a espreitar silenciosamente, depois de meia-noite, deviam ser muito suspeitas, pois a minha própria sombra me parecia suspeita.

"Saíram alguns senhores em traje de baile e um se adiantou resolutamente : "Quem é o senhor e o que deseja ?" Não estava eu absolutamente preparado para uma pergunta tão curta, tão jurídica, mas pela sua oportunidade, conclui que o interrogante devia ser o subdelegado do lugar. Logo, uma aventura policial !

"E, no entanto, logo à minha chegada à Colônia Dona Francisca, de noite e com nevoeiro, fui prêso pelo subdelegado, Senhor Otto Niemeyer. Apesar de mau pardacento traje, de viagem, fui introduzido na sociedade, onde o senhor e a senhora Aubé, o amável casal da Direção, me declararam seu prisioneiro, de modo que, apesar de minha exortação e objeções, logo na manhã seguinte deveria ir para a minha prisão. Mantive a minha palavra e talvez não tivesse saído da cadeia se não me lembrasse de que estava fazendo uma viagem e que ainda tinha de ir a Curitiba e São Paulo.

"Sem pretender escrever uma história exata da Colônia Dona Francisca, quero dizer aqui, que, nos primeiros tempos de sua fundação, a Sociedade hamburguesa parece não ter sido muito prática na escolha de sua direção local. O primeiro diretor, um

Sr. Guenther, em pouco tempo teve muitos votos contra si. Mais tarde veio com diretor o Capitão von Frankenberg, que também se retirou depois de alguns anos e que desde então vive como um dos melhores e mais estimados cultivadores da Colônia. Por pouco tempo foi exercida uma espécie de regência pelos duúnviros Pabst e Hartung, até que ocorreu felizmente a nomeação do diretor Sr. Aubé.

"Desde então, e especialmente desde então, marcha a Colônia vigorosamente para o seu plano de desenvolvimento e pode ser apresentada como modêlo de tôdas as emprêsas congêneres.

"Em toda a parte a Colônia se me deparou modelar. Muito me chamou a atenção a ordem existente na Colônia. Uma grande planície conquistada à mata virgem, de um lado à margem do rio, do outro lado cercada por volumosas colinas e pela mata virgem, é cortada, em ângulos retos, por estradas conservadas enxutas por meio de valas laterais. Na sua maioria os terrenos já têm sua casa, que geralmente está um tanto afastada da estrada. Deve haver uns 70 terrenos na melhor ordem e asseio, um ao lado do outro, de modo que o conjunto das casas lembra menos uma cidade do que as casas ajardinadas de um subúrbio rico. Esta graciosa cidadezinha chama-se Joinville. É o ponto central de tôda Colônia e daqui partem excelentes estradas em várias direções através do domínio da Colônia. Estas boas estradas são a característica dominante da colônia. Já foram vendidos 18 milhões de braças de terra e na sua maioria estão cultivados ou em vias de cultivo.

"No ano de 1850, foi abatida aqui a primeira árvore para abrir espaço para uma casa de recepção para os esperados colonos; em março de 1851, chegaram os primeiros lavradores. E já no ano de 1858!

"De manhã cedo crianças de cabelos louros seguem para a escola e trabalhadores do campo rumam para a mata, que recua cada vez mais. Rolam para cá e para lá os.carros de quatro rodas

"A Colônia Dona Francisca teve uma sorte incomum. Vieram a princípio homens de tôdas as categorias, boas e más, indistintamente! Mais do que de qualquer outro lugar, de Dona Fran-

cisca se pode dizer que ficaram os bons, os decentes e bem intencionados, e relativamente aos bons custumes Joinville é um ponto notabilíssimo e excepcional! São homens de boa educação e de bons sentimentos e certamente compreenderão que, dado o grande sacrifício que o Govêrno do país ainda deve fazer em prol da Colônia, não se deve perturbar com desavenças a alegria e o progresso da comunidade.

"Há entre as classes sociais que não parecem feitas para a imigração, gente de formação erudita, de origem nobre; e o que é mais apreciável é que, conservando sua boa educação, êles enfrentam os duros trabalhos coloniais vigorosamente, infatigàvelmente, e manejam com vantagem a enxada e o machado.

"Muitos iniciaram suas atividades sem meios. Compravam um pedaço de terra, faziam a derrubada para a roça, queimavam o mato abatido e plantavam depois o terreno com as próprias mãos, até que o trabalho lhes produzisse frutos. Muitos começaram com recursos, algumas famílias com abundantes recursos e por isso, mais ràpidamente do que os que começaram sem coisa alguma, fundaram seus lares. Basta-me aludir aqui a Nova Hamburgo, como é chamada a grande plantação instalada em estilo europeu. As poucas horas que lá estive, foram benéficas e repousantes. E por isso me acode, talvez sem razão, o sentimento de ligeiro pesar de que tôda uma fortuna esteja empregada num estabelecimento verdadeiramente modelar como é o engenho de açúcar, a vapor, do senhor Poschaan, com o que talvez deu um passo além do que comportam as condições de uma colônia que está desenvolvendo-se por entre dificuldades de tôda parte.

"Agora devia eu falar sôbre as culturas da Colônia. Sem dúvida, parece que a fabricação de açúcar e de aguardente promete desempenhar um papel importante; já vi excelentes canaviais e notadamente no engenho do Sr. Poschaan já se fabrica largamente o açúcar. A cultura do café ainda é insignificante; vêem-se, no entanto, bonitos cafèzais. Nos lugares e nas encostas medra excelentemente a mandioca. Todavia, a farinha de mandioca e mesmo a boa batata tem um concorrente na Dona Francisca. As diferentes espécies de caládio, especialmente o taiá, o es-

palhadíssimo taro das ilhas do Mar do Sul e do qual se faz largo consumo na Colônia.

"Inteiramente diverso é o caso quanto à alimentação de carne. Por longo tempo ainda, a Colônia não terá gado suficiente, pois muito mais fácil é transformar uma floresta virgem em terra lavradia do que em campo de pastagem. O gado de açougue vem da Província do Paraná, descendo pelo caminho de Três Barras; recebe assim a Colônia carne para comer, mas fica o solo sem estrume. Na Colônia não há abundância de leite e manteiga.

"Embora a lavoura se estenda em tôdas as direções, ainda não é bastante grande em relação ao número de habitantes. Além disso, há uma tendência que me parece demasiada, para o comércio e a indústria.

"Há, no lugar, mais artífices e lojas de fazenda e vendas do que é de supor, e surpreende, decerto, ver que Dona Francisca exporta mobílias para o Rio de Janeiro, ao passo que importa muitos gêneros alimentícios que poderiam ser cultivados na Colônia.

"Entretanto, a cultura do solo acompanha o desenvolvimento urbano da Colônia e notadamente da sede - Joinville. Enquanto no último lugar constantemente surgem prédios e estão sendo erigidas uma igreja católica e uma protestante em muito boas condições, e tudo se faz para dar-lhe a aparência de uma futura pequena cidade, a lavoura estende-se vigorosamente, especialmente nestes últimos dois anos. Para o lado da Serra Geral, enfileiram-se as plantações umas após outras. Por montes e vales passa a estrada, havendo colônias agrícolas à esquerda e à direita, com uma despretenciosa mas limpa casinha de colono no centro de um campo frutífero. Assim se viaja por duas milhas de distância até que, atrás de uma floresta, se agrupam na estrada reta, cortada por outra em ângulo reto, algumas casas que dão início a um segundo lugar, denominado "Annaburg", em homenagem à senhora do Diretor Aubé, e que já tem uma escola para as suas 80 crianças. Além de Annaburg, estende-se, em rápida progressão, o aniquilamento da floresta. Canta o machado à direita e à esquerda, e penetra no tronco das árvores seculares da mata. Já desbravaram milhas de extensão

em Dona Francisca, notadamente em direção ao norte e ao noroeste, para o lado da Serra Geral. Ali se eleva, nos últimos limites da terra cultivada, a hirta e silenciosa mata virgem. Até onde chega o cultivo, seguem-no as estradas da Colônia, de modo que os pontos mais afastados são providos de bons caminhos. Diante da mata finda o caminho, mas penetra na floresta uma picada, o primeiro rudimento de um caminho, que é delineado com a bussola e aberto com o facão ou foice.

"Um dia viajamos além de Annaburg, o Vice-Diretor Heeren, o Dr. Burkart e eu, deixando os nossos cavalos numa pequena e aprazível estalagem. Em nossa picada, na mata além do lugarejo, não ouvimos mais araponga. Apenas aqui e ali, sussurava um pássaro assustado, na copa das árvores, ou passava murmurando, um regatinho, que tínhamos de atravessar, saltando e trepando, conforme exigiam as circunstâncias. A direção reta da picada é freqüêntemente interrompida pelos troncos que caem sôbre o caminho. Em tôda parte descem, das arejadas frondes, milhares de delgadas cordas de aráceas, enquanto enchem as alturas as bromeliáceas, orquideas e fetos trepadores.

"No interior da mata encontramos indícios de uma encruzilhada em ângulo reto - pelo menos Heeren me mostrou uma linha de demarcação apenas visível : "Aqui" - disse-me Heeren - "será erigida a segunda localidade depois de Annaburg". Abanei a cabeça, pois no centro da mata a palavra "localidade" parecia utópica. No entanto, há dois anos, a atual Annaburg era também uma semelhante floresta virgem e apenas uma picada ousara penetrar o sombrio esconderijo de onças e bugres.

"Depois de penosa, mas interessantíssima peregrinação, alcançamos uma vasta clareira onde havia enorme quantidade de traves, tábuas e troncos de árvore em bruto. Aqui fica o último pôsto avançado da Colônia e da civilização, rumo à Serra Geral.

À esquerda, eleva-se da floresta um íngreme cone isolado - o Morro da Tromba, de uns 800 pés de altura. O fundo é formado pela cordilheira da Serra do Mar, atrás da qual começa o planalto do Paraná. Do outro lado da clareira, mais à direita, um grande edifício feito de tábuas, verdadeiro "Blockhaus".

Passeio ao Domingo (des. Hoermeyer).

Primeira Casa Comercial de Carlos Lange 1853.

"Além do rancho, passa rumorejando um belo e torrencial rio, o Cubatão, que nasce na Serra Geral, de dois braços, ao que parece, e atravessa, bramindo, desfiladeiros ainda inteiramente inexplorados. Um riacho menor nêle desemboca. Dêsse riacho, Rio da Prata, foi derivado um braço para uma bonita serraria ao lado do "Blockhaus" e que segue ao longo do Rio Cubatão e deságua no Rio São Francisco, antes um braço de mar do que um rio mar adentro e tem tráfego livre com a cidade de São Francisco.

"O inspetor da serraria pertencente ao Príncipe de Joinville, mora com alguns trabalhadores no "Blockhaus". Na solitária região há uma profunda poesia romântica e elegíaca. Floresta virgem, montanhas, rio sussurante compõem e formam essa poesia. Nenhum viajante vem a esta região; mal se percebe o primeiro sôpro da civilização, como ainda em sonho.

"A vida na "Serraria do Cubatão" ainda é muito insegura. Apareceram bugres em pleno dia e dispararam várias flechas contra um trabalhador. E chegaram até muito perto do "Blockhaus" onde não havia nenhuma espingarda carregada; a simples vista de um cano enferrujado de escopeta espantou e afugentou para a mata os sinistros visitantes. Como os bugres ainda não quisessem acalmar-se, o inspetor Weber, em vez de gritar, disparou um tiro na mata. Logo que a bala sibilou através das copas das árvores, os selvagens desapareceram. E com o hábito da vida solitária, com o alargamento da clareira, o pequeno grupo humano já não se preocupa com os selvagens. Em dois anos a floresta virgem já é uma localidade e a Serraria do Cubatão será um local de passeio domingos à tarde.

"Da Serraria do Cubatão eu podia ver a direção, na Serra, que a nova estrada devia seguir. Estudos iniciais mostraram a possibilidade, aliás a certeza, de que, partindo de Dona Francisca, pode levar-se uma estrada pelo Sul do Rio Cubatão para o Vale do Rio Sêco com suave subida e atingindo o alto, sôbre o platô da Serra de Curitiba, de modo que, depois de construído um caminho, se pode ir num carro de quatro rodas de Joinville a Campos do Paraná (dez léguas) em um dia. O engenheiro da Colônia, Sr. Wunderwald, depois de laboriosas viagens em picadas, esboçou um plano para a construção desta estrada e o

Major Alvim, da Província de Sta. Catarina, deu o seu parecer e o Govêrno concedeu a soma já estipulada para a obra.

"O interêsse que me despertou a projetada estrada, a singularidade da situação de penetrar por uma picada a ser aberta, de bússola na mão, numa selvagem região montanhosa onde ainda não abriu caminho civilização alguma e que nunca foi pisada por pés humanos - faziam-me pensar solìcitamente se não seria possível que, partindo daqui, eu subisse o planalto do Paraná e de lá alcançasse Curitiba, fôsse de que modo fôsse. Falei a respeito com o Sr. Aubé, mas, sem consultar o engenheiro Wunderwald, não podíamos tomar nenhuma resolução. Wunderwald estava ocupado precisamente no vale do Rio Sêco e tínhamos de esperar a sua chegada.

"Quando chegou, alguns dias depois, não me ocultou as grandes fadigas da abertura de picadas na Serra Geral. Avaliou todavia os esforços e privações de tôda sorte a serem suportados apenas em oito dias. Encontrou em mim um aliado "à toute épreuve" para a dificultosa excursão.

"Aboletado num gracioso aposento de verão, que se ligava por uma porta ao interior da casa e, por outra, à varanda aberta, parecia eu, de um lado, ter sido aceito como membro da casa e da família do Sr. Diretor Aubé e, de outro, conservara tôda a minha liberdade, enquanto Wunderwald preparava cuidadosamente o nosso complicado intinerário nas picadas. Conseqüentemente vejo em tôda atitude, em todo o tom, diria melhor, no bom e fino tom de Dona Francisca o principal valor, a principal significação, o seu encanto precípuo, a sua plena fôrça de atração.

"Em 16 de agôsto, pelas 8 horas da manhã, despedi-me da aprazível Joinville, com emoção e saudade; la passara dias muito agradáveis. Escoltaram-me, a cavalo, os meus melhores amigos, especialmente o Sr. Aubé, que queria acompanhar-me até o limite de seu território. Aliás, a gentil e jovem espôsa do Diretor realizara a façanha de mostrar que um gracioso pé de senhora podia percorrer a rude picada na floresta, até o Serraria do Cubatão.

"Seguimos alegremente a trote. No cemitério, lancei o último olhar de despedida à amável localidade. Em pouco chegamos a Annaburg e logo em seguida às últimas roças. E começou então a nossa viagem a pé, através das selvas. Tudo ia muito bem.

"O nosso engenheiro Wunderwald, que marchava na frente, conquistou verdadeiros louros. Devo, porém confessar que a nossa graciosa guia, Senhora Aubé, ganhou muito merecimento entre nós, venceu ela com mais facilidade do que nós quase tôdas as dificuldades da picada, animando a coluna de viajantes com o seu exemplo.

"Ao sairmos da mata, veio ao nosso encontro o digno suíço da serraria, Senhor Weber. No Rio da Prata chapinhava a roda hidráulica da serraria, por trás da qual passamos sôbre uma pinguela, de modo que nos achávamos entre os dois rios. Aqui, nas brenhas, rodeado de pessoas tão amáveis, senti, mais uma vez, não ser fácil a gente separar-se delas para voltar para a mata e para fazer uma viagem em picadas". (3)

Robert Avé-Lallemant, no seu livro "Viagem pelo Sul do Brasil", traduzido para o vernáculo pelo Instituto Nacional do Livro, em 1953, e do qual transcrevemos uma parte selecionada, conta, em seguida, a sua viagem penosa em companhia do engenheiro Wunderwald e 12 trabalhadores e camaradas. Aprovisionados para 8 dias, levaram 13 dias no mato fechado e sòmente ao amanhecer do dia 29 de agôsto atingiram os Campos abertos do planalto, após tremendos sofrimentos de fome, frio, chuva e cansaço. Finalmente, atingiram no dia 30 o Campo dos Ambrósios e as primeiras casas habitadas da Província do Paraná, onde Avé-Lallemant contratou um guia para Curitiba, despedindo-se do engenheiro August Wunderwald e sua turma, que voltaram à Colônia pela antiga Estrada de Três Barras.

O ano de 1859 foi novamente decisivo para o progresso da Colônia. Entrou em função o nôvo Agente da Sociedade Colonizadora no Rio de Janeiro, Sr. Otto Koehler, que logo de início procurou entrar em entendimentos com o Govêrno Imperial para estabelecer

---

(3) Tradução do original alemão: Pinheirais e Marinhas, Paraná e Sta. Catarina 1959.

novas normas para uma renovação do contrato de 13 de junho de 1855, que estava para vencer.

A fim de obter as informações necessárias sôbre o andamento da colonização e as possibilidades para o futuro próximo, o Govêrno Imperial enviou à Colônia em 28 de março de 1859, o Conselheiro Luiz Pedreira de Couto Ferraz.

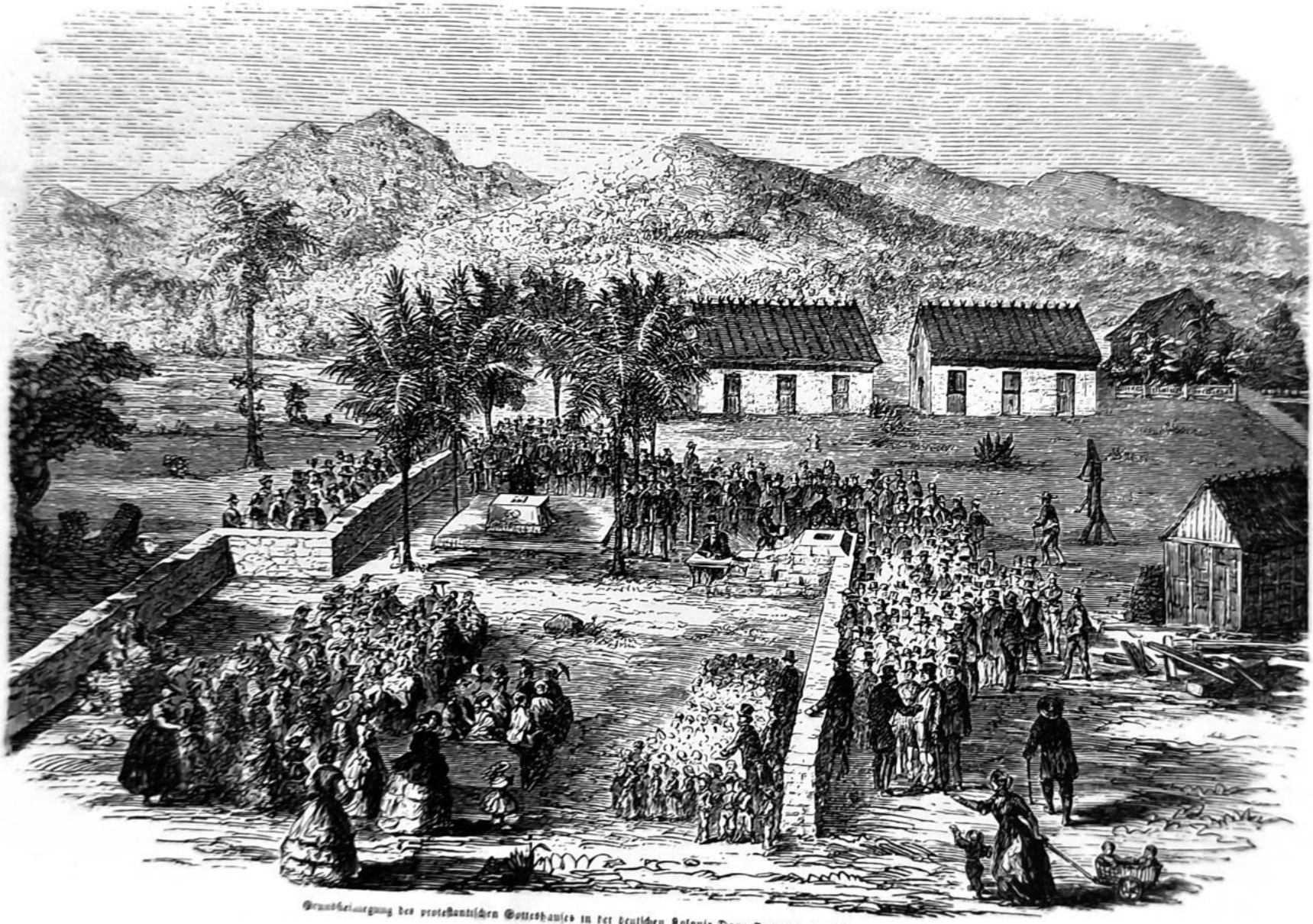
Durante três semanas, o Sr. Pedreira informou-se minuciosamente, percorrendo em companhia do Diretor da Colônia todos os caminhos e a nova estrada em construção para o Planalto, inspecionando o andamento das obras públicas e remetendo relatórios específicos à Côrte.

Dois dias antes da sua partida, a 15 de abril de 1859, foi o Conselheiro homenageado com a doação do primeiro lote distribuído na clareira aberta nas proximidades do Rio Cubatão, onde desembocavam os três caminhos: Picada Francesa e Caminho do Cubatão, vindos da Colônia, e a Picada do Pinto, em direção a Três Barras. Partiu dêsse ponto a nova "Estrada da Serra", em direção ao vale do Rio Sêco, passando pela Serraria do Cubatão, ou "Serraria do Príncipe", como logo seria chamada.

Êsse ponto estratégico, desmatado e dividido em lotes coloniais, recebeu o nome de "Pedreira", formando o segundo núcleo colonial fundado pela Colônia Dona Francisca. Recebeu Sua Excia. o Conselheiro Pedreira o Lote N.º 1, com 500 braças quadradas. É, portanto, o dia 15 de abril de 1859 o da fundação oficial de Pedreira, hoje Pirabeiraba.

Foi a visita do Conselheiro Pedreira de suma importância para o estabelecimento do nôvo contrato entre a Sociedade Colonizadora e o Govêrno Imperial. A 17 de maio, o Sr. Léonce Aubé partiu para o Rio de Janeiro e, a primeiro de julho de 1859, firmava-se o acôrdo mútuo com as seguintes condições :

Obriga-se a Sociedade Colonizadora em Hamburgo a introduzir na Colônia Dona Francisca, durante os 5 anos da vigência do contrato, 2500 imigrantes, garantindo a existência dos respectivos lotes demarcados e a manutenção de um Hospital e de um médico à disposição dos colonos. O Govêrno Imperial concede uma subvenção mensal de 3 contos de réis, além de um empréstimo de 16 contos de



Grundsteinlegung des protestantischen Gotteshauses in der deutschen Kolonie Dona Franzisca in Südbrasilien am 1. Juni 1857.

Lançamento da Pedra Fundamental da Casa de Oração Protestante.
1.º de junho de 1857.

réis ao colonos; a construção da Estrada da Serra será por conta do Govêrno Imperial, com um financiamento não inferior a 2:500$000 por mês, beneficiando com êsse trabalho os colonos recém-chegados. A concessão de terras devolutas no planalto, já mencionada no contrato anterior de 1855, e que não estava sendo aproveitada pela Sociedade por falta de estrada, figurava novamente no contrato, ficando ainda estipulado que uma área de 4 léguas no Rio Itapocú deveria ser escolhida dentro de seis meses, ficando a Sociedade obrigada a pagar as terras escolhidas, à razão de meio real por braça quadrada, no prazo máximo de seis anos, a partir da assinatura do contrato.

A primeiro de outubro de 1860, o Agente da Sociedade, Sr. Koehler, conseguiu mais uma verba suplementar de 15 contos de réis por ano para a Colônia.

Encontraram essas promissoras perspectivas um sério contragolpe na espécie de decreto denominado "von der Heydt", ou "Rescrito de Heydt", promulgado em novembro de 1859 na própria Alemanha, dificultando a imigração para o Brasil e proibindo na Prússia atividades de Agentes de Colonização. Sofreu a imigração, em conseqüência, uma redução sensível, ficando a Sociedade Colonizadora sèriamente prejudicada em relação ao contrato firmado com o Govêrno Imperial, sôbre o número estabelecido de colonos introduzidos na Colônia.

Durante a ausência do Sr. Léonce Aubé, o Sr. Friedrich Heeren assumiu a direção da Colônia, fiscalizando as obras da Estrada da Serra. Apesar das promessas do Govêrno Imperial e do contrato firmado, os pagamentos que passavam pela tesouraria da Província, retardaram-se, e cada mês o dinheiro custava mais a ser enviado. Por diversas vêzes, o Major Alvim, na qualidade de engenheiro das obras, dirigiu-se pessoalmente ao Destêrro, a fim de trazer dinheiro.

Agravou-se a situação financeira, quando, em meados de 1859, surgiram boatos, na imprensa da Capital, de que o Presidente João José Coutinho iria ser substituído pelo Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque, deputado pela Província do Rio Grande do Sul.

O Presidente Coutinho era conservador, mantendo-se durante mais de nove anos no alto cargo, apoiado pelos Gabinetes conservadores desde o Marquês de Olinda, Rodrigues Tôrres, Visconde de Abaeté, até os Ministérios chefiados por conservadores como o Mar-

quês do Paraná e Marquês de Olinda, em 1857. Nesse ano, estando João José Coutinho ainda na Presidência da Província, Jerônimo Francisco Coelho, ativo e convicto liberal, eleito deputado, voltara ao Parlamento, apesar de já enfermo e no fim da vida, falecendo em janeiro de 1860.

Na imprensa da Capital, o "Argos", impiedoso nos seus ataques a Coutinho, exclamava: "Quebrou-se enfim, o encanto! Foi Exonerado da Presidencia o Sr. J. J. Coutinho, que nela se considerava vitalício, e nomeado para substituí-lo o Exmo. Sr. Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque, que deve vir no dia 20 no vapor "Tocantins" que há de partir da Côrte no dia 20 deste mês. Benvindo seja o Sr. Brusque!"

Em verdade, o desejo de mudança era geral, depois de quase 10 anos de presidência. O jornal "Cruzeiro", orgão defensor da presidência, recordou os trabalhos de Coutinho e a benevolência e justiça reinante no Palácio durante êsses anos.

Chegou o Sr. Brusque, para logo em seguida seguir viagem para o sul, onde foi buscar a família. A sua posse só se verificaria após a sua volta. Assim, a 23 de setembro, João José Coutinho passou a Presidência da Província ao Vice-Presidente e chefe de Polícia, Sr. Dr. Espiridão Elói de Barros Pimentel, para, em seguida, embarcar para a Côrte com a sua família.

As obras positivas de João José Coutinho foram ràpidamente esquecidas, enquanto continuavam os ataques do "Argos" e dos adversários políticos, divididos nos dois campos opostos, dos "judeus" e dos "cristãos", como eram denominados pelo povo os partidos dos liberais e conservadores.

No dia 21 de outubro, a uma hora da tarde, Araujo Brusque tomou posse da Província, com as formalidades do costume.

Em virtude das desavenças políticas internas, a organização e administração da Província ficou em segundo plano, faltando, em conseqüência, o zêlo e a atenção dispensados pelo Presidente Coutinho para com os problemas da Colônia Dona Francisca.

A 20 de setembro, portanto 3 dias antes da demissão dê Coutinho, o procurador de Aubé, dirige um apêlo de emergência ao Presidente :

"Rogo a V. Excia de tomar as medidas necessarias que o dinheiro me seja entregue sem demora, porque para não suspender as obras eu saquei sobre Rio de Janeiro por conta da Sociedade Colonizadora, aonde nós pagamos 9% de juros e nós não podemos perder sempre estas quantias".

E em outro ofício de 22 de novembro, já dirigido ao Presidente Araujo Brusque : "Devo voltar outra vez de pedir de V. Excia as quantias concedidas do Govêrno Imperial, porque não me he mais possivel de topar dinheiro contra letras a Rio de Janeiro e o dinheiro tambem falta em São Francisco. Já passei umas semanas bem tristes e com muito trabalho achei sempre ainda o dinheiro para pagar os jornaleiros da estrada, mas todos os recursos são cansados e venho hoje dar aviso a V. Excia que eu devo suspender todos os trabalhos, os da Estrada da Serra como também os da Direcção. O Govêrno Imperial deve hoje já conforme o contracto com a Sociedade a quantia de 13:500$000 Rs e si me falta o dinheiro prometido, não me he possível de executar todas as obras conforme o contracto." (4)

Em fins de novembro dêsse ano, Léonce Aubé volta do Rio de Janeiro, com a promessa firme do Diretor Geral das Terras Públicas de remeter com urgência os 16 contos de réis de empréstimo aos colonos, assim como oficiar ao Presidente da Província a remessa pontual das verbas contratuais das obras da Estrada da Serra.

Para cumprir a cláusula do contrato, que concedia à Sociedade Colonizadora uma área de 4 léguas quadradas na margem esquerda do Rio Itapocu, a Direção da Colônia enviou, a 25 de outubro, o engenheiro August Wunderwald com uma turma composta de cinco camaradas, para explorar as matas virgens em direção sul da Colônia. Outro grupo, de cinco trabalhadores, chefiados pelo engenheiro e Tenente Rudolf Zinneck, acompanhou o percurso do Rio Piraí, encontrando, após penosa viagem através dos brejos e planícies do Ribeirão do Poço Grande, as margens do Rio Itapocu. Até o dia 1.º de dezembro, os dois grupos exploraram as áreas compreendidas entre

(4) Domínio Dona Francisca Doc. Orig.

o Rio Itapocuzinho e Rio Piraí, encontrando boas terras para a lavoura e traços para uma futura estrada. A picada aberta por Wunderwald, em direção ao Rio Itapocu, tinha uma extensão de 14.000 braças (30 quilômetros) e serviria mais tarde para o primeiro caminho aberto em direção à Colônia de Blumenau.

Em fins de 1859, a Colônia Dona Francisca acusava uma população de 2475 almas. Vieram nesse ano três navios com imigrantes, trazendo 288 passageiros, dos quais 63 partiram para outros lugares, no mesmo ano, ficando na Colônia 225 pessoas. Existiam 635 "fogos" na Colônia, ou sejam 113 casas na villa de Joinville e 483 casas na zona rural. Os estabelecimentos industriais aumentaram consideràvelmente, pois existiam, em dezembro de 1859, na Colônia, 39 engenhos de farinha, 23 ditos de açúcar e 7 de arroz. Três serrarias, 5 fábricas de telhas e uma olaria, 3 fábricas de cerveja e duas de vinagre, um curtume e quatro fábricas de charutos.

Léonce Aubé, no seu último relatório apresentado à Presidência da Província, assim se manifesta sôbre o estado da Colônia: "Tenho a honra de participar a V. Excia, que a Colonia Dona Francisca, na Província de Sta Catharina, Districto de S. Francisco do Sul e nas terras de S. A. R. o Príncipe de Joinville, principiada em 10 de março de 1851 com 185 individuos, apresenta hoje uma superfície cultivada de 2873500 braças quadradas com uma população de 2475 almas".

CAPÍTULO VIII

Administração Niemeyer — Mathorel, 1860 - 1865.

Léonce Aubé pede demissão. — O nôvo Diretor J. O. Louis Niemeyer. — Emile Mathorel, procurador dos Orléans. — Atraso no pagamento das subvenções. — Estado da Colônia em 1860. — Domaine Dona Francisca e Domaine Pirabeiraba. — Visita do Embaixador Suíço von Tschudi. — Exoneração de Carlos de Araujo Brusque. — Exploração do caminho de Blumenau, pelo engenheiro Wunderwald. — Relatório de 1861. — Uma tôrre para a igreja católica. — O "Colonie-Zeitung". — Estatística de 1862. — Primeiras indústrias. — Visita do Presidente da Província. — Relatório de 1864. — Demissão de Emile Mathorel. — Vinda de F. Bruestlein da França. — Nôvo contrato de 1.º de maio de 1865. — Os Voluntários da Pátria, de Joinville. — Relatório de 1865.

A vida católica na capelania de Joinville, ou melhor, da Colônia Dona Francisca, desde 1858, teve impulso com a vinda do Rvmo. Padre Carlos Joseph Leopold Boegershausen, homem prudente e criterioso, cumpridor de seu dever. Com a elevação da capelania curada a Freguesia, a 8 de abril, pela Lei Provincial n.º 452, a simples capela provisória instalada no antigo rancho de imigração, perto da olaria, na "Ziegeleistrasse", ou rua da Olaria, seria a Igreja Matriz. A construção da igreja nova, em princípios de 1860, estava paralizada, assim como também a da Casa de Oração Protestante devido à falta de recursos.

Menos feliz se sentia a comunidade evangélica com a escolha do seu Pastor Protestante, Georg Hoelzel, que abandonara a Colônia a 21 de novembro de 1858. Não conhecemos o motivo que levara o Pastor Hoelzel a tomar essa deliberação; basta dizer que a comunidade evangélica da Colônia ficou sem assistência religiosa durante mais de um ano. Encontramos Hoelzel mais tarde como pregador ambulante, viajando na Província de São Paulo e, em 1866, no Rio de Janeiro, onde redigiu um semanário de nome "Weltspiegel".

Chegou, finalmente, em janeiro de 1860, com o primeiro veleiro de Hamburgo, dêste ano, o novo Pastor Protestante, Sr. Friedrich Stapel com sua espôsa Eugenie e dois filhos menores. Iniciou as suas atividades já no dia 25 do mesmo mês, como relata o Diretor Léonce Aubé em carta dirigida ao Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque, pedindo "duzendos mil réis por ano mais do que o Conto de Réis concedido pelo Govêrno Imperial, por ser um pastor conveniente".

Continua a calamidade do fornecimento das verbas pela tesouraria da Província. Para as obras da Estrada da Serra, os 2:500$000 mal chegam para pagar os operários. A igreja católica, no mês de março, é dotada apenas com a importância de 400$000 e "para a casa de oração protestante não temos recebido quantia alguma e fui forçado a suspender esta obra",

Em virtude da constante falta de dinheiro, Léonce Aubé sacava letras de câmbio contra a Sociedade Colonizadora, na praça do Rio de Janeiro. Quando a Presidência da Província comunicara a suspensão de todo e qualquer pagamento à Colônia, por ter encontrado pequena diferença na prestação de contas "de algumas patacas V. Excia recusa o pagamento de mais de seis Contos de Réis", como se defende Aubé na sua carta ao Presidente — a situação para o Diretor da Colônia se tornara extremamente grave, pois as obrigações emitidas no Rio de Janeiro, iam a mais de 10 contos de réis.

Cansado e profundamente aborrecido, Léonce Aubé pede a sua demissão de Diretor da Colônia e, ao mesmo tempo, a sua exoneração como representante do Príncipe de Joinville e do Duque de Aumale, justificando a decisão com argumentos pessoais.

Prossegue a luta pelo financiamento das obras públicas, nos últimos meses da administração de Aubé. Em agôsto, apresenta êle

ao Presidente Brusque um relatório das despesas totais da Estrada da Serra até essa data : "Estou desde mais de dois mezes sem noticia de V. Excia e sem receber nenhum dinheiro para os trabalhadores da Estrada da Serra, apezar do officio do Exmo Sr. Director das Terras Publicas que me annunciava que o Ministro tinha decidido de continuar essas obras. Entretanto para dar trabalho aos colonos recém chegados e no interesse geral, julguei dar sempre algum andamento ás obras da dita estrada com dinheiro emprestado.

"Para V. Excia conhecer de uma maneira exata as despesas com dita estrada, tomo a liberdade de expor a V. Excia. a situação :

Do mez de Abril de 1858 e do princípio da obra até Dezembro de 1859 as despesas foram as seguintes :

Trabalho da estrada, atteros etc.	Rs	41:466$010
Traço da estrada até o cume da Serra	Rs	3:480$350
Gratificações	Rs	5:300$000
Eventuaes		286$000
	Rs	50:532$360
Pontes e Boeiros		6:686$730
Total :	Rs	57:219$090"

"Nesse tempo foram abertas e acabadas 6615 braças de estrada, sendo a maior parte um trabalho especial com a subida da Serra.

"Do 1.º de Janeiro até 30 de junho, e desde que o Major Brito tomou conta da fiscalização da obra, as despesas forão de Rs. 12:099$500, com o trabalho feito de 1224 braças correntes."

"Durante o mez de Agosto toda a obra de carpintaria da Igreja Protestante foi acabada. O trabalho estava muito difícil, não somente por falta de machinas e engenhos para levantar as peças de madeira muito pesadas, mas tambem por falta de officiais habilitados para dirigir e fazer tal obra. Por isso o Sr. Albert Kroehne teve um trabalho extraordinário e durante mais de tres semanas não lhe foi possivel de deixar um instante os trabalhos. O resultado foi o melhor possível".

A 14 de setembro de 1860, chegavam à Colônia 158 passageiros do navio "Franklin". Entre êstes, o novo Diretor, Sr. Johann Otto Louis Niemeyer, irmão do então Sub-Delegado Otto Niemeyer.

Louis Niemeyer, antigo oficial do extinto exército libertador de Schleswig-Holstein, aqui já havia estado em 1858. Por ocasião de uma visita a Hamburgo, em 1860, aceitou o convite da Sociedade Colonizadora para exercer as funções de Diretor da Colônia Dona Francisca.

Em companhia de sua espôsa Louise e da Sra. Clemencia Mathorel e sua filha Francisca, família do nôvo representante do Príncipe de Joinville e do Duque d'Aumale, Emile Mathorel, embarcou Niemeyer, a 22 de junho, em Hamburgo, chegando à Colônia no dia 14 de setembro.

Emile Mathorel, já em maio do mesmo ano, havia embarcado via Londres, no "Steamer" e Packet-Boat, fazendo escala no Rio de Janeiro, onde conseguiu do Govêrno Imperial a subvenção adicional de 15 contos de réis por ano, para a Colônia.

Veio Mathorel com instruções detalhadas para a formação definitiva do "Domaine Dona Francisca" e do "Domaine Pirabeirabá" para o Príncipe de Joinville e o Duque de Aumale, ficando a direção comercial dos dois empreendimentos concentrada nas mãos de E. Bocher, "administrateur des biens et affaires de la maison d'Orléans", em Paris.

Com data de 17 de setembro de 1860, Léonce Aubé dirige o seu último ofício à Presidência da Província, comunicando a chegada de Louis Niemeyer como nôvo Diretor da Colônia, finalizando: "venho pedir V. Excia de ter por elle a mesma benevolencia de que experimentei tantas provas".

Liquidando os seus negocios na Colônia, Léonce Aubé partiu sòmente em fins de 1861, assumindo o cargo de Agente de uma Companhia de Navegação Francesa na Bahia. Terminou tràgicamente a administração dêsse homem, depois de haver honesta e dignamente servido à Colônia durante onze anos. Já fora do cargo de Diretor, Aubé tentou inùtilmente reaver o dinheiro empregado na construção da Estrada da Serra, para devolvê-lo à Sociedade Colonizadora, viajando para êsse fim, por três vêzes, para Sta. Catarina, sem resultado. O Govêrno Provincial e a tesouraria do Destêrro indeferiram o seu pedido, apesar de a dívida perante a Colônia ultrapas-

Em 1865, Léonce Aubé foi transferido pela Cia. de Navegação sar em muito a importância reclamada por Aubé.

Dom Pedro, por Graça de Deos, e Unanime
Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor
Perpetuo do Brasil, como Grão Mestre da Ordem da Rosa, Fa-
ço saber aos que esta Minha Carta virem, que Hei por bem No-
mear Cavalleiro da dita Ordem Carlos Augusto Wunderwald.
Pelo que lhe Mandei passar a presente Carta, a qual, depois
de prestado o juramento do estilo, será sellada com o Sello das Ar-
mas Imperiaes Pagou de Joia vinte mil reis, como consta do res-
pectivo Conhecimento em forma. Dada no Palacio do Rio de
Janeiro em desoito de Março de mil oitocentos e cincoenta e oi-
to, trigesimo setimo da Independencia e do Imperio.

Imperador

Marquez de Olinda

Assinatura de Dom Pedro II na nomeação do Engenheiro Carlos Augusto Wunderwald para Cavaleiro da Ordem da Rosa em 1858.

da Bahia para o Egito, voltando, em 1870, definitivamente, para a França, onde instalou pequena indústria química, num subúrbio de Paris.

O Diretor que substituiu Léonce Aubé não repeliu a iniciativa. Já em 21 de setembro, portanto 7 dias após a sua chegada, Louis Niemeyer reclama do Presidente Brusque o pagamento da subvenção para a casa de oração protestante, "pois sòmente encontrei na caixa a importância de setenta mil réis e faltando sòmente botar as telhas, ficando a madeira do telhado exposto ao tempo e que pode soffrer damno".

Não sendo atendido, Louis Niemeyer foi ao Destêrro entregando ao Presidente Brusque uma petição em que reclmava o pagamento pontual dos 3 contos de réis estipulados no contrato de 1.º de julho, queixando-se de que a tesouraria provincial não atendesse aos pagamentos "com a devida pomptidão e que sempre surgirão difficuldades em remessa d'este dinheiro", e que as irregularidades causavam graves incovenientes, impossibilitando a Direção da Colônia concluir as obras iniciadas. Em ofício do mesma data, o Diretor Niemeyer solicita o pagamento da subvenção anual de 36 contos de réis diretamente, ao Agente da Sociedade no Rio de Janeiro, para evitar o atraso dos pagamentos feitos por intermédio da tesouraria Provincial.

Em outubro do mesmo ano, começam as obras da reforma e ampliação do prédio de dois andares, adquiridos pela Direção da Colônia, em dezembro de 1858, na "Deutsche Strasse", para a finalidade de instalação do Hospital da Colônia, obedecendo, assim, à exigência do contrato firmado com o Govêrno Imperial, relativo ao Hospital por conta da Sociedade. O médico Dr. Wigand Engelke permanece na Colônia com novo contrato e maiores vencimentos.

Nesses últimos meses de 1860, a tesouraria da Província envia com regularidade as subvenções para a Colônia, menos as verbas para a construção da Estrada da Serra, ou "Estrada do Paraná", como consta na documentação oficial. Assim, o Presidente, em ofício de outubro, comunica à Direção da Colônia a remessa de seis contos de réis para a subvenção de agôsto e setembro; 400$000 para continuação da igreja católica; e 800$000 para dois meses vencidos da cons-

trução da igreja protestante, "para cobrir-se de uma só vez a referida caza. Nesta ocasião deixo de mandar-lhe fazer o supprimento de dinheiro para continuação da obra da Estrada do Paraná, por não haver credito para semelhantes despesas".

Em novembro, o Govêrno Imperial enviou o Major Pedro Torquato Xavier de Brito para a Colônia, com a incumbência de fiscalizar as obras da Estrada da Serra.

Vieram nesse ano de 1860, 628 imigrantes em quatro transportes, elevando-se a população da Colônia para 2883 almas. A Direção da Colônia resolveu alugar a casa residencial do Snr. Léonce Aubé pelo preço de 50$000 por mês. O rancho da diretoria na "Hafenstrasse" ou Rua do Pôrto, verdadeiro casebre feito de palmito e coberto de palha, no qual nos dias de chuva não se podia trabalhar, pois não tinham as janelas vidros para impedir a entrada da água, que também escorria do teto, ficou em ruínas por ocasião do grande temporal que caiu sôbre Joinville nos primeiros dias de novembro, causando estragos consideráveis na zona rural da Colônia.

A nova administração da Colônia ficou assim constituída : Diretor Louis Niemeyer, com vencinmentos de 250$000 por mês; Engenheiro August Wunderwald, com 150$000; Inspetor Friedrich Heeren, com o mesmo ordenado; Ottokar Doerffel, como "Caixeiro", percebia 125$000; e o arquiteto Kroehne 66$666. Interessante notar que o Sr. Léonce Aubé, ainda quando Diretor, recebia da Caixa da Sociedade a importância de 333$333 por mês. Os seus vencimentos, como representante do Príncipe de Joinville e procurador do Duque d'Aumale, não eram remetidos para o Brasil e sim depositados em Paris. (1).

Com a renúncia de Aubé ao cargo de Diretor da Colônia e representante da "maison Orléans", a administração da Coônia ficou novamente subdividida em dois setores e sob orientação de duas pessoas : Louis Niemeyer, como Diretor da Colônia e funcionário da Sociedade Colonizadora, e Emile Mathorel, como procurador da administração da Casa Orléans, sediada em Paris.

---

(1) Documentação Domínio Dona Francisca - Joinville.

Mathorel, chegando ao Rio de Janeiro em junho de 1860, hospedou-se no "Hôtel de France", entrando logo em seguida em contato com o Cônsul Francês, Monseur Theodor Taunay, tio de Alfredo d'Escragnolle Taunay, futuro Visconde de Taunay. A correspondência com o "Chancelier de la légation Française" Theodor Taunay, homem grave e sorumbático, acabrunhado ao pêso de mil negócios, com um sentimento filantrópico levado ao extremo, representa hoje uma fonte preciosa de informações das atividades daquêle apóstolo do bem, que, por falta de qualquer organização, deixou o consulado francês, durante a sua longuíssima gerência, na mais completa desordem.

As anotações detalhadas de Mathorel durante a sua estada no Rio, a sua viagem ao Destêrro, de 10 a 27 de julho, e a sua vinda à Colônia Dona Francisca, no dia 3 de agôsto, e os preços da época pagos com hospedagem, transporte em "voitures" e nos vapores da linha intermediária costeira são preciosos documentos históricos.

Independente da Colônia Dona Francisca, Emile Mathorel iniciava a exploração comercial do "Domaine Dona Francisca" por conta do Príncipe de Joinville e do "Domaine Pirabeiraba" do Duque d'Aumale.

As instalações primitivas da "Serraria do Príncipe" foram ampliadas, oferecendo a Estrada da Serra, que passava a poucos metros do engenho, uma via de comunicação, para a madeira cortada, para o pôrto de Joinville. Contràriamente às divulgações publicadas sôbre a Serraria do Príncipe, a madeira não era transportada em balsas pelo Rio Cubatão, para ser embarcada no pôrto de São Francisco. Vinha em lombo de burros, e mais tarde puxada por bois, para a Colônia, ficando depositada à beira do Rio Cachoeira, para ser embarcada em lanchas com destino à São Francisco. Os anos de 1862 e 1863 mostram um indíce cada vez crescente de exportação de madeira de lei para o Rio de Janeiro, Pôrto Alegre e até Montevidéu.

Serviu no Rio de Janeiro o Sr. Otto Koehler durante muitos anos como intermediário dos negócios madereiros, fretando patachos e iates para o transporte marítimo de São Francisco. Nos matutinos do Rio de Janeiro encontramos anúncios nesses anos, como o seguinte : "Precisa-se fretar um navio brazileiro para ir buscar 200 duzias de taboas de cedro de S. Francisco do Sul; quem ti-

ver dirija-se para tratar ao escriptorio da rua da Quitanda N.º 129 1.º andar".

Ficando o terreno rural do Príncipe, de 100 x 100 braças, sem acesso às margens do Rio Cachoeira, Mathorel adquiriu do Sr. Bernhard Poschaan uma faixa estreita do imóvel, marcado com o N.º "36 a" no mapa da Direção da Colônia, de 1852, formando então a divisa sul do terreno de Sua Alteza Real uma linha reta, desde a "Rua Fabrica de Tijollos", ou Rua da Olaria, hoje Rua do Príncipe, até o Rio Cachoeira, em prolongamento da hoje Rua Jacob Richlin. A produção crescente de tábuas, pranchas, vigas e ripas da Serraria do Cubatão, destinadas à exportação, exigia uma área com trapiche, nas margens do Rio Cachoeira. A velha correspondência da época conta-nos das mil dificuldades em dias de chuva, transportando a madeira serrada, em carros de bois ou carros fretados de colonos, até o "Pôrto de Joinville".

As principais qualidades de madeira exportada eram araribá, cedro, canela, cabriúva, imbuia e peroba, pagando-se na praça do Rio de Janeiro, em 1861, por pranchas de 9 x 1 1/4 polegadas o preço entre 18 e 20$000 a dúzia.

Ao mesmo tempo, Emile Mathorel inicia o desmatamento de grandes áreas no lugar denominado "Poço de Cortume", nas terras do Duque de Aumale, e começa a plantação de cana-de-açúcar. Recebeu do Sr. Bernhard Poschaan Jr. valiosas informações sôbre êsses trabalhos, e as perspectivas positivas de um empreendimento agrícola nêsse local. Ainda existem os relatórios apresentados por Poschaan, baseados em experiência própria, com indicação sôbre preços da mão de obra, possibilidades de exportação e lucros.

Já em junho de 1863, a "Fazenda do Cortume", como era chamada na época, produzia 120 pipas de cachaça por ano, sendo então feitor o Sr. Emil Stein, homem de grande iniciativa e com conhecimentos técnicos. Conhecemos Stein já da sua viagem realizada a pé, em 1853, de Joinville a Curitiba.

Nesse mesmo ano é contratado o Sr. Friedrich Lange como feitor da Serraria do Príncipe, iniciando-se a construção de uma casa de engenho com nova maquinaria e serra horizontal, movida por meio de roda de água, de seis metros de diâmetro. A construção de

um canal no Rio da Prata e um dique para desviar o curso do rio em direção do engenho, é obra monumental, face às dificuldades técnicas surgidas por motivo das enchentes do Rio Cubatão e que destruiram por vêzes os trabalhos de semanas.

Em setembro estava sendo construído na Serraria também um engenho para fabricação de cachaça. Os pormenores serão relatados oportunamente.

Em fevereiro de 1861, Joinville recebeu a visita de um sábio suíço profundo conhecedor das ciências naturais e geógrafo. Johann Jakob von Tschudi era embaixador da Suíça, realizando, em 1860, a sua terceira viagem à América do Sul. Em missão especial, visitava as colônias do Brasil, informando-se minuciosamente sôbre o melhor sistema de colonização e reunindo as suas observações numa obra de cinco volumes intitulada "Reisen durch Suedamerika", editada em 1866 - 1869 (Brockhaus-Leipzig), ricamente ilustrada, contribuindo com essa obra "Viagens através da América Meridional", substancialmente, para uma apreciação justa e objetiva da colonização no Brasil.

O Barão von Tschudi aqui estêve em viagem oficial e a convite do Govêrno Imperial, tendo à sua disposição uma corveta da marinha, que entrou na barra de São Francisco a 9 de fevereiro. No dia seguinte, o Sr. Tschudi, acompanhado de alguns oficiais, visitou a Colônia Dona Francisca, sendo calorosamente recebidos pelos seus compatriotas suíços.

Fazendo uma comparação com as colônias de São Paulo e Espírito Santo, administradas em forma de parceria ou sociedade comum entre o proprietário da fazenda e o colono (sistema de parceria), von Tschudi encontrou na Colônia livre e particular um ambiente radicalmente diferente de satisfação e bem-estar entre os colonos, apesar de algumas críticas quanto aos preços exagerados das terras coloniais e à tendência propagandística, tanto da Sociedade Colonizadora como do Govêrno Imperial, para decretar a Colônia como modelar e única no país, considerando o seu desenvolvimento comercial e industrial, mas esquecendo o progresso agrícola e rural.

A 22 de abril de 1861, o Presidente da Província, Francisco Carlos de Araujo Brusque foi exonerado do seu cargo, sendo subs-

tituído pelo Presidente Dr. Ignacio da Cunha Galvão. Não se demorou, êste, entretanto, muito tempo à frente da Província, pois, enfermado, foi substituído em novembro pelo Padre Vicente Pires da Motta.

Um dos primeiros atos do Presidente Cunha Galvão, em relação à Estrada da Serra, foi a substituição do Sr. Georg Adolph Otto Niemeyer, de fiscal das obras, nomeando o Capitão Benno von Frankenberg, a 23 de maio de 1861.

Para explorar as quatro léguas quadradas de terras devolutas na margem esquerda do Rio Itapocu. concedidas à Colônia, conforme o contrato de 1.º de julho de 1859, a Direção da Colônia enviou, já em outubro de 1859, o engenheiro August Wunderwald, para fazer o levantamento topográfico da região e procurar um caminho através das florestas virgens, em direção ao Itapocu.

Agora, em 1861, surge o problema de uma ligação terrestre entre a Colônia Dona Francisca e a Colônia Blumenau, aproveitando o picadão feito por Wunderwald em 1859, ligando ao mesmo tempo as quatro léguas quadradas de terras no Itapocu, a uma estrada de comunicação com a Colônia.

Assim, a 21 de agôsto do mesmo ano, Wunderwald partiu da Colônia em companhia de 6 camaradas, dirigindo-se à Colônia Blumenau, seguindo o caminho terrestre via São Francisco, Barra Velha, Itapocu, chegando à Barra do Rio Itajaí no dia 23 à tarde e atravessaram o rio na canoa do Sr. Sievert (12$000 !), em cuja casa também passaram a noite. No dia seguinte, prosseguiram viagem de canoa, remando o dia inteiro, chegando à noite no estabelecimento do Sr. Schramm (pernoitar, 1$200). Sòmente às 11 horas do dia seguinte, chegavam à Colônia Blumenau, onde foram calorosamente recebidos pelo Dr. Blumenau, Prestien e Sr. Gaertner.

Após alguns dias de repouso na Colônia, começou a exploração em direção norte, através das florestas totalmente desconhecidas entre a Colônia Blumenau, no vale do Itajaí, e a região do vale do Rio Itapocu, subindo o Rio do Testo e o Rio Benedito em estafante viagem através de regiões fluviais com densas matas, onde cada passo teve de ser aberto a foice e facão, e subindo as serras rochosas, com a pesada bagagem de mantimentos carregada às costas.

A 13 de outubro, portanto após 6 semanas de penosa viagem a pé, chegaram Wunderwald e seus seis companheiros à Colônia Dona Francisca, completamente exaustos e famintos, trazendo registros valiosos nas cadernetas e nos manuais. Durante semanas, viveram sòmente de caça, de macucos, jacutingas e outras aves, e de palmitos. As aventuras dessa expedição, narradas nos diários de Wunderwald, são verdadeira odisséia de bravura e sacrifício. Wunderwald e seus companheiros mais fiéis, Schimming, Heusy, Gilgen, Schroeder e Roehrig tornaram-se figuras legendárias da Colônia Dona Francisca, como batedores do mato ou "escoteiros".

Com essa excursão do engenheiro, ficou constatada que as terras primeiramente escolhidas na margem esquerda do Rio Itapocu e fazendo divisa com as terras do antigo sítio do Cel. Camacho, não apresentavam vantagem para uma futura colonização devido às enchentes, no período das chuvas. Em conseqüência, ficou suspenso o pagamento ao Govêrno Imperial, do preço estipulado.

Em julho, setembro, novembro e dezembro, chegaram a Joinville mais quatro levas de imigrantes, num total de 272 pessoas. Com essas últimas entradas, a população da Colônia Dona Francisca, em fins de 1861 atingia a 597 famílias, com 3.050 pessoas, das quais 1.872 adultos e 1178 menores.

O Relatório do Diretor Niemeyer, apresentado ao Presidente Padre da Motta, acusa a existência de 2437 evangélicos e 613 católicos; nasceram nêsse ano 124 crianças e houve 63 falecimentos. 745 pessoas já tinham sido naturalizadas.

Existiam na Colônia 689 casas habitadas e 465 ranchos, assim como 134 casas no perímetro urbano de Joinville, sendo as últimas tôdas cobertas de telhas de barro, conforme a Lei Comunal.

A importação de alimentos durante o ano de 1861 foi diminuta, limitando-se à carne sêca e farinha. A exportação de madeira de lei proporcionou um lucro líquido de 20 contos de réis. Muitos colonos afastaram-se temporàriamente da Colônia, para trabalhar na Estrada de Ferro, em São Paulo, ganhando muito dinheiro.

Assim, a Colônia Dona Francisca, 10 anos após a sua instalação, apresentava um aspecto promissor e, desde a chegada do "Co-

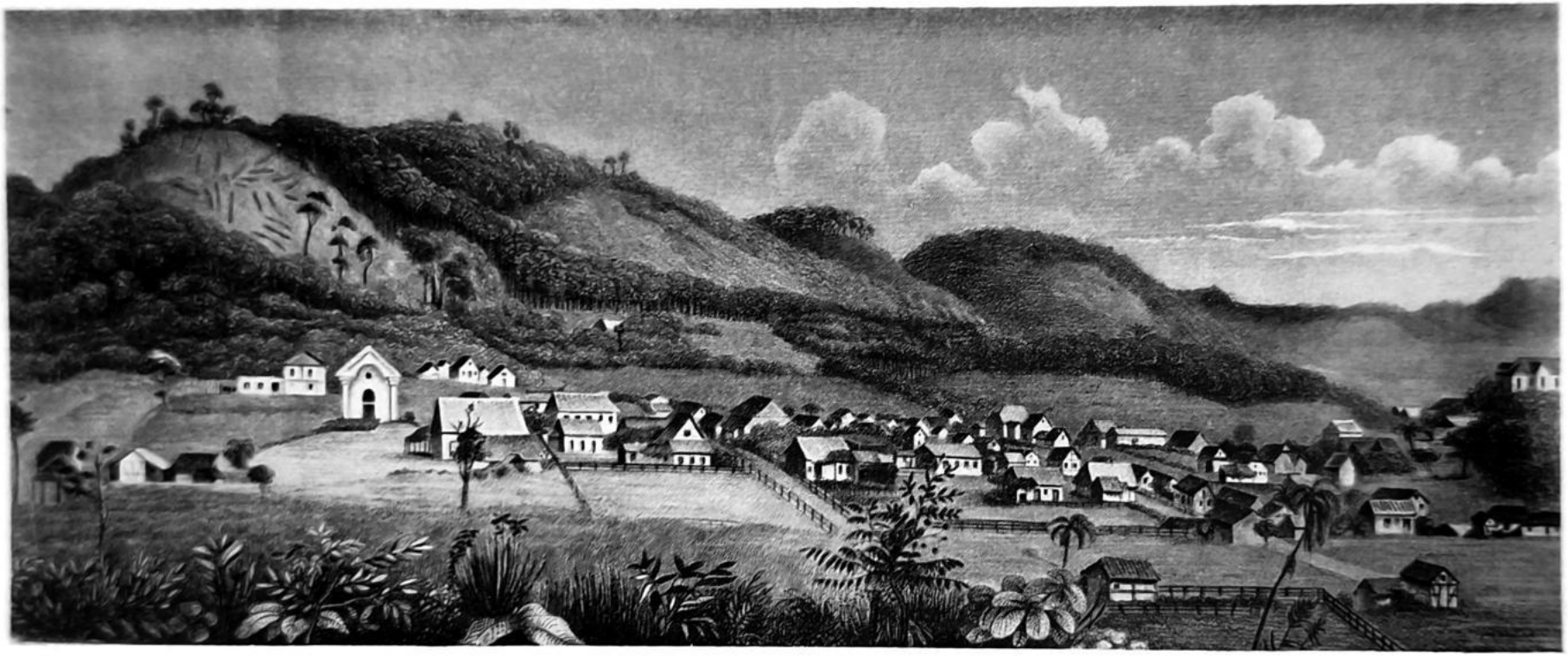
lon" em 1851, já haviam entrado 42 navios com mais de 4.460 passageiros.

Teve, nesse ano de 1861, a Lei de "Rescrição Heydt" uma influência desfavorável na quantidade de pessoas emigradas para o Brasil.

Em princípios de 1862, foi eliminado o cargo de "inspetor", na Direção da Colônia e o Sr. Friedrich Heeren foi demitido. Transferindo-se para a nova Colônia Brusque, Heeren é nomeado agrimensor, em agôsto de 1863, inciando os trabalhos da demarcação de lotes e abertura de picadas, sob a orientação do Diretor da Colônia Brusque, Barão von Schneeburg. Conta-nos Oswaldo Cabral, no seu livro "Brusque", as rixas surgidas entre Heeren e Schneeburg e as intrigas fomentadas por Heeren entre o Diretor e os colonos. Heeren deixou o cargo de agrimensor em março de 1865, após ter concluído o levantamento topográfico da estrada que seria a ligação Itajaí-Brusque. Encontramos Friedrich Heeren, em setembro de 1867, como diretor interino da Colônia Príncipe Dom Pedro, voltando êle, em agôsto de 1869, para Joinville, onde assumiu o cargo de engenheiro e funcionário do Domaine do Príncipe de Joinville.

Nesse ano de 1862, vieram mais quatro navios com 528 imigrantes. Apesar da proíbição de contratar imigrantes na Prússia, vieram 376 pessoas do Reino.

O inverno dêsse ano veio rigoroso. Em ofício dirigido ao Sr. João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Império, o secretário da Direção, Sr. Ottokar Doerffel, informa os estragos causados pela geada: "A Colonia fez no mez corrente huma experiencia muito triste em respeito de suas plantações. Nos dias 14 a 17 de julho com forte vento do Sul e sendo o tempo muito claro, a temperatura se abaixou tanto, que o thermometro durante tres noites sucessivas mostrasse menos de 0º, e assim na manhã dos ditos dias tudo era coberto com geada espessa. Neste momento a Colonia dá hum aspecto muito triste, pois não só os cafezeiros como tambem as bananeira e canna d'assucar, tayas, ihames e mesmo a gramma nos pastos se achão muito arruinados pelo frio e todas estas plantas parecem queimadas".



Vista de Joinville em 1862. Nos fundos o Morro da Boa Vista, à direita a igreja católica, à esquerda a Casa de Oração Protestante.

Os trabalhos das obras públicas na Colônia prosseguiram em ritmo normal, com o financiamento pontual recebido diretamente do Agente da Sociedade Colonizadora no Rio de Janeiro, que, por sua vez, recebia as verbas da Côrte. Sòmente os subsídios mensais de 2:500$000 para a construção da "Estrada do Paraná" sofreram atrasos desagradáveis, sendo pagos pelo Govêrno Provincial com irregularidade.

Veio êsse dinheiro, trocado em "cobre", por intermédio da tesouraria da mesa de rendas de S. Francisco, em sacos lacrados, cheios de moedas de cobre e prata. Encontramos nos livros "Caixa" das despesas administrativas da antiga Colônia, anotações mensais como: "Desp. d'uma viagem à S. Francisco p/ buscar o dinheiro", ou então "transporte de cobre".

Recebia o mensageiro enviado a São Francisco, em geral 10 mil réis de gratificação. Abrindo os sacos fechados e lacrados, normalmente a Direção da Colônia encontrava uma diferença para menos e nunca para mais. Faltavam em geral algumas patacas ou vinham moedas antigas de cobre já inutilizadas pela ação do tempo, restando apenas um disco liso de metal sem a cunhagem. Essas diferenças na contagem do dinheiro foram minuciosamente anotadas pelo "Caixeiro" da Direção, Sr. Ottokar Doerffel, com a seguinte observação no livro de Conta Corrente: "Defeito do dinheiro ... 1$520 Rs, ou então: defeito de 2 sacos de cobre ... 2$320 Rs". E assim por diante.

Por ocasião das viagens "para buscar dinheiro", o enviado da Direção também levava e trazia a correspondência da Colônia, fechada em "maço postal", sendo o despacho gratuito, conforme deliberações Imperiais. Em 1862 ainda não existia agência do correio em Joinville. O Distrito de Paz fazia parte do Município de S. Francisco, sede da Comarca, até onde deveriam os colonos seguir para resolver casos administrativos de maior importância. A Direção da Colônia manteve em S. Francisco um Agente especial para cuidar dos seus interêsses, na pessoa do Sr. Gustave Lebon, que ocupava o cargo de adjunto do Promotor Público e escrevente da Coletoria, com patente de Capitão da Guarda Nacional.

Gustave Luiz Lebon, francês de nascimento, se metera na política e, em 1868, saiu no "Constitucional", do Destêrro, de autoria de um adversário político, a versalhada que a seguir transcrevemos:

"Diálogo entre um Francês e um Brasileiro na Cidade de S. Francisco - 6 de outubro de 1868 :

— Ora peta, senhor Francês,
Não se meta em eleição;
Isto não é República
Que houve em sua Nação.

— o —

— Eu sou do partido du Chique
e nom me importe mais nada.
— Ora peta, senhor Francês,
não estou para maçada !

— o —

— Pois encore voci nom sabe
Que êle me fês capitão ?
— Já lhe disse, senhor Francês,
não se meta em eleição.

— o —

— Parbleu ! exclama o corvo,
Olhe que sou brasileiro !
Não se exalte, lhe respondo,
vá gritar em seu chiqueiro.

— o —

— Voci nom sabe, senhorr.
que fui nomeado escrivon
Em paga dos bons serviços
— Que fiz à sua naçon ?

— o —

— Não me admiro disso,
lhe respondo em conclusão,
tenho visto muito burro
levar freio sem bridão !

Buquera & Cia."

Êsse "Chique" (Chico-Francisco) devia ser o chefe político local do Partido Liberal, a que Lebon pertencia (2).

O Presidente da Província, Padre Vicente Pires da Motta, exigiu, logo após a sua posse, um relatório detalhado do estado da construção das igrejas na Colônia. Assim, a 18 de dezembro de 1861, e Direção enviou um orçamento dos trabalhos a serem executados na igreja católica. Faltava o telhado, orçado em 3:064$000 e mais 1:530$000 para serviços de pedreiro, inclusive cumieiras, fundamentos e pedestais para 8 pilares, escadaria da porta principal e ladrilhos para o piso.

Faltavam as 3 portas principais e 5 portas pequenas laterais, assim como 18 janelas grandes, orçadas em 2:760$000. Sòmente em novembro de 1862, a Direção da Colônia abriu concorrência para o fornecimento de 26000 telhas a serem fornecidas no prazo de 4 meses contra caução de 150 mil réis.

Venceram a licitação e concorrência o Dr. Adolph Haltenhoff, Sub-Delegado da vila de Joinville, e Bernhard Poschaan Jnr., Juiz de Paz em exercício. Os fornecimentos dos tijolos iniciaram-se em julho de 1863.

Através dêsse orçamento, apresentado ao Presidente da Província, vê-se o estado da obra nessa data.

Surge então um fato inédito na crônica da igreja católica de Joinville : a 6 e 7 de novembro de 1862, estêve de visita com a sua comitiva nesta vila o Vice-Presidente da Província, Sr. João Francisco de Sousa Coutinho, para entregar, em nome do Presidente Padre Pires da Motta, certa importância para as obras da igreja, exigindo, ao mesmo tempo, a construção de uma tôrre anexa ao templo !

Sendo o Catolicismo religião oficial do Brasil, a votação de verbas para a construção de uma casa de oração protestante, representava indubitàvelmente uma demonstração da benignidade do Govêrno Imperial, a da liberdade de culto aos imigrantes luteranos. Não permitia, porém, a construção de "igreja" e sim uma simples "Casa de Oração", sem tôrre. Sòmente em 1892 e em virtude das liberda-

(2) Segundo Carlos da Costa Pereira, a quem devo os versos citados, o "Chique" (como Lebon pronunciaria o apelido "Chico"), era Francisco Matias de Carvalho, chefe Liberal.

des republicanas, outorgadas pela Constituição de 1891, foi construída para a casa de oração protestante uma tôrre que ainda hoje existe.

A igreja católica, projetada pelo arquiteto A. Kroehne e aprovada pelo Govêrno Provincial, não sabemos por que motivo, também foi desenhada sem tôrre.

Um curioso documento da época focaliza a situação criada pele exigência do digníssimo Senhor Vice-Presidente :

> "Aos dias 27 de dezembro do anno de 1862, nesta Colonia Dona Francisca, no escriptório das obras publicas de Joinville, às dez horas de manhã, reunirão-se em conferencia o encarregado das obras, Benno von Frankenberg-Ludwigsdorf, o Fiscal das obras Georg Adolph Otto Niemeyer, o Vigário desta Freguezia Padre Carlos Boegershausen, o architeto da Igreja Catholica Albert Kroehne e eu, Carlos Julius Parucker, Escripturario das obras, para deliberar em respeito da torre, de que a obra da Igreja Catholica ha de ser ornada à ordem verbal do Exmo Snr. Vice-Presidente da Província, João F. de Souza Coutinho, a qual ordem foi dada por elle na sua visita nesta Colonia aos 7 de Novembro p.p. na presença dos hoje comparecidos, quando S. Excia examinara a obra em construcção, e entregou elle no mesmo tempo da visita para a factura do tecto do edificio a quantia de Rs. 3:795$136, restante do Saldo para as obras do exercício findo. E como agora, no progresso da obra do telhado precisa decidir-se sobre a questão da torre, porque a construcção do telhado ha de soffrer mudanças. Os presentes entrarão em discussão sobre tal assumpto e convencendo-se que a execução do plano apresentada pelo Architecto Sr. Kroehne d'uma torre grande só, hé muito preferivel e mais conveniente de que a d'outro plano à respeito de três torres pequenas, e mesmo menos custosa, resolveram que fôsse construida huma torre só conforme o plano e que seja principiada a quanto antes; e que os presentes assim convencionarão e resolverão fêz-se êste termo, que depois de ser lido e approvado, foi assignado pelos presentes e eu, Carlos Julio Parucker, Escripturario das obras o escrevi.
>
> Ass : Benno von Frankenberg-Ludwisdorf, Georg Adolph Otto Niemeyer, Albert Kroehne, O Vigario C. Boegershausen, Carlos J. Parucker".

Com data de 24 de janeiro de 1863, o arquiteto A. Kroehne apresentou à Presidência da Província um orçamento detalhado da dita tôrre : - inclusive mão de obra, 40.000 tijolos, madeira para andaimes e pedras de granito para os fundamentos : Rs 4:800$580 !

Acontece que êste orçamento nunca chegou às mãos do Presidente Padre Pires da Motta; exonerado do seu alto cargo, assumiu a Presidência da Província o Capitão Pedro Leitão da Cunha, a 26 de dezembro de 1862. Não se interessara pela tôrre da igreja católica da pequena Colônia Dona Francisca e, conseqüentemente, a Direção da Colônia arquivou o projeto da tôrre. (3)

Em novembro e dezembro, foram feitas novas excursões de exploração na direção Sul, para encontrar a melhor comunicação com o Rio Itapocu e, de 11 de janeiro de 1863 a 3 de março, o engenheiro Wunderwald abriu picadas nos vales dos rios Testo, Benedito e Cedro, em direção a Blumenau. Ao mesmo tempo, o engenheiro Odebrecht, da Colônia de Blumenau, traçava um caminho em direção à Colônia Dona Francisca.

O dia 20 de dezembro de 1862 representa a data significativa do nascimento da Imprensa em Joinville. Nessa data, foi lançado o número experimental do "Colonie-Zeitung", órgão informativo da Colônia Dona Francisca e Blumenau. Com uma tiragem de 250 exemplares impressos num prelo manual de fabricação alemã, o Sr. Ottokar Doerffel, principal mentor da Imprensa em Joinville, realizou o seu sonho com a distribuição dos primeiros exemplares já dois dias antes, ou seja no dia 18 de dezembro, em forma de doação, sendo o exemplar, reproduzindo na nossa ilustração, dedicado ao engenheiro Wunderwald e rubricado pelo impressor Carl Wilhelm Boehm.

Desde 1857, Ottokar Doerffel, como velho político e com elevado gráu de cultura, combateu pela instalação de uma tipografia na Colônia. Angariando dinheiro em forma de subscrição, Doerffel encomendou na Alemanha uma oficina tipográfica que nunca chegou ao destino, pois o navio transporte "Francisca" naufragou, em setembro de 1858, na Barra de São Francisco, levando para o fundo do oceano o velho sonho de Doerffel.

---

(3) Copiador manuscrito da Direção da Colônia 1858 - 1869 (Bibl. do A.).

Em novembro do ano de 1857, veio pelo veleiro "Lucie-Caroline" um homem, que, pela sua profissão de tipógrafo e impressor, não se adaptava à vida de colono. Contratado por Doerffel para compor e imprimir o primeiro jornal, Boehm resolveu abandonar o seu lote colonial em Annaburg e aceitar o encargo da sua profissão. Entretanto, com o desaparecimento do navio "Francisca" teve de voltar para o trabalho rural.

Em fevereiro de 1861, por ocasião da visita do embaixador suíço, J. J. von Tschudi, Ottokar Doerffel relatou as dificuldades surgidas, convencendo o Barão da absoluta necessidade de um órgão que propugnasse pelos anseios dos habitantes das Colônias Dona Francisca e Blumenau.

Assim, von Tschudi, na sua volta à Côrte, conseguiu o financiamento por intermédio do Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú. Foi encomendada nova oficina tipográfica em Leipzig e, a 11 de dezembro de 1862, o veleiro "Gellert" trouxe a preciosa carga, composta de 12 caixas, cada uma com o pêso máximo de 60 quilos, para possibilitar o transporte na lancha da Direção da Colônia, após o desembarque em São Francisco. Ainda existe o manifesto de carga da primeira "Buchdruckerei", ou tipografia de Joinville.

Cooperando com a iniciativa do Sr. Doerffel, a Direção da Colônia cedeu gratuitamente, por dois anos, o antigo rancho da Casa de Direção, na "Hafenstrasse", então desocupado, contratando, após êste período, o aluguel anual de 120$000.

Carl Wilhelm Boehm deixou definitivamente Annaburg e, já a 18 de dezembro, portanto, uma semana após o desembarque da maquinaria e do prelo, saiu a lume o primeiro exemplar do "Colonie-Zeitung", com data de 20 de dezembro, sábado, quando entrou em circulação. Doerffel como redator, Boehm como compositor, paginador e impressor, e Johann Heinrich Auler na expedição. Manteve Auler, em Joinville, na sua loja de secos e molhados, situada bem defronte à hoje Alameda Bruestlein (ou Alameda das Palmeiras), na Rua do Príncipe, a primeira livraria e papelaria de Joinville. Até 1871, a expedição do "Colonie-Zeitung" ficou a cargo da sua firma, tanto em Joinville como no Rio de Janeiro.

A circulação definitiva, com o N.º 1, se iniciou a 3 de janeiro de 1863, em tamanho 23,5 x 31,5, a princípio como semanário, passando, em 1898, a bi-semanário. Custava o exemplar avulso 160 réis e a assinatura anual 6$000. Enviava Doerffel 50 exemplares para a livraria Robert Kitler, em Hamburgo, para distribuição na Alemanha.

Foi, assim, Ottokar Doerffel, membro da Direção da Colônia, Cônsul de Hamburgo (em substituição do Sr. B. Poschaan desde 1860), apaixonado pelo Desenvolvimento cultural da Colônia, o pai da imprensa joinvillense (não contando o jornalzinho manuscrito "Der Beobachter", de 1852).

Terminou o ano de 1862 com uma população total de 3675 pessoas, acusando um aumento de 625 almas contra o ano de 1861. Houve nesse ano um aumento considerável do gado existente na Colônia, contando-se 488 cabeças contra 308 do ano anterior.

Aumentou também favoràvelmente a exportação de madeira serrada, acusando um saldo de 7 contos de réis por mês. Outros produtos exportados e com muita aceitação na praça de São Francisco, eram telhas de barro e artefatos de cerâmica, fabricados por Frankenberg e Lepper.

Representa o abastecimento do mercado de São Francisco, com produtos fabricados na Colônia Dona Francisca, um primeiro passo na industrialização de Joinville. Não baseada em riquezas do sub-solo e não incentivada pela proximidade dos grandes centros de consumo ou por uma situação favorável quanto aos meios de transporte e de comunicação, a indústria da antiga Colônia Dona Francisca foi quase exclusivamente fruto do esfôrço dos seus habitantes. Muitos imigrantes, chegando de zonas européias já industrialmente desenvolvidas, trouxeram para cá as aptidões e a indispensável iniciativa para transformar, passo a passo, um território de mata virgem em uma zona das mais industrializadas do sul do Brasil.

O primeiro período que distinguimos na história industrial, foi a simples transformação de produtos agrícolas; começou esta primeira fase da indústria colonial pràticamente com a própria colonização, na forma de engenhos de açúcar e cachaça, de farinha de mandioco, moinhos de milho, serrarias e olarias.

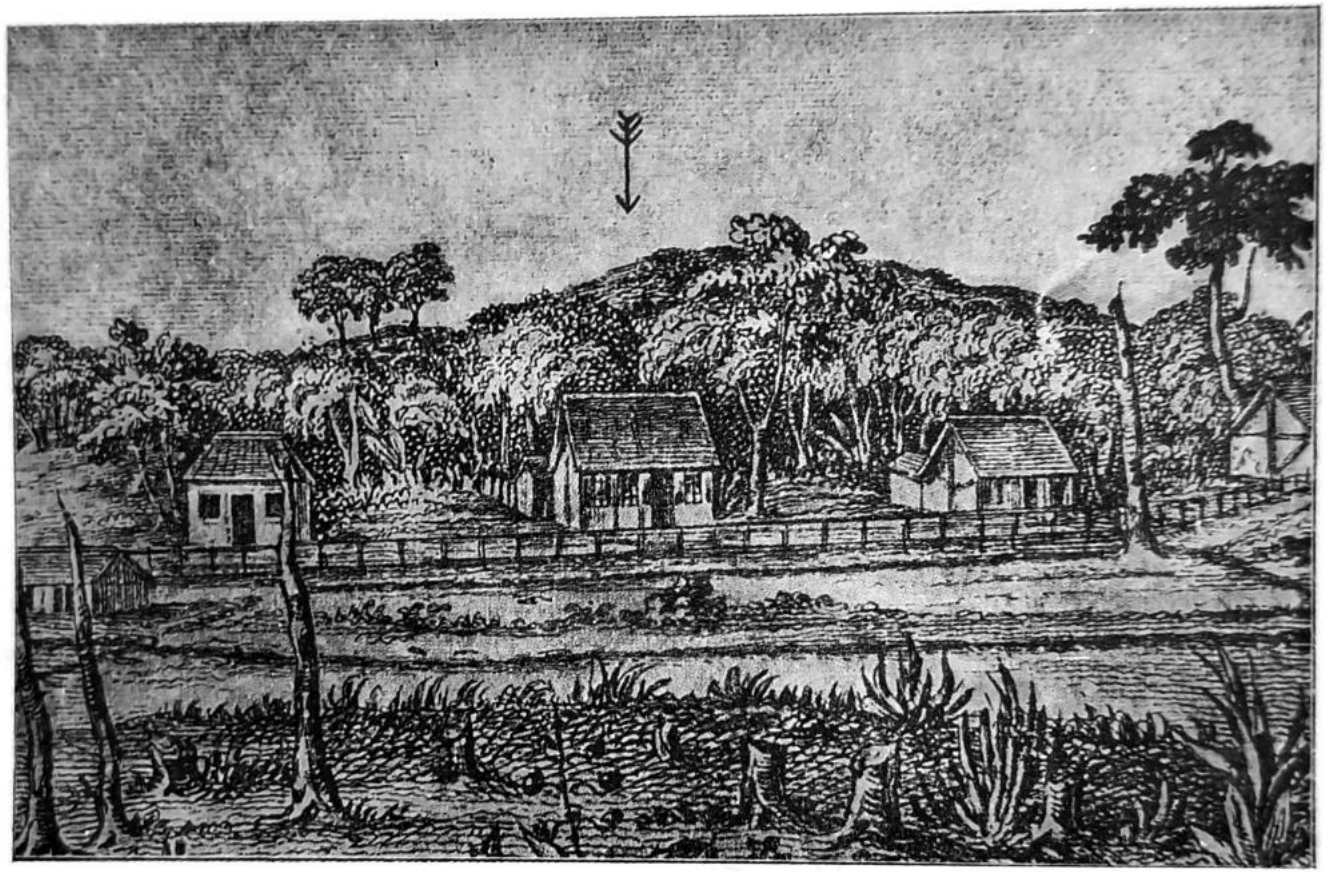
É interessante notar o espírito de organização e previdência do primeiro colonizador. Vindo para um estabelecimento onde tudo estava por fazer, não foi apenas colono no sentido restrito do têrmo, isto é, homem cuja profissão era o amanho da terra, mas também trabalhador em ofícios que se faziam imprescindíveis num lugar onde havia escassez de mão de obra.

Seguindo o seu ritmo, a industrialização da Colônia Dona Francisca veio, aos poucos tomando incremento, contando em fins de 1862, com 70 engenhos de mandioca, 32 de açúcar, 12 carpinteiros, 12 sapateiros, 4 torneiros, uma fábrica de guarda-chuvas, 5 fábricas de charutos, 6 olarias, 2 estaleiros, etc. etc. Os produtos, além do consumo interno da Colônia, eram exportados para São Francisco. As pequenas fábricas de sabão, vinagre, louça de barro, cerveja, charutos e cigarrilhos encontraram no estabelecimento do comerciante e atacadista Marcos Görresen, antigo colono norueguês da Dona Francisca, um fiel comprador dos seus produtos.

Assim, com o seu impulso dinâmico, a Colônia às margens do Rio Cachoeira tirou a cidade de São Francisco do Sul da paralização e da estagnação em que se encontrava havia muito e que deu motivo às observações negativas do Revmo. Fletcher, em 1855 : "Quando contemplava as socegadas ruas de S. Francisco - quando observava a sua baía privada de qualquer navio que não fôssem os pequenos costeiros, e os seus estaleiros, ativos em tempos passados, com apenas duas chalupas em consêrto. O estabelecimento de uma Colônia de europeus na vizinhança da cidade a faria ressurgir".

Em janeiro de 1863, voltou do Destêrro, onde exercia desde setembro de 1859 o professorado no "Lyceo" provincial, lecionando Geografia e História, o Sr. Carl Julius Parucker, para tomar parte ativa na redação do "Colonie-Zeitung".

A Estrada da Serra encontrava-se, em princípios do ano, com 4 léguas terminadas e o traço da subida da serra desmatado e aberto. Para o sul, as estradas Sta. Catarina e Paratí estavam com mais de 2000 braças prontas e os primeiros lotes foram distribuídos em fevereiro. Em junho, o engenheiro Wunderwald demarcou os primeiros lotes na "Estrada Blumenau", nôvo caminho além do Rio Piraí em direção ao Itapocu.



Berço do "Colonie-Zeitung", 1862, foi a casa antiga e abandonada da Direção da Colônia.

O dia 27 de junho de 1863 tornou-se data significativa na história da igreja católica, com os festejos tradicionais da festa da cobertura. Grande massa popular havia acorrido, tanto da vila como também das redondezas, assistindo defronte ao templo às cerimônias e ao discurso do arquiteto Kroehne, culminando o festejo com um - "Viva ao Govêrno Imperial" e "Viva Sua Majestade o Imperador Dom Pedro II." !

Às sete horas da noite, no Salão Ravache, reuniram-se os trabalhadores e membros da Direção da Colônia, onde foi servida uma refeição - o "Hebeschmaus", de acôrdo com velhas tradições da Europa.

Nesse mesmo ano de 1863, a filha do Príncipe de Joinville e da Princesa Dona Francisca, Francisca Maria Adelaide, contraiu matrimônio com seu primo, o Duque de Chartres, filho do Duque de Orléans. Tendo rebentado em 1861 a guerra civil na América do Norte, dirigiu-se para lá, o Príncipe de Joinville, acompanhado de seu filho, Duque de Panthièvre, e de dois sobrinhos, o Conde de Paris e o Duque de Chartres. Sob o comando do general Mc. Clellan, participaram das lutas desenvolvidas durante o ano de 1862.

Em Hamburgo faleceu, em novembro de 1862, o membro da Direção da Sociedade Colonizadora, Sr. Georg Wilhelm Schroeder. Já dois anos antes, ou seja no dia 25 de janeiro de 1860, havia falecido o velho Senador Christian Matthias Schroeder com a idade avançada de 82 anos. O falecimento passou quase despercebido na Colônia Dona Francisca, ficando o seu filho Christian Matthias como sucessor na Diretoria da Sociedade.

Aos trinta dias do mês de setembro, às 3 horas da tarde, do ano de 1863, "nesta freguezia de São Francisco Xavier de Joinville, na Casa de Oração Protestante, comparecerão o fiscal das obras publicas dessa Colônia, Sr. Georg Adolph Niemeyer, o administrador das obras, Sr. Benno von Frankenberg-Ludwigsdorf, o architecto Albert Kroehne e eu abaixo assignado Escripturario das obras de huma parte, e o Pastor Protestante dessa Colonia, Friedrich Stapel de outra parte e foi declarado pelo dito administrador das obras, que por ordem da Presidencia havia de entregar ao Pastor Protestante o edificio da Casa de Oração, já acabado, em cumprimento do

que entregou ao dito Pastor as chaves do edificio, empossando assim a referida Casa de Oração, e para constar fez lavrar este termo que assignou com os comparecidos e eu, Carlos Julio Parucker, Escripturario o escrevi e assignei tambem.

Fr. Stapel - Pastor Protestante; Benno v. Frankenberg-Ludwigsdorf; Carlos Julio Parucker; A. Kroehne". (4)

Entregou a Presidência da Província, por intermédio da Direção da Colônia, oficialmente, o prédio terminado da igreja envangélica. Faltavam, porém, os bancos no seu interior, a pintura das portas e janelas e a pia do batismo, além da decoração interna. Assim, a Comunidade de Joinville apelou para a generosidade da população a fim de que contribuisse com donativos em dinheiro. Rendeu a coleta em pouco tempo a importância de 700$000 e encomendaram-se 38 bancos nas marcenarias de Grahl, Stenzel e Kratsch. Um harmônio foi doado pelo Sr. Mohrmann.

Em fins de 1863, a população da Colônia elevou-se a 4120 pessoas, com a vinda de 4 navios em abril, junho, agôsto e outubro, trazendo 396 passageiros. Nasceram nesse ano 182 e faleceram 81. Distribuiram-se na zona rural 1443 lotes coloniais.

A ordem comunal, representada pela "Gemeinde-Vertreterschaft", ou "Representação Comunal", angariou, em forma de impostos territoriais, a importância de 2:923$000 e gastou com a conservação das estradas e dos caminhos 2:812$000. A extensão das vias de comunicação na Colônia já atingia a 71 mil braças (156 quilômetros).

Os trabalho públicos, como já vimos, foram supletivos, concorrendo para a melhoria das condições de vida individual e coletiva.

Vencia em 1864 o contrato firmado entre a Sociedade Colonizadora e o Govêrno Imperial, de 1.º de julho de 1859. Já em fevereiro, o Agente Koehler no Rio havia conseguido, à custo, uma prorrogação do contrato até o dia 31 de dezembro do mesmo ano. De-

(4) Copiador da Direção da Colônia.

pendia dêsse contrato, com as subvenções do Govêrno Imperial, a sorte da Colônia Dona Francisca e o seu desenvolvimento.

Em fevereiro, inaugurou-se na "Inselstrasse", ou Estrada da Ilha, que corria em sentido paralelo ao percurso do Rio Cubatão, uma casa de oração protestante, por ser demasiadamente distante da vila a zona rural. Servia essa igreja ao culto religioso dos moradores das vastas áreas ao Norte de Joinville. Contratado pela Sociedade Colonizadora, veio de Basiléia, na Suíça, o Pastor Missionário Georg Feynauer, assumindo o seu cargo a 21 de fevereiro também como professor da escola local. A zona Sul da Colônia, a Estrada Parati e Catarina, fôra confiada ao Pastor Martin Meister, que durante muitos anos foi professor da escola de Annaburg.

De 1860 a 1864 haviam sido abertas a "Rabenstrasse" (Estrada do corvo) entre a Estrada da Serra e Cubatão, a "Koenigstrasse" em Annaburg, a "Cubatãostrasse", "Cometenstrasse" e "Inselstrasse", num total de 5288 braças e em seguida a "Pirahystrasse", "Catharinenstrasse", "Wilhelmstrasse", "Guiguerstrasse" e "Adolphstrasse", com um total de 3882 braças de extensão, sem contar 16 pontes maiores e 30 pequenas. Fôra intenso o trabalho nas estradas e a demarcação de lotes coloniais aos fundos da Colônia em direção Norte, Sul e Oeste.

Festejou-se a 7 de agôsto a inauguração da igreja protestante, ou melhor "Casa de Oração", pois o edifício sem a tôrre não apresentava o aspecto de uma igreja. Alguns dias antes, a 2 de agôsto, homenageando a data do aniversário da Excelentíssima Princesa Dona Francisca, o representante do Príncipe de Joinville, Sr. Emile Mathorel, convidou a população de Joinville para festejar a inauguração das novas instalações da "Serraria do Príncipe", como foi chamada desde aquela data. Foi uma festa muito animada, com bastante cerveja, bastante cachaça e muitas brigas entre os colonos convidados. Eram escassas as recreações de que os colonos podiam usufruir. A população na zona rural, isolada na selva e na necessidade de conjugarem seus esforços para vencerem as dificuldades comuns, originavam uma espécie de sociabilidade e aos domingos as famílias se reuniam nessa ou naquela casa, para comentar os acontecimentos da semana, as alegrias e mágoas da vida do colono.

Formou-se o desfile dos carros de quatro rodas, em direção ao Rio da Prata e o festejo popular, com competições de tiro ao alvo,

organizadas pela Sociedade de Atiradores, e até a apresentação de uma peça de teatro, encerrou-se sòmente altas horas da noite, com um baile, em que moços e velhos voltejavam ao compasso de "Rheinlaender", "Schottisch", "Laendler" e Quadrilhas.

5 meses depois, a 12 de dezembro, por ocasião de forte temporal, o prédio da Serraria, então inaugurado, foi destruído por incêndio causado pela queda de um raio.

Uma segunda feira, a 22 de agôsto, entra no pequeno pôrto da Colônia uma chalupa branca, trazendo o Presidente da Província, Sr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves e sua comitiva, composta dos Senhores Olympio Pitanga, Secretário da Província, Sr. Belarmino da Gama e Mello, Chefe da Polícia, o Delegado Caldeira, o Capitão de Engenheiros Sebastião da Souza e Mello e o Agente provincial para a colonização, Sr. Julius Trompowsky, acompanhados pelo capitão von Hohnholtz, Comandante do vaso de guerra ancorado na Ilha do Mel.

Sua Excelência tomou residência na casa do então Juiz de Paz, Sr. Dr. Severino Alves de Carvalho, percorrendo demoradamente a Colônia, visitando as igrejas, escolas e prédios públicos, permanecendo até o dia 29 à tarde, quando, com a sua comitiva, regressou ao navio, a fim de seguir viagem.

Aproximando-se o vencimento do contrato em vigor com o Govêrno Imperial, no fim do ano, a Direção da Colônia dirigiu uma petição em forma de abaixo-assinado à Côrte, pedindo a renovação do contrato e apontando a importância do prosseguimento dos trabalhos na Estrada da Serra e a abertura do Pôrto de São Francisco para exportação e importação, com instalação de uma alfândega.

Aconteceu por diversas vêzes, que navios chegados com colonos foram revistados pelos funcionários da mesa de renda de São Francisco e - apesar da livre importação da bagagem dos colonos - interditados na descarga dos volumes, sendo obrigados a prosseguir viagem para o Destêrro, a fim de submeter-se à revisão da alfândega ali sediada.

A questão da alfândega de São Francisco arrastou-se por anos e deu motivos a inúmeros ofícios, petições e reclamações.

O relatório do ano de 1864 acusa a chegada de sòmente três navios de imigrantes, com a entrada de 91 passageiros na Colônia. Deve-se a diminuição da imigração à guerra entre a Alemanha e a Dinamarca, iniciada em fins de 1863 e terminada em outubro de 1864, com a cessão definitiva de Schleswig-Holstein à Prússia e à Áustria.

Nos últimos dias do ano de 1864, o Agente no Rio de Janeiro, Koehler, conseguiu do Govêrno Imperial nova prorrogação do contrato até fins de abril de 1865. A 29 de dezembro, lançou-se a pedra fundamental do nôvo prédio da loja maçônica, próximo da igreja católica, apesar do protesto do Rev. Padre Carlos Boegershausen.

E mais um ano passaria...

A 7 de janeiro de 1865, o "Colonie-Zeitung", no seu primeiro número dêsse ano, trouxe com destaque os acontecimentos do Rio da Prata, onde, no dia 5 do mês anterior, o General Flores e a Armada Brasileira, composta da canhoneira Araguai, Belmonte, Parnaíba e Ivaí, sob o comando do Almirante Tamandaré, iniciaram o ataque a cidade de Paisandu, atirando no dia seguinte mais de 600 bombas sôbre as fortificações do General Leandro Gomes. Em fins de janeiro, o Sr. Emile Mathorel apresentou ao Príncipe de Joinville e ao Duque d'Aumale a sua demissão. Não conhecemos os verdadeiros motivos que o levaram a tomar essa deliberação, pois as exportações de madeira e pranchas e tábuas haviam aumentado consideràvelmente, nos últimos anos, assim como a venda de cachaça em pipas para o Rio de Janeiro, à razão de 70 a 100$000 a pipa (479,16 litros), sendo principal comprador a firma Bernardo Correa Sá.

O caso torna-se tanto mais incompreensível ao saber-se que o Duque de Aumale pretendia aumentar consideràvelmente a produção da "Fazenda Poço de Cortume", com a aquisição de nova maquinaria na França, encontrando-se já embarcado a bordo do veleiro "Assecuradeur", que chegaria a São Farncisco em maio de 1865. Já dois meses antes, em março, havia chegado à Colônia um técnico francês, de nome Raffestin, para preparar os fundamentos da maquinaria embarcada e dirigir os trabalhos de montagem.

Em fevereiro, dia 11, o Sub-Delegado, Sr. Dr. Haltenhoff, dirigiu um apêlo ardente aos cidadãos da Colônia Dona Francisca para se alistarem nas fileiras dos "Voluntários da Pátria", nôvo con-

tingente criado por Decreto Imperial de 7 de janeiro. Prometia-se, de acôrdo com o Edital pregado nas portas das igrejas, um aumento do sôldo de 300 réis por dia e 300 mil réis de gratificação e mais a doação de 22.500 braças quadradas de terras coloniais nas colônias militares existentes. Para distinguir o voluntário do soldado comum da Guarda Nacional, deveria ser oferecida àquêle uma plaqueta de metal amarelo com os dizeres "Voluntário da Pátria" e o escudo imperial, plaqueta que seria costurada na manga do braço esquerdo.

Chegou em maio do mesmo ano, em São Francisco, a maquinaria para a usina e destilaria do Duque d'Aumale, em Pirabeiraba, no Poço de Cortume. Para a caldeira enorme, que pesava 4 toneladas, construíu-se uma carreta especial, reforçada, que seria puxada por 7 parelhas de bois. Quando passou pelas ruas de Joinville, acorreu o povo para comentar as perspectivas do futuro progresso de Joinville.

Nesse mesmo dia, 27 de maio, embarcava o Pastor Protestante da Colônia, Friedrich Stapel, de volta definitivamente para a Europa. Ficou, assim, a Comunidade outra vez sem assistência religiosa. O Pastor Feynauer, da Estrada da Ilha, assumiu o encargo interinamente.

A igreja católica, pronta e terminada a obra desde dezembro de 1864, recebeu em forma de doação de Sua Alteza Real, o Príncipe de Joinville, um belo harmônio, vindo de Paris, da firma Alexandre Père et Fils. A inauguração da igreja sòmente teve lugar em 1867.

Pela primeira vez, um cidadão joinvillense é eleito presidente da Câmara Municipal de São Francisco do Sul. O Sr. Georg A. Otto Niemeyer, como brasileiro naturalizado, assumiu êsse cargo em agôsto de 1865, sendo seu Secretário o Sr. João Ricardo Pereira e o Sr. Joaquim Fernandes Dias o Vice-Presidente, ficando o Sr. Carlos Julio Parucker, como Procurador da Câmara Municipal para a Freguesia de São Francisco Xavier de Joinville.

Em agôsto anunciava a imprensa local o falecimento do antigo e primeiro Diretor da Colônia Dona Francisca, Sr. Eduard Schroeder, em Hamburgo, a 20 de julho do mesmo ano.

A 23 de junho foi a S. Francisco a chalupa da Direção da Colônia, a fim de trazer um homem que, por 46 anos, iria prestar os

mais relevantes serviços à Colônia, ficando a história de Joinville, desde 1865, inegàvelmente ligada ao seu nome : Friedrich Bruestlein.

Nascido, em 1835, na Alsácia, em Mulhouse ou Muehlhausen, Bruestlein optou, depois da anexação da Alsácia, pela nacionalidade francesa, tornando-se depois cidadão brasileiro. Formou-se em engenharia química e veio contratado pela firma M. Bocher, de Paris, para substituir o Sr. E. Mathorel, como procurador do Príncipe de Joinville e do Duque de Aumale.

Mais de cinco semanas Fréderic Bruestlein permaneceu na Fazenda Poço de Cortume para montar a maquinaria nova, com o técnico Sr. Raffestin. Finalmente, em agôsto veio a resposta do Príncipe de Joinville sôbre a demissão definitiva do Sr. Mathorel, que transmitiu a notícia de Joinville para Pirabeiraba : "enfin, Leur Altesse Royal ont daigné accepter ma démission".

Assim, a 14 de outubro de 1865, Bruestlein assumia o cargo de representante e procurador nos dois empreendimentos : "Domaine Dona Francisca" e "Domaine Pirabeiraba".

Já no dia seguinte o Sr. Emile Mathorel partia para São Francisco, acompanhado de sua família. A 13 de novembro embarcou do Rio de Janeiro para a Europa. As suas últimas cartas, da volumosa correspondência com o Sr. Frederico Bruestlein, datam de dezembro, com notícias sôbre o Príncipe de Joinville, em Claremont, e, de janeiro de 1866, de Neuilly, na França.

Nessa época verificou-se no Rio de Janeiro a assinatura do nôvo contrato, a 1.º de maio de 1865. Prorrogado por duas vêzes o contrato de 1859, finalmente o Sr. Otto Koehler conseguiu estabelecer novas concessões com novas perspectivas para a colonização da Dona Francisca. Anulando, com a assinatura do contrato nôvo, tôdas as disposições anteriores, a Sociedade Colonizadora, a partir de 1.º de maio de 1865 e durante cinco anos, obrigou-se a introduzir anualmente 1000 colonos, com o preço da passagem tabelado. Obrigou-se mais a Sociedade de assumir integralmente a direção das obras da Estrada da Serra e gastar no mínimo 10 contos de réis com a abertura de novos caminhos na área colonial. Finalmente, a Sociedade Colonizadora prometeu, conforme o quarto item do contrato, criar uma colônia agrícola para criação de gado, no planalto do

Paraná, atingido pela Estrada da Serra e instalar ali, anualmente, 300 colonos.

De sua parte, o Govêrno Imperial concedeu à Sociedade Colonizadora uma subvenção anual de 60 contos de réis, e o pagamento de 5 contos de réis por mês para os trabalhos da Estrada Dona Francisca. Além da promessa de subvencionar o término da igreja católica e a construção de nova igreja católica na colônia a ser fundada no planalto, o Govêrno Imperial obrigou-se a vender à Sociedade, ao longo da Estrada da Serra ou "Estrada do Paraná", 247 quilômetros quadrados de terras devolutas, pelo preço de meio real por braça quadrada, cujas demarcações ficariam a cargo da Direção da Colônia Dona Francisca.

Êsses dois itens do nôvo contrato, já em 1867 sofriam modificações, de maneira que o pagamento dos 247 quilômetros quadrados só seria feito após a venda dos lotes demarcados aos colonos. Desistiu o Govêrno Imperial também do cumprimento da exigência à respeito da instalação de uma colônia agrícola para criação de gado no planalto.

Pesava sôbre a Sociedade Colonizadora êste último item como verdadeiro pesadelo, por dois motivos plausíveis :

1.º — Já em 1857 e 1858 o engenheiro August Wunderwald tinha penetrado, nas suas explorações para traçar a futura Estrada da Serra, nos Campos de São Miguel no planalto. Outra expedição em 1866 confirmou definitivamente a impossibilidade de fundar tal colônia agrícola, antes de estar concluída a ligação por estrada de rodagem entre São Miguel e a Colônia Dona Francisca.

2.º — A Guerra do Paraguai e dificuldades financeiras da Sociedade Colonizadora paralizaram as obras do Estrada da Serra durante meses, por falta de verbas. Sendo o trabalho nas obras da estrada a principal fonte de renda para muitos colonos recém-chegados, êstes perderam o emprêgo, com a paralização do serviço na Estrada. Em conseqüência desta medida, começou a reinar a fome e a miséria entre êstes novos colonos, que exigiram da Direção da Colônia adiantamentos e empréstimos sem fim.

Por êstes e diversos outros motivos a Sociedade Colonizadora

não cumpriu todos os itens do nôvo contrato firmado em maio de 1865 e alterado em 1867.

A Estrada da Serra, em princípios de 1865, estava em construção adiantada e traçada até o alto da serra. A 3 de abril chegou a Joinville, via Paranaguá, o engenheiro da Província do Paraná, Barão von Holleben. Contratou von Holleben, com autorização do Govêrno Provincial, 40 trabalhadores, carpinteiros e pedreiros, subindo, em seguida, o caminho em construção, da Estrada da Serra, para abrir nova picada em direção a Curitiba. O ponto em que êste caminho se desviara do traço, em direção a Rio Negro, foi chamado "Encruzilhada" e teve - nos anos seguintes - importância decisiva na famosa "Questão de Limites" entre as Províncias do Paraná e Sta. Catarina.

A abertura da Estrada da Serra e a futura ligação do planalto com a província de Sta. Catarina, causou a mais viva resistência da parte do comércio de Antonina, Morretes e Paranaguá, que via, em próximo futuro, o desvio do escoamento das riquezas de Curitiba em direção do pôrto de São Francisco, diminuindo o movimento da Estrada Graciosa.

A 30 de abril do mesmo ano chegou do Rio de Janeiro o Tenente de Engenheiros, Francisco A. M. Tourinho, para fiscalizar as obras em andamento. Acontece que, desconfiando das intenções da Presidência da Província do Paraná, de controlar o movimento da nova estrada com a abertura do traçado em direção a Curitiba e não Rio Negro, o Govêrno Imperial enviou êsse engenheiro militar à Colônia Dona Francisca.

Graças ao relatório do Conselheiro Dr. Ignacio da Cunha Galvão, baseado no plano do engenheiro Francisco Antônio Monteiro Tourinho, emendou-se o êrro em tempo e por aviso de 30 de setembro de 1867, o Govêrno Imperial determinou fôsse a então Freguesia do Rio Negro o ponto terminal da nova estrada.

O dia 31 de maio de 1865, é de real importância para a história da Estrada da Serra e para o norte-catarinense : chegou, às três horas da tarde, à Vila de Joinville, o primeiro grupo de viajantes a cavalo, que desceram as vertentes da Serra Geral pela Estrada Dona

Francisca, com uma tropa de bêstas conduzindo erva-mate e voltando no dia seguinte com uma carga de couro curtido na indústria do Sr. Jacob Richlin, de Joinville. Abriu-se nessa data a via de comunicação para viajantes e para o comércio.

Em setembro, noticiava o "Colonie-Zeitung" a convocação de Voluntários da Pátria para formar contingentes de colonos alemães, autorizada pelo Presidente da Província de Sta. Catarina, com data de 16 de setembro. Conforme o edital, assinado pelo encarregado do alistamento, Wilhelm Hoffmann, o contingente seria formado em Joinville, recebendo cada voluntário, além de uniforme, equipamento militar e "armas à Minié", um sôldo de 800 réis por dia.

Nesse mesmo mês, estabeleceu-se nôvo médico em Joinville, o Dr. Carl Henschel, dando as primeiras consultas no Hotel Kumlehn.

Formou-se nos primeiros dias de outubro uma comissão patriótica, composta do Vigário C. Boegershausen, G. A. Otto Niemeyer, Dr. Haltenhoff e o médico Dr. W. Engelke, com a incumbência de organizar o alistamento de voluntários para as operações de guerra.

Wilhelm Hoffmann, na sua qualidade de Procurador do poder "municipal" ou "Vertreterschaft", fêz afixar, nos lugares mais freqüentados na Colônia, uma proclamação convocando os habitantes para alistar-se, com as vantagens de que sua dispensa dar-se-ia imediatamente após ser declarada a paz, e que as famílias dos que tombassem durante as operações teriam direito a pensão de meio sôldo, conforme as leis existentes para o exército, recebendo o inválido, para o resto da vida, o sôldo dobrado. O contigente de voluntários alemães seria considerado como "Batalhão de Caçadores".

Correndo o boato de que o Presidente da Província tinha autorizado o pagamento adiantado de 50$000 para cada homem alistado, verificou-se, na reunião convocada a fim de combinar as derradeiras providências, grande aglomeração de colonos com a intenção de seguir para a guerra. Quando se desfez o boato, a maioria perdeu o ânimo e voltou para casa. Sòmente 23 alistaram-se no dia 26 de outubro e seguiram no dia 29, às 7 horas da noite, em formação e com o Alferes Wilhelm Hoffmann à frente, para o Restaurante do Sr. Ravache, onde lhes foi servida uma refeição de despedida. Ao toque de reunir, perto das 8 horas e sob iluminação de tochas e archo-

tes, entregou-se ao pequeno grupo de voluntários a Bandeira, iniciando-se, em seguida, a marcha em direção ao pôrto, acompanhada pela Banda de música, pelos Ginásticos, assim como pelo "Saengerbund", com os seus estandartes. Grande massa popular esperava na praça do embarque, onde o Sr. Ulrich Ulrichsen havia tranformado o trapiche e a redondeza em verdadeira praça de festas, com palmeiras e flôres, e profusa iluminação.

Falaram o Diretor da Colônia, Sr. Louis Niemeyer e o Revmo. Padre Carlos Boegershausen, dirigindo-se aos Voluntários com palavras vibrantes, respondendo logo após o Alferes Hoffmann. A Banda de Música tocou, em seguida, o Hino Nacional e o "Saengerbund" entoou alguns cantos patrióticos. O Sr. Ulrichsen ainda ofereceu aos 23 Voluntários um copo de bebida. Com a vasante seguiu a embarcação Rio Cachoeira abaixo, até o barra do Araquari (hoje Barra do Sul), de onde marchariam, via Itajaí, para o Destêrro.

Encontraram os Voluntários de Joinville, na Capital do Província, os componentes do contingente de Blumenau e Brusque, que já tinham chegado a 10 de outubro, sendo aquartelados numa casa da Praia de Fora. O Comandante dos alemães que deveriam formar uma companhia do 25.º Batalhão de Voluntários, completado por contingentes provindos do Paraná, era o Capitão Victor August Louis von Gilsa, de origem nobre da Alemanha, veterano da Guerra de 1851 e 52 contra Rosas no Uruguai. Dos demais oficiais do contingente, citaremos o Tenente Emil Odebrecht, de Blumenau, o Alferes Guido von Seckendorf, de Brusque, e os Alferes Sametzki e Friedenreich, de Blumenau, formando duas companhias. Embora destinados inicialmente ao 25.º Batalhão, não alcançaram mais aquêle Batalhão, que já havia seguido, em agôsto de 1865, para o Rio Grande do Sul. Formaram então os voluntários alemães o 9.º Batalhão da 9.º Brigada de Infantaria, composto de 87 elementos.

Após a chegada dos últimos Voluntários de Blumenau e Joinville, começou logo o treinamento e a requisição de armas, fardamento e equipamento militar. Ao anoitecer do domingo, 5 de novembro, chegava à Capital Catarinense o Imperador com o seu séquito e acompanhado pelos genros, Príncipe Luis Augusto de Saxe-Coburg Gotha e Príncipe e Conde d'Eu. Na manhã seguinte, o Im-

perador inspecionou os aquartelamentos e assistiu aos exercícios, sendo aclamado com entusiasmo.

Embarcou o contingente a 26 de novembro, num domingo, após um desfile pela Rua Augusta até o Largo do Palácio. Aí, houve missa campal e bênção da Bandeira do 9.º Batalhão. Por ocasião do juramento, 3 Voluntários de Joinville disistiram e voltaram à Colônia (Ritzmann, Benzel e Morgenstern). Alistou-se no Destêrro mais um joinvillense, Georg Ziegler. Seguiu assim para o campo de batalha o total de 21 Voluntários da Pátria, de Joinville.

Seguem abaixo os seus nomes e seus respectivos destinos : Alferes Wilhelm Hoffmann; Carlos Eisendecker (faleceu em maio de 1866); Adolph von der Osten (faleceu 1866); Carlos von Reibnitz (pereceu afogado no Rio Paraná 10.5.1866) ; Friedrich Knappe (voltou 1867 inválido) ; David Gentner (condenado a 23 de maio de 1868 a um ano de prisão, seguiu preso para o Rio de Janeiro, onde foi sôlto) ; Chistian Meyer (suíço, faleceu a 28 de maio de 1866, malária) ; Franz Stern (desertou em 1868) Emil Gaensly (voltou de Rosário para a Colônia, em março de 1870) ; August Graeve (Graefe ?) (faleceu no Hospital) ; Jacob Mayeros; Hermann Blum (voltou para a Colônia em 1869) ; Hermann Uetzfeld (Itzfeld) (faleceu) ; Jacob von Vossen (voltou em 1869) ; Adolph Baurath faleceu a bordo do São Miguel 15.12.1865) ; Luiz Richter (voltou em março de 1870, de Rosário); Eduard Seiler (faleceu em 1868); Wilhelm Neuscheffer; Georg Ziegler (licenciado, para Montevidéu) ; Jacob Wenz (faleceu em 1867) ; João Tesch (condenado a 1 ano de prisão e sôlto no Rio de Janeiro, a 23 de junho de 1868).

Dos 21 Voluntários da Pátria, que seguiram viagem para Buenos Aires, a bordo do "São Miguel", a 26 de novembro de 1865, sob comando do Tenente-Coronel Magalhães Castro, pereceram em combates e por doenças e afogamentos 9 elementos.

Teríamos necessidade de um grosso volume para contar tôdas as ações praticadas pelos Voluntários da Pátria, de Joinville, Blumenau, Brusque e das outras Colônias de Sta. Catarina, durante os cinco longos anos da Guerra do Paraguai. Inicialmente, guarneceram os navios de guerra "Araguari" e "Cisne" e "Araguai", tomando parte em batalhas fluviais, para ficarem depois estacionados na

Ilha "Cerrito, e, no final da guerra, em Rosário, Quartel General do Conde d'Eu.

Os nomes dêsses 21 joinvillenses, que foram combater em defesa do Brasil, que êles queriam de coração como sua pátria, oferecendo a mais positiva solidariedade ao Povo e ao País, devem figurar eternamente na História de Joinville.

Chegou o fim do ano de 1865 e nos primeiros dias de dezembro iniciaram-se os exames escolares, na presença dos Senhores Haltenhoff, Otto Niemeyer e Eduard Trinks.

Eduard Ferdinand Trinks veio, em 1854, com Ottokar Doerffel de Glauchau, na Saxonia, instalando-se em seguida com casa de secos e molhados na "Hafenstrasse", ou Rua do Pôrto. Negociava na sua venda com açúcar, cerveja, cachaça, tecidos, papel, ferramentas, pepinos em conserva e em vinagre. Anunciava Eduard Trinks no "Colonie-Zeitung" a chegada de mercadorias do Rio de Janeiro: "tudo da melhor qualidade".

Trinks tornou-se logo homem de confiança da Direção da Colônia e tomou parte ativa na vida social e cultural, sendo eleito, na comissão escolar, para fiscalizar os exames nos diversos estabelecimentos de ensino primário na Colônia.

Assim, a 1.º de dezembro, a comissão examinou os 115 alunos da escola, sob a direção do Rvmo. Padre Carlos Boegershausen, chamada "Colégio público para rapazes" e situada na vila de Joinville. Elogiando os conhecimentos dos alunos do vigário, a comissão constatou o estado miserável do barracão em que se encontrava localizada a escola, verdadeiro casebre, achando-se a casa em ruínas.

Três dias depois, a comissão examinou as 101 alunas do Liceu, sob a direção da "Madame Palm", e, no dia seguinte, os alunos da escola rural mixta em Annaburg, do professor Martin Meister, com 109 alunos. Os últimos estabelecimentos de ensino fiscalizados pela comissão encontravam-se em Pedreira, com 32 alunos e 44 na escola particular da "Inselstrasse", sob a direção do Pastor Feynauer.

A relação estatística para o ano de 1865 acusa uma população de 4.275 almas na Colônia Dona Francisca. Vieram nesse ano 3 na-

vios com 239 imigrantes. Nasceram na Colônia 184 crianças e faleceram 87 pessoas. Existiam até dezembro, na zona rural, 25 arados e 112 carros de quatro rodas, 827 vacas leiteiras e 400 cavalos.

Pela primeira vez, a Direção da Colônia publicou um relatório das exportações durante o ano de 1865. Interessante notar que, em primeiro lugar, constava a venda de madeira, com 33 contos de réis. Em segundo lugar a exportação de... roupas feitas, com 25 contos de réis, seguindo o tabaco, com 8:450$000 e manteiga, com 7 contos de réis. Não existindo ainda em Joinville de 1865 uma fábrica de tecelagem, é de admitir que as "roupas feitas" fôssem confeccionadas em trabalho caseiro e o tecido fornecido ou adquirido em São Francisco do Sul, de acôrdo com a estatística, que acusava para êsse ano a importação de ferragens, gêneros de secos e molhados - e fazendas.

CAPÍTULO IX

Conturbados tempos : 1865 - 1875.

Criação do Município em março de 1866. — As conseqüências. — Início da construção da "maison de Joinville", hoje Palácio do Príncipe. — Falência do Agente da Sociedade no Rio. — Relatório para 1867. — As terras no planalto. — Questão de Limites. — Primeiras eleições. — A Colônia em 1868. — Empossada a Câmara Municipal. — Primeira lancha a vapor. — Relatório de 1869. — Criação da jurisdição municipal. — Nôvo contrato em 1871. — As eleições de 1871. — Falecimento do Diretor Niemeyer em 1873. — Fundação de São Bento. — Relatório de 1873. — Exposição agrícola e industrial em 1874. — "Marcha a Joinville". — Tensão na Questão de Limites. — Frederico Bruestlein, nôvo Diretor da Colônia, em 1875.

A fim de não fatigarmos o leitor com detalhes menos importantes, serão relatados os acontecimentos, que merecem consideração, em forma condensada e cronológica.

Em fevereiro de 1866, a costa de Sta. Catarina foi castigada por forte temporal, acompanhado de intensas chuvas. No vale do Rio Sêco, onde a Estrada da Serra cortava em serpentinas as vertentes de declives das montanhas, cairam barrancos inteiros sôbre o traçado do caminho, formando verdadeiras barragens de terra; troncos e

ramos, que o Rio Sêco arrastara com a sua correnteza, inutilizaram e destruiram trechos inteiros da Estrada.

Nesse mesmo mês, fundou-se o nôvo núcleo colonial no final da estrada Blumenau, com uma praça ao centro e diversos lotes demarcados - Neudorf.

A 15 de março do mesmo ano, pela Lei Provincial N.º 566, foi a Freguesia de São Francisco Xavier de Joinville elevada a Vila, desmembrando-se do Município de S. Francisco, para constituir nôvo núcleo administrativo. No artigo 3 da Lei 566, que criava o Município de Joinville, constava um ítem que obrigava a população da Vila a mandar construir, por sua conta, um prédio "de material", para ali instalar a Câmara Municipal.

Encontrou êsse item a mais tenaz resistência da parte dos moradores do privilegiado nôvo Município de São Francisco Xavier de Joinville. Aconteceu que já poucos meses após a publicação da Lei Provincial, em agôsto, apareceu uma comissão enviada pela Coletoria de São Francisco do Sul, para fazer um levantamento minucioso do valor locativo das propriedades urbanas da Vila, cobrando 6% de Impostos Prediais. Os proprietários, com justa razão, recusaram-se efetuar tal pagamento, alegando que já contribuíam com a taxa levantada pela "Vertreterschaft", para a conservação das ruas e despesas administrativas da Colônia. Durante mais de 10 anos, a "Vertreterschaft", ou Representação dos Proprietários, mereceu a confiança da população de Joinville, sendo a sua diretoria eleita anualmente e constituída de pessoas do mais elevado conceito na Colônia. Lamentava o "Colonie-Zeitung", de cujas colunas extraimos estas informações, o que vinha acontecendo, e que em conseqüência, a "Vertreterschaft" viesse a suspender as suas informações.

Com efeito, a execução de Lei n.º 566 não se efetivou pelos motivos acima expostos. Sòmente em março de 1868, concretizou-se a elevação de Joinville a Município "eo-ipso", o que será narrado no momento oportuno.

Teve início em abril de 1866 um empreendimento de suma importância, não sòmente para a comunicação da Colônia com o resto do mundo, mas principalmente, para as operações militares da Guerra do Paraguai - a ligação telegráfica da Côrte do Rio de Janeiro

com Pôrto Alegre, via Itaguai, Mangaritiba, Angra dos Reis, Parati, Ubatuba, S. Sebastião, Iguape, Paranaguá, S. Francisco, Itajaí, Laguna, Tôrres e Pôrto Alegre, sendo empregado o "sistema Morse", como noticiava a imprensa. A 3 de abril, chegou ao pôrto de S. Francisco um vaso de guerra, trazendo o primeiro carregamento do material necessário.

Recebeu a Colônia, com a chegada dêsse navio, as primeiras informações dos acontecimentos internacionais, pois durante mais de dois meses o vapor da linha costeira intermediária não aportara a São Francisco, deixando, além disso, os comerciantes na mais absoluta falta de artigos de consumo, como sal, petróleo, tecidos etc.

A 5 de maio, o engenheiro Wunderwald, acompanhado de 9 companheiros, prosseguiu no prolongamento da Estrada da Serra, em direção a Rio Negro, e traçou a linha de comunicação do alto da serra até a vila. Voltou a expedição em princípios de agôsto, trazendo informações preciosas sôbre as terras férteis do planalto, no Campo de São Miguel. Conforme o contrato entre a Sociedade Colonizadora e o Govêrno Imperial, seria êsse o local da futura colônia agrícola no planalto. Encontrou a Sociedade porém, nas áreas exploradas e declaradas terras devolutas pelo Govêrno Imperial, a resistência firme de um intruso de nome Maneco Franco, morador de Curitiba, que, apesar de não possuir títulos de posse, se declarava proprietário de mais de 30 léguas quadradas. Apresentara êle ao engenheiro um documento recente, assinado pelo Presidente da Província do Paraná. Começaram, assim, as primeiras rixas e divergências, evidentemente sob a forma de provocações.

Sôbre o ano de 1866 resta ainda contar a volta do Pastor Protestante Georg Hoelzel para a Colônia, em julho, tendo sido a sua prédica inaugural, no dia 15 um acontecimento importante para a Comunidade que, durante um ano, desde a partida do Pastor Stapel, ficara sem a assistência religiosa desejada. Veio o Pastor Hoelzel do Rio de Janeiro, contratado pelo Conselho de Direção da Comunidade, composto dos Srs. Haltenhoff, C. Anthony, Carlos Lange, e pela Sociedade Colonizadora, em nome de seu Diretor Louis Niemeyer. Em ofício de 14 de julho, a Direção da Colônia comunica a posse do Pastor e pede a remessa do respectivo registro, em obediência ao contrato entre a Sociedade e o Govêrno: "Jorge Holzel, formado na Universidade de Viena em Austria, empregado como pastor evan-

gelico na Austria por cinco anos, depois na mesma qualidade na Colonia Dona Francisca desde 1854 até o mez de novembro de 1858, e de novo nomeado Pastor evangelico da Colonia pela Direção e os Mórdomos da Igreja evangelica da mesma Colonia nesta data, pede a Vossa Excia. se digne mandar o registro conforme o Art. 52 Cap. IV de 11 de setembro de 1861. Illmo. e Exmo. Snr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, Dmo. Presidente da Província". (1)

Como já relatamos, permaneceu o Sr. Frederico Bruestlein na Fazenda "Poço do Cortume", em Pirabeiraba, até a partida de E. Mathorel, em outubro de 1865. A montagem da caldeira e das máquinas, para a fabricação de cachaça e açúcar, prosseguia em ritmo normal, oferecendo a Fazenda do Duque d'Aumale, em meados de 1866, um aspecto fabril com a sua chaminé alta, a casa de máquinas e diversas dependências para acomodação dos trabalhadores, petrechos agrícolas, cavalos e bois. Grandes áreas foram desmatadas e tranformadas em pastos. As plantações de cana-de-açúcar se estendiam ao longo do Rio Cubatão. A paisagem era linda, com a serra azulada nos fundos da cena majestosa das florestas virgens.

A 22 de maio, o Sr. Frederico Bruestlein convidava os moradores de Joinville para visitar o estabelecimento. A Sociedade de Canto "Helvetia" tomou a iniciativa da organização e começou a festa pelo toque de alvorada. Formou-se o desfile da Sociedade de Atiradores, que marchou pelas ruas da Vila, para acordar os dorminhocos. As 8 horas, saíram de Joinville pela Estrada da Serra mais de 300 pessoas, num desfile com 30 carros de quatro rodas, cavalos, formação da Sociedade Ginástica dos Atiradores e de Canto, em trajes de festa, com as bandeiras desfraldadas. A Banda de Música tocava melodias alegres e, após 3 horas, o préstito chegava às margens do Rio Cubatão, formando-se novamente em grupos, para atravessar, em boa formação, a nova ponte sôbre o rio e entrar pela porteira da propriedade rural do Duque d'Aumale.

Após uma visita às instalações e maquinarias da Fazenda, as famílias se agruparam na praça defronte à casa residencial do Sr.

---

(1) Copiador de ofícios (Domínio Dona Francisca - Joinville).

Bruestlein para tomar o seu lanche (hoje se diria piquenique). Depois deram-se início às competições de tiro ao alvo; a Sociedade de Canto exibiu-se com cantos orfeônicos, acompanhada pela Banda de Música. Encerrou a excursão festiva um baile para divertimento da mocidade. Altas horas da noite, os excursionistas voltaram a Joinville, continuando a festa no Salão Ravache, até a madrugada.

O Sr. Frederico Bruestlein, quando se mudou para a velha casa de administração, na Vila de Joinville, encontrou o prédio em mau estado de conservação, com o madeiramento do terraço apodrecido e meio caído, "en outre, les termites sont dans la maison d'habitation".

Resolveu o representante do Príncipe de Joinville construir nova casa residencial, com dimensões representativas e digna de ser a sede do "Domaine Dona Francisca". Em princípios de 1866, o Sr. Bruestlein apresentava a planta da nova residência ao Sr. Adolph Haltenhoff, então Sub-Delegado e proprietário da olaria que forneceria mais tarde a maior quantidade de tijolos e telhas para a construção da "maison de Joinville".

A administração dos bens do Príncipe de Joinville, na França, estava de acôrdo com o projeto, pois a 13 de outubro de 1866, encontramos no orçamento para o ano de 1867, a verba de 10 contos de réis destinada "pour la maison neuve".

Em carta de 24 de setembro, o Sr. Frederico Bruestlein justifica a construção da casa nova, em vez de adquirir por compra a residência antiga do Sr. Léonce Aubé, que desde 1861 estava sendo alugada à Direção da Colônia e encontrava-se agora desocupada e posta à venda pela importância de 4:000$000, com uma área de 1,25 hectares. Encontrava-se essa casa entre a hoje Rua Brusque e Marechal Floriano, com frente para a Rua Dr. João Colin. Considera Bruestlein o local muito afastado e sem comunicação com o rio Cachoeira. Em carta de 24 de setembro, a Monsieur E. Bocher, em Paris, comunica êle o início das pesquisas no terreno de S. A. R. o Príncipe de Joinville: "La maison de M. Aubé est écarté de la rivière et de la propriété de L. A. R. le Prince de Joinville. En outre j'ai commencé les traveux d'assainissement du sol sur lequel je dois bâtir, car j'emploie les 6 hectares de terrain que L. A. R. posséde ici et partout

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

le sous-sol détrampe par l'eau, comme j'ai déjà en ocasion de le dire est presque en pâtè et n'a pas une résistence sufficiente".

Iniciam-se os trabalhos preliminares em princípios de 1867, e cinco meses depois, o Sr. Bruestlein escreve ao seu velho professor de química em Paris, Professeur Boussingault : "en ce moment on maçonne les fundations". É a hora de nascimento do hoje "Palácio dos Príncipes", no final da majestosa Alameda das Palmeiras, e que na época foi chamado pelo seu construtor simplesmente "maison de Joinville".

Em julho de 1866, a Direção da Colônia fretou o patacho costeiro "Martha e Sophia" para carregá-lo de produtos e objetos da Colônia destinados a serem expostos na grande Exposição do Destêrro. O arquiteto Kroehne enviou um modêlo, ou "maquette", da ponte de madeira sôbre o Rio Piraí, um trabalho muito apreciado, na escala de 1:10; o Sr. Louis Wetzel enviou velas de cêra; Heinrich Lepper, vasos de barro e telhas; H. Fissmer, uma fechadura para porta, artìsticamente trabalhada; Jacob Richlin ofereceu produtos do seu cortume e sapatos feitos a mão; os Srs. H. Glueck e Theodor Voss enviaram cigarros e cigarrilhos; Eduard Trinks enviou cachimbos e tabaco; o sr Martens trabalhos torneados em madeira; o Diretor da Colônia, Sr. Niemeyer, enviou um landau, carro de passeio, de 4 rodas, fabricado em Joinville; Ottokar Doerffel enviou telhas, tijolos e ladrilhos; a viúva Buch, goiabada e geléia de frutas; o Sr. Frankenberg apresentou farinha de araruta etc. etc.

A 18 de novembro, a Sociedade Ginástica recebeu de Leipzig, na Alemanha, o seu nôvo estandarte, artìsticamente bordado, festejando o acontecimento por ocasião do 8.º aniversário da entidade. A 2 de dezembro, Joinville acordou com os estampidos e estouros de explosões festivas de morteiros por ocasião do aniversário de Sua Majestade o Imperador Dom Pedro II, tradicionalmente festejado na Colônia.

Já poucos dias depois, a 12 de dezembro, novos festejos fizeram vibrar o coração do joinvillense : a Sociedade de Canto comemorava o seu oitavo aniversário, concorrendo para o êxito da festa a Sociedade Ginástica, a Banda de Música, autoridades, funcionários, alunos das escolas públicas e populares, formando uma multidão alegre, que desfilava pelas ruas da Vila.

Por êsse mesmo tempo, verificou-se a falência fraudulenta do Agente da Sociedade Colonizadora no Rio de Janeiro, Sr Otto Koehler. (2)

Aconteceu que o Govêrno Imperial cancelou em junho todos os pagamentos e subvenções destinados à Colônia Dona Francisca, alegando o não cumprimento do contrato firmado em 1865, principalmente quanto ao número de imigrantes estabelecidos na Colônia. De fato, as cláusulas referentes à introdução de colonos e à fundação da nova colônia agrícola para criação de gado no planalto, não estavam sendo cumpridas.

As perturbações causadas na Alemanha pela Guerra da Prússia contra a Áustria, a campanha lançada na Europa, contra a imigração, pelo antigo Cônsul brasileiro no reino da Prússia, demitido em 1859, Johann Jacob Sturz, e finalmente os efeitos do decreto "von der Heydt", diminuiram sensìvelmente a imigração, chegando durante o ano de 1866 sòmente dois navios na Colônia Dona Francisca com 214 pessoas, em vez de mil, conforme o contrato. Também os efeitos negativos da Guerra do Paraguai tiveram a sua influência na paralização do fluxo imigratório.

Quanto à aquisição dos 247 quilômetros quadrados, no planalto, a Sociedade Colonizadora, com justa razão aliás, acusava o Govêrno Imperial de ter oferecido à venda uma área já pertencente a concessionários, não se tratando porisso de terras devolutas.

Conseguiu o Agente da Sociedade na Côrte, Sr. Koehler, protelar as sanções e principalmente o pagamento de pesada multa, aplicada pelo Govêrno Imperial à Sociedade, até o fim do ano então corrente, entrando com petição em forma de protesto contra tal injustiça.

Em setembro de 1866, constatou a Direção da Colônia uma irregularidade na prestação de contas do Agente Koehler, e o Sr. G. A. Otto Niemeyer, que, desde fevereiro, se achava no Rio de Janeiro, confirmou a existência de títulos e letras de câmbio protestadas na

---

(2) Copiador da correspondência de F. Bruestlein (Bibl. do A.) Vol. 2, 1866.

praça do Rio de Janeiro contra a Sociedade Colonizadora e emitidas por Koehler.

Essa notícia determinou a viagem imeditata do Diretor da Colônia, Sr. Louis Niemeyer, ao Rio de Janeiro, para salvar o que restava. Chegou, porém, tarde demais, pois, dois dias após a sua chegada, falecia Otto Koehler, sem poder prestar qualquer esclarecimento.

Permaneceu o Diretor Niemeyer no Rio, para solucionar a questão financeira da Sociedade, e pagar os títulos protestados, enquanto o seu irmão, Otto Niemeyer, voltou apressadamente à Colônia, a bordo do vapor "Silva", para buscar a sua família e assumir o cargo de Agente da Sociedade Colonizadora no Rio de Janeiro.

Durante a ausência de Otto Niemeyer, conseguiu seu irmão Louis, estabelecer normas para um nôvo contrato com o Govêrno Imperial, pois ambas as partes reconheceram a impossibilidade do cumprimento das exigências. Deve-se à compreensão do então Ministro da Agricultura e a benevolência do Imperador Dom Pedro II, a revogação do contrato de 1865 e a assinatura do nôvo contrato, a 22 de abril de 1867, reduzindo o número de imigrantes a serem estabelecidos nos próximos 5 anos, de 1000 para 400 pessoas.

Ao mesmo tempo, o Govêrno Imperial concedeu, para cada passageiro transportado, uma subvenção suplementar, paga à respectiva Companhia de Navegação, para poder igualar os preços de passagens em relação às passagens para a América do Norte.

Recebeu mais a Colônia Dona Francisca uma subvenção anual de 36 contos de réis e 5 contos de réis mensalmente, para a construção da Estrada do Paraná. Os direitos de aquisição por compra das terras devolutas no planalto permaneceram inalterados, sendo, porém, modificada a modalidade do pagamento, ficando de receber o Govêrno Imperial o dinheiro sòmente após a venda efetiva do lote ao colono estabelecido.

Desistiu o Govêrno Imperial da exigência em relação à fundação de uma colônia agrícola, para criação de gado no planalto. Teria o contrato o prazo de cinco anos, a partir de 1.º de abril do mesmo ano. Prometeu mais o Govêrno Imperial a abertura do pôrto de São Francisco, para importação e exportação e o estabelecimento regular de uma linha intermediária de vapores.

Entrou, assim, a Colônia Dona Francisca, no ano de 1867, com novas perspectivas de engrandecimento. Um dos primeiros atos do Govêrno consistiu na criação de uma Agência do Correio em Joinville, sendo o Sr. Johann Heinrich Auler o primeiro Agente, a partir do dia 3 de janeiro de 1867.

Em fevereiro, o Sr. Frederico Bruestlein adquiriu da Sociedade Colonizadora uma área de terras localizada no meio da povoação, dividindo a Vila de Joinville, pràticamente, em duas partes iguais, como se vê na ilustração antiga de 1861, no livro de J. J. von Tschudi "Reisen durch Suedamerika" (vol. 3 p. 349). Com o desmatamento dêsses terrenos úmidos e a sua transformação em lotes coloniais e urbanos, acessíveis por novos caminhos denominados: Rua Boussingault, Rua Humboldt, Rua Holtzer, Rua Aubé e Rua Poschaan, o Sr. Bruestlein abriu as atuais Rua 7 de Setembro, Rua 3 de Maio, Rua Dr. Marinho Lobo, Rua Itajaí e Praça Hercílio Luz.

Em fevereiro, o Diretor Louis Niemeyer recebeu das mãos de Sua Majestade o Imperador o hábito de Cavaleiro da Ordem da Rosa. Nesse mesmo tempo, o Vigário Carlos Boegershausen é declarado Professor Vitalício pela Presidência da Província. A "Escola Pública", sob sua direção, necessitava de mais um professor auxiliar, e assim, conforme a então recente instrução provincial, foi a Sta. Catarina o professor Jacob Mueller, a fim de prestar prova de capacidade profissional e conseguir a licença para ensinar em colégio público. Com surprêsa geral, voltou Mueller sem a devida autorização, pelo simples motivo de ser protestante e não católico!

Na pequena Vila de Joinville, o tráfego de veículos, carroças e cavalos, nas ruas centrais, tomou vulto e houve diversos casos de atropelamentos. Assim, a "Vertreterschaft" determinou, de forma categórica, e fazendo referência ao artigo 13 das posturas, a proibição de trafegar pelas ruas de Joinville "em galope".

Nessa época verificou-se na Colônia uma epidemia, acreditamos que de intoxicação intestinal, apesar de o médico Dr. Hentschel constatar sintomas de Cólera-Morbo. Acontece que Joinville de 1867 ainda não era servida por uma rêde de água, é lógico. Assim, os moradores utilizavam a água "cristalina e límpida" do Ribeirão Matthias", para beber, cozinhar - e lavar roupa. Pelas posturas da "Vertreterschaft", proibiu-se terminantemente a descarga de lixo e detritos, ou líquidos de esgôtos, no "Matthiasbach".

Mesmo assim, em maio, noticiava a imprensa local a retirada de um porco e um cachorro mortos, já em adiantado estado de decomposição, do Ribeirão Matias.

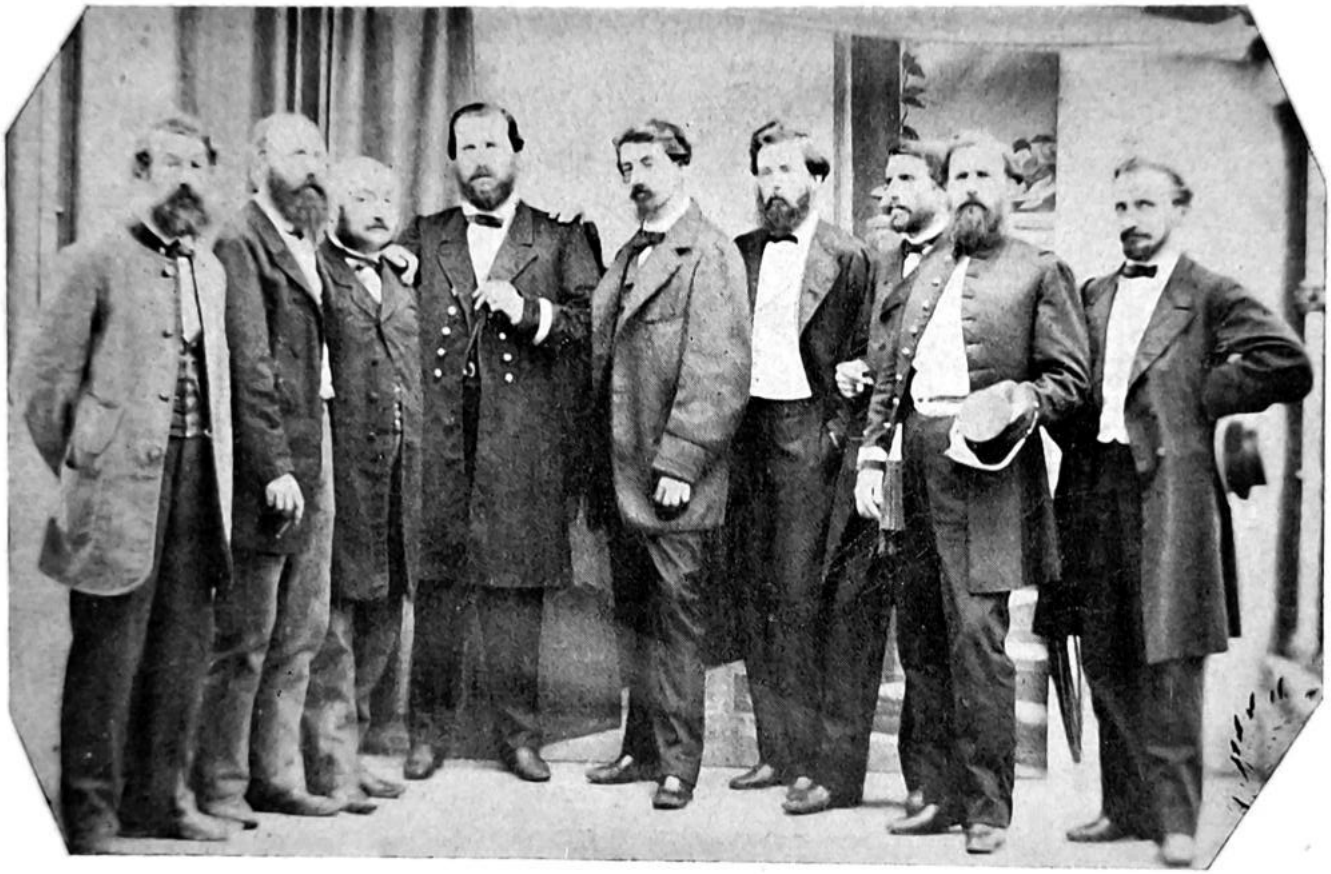
Em julho do mesmo ano, estava sendo construída a primeira ponte de pedras e blocos de granito sôbre o Ribeirão, na altura da casa do Sr. Kumlehn, esquina da Rua do Príncipe e "Hafenstrasse", a atual 9 de Março.

A 13 de junho, presta juramento, na Câmara Municipal de São Francisco, o Sr. Carl Julius Parucker como Sub-Delegado de Joinville, em substituição ao Sr. Otto Niemeyer, que fixou residência definitiva no Rio de Janeiro, assumindo o cargo de Agente da Sociedade Colonizadora e professor da "Escola Allemã do Rio de Janeiro" (1867-1871), que, desde 1942, passaria a chamar-se Colégio Cruzeiro.

Ainda nesse ano de 1867, constituiu-se uma comissão composta dos Srs. Louis Niemeyer, Haltenhoff, Heinrich Lepper sen., Ottokar Doerffel e C. Antonhy, para juntar dinheiro, em forma de subscrição popular, em favor da construção de uma escola para crianças evangélicas, sendo escolhido como professor o Pastor Hoeltzel. O terreno, doado pela Sociedade Colonizadora, formava parte da área ocupada pela Comunidade Evangélica na "Caxoeirastrasse", hoje Rua Princesa Isabel. Já em novembro do mesmo ano, inciou-se a construção de um prédio, calculado para 100 alunos, com dimensões aprovadas pela comissão, sendo a frente da escola para Oeste, formando o terreno doado um pátio amplo e espaçoso.

Terminada a obra da igreja católica em fins de 1864 e instalado e montado o harmônio doado por Sua Alteza, o Príncipe de Joinville, o Vigário Boegershausen encomendou "vinte bancos de canella de primeira qualidade". Em novembro ficariam terminadas as obras artísticas do mestre marceneiro Sr. Moll, destacando-se o altar-mór com belo acabamento. Um sino de bronze, doação do Govêrno Imperial, chegou dias antes da festa de inauguração da igreja católica, a 8 de dezembro de 1867, num domingo. Acorreu grande massa popular para festejar o acontecimento.

Elevada Joinville a Sede de Bispado e criada a Diocese, a 17 de janeiro de 1927, a igreja católica e Matriz de São Francisco Xavier de Joinville foi elevada à categoria de Catedral.



Primeira ligação entre Joinville e Curitiba, abril de 1865.
Da esquerda: Wunderwald, C. Lange, Otto Niemeyer, Holleben, Conde Hessenstein.
Ten. Murinelli (com chapéu na mão).

O relatório oficial do ano de 1867, apresentado pela direção da Colônia à Presidência da Província, é completado por obra impressa na tipografia de O. Doerffel, editor do "Colonie-Zeitung". A pequena brochura "Statistik der Kolonie Dona Francisca vom Jahre 1867", nas suas 16 páginas, relata com minuciosidade os acontecimentos na Colônia. É interessante notar que, nos relatórios e também na "Statistik" de Doerffel, a data da Fundação da Colônia é sempre o dia 10 de março de 1851.

Entraram no ano de 1867, 137 imigrantes, em 3 navios à vela. A população da Colônia Dona Francisca elevou-se nesse ano, a 4667 almas. A exportação, principalmente de madeira em tábuas, cigarros, araruta, manteiga, couro e outros semelhantes, atingiu a 156 contos de réis. O Correio de Joinville, começando as atividades no dia 1.º de abril, despachou da Colônia 71 maços com 2036 cartas e recebeu para distribuição 127 maços com 3157 cartas.

No relatório do Diretor da Colônia encontramos um trecho de real importância :

"Graças as Indústrias, a exportação de 1867 é quasi equilibrada com a importação. A Colonia tem de preferencia um character industrial e são as industrias que constituem a força da Colonia, em que se basêa o futuro esperançoso, que lhe he destinado".

Em janeiro de 1868, sob a direção do Juíz de Paz Ulrich Ulrichsen, reuniu-se a Junta de Qualificação, composta dos seguintes membros : C. J. Parucker, von Frankenberg, Conrad Anthony, Sr. Machado e Carlos Lange como "escrivão", para eleger entre os "cidadãos capazes", os eleitores às eleições a se realizarem a 7 de setembro, para Juíz de Paz - e, pela primeira vez na história de Joinville - para os Conselheiros Municipais, hoje Vereadores. A "lista dos eleitores", pregada nas portas da igreja católica e na cadeia, continha 231 nomes.

Finalmente, a 16 de março de 1868, pelo Decreto N.º 588, o Presidente da Província, Sr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque e Lacerda, determina a criação definitiva do Município de Joinville, revogando a exigência da construção do prédio para a Câmara Municipal por conta da povoação. Ao mesmo tempo, e por De-

creto Imperial N.º 4130, com data de 28 de março de 1868, a Mesa de Rendas de São Francisco do Sul é declarada "Alfândega" de 6.ª ordem, a partir de 1.º de julho do mesmo ano.

Um domingo, a 24 de maio, a Colônia foi visitada pelo Presidente da Província, que chegou acompanhado de sua espôsa e do casal Dr. Accioli de Britto, Juíz da Comarca, além do Sr. Louis Niemeyer, que voltara do Destêrro a bordo do navio presidencial. Percorreu Sua Excia. demoradamente, a Colônia, visitando as escolas e a igreja católica. No dia seguinte, o Presidente inspecionou as obras da Estrada da Serra e admirou as plantações de cana de açúcar na Fazenda do Duque d'Aumale e as instalações e máquinas a vapor da destilaria. Seguiu viagem o Presidente na quarta-feira, levando a melhor impressão da Colônia Dona Francisca.

Em julho, o Govêrno Imperial suspendeu os pagamentos para o prosseguimento da Estrada da Serra. Aconteceu que a Província do Paraná instalara, no ponto chamado "Encruzilhada", uma barreira alfandegária com pôsto fiscal, não sòmente para percepção do impôsto sôbre o gado que passasse para Sta. Catarina, como também para, futuramente, alegar "Ocupação e Posse" na questão de limites entre as duas Províncias.

Encontrou êsse ato a mais violenta reclamação por parte de Sta. Catarina. A Direção da Colônia, por sua vez, dirigiu apelos e protestos ao Govêrno Imperial, pois as terras, cuja aquisição estava sendo garantida pelo Art. 18 do contrato de 22 de abril de 1867, achavam-se além da barreira criada pela Província do Paraná.

Em 1865, sendo Ministro da Agricultura e Obras Públicas o Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, deputado pelo Paraná, foram expedidas, em 25 de abril, ao Engenheiro A. M. Tourinho as "Instrucções" para o desempenho da comissão, sôbre o plano e orçamento da Estrada. No artigo 1.º dessas "Instrucções" determinava-se que a Estrada se dirigisse para Curitiba, passando pela Vila de S. José dos Pinhais.

Em 1866, o Govêrno encarregou o Conselheiro Dr. Ignácio da Cunha Galvão a examinar o estado das colônias nas diversas províncias. Com relação à Colônia Dona Francisca, assim se manifestou o Conselheiro: "A continuação das obras da Estrada da Serra é sem dúvida a necessidade mais urgente. Devo, porém, acrescentar,

que é indispensável decidir-se de uma vez, qual o ponto terminal da Estrada, si Curitiba, si a freguesia do Rio Negro". Acrescenta o Conselheiro Inácio da Cunha Galvão no seu Relatório: "Não só ciumes de concurrência podem fazer inclinar para a direção a Curitiba!" (3)

Finalmente, por Aviso de 30 de setembro de 1867, o Govêrno Imperial fixou definitivamente, para ponto terminal, a freguesia do Rio Negro. Essa determinação não agradou a Província do Paraná, que, contra os interêsses de Sta. Catarina, pretendia que a estrada se dirigisse, uma vez transposta a Serra, para Curitiba, - e dali partisse para Mato Grosso.

Chegou a "Questão de Limites" a tal ponto, que o Govêrno Imperial suspendeu os pagamentos da obra da Estrada Dona Francisca, alegando que o assunto do ponto terminal da Estrada ainda não estava devidamente estudado - apesar de já existir o Aviso definitivo sôbre o assunto. Para melhor esclarecimento da questão, chegou a 26 de agôsto de 1868 o Engenheiro Major Dr. José Arthur Murinelli, enviado pela Côrte.

Em ofício de 10 de agôsto, o Diretor da Colônia Sr. Niemeyer, estabeleceu pela primeira vez os limites dos 247 quilômetros quadrados prometidos no planalto: "... que estas terras sejão limitadas ao Norte pelo declive septentrional da Serra de São Miguel, ao Leste pelas terras de S.A.R. o Príncipe de Joinville, e ao Sul pelo Rio Itapocú e ao Oeste até a Estrada que conduz da Colônia do Rio Negro a Lages. Achão-se estas terras ainda plenamente deshabitadas e por isso não pode haver duvida que taes terras são devolutas. Peço a V. Excia. digne-se pôr definitivamente as ditas terras à disposição para a Colonização em conformidade com o Art. 18 do Contrato e peço que V. Excia, resolva quanto antes, em vista de nenhum proprietario brasileiro com isso se acha prejudicado. He de summa urgencia que esta Direção seja informada, aonde deve procurar as terras promettidas à Sociedade Colonizadora".

A 6 de junho, à vista da resolução presidencial de elevar a Colônia Dona Francisca a Município independente, a mesa de rendas "faz publico que se acha aberta a boca do cofre na dita repartição

---

(3) cit. Cons. Manoel da Silva Mafra — "Questão de limites", Impr. Nacional, 1899.

em todos os dias uteis e athé o fim de junho proximo futuro, a cobrança do imposto pessoal de 3%, ficando sujeito a multa de 6% os collectados que não satisfizerem a boca do cofre dentro do prazo declarado".

Apesar de pronta a linha telegráfica, o trecho do Destêrro ao Sul do País constantemente via-se interrompido por falhas técnicas e o trecho para o Norte "nunca funcionou", como comenta o "Colonie-Zeitung". Aconteceu que a queda de "Humaitá", gloriosa vitória das armas brasileiras, a 25 de julho, sòmente se tornou do conhecimento público na Colônia a 22 de agôsto, ensejando comentários otimistas quanto ao fim da Guerra do Paraguai.

Em princípios de setembro, o Diretor Geral das linhas telegráficas, Engenheiro Major Guilherme Schuech-Capanema, aproveita a sua estada em São Francisco para inspecionar as linhas telegráficas e para visitar a Colônia.

A 7 e 8 de setembro, efetuaram-se as eleições para Juízes de Paz e conselheiros Municipais. Êsse primeiro pleito joinvillense realizou-se na igreja católica, com a presença de 178 eleitores dos 232 votados.

Venceu com grande maioria o partido liberal, que elegeu cinco dos sete vereadores e três dos quatro Juízes de Paz. O mais votado foi o professor da escola de Annaburg, Sr. Jacob Mueller, com 166 votos, seguindo-se-lhe o Dr. Adolph Haltenhoff, com 142; Fritz Lange, com 141; Benno von Frankenberg, com 136; Bernhard Poschaan jnr., com 130; e os conservadores Ludwig von Lasperg e Jean Bauer.

Para Juízes de Paz, elegeu-se João Domingos Pereira com 100 votos, seguido por Francisco Antonio Vieira, com 99; Dr. A. Haltenhoff, com 99; e C. J. Parucker, com 74 votos. Constituíu-se a primeira Câmara Municipal de Joinville, empossada em sessão realizada a 13 de janeiro de 1869, na sua maioria de elementos do partido liberal. Começou com êsse pleito pròpriamente a vida política de Joinville.

Contràriamente aos resultados eleitorais da Colônia Dona Francisca, na Capital da Província venceram os conservadores, cons-

tatando-se a existência de mais cédulas nas urnas que votantes presentes.

Como resultado dêsse pleito, o Sr. Carl Julius Parucker é demitido de Subdelegado, sendo seu substituto o Sr. Francisco Antonio Vieira. Em virtude dessa "limpeza política" também foi destituído do cargo o Inspetor Geral de Ensino Sr. Souza Pitanga. De São Francisco veio a Joinville, na qualidade de Coletor de Rendas, o Sr. Anacleto Ladislao Ribeiro, enquanto para seu substituto foi nomeado o S. Gustave Lebon como "Escrivão de Rendas", na cidade vizinha.

Enqunto se discutiam êsses assuntos, a atenção do joinvillense estêve voltada para os pequenos acontecimentos locais : abriu o Sr. Julius Kroehne, irmão do arquiteto, uma confeitaria na Rua Caxoeira, junto à casa de oração protestante, sendo os doces, bolos bolachas e outros produtos, um tanto apreciados.

A 19 de novembro, inaugurou-se o primeiro iate de maior tonelagem, construído nos estaleiros de Martens & Herbst, fazendo a viagem ao Destêrro, em 24 horas, sem escala. O Salão Ravache, que durante tantos anos servira de local para festejos, bailes e "Sumse", encerrou as suas portas nesse mesmo mês, com um último e grandioso baile, por ocasião do aniversário de Sua Majestade o Imperador, a 2 de dezembro.

Um dia depois, a 3 de dezembro faleceu o pioneiro e batedor das selvas, engenheiro August Wunderwald. Seu sepultamento, saindo da Casa de Direção da Colônia, foi um préstito fúnebre jamais visto em Joinville, nêle tomando parte tôdas as sociedades culturais e recreativas da cidade.

Terminou o ano de 1868 com prespectivas promissoras para o próximo futuro da colonização, conseguindo a Sociedade Colonizadora, em contrato particular com o Príncipe de Joinville, a concessão das terras férteis do Rio Itapocùzinho.

Vieram em 1868, para a Colônia, 498 imigrantes, em 6 navios da Europa. A população de Dona Francisca atingia então a 5237 pessoas, formando 1072 famílias. Nasceram 234 e faleceram 72. A exportação da Colônia ultrapassou a 206 contos de réis. Existiam, então, em Joinville, 8 olarias, 2 fábricas de artigos de cerâmica, 3 cer-

vejarias, 20 fábricas de charutos, 5 padarias, 6 serrarias 30 firmas comerciais, 2 farmácias e 11 vendas de bebidas. Na zona rural existiam 40 engenhos de farinha, 6 de araruta, 14 de arroz e 8 moendas diversas.

Como já relatamos, por Decreto Imperial, a Mesa de Rendas de São Francisco foi transformada em Alfândega, em março, para iniciar os trabalhos a 1.º de julho. Passaram-se os meses - e nada aconteceu.

Considerando-se a abertura do Pôrto de S. Francisco à importação e exportação, de suma importância para o futuro desenvolvimento da Colônia, não se justificava a revogação dêsse Decreto, por Aviso do Ministério da Agricultura, com data de 12 de agôsto.

A medida, como não poderia deixar de ser, alarmou a Direção da Colônia, tendo causado estupefação ao comércio e sérias apreensões ao Comandante da barca "Washington", que aportou em S. Francisco a 4 de novembro, desembarcando 37 passageiros e não conseguindo descarregar a carga e bagagem, sendo obrigado a voltar ao Destêrro para simples conferência alfandegária. O Comandante do navio reclamou da Província com justa razão e, por intermédio do Agente Consular da Prússia no Destêrro, o pagamento de 3:545$760, a título de indenização. Com efeito, já em dezembro foi paga ao Sr. F. Hackradt a importância supra e a 14 do mesmo mês chegou da Alfândega do Destêrro o Sr. Elyseu Pitanga, na qualidade de conferente, e mais dois fiscais aduaneiros para abrir definitivamente a Alfândega de S. Francisco. Poucos meses depois, foi nomeado o Sr. Francisco Matias de Carvalho inspetor Geral dessa repartição.

Empossada em sessão extraordinária, aos 13 de janeiro de 1869, constituiu-se a primeira Câmara Municipal de Joinville, sendo eleito Presidente o Sr. Adolph Haltenhoff; secretário, o Sr. Ulrich Ulrichsen; e substituto, o Sr. Friedrich Lange.

O primeiro despacho da nova Câmara Municipal referiu-se ao ofício do Palácio do Govêrno da Província de Sta. Catarina, assinado por Carlos Augusto Ferraz de Abreu, no Destêrro, com os seguintes dizeres:

"Dispondo a Lei de 1.º de Outubro de 1828 no art. 39 que a "Câmara Municipal em sua primeira reunião examinará os provimentos e posturas actuaes para propôr ao Conselho Geral o que melhor convier", é evidente que deverá essa Camara propôr para execução provisoria as posturas que julgar melhor e mais convenientes aos interesses do seo Municipio.

Deos Guarde a Vmces.

Snrs. Presidente e Vereadores da Camara Municipal de Joinville". (4)

Outra resolução da Câmara Municipal tratava da substituição do "actual systema de pesos e medidas pelo novo systema metrico francez, conforme a Lei N.º 1157".

Também não faltavam petições curiosas, como a seguinte :

"Illmos. Srs. Presidente e mais Vereadores !

Tenho a honra de levar ao conhecimento de VV.SS. que o negociante E... T... vendeo e ainda está vendendo e conservando em seo armazem de secos e molhados peixes salgados denominados "arenques", e que se achão em tal estado de putrefacção, que os consumentes soffrem damnos em sua saude e que o publico em geral corre perigo por sua causa da exhalação perninciosa dos ditos generos. Julguei de meo dever de communicar esse facto a VV. SS. a fim que procedem contra o infractor das posturas na forma da Lei e como em sua sabedoria achar conveniente".

"Villa de Joinville, ass : Augusto B..."

Encontrou a Câmara Municipal tenaz resistência por parte do Conselho Comunal, ou "Vertreterschaft", constituída dos seguintes cidadãos : Trinks, Klatt, Friedrich Mueller, Maehl, Schneider, Max Anton.

Obedecendo às Leis Provinciais, a Direção da Colônia em publicação no "Colonie-Zeitung" de 16 de fevereiro, tranfere à Câma-

(4) Arquivo da Prefeitura Municipal de Joinville.

ra Municipal de Joinville o direito da cobrança de Impostos Prediais e Territoriais na Colônia. Ao mesmo tempo, a "Vertreterschaft" exige a contribuição dos colonos referente ao pagamento do Impôsto dos meses março, abril e maio, alegando a sua tradicional atuação desde 1853.

No mesmo número do "Colonie-Zeitung" era publicado o edital do Coletor Anacleto Ladislao Ribeiro, determinando o pagamento do Impôsto Territorial até 4 de março o mais tardar.

É lógico que a dupla tributação provocou uma onda de protestos e acreditamos que, nessa época, em que a tranqüilidade da população se via conturbada, o mandato de vereador era tarefa espinhosa em Joinville ! . . .

Arrastou-se a rivalidade entre os dois poderes - um legal, o outro não - até 1872, quando a "Vertreterschaft" se dissolveu espontâneamente. É interessante transcrever a relação dos primeiros tributos municipais de 1869 e 1870 :

Fábricas e Ofícios no perímetro urbano	6$000	por ano
" " na zona rural	2$000	" "
Impôsto para Cortumes	10$000	" "
Cada carroça paga	3$200	" "

Para melhor contrôle dos veículos, cada contribuinte recebia uma pequena "chapa" de metal amarelo, com o respectivo número, para ser fixada na sua carroça. A distribuição das "chapas" era feita pelo Procurador da Câmara Municipal, Sr. João Paulo Schmalz. O então Sub-Delegado da Vila, Sr. Francisco Antônio Vieira, fiscalizava as carroças e exigia obediência à Lei.

Durante todo o ano de 1869, os trabalhos da Estrada da Serra estiveram paralizados por falta de verba. Por determinação do Ministro da Agricultura, suspendeu-se até o pagamento de 100$000 por mês ao "Fiscal das Obras", Sr. Engenheiro A. Murinelli. Mesmo assim, com a posse do nôvo Presidente da Província, Sr. Manoel de Nascimento da Fonseca Galvão, a 27 de novembro, foi nomeado nôvo "Administrador das Obras da Estrada do Paraná", Sr. Francisco Antônio Pimenta Bueno.

Engenheiro Carl August Wunderwald com seus companheiros Werner Riekes, Schimming e Gilgen, em 1866.

Encontrava-se na Colônia, desde 13 de março de 1868, o engenheiro Henrique Kreplin, encarregado pela Presidência da Província de fazer o levantamento topográfico e demarcação definitiva e minuciosa das divisas Norte e Oeste das terras dotais de S. A. R. o Príncipe de Joinville, que, pela medição do Sr. Jerônimo Coelho, em 1846, sòmente foram fixadas por uma "linha sêca". Após os trabalhos preliminares, o Sr. Kreplin esperava a remessa do dinheiro destinado pela Presidência da Província a tal serviço. O dinheiro não veio. Em agôsto, o Diretor da Colônia, Sr. Niemeyer, em ofício dirigido ao Presidente, solicitou a participação do engenheiro Kreplin nas medições e demarcações no Campo São Miguel, no planalto "por se achar embaraçado por falta de meios o engenheiro Kreplin, que devia interromper os trabalhos já começados".

Com efeito, em julho de 1869, a Direção da Colônia recebeu do Ministério dos Negócios "d'Agricultura, Commercio e Obras Publicas" o Aviso datado de 17 de junho, autorizando a concessão das ditas terras nos Campos de São Miguel, à Sociedade Colonizadora, sendo nomeada uma Comissão composta dos engenheiros Galvão, Kreplin e Everard, para medição e demarcação dos 247 quilômetros quadrados no planalto. Para determinar as divisas confrontantes com os terrenos do Príncipe de Joinville, tornou-se necessária a prévia abertura dos limites, a Oeste, das terras dotais, desde a Encruzilhada até o Rio Itapocu, sendo designado para êsse serviço o engenheiro Kreplin. Iniciaram-se, assim, os primeiros trabalhos para a futura colonização do planalto.

Desde outubro de 1867, o Sr. Johann Heinrich Auler mantinha no Rio de Janeiro, uma loja e livraria na Rua da Quitanda, 135 ficando a sua loja e armazém de secos e molhados na Rua do Príncipe, em Joinville, como filial e agência do "Colonie-Zeitung". Como Agente do Correio local, Auler, em princípios de 1869, empregou o Sr. Otto Lauer como "Ajudante do Correio", em conseqüência das suas constantes viagens ao Rio de Janeiro.

Grassou na Capital, em meados de 1869, a terrível epidemia de febre amarela, vindo a falecer Johann Heinrich Auler a 23 de junho, atacado pela moléstia, causando a sua morte geral consternação na Colônia.

Assumiu a 14 de agôsto o cargo e Agente do Correio o Sr.

Friedrich Heeren. A livraria do Sr. Auler no Rio de Janeiro dissolveu-se, ficando, porém, a firma estabelecida em Joinville, com armazém e sortimento de livros, papelaria e agência do "Colonie-Zeitung", até dezembro de 1871.

Em princípios do ano (1869), o representante do Príncipe de Joinville e Duque d'Aumale, Sr. Frederico Bruestlein, viajou para a Europa, a fim de tratar de assuntos relacionados à concessão de terras dotais à Sociedade Colonizadora.

Durante sua estada em Hamburgo, Bruestlein adquiriu uma pequena lancha a vapor, pelo preço de 344 marcos e uma infinidade de máquinas e peças para a Serraria do Príncipe e a Usina de Pirabeiraba, trilhos e vagonetes para o transporte da cana-de-açúcar na Fazenda, 7 caixas com móveis e utensílios para a "Maison de Joinville", fechaduras, ferragens e demais peças para o Domaine Dona Francisca.

Voltou Bruestlein da Europa, via Rio de Janeiro, e chegou à Colônia a 22 de novembro. A Companhia de Navegação Robert Sloman, de Hamburgo, despachou, a 10 de outubro, o veleiro "Raleigh", com 172 imigrantes e tôda a carga destinada à Colônia. A lancha a vapor foi colocada na coberta superior do convés.

Chegou a "Raleigh" no Pôrto de São Francisco, a 2 de dezembro, conseguindo o seu comandante Kopper descarregar o barco sem auxílio de guindaste. Nesse mesmo navio vieram dois moços da Rússia, Emil Schmidt, com 19 anos de idade, e Eugen Schmidt, seu irmão mais velho, com 33 anos de idade, de profissão economista, que mais tarde instalou uma botica ou farmácia na Colônia, tornando-se pessoa de destaque participando ativamente na vida pública da Colônia.

A "Relação sobre o estado da Colonia Dona Francisca", enviada à Presidência da Província, em dezembro de 1869, acusava 6185 habitantes, formando 1287 famílias. Eram católicos, 992, e protestantes, 5196; brasileiros, 2197, e estrangeiros, 3988.

Entraram para a Colônia, em 7 navios vindos de Hamburgo, 763 pessoas e de outros pontos do Brasil 42, havendo deixado a Colônia 135 pessoas. Foram registrados 255 nascimentos e 87 óbitos.

E continua o Relatório: "Existem 14 escolas, das quaes são 3 subvencionadas pelo Governo, uma por S. A. R. o Principe de Join-

ville, oito subvencionadas pela Direção da Colônia e duas particulares. A frequentação das escolas no anno de 1869 foi forte, a saber de 648 meninos, o que perfaz onze por cento da população",

Em vista da absoluta necessidade de abastecer a Vila de Joinville de água potável, formou-se uma comissão composta dos seguintes membros : Ludwig von Lasperg, Eduard Trinks, Friedrich Jordan e Friedrich Louis Wetzel. Apresentou a dita comissão à Câmara Municipal um projeto com aproveitamento das águas do Morro da Bôa Vista, do "Reismuehlenbach", ou ribeirão do engenho de arroz, para trazer água encanada para o chafariz instalado no centro da Vila.

A 30 de janeiro de 1870, a Câmara Municipal ofereceu uma subvenção de 200$000, autorizando a comissão a angariar igual importância em forma de subscrição pública.

Em fevereiro, veio um nôvo médico, Dr. Phillip Maria Wolff, para substituir o Dr. Carl Henstschel que se mudou definitivamente para o Destêrro, onde conseguiu revalidar o seu diploma de Doutor em medicina, para depois mudar-se para o Rio de Janeiro e finalmente para São Paulo.

O Dr. Wolff, que veio de Itajaí, estabeleceu-se primeiro no Hotel Kumlehn e, a partir de abril de 1870, instalou o seu consultório na casa do Sr. Gustav Hasse, na Rua do Príncipe, local do hoje Correios e Telégrafos. Contratado pela Sociedade Colonizadora, Phillip Maria Wolff assumiu a direção da Hospital de Joinville, assistido pelo Dr. Wigando Engelke. A farmácia instalada pelo Dr. Hentschel em 1868, foi adquirida por Eugen Schmidt, que, em março de 1872, obteve licença oficial para exercer a profissão.

Por êsse mesmo tempo, o Agente do Correio, Frederico Heeren, é substituido por Carl Lange. Heeren é contratado pelo Sr. Bruestlein para demarcar novos lotes ao longo da Estrada da Serra e no prolongamento da Estrada Sta. Catarina, em direção Sul.

Em 19 de março, noticiava o "Colonie-Zeitung" a morte de Lopes e o possível fim da Guerra do Paraguai. A notícia veio pelo telégrafo, via São Francisco. O mesmo noticiário comunicava o prosseguimento das obras da Estrada da Serra, agora denominada definitivamente "Estrada Dona Francisca". O Sr. Wilhelm Engelke, ir-

mão do médico, e o encarregado das Obras, Sr. Ignacio Magalhães, dirigindo o "Escritório" na Vila, sito à Rua Caxoeira, apelam para a Direção da Colônia no sentido de empregar colonos recém-chegados pelo veleiro "Nornen", garantindo-lhes boas férias e remuneração. Começaram novamente as atividades nessa importante via de comunicação, depois do recebimento da subvenção de 5 contos de réis por mês a partir de abril. Devia-se a iniciativa ao Agente da Sociedade no Rio de Janeiro, Sr. Otto Niemeyer, incansável defensor dos interêsses da Colônia.

A 25 de abril, é nomeado pelo Ministério da Agricultura, para encarregado da Estrada, o engenheiro Eduardo José de Moraes, sendo dispensado o Sr. Antônio Pimenta Bueno. Nos trabalhos de Estrada seriam empregados exclusivamente colonos da Dona Francisca, como manifesta o nôvo engenheiro, em ofício credencial dirigido ao Diretor Niemeyer. O movimento na "Estrada da Serra", como ainda estava sendo chamada pelo povo, aumentou consideràvelmente durante os últimos anos. Passaram no Rancho do Alto da Serra, sòmente em janeiro, 177 viajantes, 38 cavalos, 147 mulas e 113 cabeças de gado. Apesar do seu lamentável estado e das exigências do Pôsto Fiscal levantado pela Província do Paraná, no lugar encruzilhada (tributo interprovincial por boi : 2$500), a Estrada Dona Francisca, já em 1870, absolvia grande parte do transporte de carne sêca erva-mate e outros produtos de exportação do planalto, em direção a São Francisco.

Continuam em São Francisco do Sul as sessões do Juri, apesar de ser Joinville declarado "Termo" com jurisdição própria e sob a alçada de um juíz de direito. Sendo muitas vêzes as audiências transferidas ou adiadas, os Senhores Jurados de Joinville perdem o seu tempo e dinheiro, com viagens inúteis a São Francisco.

No pequeno pôrto de Joinville, a 15 de junho de 1870, aglomerava-se grande massa popular para assistir às primeiras experiências com a lancha a vapor trazida da Europa pelo Sr. Bruestlein. Os resultados satisfizeram plenamente e esperava-se um grande futuro para o comércio entre Joinville e São Francisco, com a inauguração da "Linha de Vapores" entre as duas cidades. Infelizmente, a pequena lancha não correspondeu às esperanças nela depositadas : pri-

meiro, era pequena demais e, na baía aberta da Babitonga, por duas vêzes quase afundou; segundo, sendo construída para serviço fluvial, o motor não suportou a água salgada do mar... e pifou. Mais tarde, o Sr. Bruestlein vendeu o barco, sem a máquina, para Blumenau.

Em julho, iniciou-se a construção do grande armazém à beira do Rio Cachoeira, no terreno então adquirido pelo Sr. Bruestlein em nome do "Domaine Dona Francisca" para ali depositar, futuramente, a madeira serrada da "Serraria do Príncipe" e as pipas de cachaça do "Domaine Pirabeiraba". Defronte ao "Magazin" e nas margens do rio, construiu-se um Cais para carga e descarga dos navios.

A "Maison de Joinville", pràticamente terminada, faltando apenas a pintura de algumas portas e caiação das paredes serviu, durante os meses da ausência do Sr. Bruestlein, como depósito das pipas de cachaça, destinadas à exportação. No balanço do "Domaine Dona Francisca", enviado à firma E. Bocher, em Paris, a 31 de dezembro de 1870, encontramos a seguinte anotação: "Une maison d'habitation avec rez-du-chaussées et étages terminée: 17:821$261". Foi quanto custou o "Palácio dos Príncipes", na época.

Quanto à Alameda de Palmeiras, que hoje forma um quadro integrante e majestoso, abrindo alas e prestando vassalagem ao Palácio, em 1870 ainda não estava plantada. Trouxe o Diretor Louis Niemeyer, em junho de 1867, quando de volta da sua estada no Rio de Janeiro, sementes das palmeiras imperiais (Oreodoxa oleracea) do Jardim Botânico, descendentes de uma "planta mater" das Antilhas, plantada, em 1809, pelo Príncipe Regente D. João VI.

A 5 de dezembro de 1873, o Sr. Bruestlein no seu Relatório endereçado ao Sr. Edouard Bocher, na França, esclarece devidamente a semeadura e replantio das pequenas mudas:

"Monsieur l'Administrateur!

Les dépenses de l'administration sont les mêmes que les années précédentes. Il a été insérét une somme de 50 Milreis pour planter une allée de palmiers. Jai planté les grains de ces palmiers en 1867 et aujourd'hui les jeunes arbres ont atteint la grandeur qu'il faut pour des transplanter. Les arbres doivent former une double haie de long de l'allée qui relié la rue du Prince avec la maison de Leurs Altesses Royales".

Fica, assim comprovada a semeadura em 1867, e a replantio em 1873. O Palácio dos Príncipes, construído para servir de Casa de Administração, foi iniciado em 1867 e terminado em novembro de 1870.

Em julho de 1870, estourou a guerra entre a Alemanha e a França, interrompendo a vinda de imigrantes da Europa. A vida interna de Sta. Catarina viu-se prejudicada com a constante mudança de Presidentes da Província, revogando uns os atos dos outros. Assim, a 3 de janeiro tomou posse o Dr. André Cordeiro de Araujo Lima. Já a 18 de maio foi substituído por Dr. Francisco Ferreira Correa, e a 28 de dezembro do mesmo ano, êste, por sua vez, foi substituído pelo Sr. Joaquim Bandeira de Gouvêa. Três Presidentes no curso de um ano administrativo !

Na vida tranqüila e pacífica do joinvillense, o ano de 1870 não lhe proporcionou muitas agitações. A Câmara Municipal mandou abrir, para o trânsito de pedrestes e cavaleiros, uma estreita passagem entre a Rua Caxoeira e Mittelstrasse, e outra entre esta e a Hafenstrasse : as atuais Rua Mato Grosso e Rua Sergipe, entre a Rua Princesa Isabel, Rua XV e Rua 9 de Março. Em outubro, foi inaugurado o nôvo cemitério católico, junto à igreja, ficando o cemitério antigo sòmente para a comunidade evangélica. A 18 de dezembro, reuniram-se na Colônia os proprietários de imóveis, a fim de elegerem os membros da "Vertreterschft" para os próximos dois anos. Venceram as eleições os Srs. Karl Kumlehn, Schwuchow, F. Rogner e I. Herbst. Continuaram as rixas com os membros da Câmara Municipal.

Vieram em 1870, dois navios com 220 imigrantes, aumentando a população da Colônia Dona Francisca, em fins dêsse ano, para 6452 pessoas.

Possuia a Colônia 6 lanchas, 4 iates, 43 arados e 240 carros de quatro rodas. Na sede da Vila existiam 192 casas de morada e no distrito rural 1.187 habitações. A exportação calculava-se em 230 contos de réis, a impotação em 215:000$000. Existiam 15 escolas, sendo freqüentadas por 790 crianças.

A Sociedade Cultural, a mais antiga Sociedade de Joinville, estava para ser dissolvida, por falta de sócios ativos. Com a eleição de nova diretoria composta dos Srs. Carlos Lange, E. Trinks, O. Doerffel e Fr. Jordan, venceram-se as dificuldades e o "Kultur-Verein" iniciou atividades, que tinham por objetivo e desenvolvimento da lavoura e da pecuária colonial, pelo intercâmbio de conhecimentos e experiências adquiridas pelos próprios colonos.

No ano seguinte, em fevereiro, terminou a guerra, com a capitulação da França e já em maio zarpava o primeiro veleiro, o "Rheidol Queen", com 60 emigrantes da Europa. Enquanto se discutiam os acontecimentos internacionais, a atenção pública estava voltada para a construção da Escola, na Rua Cochoeira (o hoje Colégio Bom Jesus), que ficara atrasada por falta de dinheiro, e um inquérito para apurar a responsabilidade dos construtores, pois as paredes externas apresentaram rachaduras e fendas mesmo antes da colocação do telhado. Refeitos os erros técnicos da construção, a Direção da Colônia assumiu a inciativa, com festejos e tômbola em benefício das obras, organizando o Diretor Louis Niemeyer uma loteria para fins beneficentes, com prêmios em objetos. Assim, no começo do ano de 1872, foram fornecidas as tábuas de canela para o soalho, da serraria do Príncipe de Schoenburg-Waldenburg, recém-instalada nas terras além do Rio Piraí. Vieram as modernissimas máquinas e serras a 18 de julho, com o "Rheidol Queen".

Em junho, a população de Joinville envia à Assembléia Legislativa da Província curiosa petição, solicitando a revogação da Lei 566 que criava o Município de Joinville, alegando o bom funcionamento da Ordem Comunal administrada com zêlo pela "Vertreterschaft" durante mais de dez anos. Indeferido o pedido, a Assembléia Provincial promete à municipalidade de Joinville a instalação de um tabelião, Delegado de Polícia e Juiz de Direito na Vila.

Em julho do mesmo ano, o Agente do Correio, Sr. Carl Lange, torna público que a partir dessa data será anunciada a chegada da correspondência por meio de uma bandeira branca desfraldada na porta do prédio do Correio. Poucos meses depois, o Sr. Ulrich Ulrichsen assumiu o cargo de "Vice-Agente do Correio de Joinville".

Finalmente, a 7 de julho, a Presidência da Província, por Avi-

so, cria o Juizado de Paz de Joinville, sendo aberto o Fôro a partir de outubro com a primeira audiência no dia 21. Como escrivão foi designado o Sr. Otto Lauer. Foram nomeados os Srs. Dr. Wigand Engelke, João Domingos Alves Pereira, Eduard Trinks, Ulrich Ulrichsen e Bernhard Poschaan Jnr. para Juízes e suplentes.

Em dezembro, o Sr. Ottokar Doerffel é nomeado Cônsul da Alemanha em Joinville.

O acontecimento mais importante dêsse ano de 1871, indubitàvelmente, consistiu na assinatura do nôvo contrato entre a Sociedade Colonizadora e o Govêrno Imperial a 30 de dezembro. Com duração de 10 anos, a partir de 1.º de abril de 1872, o contrato estabelecia a introdução de 1000 colonos por ano e uma subvenção anual de 70 contos de réis. A Estrada da Serra será subvencionada com 5 contos de réis por mês, continuando em vigor a cláusula do contrato de 1867, quanto às terras devolutas no planalto. Pelo mesmo preço de 500 réis por braça quadrada, o Govêrno Imperial concede à Sociedade, além dos 247 quilômetros quadrados, no Campo São Miguel, as terras devolutas ao longo do traçado da nova estrada, em direção a Rio Negro.

O Relatório do ano de 1871 acusa uma população de 6671 almas; nasceram 208 faleceram 88. Em 4 navios, entraram 319 pessoas e deixaram a Colônia 220 indivíduos (São Paulo e Paraná).

Nos primeiros dias de janeiro de 1872, entrou no Pôrto de São Francisco a barca dinamarquesa "Argo", trazendo do Havre uma carga da máquinas, caldeiras, tubos de cobre e diversos petrechos e aparelhos para instalar uma usina de açúcar no "Domaine Pirabeiraba" do Duque d'Aumale.

A 11 de março de 1872, os jurados reuniram-se pela primeira vez em Joinville, para abrir a primeira sessão do Júri, sendo presidente do tribunal o Sr. Dr. José Maria do Valle. Em ato solene, no Salão Berner, que aos domingos servia para as diversões dançantes da mocidade, encontravam-se os Srs. Hermann Lepper, Johann Schmidlin, Theodor Voss, Karl Julius Parucker, Bernhard Poschaan

jnr., Antonio Pereira, Jacob Richlin, Friedrich Jordan, Basilio Araujo, Karl Patsch, Heinrich Lepper, August Kohn, Herrling, Schulz, Max Anton, Ohlsen, Friedrich Schlemm, Baechtold, Fischer, Friedrich Lange, Karl Kumlehn, Joaquim Fagundes dos Reis, U. Ulrichsen, Marcelino Oliveira, Francisco Antonio Vieira, Mathias Beigel. Eduard Trinks, L. Lechte, Kalotschke, Richter, Wilhelm Boehm, Dr. O. Doerffel, Frankenberg, Haltenholff, Salvador Ramos, Paul Schmalz, João Domingos Pereira, Heinrich Fissmer, Dr. W. Engelke, Koehler, Koenig, João Moreira, Poschaan, Karl Monich, Konrad Baumer, Andreas Beck, August Stock, Ferdinand Seidler.

A convocação dos Jurados foi feita pelo Juiz de Paz em exercício, Dr. Wigand Engelke.

A 15 de maio faleceu o comerciante Eduard Gustav Friedrich Trinks, com a idade de 63 anos. Desde novembro de 1854, Trinks era homem de destaque na vida colonial, tanto no setor cultural como recreativo e administrativo, tendo sido sócio de quase tôdas as Sociedades, membro da "Vertreterschaft", Sub-Delegado e, finalmente, Suplente do Juiz de Paz.

Terminado o mandato, realizaram-se, a 7 e 8 de setembro, novas eleições para os cargos de Juízes de Paz e Vereadores. Desta vez, o partido conservador, orientado em Joinville pelo Dr. Ottkar Doerffel, obteve estrondosa desforra. Depois da ata de formação da Mesa Paroquial na igreja católica, tendo como Presidente o Sr. João Domingues Pereira e como mesários os Srs. Haltenhoff, Francisco A. Vieira, Parucker, Poschaan, e após procedidas duas chamadas de votantes, foi feita a terceira as quais compareceram, respectivamente 144, 15 e 81 votantes. Foi feita a apuração no dia seguinte, verificando-se 245 cédulas para Vereadores e 236 para Juízes de Paz, com o seguinte resultado: O. Doerffel - 227; Rudolf Zinneck - 130; Carlos Kumlehn - 126; Fernando Rogner - 125; Henrique Lepper - 123; Rudolf Klatt - 123; Carl Wilhelm Boehm - 120, e outros menos votados. Para Juízes de Paz a apuração foi a seguinte: Max Anton - 133; Benno von Frankenberg - 130; João Eugenio Moreira - 127; Francisco Antonio Vieira - 125 e outros menos favorecidos, sendo declarados eleitos os 7 e 4 primeiros de cada apuração.

Diante da vitória dos conservadores, os liberais subscreveram

um protesto redigido pelo Sr. Frederico Lange, contra a validade do pleito, alegando que houve desigualdade entre o número de cédulas para votação de Vereadores e Juízes de Paz. A mesa declarou nulo o pleito, designando outra data para nova eleição.

Naquele tempo, a Estrada da Serra, na sua extensão de 30 quilômetros, estava pronta, atingindo o Alto da Serra. Daí o trecho até a Encruzilhada estava em serviço, enquanto que a sua extensão até o Rio Negro formava apenas um caminho, intransitável em tempo de chuva.

Entrou a colonização nessa época em nova fase de desenvolvimento e prosperidade. Terminada a Guerra do Paraguai e, em 1871, a guerra franco-germânica, a Colônia Dona Francisca teve um aumento rápido, de modo que se esgotaram os lotes disponíveis. Ganhou então o projeto da colonização do planalto nôvo aspecto e novas perspectivas.

Em agôsto de 1872, o Diretor Louis Niemeyer viajou serra acima para escolher o local da futura "Colônia Agrícola" no Campo de São Miguel. Acompanhado pelo agrimensor August Heeren, irmão mais nôvo de Friedrich Heeren, e uma turma de trabalhadores, procedeu-se à demarcação de lotes num terreno apropriado e à construção de um rancho provisório, para alojamento e recepção dos colonos a serem instalados nesse local.

August Heeren, contratado pela Direção da Colônia, veio da Colônia Teresópolis. Engenheiro e construtor de navios, Heeren ocupava o cargo de agrimensor nas Colônias Sta. Isabel e Teresópolis, desde 1861, ano da sua chegada ao Brasil. Em fins de 1870, mudara-se com a sua família, para Joinville. Enquanto o seu irmão Friedrich Heeren era engenheiro e agrimensor do "Domaine Dona Francisca", sob a orientação do Sr. Bruestlein, Heeren foi contratado, a partir de 1.º de setembro de 1872, pela Sociedade Colonizadora.

Feita a demarcação dos primeiros lotes, os trabalhadores Christian Gilgen, Knudsen e Christian Fibiger adquiriam, a 15 de outubro, as primeiras glebas de terra no planalto, inciando assim a colonização.

A 9 de novembro, a Sociedade Colonizadora em Joinville mandou publicar no "Colonie-Zeitung" um relatório sôbre o nôvo nucleo colonial no Campo de São Miguel, confirmando a fundação de nova Colônia no planalto, no dia 15 de outubro de 1872, com a venda dos primeiros três lotes, realçando com entusiasmo a grande importância do acontecimento, devido à abertura da primeira etapa na comunicação entre Joinville e Rio Negro.

Estes primeiros colonizadores do planalto tiveram de desistir. As terras de São Miguel não prestavam para a agricultura e se perderam as primeiras plantações. Já no Relatório da Sociedade Colonizadora do ano de 1873, encontramos observações sôbre a transferência do núcleo de São Miguel para "poucas mil braças para o Oeste", onde se achavam terras de boa qualidade e férteis. Fracassaram, assim, as primeiras tentativas de estabelecer colonos no planalto.

Fracassaram também as negociações da Sociedade Colonizara em Hamburgo, com o Príncipe de Joinville, para conseguir por compra e preço vantajoso as faixas laterais da Estrada Dona Francisca, com o fito de alí estabelecer colonos. No "Relatório sôbre o Estado da Colônia Dona Francisca no anno de 1872", apresentado ao Govêrno Imperial em dezembro, encontramos sôbre o assunto a seguinte observação, que transcrevemos :

> "A Direção desta Colônia já começou os trabalhos preparatórios nas terras concedidas à Sociedade perto dos Campos de S. Miguel nas altas planícies além da Serra do Mar, e procurou estabelecer ali algumas famílias mas se viu forçada de desisitir por ora do estabelecimento dos colonos naquele lugar e as razões são as seguintes : os terrenos em questão, situados na distância de 61 quilômetros de Joinville, carecem ainda de fácil comunicação, sendo a Estrada da Serra sòmente acabada até o alto da Serra do Rio Sêco na extensão de 33 quilômetros. Os transportes aos Campos são efetuados por bêstas e causam tantas despesas que seria impossível à Direção estabelecer lá maior número de colonos".

Era essa a situação quando o Govêrno Imperial elevou as subvenções para a Estrada Dona Francisca, de 5 para 8 contos de réis por mês. O Diretor das obras, engenheiro Dr. Eduardo José de Mo-

raes, que prestou os mais valiosos serviços desde 1870, publicou relatórios e enviou ofícios ao Govêrno Imperial e Ministério da Agricultura, para acelerar as obras e conseguir um acôrdo definitivo na célebre questão das divisas entre as Províncias de Paraná e Sta. Catarina.

Com o fracasso da colonização no Campo de São Miguel, a Direção da Colônia resolveu transferir o local dos 247 quilômetros quadrados oferecidos pelo Govêrno Imperial para o Vale do Rio São Bento, onde, já em 1864, o engenheiro August Wunderwald encontrara terras boas para a agricultura. Deparamos pela primeira vez com o nome "Rio de São Bento" nos diários de campo dêsse engenheiro, na sua viagem de exploração de Joinville a Rio Negro, de outubro de 1864 a fevereiro de 1865.

A transferência da instalação de colonos, 15 quilômetros distante das terras inicialmente escolhidas, exigia o consentimento do Govêrno Imperial, pois as terras no Vale do Rio São Bento já haviam sido demarcadas em 1868 pelo engenheiro da Província do Paraná, Sr. Theodor Ochsz.

Demorando-se a resposta a essa questão, a Sociedade, na absoluta necessidade de terras para estabelecer os colonos recém-chegados, entrou novamente em entendimentos com o representante do Príncipe de Joinville, Sr. Bruestlein, que, finalmente, a 26 de fevereiro de 1873, culminaram com a permuta das terras situadas ao longo da Estrada Dona Francisca, lado Sul, pelo preço de 4$000 por hectare, sendo a profundidade de cada lote mil metros. Não ofereceu esta permuta grande vantagem à Sociedade, em virtude de os terrenos acidentados sòmente permitirem a instalação de 27 famílias de colonos.

A falta de terras disponíveis e prestáveis à agricultura, provocou sérios embaraços à Direção da Colônia em 1872. Chegaram nêsse ano 7 navios com 530 imigrantes e até setembro de 1873 desembarcaram mais 1067 passageiros dos veleiros "Doctor Barth", "Terpzichore", "Gutenberg" e "Zanzibar" seguidos, em dezembro, pelo "Elwood Cooper", com mais 123 pessoas.

Verdadeira avalanche de imigrantes aguardava a distribuição de lotes coloniais, esperando a sua vez nos barrações e ranchos de recepção superlotados.

Em dezembro de 1872, a população da Colônia elevou-se a 6810 almas e ocorreram 227 nascimentos, 87 óbitos e 44 casamentos. Contava Joinville com 1320 casas, 1392 ranchos, 3 igrejas, 11 casas para escolas, 1 Cadeia, 3 ranchos de recepção, 1 Hospital e 1 Loja Maçônica. Existiam na Colônia 314 carros de quatro rodas e 892 cavalos e 1684 cabeças de gado.

Um dos últimos acontecimentos do ano de 1872 foi a inauguração do Teatro da Sociedade "Harmonie", a 15 de dezembro, anexo à casa residencial e salão de baile do Sr. Berner. A inauguração da sala, construída pelo Sr. Berner, procedeu-se com a representação da comédia "Englisch", sendo o espetáculo aplaudido com entusiasmo e grande alegria pelo público. Nesse mesmo ano, por ato da Presidência da Província, foram promovidos a Oficiais da Guarda Nacional os cidadãos : Capitão Carl Julius Parucker, Tenente F. Jordan, Sub-Tenente Carl Kumlehn da 1.ª Companhia e da Segunda o Capitão Rudolf Zinneck, Tenente Hermann Lepper e Sub-Tenente Albert Kroehne.

Teve início o ano de 1873 com a chegada de dois navios de imigrantes, trazendo 174 passageiros. A 14 de janeiro, dissolveu-se a "Vertreterschaft", sendo seu último "Prokurator" o Sr. Max Anton, escriturário da Direção da Colônia; terminou assim entre duas entidades municipais, a animosidade que se arrastou por mais de quatro anos.

Em conseqüência da eleição anulada de 7 de setembro de 1872, foi designado o dia 9 de fevereiro de 1873 para elegerem-se os Vereadores municipais e Juízes de Paz. Conseguiu o partido liberal anular o pleito, alegando que "a eleição deve ser a expressão livre da vontade do povo e caso essa expressão ficasse alterada por um engano como neste caso, não é mais a fiel expressão de sua vontade".

Mesmo assim, o partido Liberal não conseguiu converter o povo, pois as novas eleições realizadas entre os dias 9 e 11 confirmaram a vitória dos conservadores. O mais votado foi Sr. Karl Kumlehn (140), seguindo-se-lhe Ottokar Doerffel (139), Karl Patsch (137), Rudolf Zinnack (134), R. Klatt (129), F. Rogner (128) e Heinrdich Lepper, (126), para Vereadores. Para Juízes de Paz : Max Anton (135),

João E. Moreira (133), B. von Frankenberg (131), Joaquim d'Oliveira Cercal (128).

Por êsse mesmo tempo, a Capital do Império foi castigada pela febre amarela. A correspondência vinda do Rio de Janeiro era amarelada pela fumaça empregada para desinfetar o papel. Perde a Colônia Dona Francisca, com essa epidemia, um dos seus membros mais ativos, o Sr. Bernhard Poschaan jnr. e os filhos do negociante Friedrich Schlemm e do fabricante de charutos Tiemann, que se encontravam na Capital.

E mais um falecimento consternou a população : a 28 de junho, e após breve enfermidade, sucumbiu o Diretor da Colônia, Sr. Capitão Johann Otto Louis Niemeyer, com a idade de apenas 47 anos. Seus funerais constituiram a consagração consternada em que tomou parte tôda a Colônia.

A direção lutou nesses meses com as maiores dificuldades. Grande era o número de imigrantes que ainda aguardavam a distribuição de lotes. Tôda a responsabilidade pesou sôbre a pessoa do tesoureiro e Diretor Interino, Sr. Ottokar Doerffel, que dedicou o seu esfôrço exclusivamente ao bem-estar da Colônia.

Outro fator decisivo para estabelecer os colonos recém-chegados o mais breve possível, foi a epidemia de varíola que grassou com grande intensidade em Joinville. O veleiro "Gutenberg", chegado no dia 10 de julho, desembarcou alguns passageiros "bexiguentos" que, em seguida, contaminaram e transmitiram essa terrível doença à Colônia tôda. Diàriamente faleciam homens, crianças e mulheres, nos ranchos de recepção e, apesar de todos os esforços dos médicos, Dr. Wigand Engelke e Dr. Maria Wolff, a epidemia se alastrou ràpidamente.

Ante esta situação crítica, a Direção da Colônia resolveu tomar a inciativa e despachar por sua conta e risco os primeiros colonos - sòmente os homens - para o local escolhido como futura Colônia no planalto ou seja o Vale do Rio São Bento.

Um documento, de real valor histórico para a hoje cidade de São Bento do Sul, focaliza a situação dramática na época. Transcrevemo-lo a seguir, conservando e respeitando a ortografia e forma original do texto :

"Direcção da Colonia Dona Francisca aos 20 de Setembro de 1873.

Illmo. Snr. Dr. Eduardo Jozé de Moraes, meretissimo Engenheiro, Director da Estrada Dona Francisca.

Afim que a colonização desde Imperio para o qual o Governo Imperial está fazendo tantos e tão continuos sacrificios, bem prospera, nunca devem faltar estas duas condições capitaes: a primeira é que os novos colonos immediatamente depois de sua chegada recebem um terreno bom para a lavoura. A segunda é que se lhes offerece serviço bastante rendoso nas obras publicas durante o primeiro tempo em que ainda não podem ter sua existencia dos productos de sua lavoura.

"A "Sociedade Colonisadora de 1849 em Hamburgo", cumprindo com o contracto celebrado entre o Governo Imperial e ella em 30 de Dezembro de 1871, nos enviou 1072 emigrantes colonos aos quaes me esforcei de realizar as ditas duas condições.

"Em primeiro lugar para poder cumprir a primeira condição, mandei explorar minuciosamente os Campos de São Miguel e as terras devolutas anexas para o Oeste, não achando-se senão nos arredores do Rio São Bento terrenos proprios os quaes a Sociedade Colonisadora baseada no Art. 18 do mencionado contrato, requereu do Governo Imperial. Entretanto os recemchegados colonos dando-se pressa para receberem os terrenos promettidos à elles, apertarão esta Direcção afim de elles não perderem o tempo de plantação deste anno. ERA PERICULUM IN MORA!

"Assim pois mandei transportar no dia de hoje a primeira turma de colonos d'aqui para os terrenos de São Bento, dando-lhes lá mesmo 64 lotes demarcados e fornecendo-lhes gratuitamente os mantimentos necessarios ao menos para tres semanas durante os quaes elles serão postos no estado de poderem fazer as primeiras roças.

"Deos Guarde á V-Sa por muitos annos em favor da colonisação da nossa amada patria do Brazil. -

Ass - Ottokar Doerffel Director intº. da Colonia D. Francisca". (5)

---

(5) Copiador da correspondência entre a Direção da Colônia e o Govêrno Imperial (Domínio Dona Francisca - Joinville).

Essa resolução do Sr. Ottokar Doerffel foi realmente uma aventura arriscada, por dois motivos: 1.º - A Direção da Colônia ainda não tinha recebido a resposta do Govêrno Imperial, quanto à transferência dos 247 quilômetros quadrados de terras devolutas do Campo de São Miguel ao Rio São Bento. 2.º - O engenheiro August Heeren tinha encontrado séria resistência por parte de moradores brasileiros da redondeza, quando iniciou a demarcação e medição das terras férteis de São Bento.

A Presidência da Província do Paraná considerou as terras entre as margens do Rio Negro e a Serra Geral como pertencentes ao Paraná e vendeu lotes e áreas de terras para interessados, dando-lhes apenas títulos provisórios de propriedade. O Govêrno Imperial, por sua vez, e por intermédio do Ministério da Agricultura, vendeu as mesmas terras à Sociedade Colonizadora, por meio real a braça quadrada e normas estabelecidas por contrato.

O Agente Otto Niemeyer, no Rio de Janeiro, realizou o pagamento das áreas ocupadas no planalto, na tesouraria da Côrte e o Govêrno Imperial aceitou êsses pagamentos, apesar de ainda não ver oficializado a posse dos 247 quilômetros quadrados. A Sociedade Colonizadora, por sua vez, considerou a situação como legalizada, pois recebeu da tesouraria os recibos de quitação.

Considerando-se dona legítima das terras em questão, a Sociedade Colonizadora agiu contra as famílias brasileiras alí estabelecidas com autorização da Presidência do Paraná, considerando-as como intrusas.

Era essa situação, quando Ottokar Doerffel enviou ao planalto os primeiros colonos, comunicando a sua decisão à Câmara Municipal da Vila do Rio Negro, por ofício datado de 30 de setembro de 1873:

"Illmos e Veneraveis Srs. Presidente e Vereadores da Camara Municipal do Rio Negro.

Foi em 20 do corrente mez, que esta Direcção em cumprimento com o contracto entre o Governo Imperial e a Sociedade Colonizadora, expediu os primeiros 70 pais de famílias dos imigrantes recem-chegados para as terras devolutas no Valle do Rio Negro, ao longo dos Rios São Bento e Negrinho, tendo mettido-os alli de posse dos lotes por ella marcada e fundada desde

modo a nova "Colonia Ágricola São Bento". Levando pois êste importante facto ao alto conhecimento de V.V.S.S. ouso de enviar-lhes agora as primeiras saudações mais respeituosas e cordiaes em nome desta sua nova e esperançosa vizinha, a qual o reconhecido zelo de V.V.S.S. acerca da colonização, sua distincta autoridade e sua alta illustração em diante queira proteger, auxiliar e guardar assim como Deos queira guardar sempre V.V.S.S.

O Director intº. da Colônia Dona Francisca. Ass- O. Doerffel". (6)

Os primeiros 70 "Pais de Famílias" enviados por Doerffel, a 20 de setembro de 1873, serra acima, para colonizar e tomar posse dos 64 lotes já demarcados por August Heeren e sua turma de trabalhadores ao longo dos caminhos "Wunderwaldlinie" e "Murinellilinie", chegaram após dois dias de penosa viagem, transportando as suas ferramentas, sementes e mantimentos em lombo de burros, para o local da futura Colônia.. Com a distribuição dos lotes, a 22 de setembro de 1873, fundou-se a "Colônia Agrícola São Bento".

Após três semanas de trabalho intenso, derrubadas de mato e preparo do chão para semeadura, os pioneiros de São Bento voltaram a 20 de outubro, para continuar a trabalhar nas obras da Estrada da Serra (Km. 33), durante 3 semanas, percebendo féria na base de 1$200 por dia. Em novembro, voltaram aos seus lotes demarcados, para queimar as roças e fazer as primeiras plantações de milho e feijão, e iniciar a construção dos ranchos de acomodação. Até o fim do ano foram distribuídos 79 lotes coloniais, com 2408 hectares. Chegaram as mulheres e crianças, em princípios de 1874, em lombo de burros e guiados por tropeiros brasileiros. Com a mudança definitiva das famílias, dos ranchos de recepção de Joinville para o planalto, nasceu a nova Colônia São Bento.

Por êsse tempo, o Padre Carlos Boegershausen, com seu espírito dinâmico e tolerante, resolveu dar aulas de ginástica aos seus

(6) Copiador da correspondência (Domínio Dona Francisca - Joinville).

alunos. Para êsse fim, mandou construir um mastro e armação de trepar, trapézio, balanços e outros aparelhos balouçantes, até então desconhecidos em Joinville. Pelas aulas de ginásticas, duas vêzes por semana, cobrava o Revmo. Boegershausen um vintém de cada aluno, para custear o professor. Anexo ao terreno do Sr. Richlin e perto da escola, o Vigário cedeu gratuitamente um terreno seu para os exercícios ginásticos. É o terreno onde hoje se localiza a Prefeitura Municipal.

Aos 18 de novembro, a Colônia Dona Francisca recebeu a honrosa visita do então Presidente da Província, Dr. João Thomé da Silva. Veio Sua Excelência inesperadamente e assim não encontrou no pôrto, ao desembarcar da lancha presidencial, comitiva de recepção ou pessoa alguma que se interessasse por êle. Percorrendo a Colônia em landau, visitou o Presidente da escola de meninos do Sr. Padre Boegershausen, ficando impressionado com os conhecimentos dos alunos em português e outras matérias. O Sr. Dr. João Thomé da Silva seguiu viagem no dia seguinte, deixando a Direção da Colônia em sérios apuros, conforme se vê da seguinte carta, endereçada ao Illmo. Snr. Diretor Geral de Secretaria d'Estado d'Agricultura Comercio e Obras Públicas, Conselheiro José Agostinho Moreira de Guimarães :

"Direcção da Colônia Dona Francisca, aos 20 de novembro de 1873.

"Foi no dia 18 do corrente mez que o Exmo. Presidente desta Provincia o Snr. Dr. José Thomé da Silva honrou a nossa Colonia com sua visita, tendo sido porem desacertada a chegada e receiando que deste facto em futuro talvez podiam resultar prejuizos para esta Colonia, tomo a liberdade de dirigir-me humildemente à V. Excia. com a seguinte exposição para que se digne leval-a ao conhecimento de Exmo Snr Ministro d'Agricultura.

"A entrada do Exmo. Snr. Presidente a esta Colonia sem duvida era debaixo de máos auspicios. Era cedo, maré baixa, máo tempo, choviscando, brumoso, sem haver pessoa nenhuma ainda no porto para recebel-o, não havia ainda foguetes, nem palmeiras, nem grinaldas, nem moças vestidas de branco. Porem tudo isso não era senão a consequencia de não ter ouvido infelismente ninguem os signaes pelos quaes nossa atalaia annun-

ciou a chegada do mesmo Snr. Presidente que se esperava aqui ao menos seis horas mais tarde.

"Não obstante desta infausta entrada, rapidamente se espalhou a noticia da vinda do Presidente e logo entrando elle num hôtel desta Villa, já tive a honra de cumprimental-o em nome da Colonia e de desculpar-nos por causa da nossa tardança. Acompanhou-se-o a uma caza particular preparada para elle com a sua comitiva morar nella, aonde immediatamente todas as autoridades desta Villa se apresentarão para receber suas ordens.

"Entretanto o máo humor e o desgosto do nosso Exmo. Snr. Hospede augmentavão-se visivelmente sempre mais, de modo que elle, recusando tudo e qualquer serviço reiteradas vezes por mim offerecido e declarando de contrario com sua primeira intenção que não partia immediatamente por não poder, mas que o faria quanto mais depressa, depois do almoço deixou a caza e se retirou para um hôtel. No mesmo dia elle fez um pequeno passeio a carro, visitou duas das treze escolas deste lugar e partio d'aqui no romper do outro dia seguinte sem poder formar-se um juizo exato à respeito desta Colonia a qual como elle mesmo disse, Sua Majestade lhe havia mandado de visitar".

Esta carta curiosa mostra bem o estado nervoso do Diretor interino, Sr. Ottokar Doerffel. Em outra carta queixa-se Doerffel da constante mudança dos Presidentes nos últimos anos, que nem se interessavam pela colonização, visando sòmente a sua orientação política e perseguindo interêsses pessoais.

Cinco dias depois da visita do Presidente Thomé da Silva, registrou-se o primeiro assalto de bugres na Colônia Dona Francisca.

O aborígene foi sempre o terror dos colonos, apesar de a Colônia ou Joinville até essa data nunca ter sofrido um ataque dos selvagens. Verdade é, que, em 1836, uma família brasileira inteira foi aniquilada pelos bugres, no local onde, em 1852, o norueguês Peter Lyng instalou a Olaria, hoje esquina Rua do Príncipe e Rua São Pedro. Desde então não se registrara qualquer assalto. As primeiras referências aos bugres foram feitas em 1862 por August Wunderwald, quando êste encontrou nas suas excursões na Serra das Duas Mamas, vestígios de acampamentos de gentios.

Agora, a 25 de novembro de 1873, traiçoeiros e atacando de emboscada, os bugres asaltaram a casa do Sr. Johann Lenschow, último colono em direção ao Vale do Rio Sêco, na Estrada da Serra. Repentinamente, como era tática do silvícola, saltaram do mato uns 30 ou 40, gritando e flechando Lenschow, sua mulher e uma filha de 7 anos. Três outros filhos conseguiram fugir, atravessando o Rio Sêco e escondendo-se na roça.

Os bugres apoderaram-se dos objetos encontrados na casa de Lenschow, seus machados, enxadas, petrechos de cozinha e acolchoados, desaparecendo em seguida nas selvas.

Os colonos vizinhos, bem como os moradores brasileiros dos arredores saíram em perseguição aos bugres, encontrando sòmente os rastros deixados nos seus acampamentos. A Direção da Colônia enviou telegrama à Presidência da Província e a 29 de dezembro chegaram 22 milicianos e batedores do mato sem conseguir, porém, descobrir o paradeiro dos "gentios bravos".

O aumento da população da Colônia Dona Francisca, em dezembro de 1873, foi de 1200 pessoas. Chegaram 5 navios da Europa superlotados com passageiros. O Relatório anual apresentado à Presidência da Província acusa o nascimento de 315 e falecimento de 208 indivíduos. Registraram-se 60 casamentos. O total da população da Colônia: 7558 pessoas.

Existiam 3 escolas públicas e 12 escolas particulares com 17 professôres e 4 professôras. 810 alunos freqüentavam o ensino primário.

A exportação da Colônia Dona Francisca, nesse ano de 1873 aumentou consideràvelmente, atingindo 350 contos de réis.

A Sociedade Colonizadora em Hamburgo ofereceu ao Sr. Otto Niemeyer o cargo de Diretor da Colônia. Em face, porém, da impossibilidade de encontrar um nôvo Agente no Rio de Janeiro, desmancharam-se as negociações e a Colônia Dona Francisca ficou por mais de dois anos sob a administração do Sr. Ottokar Doerffel.

Como já relatamos, grassou a "bexigueira" entre os colonos recém-chegados. Entre junho de 1873 e janeiro de 1874 faleceram na casa de recepção 17 crianças, não contando os casos fatais de interna-

dos no Hospital. Em São Bento prosseguiam os trabalhos com grande atividades, não sòmente com derrubadas de mato e plantações, como também com abertura de novas picadas e caminhos e a demarcação de novos lotes, pelos engenheiros August Heeren e Albert Kroehne.

Diversos colonos empregaram-se nesses serviços, ganhando 1$500 por dia. Encontramos entre os primeiros povoadores e pioneiros da Colônia os nomes: Zipperer, Beierl, Stueber, Rohrbacher Duffeck, Pablowski, Jelinski etc. etc.

A Sociedade Colonizadora efetuou pontualmente no Rio de Janeiro o pagamento das quotas de terras vendidas, conforme o contrato. Teve a satisfação de receber do Govêrno Imperial uma subvenção adicional de 20 contos de réis para a construção de uma Estrada entre o núcleo colonial e a Estrada Dona Francisca.

Encontraram, porém, os novos povoadores de São Bento, a maior resistência, por parte dos brasileiros, e, em ofício de 17 de março de 1874, o Diretor int. da Colônia reclama medidas urgentes do Presidente da Província: "Devo chamar a atenção de V. Excia. ao estado melindroso em que se acha o nôvo núcleo colonial de São Bento devido a incerteza dos limites provinciais. Apesar do contrato entre o Governo e a Sociedade e apesar dos terrenos já pagos à tesouraria Nacional e conseguinte de plena propriedade da Sociedade, alguns moradores dotados com títulos provisórios de compra da Presidência do Paraná, continuam a fazer roçadas dentro dos lotes dos nossos colonos. Tal estado de coisas faz receiar em breve gravíssimos excessos, se a Presidência não proteger os nossos colonos e não fizer expulsar os intrusos. Neste respeito peço à V. Excia. digne-se mandar estacionar no novo nucleo colonial de São Bento um destacamento de soldados para proteger os colonos contra os intrusos e tambem contra os assaltos dos Bugres".

Outro fator que veio prejudicar sèriamente o abastecimento de São Bento com mantimentos, foi o pôsto fiscal na Encruzilhada. No Relatório apresentado à Presidência da Província em fins de 1874, encontramos a seguinte observação a respeito: "Todos os transportes de pessoas, utensilios e mantimentos de Joinville para São Bento são feitos por meio de cargueiros em estradas ruins e mesmo perigosas. A Provincia do Paraná collocou na Encruzilhada huma barreira alfandegaria em que devem ser pagos direitos provinciais de

exportação e importação. A Colonia Dona Francica de que São Bento forma huma parte inherente, hé assim, cortada em duas metades. Demais esta incerteza dos limites faz, que nenhuma autoridade judicial e policial esteja competente em São Bento. A consequência hé que a justiça alli é nulla e o districto e a população fica turbulenta e pouco respeita as leis e as auctoridades. Este estado de cousas não pode durar sem males funestos, e de certo o Governo Imperial em sua sabedoria não se descuidará de tomar providências para remover os embaraços que muito obstão a prosperidade do novo nucleo colonial de S. Bento".

A 5 de julho de 1874, diversos colonos de São Bento dirigiram uma petição à Direção da Colônia em Joinville, exigindo o fornecimento de mantimentos pelos mesmos preços pagos em Joinville; a distribuição de Títulos definitivos de propriedade aos colonos de São Bento; o aumento da féria e salários dos trabalhadores da Estrada Dona Francisca para 2$000 por dia; o fornecimento gratuito de sementes; a instalação de igreja, escola e hospital com subvenção para padre, professor e médico, pela Sociedade.

Em resposta, o Sr. Doerffel endereçou uma carta ao "Colono Neumann e Colegas em São Bento", esclarecendo que seria instalada em São Bento uma venda com fornecimento de mantimentos pela Sociedade, correndo tôdas as despesas de transporte, etc. por conta da Sociedade. Quanto aos Títulos de Propriedade, solicitava dos colonos de São Bento calma e paciência, dependendo o caso da solução da questão de limites pelo Govêrno Imperial. Na questão dos salários nas obras da Estrada Dona Francisca, a Direção da Colônia não podia intervir, pois a Direção das obras da Estrada era órgão independente da Direção da Colônia. Seria remetida nova remessa de sementes a São Bento. Quanto ao quinto ítem, a Sociedade Colonizadora, pelo contrato com o Govêrno Imperial, sòmente era obrigada a instalar igreja, escola e hospital no núcleo colonial, logo que êste tivesse uma população acima de 1000 almas.

Relatamos os detalhes da petição dos colonos pioneiros de São Bento, pois focaliza o ambiente de intranqüilidade no seio da pequena Colônia no planalto, culminando com a famosa "Marcha à Joinville", a 10 de janeiro de 1875, que será narrada no momento oportuno.

Em abril de 1874 foi substituído o engenheiro da Estrada Dona Francisca, Dr. Eduardo José de Moraes, por outro engenheiro, o Sr.

Étienne Douat, francês naturalizado. Poucos meses depois, o Govêrno Imperial nomeou o Coronel Emilio Carlos Jourdan para ajudante nas obras da Estrada da Serra. Nasceu Jourdan na Bélgica e naturalizou-se brasileiro, tomando parte ativa na Guerra do Paraguai como "Membro da Comissão d'Engenheiros". Promovido em 1869 para 1.º Tenente de artilharia, o Marechal Deodoro concedeu-lhe o título de Tenente-Coronel honorário. O Marechal Floriano o elevou ao pôsto de Coronel em homenagem à obra publicada por Jourdan sôbre a Guerra do Paraguai (Edição 1870 da Typografia Perseverança-Rio de Janeiro) e do grande Atlas Histórico da Guerra do Paraguai, editado em 1871.

Tornou-se Jourdan amigo e admirador do Conde d'Eu durante a campanha, gozando então de inúmeros privilégios na Côrte, que possibilitavam a sua ação como "colonizador" e atividades prejudiciais aos interêsses da Colônia Dona Francisca, que resumiremos a seguir.

De 16 a 23 de agôsto de 1874 realizou-se em Joinville a primeira exposição de produtos agrícolas e industriais. Distribuiram-se 156 Diplomas com medalhas, em demonstração de que a lavoura, o comércio e a indústria de Joinville iam coroar as perspectivas róseas de nosso futuro. Grandes festejos acompanharam a Exposição. No último dia promoveu-se uma corrida de cavalos na "Katharinenstrasse", hoje Avenida Getúlio Vargas, na qual saíram vencedores as equipes de São Francisco do Sul. A Rua Santa Catarina, estreita e com valas laterais profundas, mostrou-se prejudicial aos "jóqueis" joinvillenses.

Nesse ano de 1874, chegaram apenas 164 imigrantes em duas levas, elevando-se para 7860 o número de pessoas existentes na Colônia. Havia, em fins de 1874, 280 casas residenciais em Joinville e 1176 casas na zona rural. São Bento contava 396 habitantes. Nascimentos, 347; óbitos, 93.

Como já relatamos, reinava em São Bento um espírito de oposição. Houve, sem dúvida alguma, imprevidências a lamentar, acarretando certo desequilíbiro e mal-estar. As necessidades dos imigrantes, na sua maioria da Boêmia e Alemanha oriental, não poderiam ser pequenas nos primeiros tempos, quando os seus trabalhos

ainda não produziam o suficiente para a própria manutenção. Daí, os choques inevitáveis.

A 10 de janeiro de 1875, lançavam-se sôbre os ombros do Diretor interino, Sr. Ottokar Doerffel, tôdas as responsabilidades das demoras administrativas e as impaciências dos colonos de São Bento. em ofício dirigido ao Presidente da Província, Sr. João Thomé da Silva, Doerffel relata os acontecimentos, que transcrevemos na sua forma original, por demais extenso, pelo pitoresco da linguagem empregada :

"Direcção da Colônia Dona Francisca, aos 15 de Janeiro 1875. Tenho a honra de informar o seguinte : No domingo passado 10 do corrente, appareceu nesta Villa de Joinville hum grupo dos colonos de São Bento, 40 homens mais ou menos que todos estavão armados com espingardas e facas e se aquartelarão em três casas de recepção desta Colônia, nas quaes ainda estão morando algumas poucas familias de colonos recem-chegados.

"As 9 horas de manhã huma deputação de 6 homens, sem armas, appareceu em minha casa e comunicou, que todos fossem vindos para aqui fazer huma reunião com o Sr. Étienne Douat, Engenheiro Director da Estrada Dona Francisca, a cerca do aumento dos jornaes, como elles não podião subsistir com o jornal diario de 1$500 Rs. Ao mesmo tempo esta deputação perante mim se queixou sôbre os embaraços e perdas, que os colonos de São Bento soffressem pelos intrusos do Paraná.

"Depois de ter se retirada a deputação, procurei na Villa a gente e encontrei a maior parte na Venda de Jordan, intimando-os, que se reunissem na Sala de Berner, para alli me dar ao protocollo suas queixas.

"As 10 horas de manhã, reunirão-se alli em redor de mim, trinta e tantos homens, dos quaes cinco ou seis tinhão comsigo facas e espingardas, cujos fechos entretanto estavão segurados com lenços. Todos os presentes estavão tranqüilos. Como porém soubera, que o caixeiro da Venda em São Bento, subvencionada pela Direcção da Colonia, na véspera da partida dos aqui reunidos, com huma faca foi gravemente ferido no barriga por um colono d'alli, de nome Jacob Hirsch, primeiro me fiz informar pelos reunidos sôbre este caso e me conveci, que não tinha relação nenhuma com o intento dos aqui reunidos.

Jahr 1. Sonnabend, den 20. December 1862. Probenummer.

Erscheint jeden Sonnabend. Zu beziehen durch die Expeditionen. Preis pränumerando jährlich 3000 Reis, vierteljährlich 1500 Reis; Eine einzelne Nr. 100 Reis.

Colonie-Zeitung

und Anzeiger für

Dona Francisca und Blumenau.

Anzeigen werden berechnet mit 150 Reis für die durchgehende, 120 Reis für die 2spaltige, 60 Reis für die 1spalt. Corpuszeile oder deren Raum. Artikel gemeinnützigen Inhalts finden gratis Aufnahme.

Verantwortlicher Herausgeber D. Dörffel zu Joinville.

Expeditionen der Colonie-Zeitung: in Joinville J. H. Auler; in Hamburg Robert Kittler.

Vaterland! welch' hoher Zauber ruht in diesem Namen und wie hebt und erweitert sich die Brust bei diesem Klange, — aber wie wehmüthige Empfindungen knüpfen sich für uns an denselben!

Das wahre Vaterland mit den lieblichen Erinnerungen unserer Jugend, mit Allem, was uns durch Erziehung und Gewöhnung lieb und theuer geworden war, — haben wir verlassen; weit, unendlich weit liegt es hinter uns, und wahrscheinlich für alle Zeiten sind wir getrennt von demselben. Und das neue Land, in welchem wir unsern Wohnsitz aufgeschlagen und an welches wir unsere Existenz gebunden haben? — Dieses neue Land will uns noch nicht heimisch werden, es scheint ihm noch nicht ernst zu sein, uns als seine rechten Kinder anzuerkennen, und je inniger wir uns an dasselbe anzuschließen versuchen, um so fremdartiger werden wir nicht selten abgestoßen, um so gewaltiger regt sich dann aber die Sehnsucht nach dem alten, unvergeßlichen Heimathlande, das uns freilich auch schon aus den Augen verloren und vergessen hat. Fürwahr, eine mißliche und trostlose Lage, in der wir, gleich Heimathlosen, so zu sagen nicht mehr wissen, wem wir angehören!

Doch nein, geneigte Leser! Eben diese Lage kann für uns eine recht glückliche werden, wenn wir dabei es vor Allem an uns selbst nicht fehlen lassen. Bei eifrigem Wollen und beharrlichem Streben wird es uns gelingen, die Beziehungen zum alten Vaterlande, soweit sie abgebrochen waren, wieder anzuknüpfen, soweit sie gelockert waren, neu zu befestigen und allgemach immer lebendiger zu gestalten, somit das alte Vaterland gewissermaßen bis zu uns herüber auszudehnen, und uns, wenn auch nicht räumlich, so doch geistig mit demselben wieder zu verschmelzen. Durch eifriges und beharrliches Wirken in echtdeutschem Sinne und Geiste wird es uns aber auch gelingen, die Achtung und Zuneigung des neuen Vaterlandes zu gewinnen und unsere Beziehungen zu ihm immer freundlicher und beglückender zu gestalten. Dann wird uns zwiefach zu Theil werden, was wir vordem blos einfach besaßen, und darum mögen wir getrost sein und gutes Muthes, wenn wir anders [illegible] Unsere thun und mit Vertrauen hinaufblicken zu Dem, der die Schicksale der Menschen und Völker zu ihrem Besten lenkt.

Der Wunsch nun, daß alle die deutschen Auswanderer, welche sich das südliche Brasilien und besonders die Provinz Sta. Catharina zum Ziele ihrer Ansiedelung wählten, hier auch wirklich ein neues Vaterland gewinnen, dabei aber das alte Vaterland nicht verlieren möchten, — dieser Wunsch gab die erste Veranlassung, das vorliegende Blatt in's Leben zu rufen. Dasselbe will daher vor Allem den Colonisten mit den Zuständen und Verhältnissen, welche ihm zunächst liegen und ihn umgeben, bekannt und vertraut machen. Denn so lange diese ihm neu und fremd sind, so lange er sich in ihnen nicht zurechtzufinden und sie gehörig zu benutzen weiß, so lange wird er sich darin nie wohl und heimisch fühlen. In dieser Hinsicht wird es die nächste Aufgabe sein, einestheils das jedem Ankommenden fast durchgängig neue Gebiet der Haus- und Lyndwirthschaft, sowie der landwirthschaftlichen Gewerbe zu durchforschen und auszukunden, nützliche Kenntnisse, praktische Erfahrungen und neue Erforschungen darin zu sammeln und mitzutheilen und durch sachgemäße Erörterung derselben belehrend und anregend zu wirken; — anderntheils über Rechtsleben und Gesetz des Landes, namentlich über alle auf Colonisation oder auf die sociale Stellung der Colonisten bezüglichen Verordnungen und Maßregeln der Landesregierung, und insbesondere über die localen, municipalen und provinzialen Gesetze und Einrichtungen, soweit der Colonist davon berührt wird, nöthige Kenntniß und Aufklärung zu verbreiten. Dabei wird das Blatt die Interessen der Colonisten nach Kräften zu wahren bemüht sein und nicht verfehlen, Mängel der Colonisation aufzudecken, Vorschläge zu derek Abhülfe zu erörtern, alles Gemeinnützige zu fördern, Gemeinschädliches zu bekämpfen und, wo es gerechte Ursache zu Tadel findet, solchen freimüthig auszusprechen, letzteres jedoch niemals, um Unmuth und Erbitterung zu erregen, sondern lediglich um zu nützen und das Bessere zur Geltung zu bringen.

Wie auf solche Weise dem Colonisten Gelegenheit geboten wird, mit dem, was ihm zunächst liegt, sich bekannt und vertraut zu machen, so soll er auch über die Bewegung und Entwickelung des Menschen- und Völkerlebens im Allgemeinen in Kenntniß erhalten werden. Zu diesem Zwecke wird das Blatt eine fortlaufende gedrängte, aber möglichst klare Uebersicht der wichtigsten Weltbegebenheiten und namentlich der bemerkenswerthesten europäischen Tagesereignisse bringen, wobei es die Entwickelung und Gestaltung der Länder deutscher Sprache und Sitte ganz besonders im Auge behalten und darauf bedacht sein wird, in den Colonisten das Interesse für das alte Heimathland immer wach und aufrecht zu erhalten. Umgekehrt soll es aber auch über die Entfaltung und Gestaltung der hiesigen Colonialzustände fortlaufend getreuliche Kunde geben, um durch solche wechselseitig im alten Vaterlande Theilnahme und Interesse für die hiesigen Colonisten zu wecken, damit das alte Vaterland nicht mehr, wie es seither leider der Fall war, seine ausgewanderten Landeskinder wie verlorene Schafe betrachte und sie sich selbst und ihrem Schicksale überlasse, sondern vielmehr inne werde, wie durch sie dem Mutterlande neue Absatzwege eröffnet, frische Bezugsquellen aufgethan, erweiterte Handelsbeziehungen angebahnt und breitere Grundlagen zu Gedeihen und Wohlstand geschaffen werden können.

Neben dem angedeuteten allgemeinen Zwecke hat das vorliegende Blatt noch die besondere Bestimmung, für die Colonien

Redigirt von C. W. Boehm, am 18. December 1862.

Primeiro exemplar do "Colonie-Zeitung" de 1862, dedicado ao Engenheiro August Wunderwald pelo tipógrafo C. W. Boehm, dois dias antes da circulação do Jornal.

"Á minha pergunta, o que fosse seu pedido verdadeiro ? se ouvirão as mais diversas pretensões. Hum pretendeu a creação de escolas, outro a entrega dos titulos das terras, o terçeiro queria a igreja e parocho, o quarto a remoção dos intrusos etc. "Entretanto estes varios pedidos finalmente unirão-se, que immediatamente eu deveria mandar hum telegramma, cuja resposta elles querião esperar aqui. Demonstrei á gente o nenhum proveito deste pedido, ainda mais como elles mesmo não bem sabião, o que deveria conter o telegramma e à quem era para dirigir. Então hum homem, natural da Bohemia, de nome Dietrich, sapateiro de profissão, se levantou e fallou mais ou menos assim : "Irmãos Européus ! Nós somos fraternalmente unidos em angustia e morte no mesmo animo e com a mesma"... etc., etc. terminando : "o telegramma deve sahir e não retiraremos antes até que recebemos resposta".

"Applauso geral seguio a estas palavras. Em fim me foi annuciado o seu verdadeiro pedido : que elles todos querião ser reenviados para a Europa !

"A reunião se mostrou hum mais tumultuario, dous policiais se apresentarão entre os reunidos e intimarão aos armados, que entregassem as armas. Isto causou grande barulho e gritaria alta, como os armados não quizerão entregar as armas e os outros gritavão, que a intervenção da policia não fosse direito.

"Em quanto que ordenei que se calassem e lhes demonstrei, que deste modo não podião ser tratados prudentemente e protocollados os seus pedidos, os policiais se retirarão e as negociações começarão de novo, porém com menos tranquilidade e com pontos ainda menos claros.

"Logo depois se apresentou o Delegado de Policia com tres policiais e em nome da Lei intimou os armados que entregassem as armas. Outra vez se levantou grande gritaria e barulho immenso, que, quando os policiais procurarão tirar à gente as armas a força, se converteu numa briga em que hum dos policiais se viu necessitado desembainhar a espada. Então mais moradores da Villa de Joinville se apresentarão para coajudar os policiais e em poucos momentos a resistência foi quebrada e as armas se acharão nas mãos da policia.

"Com isso findou-se o tumulto, que não tinha mais consequencias funestas. Depois que os animos excitados se tinhão feito ar em discursões, e discursos dissolveram-se os reunidos.

"No dia seguinte os colonos de São Bento se apresentarão no escriptorio da Direção da Colonia e alli repetirão em modo tranquilo e civil os seus pedidos de varios propostos se declararão satisfeitos quando concordei, que dous deputados pos elles mesmo escolhidos, devião hir para a Côrte no Rio de Janeiro para alli apresentarem pessoalmente sobre seus queixumes às autoridades competentes e que devia ser dado à estes deputados o dinheiro de passagem por conta da Direcção.

"Não ha duvida que esta gente de São Bento para cá veio em chusma no intento para fazer uma demonstração não violenta. Muitos dos colonos confessarão, que forão forçados e necessitados para acompanhar. E com effeito, entre os moradores de São Bento ha alguns homens que além do mar forão ensinados pelos Democratas Socialistas, talves mesmo forão membros da International. Com effeito, esta circunstancia não deve ser olhada com indifferença e pode causar ainda à Colônia difficuldades importantes".

"Deos Guarde a V. Excia. Ass. Direção da Colonia"

Em ofício dirigido ao Ministério da Agricultura, poucos dias após os acontecimentos dramáticos em Joinville, o Sr. O. Doerffel justifica as queixas formuladas pelos colonos de São Bento : "não ha effectivamente em São Bento nem igreja, nem escola, nem verdadeira botica nem medico estabelecido. Até agora o numero dos colonos estabelecidos em São Bento é pequeno e não he possivel construir uma igreja em cada lugar para dous ou tres centenos de moradores, como tambem não pode haver vigario especial para tão pouca gente. He um mal inevitavel nos principios d'uma nova povoação. As custas do primeiro estabelecimento de colonos no nucleo de São Bento forão tão elevados, que apenas era possivel satisfazer as primeiras necessidades materiais dos colonos. São Bento he um pouco longe de Joinville - hum dia a cavalo - e nunca faltarão os socorros medicos aos colonos".

Confessa o Sr. Doerffel, na sua "justificação", que os colonos

de São Bento, em muitos pontos tinhão razão. Principalmente a falta de Escrituras e Títulos de Posse dos seus lotes revoltou o homem simples do campo, que não queria saber das dificuldades da Sociedade Colonizadora, criadas com a Questão de Limites entre as duas Províncias.

A "Marcha à Joinville" teve repercussão e o Ministro da Agricultura, Conselheiro Thomaz José Coelho d'Almeida, enviou logo em seguida o engenheiro Miguel de Teiva e Argollo em missão especial à Colônia Dona Francisca para investigar os casos de intrusos e as conseqüências da Questão de Limites, em São Bento.

Chegou o Sr. Argollo a 4 de abril de 1875, seguindo viagem para São Bento no dia 12, acompanhado pelo engenheiro da Sociedade, Sr. Albert Kroehne. Regressando a comissão aos 22 de abril, resultou a expedição na transferência dos intrusos brasileiros para terras da Província do Paraná, até agôsto do mesmo ano, e direito a indenização por conta do Govêrno Imperial.

Ficou assim - pelo menos temporàriamente - resolvida a questão com os colonos de São Bento.

Continuou, porém, ardendo a Questão de Limites entre as duas Províncias. Como era de esperar-se, o Paraná ativou o propósito de constituir posse à margem esquerda do Rio Negro, propósito que iniciaram em 1868 com a tranferência da Estação Fiscal de Ambrósios para Encruzilhada, pontos distantes um do outro cêrca de 13 quilômetros.

Prosperando, desde logo, o núcleo colonial de São Bento tornou-se Distrito em 1875 e nomearam-se as autoridades policiais. Até então, nenhuma reclamação, quer contra o estabelecimento do núcleo colonial, quer contra a criação do distrito policial de São Bento, opusera a Província do Paraná.

Logo, porém, em abril de 1875, o presidente do Paraná, Dr. A. de Lamenha Lins, enviou ofício ao Presidente de Sta. Catarina, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello, reclamando contra a nomeação de autoridades policiais para "o distrito dos Ambrósios" (!), território do Paraná, pedindo providências para que fôssem respeitados os "actuais limites do Paraná".

Começou assim uma troca de ofícios e telegramas entre os Presidentes das duas Províncias. Os engenheiros da Estrada Dona Francisca, no intuito de livrá-la do vexame dos impostos paranaenses, desviaram o traçado, afastando-se da "Encruzilhada". Receou-se, porém, que o Paraná, por êsse motivo, fizesse também avançar a Estação Fiscal, acompanhando o desvio da Estrada. O receio tomou vulto. Por solicitação do Diretor da Estrada Dona Francisca, o Presidente de Sta. Catarina, "para evitar conflitos armados", reclamou o afastamento do Pôsto Fiscal, queixando-se dos abusos da cobrança dos impostos na "Encruzilhada", e prevenindo-os das conseqüências que poderiam sobrevir de recusarem os habitantes de São Bento - como já tinha acontecido - pagar os excessivos impostos pelos gêneros de primeira necessidade, levados ao mercado de Joinville e vice-versa. Consqüências realmente a recear, quando havia no Pôsto Fiscal da Encruzilhada três soldados para garantirem a cobrança.

Êstes foram os fatos mais interessantes e a situação na Colônia Dona Francisca, quando, a 3 de julho de 1875, voltou da sua viagem à Europa, o representante do Príncipe de Joinville e do Duque de Aumale, Sr. Fréderic Bruestlein.

Iniciando a viagem em dezembro de 1874, Bruestlein passou por Hamburgo em maio de 1875, entrando em conferências com a "Direção da Sociedade Colonizadora de 1849", sendo contratado para "Diretor da Colônia". Reuniram-se, assim, novamente, os cargos administrativos da "Maison Orléans" e da Sociedade Colonizadora, na Colônia Dona Francisca, em uma só mão.

Assim, a 6 de julho de 1875, o Sr. Frederico Bruestlein assumiu o cargo de Diretor da Colônia Dona Francisca.

O seu interêsse pela agricultura e por assuntos ligados à colonização, a sua fibra de lutador e as suas qualidades de organizador, indicaram sua pessoa para a direção da Colônia.

Com as providências que solicitava dos poderes públicos, a sua atenção voltada para os problemas em São Bento, as lutas que travou para vencer as inúmeras dificuldades, atestam o seu indiscutível valor e a sua incontestável capacidade.

Iniciou-se, com a sua atuação como Diretor da Colônia, um nôvo capítulo na história de Joinville.

CAPÍTULO X

A Administração de F. Bruestlein. 1875 - 1889.

Demarcação das terras dotais do Conde d'Eu, por Jourdan. — Primeiros distúrbios em conseqüência da Questão de Limites. — Extinção da Alfândega em S. Francisco. — Eleições em 1876. — Fazenda Jaraguá. — Visita de Taunay. — Joinville elevada à categoria de Cidade em 1877. — Relatório. — Rebelião em São Bento. — Febre amarela em S. Francisco. — Inauguração do telégrafo em 1879. — Enchentes. — O comércio da erva mate em 1880. — O "Babitonga". — Escola Pública. — Política, politicagem e nacionalização. — Nôvo contrato em 1882. — Visita do Conde d'Eu. — Rêde de água em 1885. — Clube Republicano. — Colonização do Itapocu. — Relatório de 1887. — Agitações políticas. — Demissão do Diretor F. Bruestlein. — A proclamação da República.

Um triste episódio iniciou o ano de 1876. A 4 de janeiro, repentinamente, os bugres saltaram do mato na "Blumenauerstrasse", cercando a casa do colono Wennermark, e mataram, com flechada certeira no peito, o sogro e feriram a pauladas uma filha do infeliz homem. Era êste o segundo ataque dos "gentios bravos" contra a Colônia Dona Francisca. Conforme o relatório do Inspetor de Quarteirão, Sr. Eduard Krisch, os bugres, após o assalto, roubaram tudo quanto havia na casa do colono Wennermark, levando consigo pa-

nelas, louças, ferramentas e até os travesseiros, cujas plumas espalharam pela redondeza, levando sòmente o tecido.

Os colonos vizinhos saíram em perseguição dos atacantes, que deixaram o seu rastro no rumo da Serra de Duas Mamas.

Foram os dois ataques de bugres, em 1873, na Estrada da Serra e na Blumenauerstrasse, os únicos sofridos pela Colônia Dona Francisca, um tributo razoável em comparação com as calamidades de Blumenau, Brusque e outras Colônias, neste sentido.

A 14 de fevereiro, chegou a Joinville o Juiz Comissário Emílio Carlos Jourdan, com seus ajudantes, para iniciar, serra acima, a medição e demarcação das terras dotais de Suas Altezas Reais, o Príncipe Conde d'Eu e da Princesa-regente. (O Imperador Dom Pedro II achava-se ausento do País, em viagem à América do Norte). Jourdan, nomeado Juiz Comissário pelo Presidente da Província alguns dias antes, partiu no dia 22 de fevereiro em direção a São Bento, onde contratou 30 colonos, para formar uma expedição e abrir uma picada em continuação da divisa no extremo Oeste da Colônia São Bento, aberta no ano anterior pelo Engenheiro Kroehne.

Prosseguindo esta picada em direção ao Rio Itapocu, Jourdan atravessou as matas fechadas e serras perigosas, acompanhando aquêle rio pelo seu lado direito, até encontrar a picada de Blumenau, em direção à Colônia Dona Francisca. Em 49 dias de viagem, com 30 homens e 20 mulas, abrindo 117 quilômetros de picadas, quase morrendo de fome, a expedição voltou a Joinville, após uma verdadeira odisséia de bravura e sofrimentos.

Recebeu a Direção da Colônia, por estafêta, a 15 de junho, um ofício do Palácio da Presidência da Província, comunicando que "no dia 7 de junho prestou juramento e assumiu a Administração desta Provincia na qualidade de Presidente, para a qual fôra nomeado por Carta Imperial de 26 de abril ultimo, o Sr. Alfredo d'Escragnolle Taunay".

Por êsse mesmo tempo, a construção da Estrada Dona Francisca, dirigida pelo engenheiro Étienne Douat, atingia a divisa Oes-

te das terras do Príncipe de Joinville. Todo o tráfego passou a se fazer pelo nôvo trecho da Estrada, ficando o Pôsto Fiscal da Província do Paraná, na Encruzilhada, sem o mínimo movimento. Em conseqüência, o destacamento da Encruzilhada se postou no desvio da Estrada nova, para cobrar tributo aos viajantes.

O Sr. Frederico Bruestlein, logo após a sua volta da Europa e na qualidade de Diretor da Colônia, dirigiu-se a São Bento, para solucionar as questões pendentes do núcleo colonial. Já em outubro de 1875, no dia 8, foram colocadas as primeiras balizas no "Stadtplatz", ou centro de São Bento. Aos 28 e 29 do mesmo mês, foram abertas as primeiras ruas, conforme o planejamento do Sr. Bruestlein.

Numa dessas viagens a São Bento, o Diretor da Colônia foi abordado por elementos do Pôsto Fiscal paranaense, o que motivou o seu mais veemente protesto em forma de ofício endereçado ao Presidente Taunay:

"Direcção da Colonia, aos 24 de junho de 1876.

Illmo e Exmo. Snr. Alfredo d'Escragnolle Taunay.

Communico à V. Excia. que na minha volta de São Bento, achei no limite Oeste das Terras do Príncipe de Joinville, sobre a Estrada Dona Francisca, individuos armados, fardados e não fardados, exigindo com arma na mão peagem dos viajantes, ameaçando estes, negando-lhes a passagem por esta estrada, obrigando-os a tomar a antiga estrada em pessimo estado, onde se acha a barreira de Encruzilhada. Disto resultão graves prejuizos para a Direção e para os colonos de São Bento. Esta provocação por parte do Paraná desafia as nossas povoações que conhecem a ordem do Ministerio do Imperio de 14 de Dezembro e será possivel evitar graves conflictos até lucta armada e derramamento de sangue. Peço a V. Excia. a devida protecção para os viajantes entre os districtos de São Bento e Joinville".

Outro apêlo segue dois dias depois, em forma de telegrama, expedido a 26 de junho, de São Francisco (Joinville de 1876 ainda não estava ligada à rêde telegráfica):

"Telegrama : Chegaram mais de 500 colonos cujo transporte para São Bento he impedido. Os tropeiros não querem hir para lá por causa das violencias cometidas na Estrada D. Francisca por individuos armados, escondidos na capoeira, que até ameaçaram de morte o juiz de direito e um feitor da Estrada. O Senhor Presidente nos recomenda prudencia, energia e intelligencia, mas isso não serve contra brutos armados. Pedimos protecção para os empregados da Estrada.

ass : Frederico Bruestlein, Director". (1)

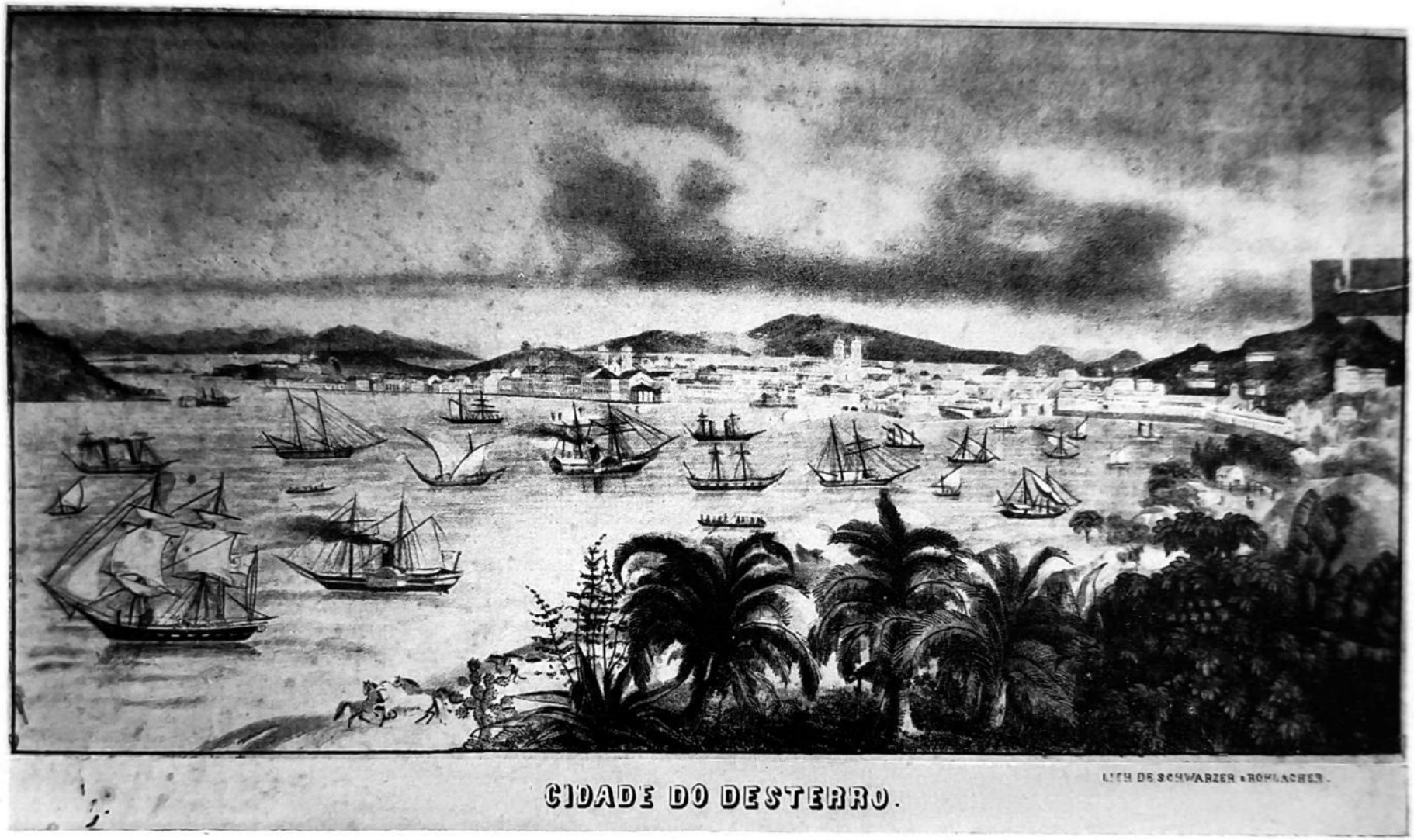
Por Decreto Imperial, a 2 de agôsto de 1876, foi extinta a Alfândega de São Francisco do Sul e substituída por uma Mesa de Rendas. Essa decisão viria trazer sérios embaraços ao movimento comercial da Colônia. Significava a inexplicável medida um golpe mortal contra o contrato firmado poucos meses antes entre a Sociedade Colonizadora e a "Hamburg-Sued", sociedade de navegação transatlântica de Hamburgo. Chegaram a 21 de junho no Pôrto de São Francisco os primeiros 164 passageiros no mais moderno e nôvo vapor dessa linha, o "Buenos Ayres", seguido a 22 de julho pelo vapor "Vandalia", que trouxe 262 imigrantes, permanecendo apenas duas horas no pôrto para o desembarque.

Em outubro do mesmo ano, teve lugar o pleito para Vereadores Municipais e Juizes de paz. Ao mesmo tempo, instalou-se um Colégio Eleitoral para eleição dos Deputados. O Colégio Eleitoral foi escolhido entre os eleitores já qualificados, a 1.º de outubro, constituindo-se de 13 eleitores. Foram votados os seguintes Deputados Gerais (hoje Federais) : Thomaz Bittencourt Cotrim, Francisco Carlos da Luz, Sebastião Antonio Rodrigues Braga, Dr. João de Souza Mello e Alvim e Conselheiro Silveira de Souza. O resultado foi favorável aos conservadores.

No pleito para Vereadores o povo elegeu, para a constituição da 3.º legislatura, os Srs. August Stock, Carlos Monich, Ferdinand Rogner e Carl Patsch. Para Juizes de Paz foram sufragados : Benno von Frankenberg, Carl Kumlehn, Joaquim Borges de Miranda

---

(1) Livro copiador da Direção da Colônia (Domínio Dona Francisca).



Destêrro em 1865. Litografia de Schwarzer & Rohlacher da época.

Coutinho e João Domingos Pereira. Verificou-se a maioria absoluta também do partido conservador.

Veio a reação sob a forma de protesto dos liberais contra a petição formulada por Emilio Carlos Jourdan à Mesa Parochial, excluindo os 51 eleitores de São Bento no pleito, em virtude das dúvidas reinantes quanto à contestação territorial: Paraná ou Sta. Catarina.

Por decisão do Juiz da Comarca, Dr. Manoel de Azevedo Monteiro, a 18 de novembro, a questão ficou resolvida, incluindo os votos dos 51 eleitores de São Bento nas chapas de Joinville. O resultado não surpreendeu ninguém: foi francamente liberal!

O Coronel Emilio Carlos Jourdan, cidadão votante da Paróquia de Joinville, após a sua expedição ao Vale do Rio Itapocu, e Rio Jaraguá, instalou na Vila de Joinville a sede do "Domaine Itapocu" com intuito de arrendar as terras recentemente demarcadas na margem direita do Rio Itapocu, pertencente ao Conde d'Eu e Princesa Isabel. Em anúncios e panfletos distribuidos na Vila, Jourdan ofereceu os terrenos:

> Anúncio: O encarregado de Suas Altezas o Senhor Principe Conde d'Eu e Senhora Princesa Condessa d'Eu, faz saber que arrenda ou vende terras a colonos nacionais e estrangeiros do "Domínio Itapocu" dos mesmos Augustos Senhores. Os arrendamentos são por 15 annos com faculdade de compra no prazo de 10 annos. A compra pode ser a dinheiro ou a prazo em 5 pagamentos annuaes. Os contractos na cidade em seu escriptorio.
>
> Joinville 2 de novembro 1876. Emilio Carlos Jourdan". (2)

Apesar da propaganda, o empreendimento colonial do Sr. Jourdan, nêsse ano de 1876, não passava de uma tentativa para tornar navegável o Rio Itapocu, único meio de comunicação para o transporte de carga e mantimentos para "Jaraguá", local escolhido para

---

(2) "Colonie-Zeitung" - Joinville, 1876.

a instalação de um engenho de açúcar. Retificando algumas curvas do Rio Itapocu, no seu lado esquerdo, Jourdan violava os limites das terras do Príncipe de Joinville. No seu Relatório de dezembro de 1876, endereçado a Edouard Bocher, em Paris, Bruestlein manifesta o seu desagrado a respeito dêsses trabalhos nas terras dotais sem a devida autorização. Apesar disso, Jourdan recebeu do Govêrno Imperial a subvenção de 7 contos de réis para melhorar o caminho existente entre Neudorf, na estrada Blumenau, e as margens do Rio Itapocu, no local escolhido pelo encarregado da medição das terras dotais de S. A. R. o Conde d'Eu para a sua futura Colônia ; mas não foram iniciados os trabalhos, embora os jornais já falassem de "Colonia estabelecida no Jaraguá".

Faleceu em São Francisco do Sul, a 11 de novembro de 1876, o Agente e Despachante da Colônia, Sr. Gustavo Lebon. Francês de nascimento, passou a maior parte da sua vida no Brasil e não haverá exagêro em afirmarmos que amou a terra, tendo por ela um grande entusiasmo.

O dia 7 de dezembro ficou gravado na história de Joinville com a visita do Presidente da Província, Sr. Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay, sua família e uma comitiva composta do Chefe de Polícia Dr. Herminio Francisco de Espírito Santo, Major Lago e Dr. Manoel Moreira. Hospedando-se na "Maison de Joinville", ou Palácio do Príncipe, Sua Excia., foi festivamente recebido pela população. As casas estavam embandeiradas e estouravam foguetes em sua honra. Após uma visita à Câmara Municipal às igrejas católica e protestante alem de prédios públicos, Taunay assistiu a uma marcha luminosa, formada pelos elementos da Sociedade Ginástica e de Canto e muitos populares, com archotes e tochas. As casas achavam-se iluminadas com tijelinhas e lamparinas, apresentando um efeito alegre e surpreendente. À noite, realizou-se um grande banquete e baile no Salão Berner (na Hafenstrasse, atual 9 de Março, defronte à Praça Lauro Mueller e Biblioteca Municipal).

No dia seguinte, S. Excia. visitou a Fazenda Pirabeiraba, seguindo-se à noite um grande baile popular, no Salão Molitor. A 9 de dezembro, o Presidente, acompanhado pelo Diretor da Colônia, Sr. Frederico Bruestlein, foi a Neudorf, seguindo o caminho em dire-

ção Sul, através das matas densas e serras altas das Duas Mamas, para atingir o Rio Itapocu no local onde o Cel. Jourdan instalara a sede da futura Colônia e "Domaine Itapocu".

Durante dois dias, S. Excia, percorreu a cavalo o Vale do Itapocu, elogiando a fertilidade do solo e as riquezas tropicais das florestas pertencentes a S. A. R. o Conde d'Eu. Visitou S. Excia. o ponto denominado "Jaraguá" em que se pretendia instalar uma colônia, "sendo de louvar a energia com que o engenheiro Jourdan trabalha para povoar estes desertos".

Após a sua volta, o Presidente visitou São Bento do Sul, viajando de carro e a cavalo 2 dias, serra acima, e mais dois dias de volta, sendo recebido com festejos folclóricos, música e danças típicas, pela população do núcleo colonial. Sòmente no dia 14 de dezembro o Presidente e sua comitiva regressaram no vapor costeiro "São Lourenço", para depois seguir para o Rio de Janeiro como deputado pela Província de Goyaz, no Parlamento Imperial. Terminou assim o ano de 1876 com a visita do homem que mais se interessava pela colonização, deixando uma grata lembrança no espírito de todos.

Em princípios de 1877 começaram as explorações para o traçado da futura linha telegráfica, ligando Joinville à rêde Norte-Sul, via Morretes, devido a dificuldades técnicas surgidas na comunicação entre Paranaguá e São Francisco. Ficaria assim a estação telegráfica de São Francisco sendo um ramal da linha Morretes-Joinville-Itapocu. Sob a direção do Ten. Cel. Schusterschuetz, realizaram-se expedições na região com abertura de picadas sob a orientação de Friedrich Heeren e Otto Gelbke, e para a zona Sul sob a direção do Sr. Wedekin.

Pela Lei Provincial N.º 842, de 3 de maio de 1877, a sede da Colônia Dona Francisca foi elevada à categoria de Cidade. Publicada a decisão no "Conservador", do Destêrro, em junho do mesmo ano, o "Colonie-Zeitung" comenta o assunto com certa reserva, prevendo, em conjunto com essa honra, um possível aumento dos impostos - aliás, com justa razão. Ao mesmo tempo o número de Vereadores à Câmara Municipal elevou-se de 7 para 9 membros.

Neste mesmo mês, junho de 1877, iniciaram-se os trabalhos preliminares para a instalação da rêde de água potável, ficando a medição e o nivelamento do leito para o futuro encanamento, desde o "Reismuehlenbach", no Morro da Boa Vista, até a praça defronte à igreja protestante e em prosseguimento à Praça do Mercado (hoje Praça Lauro Mueller) e ao Pôrto no Rio Cachoeira, a cargo da comissão formada em fevereiro de 1870.

Chegaram a 24 de junho, vindos de São Bento do Sul, os primeiros carros de quatro rodas, carregados de erva-mate e produtos da lavoura do planalto. A viagem de 80 quilômetros foi feita em um dia e meio, demonstrando pela primeira vez o valor imenso, no setor comercial, desta via de comunicação entre o planalto e a próspera Colônia Dona Francisca.

O dia dois de outubro de 1877 é significativo para a Imprensa de Joinville, com o aparecimento do primeiro jornal em português - "A Gazeta de Joinville" - "Orgam dos interesses agricolas, mercantis e industriais desta Província e especialmente da Comarca de S. Francisco". Apesar dos artigos impressos não trazerem assinatura dos seus autores, ignorando-se assim o nome de quem os redigia, podemos citar como colaboradores os srs. Étienne Douat, Diretor das Obras da Estrada Dona Francisca, Luiz Werner e, mais tarde, a partir de 1880, o telegrafista Sr. Manoel da Costa Pereira. A "Gazeta" era impressa na tipografia "Boehm", berço do "Colonie-Zeitung", e tinha como redator o Sr. Carl Lange. Satisfez o semanário um desejo ardente dos brasileiros de origem lusa, residentes na Colônia Dona Francisca.

Comentava a imprensa local a data do 25.º aniversário da Colônia de Blumenau, ocorrido a 28 de agôsto de 1877 e os festejos por ocasião da inauguração da igreja protestante, a 23 de setembro. Vê-se pela data assinalada que o Dr. Blumenau considerava o dia 28 de agôsto de 1852 como o da fundação da Colônia, como, aliás, sempre indicava em seus relatórios e comunicações oficiais, data, em que se realizou a primeira distribuição de lotes em forma de "leilão".

É interessante notar que, apesar de ser considerado o dia 10 de março de 1851 data oficial da fundação da Colônia Dona Francisca, não foi êle mencionado no "Colonie-Zeitung", ou qualquer outro órgão da imprensa catarinense. Nem o 25.º aniversário da Co-

lônia Dona Francisca, ocorrido em 1876, foi alvo de quaisquer festejos ou considerações.

Ainda no ano de 1877 é nomeado, por ato da Presidência da Província, o Sr. João Eugenio Moreira, para o cargo de Delegado de polícia de Joinville. O Sr. Carl Julius Parucker transfere-se para São Francisco do Sul, dirigindo o escritório instalado na cidade vizinha pelo engenheiro Jourdan, na qualidade de "Agente de Colonização do Vale do Itapocu".

Por ocasião dos exames escolares em dezembro, o Vigário Carlos Boegershausen lança na imprensa local um violento apêlo às autoridades provinciais, relatando a situação "impossível" de sòmente possuir a Colônia Dona Francisca, com uma população de 8000 almas, um único colégio oficial, com apenas um único professor público subvencionado pelo Govêrno. Finaliza o Rvmo. Pe. Boegershausen : "é realmente inacreditável a situação mas é a verdade crua e nua !"

Quanto ao Relatório da Sociedade Colonizadora, de 1877, acusa o aumento de 899 pessoas, vindas em 6 navios. Dêsses navios, um era veleiro; os restantes já se constituíam de vapores modernos da "Hamburg-Sued", conforme o contrato entre essa linha de navegação e a Sociedade em Hamburgo. Para o rápido desembaraço dos vapores, a Direção da Colônia mandou construir em São Francisco um trapiche com armazém, nomeando o Sr. Augusto César da Fonseca Osorio Agente da Sociedade, em substituição ao falecido Gustave Lebon. Era êle ao mesmo tempo Delegado de Polícia de São Francisco.

A 31 de dezembro de 1877, a população da Colônia contava 9298 almas, inclusive 1158 pessoas morando em São Bento. Nasceram nesse ano 402 e faleceram 124. Os imigrantes chegados em 1877, na sua quase totalidade foram transportados serra acima e instalados na Colônia São Bento.

A 16 de março de 1878, poucos dias após a posse do nôvo Presidente da Província, Dr. Lourenço Cavalcanti d,Albuquerque, foi

dada ordem para a suspenção de todos os serviços e pagamentos das obras da Estrada da Serra. Inúmeros trabalhadores, principalmente colonos recém-chegados da Boêmia, Bavária e Polônia, ficaram desempregados. A medida, como não poderia deixar de ser, alarmou a Direção da Colônia, tendo causado sérias apreensões a Bruestlein que, em ofício de 10 de março de 1878, informou o Govêrno, prevenindo-o dos funestos resultados que dela se poderia esperar :

"Illmo. Snr. Conselheiro Dr. João Vieira Cansação de Sinimbú, DD. Presidente e Secretário d'Estado dos Negocios d'Agricultura.

"É com o maior assombro que recebi do distincto engenheiro encarregado da administração da Estrada D. Francisca a assustadora communicação que tem sido por ordem de V. Excia. reduzido de tal maneira o credito para a construcção d'esta estrada, que ficarão paralizadas as obras.

"Esta determinação terá para nós as mais graves consequências. A colheita de 1876-1877 em São Bento falhou por causa da secca, seguida de chuvas constantes e a safra de centeio da plantação de 1877-1878 foi devorada pelas lagartas e ratos que abandonaram as taquaras em flor. A Direcção da Colonia fez o possivel para diminuir no anno passado os effeitos destes males, empregando os colonos na construcção da estrada. Não recebemos do Governo Imperial qualquer ajuda em São Bento, nem para construir uma capella, nem para escola. Hoje a suspensão dos trabalhos na estrada trará consigo a fome, a miséria e todas as suas consequencias. Temos a honra de pedir à V. Excia. dignar-se dar as devidas ordens que continuassem as obras da Estrada Dona Francisca.

Deos Guarde à V. Excia. Ass : F. Bruestlein".

As conseqüências da suspensão dos pagamentos e paralização dos trabalhos foram calamitosas, iniciando o descontentamento geral do povo de São Bento, que culminou finalmente em verdadeiro motim, pondo a Colônia em pé de guerra. Agravou a situação a falta da remessa de dinheiro para o pagamento dos operários. Rompeu então a revolução, quando os comerciantes de São Bento cortaram o crédito aos colonos. Houve reuniões e rebelião aberta e fêz-se va-

ler a opinião de que devia cada qual por si mesmo procurar o seu direito.

Recebendo notícias alarmantes do planalto, o Diretor Bruestlein enviou ao Presidente da Província aflitiva mensagem: "Hé com pesar que tenho a honra informar à V. Excia. que numa parte desta Colônia, geralmente de tão boa conducta, do nucleo de São Bento, povoado já com perto de 3000 almas, apparecerão principios de distúrbios, originados por um grupo de uma duzia de perturbadores, fazendo reuniões ilicitos para exitar os colonos contra a ordem publica".

A rebelião em São Bento chegou ao seu ponto culminante no dia 12 de março de 1878. Já a 6 de agôsto de 1877, o Sr. August Heeren, por ato da Presidência da Província se via nomeado Sub-Delegado de São Bento e Sr. Carlos Kaminski, 1.º suplente do Sub-Delegado.

Contra a massa de desordeiros nada conseguiram fazer. Em ofício digido à Direção da Colônia Dona Francisca, o suplente Kaminsk alerta o Sr. Bruestlein do perigo de uma invasão armada contra Joinville:

"São Bento, 12 de março de 1878.

Illustrissimo Senhor!

Os colonos desta Freguezia de São Bento no dia 12 deste mez, principiarão fazer barulho com nois negociantes e com o Sr. Heeren probocando antes já matar e robar tudo; por felicidade parece por hora tudo suscegado, mais acertaram se todos amanhã hir pra baicho, levando comsigo por força à pé o Sr. Augusto Heeren. Por via disto tenho a honra de participar a V. S. como tambem o Sr. Delegado para tomar providencias pro dia 14 o 15 deste meiz. Os chefes do barulho são Guilherme Bichner, Wenzel, Bergmann e Lorenz.

Deos Guarde à V. S.

Carlos Kaminski, 1.º Suplente do Sub-Delegado".

PS: escrevo ligeiro, por que o barulho durou até a noite, e quero que o portador chega antes dos barulhentos.

Esta carta pitoresca endereçada ao Diretor Bruestlein, juntamente com outra missiva do médico Dr. Phillip Maria Wolff, ainda na mesma noite, seguiram para Joinville transportadas por um oficial da Sub-Delegacia. Estourou a notícia em Joinville como verdadeira bomba, dando felizmente ainda tempo para preparativos de defesa contra possível invasão do planalto.

E assim foram os acontecimentos :

Mais ou menos 300 homens, armados até os dentes, partiram de São Bento em direção a Joinville, trazendo o Sub-Delegado, Sr. August Heeren, prêso e como refém. Durante a viagem, esgotaram-se os mantimentos e, a tiros, foram abatidos alguns bois, servindo a carne para churrascos que se assavam em fogueiras à beira da Estrada. Chegou a expedição a Joinville, após 3 dias, desanimada e cansada. Em vez de tomar Joinville de assalto, os colonos perderam a coragem e entregaram voluntàriamente as armas aos joinvillenses, que tinham organizado uma guarda de defesa, que foi receber os amotinados à entrada da cidade.

Criou a "marcha sôbre Joinville" sérios embaraços ao Diretor da Colônia, que, no mesmo dia, telegrafou ao Presidente da Província :

"Telegramma-Urgentissimo : Chegarão hoje aqui Joinville per to de 300 colonos de São Bento, todos armados, para reclamar d'esta Direcção dinheiro, ajudâ, venda afiado dos generos mantimentos, reclamando suspensão desde já 3 mezes de pagamento dos trabalhos Estrada Dona Francisca. Os disturbios são originados por uma caudilha de desordeiros que forçaram gente pacifica andar com elles, levando consigo a força Sub-Delegado de São Bento. - Peço V. Excia. um destacamento com 50 praças um oficial para proteger os moradores de São Bento e proceder severo inquerito policial. - F. Bruestlein".

Enquanto enfrentava todos êstes problemas, chegou de São Francisco a notícia alarmante : febre amarela na cidade ! Sentimos tôda a amargura da situação, nas poucas palavras que continha o telegrama enviado à Presidência, no Destêrro, e ao Agente da Sociedade, no Rio de Janeiro :

"Telegramma. - Illmo. Sr. Otto Niemeyer - Rio, 18 de Março de 1878.

"Febre amarela em São Francisco do Sul ponto Revolução em São Bento, 288 motins em Joinville ponto Peça Governo Imperial protejer-nos! Não enviar novos colonos este anno ou rescindir contracto com Governo ponto Ass: F. Bruestlein".

Imediatamente formou-se uma comissão de sanidade, subordinada à Delegacia de Polícia, para rigorosamente isolar Joinville de São Francisco do Sul. Estabeleceu-se no Rio Cachoeira, no lugar "Morro do Ouro", um pôsto de guarda, com material desinfetante para "defumar" tôda e qualquer embarcação vinda da zona contaminada. Com estas medidas enérgicas, a comissão composta dos srs. Dr. Wigand Engelke, August Stock, Ferdinand Rogner e Frederico Heeren, conseguiu salvar Joinville de casos fatais da febre amarela, que vitimou, sòmente em São Francisco do Sul, 80 pessoas.

Ao mesmo tempo, a Presidência enviou pelo vapor "São Lourenço" o Secretário de Polícia, Dr. Manoel d'Azevedo Monteiro, acompanhado de 7 policiais e 21 praças, para subjugar o "ajuntamento armado que pertubarão a ordem pública no Município de Joinville".

No dia 22 de abril, o "São Lourenço" chegava ao Saguaçu, onde, em conseqüência de ter vindo do Itajaí, "pôrto sujo", se fêz demorar 24 horas em quarentena. Na tarde de 23, o Sr. Dr. Monteiro e o destacamento de soldados seguiram em lancha para a cidade de Joinville, examinando em viagem e admirando a boa ordem e a limpeza do serviço de quarentena e desinfecção de cargas, estabelecida pela comissão sanitária de Joinville.

O inquérito policial, as diligências realizadas em São Bento e finalmente o pronunciamento em sessão do tribunal do Júri, a 10 de fevereiro de 1879, é outro capítulo do audacioso movimento armado dos colonos de São Bento do Sul.

Em vista das notícias alarmantes sôbre as vítimas da febre amarela em São Francisco, a comissão sanitária de Joinville enviou à cidade vizinha uma oferta de caridade, feita por colonos e moradores da Colônia Dona Francisca para os doentes e pobres, composta de: 207 aves, 1 saco de arroz pilado, 1 saco de açúcar, 237 ovos,

3 pedaços de toucinho, 6 mãos de milho, 4 sacos de batatas, farinha de mandioca e um cesto de erva-mate.

A 26 de maio de 1878, o Govêrno Imperial, afinal, atendeu as solicitações do Diretor da Colônia e enviou o engenheiro, Sr. Dr. Eduardo José de Moraes, para Joinville, que, no dia seguinte, e acompanhado pelos Srs. Étienne Douat e Frederico Bruestlein, subiu para São Bento, em missão especial, a fim de inspecionar a Estrada Dona Francisca e estudar a possibilidade de recomeçar a obra, em direção a Rio Negro.

Em agôsto do mesmo ano, a "Gazeta de Joinville" publicava um acontecimento importante para o progresso da cidade : a "linha telegraphica" ... "Com summo prazer noticiamos aos nossos leitores o rapido adiantamento dos trabalhos da linha telegraphica que tem de ligar a cidade de Joinville à de Morretes. A intelligente direcção do Sr. Villa Real já levou o fincamento dos postes à distância de 13 kilometros. Estes postes fincados que para nós são outros tantos mensageiros do progresso e da civilização moderna, enchem a população desta cidade com justo jubilo, pois é por este meio que brevemente teremos communicação com todas as partes do mundo".

E prossegue a Gazeta : "menos contentes do que com os trabalhos telegraphicos estamos com a infeliz Estrada Dona Francisca. Os 16:000$000 que o Governo Imperial ainda deve aos trabalhadores ainda não chegaram. Tam pouco chegou hoje a ordem para a continuação dos trabalhos, não obstante constar-nos ser decretada no orçamento de 1879 a verba de Rs. 88:000$000 para este fim. Muito desejo e curiosidade temos em saber quem é o culpado dessas oborrecidas delongas e atrazos ! "

Dos fatos ocorridos no ano de 1878, resta contar a aquisição do vapor "Vedette", pelo Sr. Frederico Bruestlein, na França, por intermédio do seu amigo Paul Hauzeau. Com 14,60 metros de comprimento, não era possível, na época, o transporte no convés de um vapor da linha transatlântica, ficando o vaporzinho até junho de 1878 encostado no pôrto de Havre. Finalmente, um veleiro, especialmente preparado para o transporte, trouxe o "Vedette" ao Rio de Janeiro, onde foi lançado às águas da Guanabara a 21 de outubro.

A 8 de novembro, o barco sob o comando do capitão de longo curso, Monsieur Blomme, realizou a façanha de chegar a São Francisco e Joinville, a vela, pois a maquinaria viera em separado, como carga. Levou o capitão Blomme 10 dias no trajeto Rio de Janeiro-Joinville (deixando o Sr. Bruestlein em sérias preocupações e ansiedade sôbre o seu paradeiro. Em virtude de forte temporal, o "Vedette" refugiara-se por dias em águas calmas da Ilha do Abrigo. Finalmente, a 18 de novembro, "vimos entrar na noite daquelle dia o primeiro vapor que sulcou as aguas do Rio Cachoeira, atracando no barranco do porto d'esta cidade, aonde o povo de Joinville, apezar da hora avançada, o saudou enthusiasticamente. Este vapor foi comprado no Havre com o nome de "Vedette", e hoje, já nacionalisado, consta-nos sob o nome de "Babitonga".

Comentavam-se pequenos acontecimento locais, como a instalação do Hotel Kuehne, na esquina da Rua do Príncipe e Rua do Meio, com "modernissimas instalações"; o falecimento do Sr. Marcos Görresen em São Francisco do Sul, onde se estabelecera fazia 22 anos; a fila de postes na " Nordstrasse", hoje Rua Dr. João Colin, para a instalação do telégrafo e tantos outros assuntos regionais.

A imigração nesse ano de 1878 foi muito reduzida. Vieram apenas 297 passageiros em dois vapores da Europa. O distrito de Joinville tinha nas suas terras coloniais uma população nacional e estrangeira de 9.485 almas, e, fora das terras coloniais, 2.400, o que perfazia um total de 11.885 habitantes.

Veio o ano de 1879 com sério problema escolar. A "Escola Pública" dirigida pelo Revmo. Padre Carlos Boegershausen, durante os 22 anos de sua existência, "teve triste sorte de vêr-se obrigada á continuas mudanças de uma localidade para outra. Já funcionou na sala do Sr. Trinks, na casa que é hoje da família Dietrich, na do pastor protestante, na casa propriamente edificada, que infelizmente, por mal construida, poucos annos depois cahiu em ruinas, na casa de oração protestante, na da recepção da Rua do Meio, na Igreja catholica, antes da sua benção, na sala da Dr. Engelke, e na casa do Sr. Berenstein e últimamente na do Sr. Kroehne, no largo do mercado. Hoje se veria na rua, se a Direcção desta Colonia na ultima hora não lhe alugasse a antiga casa da Direcção, na Rua do Príncipe.

"Ao que parece, por uns 5 ou 6 Contos de reis poderá levantar-se um edificio simples, porém bastante espaçoso. Por isso, concidadões, dirigimo-nos a vós! Contribui segundo as vossas posses para uma obra tão necessária. Um excellente chão para dita casa já nos foi promettido! Joinville, aos 10 de janeiro de 1879. A Comissão: Antonio Sinke, H. Lepper, Carl Kumlehn, C. W. Boehm, Eugen Schmidt".

Já em novembro do mesmo ano, a comissão do colégio tinha angariado tanto dinheiro, que, em sessão solene, a Câmara Municipal de Joinville aceitou a doação do terreno de 2.000 metros quadrados das mãos do Vigário Carlos Boegershausen, que cedeu gratuitamente essa área de sua propriedade que servira até então como praça de esporte. Entrou, assim, a Municipalidade de Joinville na posse do terreno onde hoje está construído o prédio da Prefeitura Municipal, na Rua Padre Carlos.

A 15 de abril de 1879, inaugurou-se festivamente a linha telegráfica de Joinville, abrindo nova era para o seu progresso. A "Gazeta", na sua edição de 22 do mesmo mês, publicou detalhadamente o desenrolar dos acontecimentos: "Foi essa uma festa explendida e que ficará sempre gravada na memoria de todos que a presenciaram.

"Ás 9 horas da manhã desse dia, achando-se o povo reunido em frente a casa que foi destinada para a estação (pertencia a casa ao Sr. A. Conrado, na esquina da Rua Cachoeira hoje Rua Princesa Izabel), precedida de uma banda de musica, acompanhou com enthusiasmo os vivas que foram dados pelo Engenheiro Sr. Eugenio von Lossio Seilbitz, diretor da linha telegráfica, depois de ter pronunciado um discurso analogo ao acto, dando por inaugurada a estação. Em seguida respondeo o secretário da Camara Municipal, o Sr. Carlos Lange, em nome dos municipes, e agradeceo os serviços que o Governo Brazileiro tem prestado á Colonia de Joinville, rendendo n'esta occasião um preito de homenagem ao Exmo. Sr. Conselheiro Capanema, Director Geral, pelo grande beneficio que acaba de fazer aos habitantes. Ainda fallou o illustrado Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca Dr. Barros, que em eloquentes phrases fez ver o adiantamento em que marchara a colonia, saudando o povo por esse acto, que tornou ainda mais saliente no progresso e civilização.

"Erguendo-se novos vivas, foram estes freneticamente applaudidos pelo povo, subindo na occasião ao ar centenas de foguetes. Percorreu depois o povo acompanhado de todas as autoridades, as ruas da cidade, que se acharão apinhadas de espectadores. A noite houve illuminação em frente á estação telegrafica, e a commissão encarregada dos festejos offereceo dois bailes, um ás principaes pessoas do lugar e outro ao povo, sendo ambos muito concorridos, e terminando ás 3 horas da madrugada. Foi essa uma festa significativa de um povo amigo ao progresso e á civilização".

"Trocaram-se em seguida diversos telegramas entre o Sr. B. Fernandes Barros, Juiz de Direito da Comarca, e o Sr. Dr. Ramalho, Vice-Presidente da Província e outras personalidades.

Tornou-se público em seguida a seguinte tabela de preços :

"Telegramas até 20 palavras na linha Sul : 1$000. Para Pôrto Alegre - 3$000. Na linha Norte : Paranaguá e Iguape - 2$000. Santos - 3$000. Rio de Janeiro - 5$000. Para palavras adicionais - metade da taxa. Pelos telegramas em cifra ou língua estrangeira se pagará taxa dupla. Sendo garantido o segredo dos telegramas, fica proibida a entrada ao recinto onde funcionam os aparelhos".

Foi justamente nessa época que se verificou a grande enchente, passando a ocupar tôdas as atenções.

Intensas chuvas e ventos do quadrante Sul começaram a castigar as costas de Sta. Catarina. As águas do Rio Cachoeira e seus afluentes começaram a crescer ràpidamente, excedendo o limite das suas margens. Joinville, na sua parte baixa, viu-se invadida pelas águas. Na Rua do Meio, Hafenstrasse e ruas transversais, as casas ficaram isoladas e grande foi o prejuízo dos comerciantes. As famílias Poschaan, Trinks e outras tiveram de abandonar as suas casas. Os homens trabalharam dia e noite, com água pelos joelhos, para salvar as mercadorias que boiavam na correnteza. Tôdas as pontes de madeira de Joinville foram levadas pela impetuosidade da corrente.

Na Serraria do Príncipe, as águas do Rio da Prata subiram ràpidamente, ameaçando o dique, e no seu ímpeto e volume abriram nôvo rumo, formando no escoadouro um leito profundo, arrastando árvores e plantações.

Em junho, a Câmara Municipal de Joinville lança apêlo à população da cidade para "remover as estrebarias, latrinas e estrumeiras, que actualmente ainda se acham chegadas às praças, ruas e becos. Deveriam ser collocados em lugares mais retirados, onde nem por má vista, nem por má exhalação, causam incommodos aos transeuntes ; e mais, os esgotos nunca devem ser dirigidos para os regos e as vallas das mesmas praças e ruas. Quem não cumprir essas ordenações será multado até 30 mil réis ! "

A 20 de maio, e por ocasião da chegada do vapor "Montevidéo", trazendo 113 imigrantes da Europa, efetuou-se o desembarque dos passageiros em lanchas. Pela primeira vez, prestou seus serviços o "Babitonga", ex-"Vedette", do Sr. Bruestlein, rebocando um iate com os passageiros e bagagens rio acima. O pequeno vapor nessa viagem "mostrou-se como embarcação de marcha veloz, fazendo a sua ida a S. Francisco, com 30 passageiros a bordo, em 2½ horas e a vinda a Joinville em duas horas apenas".

Nesse mesmo ano, em novembro, Joinville recebeu o seu primeiro relógio público, colocado na igreja matriz, "indicando com regularidade e com sons solemnes as horas aos habitantes de Joinville". Adquirido por subscrição pública, o relógio em questão foi fabricado pelo relojoeiro J. Mueller e montado, dias antes, na abertura redonda da ala Este da igreja católica, com frente para a Rua do Príncipe.

O Relatório do ano de 1879 acusa a entrada de 586 imigrantes, vindos em 6 vapores. A população total da Colônia Dona Francisca passou a ser de 16.967 almas. Nasceram 538 e faleceram 172. Registraram-se 99 casamentos.

Aumentou nesse ano, consideràvelmente, o comércio da erva-mate que era transportado em lombo de burro pela Estrada Dona Francisca, serra abaixo. Sòmente em 3 meses beneficiaram-se 12 toneladas da "Ilex". Viera a Estrada Dona Francisca influir decisivamente na criação da indústria ervateira em Sta. Catarina, instalando-se em 1877 três engenhos de erva-mate em Joinville. A iniciativa partiu de Antônio Sinke, vindo de Morretes; êste conseguiu lucros fabulosos já no primeiro ano; arrendou então o engenho a Celestino d'Oliveira e Vicente Ferreira de Loyola, também de Morretes, para montar usina própria na Rua do Príncipe, esquina da Rua Cachoeira (hoje Princesa Isabel).

Sôbre a primeira iniciativa joinvillense, na industrialização da erva-mate, possuimos dados comprobatórios na carta de Frederico Bruestlein, endereçada ao Administrador dos Bens da Casa Orléans, em Paris, enviada em junho de 1879 e que transcrevemos oportunamente (3). Foi a erva-mate, inegàvelmente, um fator econômico preponderante no desenvolvimento de Joinville. Da exportação passou-se para a construção de engenhos e, com a industrialização da erva-mate, tornou-se Joinville centro industrial e comercial, e mais importante praça do produto. Fundaram-se grandes estabelecimentos comerciais, sob orientação de brasileiros que preponderaram na política local e da Província.

Chegou a esta cidade, a 1.º de janeiro de 1880, o Exmo. Sr. Guilherme S. de Capanema, Diretor Geral da Repartição dos Telégrafos. Para cumprimentar o ilustre visitante, os Srs. Frederico Bruestlein, Carlos Lange e Engenheiro Étienne Douat foram no "Babitonga" a São Francisco do Sul, sendo ali recebidos pelo Chefe da Estação Telegráfica dessa cidade, Sr. Manoel da Costa Pereira. Permaneceu S. Excia. três dias em Joinville, tendo visitado a Fazenda Pirabeiraba, do Duque d'Aumale.

Nessa mesma ocasião foi inaugurado o sistema de sinalização por meio de bandeiras brancas no Morro da Boa Vista, para anunciar a chegada e partida de navios do pôrto de São Francisco; um folheto com esclarecimentos sôbre os sinais foi pôsto à venda na casa comercial do Sr. Carlos Lange.

A 2 de junho do mesmo ano, o "Babitonga" entra em serviço regular de viagens entre São Francisco e Joinville: O caso já era de estranhar pois o vaporzinho permanecera no ancoradouro um ano sem iniciar a tão desejada comunicação fluvial entre as duas cidades. Recebeu o Sr. Frederico Bruestlein, finalmente da Presidência da Província a concessão necessária. Com a fundação da "Empreza de Navegação a Vapor", abriu-se nova perspectiva da comunicação entre Joinville e São Francisco. No dia 1.º de junho apareceu o seguinte edital na "Gazeta de Joinville" e no "Colonie-Zeitung":

"A Empreza de Navegação a Vapor entre S. Francisco e Joinville faz sciente ao respeitavel publico que pretende principiar

(3) Copiador de correspondência de Fr. Bruestlein, 1879. (Bibl. do A.).

a correr no dia 2 de junho o seu serviço. As carreiras ordinarias terão lugar na 2.ª feira, 5.ª feira e sabbado de cada semana e na occasião da chegada dos vapores da linha intermediaria e da linha de Hamburgo. Em Joinville as horas da sahida serão affixadas na vespera até às 4 horas na Estação do Vapor, Rua Boussingault, na Estação Telegraphica, Rua da Caxoeira, na casa do Sr. A. Beck, Rua de São Pedro, e serão communicados aos donos dos hoteis se quizerem".

Outro dia significativo para a vida Joinvillense foi o dos festejos do lançamento da pedra fundamental do prédio da futura Escola Pública, a 8 de junho de 1880. "Ás 3 horas da tarde na casa da Rua do Príncipe, onde funcciona a aula primaria, reunidos todos os alunos de ambos os sexos, em numero de 367, sob a direcção do digno prof. Revmo. Padre Carlos Boegershausen, ladeado dos seus ajudantes, os Srs. Schubert, Lauer e von Busse, seguiram em alas, conduzindo bandeiras, corôas e bouquets pelas Ruas da Caxoeira, do Meio e do Príncipe até o local destinado para a nova escola, onde já os esperava a commissão das obras, o Dr. Wigand Engelke, Inspector Parochial e um immenso numero de senhoras e cavalheiros.

"O lugar escolhido para a nova edificação está situado na encosta septentrional da cidade, entre as Ruas do Principe, da Escola e da Cerveja, e em cujo planalto já se erguem o templo catholico e a loja maçonica Amizade ao Cruzeiro do Sul.

"Ás três e meia começou a solemnidade por um canto hymno, cantado em côro pelos meninos e meninas. Em seguida o benemerito Revmo. Padre Carlos pronunciou um discurso. Em seguida o Dr. Francisco Alves Guimarães, advogado residente no Paraná, tomando a palavra, proferiu discurso muito aplaudido. Apoz este discurso o Revmo. Padre Boegershausen deu-nos conhecimento do nome e quantias com que os habitantes deste Municipio havião concorrido para o obra que se inaugurava e cuja importancia sobe a mais de 5 Contos de réis; lavrou-se um auto da solemnidade, o qual com os demais papeis commemorativos foi lançado em uma urna de cobre, que depois de soldada, ficou depositada debaixo da pedra para esse fim escolhida no angulo occidental da frente do edifício.

"Ao ser lançada a referida pedra, os presentes autoridades e membros da comissão, batendo sobre ella com um martello, profe-

riram ainda algumas palavras adequadas. Terminando assim o acto, forão os meninos convidados para irem a casa dos irmãos Kuehne tomar alguns refrescos e para onde acudio a maioria do povo presente.

"O edificio hé de duas alas terreas, ligadas por uma casa de sobrado, medindo 30 metros de frente e 20 de fundo. Será um majestoso edificio. Desenhado inteiramente pelo Sr. Frederico Bruestlein, Diretor da Colônia, o corpo central do edificio terá na sua frente a inscrição: "Viribus Unitis". (4).

Devido à dissolução da Alfândega de São Francisco do Sul, aconteceu um caso lastimável e muito discutido na época. Chegou o vapor "Valparaiso", a 19 de maio, trazendo para esta Colônia 134 passageiros, suas bagagens e uma infinidade de caixas e volumes destinados à Fazenda Pirabeiraba, contendo o material e a maquinaria para a nova usina de açúcar.

Desembarcaram do "Valparaiso" os passageiros - e nada mais. De acôrdo com as ordens dadas pelo Diretor da Mesa de Rendas de São Francisco, o vapor de 8 mil toneladas tinha que voltar para o pôrto de Santos, na Província de São Paulo, para ser conferida a sua carga para fins aduaneiros. A carga, então, com mais de três meses da atrazo, chegou a Joinville pela linha intermediária. O assunto tomou vulto, quando o Duque d'Aumale apresentou queixa por via diplomática exigindo do Govêrno Imperial a indenização devida. Não sabemos se conseguiu recebê-la. A questão da Alfândega, porém, continuava a agitar a vida de Joinville.

A 28 de junho reuniu-se a Junta Parochial, sob a presidência do Juiz de Paz Sr. Paul Schmalz, para eleger a nova mesa para as eleições Municipais. Foram eleitos, como presidente o Sr. Pedro José Souza Lobo, e mais os Srs. Jean Bauer, Victorino de Souza Bacellar, August Heeren e Ludwig von Lasperg. O assunto foi comentado pela "Gazeta" com séria crítica contra a apatia e indeferença do povo joinvillense perante dever tão importante, e continuava: "Em quanto em São Francisco do Sul os dous partidos liberal e con-

(4) "Gazeta de Joinville", 1877 - 1883 (Bibl. do A.).

servador se preparam para a lucta para fixar a victoria á sua bandeira, reina entre nós uma apathia completa.

"Não existem n'esta cidade partidos propriamente ditos. Trata-se de eleger entre os Vereadores um certo numero de brazileiros NATOS que, acompanhados de seus collegas de origem allemã, com sua practica adquirida na vereança em outros lugares, com sua inteligência e com seu conhecimento das leis e costumes d'este paiz, formem uma administração digna e capaz de fazer frente às exigências mui excepcionaes d'um municipio, que como é o de Joinville, se compõe d'uma povoação de maior parte allemã".

Podemos adiantar que a "Gazeta de Joinville", imparcial em questões de partidos políticos, iniciou com seus veementes apelos uma campanha de aculturação dos imigrantes germânicos e por uma assimilação - ou melhor - um ajustamento social e cultural entre dois povos tão diferentes nos seus costumes, pensamentos e ambientes de vida.

. . . A 11 de setembro o Diretor das obras da Estrada Dona Francisca, Sr. Étienne Douat, é demitido do seu cargo. Terminou desta forma a administração mais feliz dessa estrada, havendo 86 quilômetros empedrados e livres ao trânsito de carros. Quando o Sr. Douat assumira, 6 anos antes, a estrada sòmente estava construída até o Km. 34. Lamenta a imprensa o afastamento do Sr. Douat, vítima das intrigas de um grupo chefiado pelo Cel. Emilio Jourdan, que fizera, na Côrte, a maior onda de descrédito contra a Direção da Colônia Dona Francisca. Já era a politicagem atuando diretamente sôbre a vida colonial.

Em substituição ao Sr. Étienne Douat veio o engenheiro Louis Toulois, que fôra Diretor da Colônia Luíz Alves até abril do mesmo ano.

Procedeu-se nos dias 1.º e 2 de julho à eleição de Vereadores e Juizes de Paz para o seguinte quatriênio, a qual compareceram 149 votantes. O resultado do pleito não correspondeu ao número de votantes, pois houve grande abstenção. O fato é que os liberais venceram mais uma vez, conseguindo 5 Vereadores e 3 Juízes de Paz. Foram eleitos: Victorino de Souza Bacelar - 126; Antonio

Sinke - 108; Francisco Machado da Luz - 96; Henrique Lepper - 90; Frederico Lange - 87; Fernando Rogner - 79; Frederico Jourdan - 46; Henrique Walther - 43; Jean Bauer - 42 votos. Obtiveram ainda votos: Chrispim Mira, Rodolfo Klatt, João Eugênio Moreira, Anacleto Ladislau Ribeiro, Pedro Lôbo, Germano Lepper, Carlos Kumlehn e outros.

Para Juízes de Paz foram eleitos: Pedro José de Souza Lôbo - 110; Germano Lepper - 85; João Eugênio Moreira - 72; e Ludwig von Lasperg - 56; obtendo ainda votos os Srs. Frederico Jordan, Guilherme Engelke, Francisco Gomes de Oliveira e outros.

É interessante notar que os elementos que tomavam parte ativa na política, começaram a usar prenomes "brasileiros". O português tornou-se nessas condições, a língua "superior". O "Fritz", como Vereador passou a chamar-se "Frederico". O "Hans" mudou o seu prenome para "João", o Heinrich - Henrique, e assim em diante. Começou com a atividade política indiscutìvelmente a "hibridação" linguística, abrindo a primeira brecha do desprêzo ou indiferença com relação à língua alemã e o desejo de aprender o português.

Ainda em 1880, a 20 de outubro, verificou-se a maior catástrofe da vida colonial em Sta. Catarina. Acompanhado de intensas chuvas, o litoral começou a ser castigado por um temporal fortíssimo. Começaram a crescer as águas dos rios com incrível velocidade. Choveu 6 dias sem parar, com abundância nunca vista. Nos dias 22 e 23 a água não caia em gotas, começou a cair em massa compacta que inundou as baixadas de Joinville e da zona rural, arrestando a correnteza casas inteiras, árvores e plantações.

Na cidade, as águas alcançaram o peitoril das janelas das casas da Hafenstrasse, Marktstrasse, Peterstrasse e Wasserstrasse, sendo na Rua do Príncipe o trânsito sòmente possível por meio de canoas. A Rua do Meio (hoje Rua XV de Novembro) estava coberta de águas e as canoas trafegavam francamente na cidade. A zona rural foi duramente atingida e as inundações produziram sérios danos.

As notícias de outras colônias eram alarmantes - Blumenau, Brusque, Itajaí - onde todos os rios encheram, excedendo o limite das suas margens. De Blumenau chegavam notícias de mortes e desabamentos de casas, tendo as águas subido 15 metros acima do nível normal.

Finalmente, quando as águas baixaram, pôde-se constatar a devastação causada nas plantações, nas construções, nas pontes e nas estradas. O trabalho de anos havia desaparecido.

Até 31 de dezembro de 1880 haviam entrado no Pôrto de São Francisco 7 vapores de Hamburgo com 893 passageiros para a Colônia Dona Francisca. Da Prússia vieram 651 imigrantes apesar de se achar ainda em vigor, a célebre "Rescrição von der Heydt".

No seu Relatório, o Sr. Bruestlein revela o seguinte quadro sôbre as indústrias de Joinville: "Fabricas verdadeiras ha poucas. O principal estabelecimento é a usina de assucar de Pirabeiraba com 3 caldeiras a vapor d'uma força total de 96 cavallos para fabricação de 400 hectolitros de caldo por dia. Em tempo de fabricação serão empregados 60 a 70 trabalhadores, para a fabricação 40 pessoas para plantio de cana.

"Tem mais 8 fabricas para beneficiamento da herva-mate, 3 em Joinville movidas a vapor (7 a 10 cavalos) e 5 na Estrada Dona Francisca, movidas a agoa. Cada engenho emprega cinco a dez trabalhadores.

"Além disto ha em Joinville 1 fabrica de beneficiar arroz movida a vapor de 8 cavallos, 1 fabrica de moveis com machina a vapor de 5 HP. 1 fabrica de carros 1 fabrica de araruta com machina a vapor de 5 cavallos no Caminho do Meio e mais uma grande quantidade de pequenas indústrias, serrarias, moinhos movidas a agoa ou tração animal.

"Os trabalhadores empregados nas indústrias são indifferentemente nacionaes ou estrangeiros conforme a habilitação".

Com o início do ano de 1881, chegou a Joinville o primeiro número da "Blumenauer-Zeitung", sob a direção de A. Haertel, substituindo o "Colonie-Zeitug" que por tantos anos serviu à Colônia vizinha como noticiário.

Em fevereiro, a Sociedade Colonizadora perde o seu Agente no Rio de Janeiro, Sr. Otto Niemeyer, que regressou definitivamente à Europa, sofrendo grave enfermidade. Faleceu Otto Niemeyer a 25 de março de 1886, em Hamburgo.

Assumiu o cargo de Procurador da Sociedade a firma comercial "Matthiesen & Eichhorn". Em vista do vencimento do contrato entre a Sociedade Colonizadora e o Govêrno Imperial, o Sr. Bruestlein foi duas vêzes ao Rio de Janeiro, para estabelecer novas normas e novas condições para a próxima prorrogação do contrato. Devido à incerteza reinante, a Sociedade comunica a dispensa de todos os seus funcionários, a partir de 1.º de abril de 1882, o que trouxe sérias apreensões à vida administrativa da Colônia.

A 20 de maio, Sua Excia. o Presidente da Província, Sr. Dr. João Rodrigues Chaves, visitou a Colônia, chegando com a sua comitiva à lagoa Saguaçu, às 10 horas da manhã. Ali o esperava o vapor do Sr. Bruestlein, o "Babitonga", para levá-lo rio acima ao pôrto de Joinville. "Ao approximar-se do caes o vapor, o povo em grande numero saudou o Presidente, acompanhando-o ao "Hotel de Europa". Depois S. Excia. percorreu a pé as ruas de Joinville, visitando a Igreja Matriz, as escolas públicas, Estação Telegraphica e repartição do Correio e Templo Evangelico. A noite a Sociedade Gymnastica, com a musica a frente, fez um passeio pelas ruas, iluminadas com lanternas, e dirigiu-se á casa de residencia de Sua Excia., a cumprimental-o, sendo seu interprete o Sr. Lange o qual pronunciou um bonito discurso. Assistiu S. Excia. em seguida a um esplendido baile que lhe foi offerecido pelo Clube Joinvillense. No dia seguinte, S. Excia. seguiu para S. Bento, acompanhado pelos Srs. Dr. Lemaire Teste, Director atual da Estrada Dona Francisca, Albert Kroehne, engenheiro da Colônia, Pedro Lobo, Adjudante do Director da Estrada e mais a comitiva.

"S. Excia. mostrou-se assaz satisfeito, não somente com a recepção em São Bento, como tambem com o grande adiantamento em que se encontrou esta localidade. As 11 horas da noite, S. Excia. embarcou-se à bordo do "Babitonga" para regressar a bordo do paquete S. Lourenço, que o esperava na Lagoa Saguaçu".

Em fins de julho de 1881, a Colônia teve a visita do Sr. Hugo Zoeller, correspondente do "Koelnische Zeitung". A 3 de agôsto, acompanhado pelo Diretor da Colônia, o Sr. Zoeller visitou São Bento. As suas impressões sôbre a Colônia Dona Francisca, onde permaneceu por duas semanas, fazem parte da sua obra publicada em 1883: "Die Deutschen im brasilianischen Urwald".

Poucos dias após a sua partida, festejou-se em Joinville, com uma cordialidade espontânea, o 25.º aniversário de atividades do Sr. Ottokar Doerffel, como funcionário da Sociedade Colonizadora e da Direção da Colônia.

Resta contar, dêsse ano de 1881, a inauguração da primeira linha de Diligências entre Joinville e São Bento, para transporte de passageiros e da mala postal. Pelo contrato firmado entre o empreendedor Karl Monich e a Presidência da Província, a viagem era feita 3 vêzes por mês, ida e volta, com a mala postal, sendo o transporte de passageiros por conta própria do Sr. Monich. O ponto de partida em Joinville era a Agência do Correio, ainda sob a direção do Sr. Carlos Lange. As pesadas carruagens levavam 4 passageiros de cada vez. Por ato do Presidente da Província, criou-se em São Bento uma Agência do Correio, sob a orientação do Sr. José Seraphim de Oliveira, que, a 25 de novembro foi substituído pelo Sr. Karl Kamiensky.

Ainda em dezembro, dia 5, efetuaram-se, na ala já terminada da "Escola Pública" do Sr. Vigário Carlos Boegershausen, os exames escolares de 336 meninos e meninas dêsse exemplar educandário de Joinville.

Entraram na Colônia Dona Francisca no ano de 1881, em 6 vapores de Hamburgo, 754 imigrantes. A maioria destes novos colonos receberam os seus lotes na "Estrada do Sul", no lugarejo Neudorf e em São Bento. A população do Município estimava-se em 19.445 almas.

Venceu-se, a 31 de março de 1882, o contrato entre a Sociedade Colonizadora e o Govêrno Imperial. Apesar dos esforços do Sr. Matthiesen, Agente no Rio de Janeiro, e do Sr. Frederico Bruestlein, que contou com o apôio do Deputado da Província, Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay, não se conseguiu estabelecer nôvo contrato antes de dezembro do mesmo ano. Êsse período de incerteza sôbre o destino da Colônia Dona Francisca, talvez a época mais crítica na história da Colônia, achamos documentado na correspondência do seu Diretor, quando estêve por duas vêzes no Rio de Janeiro, hospedado no velho Hôtel de France, no largo do Paço, "chez Madame Chabrié".

Para tratar de assuntos relacionados ao contrato e à possível emancipação da Colônia, Bruestlein, a 16 de dezembro de 1881, foi à Europa, mantendo conferências com o Príncipe de Joinville e a Sociedade Colonizadora em Hamburgo. Durante a sua ausência, o seu substituto, Sr. Frederico Heeren, se viu na iminência de fechar a Direção da Colônia, por falta de recursos. Sòmente em agôsto, o Govêrno Imperial concedeu nova prorrogação do contrato para um ano, aliviando a situação crítica na Colônia.

Nesse mesmo ano de 1882, o Conde d'Eu e a Princeza Isabel cancelaram e rescindiram todos os contratos existentes, desde 1876, com o Cel. Emilio Carlos Jourdan, no Vale do Rio Itapocu e Rio Negro, restabelecendo o "Patrimônio Conde d'Eu".

Finalmente, a 30 de dezembro, entrou em vigor o nôvo contrato entre a Sociedade Colonizadora e o Govêrno Imperial, já anunciado em outubro do mesmo ano. Quando chegou a notícia em Joinville, festejou-se o acontecimento com salvas, organizou-se um cortejo com musica e ... "Viva o Imperador!" e ... "Viva o Sr. Taunay!"

Antes de passarmos ao ano de 1883, devemos lembrar uns acontecimentos locais que haviam ocupado tôdas as atenções. Faleceu a 16 de maio com a idade avançada de 65 anos, o velho "Hauptmann" e ex-Diretor da Colônia, Benno von Frankenberg-Ludwigsdorf. Nos últimos anos da sua vida, Frankenberg viveu retirado na sua propriedade, na "Rua do Norte", hoje Dr. João Colin.

Em agôsto, a tipografia de C. W. Boehm lançou uma brochura com dados e informações valiosas sôbre a Colônia Dona Francisca, de autoria de Ottokar Doerffel, há 27 anos morador da Colônia e membro da Direção. O livrinho — "Die Kolonie Dona Franziska in der Sudbrasilianischen Provinz S. Catarina", é hoje obra rara da bibliografia brasiliana colonial.

A 2 de outubro do mesmo ano, a Câmara Municipal de Joinville fêz público "que resolveo na sua sessão no dia 30 do mez passado, com maioria de votos, de mudar as actuaes denominações da ruas seguintes d'esta cidade:

"A Rua d'Agua para Rua de Dom Pedro Segundo; a Rua do Ludovico para Rua Visconde do Rio Branco; a Rua do Porto para Rua Marques do Herval; a Rua do Meio para Rua Duque de Caxias;

a Rua da Cachoeira para Rua do Commercio, e a Rua do Frederico para Rua do Conselheiro Jeronymo Coelho.

"E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou-se lavrar o presente Edital. Secretaria da Camara Municipal de Joinville.

O Presidente: Victorino de Souza Bacellar, o Secretario: Otto Lauer".

Como era de esperar, a mudança dos nomes das ruas mais antigas e tradicionais, provocou o mais vivo protesto da população. Os comentários no "Colonie-Zeitung" e na "Gazeta de Joinville" são unânimes em afirmar "que a infeliz mudança de nomes deve ser julgada pela própria população, pois os digníssimos Srs. Vereadores nem perceberam que agora existem em Joniville duas ruas com o nome de Dom Pedro Segundo".

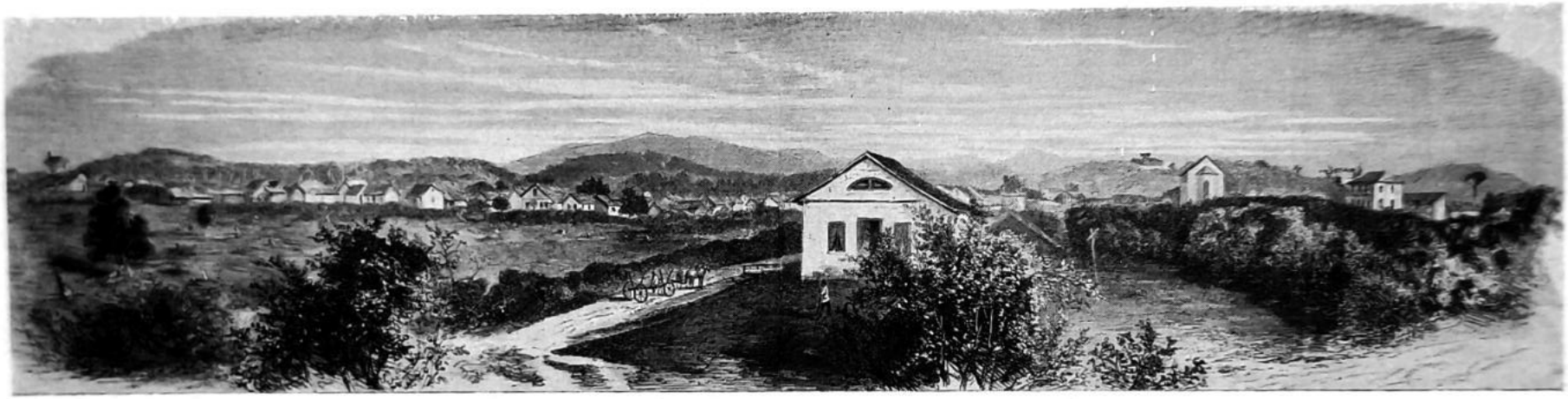
Em janeiro de 1883 é nomeado Diretor da Estrada Dona Francisca o engenheiro Dr. Pedro Luiz Toulois. O seu antecessor, Sr. Lamaire Teste, aceitava um cargo no Observatório Imperial, no Rio de Janeiro.

No dia 7 de janeiro teve lugar, na forma da lei, a instalação da nova Câmara Municipal e o juramento dos 4 Juízes de Paz para o quatriênio que então principiava. Foi eleito presidente o Vereador João Paulo Schmalz e Vice-Presidente o Sr. Antônio José Ribeiro.

Umas das primeiras resoluções da nova Câmara Municipal consistiu na revogação da "infeliz" resolução acerca da mudança de nomes das ruas de Joinville. Ficou, assim, tudo como estava. A resolução foi assinada pelos Vereadores Manoel Nunes da Silveira, João Paulo Schmalz, Antônio José Ribeiro, José Celestino de Oliveira, H. A. Lepper.

A 18 de abril a Câmara Municipal recebeu telegrama da capital, anunciando a elevação do têrmo de Joinville a Comarca. Ao mesmo tempo eram anexadas ao Município as terras dotais do Conde d'Eu no Vale do Rio Itapocu, formando assim parte da Comarca de Joinville.

A 3 de outubro, e com o número 1 do 7.º ano de sua existência, deixou de existir a "Gazeta de Joinville", órgão do "Club Join-



Vista de Joinville, em 1865, do início da Estrada Dona Francisca com cadeia e fôro.
Nos fundos, à direita, a Casa de Oração Protestante e a Casa de Direção.

villense", por motivos econômicos. O "Colonie-Zeitung" lamenta o desaparecimento do periódico brasileiro, que tanto cooperou para o engrandecimento de Joinville.

Dois dias depois, aglomerou-se grande multidão do Pôrto de Joinville e no "Cais Bruestlein", para assitir ao lançamento do primeiro vapor construído nos estaleiros do Sr. Bruestlein, o "Dona Francisca", uma embarcação com máquina de 25 HP e possibilidade de transportar 18 passageiros 'de cabine" e 40 no convés. Desenhada pelo engenheiro August Heeren, o "Dona Francisca" aumenta a "frota" de Joinville em 2 vapores e 10 iates a vela.

Em fins de setembro de 1883 houve eleição a fim de eleger um deputado à Assembléia Provincial. Obtiveram os Srs. Frederico Bruestlein 74 e o Dr. Abdon Baptista 26 votos. Aparece pela primeira vez no palco da política joinvillense o nome de Abdon Baptista, baiano de nascimento e médico em São Francisco do Sul, que fixara residência em Joinville como negociante, e que, por quase 40 anos preencheria um papel preponderante na vida econômica, política e social da cidade.

No mês seguinte os irmãos Richlin comunicaram à praça a inauguração da sua nova loja, na esquina da Rua do Príncipe e Rua d'Agua; provocou consternação geral o falecimento do Sr. Friedrich Jordan, comerciante e Juiz de Paz da cidade.

Terminou o ano de 1883 com o Relatório enviado à Presidência da Província, a 31 de dezembro, pelo Diretor da Colônia. Acusa a vinda de 729 imigrantes em 7 vapores da "Hamburg-Sued" e o nascimento de 354 crianças. Faleceram 135 pessoas, contando a Colônia Dona Francisca com 15.100 almas e mais 8700 no nôvo Município de São Bento, perfazendo um total de quase 24 mil habitantes. Comunica-se a inauguração, em 1883, a primeira fundição de ferro e metal em Joinville e na Província, de propriedade de W. Motzkeit.

Em princípios de 1884, a Câmara Municipal resolveu a construção do Cais nas margens do Rio Cachoeira, em prolongamento do desembarcadouro já construído pelo Sr. Bruestlein. Ao mesmo tempo o engenheiro August Heeren apresentou à Câmara a planta definitiva da rêde de água potável, com detalhes e orçamento do encanamento. Criou-se uma nova comissão para os devidos estudos lo-

cais, composta dos Srs. Heeren, Berner, Bruestlein e Doerffel. O Sr. Hermann August Lepper, filho do velho Heinrich Lepper, trouxe da Alemanha um catálogo com indicação de preços para tubos, conexões e demais peças necessárias. Prontificou-se o Sr. Lepper a contribuir com 10 contos de réis para a realização de tão importante obra.

Faleceram no mês de junho a Sra. Emilie Wunderwald, viúva do engenheiro e pioneiro dos primórdios da colonização, e, na avançada idade de 79 anos, a viúva de Georg de Drusina, um dos primeiros imigrantes de 1851. A senhora de Drusina mantivera em Joinville, durante muitos anos, um Liceu para meninas.

A 9 de março de 1884, surgiu "O Globo", "Periodico Noticioso e Commercial", em formato pequeno, impresso na tipografia C. W. Boehm, sendo seu proprietário o Sr. M. Moreira da Silva Reis jnr. Os redatores: "Diversos". Mantendo-se neutro em assuntos políticos, o "Globo", após 17 números, aumentou o seu formato e transformou-se em órgão do partido liberal, sob nôvo nome "O Democrata", ficando o Sr. Silva Reis sòmente como Gerente.

Grandes festejos foram programados para a visita de Sua Alteza Real o Conde d'Eu, a 12, 13 e 14 de dezembro de 1884. Chegou Sua Alteza a São Bento, vindo de Curitiba e Rio Negro, seguindo viagem em companhia da sua comitiva pela Estrada da Serra, em 4 carros "Landauer" enviados especialmente pelo Diretor da Colônia a São Bento. Após breve visita à Serraria do Príncipe, chegou a caravana à venda do Sr. Jean Bauer, onde Sua Alteza foi saudado por grande massa popular com vivas e expressões de alegria. Formou-se um préstito de mais de 20 carruagens e carros de colonos, todos enfeitados e ornados com fôlhas de palmeiras e flôres. Às seis horas da tarde, o cortejo chegou ao Palácio do Príncipe. Na Alameda das Palmeiras, que já nessa época apresentava um aspecto impressionante, os carros passaram entre alas do povo, colegiais e crianças festivamente trajadas, sendo Sua Alteza Real cumprimentando pelo Vigário, Padre Carlos Boegershausen.

Tomando residência no Palácio, o Conde d'Eu se apresentou no terraço superior para saudar a massa popular e apreciar o efeito encantador da marcha luminosa, formada pela Sociedade Ginástica, com a banda de Música à sua frente.

Dando-lhes as boas vindas em nome do município, o Juiz de Direito, Sr. Dr. Fernandes de Barros, dirigiu a palavra a Sua Alteza, que respondeu, em breves comentários sôbre o efeito deslumbrante da recepção, agradecendo e manifestando sua satisfação por encontrar em Joinville um recanto tão aprazível da terra brasileira.

Permaneceu Sua Alteza três dias em Joinville, visitando a Fazenda Pirabeiraba e diversos estabelecimentos industriais e rurais. É interessante notar que não visitou as suas terras no Vale do Rio Itapocu ou a "Colônia" Jaraguá. Acontece que o estabelecimento do Cel. Jourdan, em 1884, não existia mais; o engenho de açúcar, com a maquinaria, estava em ruínas; as plantações de cana, desvastadas e queimadas e as poucas famílias de colonos europeus, estabelecidas nas terras pertencentes ao Conde d'Eu, abandonaram o chão e estabeleceram-se em Neudorf, na Colônia Dona Francisca. Os habitantes de Jaraguá constituíam-se então de algumas famílias brasileiras e alguns pretos nortistas, antigos trabalhadores empregados por Emilio Carlos Jourdan. No fôro de Joinville corria um processo contra Jourdan, por falta de pagamento dos seus operários.

A estatística do ano de 1884 acusa a entrada de 499 imigrantes vindos em 7 navios da Europa. Sofreu a Sociedade Colonizadora um prejuízo sensível com a falência do Sr. Matthiesen em outubro do mesmo ano. Passou a procuração, no Rio de Janeiro, para a firma Hermann Stolz & Cia.

Um dos principais acontecimentos de 1885 foi, indubitàvelmente, a instalação da rêde de água. Em agôsto já estava terminado o grande depósito do Morro da Olaria do Príncipe, correndo dessa caixa de água a tubulação ao longo da Estrada Dona Francisca até a Rua Cachoeira. Custaram os canos ao cofres da Câmara Municipal a importância de 6:970$051, inclusive transporte da Alemanha e direitos alfandegários.

Sob a direção do professor Dr. Aust, inaugurou-se nesse ano em Joinville o primeiro ginásio de ensino secundário, das classes "Quinta" e "Sexta", na escola da "Rua Caxoeira", hoje Colégio Bom Jesús.

A 2 de outubro, por ocasião das eleições para deputados à Assembléia Provincial, obteve o Sr. Hermann Lepper, com 106 votos, a

vitória para os conservadores, contra 32 dados a João Paulo Schmalz, do partido Liberal.

A 16 de dezembro volta ao cargo de Diretor da Estrada Dona Francisca o Sr. Étienne Douat, sendo demitido o engenheiro Toulois e seu ajudante Pedro Lôbo.

Vieram nesse ano de 1885, oito vapores da Europa, trazendo 784 passageiros. O total da população é calculada em 24.100 almas.

Em princípios de 1886, a rêde de água potável, em Joinville, estava funcionando perfeitamente. O "Reismuehlenbach", no Morro da Boa Vista, abastecia 6 bicas, por onde corria o líquido precioso, em diversos pontos da cidade. Para manter limpos os chafarizes, a Câmara Municipal lançou o seguinte apêlo à população : "A Camara Municipal faz saber, que está prohibido ao publico, deixar abertos os chafarizes e lavar roupa, louça etc. perto dos mesmos. O Vice-Presidente : Hermann Lepper; o Secretario : Otto Lauer".

A 15 de janeiro, a vida política de Sta. Catarina foi novamente agitada pelas eleições para Deputados Gerais à Côrte. Foi uma grande vitória para o conservador Alfredo d'Escragnolle Taunay, que saíu vencedor em todo o distrito, exceto em São Francisco do Sul. Obteve Taunay 114 votos em Joinville, sendo festejado a sua vitória com estrondosa ovação popular.

O Correio de Joinville, instalado na Rua do Príncipe na casa do Sr. Hassel e defronte do Sr. C. Schneider, perdeu, a 7 de abril, o seu Agente, que desde 1869 dirigia a repartição : o Sr. Carlos Lange pediu a sua demissão, sendo substituído por Francisco Machado da Luz.

Dois falecimentos comoveram a Colônia : o velho médico da Colônia Dona Francisca, Dr. Wigand Engelke perdeu o seu filho de 26 anos de idade; e ao mesmo tempo chega a notícia de Hamburgo, do falecimento de G. A. Otto Niemeyer, a 25 de março, com 63 anos de idade.

Em maio, para suprir uma vaga na Assembléia Provincial, é eleito o candidato conservador Fernando Hackradt. Outra campanha política é lançada para as eleições do nôvo Senador por Sta. Ca-

tarina, vencendo no pleito Taunay com 1358 votos, obtendo sòmente em Joinville 129 sufrágios.

A 1.º de julho do mesmo ano, o eleitorado compareceu novamente às urnas, para eleger os 9 Vereadores e 4 Juízes de Paz. A votação foi a seguinte : para Vereadores : Eduard Krisch, Francisco Gomes de Oliveira, Frederico Bruestlein, Frederico Rogner, João Colin, Albert Kroehne, Carl Kumlehn, Ludolf Schulz e Eugenio Moreira jnr.

Para Juízes de Paz : Procopio Gomes de Oliveira, Henrique Lepper, Jean Bauer e Frederico Heeren. Constituiu-se a Câmara Municipal com absoluta maioria de conservadores.

Nesse mesmo ano de 1886 fundou-se em Joinville o "Club Republicano", como principal foco de influência das novas idéias democráticas. Foi seu primeiro Presidente Victorino Bacellar, e seus sócios fundadores os Srs. Ernesto Canac, francês de nascimento, que desde 1881 se estabelecera com comércio de erva-mate em São Bento e um dos mais fanáticos chefes do partido republicano, Ignacio Bastos, Mario Lôbo, José Pedro Torrens, Henrique Jordan, Jean Bauer, Otto Boehm, Bernhard Bemba e tantos outros.

A 1.º de outubro de 1886, a Câmara Municipal de Joinville resolveu por voto unânime, enquadrar no patrimônio público e municipal as ruas abertas por Frederico Bruestlein no seu terreno adquirido, em 1867, do Sr. Poschaan. Desde então as ruas "Arago" (hoje Rua Dr. Marinho Lôbo); "Humboldt" (hoje 3 de Maio); "Holtzer" (hoje Rua Rio Branco); "Boussingault" (hoje Rua 7 de Setembro); "Aubé' (hoje parte da Rua Itajaí) ; "Caes Poschaan" (hoje Praça Hercílio Luz) passam a fazer parte integrante da administração municipal de Joinville.

Neste mesmo mês, o Govêrno Imperial prorrogou o contrato vigente com a Sociedade Colonizadora por mais 5 anos. A colonização do planalto de São Bento chegou a um certo grau de saturação, de modo que se procuravam novas terras para instalar colonos no Vale do Rio Itapocu. Iniciou então a Direção da Colônia a colonização das terras dotais do Conde d'Eu, conforme o contrato firmado em 1883 com Sua Alteza Real, cedendo 50.000 hectares no Vale do Rio Itapocu, pelo preço de 1$330 por hectare. O caminho, via

Neudorf, em direção Sul, ainda se encontrava em estado lamentável, apesar das importâncias recebidas por Jourdan, em 1876, para a construção da Estrada. Único meio de transporte para os lotes vendidos no Itapocu e Itapocùzinho era o lombo de burro, mantendo o colono Sr. Goetsch um serviço regular de mulas, entre a sua venda, no Itapocu, e Joinville, uma vez por semana.

Estabeleceram-se nesse caminho a Itapocu os membros da seita ou comunidade "Herrenhuter" composta de 111 elementos bálticos, vulgarmente chamados "russos", que vieram em maio de 1886, formando um núcleo fechado no "Bruederthal", sob a direção do Pastor Wilhelm Lange. A história dessa comunidade é outro capítulo, na crônica da Colônia Dona Francisca.

Vieram em 1886, de Hamburgo, 9 vapores, trazendo 766 imigrantes, elevando-se a população da Colônia a 25.000 almas.

Em janeiro de 1887, tomou posse a nova Câmara Municipal, sendo eleito Presidente o Sr. Frederico Bruestlein, secretário, o Sr. Otto Lauer, e Vice-Presidente, o Sr. A. Kroehne.

De 5 de janeiro em diante, imprimiu-se, em tipografia própria, o jornal em língua alemã "Reform", sob a direção de Robert Gerhard, fazendo logo as mais ásperas críticas à colonização e à Direção da Colônia. Poucos dias depois, a 23 de janeiro, saíu a lume a "Folha Livre", órgão sem tendências políticas, substituíndo um antecessor em vernáculo, que apenas viveu de 4 de outubro de 1885 a 28 de fevereiro de 1886, filiado ao partido Conservador, "O Constitucional".

Sofreu a Colônia, e principalmente o centro de Joinville, a 1.º de abril de 1887, as conseqüências de fortes chuvas, acompanhadas de trovoadas, que se prolongaram por dias. As águas do Rio Cachoeira cresceram até chegarem a um metro e meio do nível das ruas mais baixas, na área do pôrto. As casas ficaram submersas e as canoas navegavam, carregando gente e mercadorias dos armazens e das residências. As mais atingidas foram as firmas de beneficiamento de erva-mate, não escapando à invasão das águas os grandes estoques armazenados em barricas.

A "Empreza Navegação a Vapor", do Sr. Frederico Bruestlein, a 20 de maio do mesmo ano, é enriquecida com nova lancha a vapor, denominada "Sta. Catharina", construida inteiramente no estaleiro da firma. Ao mesmo tempo, o velho "Babitonga" sofria reparos gerais e reforma de sua maquinaria com novas caldeiras "inexplosíveis".

Outros acontecimentos locais foram a inauguração do "Hôtel Beckmann", na esquina da Rua do Príncipe com a Rua do Meio, a 15 de julho, e um vendaval e tufão com graves conseqüências para a cidade, a 12 de setembro do mesmo ano.

No fim dêsse ano de 1887, acusa o Relatório uma entrada de 391 imigrantes, em 7 vapores. Na Direção da Sociedade Colonizadora em Hamburgo, houve nesse ano uma alteração em seu quadro social, na pessoa do Sr. Carl Fabri, de Godesberg que substituiu o Sr. Holtermann, falecido a 22 de março. Faleceu também um dos sócios mais antigos, o Sr. Adolf Schramm, a 20 de outubro, em Hamburgo.

Os acontecimentos de 1888 são poucos, apesar da sua importância política e social para o Brasil. Predominou a agitação entre os conservadores, liberais e republicanos. Os últimos começaram por lançar uma campanha de propaganda no país inteiro, em geral entre moços idealistas, com pouca experiência, mas ninguém os levou a sério, quando publicaram na imprensa os seus "slogans" como: "O mundo latino é todo sem excepção republicano por natureza ... para nós a monarchia é uma superfetação!" Ou então: "Hão de confessar que ha na nossa indole, nos nossos costumes e no nosso sangue um pendor irresistível para a Republica. A prova está na França e no Mexico que florescem. Na decadencia da Hespanha. Na nulidade do Portugal. No atrazo do Brazil."

Veio, a 13 de maio de 1888, a Lei da abolição dos Escravos Na noite do dia 15, sob chuvisco e tempo nebuloso, percorreram a cidade de Joinville os negros e mulatos, moradores da redondeza, soltando foguetes e bombas, manifestando assim a sua alegria e dando vivas à Princeza Isabel e ao Conselheiro Antônio Prado.

Em julho, o velho médico da Colônia, Dr. Wigando Engelke, retirou-se definitivamente, com sua família, para Blumenau. A 27

de setembro, voltou da Europa o Diretor da Colônia, Sr. Frederico Bruestlein, para logo depois ir ao Destêrro, a fim de tomar parte ativa como deputado à Assembléia Provincial. Lamenta a imprensa local, de cujas colunas extraímos estas informações, o fato de que sòmente então, 20 anos após o término da Guerra do Paraguai, estarem sendo convocados os oficiais para receberem as suas medalhas e condecorações !

O último acontecimento de importância para Joinville, neste ano de 1888, é a elevação da "Mesa de Rendas de São Francisco do Sul à categoria de "Mesa de Rendas Alfandegadas". Deve-se o fato ao incansável lutador pela colonização e amigo do Diretor da Colônia Dona Francisca, Senador Alfredo d'Escragnolle Taunay. Já em abril de 1889 chegaram, pelo vapor "Rio Negro", os funcionários definitivos da "Alfândega" de São Francisco do Sul, sob a direção do Inspetor, Sr. Caetano Martins da Costa. O primeiro "Chefe da Repartição" foi o Sr. Alexandre Magno Aducci e seu secretário o Sr. Firmino Theotonio da Costa.

Começou o ano de 1889 com notícias alarmantes de movimentos políticos no Rio de Janeiro, tendo à sua frente "alguns socialistas estrangeiros", que organizaram passeatas e a criação de um partido de trabalhadores e proletários, na Capital Imperial. O "Colonie-Zeitung", órgão sem a mínima tendência política, comenta a notícia com as seguintes palavras em alemão : "Na, na !" expressando assim as suas dúvidas : "mas é ?".

Ao mesmo tempo, os moradores de São Bento do Sul apresentam à Direção da Colônia um "memorandum" em forma de ultimato : a) enviar imediatamente um funcionário da Direção da Colônia a São Bento para mandar consertar tôdas as estradas do Município, que se achavam em péssimas condições de conservação ; b) enviar um médico e um farmacêutico, por conta da Sociedade Colonizadora, e construir um Hospital em São Bento.

A falta de iniciativa, por parte da Direção da Colônia, estava sendo criticada na imprensa e até na Assembléia Legislativa na Capital, quando o deputado Frederico Lange (liberal) entrou em discussão aberta com o Sr. Frederico Bruestlein (conservador) sôbre

Doutor Adolfo Wellerdorff Juiz de Paz e Vereador da Camara Municipal.

Bruno von Frankenberg Ludwigsdorff Juiz de Paz e vereador da Camara Municipal

Augusto Rosenowitz, negociante da Colonia

Francisco Gross ... e subdelegado ...

Ottomar Doerffel ... vereador da Camara Municipal

Ernesto Antonio, Marceneiro

Carlos Lange negociante e ... Juiz de Paz ... da ...

João ... negociante e Vereador da Camara Municipal, Representante da Comunidade da Colonia

Jorge ... commerciante

... Ponta e Ferreira ...

Mathias Müller Negociante

Eduardo Trinks negociante

Julius Schlemm negociante

Mathias Engel negociante

Doutor Carlos ... Medico da Colonia

Hugo Delitsch ...

Hermann August ... negociante

... Carlos Boegershausen parocho catholico

Carlos Fernando Seidler Negociante

Fernando Trinks Negociante

... Negociante

Rudolf Müller Padeiro

Carlos ... Ferreiro

Ulrich Conrad Negociante

Guilherme Baecker, Typographo.

Carlos Ost

Guilherme Hill Typographo

Augusto Richter, Latoeiro

Henrique ... Ferreiro

Augusto Stahl Carniceiro

Augusto ... Charuteiro

...

Henrique Tiffner Serralheiro

Frederico ... Negociante

Friedrich ... Marcineiro

Henrique Grahl marceneiro ...

Carlos ... Cerbaria e Negociante

... negociante ...

Carlos Metzger negociante

... Carlos ... Cortume

Bernhard Joach. Poschaan

possuidor d'um ingenho de assucar á vapor, premiado com a Medalha de prata na 2da Exposição National

Bernardo Joaquim Poschaan junior Juiz de Paz mais votado e Vereador eleito da Camara Municipal de Joinville.

Carlos Birckholz Charuteiro

Carl ... fabricante de Instrumentos

Chr. Kieper Carpinteiro de carros

Carlos Christoffel selleiro

Roberto Hoffmann, Photographo.

... fabricante de Sabão e velas

Carlos ... Tapeteiro

Jacobo Müller relojoeiro.

Fernando Roynez Marceneiro

Friedrico ... Pedreiro.

Friedr. ... Mineiro.

Guilhermo Werner, ...

Frederico ... Funileiro

Peter Martens Torneiro

Francisco ... Negociante

Henrique Borchert Marceneiro.

Julius ... Selleiro

O Brazileiro ...

... Francisco ...

Otto ... Juiz de ...

Ottocar Doerffel, Consul da Prussia

...

Alberto Bettoni ..., architecto da Direcção

João Henrique Kinder, Agente do Correio

Max ... Procurador da Communidade colonial

Dr. Wigando Engelke, medico ...

... do ... Commando Superior da ...

G. N. ... Subdelegado da ...

Emil Müller, Director de um Collegio de meninos ... Presidente eleito da Camara Municipal da Villa de Joinville.

Max Oswald Unger Padeiro.

Heinrique Schultz Sabateiro

August Frehse Cordoeiro

Aug. Otto Müller, Alfaiate

Emil König Sapateiro

Heinrich Jürgens Alfaiate

Carlos ... Sapateiro

Guilherme ...

Augusto Stendel Carniceiro

Christian Moritz ... Marceneiro

Carlos ..., Mestre de ...

Daniel Schwarthau Carpinteiro de Carros

Guilherme Friederico Hesling

Arte de ... de fabrica ...

Carlos Friedrich Jahn

Friedrich ... Charuteiro

... Carpinteiro de Carros

Friedrico Schmidt Alfaiate

Heinrich ...

Henrique ...

o desleixo da Sociedade Colonizadora para com os colonos de Dona Francisca.

Frederico Lange, que durante tantos anos serviu como feitor da Serraria do Príncipe, intensificou as suas atividades políticas quando foi vendido o estabelecimento no Rio da Prata, em fevereiro de 1889.

Em virtude destas reclamações, a Sociedade Colonizadora em Hamburgo enviou, em junho de 1889, uma comissão composta dos Srs. Carl Fabri e Dr. F. Wohltmann, para inspecionar a Colônia e apresentar em seguida um Relatório minuncioso sôbre a situação econômica e financeira de Dona Francisca.

O resultado das investigações, realizadas em julho e agôsto pelos dois enviados de Hamburgo, determinou a suspensão dos serviços do Diretor Frederico Bruestlein.

Dúvidas, entretanto, não restam quanto à honestidade da Direção da Colônia. Houve, sem dúvida alguma, imprevidências a lamentar, acarretando um desequilíbrio e choques inevitáveis entre os interêsses da administração e as necessidades dos imigrantes. Bruestlein, quando assumiu a direção da Colônia, apesar das grandes responsabilidades que recaíam sôbre os seus ombros, como representante do Príncipe de Joinville e do Duque d'Aumale, teve a sua atenção constantemente voltada para os problemas que surgiam, além das lutas que teve de tratar para vencer as inúmeras dificuldades com problemas financeiros e, nos últimos tempos, da pilitica-gem atuando contra a sua administração e sua vida particular.

Meticuloso nos seus trabalhos, rigoroso na prestação das contas, foi Bruestlein indiscutìvelmente um homem honesto, na mais severa acepção da palavra.

Perdeu a Colônia nesse ano de 1889 duas personalidades de grande conceito : a 18 de maio faleceu o velho Pastor Georg Hoeltzel com a idade avançada de 72 anos. Durante 23 anos prestou assistência religiosa à Comunidade de Joinville, com o seu espírito de tolerância, deixando a Colônia num ambiente da sadia ordem moral.

A 16 de setembro, expirou Carl Wilhelm Boehm, proprietário

BIBLIOTECA PÚBLICA

do "Colonie-Zeitung". A sua morte veio abrir uma profunda lacuna no seio de seus inúmeros amigos. O estabelecimento comercial e a tipografia continuam sob a orientação da viúva Alwine Boehm e do filho Otto Boehm.

Vieram, então, os dias identificados nas instituições democráticas proclamadas a 15 de Novembro.

Manoel Correa de Freitas e Alfredo Esteves foram os iniciadores do partido republicano em Joinville, principalmente Correa de Freitas, que era, por assim dizer, um fanático, tanto propagou a idéia e fundou clubes republicanos em vários lugares da Província. Em Joinville, os republicanos eram Ernesto Canac, Victorino Bacellar, Jean Bauer, Ignacio Bastos, Heinrique Jordan, Alexandres Regis, Otto Boehm, Capitão João Evangelista Leal, Adolfo Gelbcke, Adriano Schoondermark, Bernhard Bemba, Pedro Torrens, Carlos Reu, Aristides Barros e outros, afora a mocidade que ainda não exercia direito eleitoral.

Em São Bento, o partido tinha Líbero Guimarães, Mário e Octavio Lôbo, Filgueira de Camargo, Alberto Malschitzky, Luiz Brockmann, Guedes, Pedro Pereira, Kaminski, Francisco Maximiano, João de Abreu, Dr. Phillip Maria Wolff e tantos outros, que constituíam quase a maioria absoluta do eleitorado de São Bento.

Sob a chefia do Capitão Leal, o partido mantinha em Joinville um Jornal, "O Sul". O artigo de apresentação foi escrito pelo Dr. Luiz Gualberto, a 11 de agôsto, e revela o programa: "Combatendo pelos puros principios republicanos, sem odios, sem paixões, sem interesses, senão os que decorrem de integridade da Patria, hoje ameaçada pela centralisação monarchica, enceta este semanario a sua publicação".

A propaganda seduzia poderosamente, e muitos conservadores e liberais de responsabilidade já não escondiam as suas simpatias pelo nôvo partido. Na última eleição para deputados provinciais, o decréscimo da votação conservadora indicava o arrefecimento do partido e os liberais, apesar do poder, não tiveram aumento de votação, o que indicava a confissão de simpatia pelos republicanos.

Em princípios de novembro, Ignacio Bastos recebeu de Alfredo Esteves, então no Rio, uma carta reservada, em que lhe dizia que

alguma coisa se tramava para ser proclamada a República, a estalar no dia 11 em diante.

A 15 de novembro, o telegrafista Ignacio Bastos, indo trabalhar no aparelho telegráfico ligado para a estação de Morretes, às 6 horas da tarde, recebia a boa nova em forma de uma comunicação do nôvo Govêrno Republicano, para ser transmitida para o Sul. Era um telegraam oficial assinado por Quintino Bocayuva, Comunicando a proclamação da República e a formação de um Govêrno Provisório.

Ignacio Bastos foi então procurar Victorino Bacellar, que soube estar no escritório de Ernesto Canac, na Rua do Príncipe, esquina da Rua Cachoeira (hoje Loja Madison). Entre os três repetiram-se frenéticos abraços e combinaram: ir Bastos previnir Leal, Boehm e Bemba; Canac prevenira Jordan, que devia mandar carro buscar Jean Bauer na Estrada da Serra (Bom Jesus); mandaria comprar foguetes e fazê-los estourar na sua casa (hoje Praça do Correio); Victorino Bacellar avisaria os outros amigos para às 7 horas estarem em casa de Canac, onde todos celebrariam o auspicioso acontecimento. Bacellar, feitos os avisos, foi à casa de Celestino e ali estêve até depois das 7 horas, quando a notícia começou a circular de bôca em bôca. Os republicanos, impacientes, por influência do Capitão Leal, queimaram os primeiros foguetes em frente ao Hotel "Ipiranga", onde já havia muita gente reunida. No mesmo instante rompeu a foguetada da casa de Canac.

Celestino perguntou a Bacellar: "Que foguetes são êstes?" "A República no Brasil!" respondeu Bacellar, abraçando-o e comunicando-lhe a boa nova. Daí a pouco, a casa de Canac e tôda a rua estava cheia de gente.

Entre "Vivas" à República, esgotaram-se muitas garrafas de champagne e finos vinho do Pôrto. No dia seguinte, chegou de Itapocu Alexandre Regis. O Capitão Leal assumiu o cargo de Delegado de Polícia. Os Conservadores trataram de fazer a sua adesão ao nôvo regime; Machado da Luz e Antônio Sinke, de carro , andaram a convidá-los para se reunirem no dia 17, sob a presidência do Ten. Cel. José Celestino. Choviam telegramas, e todos, sinceramente ou não, abençoavam a República!

As recordações acima, transcritas de uma velha edição do "Commercio de Joinville" de 1905, finalizam com a seguinte obser-

vação do seu autor, que se ocultava sob o pseudônimo de "Petronius":

"Hoje, que a República está feita, é que muita gente a destrata.

"Tenho ouvido republicanos dizerem : — Esta não é a República que sonhei ! Pois é a que sonhei eu. Ella me saiu tal qual a imaginei. O que me não saiu direito foram os homens. Olhem que sempre aparecem cada republicanos, que me faça o favor !

"A República está feita e muito bem feita : conservemo-la e para a termos coom sonhavam os idealistas, formemos bons republicanos, patriotas e desinteressados. Um govêrno celestial só feito por anjos !" (5)

Chegou o primeiro telegrama do Destêrro, a 17 de novembro, às 10 horas e quinze minutos, com a seguinte mensagem : "Club Republicano forças militares terra e mar, povo acabam constituir governo provisorio composto Cel. Rego Barros, Dr. Bayma, Raulino Horn, que neste momento receberam governo ex-Presidente com adhesão geral. Governo Provisorio Estado S. Catharina adherio governo Republica Federal'.

O último Presidente da Província, Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, empossado a 19 de julho de 1889, entregou a Presidência da Província, que passou a denominar-se "Estado", ao Govêrno Provisório, instalado a 17 de novembro e composto dos seguintes cidadãos : Cel. João Baptista do Rego Barros, Dr. Alexandre Bayma e o farmacêutico Raulino Julio Adolpho Horn.

A Câmara Municipal de Joinville, reunida a 18 de novembro em sessão ordinária, resolveu, por unanimidade de votos, aderir ao Govêrno Provisório do Estado de Sta. Catarina.

Terminou, assim, a Monarquia em Joinville . . .

---

(5) *"Commercio de Joinville"* - (Museu Nacional de Imigração e Colonização - Joinville).

CAPÍTULO XI

Emancipação. 1890 - 1900.

Criação da Intendência Municipal. — Sociedade Industrial (1891). — Fogo em Joinville !. — Água encanada. — O Corpo de Bombeiros Voluntários. — Diligência a São Bento. — A revolução (1893 - 1894). — Superintendente Frederico Bruestlein (1895). — Contrato da Soc. Colonizadora e Govêrno Estadual. — Concessão de terras. — Reação do Cel. Jourdan. — Questão Jaraguá. — Clube União Joinvillense (1896). — A Sociedade Colonizadora Hanseática (1897). — Obras da Intendência em 1898. — Política e eleições. — G. A. Richlin (1899). — A "Lyra". — Preparativos para o cinqüêntenário. — Fim da Crônica.

Ainda ecoavam no meio da pequena cidade os comentários sôbre os acontecimentos políticos, quando, a 23 de dezembro, chegou a Joinville S. Excia. o nôvo Governador do Estado de Sta. Catarina, Dr. Lauro Severino Müller, acompanhado do seu secretário e ajudante Arthur Boiteux.

Cumprimentado pelo Presidente da Câmara Municipal, Sr. Frederico Bruestlein, pelo Vigário Carlos Boegershausen e pelas autoridades, S. Excia. desembracou do vaporzinho da "Empreza de Navegação, o "Da. Francisca", e dirigiu-se à residência do Sr. E. Canac, sendo festivamente recebido pelos membros do "Clube Republicano".

Começou o ano de 1890 com a dissolução da Câmara Municipal de Joinville, em sessão extraordinária, de 15 de janeiro, sendo demitido da presidência o Sr. Frederico Bruestlein. Criou-se na mesma sessão a "Intendência Municipal", sob a direção do Sr. Ernesto Canac e 7 membros, conforme Resolução do Govêrno do Estado Federal, de 8 de janeiro de 1890. Eram "Intendentes" os Srs. F. Bruestlein, Victorino de Souza Bacellar, E. Kumlehn, F. Rogner, João Eugenio Moreira jnr. e H. Jordan.

No meio destas agitações, partiu o Sr. Carl Fabri, membro da Direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, de volta à Europa, para iniciar as remodelações da Sociedade, baseadas em estudos locais realizados em 6 meses.

A atenção pública estava voltada para as grandes inovações do nôvo Govêrno Federal, a "Grande Naturalização", a "Liberdade das Crenças", com a separação da Igreja e do Estado, a "acclamação do generalíssimo Marechal Deodoro da Fonseca", o "Regulamento Eleitoral", conforme Decreto de 8 de fevereiro de 1890, e, finalmente, o "Cazamento Civil" em cartório.

Apesar de o Decreto 181, de 24 de janeiro, que estabeleceu o casamento civil na República já ter tido início no Brasil a 24 de maio, não se havia efetuado nenhum casamento civil em Joinville até o dia 12 de junho de 1890, quando aqui se realizou o primeiro registro civil, sendo nubentes o cidadão Otto Bernardo Leonardo Parucker e Sra. Mathilde Henriqueta Luisa Richlin.

A 16 de maio, veio o nôvo pastor protestante para a Comunidade Evangélica de Joinville na pessoa de Heinrich Koetter.

Surgiram em junho e julho para as firmas comerciais joinvillenses novos problemas no transporte e beneficiamento da erva mate. A estrada Dona Francisca, como escoadouro do produto da zona Sul do Paraná, estava sendo interrompida por barreiras fiscais do Paraná, que cobravam tributos de 3% sôbre o valor da mercadoria. Reuniram-se no Salão Berner os chefes das firmas mais atingidas pelos novos impostos. Em defesa dos interêsses comuns, os adversários políticos envolvidos no partidarismo local se entenderam bem e enviaram telegramas e ofícios de protesto ao Governador Lauro Müller, para pedir a resolução definitiva da Questão de Limites.

Já duas semanas após o recebimento das reclamações, o Dr. Lauro Müller, a 17 de julho de 1890, dirigiu-se pessoalmente a São Bento, para se inteirar dos acontecimentos na divisa entre os dois Estados.

Houve nessa ocasião cenas de revolta dos moradores da região, que se armaram para invadir o pôsto Fiscal, sòmente não havendo vitimas a lamentar, em virtude da fuga do pessoal da barreira alfandegária, inclusive os soldados ali estacionados.

Em setembro ocorreram as primeira eleições, vencendo — como era de esperar — os candidatos do Partido Republicano. Para deputados os contemplados foram Dr. Lauro Müller, Felipe Schmidt, Dr. Coutinho e Sr. Campos.

Nesse mesmo ano, em novembro fundou-se a "Sociedade Industrial Catarinense", sendo largamente beneficiada sob a forma de isenção de impostos e tributos estaduais, com capital inscrito de 500 contos de réis. Seus principais acionistas eram Ernesto Canac, Abdon Baptista e Procópio Gomes d'Oliveira. O Edital dos Estatutos da Sociedade foi publicado na imprensa, a 7 de dezembro. Tornou-se o empreendimento comercial um dos maiores fatores financeiros (e políticos) do Norte-Catarinense. A sua influência transpunha os limites do Município, com numerosas filiais e foi, no seu tempo, a maior potência do comércio da erva-mate.

Por Edital, o Govêrno Estadual comunica a incorporação de tôdas as terras dotais do Conde d'Eu e Princesa Isabel no Patrimônio Nacional. Como último acontecimento de 1890, devemos mencionar os festejos do lançamento da pedra fundamental da tôrre da Igreja Evangélica na Rua Cachoeira, a 14 de dezembro. Nos fundamentos o Pastor Koetter depositou uma urna de cobre, contendo documentos da época, principalmente os decretos relativos à separação de Igreja e Estado e dos acontecimentos republicanos no Brasil.

Já em janeiro de 1891 começaram as atividades políticas em Joinville. Pelo Partido Republicano, em reunião realizada a 8 de janeiro, foram escolhidos os Snrs. Ernesto Canac e João Paulo Schmalz como candidatos a Deputados Gerais A campanha eleitoral tomou vulto com polêmicas publicadas na imprensa local entre os partidos: os republicanos, os da "União Federalista" e, finalmente,

os do "Progresso", partido composto na sua maioria de elementos liberais.

O resultado do pleito, porém, realizado a 8 de março de 1891, mostrou, o seguinte resultado : Partido Republicano : Ernesto Canac, João Paulo Schmalz. Partido União Federalista : Fernando Hackradt. Partido Progresso : Henrique Walter, Jean Bauer.

Nesse mesmo mês de março inaugurou-se a primeira Agência bancária em Joinville, sob a direção do Sr. Ernesto Canac : O Banco Industrial e Construtor do Paraná.

Em abril, a Superintendência Municipal resolveu empregar o saldo existente em sua Caixa, na construção de uma praça do Mercado, ficando, porém, em dúvida e muito discutido o local escolhido, pois tratava-se das terras lodosas, à beira do Rio Cachoeira, pertencentes aos Srs. Karl Kumlehn e Frederico Bruestlein.

Sábado, dia 4 de julho, a monotonia pacata de Joinville foi quebrada pelos gritos ... Fogo !. A cidade ficou iluminada com as chamas que irrompiam do rancho anexo ao estabelecimento comercial de G. B. Trinks na Rua do Meio. Acorreu grande massa popular, iniciando a tarefa difícil de isolar o incêndio e salvar os livros fiscais, o cofre de aço e diversos móveis do escritório da firma Trinks. Formando filas, a população fez correr baldes de água de mão em mão. Mesmo assim, o prejuízo foi considerável.

Já dois dias após a publicação no "Colonie-Zeitung", de acontecimento tão impressionante, formou-se uma comissão para angariar meios financeiros destinados a aquisição de uma bomba e demais petrechos de combate a incêndios no futuro. A Sociedade Ginástica tomou a inciativa, convocando a população para a subscrição e organização de um Corpo de Bombeiros Voluntários. Logo em seguida a redação do "Colonie-Zeitung" viu-se recebendo contribuições para "a compra da bomba".

A última resolução da primeira Intendência Municipal de Joinville consistiu na publicação do edital sôbre a ligação de água encanada para casas particulares, assinado por Ernesto Canac.

A 1.º de setembro, ocorreu a eleição para os novos Intendentes, Superintendente e Juízes de Paz. Obteve maioria de votos o Sr. Eu-

genio Schmidt, para Superintendente (hoje Prefeito), e o Sr. João Paulo Schmalz, para Vice-Presidente de Conselho da Intendência. Para Juízes de Paz foram eleitos Jean Bauer e Procópio Gomes d' Oliveira.

Em demonstração de protesto contra a demissão do então Agente do Correio, Snr. G. A. Richlin, decretada em virtude de denúncias falsas (diziam êles) espalhadas por Alexandre I. Regis e Ignacio Bastos, o povo de Joinville endereçou ao Inspetor Geral no Rio de Janeiro, Dr. Betim Paes Leme, um telegrama, em forma de abaixo-assinado com 689 assinaturas.

O caso tomou proporções alarmantes quando o Govêrno Federal, no Rio de Janeiro, declarou nulo o contrato firmado com o representante da Sociedade Colonizadora, a 28 de junho de 1890 (Decreto N.º 528). Êsse contrato, assinado a 31 de julho por C. Fabri no Rio de Janeiro, abrira novas perspectivas à crescente imigração para a Colônia Dona Francisca ; pelo § 5.º, o Govêrno Federal vendia à Sociedade Colonizadora 400.000 hectares de terras devolutas entre São Bento, Blumenau e Lajes, pelo preço unitário de 1$033 por hectare ; e pelo § 6.º, o Govêrno Federal garantia o reconhecimento dos contratos firmados entre a Sociedade e o Conde d'Eu, em relação às terras dotais no Vale do Rio Itapocu.

A declaração de nulidade do dito contrato pelo Govêrno Federal, a 20 de novembro de 1891, coincidiu com os acontecimentos políticos no Rio de Janeiro em princípios dêsse mês : a dissolução do Congresso Nacional e a posse do então Vice-Presidente General Floriano Peixoto, a 23 de novembro.

Terminou êsse ano tumultuoso com a abdicação do Governador Lauro Müller, em virtude do movimento revolucionário dos dias 26, 27 e 28 de dezembro, assumindo o Major Firmino Lopes o Govêrno de Sta. Catarina.

A 19 de janeiro de 1892 foi nomeada pelo Govêrno Federal a nova Intendência Municipal de Joinville, sendo o seu Presidente o Sr. Abdon Baptista e Conselheiros os Srs. Antônio José Ribeiro, Heinrich Haensch, Heinrich Walter, Johann Schroeder, João Colin, Gottlieb Stein, Henrique Stoeterau e Bernardo Bemba.

Em 15 de fevereiro, chegaram a São Francisco do Sul, os sinos para a tôrre, em construção, da Igreja Evangélica. A subscrição para a aquisição rendeu em um ano 2:400$000. No mesmo mês de fevereiro, dia 29, tomou posse o nôvo Governador de Sta. Catarina, Tenente Manoel Joaquim Machado, a título provisório.

A falta de moedas divisionárias em Joinville vinha criando sério problema para o comércio da cidade. Os negociantes passaram então a imprimir pequenos vales de papelão, com o nome do estabelecimento comercial e o valor da unidade. Em edital fixado nos lugares mais freqüentados, o "Commissário de Policia", Sr. Arnold Grossenbacher, publicara que, "sendo isso proibido pela Lei, emitindo a pretexto de falta de troco Vales do valor de 200 a 500 réis, que pune com a multa de quadruplo do valor de cada um que fôr emittido, a qual recahirá integralmente tanto sobre o que emittir, como sobre o portador, previne aos que assim estão procedendo que não façam, sob pena de multa".

A 14 de abril foram convocados os eleitores, para o pleito dos "Cidadãos que tem de compôr a Assembleia Constituinte do Estado" e para "refomar a Constituição, promulgada pelo Govêrno decahido".

O resultado da eleição, a 26 de abril, não surpreendeu a ninguém : venceu o Sr. Abdon Baptista por grande maioria, seguido por Silva, Bayma, Elyseu Vargas e Liberato.

Pela primeira vez a febre amarela invadiu Joinville nesse ano de 1892, fazendo vítimas entre a população do pôrto de Joinville e São Francisco.

Por êsse mesmo tempo, o Correio de Joinville mudou-se da Rua da Água (hoje Rua Abdon Batista) para o escritório de Ernesto Canac, na esquina da Rua do Príncipe e Rua Cachoeira (hoje Princesa Isabel). Em edital publicado na imprensa local, foi readmitido como Agente do Correio o Sr. Gustavo Richlin, que, injustamente, 8 meses antes, fôra demitido pelo então Vive Governador G. Richard.

O Sr. Richlin não aceitou o cargo, que passou então para o Sr. Henrique Jordan. O Agente interino, Sr. Machado da Luz, foi nomeado Coletor de Rendas.

Na noite do dia 23 de junho, "um pavoroso incendio destruiu em pouco tempo o estabelecimento e a residência do nosso prestimoso e honrado concidadão Henrique Walther, reduzindo a cinzas a casa

comercial e seus haveres, inutilizando o engenho de araruta e tapioca, ficando o Sr. Walther luctando com a miséria para sustentar a sua numerosa família. É pois, o brado à caridade que se implora á favor da desgraçada sorte de Walther. Os abaixo assignados constituiram-se em comissão, abrindo uma subscrição e convidando o povo de Joinville para uma reunião no salão Berner para quarta-feira, dia 29 de junho às 7 horas da noite, para criação de um "Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville".

> Joinville, 27 de junho de 1892. Frederico Hudler, Wassermann, João Colin, Gottlieb Stein, Alexandre Schlemm, Jorge Trinks, Otto Parucker, Miguel Vogelsanger, Otto Boehm, August Urban, Otto Gelbcke".

Com efeito, a 29 de junho reuniram-se no salão Berner os membros da comissão acima nomeada, acompanhados por grande massa popular. Resolveu-se nesta noite a criação do "Corpo de Bombeiros Voluntários" e nomeou-se uma comissão composta de 7 pessoas para elaborar os Estatutos da Sociedade e convocar em seguida nova reunião. Foram nomeados os Srs. Friedrich Stoll, Loos, A. Uhlemann, E. Wassermann, F. Hudler, O. Schwarz e Doehler.

Reuniram-se os membros da comissão novamente a 13 de julho no local Berner, para eleição dos elementos definitivos da organização. Foram eleitos o Sr. Victor Müller, Comandante; Sr. O. Schneider, Vice-Comandante; Srs. E. Wassermann, O. Delitsch, A. Schlemm, O. Boehm e E. Loos, sócios.

Na reunião Geral, a 27 de julho, no mesmo local, constituíu-se a Sociedade, sendo eleito para tesoureiro o Sr. Delitsch, secretário, o Sr. Schlemm; e chefe do almoxarifado, o Sr. E. Wassermann.

Na seguinte reunião, a 1.º de agôsto, o Sr. Abdon Baptista, em nome da Intendência Municipal, apresentou a quantia de 2:100$000 para a aquisição de uma bomba e o material necessário, ficando, porém o equipamento pessoal e uniforme, por conta particular de cada bombeiro.

A 13 de setembro de 1892, o Sr. Alexandre Schlemm inaugurou a sua nova tecelagem e malharia. Existiam agora em Joinville as seguintes indústrias de tecidos : desde 1881 a firma C. Doehler; a firma Jarschel, no Bruedertal; as malharias de O. Kaiser, Schuhmann, na Rua do Meio e Altmann, na Estrada Itinga.

Enquanto se discutiam os assuntos ligados ao Corpo de Bombeiros, irrompeu na noite de 15 de julho um incêndio a bordo do vapor "Babitonga", avariando a máquina e parte do casco.

Em novembro, ocorreram novas eleições para Vereadores e Juízes de Paz, sendo os mais votados os Srs. Abdon Baptista, Antonio José Ribeiro, Oskar Schneider, H. Walter, I. Schroeder, H. Haensch, G. B. Trinks, O. Boehm e Antonio Sinke. Para Juízes de Paz: Procopio Gomes d'Oliveira, Jean Bauer, Francisco José Ribeiro e Gustav Richlin. Parece que o eleitorado estava cansado de tantos chamados às urnas, pois sòmente compareceu um têrço dos eleitores.

Os últimos acontecimentos de 1892 — a inauguração da tôrre da igreja evangélica no dia 18 de dezembro, a chegada do nôvo Juiz de Direito, Dr. Antero Francisco de Assis, os editais publicados na imprensa local pelo Chefe da Comissão de Terras e Colonização de Blumenau, Dr. Hercilio Pedro da Luz, anunciando o início da colonização em Jaraguá, estavam sendo comentados pelos joinvillenses quando chegaram as primeiras informações de revoltas em Niterói, no Rio, e, alguns dias depois, as notícias sôbre os acontecimentos no Rio Grande do Sul, as incursões dos "orientais" Gumercindo Saraiva, Vasco Martins e Bernardino Costa Ribeiro com a sua soldadesca.

Nos primeiros dias de 1893, assumiu o cargo de Agente do Correio o Sr. Eugenio Schmidt, afastando-se Henrique Jordan por motivo de saúde.

A "Empreza das Diligencias" do Sr. Monich, aumentou as passagens Joinville-São Bento para 6$000 (ida e volta 11$000), alegando o alto preço do — milho.

Ao mesmo tempo, chegaram as primeiras notícias alarmantes da guerra civil no Rio Grande do Sul, entre republicanos e federalistas e mais um partido, os "dissidentes", sôbre os quais teciam-se os mais variados comentários. O Sr. Abdon Baptista, declarando-se "federalista convicto", pede a sua exoneração de Deputado à Assembléia Legislativa, Presidente da Câmara Municipal, Delegado da Higiene, e Chefe do Distrito Escolar, em protesto aberto contra os atos arbitrários do Governador Tenente Machado.

Em meio a todos êsses acontecimentos, chega a primeira Diligência da Emprêsa do Sr. Monich, em viagem direta de Curitiba

a Joinville, a 16 de abril, sendo recebida festivamente. Levou o veículo, lotado com três passageiros e a mala postal — 7 dias e meio de viagem !

Domingo, dia 3 de setembro, os Bombeiros Voluntários realizaram o seu primeiro exercício, "com Cinto e Capacete", chefiados pelo seu Comandante Sr. Heinzelmann, no campo de esporte da Sociedade Ginástica. A bomba manual para extinção de incêndios, encomendada na Alemanha, ainda permanecia confiscada na Alfândega de São Francisco e, apesar dos esfôrços do Dr. Abdon Baptista, sòmente em dezembro do mesmo ano, e por despacho do Govêrno Estadual, seria desembaraçado o material importado, sem pagamento de direitos alfandegários.

A 12 de dezembro, então, com grande expectativa da massa popular que acorreu à Praça do Mercado, os Bombeiros fizeram uma demonstração pública do funcionamento da nova bomba. Um rancho velho no quintal da casa do Sr. Antonio Sinke, "pegou fogo" e em ação simulada as chamas foram apagadas em menos de cinco minutos. Serviu como fonte de água o chafariz existente no meio da praça (hoje Praça Lauro Müller). O jato de água da bomba alçançou uma altura de 25 a 30 metros. Ainda não possuindo um prédio próprio, os Bombeiros guardaram a sua bomba, o material e petrechos, no rancho da viúva Hasse, local da sede do Corpo de Bombeiros Voluntários.

As atenções gerais voltaram-se para os acontecimentos políticos e a "Guerra da Invasão". A 1.º de agôsto chegaram a Joinville telegramas vindos do Destêrro, com notícias alarmantes sôbre tiroteios entre federalistas e republicanos e a ocupação do Palácio do Govêrno pelo Dr. Hercilio Pedro da Luz. A participação de alguns blumenauenses nos acontecimentos do Destêrro estava sendo comentada e condenada pelos joinvillenses.

A fim de ser preenchida uma vaga na Intendência Municipal, realizou-se outra eleição para Vereador, sendo eleito João Paulo Schmalz.

A 5 de setembro de 1893, rebentou no pôrto do Rio de Janeiro a revolta da esquadra. Interrompeu-se a comunicação telegráfica e,

conseqüentemente, Joinville ficou durante um mês completamente isolado do resto do mundo. Correram boatos e rumores sem confirmação.

Uma quinta-feira, dia 21 de setembro, correu de bôca em bôca a notícia da entrada, no pôrto de São Francisco, de dois navios de guerra dos revolucionários. Imediatamente foram enviados mensageiros para alertar todos os colonos da redondeza. O corpo de Bombeiros, a Sociedade Ginástica e a Sociedade de Atiradores reuniram-se em defeza da cidade.

Com efeito, os dois navios insubordinados, o cruzador "República" e o navio frigorífico "Pallas", que conseguiram sair da baía de Guanabara, rumando para o Sul, entraram no pôrto de São Francisco, desembarcando um contingente de marinheiros que logo interrompeu a linha telegráfica.

Admitiu-se, com razão, que viria um destacamento militar para apoderar-se da Estação Telegráfica de Joinville, linha principal da comunicação Norte-Sul.

Nas suas "Recordações", o então sócio ativo do Corpo de Bombeiros, Sr. Alexandre Doehler, pintou um quadro realístico e pitoresco dos acontecimentos em Joinville nesses tempos revolucionários, traduzidos por N. Bachmann para o "Album Centenário de Joinville" :

> "Como não se sabia como os revolucionários se comportariam junto à população, o Presidente da Câmara, Dr. Abdon Baptista, pediu que garantíssemos a ordem e segurança, o que foi prometido. Nosso Comandante de Bombeiros. o Sr. Felix Heinzelmann, dispôs imediatamente sôbre guardas e patrulhas. Juntamo-nos, em menos de 10 minutos, cêrca de 40 homens uniformizados, em frente ao prédio da Diretoria da Sociedade Colonizadora. Com o escurecer colocaram-se também guardas junto ao Rio Cachoeira. As 11 horas da noite, os guardas deram sinal da chegada do vaporzinho "Dona Francisca" e uma pinaça a vapor do cruzador "República", ambos ocupadas militarmente. Nosso Comandante fêz-nos formar em linha. Também se encontrava aí um grande número de nossos concidadãos.
>
> "O presidente da Câmara, Sr. Abdon Batptista, perguntou en-

tão o oficial da guarnição qual a finalidade desta visita militar, e comunicou, ao mesmo tempo, que os moradores daqui estavam prontos para defender a vida e suas propriedades, caso houvesse excesso da parte dos revolucionários. Então o oficial, certamente diante de nossa atitude, declarou que tinha vindo com o intuito de tomar a Estação Telegráfica e que, de resto, desejava conquistar as simpatias da população e que haveria de respeitar as vidas e propriedades.

"Assim o oficial, acompanhado por três soldados, apoderou-se dos aparelhos telegráficos e partiu meia hora depois. Êste foi o nosso primeiro serviço".

Sem mala postal e sem o telégrafo, Joinville ficou a margem dos acontecimentos da Revolução. A 13 de outubro, o Dr. Abdon Baptista, que se encontrava em São Francisco do Sul, anunciava a chegada de 51 homens armados com uma "Mitrailleuse", (metralhadora), a bordo do "Pallas" vindos do Destêrro, para proteger Joinville contra a invasão de fôrças armadas procedentes de Curitiba.

Os Bombeiros e Atiradores foram alertados e começaram uns dias excitantes. O destacamento de 51 soldados recebeu alojamento na Casa de Recepção e os oficiais na Casa de Direção da Colônia.

Sábado, dia 29 de outubro, chegaram notícias de São Bento, de que um contigente sob o comando do General Argollo estava a caminho de Joinville para "libertar" a cidade dos revolucionários. E outra notícia do dia seguinte, anunciava a chegada do cruzador "República" no pôrto de São Francisco, e o desembarque de tropas para rechaçar o "inimigo" do planalto. Quarta-feira, dia 2 de novembro, desembarcaram dos dois vapores "Dona Francisca" e "Babitonga", uns 120 homens, entre êles 50 policiais e 30 marinheiros, sob o comando do General Piragibe.

Continuam as "Recordações" do Sr. Alexandre Doehler sôbre êsses acontecimentos :

"Primeiro êstes heróis tentaram o recrutamento à fôrça e detiveram vinte brasileiros. Mas enganaram-se. Segunda-feira se reuniram os Bombeiros, os Atiradores e os Ginásticos e resolveu-

se que o povo não comparticiparia desta Guerra Civil, não se permitiria o recrutamento forçado e, caso nossa neutralidade não fôsse acatada, sacrificaríamos bens e vida, sob a divisa : — Um por todos, todos por um !

"Aí os revolucionários cederam e libertaram os prisioneiros. Vieram, porém, dias mais pesados. Em reunião para tratar da segurança do Município, convocaram-se também representantes da população rural e os inspetores de Quarteirão. Combinou-se prestar auxílio mútuo. Designaram-se mensageiros a cavalo que iriam, em caso de necessidade, alarmar a população do campo.

"Logo ao pisar solo joinvillense, o Sr. Victor Mueller, secretário da Câmara Municipal, chamou a atenção do General Piragibe para o Sr. Felix Heinzelmann, nosso Comandante do Corpo de Bombeiros. Chamado à presença do General, o qual exigia que os Bombeiros, Atiradores e Ginásticos o acompanhassem em sua campanha contra o Paraná.

"O Sr. Heinzelmann respondeu francamente que êle era sòmente o Comandante dos Bombeiros e nada poderia prometer. Então o General exigiu resposta afirmativa até às seis horas ; já eram cinco horas. Em dez minutos estávamos trinta homens do Corpo de Bombeiros na praça da igreja e mais alguns Atiradores e outros cidadãos. Nosso Comandante mandou cercar a praça com guardas, para estar seguro contra um ataque de surprêsa. Neste ínterim, parte da tropa se espalhava na cidade e requisitava cavalos. Cavaleiros, munidos de lanças, galopavam pelas ruas. Entrementes, nosso Comandante conferenciava com os Atiradores e outros presentes sôbre como enfrentar a exigência do General Piragibe. Resolveram unânimemente não acompanhar a soldadesca e alarmar imediatamente a população rural, para garantir a segurança da cidade. Mandaram-se às pressas emissários montados para as Estradas Coloniais a fim de que se realizasse a divisa : - Um por todos, todos por um, enquanto o nosso Comandante se dirigiu ao General para transmitir-lhe a nossa resposta. Perguntei ao Comandante, o que deveríamos fazer, caso êle fôsse detido. Aí

êle muito sério indicou nosso Vice-Presidente, Sr. Friedrich Stoll, com as palavras : "Eis o vosso segundo Comandante !"

"Neste tempo, o Dr. Abdon Baptista tinha chamado a atenção do General Piragibe para o perigo a que se submetia, caso insistisse na sua intenção. Quando o nosso Comandante comunicou ao General a nossa resolução e disse que a população do campo já estava alarmada, e que em caso de necessidade teríamos mil homens à disposição, mas que estávamos prestes a garantir a ordem e segurança na cidade, caso retirasse sua ordem.

"O General impulsivo se satisfez e retirou a sua ordem; e determinou às suas tropas que respeitassem a vida e propriedade dos moradores, sendo fusilado quem não o fizesse. Aceitou grato a nossa proposta e transmitiu o comando ao nosso Comandante Heizelmann. Exigiu, além disto, a promessa de que não o atacaríamos pelas costas quando se retirasse.

"Nosso Comandante tomou logo as necessárias disposições. Em primeiro lugar mandou ocupar pelos Bombeiros tôda as entradas da cidade, para que a população rural não pertubasse a paz na cidade, durante a noite.

"Eu estive de guarda com mais quatro companheiros na Rua do Norte (hoje Rua Dr. João Colin) no açougue Stock. Meus camaradas foram Oscar Ravache, Otto Delitsch, Albano Schmidt Germano Hille. Era tempo, pois em diversas ruas já se achavam homens do campo prontos, à espera de um comandante.

"Durante a noite os postos eram fiscalizados pelos chefes, o nosso pelo Sr. Eugen Schmidt, pai do nosso camarada Albano Schmidt, o qual se tinha apresentado espontâneamente.

"As guardas duraram até as seis horas da manhã. Esta noite foi a prova de fogo do nosso nôvo Corpo de Bombeiros.

"O General Piragibe tinha o seu quartel general no Hotel Ipiranga, do Sr. João Antônio Correia Maia, na Rua da Água (hoje Abdon Batista), sede também da estação telegráfica. O acampamento das tropas era ao lado do Moinho de Mate do Sr. Abdon Baptista. Na hora da partida das tropas, marcada para às 9 horas da manhã, o nosso Corpo de Bombeiros tomou posição na esquina da Rua do Príncipe e Rua Cachoeira, por onde pas-

sariam as tropas. Pelas 9 horas vieram marchando. O primeiro Batalhão era constituído por soldados da marinha, tôda gente preta e muito desarranjada, em parte descalços.

"Logo que se aproximaram, soou de nosso lado o comando: Atenção ! Em forma !, enquanto o batalhão apresentava armas. Então nosso Comandante ordenou : à vontade !, e do outro lado veio a ordem : lança arma ! e então os soldados jogaram de nôvo as carabinas sôbre os hombros. Isto se repetiu na passagem de cada um dos batalhões, compostos de cinqüenta homens cada um. O segundo batalhão eram soldados da polícia do Destêrro, que estavam melhor arrumados. Depois vieram as tropas de linha que estiveram de guarnição aqui do 17.º e 25.º batalhão de linha, que passaram para os revolucionários. Depois passou um grupo composto principalmente de brasileiros, poloneses, mulatos e alemães capturados. Esta gente se achava muito deprimida. Agora seguia o batalhão patriótico, que se tinha formado no Destêrro, parte a pé, parte a cavalo. Eram civis e traziam nos seus chapéus largas fitas vermelhas com a inscrição : Tudo pela Liberdade !

"No fim da tropa estava o General Piragibe, rodeado de seu Estado Maior, garbosamente montado no lindo cavalo prêto do Sr. Werner Riekes, administrador da Estrada Dona Francisca, cujos animais, ambos foram requisitados. O General mandou parar e despediu-se do nosso Comandante, sacudindo repetidas vêzes a mão e disse : - Entrego-lhe agora a segurança da cidade".

Assim a vanguarda do Exército Libertador seguiu contra o Paraná !"

Na mesma noite, o Comandante do Corpo de Bombeiros organizou uma guarda de segurança permanente, composta de 57 bombeiros, 28 atiradores e 20 voluntários.

O serviço de patrulhamento era duplicado em dias de maior movimento de tropas. Assim, a 23 de novembro chegaram, sob o comando de Serafim Castilho, apelidado "Juca Tigre", perto de trezentos gaúchos. Constituíram a vanguarda do General Gumercin-

do Saraiva. Durante a noite acamparam no cais do pôrto e houve então verdadeira migração no povo para ver os bravios filhos dos pampas, vestidos com bombachas e palas, em meio de mulheres e crianças, que mais parecia um acampamento de ciganos.

Em princípios de dezembro, passaram por Joinville o General Gumercindo Saraiva e seu irmão Aparício, com o grosso do exército revolucionário.

Prossegue o Sr. Alexandre Doehler :

"Eram cêrca de 500 homens. Foi uma azáfama no pôrto, quando o pessoal desembarcou com sua bagagem e munições. A comissão nomeada pela Intendência teve que tratar da alimentação e a tinha encomendada ao Sr. Gustavo Schossland, o qual sem demora forneceu dois grandes caldeirões com feijão prêto, carne, farinha e lingüiça. Era uma comida forte e nutritiva. Quando os soldados chegaram ao Hotel, verificou-se um espetáculo singular : já o primeiro grupo recusou a comida ao lhe ser oferecida ! Exigiam sòmente carne para churrasco e assim aconteceu com todos os grupos que se apresentavam para o almôço.

"Acamparam as tropas no pasto junto ao Moinho de Mate do Sr. Abdon Baptista. Proporcionaram um aspecto pitoresco, assim como os seus dois chefes e oficiais superiores, de bombachas, botas com esporas, espadas de arrastar, chapéus com uma faixa branca com a divisa : "Exército Libertador" ou uma fita vermelha com a inscrição : "Tudo pela Pátria". Filhos legítimos dos Pampas, gaúchos com pistola e faca na cintura, muitos orientais côr de oliva, expressões fisionômicas de criminosos, negros, mulatos. Viam-se poucas fardas militares, mas todos tinham pelos menos um facão, faca ou pistola, lança ou espingarda. Manter em respeito esta horda selvagem não era tarefa fácil. O General Saraiva tornou logo público uma ordem, proibindo atos de vandalismo.

"O nosso serviço de guarda era feito com rigor e as patrulhas foram reforçadas. A 26 de janeiro de 1894, Gumercindo Saraiva partiu com as suas tropas."

Para os colonos, a revolução trouxe prejuízos. Para o transporte dos homens, munição, bagagem e equipamento bélico, a Co-

missão Inspetora requisitou todos os carros e cavalos dos colonos. Os cavalos eram maltratados e tiveram que puxar as cargas serra acima até o Km. 61, Campo São Miguel, onde se deram os primeiros combates com a Guarda Nacional. Assim aconteceu que nos anos seguintes houve grande falta de cavalos na Colônia.

Com a partida de Gumercindo Saraiva e suas tropas, a revolução para Joinville estava pràticamente terminada e para a nossa história os futuros episódios entre os "maragatos" e "pica-paus", como eram chamados os federalistas e republicanos, pouco interessam.

A Comissão composta dos Srs. Antônio José Ribeiro, Otto Boehm, Oscar Schneider, H. Jordan, Trinks, Richlin, Schlemm, Francisco José Ribeiro., João Colin, Paulo Schmalz e João Schroeder, a partir de 26 de janeiro, efetuou um levantamento detalhado dos cavalos "emprestados" e desaparecidos e do valor dos mantimentos fornecidos pelos negociantes de Joinville aos revolucionários. Realmente, uma pequena parte foi indenizada pela Coletoria de São Francisco, a maioria, porém, perdeu seu dinheiro e tôda a esperança de reaver os cavalos.

Terminou o período revolucionário em Joinville. Em compensação vieram do planalto os doentes e feridos. A Escola Pública sob a direção do Vigário Boegershausen foi transformada em Hospital e uma comissão sanitária organizou o problema da alimentação e tratamento dos enfermos.

A 10 de abril, a Diligência do Sr. Monich recomeçou a trafegar entre Joinville e São Bento, aumentando a passagem de 6 para 7 mil réis - em virtude das péssimas condições da Estrada da Serra.

A 17 de abril, a capital de Sta. Catarina caíu em poder do Govêrno legal, sendo nomeado Governador o Coronel Antônio Moreira Cesar, a 22 do mesmo mês.

Também em Joinville a mudança teve a sua influência política com o afastamento do Sr. Abdon Baptista, Antônio José Ribeiro, H. Walter e H. Haensch, da Intendência Municipal, sendo substituídos por Antônio Sinke, João Colin, Guilherme Walther e Jacob Baumer, com Paulo Schmalz como Presidente da Câmara. Foi nomeado para Delegado da Polícia o Sr. Souza Lôbo e para Juízes de Paz os Srs. Gustavo Richlin, Frederico Bruestlein, Antônio José Ribeiro e Francisco Gomes de Oliveira.

Terminou, realmente, a revolução com o telegrama recebido do Destêrro pela nossa Estação Telegráfica, a 25 de abril de 1894 :

"Acham-se abertas as communicações telegraphicas para todos os pontos da União, excepto para o Est. do Paraná. Rio Grande pacificado. Governador recebeu communicação que o Governo Federal permitte livre pratica aos navios para portos norte e sul Republica".

Faleceu a 14 de maio, na idade de 62 anos, o velho colaborador e representante da Sociedade Colonizadora, o Sr. Frederico Lange, em viagem de Joinville para São Bento. Desde 1862, feitor da Serraria do Príncipe, no Cubatão, Lange dedicou-se à política, após à venda do estabelecimento em 1889, como liberal convicto, tornando-se em 1892, procurador e representante da Sociedade Colonizadora na Colônia.

Em meados de junho - finalmente - chegou a primeira mala postal do Rio de Janeiro, inclusive a correspondência desde outubro do ano anterior ! Aconteceu, assim, que o joinvillense sòmente então teve informação de que a Capital do Estado, por indicação do Desembargador Genuino Vidal, a 17 de maio, mudara de nome, chamando-se, de então em diante, "Florianópolis".

Comentava-se na cidade a volta do "Chefe da Estação Telegraphica", Sr. Ignacio Bastos, que, durante 10 meses, acompanhou as tropas revolucionárias no planalto. Ao mesmo tempo, o Sr. João Mueller inaugurou o seu nôvo "Hotel Mueller", na Rua Boussingault, prédio ainda hoje existente na Rua 3 de Maio, esquina da Rua Rio Branco. Para atrair a atenção do público, estava sendo exposto no salão do hotel o primeiro "Phonographo de Edison", invenção que, de certo, deixou muito colono boquiaberto.

A 28 de setembro, tomou posse o nôvo Governador eleito, Sr. Dr. Hercílio da Luz, e Vice-Governador o Sr. Dr. Polydoro de Santiago, e como Deputados : Lauro Müller, Felipe Schmidt, Paulo Ramos, Emilio Blum e Francisco Tolentino e Senadores : Tolentino e Gustavo Richard.

Lamenta o "Kolonie-Zeitung", de cujas colunas extraímos estas informações, a grande abstenção do povo nas urnas.

As quatro horas da manhã do dia 11 de fevereiro de 1895, os Bombeiros Voluntários foram alarmados pelo primeiro incêndio irrompido no 1.º andar da casa do Sr. Carlos Schneider, na Rua do Príncipe. Com verdadeiro heroismo, os homens lutaram contra o fogo, conseguindo apagar as chamas. Com o batismo de fogo, ficou demonstrada a eficiência da organização e a falta de Guarda Noturne e seguro contra fogo em Joinville.

A 2 de fevereiro, foi publicada no "Diário Oficial" a promoção na Guarda Nacional, dos seguintes cidadãos: Coronel-Commandante, Ernesto Canac; Capitães-Adjudantes de ordens, Mario de Souza Lôbo e Gustavo Richlin; Capitão-Assistente, o Sr. Gomes de Oliveira; e Major Cirurgião-mor, o Sr. Eugênio Schmidt; Tenente-Coronel, João Paulo Schmalz.

Em abril ocorreu as eleições para a Câmara Municipal, sendo votados o Sr. Frederico Bruestlein para Superintendente, e os Srs. Pedro Lobo, Ernesto Canac, Otto Boehm, Ferdinand Lepper, A. Kohlbach, M. Volgelsanger e H. Haensch, para Vereadores. Para Juízes de Paz, os Srs. H. Jordan, G. Richlin, Georg Trinks e Jean Bauer. O Sr. Haensch não aceitou o cargo, sendo substituído pelo Sr. Hudler. Para Presidente da Câmara, foi eleito o Sr. Pedro Lôbo.

Mais dois incêndios alarmaram o Corpo de Bombeiros: um na igreja católica, onde as velas do altar mor, incendiaram os enfeites de fôlhas secas, provocando pânico entre os presentes. Outro fogo irrompeu no Cartório do Sr. Machado. Com a presteza do comparecimento dos Bombeiros, cinco minutos e meio após o alarma, não houve prejuízos a lamentar, pois tratava-se apenas de incêndio insignificante, abafado com alguns baldes de água. Convidou em seguida o Sr. Sinke todos os 35 Bombeiros para tomar um chope no Salão Berner. Para finalizar os pequenos acontecimentos locais da cidade, devemos mencionar o lançamento da pedra fundamental, a 20 de junho de 1895, do prédio da Sociedade Ginástica e a construção da ponte de pedra sôbre o Ribeirão Matias, na Rua do Príncipe, interditando tôdo o tráfego, nessa artéria principal, durante semanas. Saíu a lume, a 1.º de julho, o primeiro número do "Joinvillenser Zeitung", tendo como proprietário e redator o Sr. Eduard Schwartz.

A colonização êsse ano de 1895, prometia receber nôvo impulso com o contrato firmado a 28 de maio do mesmo ano, entre o Govêrno Estadual e o representante da Sociedade Colonizadora, Sr. Carl Fabri, em Florianüpolis. Os principais pontos dêsse contrato, estabeleciam a cessão de 650 mil hectares de terras devolutas para introdução de colonos dentro do um prazo de 20 anos, nos lugares entre São Bento e Blumenau, Curitibanos e Lajes, além de outras localidades ainda a serem designadas até 1.º de janeiro de 1896. O preço era de 1$500 por hectare. As terras dotais do ex-patrimônio d'Eu no Vale do Rio Itapocu, seriam vendidas à Sociedade Colonizadora e razão de 2$000 por hectare, excluindo-se as terras já ocupadas por colonos estabelecidos e com títulos de propriedade. O Govêrno comprometia-se a não vender parte do ex-patrimônio do Conde d'Eu a outras pessoas.

A Sociedade Colonizadora devia pagar 30 contos de réis pelas terras do ex-patrimônio e 50 contos de réis pelas terras devolutas, em forma de sinal ou início de pagamento, no ato da assinatura do contrato.

Com a assinatura do nôvo contrato com o Govêrno Estadual (desde 1893 o Govêrno Federal transferira os assuntos coloniais do Ministério da Agricultura para as repartições dos respectivos Estados), o Sr. Carl Fabri vencia a luta travada desde 1889, quando, pela primeira vez, veio à Colônia Dona Francisca em missão especial, para investigar os motivos da crescente insatisfação dos colonos e das reclamações contra a Direção da Colônia.

Para conseguir a revogação da anulação do contrato com o Govêrno Federal em novembro de 1891, Fabri veio especialmente de Hamburgo, conseguindo um acôrdo com o então Ministro da Agricultura, Dr. Antônio Francisco de Paula e Souza, quando, inesperadamente, a revolução de 1893 interrompeu as conversações, obrigando Fabri a voltar, sem nada ter conseguido. Em 1894, veio novamente ao Brasil, entrando em entendimentos com o Governador Hercílio Pedro da Luz, conseguindo finalmente, a 28 de maio de 1895, estabelecer a base para uma imigração em larga escala.

Encontrou a concessão das terras do ex-patrimônio do Conde d'Eu para a Sociedade Colonizadora tenaz resistência por parte do Cel. Emilio Carlos Jourdan. Em panfletos e brochuras, acusava êle o Govêrno Estadual, a Sociedade Colonizadora, e, principalmente, a Câmara Municipal de Joinville "e certos mandões de Joinville, que roubaram e assaltaram a minha propriedade". Baseava-se Jourdan no contrato de compra firmado com o Conde d'Eu em 1881, sôbre 50.000 hectares na margem direita do Rio Itapocu, sendo pagos 10.000 hectares, conforme a sua declaração.

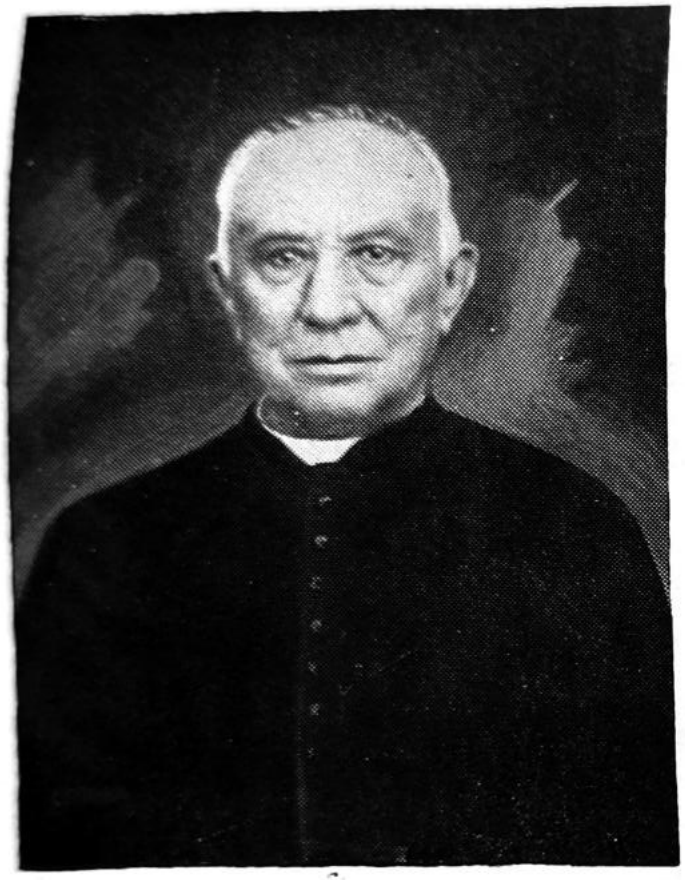
Criou-se verdadeira "Questão Jaraguá" e - não sabemos como - a concessão foi reconhecida pelo Governador do Estado, apesar do contrato firmado com a Sociedade Colonizadora. Assim, Jourdan conseguiu 10.000 hectares de "terras na margem direita do Rio Itapocu, para ali estabelecer colonos nacionais. Fica reservada uma área de 500.000 metros quadrados na confluência do Rio Itapocu e Jaraguá para a criação de uma cidade". No ato da assinatura da concessão, Jourdan deveria pagar 12 contos de réis, comprometendo-se a fazer a medição e demarcação por conta própria.

Jourdan encontrou logo nessa medição e demarcação das "suas terras", as maiores dificuldades, em virtude de concessionários estabelecidos nas mesmas terras com títulos anteriores à sua concessão. Finalmente, em fevereiro de 1897, o Govêrno Estadual mandou fazer as medições por intermédio da Repartição de Terras, Colonização e Obras Públicas, sendo designado o agrimensor Henrique Strohberger para o levantamento.

A 4 de fevereiro de 1897, Strohberger demarcou os primeiros lotes na área reservada para a futura cidade de Jaraguá.

A Câmara Municipal de Joinville recebeu em setembro um ofício do Governador do Estado, designando o dia 10 de novembro para eleições de Juízes de Paz para o distrito de Jaraguá, criado pela Resolução N.º 7. O resultado dêsse primeiro pleito, deu como eleitos os Srs. Victor Rosenberger - 20 votos, Friedrich Schmidt - 20 votos, F. Bandelow - 17, José da Silva Pôrto - 15, Ângelo Piazera - 10, e Estevão Rabello - 9 votos.

Em sessão da Câmara Municipal de Joinville, o pleito de Ja-



Rev. Carl Boegershausen, 1833 - 1906.
Vigário de Joinville: 1857 - 1906.

Johann Otto Louis Niemeyer, 1825 - 1873.
Diretor da Colônia: 1860 - 1873.

raguá foi anulado, alegando-se um pretexto insignificante. Já era a politicagem atuando diretamente sôbre a vida colonial.

Começou o ano de 1896 com um aumento brusco dos impostos municipais. Principalmente a zona rural, atingida pela majoração, revoltou-se contra a decisão da Intendência. A cobrança do nôvo "Impôsto sôbre a Renda" provocou o mais forte protesto da população, considerando o pagamento como bi-tributação, em virtude do impôsto sôbre o capital, em vigor. Tomou vulto o caso, com a interferência dos Srs. Schwartz, do "Joinvillenser-Zeitung", e do Vereador Hudler, que exigiam do Govêrno Estadual a cassação do mandato dos Vereadores.

A 4 de fevereiro de 1896, o Cel. Jourdan conseguiu do Governador Hercílio Pedro da Luz a renovação do seu contrato firmado em agôsto do ano anterior, que havia sido declarado nulo por falta de pagamento dos 12 contos de réis.

No mesmo mês de fevereiro, dia 24, o nôvo "Clube União Joinvillense", fundado a 22 de janeiro, inaugurou a sua sede na Rua do Príncipe, na casa do Sr. Klein, "em que foram discutidas as bazes da nascente sociedade". Realizou-se a primeira reunião no Salão Berner, com a presença do Sr. João Celestino de Oliveira e alguns amigos. Passou a historiar os últimos acontecimentos políticos que haviam perturbado o Sul da República e tinham "entre nós quebrado os laços da antiga harmonia e tolerancia entre adversarios politicos e que a luta armada, cavando odio e dividindo familias, tinham igualmente alterado as relações pessoaes, a ponto de afrouxar amizades e resfriar affectos".

Escolhido o nome de "Club União Joinvillense", foi eleita a diretoria provisória composta dos Srs. Ignacio Bastos - Presidente; Mario Lôbo - Secretário; e Emilio Stok - tesoureiro. Essa diretoria, tornada depois efetiva, teve como bibliotecário o Sr. Gustavo Richlin.

Assim se conservou o Clube, até que as paixões políticas, ressurgidas, determinaram a retirada de vários sócios, formando êstes um nôvo Clube sob o nome de "Club Republicano". Anos depois porém, com o congraçamento dos partidos políticos em 1906, efetuou-se, a 11 de fevereiro do mesmo ano, a fusão dos dois clubes, sob a denominação de "Club Joinville".

Em março, deixou o cargo de Agente do Correio o Sr. Eugênio Schmidt, sendo substituído por C. John. Ao mesmo tempo, a cidade foi alarmada com o falecimento de uma pobre mulher, no pôrto, constatando-se febre amarela. Isolando-se a casa e interditando qualquer trânsito no local, recusam-se os carroceiros a levar o cadáver para o cemitério. Compareceu então o Superintendente Sr. Frederico Bruestlein em pessoa, levando na sua própria carroça a defunta para o seu destino.

Em julho, o Cel. Jourdan apresentou ao Governador Hercilio Luz uma petição de 231 moradores do Itapocu, solicitando a anulação da Lei 998, de 1883, que anexou o patrimônio do Conde d'Eu ao Município de Joinville e pedindo a integração ao Município de Paratí.

As petições e resoluções do Congresso Representativo do Estado nessa questão do Jaraguá, costituem outro capítulo e não queremos ir além de uma simples referência.

Como último acontecimento dêsse ano de 1896, devemos assinalar a ligação telegráfica entre Joinville e São Bento. A 18 de novembro estêve em Joinville o "Chefe das Linhas Telegraphicas", Sr. Lossio von Seilbitz, para inspecionar o andamento dos obras. Nos primeiros dias de janeiro de 1897 foi inaugurada a ligação telegráfica.

A Câmara Municipal de Joinville, composta dos conselheiros Ernesto Canac, Otto Boehm, Pedro Lôbo, Etzold, Lepper, Paulo Schmalz, Eduard Krisch e com o Superintendente Sr. Frederico Bruestlein, votou, em sessão de 2 de fevereiro ,pela Resolução N.º 20, a autorização para contratar com o engenheiro Gustavo Probst, representante da Siemens & Halske de Berlim, a iluminação elétrica das ruas e estabelecimentos públicos desta cidade, pelo tempo de 50 anos. Na mesma sessão estabeleceu-se a construção de latrinas dentro do perímetro urbano "de maneira que seja absolutamente evitada a infecção e máo cheiro". Pelo § 2.º "fica adotado o sistema de tinas impermeáveis e portáteis. § 4.º Cada morador será obrigado a adquirir tantas tinas quantas precisas forem. As tinas serão de metal ou de madeira com uma capacidade de 40 a 50 litros, munidas de tampas".

"O Conselho lançará um imposto modico para a remoção. £

licito o emprego de outro systema de latrinas. Publique-se e cumpra-se".

Em Hamburgo constituíu-se, a 30 de março de 1897, a "Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft m.b.H.", conforme resolução tomada na sessão extraordinária dos acionistas da antiga "Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo", a 11 de janeiro do mesmo ano.

Transferiu a Sociedade Colonizadora tôdas as suas propriedades à Hanseática, inclusive a concessão dos 650 mil hectares de terras devolutas para uma futura colonização, contra um pagamento de 250.000 marcos, que deveriam ser empregados para saldar as dívidas da Sociedade com os maiores credores, como os Srs. Dollmann e C. Fabri.

Terminaram assim as atividades da Sociedade Colonizadora, que durante 48 anos dirigiu os destinos de milhares de imigrantes europeus na Colônia Dona Francisca. Assinou o têrmo de cessão o Diretor da Sociedade Colonizadora, Carl Fabri.

A "Hanseática", como era chamada vulgarmente, tinha como presidente o advogado Dr. Scharlach e o Diretor Geral da Cia. de Navegação "Nord-deutscher Lloyd", Sr. Dr. Wigand; o Diretor Geral da HAPAG, Sr. Ballin e da Hamburg-Sued o Sr. Ruperti, como maiores acionistas. Tratava-se, portanto, de um empreendimento puramente comercial das maiores companhias marítimas da Alemanha.

Na primeira sessão ordinária, a 15 de maio de 1897, foi eleito o Sr. Carl Fabri como Diretor da "Hanseatica" em Hamburgo.

Como procurador e Diretor da Companhia do Brasil, foi escolhida uma personalidade com vasta experiência na colonização : - o Sr. A. W. Sellin. Emigrou Sellin com 23 anos de idade para o Rio Grande do Sul, onde veio a exercer o professorado desde 1864, até a sua nomeação como Diretor da Colônia Nova Petrópolis. Em 1878, Sellin voltou para a Alemanha como escritor, redator e jornalista,

Chegou Sellin à Colônia Dona Francisca a 19 de agôsto de 1897, visitando em seguida tôda a zona da concessão. Constituíu-se nova direção da Companhia, nas pessoas de A. von Dieringshofen, Gieseke, Krisch, Weber e Doerk. Transferiu a Companhia a sua sede

de Joinville para a "Hansa", iniciando a colonização das áreas do Rio Hercílio, Rio Itapocu e São Bento, no total de 167 mil hectares. É, portanto, outro capítulo da colonização em Sta. Catarina e foge dos limites da História de Joinville.

A Intendência Municipal, sob a direção do Sr. Frederico Bruestlein, iniciou nesse ano de 1897 importantes obras no pôrto e nas margens do Rio Cachoeira. Contratou-se o Sr. Guilherme Koplin para escavações na formação de nôvo canal, "afim de evitar o acumulo de areias nas curvas salientes, que a não haver cuidado desde já, se tornarão em mangues em um futuro não muito remoto. Em primeiro lugar e com urgência deverá ser feito um canal atravessando a "Ilha da Cochoeira" no lugar da "Volta Grande". Essa escavação artificial, já iniciada em 1857 pelo Sr. Léonce Aubé, deveria ser feita em primeiro plano, para que se possa dar início à construção do Caes, lado direito do rio".

Fundou-se um Sociedade de "Embellezamento de Joinville" especialmente para "creação de um jardim público na praça denominada "do Mercado" (hoje Praça Lauro Mueller), melhoramentos de outros lugares públicos e adaptação e preparos de sitios, que offereçam bons golpes de vista". O Conselho Municipal resolveu votar a verba de 500$000 para a transformação da dita praça do Mercado. "Os cavalheiros, que formam a direcção desta sociedade, todos animados da melhor boa vontade e desejosos de ser uteis a nosso município, de certo transformarão em breve tempo o pouco attractivo lugar da praça em um bello jardim público".

Ainda se comentava o pleito realizado a 5 de dezembro de 1897, em que foram eleitos os deputados Gustav Adolph Richlin e Ignacio Bastos, quando, a 1.º de março de 1898, ocorreram as eleições para o Presidente da República, com a vitória do Dr. Campos Salles.

Em fim de março, no dia 26, faleceu na França a Princesa Dona Francisca. A sua filha, Princesa Francisca Maria Amalia, casada com o seu primo, Duque de Chartres, e o seu filho Príncipe Pedro Fili-

pe, Duque de Panthièvre tornaram-se proprietários do "Domaine Pirabeiraba" e "Domaine Dona Francisca".

Visitou Joinville, a 18 de junho, o Governador Hercílio Pedro da Luz, sendo festivamento recebido pelo Superintendente Frederico Bruestlein e A. W. Sellin, como Diretor da Cia. Hanseática. Já um mês após esta visita, em eleições realizadas a 24 de junho, foi eleito, o nôvo Governador de Sta. Catarina, Dr. Felippe Schmidt empossado a 28 de setembro.

A 12 de agôsto foi assinado a escritura pública de compra e venda das duas casas e terrenos pertencentes à Viúva Dona Elisa Hasse, sitos à Rua do Príncipe e Rua Haltenhoff, pelo Superintendente Municipal, Sr. Bruestlein. Pagou a Intendência a importância de 40:000$000, levantando um empréstimo de 46 contos de réis em apólices ao portador, para pagamento das casas e para as obras necessárias á adaptação das duas casas a salas de audiências, juri e repartições públicas, bem como das mobílias necessárias. Compunha-se a área de quatro lotes urbanos, avaliado cada chão de frente à Rua do Príncipe em 6 contos de réis e, no travessão, em 2 contos. Trata-se do local onde situa-se hoje a Praça Nereu Ramos e o Correio.

É de real interêsse o preço pago pelos móveis da futura Prefeitura Municipal : uma mesa grande para os jurados — 85$000; uma poltrona para o juiz — 46$000; 12 poltronas para os juízes de "fato" a 42$000; 48 cadeiras singelas — 9$000; para a sala Sul (do Superintendente) foi adquirida uma mesa grande por Rs 110$000, um armário — 60$000 e um relógio de parede — 55$000, 5 lampeões de querozene de dependurar, a 30 mil réis, 2 escarradeiras, 2 moringas, 4 copos, uma bandeija e outros objetos indispensáveis. "O galpão existente entre os dois edifícios contem o depósito do Conselho e as latrinas".

Neste mesmo ano de 1898 levantou-se mais um empréstimo para as obras do cais e o prolongamento do encanamento de água. E, ainda na administração do Sr. Frederico Bruestlein, concluíu-se a obra do edifício da Escola Pública, iniciada em 1879, sendo tirado no mesmo ano o translado da escritura da doação que fêz o Vigário Padre Carlos Boergershausen, distinto diretor da escola e generoso amigo da infância.

As duas salas do nôvo prédio, porém, ainda não ofereciam lugar bastante para as necessidades da primeira "Escola Pública Mixta" de Joinville e, em 1897, construíu-se o sobrado do meio entre as duas alas, ficando a obra total, com pintura e diversos trabalhos suplementares, por 27:500$000.

As obras do cais, na margem direita do Rio Cachoeira, já passavam por cima do antigo leito do Rio, em linha traçada em prolongamento do cais de desembarque da "Empreza de Navegação a Vapor".

Os trabalhos públicos, como já vimos, foram supletivos, concorrendo para a melhoria das condições de vida individual e coletiva. Constante foi a atividade do Sr. Bruestlein em prol de Joinville e do seu progresso. Nesse último ano da sua administração na Intendência Municipal, teve apôio e auxílio eficaz dos Conselheiros Municipais : o Presidente Pedro Lôbo, e Vereadores Otto Boehm, Lepper, Etzold, J. P. Schmalz Canac e Kohlbach. Funcionou, como 1.º secretário em 1897, o Sr. Otto Boehm e, em 1898, o Sr. Eugênio Schmidt, na qualidade de "Oficial da Secretaria Municipal de Joinville". (1)

Em fins de 1898, a 13 de novembro, domingo, ocorreram as eleições para nôvo Superintendente Municipal, Vereadores e Juízes de Paz. Os dias de tranqüilidade e harmonia política haviam terminado na Colônia Dona Francisca. O espírito cordial e pacífico dos moradores mudou de rumo desde o início da campanha política para a renovação da Câmara Municipal. O "Joinvillenser Zeitung" começou a atacar o "Kolonie-Zeitung" e vice-versa. Finalmente, foram conhecidos os resultados do pleito : Superintendente Municipal : Gustav Adolph Richlin. Vereadores : João Gregório Pereira, August Urban, Luiz Niemeyer, August Schramm, B. Enzmann, Francisco J. Ribeiro, João Mueller, Juízes de Paz: Henrique Jordan, Emilio Stok, Carl Julius Parucker e Ernesto Colin.

Devemos mencionar que também Jaraguá do Sul teve a sua eleição para Juízes de Paz, sendo os mais votados os Srs. Ângelo Piazera, Joaquim A. da Costa e August Mielke. Com a aprovação do Conselho Estadual de 18 de agôsto de 1898, foi anulada a lei 235,

(1) Arquivo da Prefeitura Municipal de Joinville.

voltando Jaraguá ao Município de Joinville - apesar do protesto de Jourdan.

A 7 de janeiro de 1899, tomou posse a nova Câmara Municipal em sessão solene. Uma das primeiras resoluções consistiu na criação do Orfanato e Asilo Municipal e na aplicação da verba de ..... 1:500$000 para a iluminação pública na cidade. Pelo § 2 da dita resolução, "a illuminação será feita por lampeões a kerozene com postes de madeira".

Nesse mesmo ano, a "Sociedade Colonizadora Hanseatica" adquiriu as terras de Sua Alteza o Príncipe Jorge de Schoenburg-Waldenburg, sitas no Rio Piraí-Piranga, pretendendo colonizar êsse vasto latifúndio. Em edital publicado na imprensa, os antigos contratos de arrendamento feitos pelos primeiros administradores, Snrs. Ottokar Doerffel e Albert Kroehne, com diversos colonos desde 1883, foram declarados nulos e sem efeito, concedendo, porém, a Sociedade àquêles rendeiros o direito de preempção.

A dita posse de terra formará d'ora para diante o "Districto Pirahy" da Colônia Hansa e pertencerá ao "Districto Itapocú".

A construção de uma Estrada de Ferro, ligando Joinville a Blumenau, via Itapocu, com ponto terminal em Aquidabã, cuja concessão o Sr. C. Fabri conseguira do Govêrno Estadual em 1896, estava em vias de ser concretizada, com capital estrangeiro e sob a orientação da Hanseática.

Em setembro noticiava a imprensa a fundação de uma Sociedade, formada de um conjunto de músicos do antigo "Musikverein" e "Dilettantenverein" (Sociedade Musical e Teatral). A nova organização cultural, recebera o nome de "Lyra" e tinha 14 membros ativos, formando uma Orquestra Sinfônica. Já existia uma Sociedade Musical em Joinville, a "Guarany", que tocava principalmente música militar e popular. Os fundadores da Sociedade Musical Lyra, que, a 4 de setembro, se reuniram no Salão Berner para elaborar os estatutos, foram os Srs. Eisendecker, A. Kohlbach, Schlemm, A. Lep-

per, E. Stock, Schwochow, Trinks e tantos outros cidadãos que formaram um centro de cultura artística em Joinville.

O Maestro Rudolf Kohlbach, que já em 1886 criara um Quarteto Musical, assumiu a direção da orquestra. A Sociedade Lyra realizou inúmeros concertos, geralmente com intervalos de dois meses. Em outubro de 1921, a diretoria resolveu a fusão com a "Sociedade Harmonia", aprovada em assembléia realizada em 28 de dezembro do mesmo ano. Inaugurou-se a sede da Harmonia-Lyra, a 26 de dezembro de 1930.

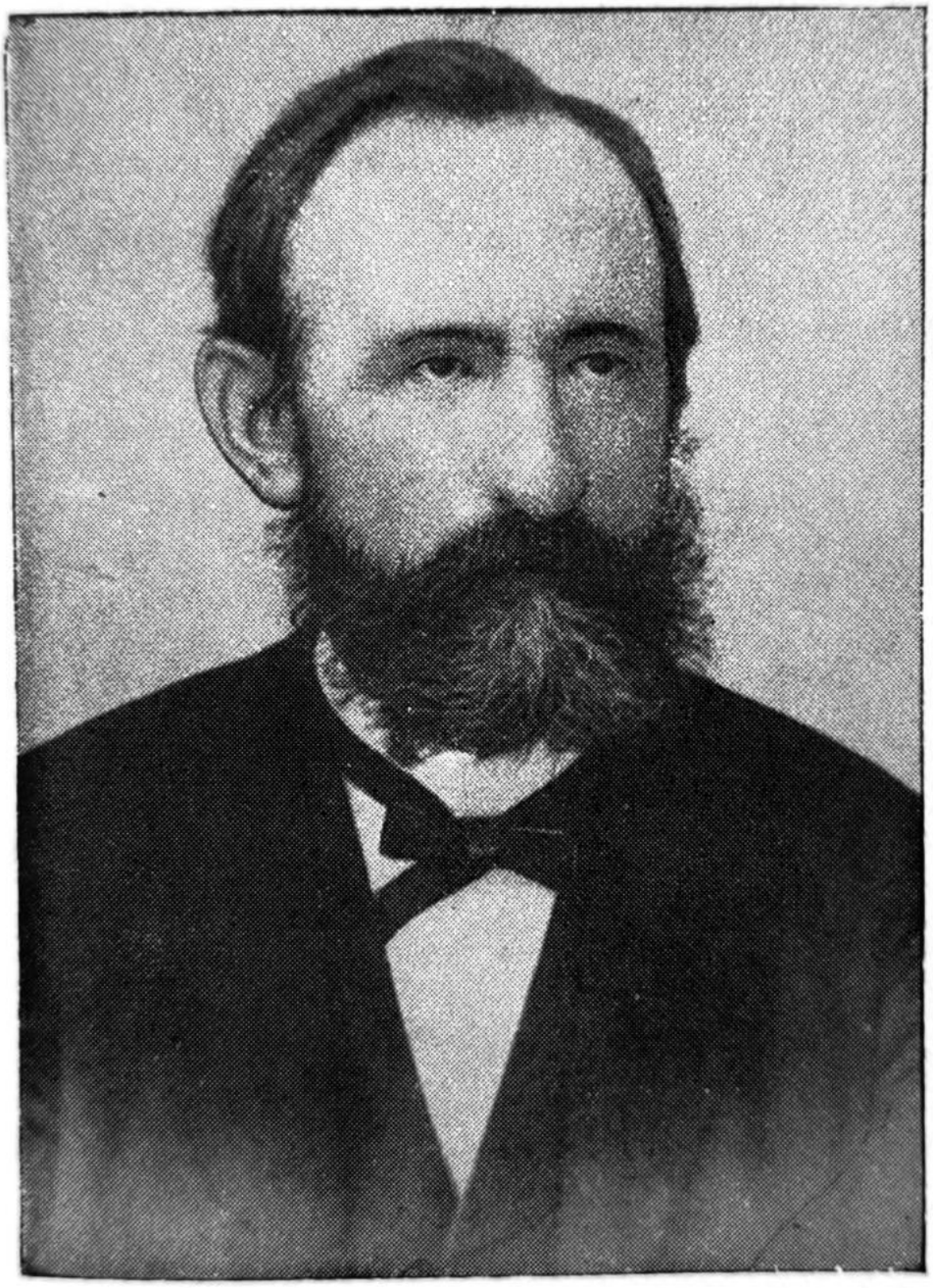
Em fins de 1899, no dia 26 de novembro, inaugurou-se o prédio da Sociedade Ginástica com amplo salão e dependências sociais.

No último dia do ano realizaram-se as eleições para Senadores e Deputados Estaduais. A campanha política apaixonou a população, dividida em dois campos adversários : os "Republicanos", sob direção do Superintendente Gustav Adolph Richlin e os "Federalistas", encabeçados por Abdon Baptista.

Obtiveram esmagadora vitória, o Sr. Dr. Lauro Müller para Senador, e os Srs. Dr. Hercílio Luz, Dr. Paula Ramos, F. Tolentino e José Boiteux, seguidos por Elyseu Guilherme, Polydoro Santiago e Dr. Abdon Baptista.

Grandes festejos ocorreram no dia 3 de maio de 1900, em comemoração ao descobrimento do Brasil em 1500, "quando a 9 de março de 1500 partiu Pedro Alvares Cabral com destino ás Indias. E eis que as suas náos se desviam do rumo traçado e se dirigem para Oeste. Dias depois o almirante via pela prôa um monte elevado que chamou "Paschoal" e uma terra desconhecida que chamou "Vera-Cruz". Era o dia 22 de abril. Três de maio é apenas a data que a essa corresponde no calendário Gregoriano".

Em agôsto de 1900, o Superintendente G. A. Richlin convocou uma comissão para iniciar os preparativos da comemoração do cinqüentenário da "Fundação da Colônia Dona Francisca", programada para os dias 8 - 15 de março de 1901. São planejadas manifestações com marcha luminosa, inauguração da grande exposição industrial e comercial, inauguração de uma exposição agro-pecuária, festejos públicos, tômbolas e sorteios para fins beneficentes.



Fréderic Bruestlein, 1835 - 1911.
Diretor da Colônia : 1875 - 1889.

Apesar da antecendência dos preparativos, os festejos foram transferidos para 28 de abril de 1901.

Termina aqui a história colonial de Joinville e da Colônia Dona Francisca.

Fazemos aqui ponto final na seqüência cronológica dos fatos mais importantes da sua vida.

A transformação de Colônia Agrícola em cidade com parque industrial e a progressiva decadência da primeira, efetuou-se lentamente e em intervalos prolongados, desde 1877, quando a Estrada da Serra permitiu o primeiro intercâmbio comercial da erva-mate entre o planalto e a Colônia.

Em 1900, a população do Município alcançava o número de 19.487 habitantes. Os sacrifícios, renúncias e tristezas que caracterizaram a vida dos primeiros colonos só ficaram guardados na memória dos moradores mais velhos de Joinville. A vida tìpicamente colonial atingira seu apogeu e uma nova fase da sua existência começou com a emancipação comercial e industrial.

Daí por diante é a narração histórica dos nossos dias, cujos fatos mais importantes relataremos, alguns apenas, no próximo capítulo.

CAPÍTULO XII

Subsídios da nova Era. 1900 - 1913.

EMPREENDIMENTOS RELEVANTES DO NÔVO SÉCULO.

O Mercado Municipal. — O nôvo Hospital. — Passeata, morte e legado do Revmo. Padre Carlos Boegershausen. — Orestes Guimarães e a reforma da instrução primária. — Vida política em 1906. — Enchentes. — Construção da Estrada de Ferro. — Erva-mate e sua influência na vida econômica. — Telefone em Joinville. — Finalmente a Luz elétrica. — O primeiro automóvel na cidade. — O "Cinematographo". — Bondinhos a burros.

Grandes manifestações se verificaram por ocasião da comemoração do cinqüentenário, transferida de março para fins de abril de 1901. Chegou de Florianópolis o Governador Lauro Müller com a sua comitiva, assistindo à inauguração das exposições e festejos, que culminaram, a 15 de maio, com grande marcha luminosa, às sete da noite, com as bandas de música, Sociedades, Corpo de Bombeiros, autoridades e grande massa popular no cortejo de manifestantes.

Em janeiro de 1902, voltou da Europa o Superintendente Sr. G. A. Richlin, assumindo novamente o cargo, que ficara durante um ano sob a responsabilidade do Sr. Otto Boehm. A 6 de abril, inaugurou-se a iluminação pública da cidade com 66 lampeões a quero-

zene, custando aos cofres da Intendência Municipal a soma de ..... 1:500$000. A manutenção ficou aos cuidados de dois funcionários especialmente admitidos.

Em fins de 1902, foi eleito o nôvo Superintendente Municipal, Sr. Procópio Gomes de Oliveira, que dirigiu os destinos do Município de 1903 - 1906.

Teve grande influência e repercussão a fusão dos partidos políticos em 1904, que, cada vez mais a cada eleição se tinham afastado em dois campos adversários : os republicanos e federalistas. A aproximação foi conseqüência do interêsse comum dos chefes políticos, que também dirigiam a vida comercial da cidade.

Havia um ambiente propício para empreendimentos úteis à coletividade, abrindo novos horizontes ao desenvolvimento econômico.

De 1905 em diante a imprensa de Joinville encaminhou-se para um maior desenvolvimento, surgindo, em abril dêsse ano, a "Gazeta de Joinville", propriedade de Eduardo Schwartz e dirigido por Crispim Mira. A população aumentara e conseqüentemente as necessidades públicas. Administração e política davam aos jornais ambiente mais combativo e ardoroso.

Em maio, veio à publicação o "Commércio de Joinville", impresso num prelozinho de Afonso Marques de Oliveira, transferido logo depois do 1.º número para a tipografia Boehm, ficando a gerência a cargo do Snr. José Gomes de Oliveira, entrando sem demora em debates com a "Gazeta de Joinville", nascida um mês antes. Como periódico político do "Partido Republicano Catharinense" e orientado pelo Dr. Abdon Baptista, foi seu primeiro redator Ignacio L. Bastos. Em 1909, a partir do seu 200.º número passou o "Commércio de Joinville" a ser impresso no nova oficina tipográfica "Jordan", estabelecida na Rua Cons. Mafra, na casa de propriedade do Sr. João Antônio Correa Maia, onde, por longos anos, funcionou a estação telegráfica.

Acompanharam os dois jornais "Gazeta de Joinville" e "Commércio de Joinville" um período marcante da história de Joinville, pela soma de iniciativas, pela dedicação de seus governantes e pelo patriotismo de seus filhos. A vida colonial estava em declínio com a cidade cheia de forasteiros : operários e engenheiros da estrada de

ferro em construção, trabalhadores e oficiais do exército no prosseguimento das obras da Estrada Dona Francisca, com o comércio prosperando e a indústria em desenvolvimento.

Na vida econômica, nem se fala : era o maior centro do comércio de erva-mate, no Estado, e êste produto o que maior contribuição proporcionava ao erário estadual

O "Relatório Municipal" de 1904 acusava um saldo em caixa de 10:193$000 apesar de ser "lamentavelmente lesado o imposto de transmissão pelos conchavos das partes, dando ás transações menor valor do que o real", determinando-se sejam estabelecidas multas rigorosas que possam pôr cobro aos "conluios abusivos". As obras do cais prosseguiam ininterruptamente, estando já concluído o entulho que foi feito numa grande extensão, onde outrora, com as marés sêcas, via-se a nu, lodoso e fétido, o leito do Rio Cachoeira.

As obras do edifício do nôvo Hospital estavam quase concluídas, os serviços da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande achavam-se muito adiantados, a vida da colônia - quase já mui poucos assim a chamavam, - corria pacífica.

Crispim Mira, notável prosador, orador e jornalista, assim pintava Joinville de 1905, com sua hábil pena : "Traz o morro da Boa Vista e debruçada quasi á nascente do muito recurvado Cachoeira, está assentada a pequenino e graciosa cidade de Joinville, soberba expressão de pubescencia fresca e suave.

"Joinville, que trinta annos, atraz era uma colonia exclusivamente allemã, tem agora vinte mil habitantes entre allemães, luzo e teuto-brasileiros. Ao sopé de ligeiras colinas e por umas planícies mais ou menos humidas, mais ou menos alagadiças pelas marés grandes do Cachoeira e seus affluentes, a pequenina cidade se estende num modo de ser particularmente seu, porque peculiar lhe é este feitio de garridez e patriarchal jovialidade, que se nella goza. Não ha uma accentuação definitivamente caracteristica de estylos, archi-tectonico e sim uma mistura de muitos estylos, e um quer que transplantado das aldeias germanicas. Leves construcções apropriadas ao clima, com necessarias disposições hygienicas.

"As casas são destacadas umas das outras, em meio de bem zelados jardins que as contornam. As ruas são largas, macadamisa-

das, e dizendo que são brancas como pedaços de praia, escusa fallar do asseio dellas. Pelas beiras cresce um grammado verdejante, assim ao geito das alas de um jardim.

"A iluminação é soffrível com lampeões a querosene e o vasto encanamento pluvial, creio que mal disposto, devido a estar muito á superficie do sólo é uma das causas por certo a deteriorar a agua. Penso que esta é a unica nota desagradavel em Joinville e tem cogitado com grande interesse o actual Superintendente Snr. Procópio Gomes d'Oliveira.

"Nova e singelamente pura, Joinville é sem lhe dizer favores, cidadesinha de verdadeiro encanto, porque até no ardor dos próprios trabalhos penosos, ella disfarça a amargura da existencia com um mixto de lhaneza e alegria.

"Ainda é puro o organismo social.

"Não n'o invadiram as corrupções de que padecem suas parceiras. Assim é que aqui não se indaga da bolsa ou da origem do individuo ou de sua posição.

"Indaga-se unicamente da honorabilidade dos sentimentos. Por isso um cocheiro honrado é bem recebido pelas pessôas mais distinctas, um sapateiro de caracter, ainda que pauperrimo, frequenta as reuniões mais selectas, ao passo que um ricaço de maus precedentes é repellido por todos.

"Não se encontram mendigos nem moleques.

"Os meninos são rapazes occupados, doceis e bem educados. Frequentam até aos 15 annos as escolas publicas, e depois, quasi em maioria, á maneira da bôa educação allemã, vão ser carpinteiros, ferreiros, typographos, lavradores, commerciantes e enfim, uns homens úteis, consagrado ao trabalho e á família.

"As moças de origem allemã são geralmente bonitas e teem no rubi das faces a expressão ardente do nosso clima. Como as genuinamente brasileiras, ellas são umas crianças adoraveis. Formosa e amiga do trabalho, a moça Joinvillense detesta a ociosidade como detesta o luxo e as frivolidades dos salões.

"Occupemo-nos agora da economia Joinvillense, propriamente dicta.

"O commercio é notavelmente grande, e a industria e agricultura bem desenvolvidas. São por demais conhecidas as grandes fabricas de beneficiar hervamatte, cuja exportação para os portos Plantinos é importantissima, assim como as de prego, de cerveja, gravatas, sabão, meias, camisas, moveis etc.

"Das casas commerciais, destacam-se a Companhia Industrial, intelligentemente dirigida pelo Snr. Ernesto Canac; a firma A. Baptista & Oscar, a frente da qual se acham em serviço o Snr. Oscar Schneider e a notavel capacidade politico-comercial do Snr. Dr. Abdon Baptista, e as casas dos Snrs. H. A. Lepper, Alexandre Schlemm e G. B. Trinks Sucessores, que todos em grande escala importam varios generos de Hamburgo, Berlim, Paris e Londres.

"Uma das notas caracteristicas de Joinville, é a de as casas commerciais, afóra as que citamos e mais umas cinco, terem unicamente uma porta para entrada e sahida do freguez, sendo que algumas as conservam fechadas com o trinco, cabendo a quem entrar e sae, deixa-la na mesma posição. Essas portas são em geral com a metade em forma de vidraça e sem ter segurança alguma.

"Não ha tambem necessidade de muitas prevenções, porque gatunos e malfeitores não os ha.

"Aos sabbados o movimento commercial é maior que nos outros dias da semana, havendo por toda cidade uma vibração de vida, frescura e alegria. Lavam-se todas as casas por dentro e por fóra, todos os moveis, todos os utensilios. Ninguém anda calçado sobre o assoalho lavado.

"Deve-se andar de meias.

"E todos o sabem, e todos respeitam. Sabbado é o dia das grandes lavagens como as que se fazem em Amsterdam.

"Pelo Cachoeira acima sobem-se as canôas abarrotadas de farinha, de ripas, de esteiras trançadas, de "pery" (junco de cangalhas- Cyperacea), de melancias, de laranjas e de abacates.

"São brasileiros os tripolantes. Fazem no seu commerciar uma algazarra delicada. Isto, é o que vae no porto, nas aguas do Cachoeira.

"Em terra, como as canôas no rio, aos bandos vieram chegando as carroças carregadas de farinha, cereais e legumes, manteiga e magnifico mél de abelhas.

"Tudo é bom e barato. Tudo attrae e delicia : os colonos robustos e simples como crianças; as colonas de formas masculinizadas, pernas nuas e entortadas no trabalho, braços musculosos, saiotes phantasia e lenço á cabeça amarrado por debaixo do queixo.

"E a faina prossegue até ás duas horas da tarde mais ou menos. O dia seguinte é para o descanso e para o gozo.

"Em Joinville, pode-se dizer que as diversões são tantas quantas possiveis e rara a semana em que não haja baile pelo menos. São muitas as sociedades dançantes, pelo menos umas vinte. Dellas salientarei o "Congresso Joinvillense" com mais de 20 annos de existencia, e que se fundiu com os Clubes "União" e "Republicano", tomando o nome de "Club Joinville", a "Zum Guten Abend" e a "Harmonie-Gesellschaft" que tambem é dramática, assim como a "Nur fuer Uns".

Das musicaes existe a "Guarany", organizada pelos filhos das melhores familias do lugar, a "28 de Setembro" e da "Lyra" que tem uma explendida orchestra com um reperctorio de excellentes operas. Esta orchestra é composta de umas vinte e tantas figuras e a sociedade é incançavelmente presidida pelo Snr. Luiz Niemeyer.

"Dos vastos salões para dançar, sobre-sahem o do Snr. Guilherme Walther e o dos Snrs. Berner Irmãos. Como dissemos, em Joinville goza-se quanto possível e sem distinção de classes nem idades.

"Gente catholica ou evangelica, aos domingos frequentam infalivelmente as suas igrejas, e, após suas rezas em religiões contrarias, uns e outros encontram-se nas ruas, quasi á porta dos seus templos, num respeito mutuo de sagrada communhão harmonica.

"Todos primam na feliz compenetração de seu encargo social, e, anda por tudo uma pulsações musicaes de sublime bemaventurança. O lar de um é a continuação do lar de outro.

"Por isso todas as familias estão unidas, formando uma só grande familia. Obedecem intransigentemente ás regras de uma disciplina tacita, que ninguem impõe, mas que todos respeitam.

"Encarando, pois, bem de frente este maravilhoso espetaculo, de uma sociedade que vae evoluindo numa absoluta integridade de justiça e moral, é que se fica sabendo do quanto estes costumes tra-

zidos pela colonisação allemã, teem feito em benefício das futuras epocas brazileiras." . . .

— — — — — — — — —

O clima de boa vontade na vida da pequena Joinville, que contava apenas três mil habitantes no perímetro urbano, com pouco mais de quatrocentas casas, fazia prenunciar para 1906 uma era de prosperidade e empreendimentos.

A atenção pública estava voltada para a construção do nôvo Hospital, para o andamento das obras do ramal São Francisco ao Iguaçu, da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, e para os "Caes", á margem do Rio Cachoeira, local para o futuro

MERCADO.

Em 28 de outubro de 1905, a imprensa de Joinville comenta o término das obras do cais : 'Está concluido o serviço de pedreiro do caes municipal á margem do Rio Cachoeira. Obra ha muitos annos iniciada, teve o actual superintendente a satisfacção de concluil-a, pretendendo completal-a com a conclusão do aterro prestes a ficar tambem terminado, transformando-se assim em uma espaçosa praça todo aquelle antigo lodaçal de não pequena extenção.

"Está, pois, Joinville dotado de um local proprio para a edificação do seu Mercado.

"A simples arborização desta praça dar-lhe-ha uma bella perspectiva. É de louvar-se a boa vontade com que o Snr. Superintendente Municipal atira-se ao serviço publico, desprezando as comodidades de sua vida particular.

"E como habil e pertinaz nos seus emprehendimentos, prova-o de sobejo, si outros não chegassem para proval-o, o facto da creação de um mercado para Joinville. O empréstimo, pois, de 20 contos que pede o Snr. Superintendente, para a feitura do mercado, é digno de geral approvação - é um melhoramento utilissimo : hygiene, commodidade e belleza !" . . .

A escolha do local para o futuro mercado tornou-se problema discutido na superintendência municipal, devido à oferta do Snr. Bruestlein de um terreno de sua propriedade no final da Rua Paris (hoje Rua Jerônimo Coelho) para ser construído nesse local o pré-

dio do mercado (esquina Rua Jerônimo Coelho com a Rua Itajaí). Foi apresentado na última sessão do Conselho Municipal êsse projeto. O parecer da Comissão das Obras Públicas foi contrário à idéia do projeto, conforme se manifestou em reunião, a convite do Snr. Superintendente : "o terreno que o Snr. Bruestlein offereceu á Municipalidade, e que mais tarde pode ser convertido n'um pittoresco jardim, é actualmente um verdadeiro charco facilmente inundado pelas marés, aonde, para qualquer construcção fazendo-se necessario a abertura de novas ruas, enorme aterro, caes, assim como aprofundar o rio n'uma extensão de 200 metros para tornal-o navegavel. Isto, porém, acarretaria extraordinario dispendio de dinheiro, sem se fallar que só a construção dos alicerces custaria a quantia orçada para todo o mercado de 20 contos de réis, quantia esta autorisada por lei".

Na última sessão do Conselho Municipal, de 1.º de fevereiro de 1906, foram apresentados abaixo-assinados por 237 moradores da cidade, protestanto contra o desígnio de se edificar o mercado no terreno doado pelo Sr. Frederico Bruestlein, no fim da "Rua Pariz", pedindo a sua edificação na praça ùltimamente preparada ao longo do cais e à margem do Rio Cachoeira no pôrto desta cidade.

Em meados de junho do mesmo ano, tiveram comêço as obras dos fundamentos para o edifício do mercado público, junto ao cais que margeia o Rio Cachoeira, esperando-se a conclusão, para o mês de novembro, da importante obra.

Acontece que o período de administração de Procopio Gomes de Oliveira como Superintendente Municipal, terminara em 7 de janeiro de 1907, sendo o seu sucessor, eleito no pleito de 2 de dezembro, o Sr. Oscar Antonio Schneider, que, em fins de maio, seguira em viagem de recreio para a Europa, após a sua retirada da firma "A Batista & Oscar".

A "Gazeta de Joinville", na sua edição de 1.º de junho de 1907, levanta a sua voz numa severa crítica contra a nova Superintendência : "Estando concluidas ha mais de um mez as obras do mercado, não me podereis dizer a razão porque não o inauguram ? Por que não se manda reconstruir a parte dos caes que estão se esboroando ? Será pela mesma razão porque se vae inaugurar o mercado sem umas pinceladas de tinta na sua instalação interna ? Pois se não sentem mal os sentimentos estheticos do Sr. Superintendente diante daquilo que alli está, nú, rispido e tosco ?" . . .

O "Commercio de Joinville", por sua vez, e na mesma data, publica o primeiro anúncio : "MERCADO. De ordem do Sr. Superintendente 1.º Substituto faço publico aos que pretendem alugar quartos no mercado, que podem dirigir-se ao encarregado municipal Snr. Carlos Eberhardt e virem fazer na Contadoria Municipal o pagamento dos ditos quartos".

E mais adiante : "Regulamento ao Mercado publico. Art. 1. Salvo nas quartas-feiras e sabados, fica d'ora em diante prohibido expor a venda pelas ruas da cidade os seguintes artigos : assucar, feijão, milho, farinha, batatas, café, arroz, hortaliças, linguiças, banha, aves de qualquer especie, ovos, manteiga, peixe etc. etc. Art. 2. As casinhas no mercado serão alugadas, pelo prazo de um anno, mediante contracto a pessoas morigeradas de bons costumes. Art. 3. O administrador do mercado fará entrega da chave das casinhas mediante pagamento adiantado do aluguel. Art. 6. O locatario que se tornar rixoso ou pelo seu comportamento offender a moralidade ou os bons costumes, será despejado da casinha, que occupar. Art. 7. Os lugares no pateo do mercado são destinados para n'elle serem expostos a venda productos da lavoura e generos de quitanda e serão alugadas a razão de Rs. 2$000 por mez. O peixe, camarões e outros crustaceos serão vendidos exclusivamente no kiosque para esse fim destinado, pago previamente o devido imposto".

O "Regulamento do Mercado" encontrou oposição por parte da população de Joinville, e notadamente da "Gazeta", como adversário político do então Superintendente. Diz a "Gazeta" : "...Achamos porém curioso que da obrigatoriedade da exposição no Mercado se excluissem as quartas e os sabbados, dias em que, pelo regulamento, irá ao Mercado unicamente aquelle que o quizer. E como os colonos estão habituados a realizar suas feiras livres na rua do Meio, ahi por certo, continuarão a realizal-os ficando ao abandono o pobre mercado.

"A razão é simples. Os colonos não estão dispostos a se sujeitarem ao que os venha tirar os seus habitos e como a política dominante anda em tremer de medo que fortemente se declare a opposição local, não teve e não tem outro remedio sinão sujeitar-se a vontade dos que representam o pensar dos colonos eleitores ! É esse o recurso das situações politicas que não representam a crença popular. Só se sustentam á custa de concessões e mais concessões !

"Quem é que havia de dizer que a politica local chegaria a submeter-se assim tão dezairosamente!

"Que pena, que tristeza!"...

Já em agôsto do mesmo ano da inauguração inoficial do Mercado, uma comissão de 12 pescadores apareceu na Superintendência, reclamando contra o rigor mantido na observância do regulamento do Mercado. O Zelador exigia, além do tributo do peixe exposto, um impôsto de 2$000 por canoa. Reclamam, e com razão, contra a obrigatoriedade de levarem diretamente para a banca do Mercado o peixe que trazem, sem lhes permitir vendê-los pelas ruas da cidade, quando essa exigência não é exercida para com os lavradores, que continuam a vender os seus produtos fora do Mercado.

Devido às exigências do "Regulamento", o movimento no Mercado continua fraco e continuam as críticas. "O regulamento do Mercado não é um regulamento. É um trambolho disciplinar, um monstrengo, qualquer coisa despotica transplantada da Russia ou Barbaria", assim se expressa a "Gazeta de Joinville" e mais adiante: "...entregue o mercado ao publico em julho findo, sem outra formalidade senão de abrir-se-lhe as portas, logo depois entrou em elaboração o tal Regulamento. Porque, perguntamos, continua o mercado na sua continua mudez commercial? Porque continua o municipalidade a pagar um empregado como administrador do Mercado com o ordenado de 100$000 mensaes, quando ha unicamente dois quartos alugados e alli nada mais se apresenta a venda senão de quando em vez alguns peixes? É inteiramente impossível a continuação deste estado de coisas".

E Crispim Mira, o grande "malcriado com os poderosos", como apelidado, lançou na "Gazeta" uma pequena história, que vale a pena ser contada:

"A Feira no Mercado. Vivemos na epocha do progresso. Quarta-feira houve grande feira no Mercado. De todas as estradas e caminhos vieram os colonos com seus carros abarrotados de productos da lavoura. Em quatro fileiras distendidos bem organisados foram collocados os carros, para evitar confusão na praça do Mercado.

"Ao administrador do Mercado foi dado mais tres empregados municipaes para manter a ordem. Manteiga, ovos, queijo, gallinhas,

verduras e batatas havia em abundancia. Havia vida e movimento commercial como nunca tivemos occasião de presenciar.

"E assim serão, dizem, daqui em diante nas quartas e sabbados as feiras.

"O Regulamento do Mercado demonstrou-se como uma boa e prática resolução. As creadas faziam suas compras e retiravam-se immediatamente sem entrar em palestras com as suas collegas. Um realejo tocado por mãos destras, fazia ouvir as suas maviosas melodias. Como que obedeecndo a voz de commando, os colonos agarram-se com suas esposas, os compradores com as vendedoras e começaram dançar uma Walzer de Strauss.

"Admirados perguntamos aos nossos visinhos o que se passava alli, responderam-nos então : o snr. não leu os jornaes da terra, que annunciaram baile depois da feira - Era esse o objetivo por que tanta gente appareceu na feira, aquelle velho costume o "Summs" demonstrou mais uma vez o seu admiravel sucesso.

"Um incidente, porem, quasi que vem comprometter a festança, e foi o caso de um rapaz, que tendo uma unha na palma da mão, approveitando-se da occasião ia desapparecendo com um cylindro de oito mil kilogramas de peso, que está ha tempo em frente ao Mercado e dizem ser para a Estrada de Ferro.

"Por felicidade um cidadão observou a ligeireza do "batedor de bolsa" e mandou-o prender pela policia do Mercado.

"A policia, activa como sempre, mandou abrir rigoroso inquerito. O rapaz assegurou positivamente que não tencionava roubar aquelle precioso fardo, somente pretendia leval-o ao photographo mais proximo para tirar copias em postaes e vendel-os aos funcionarios da Estrada de Ferro, que não tinham ainda visto o tal cylindro.

"Neste momento ouvimos vozes alteradas; assustados saltamos da nossa cadeira, e abrindo os olhos, vimos o nosso collega da redacção que nos dizia, que não achava conveniente dormirmos encostado á mesa e que não podia mais supportar o nosso impertinente ressonar.

"E lá se foi a feira do Mercado que era — um sonho, uma imaginação phantastica".

Apesar de tôda crítica, o Mercado, nos fins de 1907, foi um pouco mais freqüentado, às quartas e sábados e, pouco a pouco, o povo se acostumou a fazer as suas compras, e assim, com o passar do tempo, ficou resolvida a "velha questão do Mercado".

— — — — — — — — —

Enquanto se discutiam êsses assuntos, a atenção pública estava voltada para o nôvo Hospital de Caridade em construção.

A Casa de Caridade

tem, como tôdas, a sua pequena história. A sua construção fêz parte do compromisso nas eleições pleiteadas em 1902 pelos partidos coligados do então Superintendente Cel. Procópio Gomes de Oliveira. Com diminuta quantia disponível, se bem que auspiciado pela consignação obtida pelos deputados estaduais, Cel. Ernesto Canac e ten. Cel. João Paulo Schmalz, era, contudo forçado não arrefecer no propósito de bem dotar o Município com uma Casa de Caridade que lhe correspondesse à importância e às necessidades.

Antes de tudo, tornava-se condição capital a obtenção de terreno apropriado, por doação ou preço módico. Para isso, constituiram-se em comissão os Snr. Procópio Gomes de Oliveira, Dr. Abdon Baptista e Oscar Schneider, que, nesse sentido, se entenderam por duas vêzes com o Snr Padre Carlos Boegershausen, para cujos sentimentos de generosidade não apelaram em vão, cedendo-lhes êle um terreno à escolha da mesma comissão, que preferiu a área em que foi edificado o atual hospital.

Obtido o terreno, tratou-se deu obter o dinheiro. Teve-se de recorrer a auxílios. Existia em depósito na Companhia Industrial, que, na falta de bancos, servia como instituto bancário, a quantia de 4:514$900 pertencente ao "Gremio Beneficente" e destinada à edificação. Reunido a essa quantia o pagamento da dívida que o Estado tinha para com o hospital velho, mais a venda do terreno dêste e outros auxílios, como os donativos das pessoas em passagem por esta cidade e a contribuição de alguns joinvillenses residentes em São Paulo, ofertas particulares e de algumas firmas comerciais do Rio e Santos, êsse capital montou a mais de 40 contos de réis, possibilitando ao Snr. Superintendente dar início ás obras.

A data da sua inauguração foi marcada para o dia 4 de junho de 1906, quando haveria festejos públicos e, em benefício do hos-

pital, procedeu-se ao sorteio de bilhetes de entrada no Salão Mayerle, com prêmios num total de mais de 2:000$000.

À hora em que se fazia a inauguração do "Novo Hospital", no dia 4 de junho, compareceram as sociedades musicais "Guarany" e "28 de Setembro", representantes do "Joinvillenser Zeitung", "Gazeta de Joinville", e Commercio de Joinville", "Instituto Joinvillense" e "Colégio da Mme. Dreyfus", Major Franco Filho, acompanhado por seus ajudantes, corporações civis e representantes de várias sociedades.

Às 10 horas da manhã, todo o espaço fronteiro ao edifício estava ocupado por cavalheiros e famílias e das bandas musicais. Às 10 e meia, chegaram em "landau" particular, os Snrs. Procópio Gomes de Oliveira, digno Superintendente Municipal, seu secretário Snr. Victor Mueller, e padre Carlos Boegershausen, doador do terreno. Ao descerem do carro, ergueram-se vivas ao Snr. Superintendente e ao Conselho Municipal.

Do alto da escadaria da entrada, o Snr. Procópio Gomes de Oliveira leu o discurso inaugural, em que expôs os recursos pecuniários que, ao assumir a administração, havia encontrado para a construção do nôvo hospital, cuja realização fazia parte do programa por êle aceito quando fôra apresentado à eleição municipal. Relacionou em seguida os auxílios que recebeu para êsse fim, de várias firmas comerciais de São Paulo, Rio e Santos, salientando os que lhe advieram da lei estadual obtida pelo então deputado Ernesto Canac, pela dádiva do terreno feita pelo Revmo. Vigário Carlos Boegershausen e pela boa vontade e dedicação de todos. Finalizou o seu discurso: "O nôvo Hospital que hoje entrego ao município, eu espero e desejo que sempre há de ser um verdadeiro asilo paternal, abrigo santificado para os desventurados, aonde jamais lhes faltarão afagos e carinhos".

Em seguida, abrindo a porta, convidou o povo a entrar.

Na sala da direita, cuja porta estava também fechada e foi aberta pelo Snr. Edgard Schutel, professor da escola particular "Instituto Joinvillense", entraram o Snr. Superintendente, autoridades e convidados, verificando-se nesta sala a oferta de três belos retratos, em ponto grande, dos Snrs. Procópio Gomes de Oliveira, Snr. Presidente do Conselho Ernesto Canac e do Revmo. Vigário Boegershausen. Falou o prof. Schutel, oferecendo ao Hospital em nome dos amigos e admiradores, êsses retratos alí colocados.

Em seguida, as alunas do Colégio da Mme. Dreyfus, ofereceram ao Snr. Superintendente uma pasta de sêda amarela, trabalho de bordado, aplicação e pintura, forrado inteiramente de sêda verde, contendo um cartão com dedicatória impressa a ouro. Distribuiram então "bouquets" de flores aos manifestantes.

O Snr. Ernesto Canac, mostrando-se bastante emocionado, pronunciou um eloqüente discurso, agradecendo por si e pelos Snrs. Superintendente e Vigário Boegershausen a prova de amizade que se lhes davam; Ao terminar, a jovem Marieta Stock, em nome das suas colegas do Instituto Joinvillense, ofereceu-lhe um grande ramalhete de flôres, fazendo o mesmo ao Snr. Padre Carlos a graciosa menina Flôrzinha Gomes.

Em seguida, foi todo o edifício, e suas dependências, percorrido por quantos ali haviam ido. Vendo o asseio e o cuidado com que tudo estava tratado, deu ocasião a um comentário: "até dá vontade da gente adoecer para vir tratar-se aqui"...

Nas enfermarias havia 12 doentes, desde o dia 2, entregues aos cuidados e ao carinho das Irmãs enfermeiras. O Hospital estava confortàvelmente instalado. Existiam enfermeiras separadas para homens, mulheres e crianças, bem como dois quartos reservados para enfermos particulares.

As Irmãs de Caridade prestavam tôdas as informações precisas e o Snr. Superintendente foi, como lhe era proverbial, de uma amabilidade extrema para com os presentes à festa. Assim foi, que na sala de Operações Cirúrgicas, os presentes foram informados minuciosamente de tudo quanto se tinha gasto com o Hospital, e, relativamente com despesas feitas, podemos afirmar, que bem poucas cidades possuirão um estabelecimento em tão boas condições e que custasse tão barato. Joinville pode orgulhar-se do seu Hospital.

Ás duas da tarde, no jardim Mayerle, começaram os jogos de boliche, rifas e outras diversões lucrativas. A festa correu tôda na maior alegria e, se bem que simples, causou em todos presentes a mais agradável impressão.

Ás 5 horas, fêz-se a extração dos prêmios de bilhetes de entrada, saíndo o "Grande Prêmio" de 1:000$000 para o portador do bilhete N.º 806.

Após a cerimônia da inauguração, foi distribuída a edição especial da "Gazeta de Joinville", em que foram reproduzidos os retratos dos Snrs. Procópio Gomes de Oliveira e Ernesto Canac, Três números especiais, impressos em tinta dourada, foram entregues a êsses cavalheiros e ao Revmo. Padre Boegershausen.

Um mês antes, no dia 1.º de maio de 1906, o velho vigário da Paróquia, Carlos Boegershausen foi jubilado no cargo de professor da 1.ª escola pública de Joinville. Pode-se dizer que tôda a mocidade desta cidade foi educada pelo mestre venerando. Na noite do dia 9 de maio, realizou-se grande

Manifestação popular ao Revmo. padre Carlos Boegershausen.

Em virtude do seu estado de avançada idade, foi jubilado após 44 anos de magistério público. Por êsse motivo foi-lhe promovida uma grande manifestação popular, formando uma marcha luminosa, que, partindo às 7 horas da noite da Rua Cachoeira (hoje Rua Princeza Isabel) em frente à casa do Snr. Carlos Lange, foi o cortejo de manifestantes passando pelo Rua do Príncipe, reunindo-se outras pessoas que aguardavam a sua passagem; e pelas cercanias da casa do Revmo. Padre Boegershausen outra multidão se estendia defronte à sua morada, e tomando posição pelo alto da igreja cotólica e morro da maçonaria, de modo que a ovação feita ao educador da nossa infância foi calculada em 2000 pessoas, o que quer dizer que foi uma das manifestações mais concorridas de que há memória em Joinville.

O Rev. Padre Boegershausen recebeu de pé os manifestantes, à porta da sua casa. Lá estavam no cortejo da manifestantes a Sociedade de canto "Concordia I" e "Concordia 2", "Helvetia", "Saengerbund", as bandas de música "28 de Setembro" e "Guarany", Corpo de Bombeiros com a sua banda de música, a "Sociedade Ginástica", autoridades, funcionários, alunos das escolas públicas e particulares comerciantes e uma multidão, à luz de centenas de archotes e ao som das músicas, produzindo isso tudo um efeito deslumbrante e alegre.

As quatro Sociedades entoaram então, em comum, canticos alusivos. Depois tomou a palavra, em nome dos manifestantes, Ignacio Bastos.

Dirigindo-se ao manifestado, dizia que aquela multidão festiva, aquêle tumultoar de milhares de cabeças, em que se confundiam

tôdas as classes sociais, em que se misturavam várias crenças, origens e opiniões e que representava o - povo de Joinville; que em seu nome, reunindo os seus pensamentos, corporizando os seus desejos, se havia formado uma comissão organizadora e que em nome dela falava êle, com o natural acanhamento com que fala o devedor em presença do credor generoso, pois que ali a dívida era a gratidão pública, o credor era o Padre Carlos e devedor o povo de Joinville. Que há 44 anos, quando as primeiras manifestações do trabalho colonial abriam, através das nossas matas, os primeiros caminhos que se tornaram em ruas de hoje, quando os primeiros ranchos se erguiam, aquelas modestas casas, foi o primeiro templo construído à instrução da juventude; e nesses longos 44 anos, moço então e velho hoje, sempre o mesmo vulto guiou o ensino da mocidade. O vulto hoje venerado pelo reconhecimento popular, o mestre carinhoso e benévolo, o dedicado educador de quase três gerações de joinvillenses era o Padre Boegershausen. Aquela multidão em que se confundiam todos os elementos constitutivos de um povo, era formada, em quase sua totalidade, de pais e avós de seus discípulos e de apreciadores de suas raras virtudes cristãs, vindo todos, numa romaria de muito afeto e reconhecimento, trazer-lhe, quando êle deixava a fatigante e prolongada missão, as homenagens a que tinha direito pelo árduo dever cumprido para com os seus semelhantes e sobretudo para com a infância, realizando, assim, pelo seu amor para com ela, aquela sublime página que há de ser sempre uma das mais belas do Evangelho, porque, disse o orador, "imitaste pelo amor às crianças o mesmo amor com que Cristo, o Divino Mestre, as chamava a si, dizendo na sua meiga vos serena e doce : — Sénite párvulos ad me venire — Deixai que as crianças venham a mim".

Visìvelmente comovido, agradeceu o Rev. Carlos Boegerhausen, historiando a sua vida de professor e o início do ensino entre nós, aconselhando a que todos continuassem no próposito de auxiliar a escola, pois a instrução era o primeiro fator da fortuna pública, a base de todo o progresso, a felicidade de um povo, e terminou erguendo vivas ao povo de Joinville.

Novos cânticos foram entoados pelos coros das Sociedades "Helvetia" e "Saengerbund", composto, em sua maioria de moças, falando em seguida, em bela e fluente oração o Snr. Luiz Niemeyer, que ofereceu ao sacerdote uma coroa de louros.

A cada viva erguido correspondia uma salva de tiros do alto do morro da igreja.

Terminada a ovação, recebeu o manifestado muitos cumprimentos das pessoas presentes, tornando-se, em seguida, a formar o préstito, que se retirou, percorrendo as ruas S. Pedro, Conselheiro Mafra, Príncipe e Cachoeira, dissolvendo-se altas horas da noite.

O venerando Padre Carlos Boegershausen faleceu poucos meses depois, com 73 anos, às 3 horas da tarde do dia 12 de dezembro de 1906, na enfermaria particular do Hospital de Caridade, vigário desta paróquia havia 49 anos.

A notícia da sua morte causou entre todos os habitantes desta cidade e de fora uma consternadora impressão.

Às 9 horas da manhã, em todo o edifício e redor, se apinhava uma multidão de pessoas, de tôdas as classes, idade e nacionalidade, que aguardavam a saída do feretro para acompanhá-lo.

Depois da encomendação saiu o préstito, em que tocaram alternadamente as bandas de músicas "Guarany" e "28 de Setembro", e no qual tomaram parte alunos e alunas de várias escolas búblicas e particulares da cidade.

O caixão foi conduzido a mão, desde o Hospital até a Igreja Matriz, onde foi cantada missa de corpo presente pelo Revmo. Vigário, desta paróquia, de S. Francisco do Sul e da do Parati.

O templo ficou literalmente cheio, tendo ficado, sem poder entrar, parte das pessoas de que formara o grandioso cortejo.

Após a missa, o Snr. Padre José Sundrup orou do púlpito, fazendo o elogio fúnebre do finado, depois do que o entêrro seguiu para o último jazigo. À beira da sepultúra, depois das orações entoadas pelos três vigários reunidos, orou o Snr. Julio Barreto.

O entêrro do Padre Carlos Boegershausen foi dos mais concorridos e a sua morte uma das que mais sentimento imprimiu no ânimo da população, donde se avalia a estima e o respeito de que êle gozava. Ao seu alto espírito tolerante e filantrópico deveu a colônia o grande benefício da sua primeira escola primária que, indistintamente, acolhia católicos e evangélicos. Por subscrições, donativos, festejos

e subvenções, ampliou-se até conseguir seis classes em salas, freqüentada a escola por mais de 300 alunos de ambos os sexos.

Deixou testamento em que figuram, entre outros, os seguintes legados : um terreno à Igreja matriz desta cidade ; um terreno com casa e objetos à capela do Coração de Maria da Villa de São Bento ; à capela da Trindade da Villa de Campo Alegre o dinheiro que emprestou para a edificação da mesma capela; ao colégio dos frades Franciscanos de Blumenau a sua biblioteca; os objetos de sua casa, depois de vendidos, para serem aplicados à compra de catecismos e livros instrutivos para os meninos pobres de Joinville, S. Bento e Campo Alegre; ao Seminário Diocesano de Curitiba todo o dinheiro que possuia, com a obrigação de pagar à D. Margarida Franzon 300$00 anuais.

Nomeou seus testamenteiros os Snrs. Antônio Sinke, Francisco Machado da Luz e Antônio Dias Freitas Valle.

Os terrenos em questão e situados no centro da cidade entre as Ruas (hoje) Getúlio Vargas, Plácido Gomes lado norte e a Matriz, deram motivo a um processo entre os herdeiros sobrinhos do Padre Carlos Boegershausen que não foram contemplados, e a Fábrica da Igreja Matriz.

O motivo era êste :

Os herdeiros legítimos, filhos do irmão do Padre Carlos, que viviam na maior miséria em Guaratuba, não impugnaram a validade do testamento, pediram apenas que lhes dessem as obras, os restos, exatamente aquilo que o testador não legou a ninguém e que, em virtude da lei, pertence aos seus legítimos herdeiros.

O Padre Boegershausen, possuia, quando fêz o testamento, três lotes comprados em épocas diversas : um contíguo à Matriz e dois na Estrada Sta. Catarina (hoje Getúlio Vargas). No meio, isto é, entre êstes e aquêle havia um outro lote, que sòmente um ano e sete meses depois de feito o testamento, adquiriu êle êsse lote também da "Hanseática".

Pretendia a Fábrica da Igreja Matriz, que no legado de "um terreno junto a Matriz" estivessem compreendidos todos êsses lotes que até então não pertenciam ao testador na época do testamento.

Não era apenas o processo, que até há pouco se arrastava nos tribunais, motivo das atenções gerais.

No domingo, 29 de setembro de 1907, às 5 horas da tarde, achava-se o "Salão Berner" repleto de tôdas as classes sociais para protestar contra o ato ilegal do Congresso Representativo, junto ao Governador do Estado, por ter aquêle por Lei Estadual N.º 768, de 21 do referido mês, isentado do impôsto de 15%, os herdeiros do espólio do finado Padre Carlos Boegershausen, ao passo que se executava com rigor pequenos proprietários.

Foram distribuídos, na parte da manhã, boletins em que eram convidados os cidadãos para um "meeting", às 5 horas, no Salão Berner, "afim de se protestar contra a lei estadoal que dispensou o imposto de 8:000$000 sôbre os bens legados pelo finado Padre Carlos Boegershausen. Pede-se o comparecimento dos cidadãos que pagam impostos".

Usou da palavra o Snr. Avelino Alves. Em brilhante discurso e livre de quaisquer preconceitos políticos ou religiosos, manifestou a sua opinião sôbre o fato de que o Exmo. Snr. Governador do Estado, influindo junto do Congresso Representativo, conseguiu que fôsse isento do impôsto estabelecido pelo Estado e a que todos estão sujeitos, os herdeiros do finado Padre Boegershausen, atendendo sem dúvida às solicitações do Snr. Padre Topp, procurador do futuro Bispado do Estado, e tratando do inventário e da parte da herança do vigário falecido.

"Ora, Senhores, êsse fato, que à primeira vista parece de pouca monta, se refletirmos sèriamente, encontramos razão de sobra para um justo protesto como o que vimos fazer. ... Não pretendemos Senhores, por em dúvida a honestidade do distinto Snr. Governador do Estado nem a dos nossos ilustres representantes; não, nenhuma dastas proposições devem ser admitidas, senão a reclamação de uma injustiça, levada a efeito por um zêlo mal compreendido e que diz respeito a todos nós diretamente; ... lavremos sèriamente o nosso protesto bradando bem alto que as nossas vozes ecoem por tôda parte e venha pôr os homens que nos governam de sobre-aviso para futuros atos dêstes.

"Eis, Senhores, o motivo dêste meeting para o que convido-os a aclamarem três membros entre os Senhores presentes para dirigirem os trabalhos".

BOLETIM

Estado de S. Catharina

Cidade de Joinville.

Telegramma recebido:

Acclamem immediatamente governo provisorio, Estado S. Catharina. — Familia imperial acaba de embarcar Europa. Governo provisorio não quer intervir na constituição dos estados federados; conforme decreto hoje e procedimento de outras provincias.

Proclamação da República. Publicada a 17 de novembro de 1889 em Joinville.

Em seguida foram aclamados os Snrs. Coronel Ernesto Canac, H. A. Lepper e Snr. Avelino Alves.

Achando-se presente o então vigário da paróquia, Snr. Padre José Sundrup, por êste foi pedida a palavra. Disse que o extinto vigário nada tinha deixado à ordem religiosa, mas sim ao futuro bispado dêste Estado e que era de dever respeitar-se a última vontade de um morto distinto como foi o Padre Carlos Boegershausen. E se o Congresso do Estado tinha isentado de impôsto o espólio, a culpa não deveria cair sôbre o Rev. Padre Topp, mas sim sôbre o mesmo Congresso que o isentou.

O Snr. Coronel Canac, tendo pedido a palavra, disse que a questão se achava deslocada, visto que o protesto se fazia contra a isenção do impôsto sôbre a herança e não sôbre testador ou os herdeiros, e que em face da Constituição Federal, os favores concedidos ao futuro bispado, como a uma ordem ou congregação religiosa, ambos são atos criminosos.

Disse mais que, para que a República seja realmente o govêrno do Povo pelo Povo, é preciso que todos os cidadãos estejam atentos aos atos do Govêrno e que as manifestações de suas opiniões constituam não sòmente um direito, mas um imprescritível dever.

Que o indiferentismo do povo anima os governos a passar por cima das leis e da Constituição, e que infelizmente todos os govêrnos têm propensões para o absolutismo que sòmente as freqüentes intervenções do povo podem combater.

Usaram mais da palavra os Snrs. Lepper e Mendel e o ilustre Snr. Ignacio Bastos que demonstrou a inconveniência que havia em o govêrno conceder regalias a certas instituições, concorrendo por êsse meio não só para o menosprêzo da nossa constituição como a caírem na severa censura do sentir dos povos livres.

Ao terminar, foram os oradores muito aplaudidos. A noite, foram passados telegramas aos jornais do Rio, Curitiba, Florianópolis e Itajaí, em nome das fôlhas locais.

Ao mesmo tempo, foi remetido à Municipalidade um requerimento, solicitando que esta, por sua vez, protestasse junto do Exmo. Snr. Governador do Estado contra o ato ilegal.

Dias depois, o Conselho Municipal enviou o seguinte despacho, em resposta ao requerimento : "O Conselho julga não dever servir de intermediário para a remessa do presente protesto"...

Escureceu a recordação do venerando Padre Carlos Boegershausen, não obstante seu coração benfazejo e tolerante, seu caráter verdadeiramente apostólico, a tragédia do testamento que deixou, legando seus bens a instituições diversas, sem contemplar seus sobrinhos.

Faleceu o Revmo. Padre Carlos Boegershausen precisamente quando a sua escola ia passar para a direção de,

Orestes Guimarães

Surgiu uma renovação da educação primária em princípios de maio de 1906, quando um grupo de homens, graduados na política catarinense, resolveu adaptar um nôvo sistema de educação primária, amplamente prestigiado pelos poderes públicos e experimentado no Estado de São Paulo.

Foram os mais fervorosos adeptos da reforma os Snrs. Abdon Baptista, Mário Lôbo, Otto Boehm, Gustavo Richlin e outros, que entraram em entendimentos com o Snr. Luiz Niemeyer, então chefe escolar de Joinville.

Contratado pelo Govêrno do Estado para inaugurar e dirigir pelo prazo de dois anos o Colégio de Joinville, a instalar-se no dia 2 de janeiro de 1907, chegou a esta cidade o professor Orestes Guimarães no dia 9 de dezembro de 1906, hospedando-se no Hotel Müller.

O Sr. Orestes Guimarães formou-se na Escola Normal de São Paulo e contava 16 anos de magistério. Foi pelo Govêrno de S. Paulo incumbido de criar o Grupo Escolar do núcleo colonial "Quiririm", servindo depois como diretor na organização dos Grupos Escolares de Taubaté e Ribeirão Preto. No momento, o Sr. Orestes Guimarães ocupava o cargo de diretor efetivo do grupo de Botucatu, deixando êste lugar ùnicamente com a finalidade de reorganizar a Escola Municipal de Joinville. Se fôsse favorável o resultado, estimularia a reorganização do ensino em todo Estado.

Justificando a reforma do ensino, Crispim Mira, na "Gazeta de Joinville", encontra palavras de um ardor combativo para o ensino

dos tempos passados : " . . . essas casas que por ahi existem com honras de escolas, onde esmurrando mesas, gritam palavras atrapalhadas uns pobres homens que se dizem professores. Oxalá, comprehendam os governos na causa do ensino a grande responsabilidade que lhes cabe no encaminhar as gerações de amanhã, e tenham energia bastante forte, por se não fazer das escolas um abrigo para os protegidos politicos, unicamente peritos nas artimanhas eleitorais. Faça-se, pois, da escola a templo bendito, onde o mestre como um apostolo santificado pontifique a religião do estudo para que a imaginação vibre no explendor de todas as suas fulgurações".

O Snr. Orestes Guimarães, alguns dias após a sua chegada propôs a refoma de todo o mobiliário da Escola Pública. Reuniu já no dia 13 de dezembro todos os professores e expôs-lhes o sistema do ensino sob a sua orientação. O regulamento estava dividido em 5 títulos, 27 capítulos e 84 artigos, abrangendo a vida interna e externa do estabelecimento. O segundo dividia o ensino em quatro anos. As matérias seriam português, aritimética, geografia, história, desenho, botânica, zoologia, física, química, instrução cívica, militar e ginástica. Haveria ainda aulas de alemão, francês e italiano. Uma vez concluída a adaptação do prédio e chegado o material encomendado em São Paulo, abrir-se-iam as aulas.

Matricularam-se no "Colégio de Joinville" 348 alunos. A 6 de abril de 1907, iniciaram-se as aulas, sendo o horário das 9 da manhã às 2 1/2 da tarde. Foram contratadas mais duas professôras, a Snra. E. von Dreifus e uma normalista de São Paulo, ficando, assim, o colégio com 8 professôres.

Um ano depois, em agôsto de 1908, o Exmo. Snr. Governador do Estado, Coronel Gustavo Richard, assim se manifestou sôbre o "Colégio de Joinville', em mensagem dirigida à Assembléia : "Êste estabelecimento de instrucção creada em virtude da Lei 686, recebe do Estado uma subvenção annual de seis contos de réis.

"O collegio sob a direcção do Snr. Orestes Guimarães e com uma matricula de 219 alumnos, é ministrado por quatro professores, auxiliados por igual numero de adjunctos, entre elles um especialmente destinado ao ensino simultaneo da lingua portugueza e allemã, visto assim ser necessario por se compôr a matricula de quasi dois terços de crianças que primitivamente desconheciam o idioma

patrio. Entre os professores acha-se D. Adelia Regis, em commissão especial do Governo para praticar nesse collegio.

"Não houve alumnos diplomados depois da reorganização iniciada de accordo com o Regimento programmado e appropriado pelo Governo do Estado a 2 de abril de 1907.

"Diz o digno director em seu relatório: "Hoje, é verdade, a matricula é a metade de outros tempos, mas não é para desanimar, considerando que 2/3 dessa matricula compõe-se ainda de crianças de origem allemã, que gostosamente recebem todo o ensino em portuguez, continuando, como é justo e util, a aprenderem a lingua de seus dignos antepassados".

Já em setembro do mesmo ano de 1908, o Prof. Orestes Guimarães recebeu do Governo de São Paulo a nomeação para diretor do 1.º Grupo Escolar do Braz, na Capital. O Snr. Orestes Guimarães assumiria seu nôvo cargo depois que terminasse a comissão em que se achava em Joinville.

O ano de 1906 na Vida Política

surgiu promissor. Pela primeira vez apelou-se para o eleitorado a fim de sufragar uma só chapa. Na sua contribuição no livro centenário de Joinville, nosso grande historiador Plácido Olympio de Oliveira assim descreveu os acontecimentos políticos da época:

> "A vida política e a realização dos pleitos cada vez mais distanciava os joinvillenses nos dois campos adversos: republicanos e federalistas ou como a gíria os apontava: picapaus e maragatos. Apesar porém, dos males, havia a possibilidade de uma aproximação entre as facções e essas possibilidades resi-diam no interêsse comum do Comércio. A estrada Dona Francisca era o escoadouro que mais aproximava a zona Sul do Paraná e Norte-Catarinense dum pôrto marítimo: São Francisco do Sul. Daí quase tôda a erva-mate da Lapa, São Mateus, Rio Negro, São José dos Pinhais, sem contar São Bento, Canoinhas, Campo Alegre e portos fluviais do Rio Negro, procurar as firmas joinvillenses para a venda e exportação. Ora, as firmas joinvillenses tinham os seus chefes envolvidos no partidarismo local. Surgiam então os problemas naturais da defesa comum dos interêsses: eram as questões de barreiras, de transporte, de

impostos de fretes marítimos, de aquisição à última hora de mercadorias para suprir pedidos urgentes, etc., de forma que havia sempre êsse interêsse comum dos políticos se entenderem bem, pelo menos comercialmente.

"Naquela época já se compreendia que o mais eficiente fator de progresso de uma comuna seria a unidade de vistas da política local, aliada, naturalmente, aos interêsses mercantis. Nas arestas, portanto, que a política provocava, surgiam, de quando em vez, pontos de contato que as amenizavam, e as relações sociais tendiam num meio pequeno a se reatarem.

"As eleições seguidas, por sua vez, cansavam os chefes, minguavam-lhes os lucros, obrigados como eram a contemporizar as dívidas e obrigações dos correligionários. Data dessa época o costume instituído pelo Dr. Abdon Baptista de cada eleitor receber, no dia do pleito, um vale no valor de 500 réis, em forma de cartão, que o habilitava a prover à refeição e meia garrafa de cerveja preta, e parece que ainda sobrava dinheiro...

"Mais tarde êsses cartões eleitorais passaram a ser de um mil réis, dois, quatro e cinco, quando desapareceram das eleições, não sem alguma saudade dos que dêles se utilizavam... O voto secreto aboliu-os... de modo que havia um ambiente propício para a harmonia dos que tinham a responsabilidade da vida econômica e política do município.

"As últimas eleições, nas quais os federalistas compareceram arregimentados e coesos, faziam prever suas próximas vitórias, tanto mais que no seio do partido republicano surgia séria desinteligência entre os chefes Hercílio Luz e Lauro Müller. Fraccionado, era inevitável a supremacia dos federalistas.

"Foi nessa ocasião que se operou então em Santa Catarina a chamada fusão dos partidos, num congraçamento em que todos os chefes aquinhoados com posições e cargos.

"Foi isso em fins de 1905, quando o Estado respirou sossegado, pois em 1908 deviam realizar-se quatro eleições: para senador e deputados federais, para Presidente e Vice-presidente da República, para Governador, Vice-governador, deputados estaduais e finalmente para Superintendente e Conselheiros Municipais.

"Seria um ano quase todo tomado por eleições, pleitos, apurações, recursos e, enfim, todo um conjunto de ocupações economicamente improdutivas para os chefes, cabos eleitorais e quantos se achassem envolvidos nas lutas pelo poder.

"Joinville aprestava-se com afinco para essas pugnas, alistando eleitores cujo número já era superior a mil. A fusão partidária teve repercussão imediata em Joinville, onde as duas sociedades, que encampavam, por assim dizer, os adeptos de uma e outra facção: o Clube Republicano e Congresso Joinvillense, se fundiram para formar o "Clube Joinville".

"Logo nos primeiros dias de janeiro, o Diretório Político Municipal, sob a bandeira do Partido Republicano Catarinense, recomendava aos joinvillenses os nomes de Hercílio Pedro da Luz, para senador, Eliseu Guilherme da Silva, Luiz Ferreira Gualberto, Vidal José de Oliveira Ramos e Victorino de Paula Ramos, para deputados federais. Assinavam o manifesto da direção municipal: Dr. Abdon Baptista, Ernesto Canac, Bernardo Enzmann, Gustavo A. Richlin, Otto Boehm, Francisco Machado da Luz, Mario Lôbo, Antonio Pereira de Macedo, Francisco Gomes Oliveira, Arnold Grossenbacher, Alexandre Ernesto de Oliveira, Emilio Stock, Fernando Lepper, Luiz Niemeyer, Miguel Vogelsanger, João Paulo Schmalz, Bernardo Bemba, Atanasio Leal e Adriano Schoondermark.

"Êsses cidadãos, em fevereiro, em anúncios e manifestos, convidavam o eleitorado para eleger o Dr. Afonso Pena para Presidente da República e o Dr. Nilo Peçanha para vice-presidente. A homologação dêsses nomes, pelo povo, tanto para presidente da República como vice, senador e deputados federais, de vez que não havia concorrentes, dar-se-ia, no dia 1.º de março e 30 de janeiro respectivamente. Realmente assim se deu: o senador indicado, bem como os deputados, obtiveram 571 votos e em 1.º de março o número pouco variou.

"Ainda em junho o eleitorado era chamado para as eleições de julho, sem competidores, na qual se elegeriam o Governador e vice-governador do Estado: Coronel Gustavo Richard e Dr. Abdon Baptista, respectivamente.

"Este mês de março de 1906 foi um mês de fúnebre lembrança. Começara chuvoso, como era próprio da estação. Mas as chuvas aumentaram e a 22 e 23, mais copiosas se tornaram, e de tal maneira que a 24 a cidade amanheceu inundada. Todas as zonas vicinais dos Rios Cachoeira, Jaguarão e Mathias, às 7 horas da manhã, estavam invadidas pelas águas. As atuais Praças Hercílio Luz, Avenidas Procópio Gomes e Getúlio Vargas, as Ruas do Príncipe, 9 de Março, 15 de Novembro estavam cobertas de água, intransitáveis em alguns pontos, dada a violência das correntes pela sua profundidade. As canoas trafegavam francamente nas ruas centrais da cidade. Parte do Cais do Rio Cachoeira ruiu, arrastando um dos grandes depósitos do Snr. Frederico Bruestlein.

"Onde a inundação produziu danos muito mais sérios foi na zona rural. O Rio Cubatão cresceu descomunalmente, os moradores foram obrigados a abandonar as suas casas e grande foi o número de plantações e animais desaparecidos. A Estrada Dona Francisca foi duramente atingida pelas chuvas, várias pontes e pontilhões ruíram ou foram levados pelas águas, outras ficaram entulhadas pelos troncos de árvores encalhados, blocos de pedras e terra. No km. 26 houve desmoronamento, abrindo-se abismos de mais de 10 metros de profundidade. Em outros pontos ficou a estrada totalmente soterrada pelos desmoronamentos, a linha telegráfica que a marginava foi arrancada numa distância de mais de cinco kms.

"Onde as enchentes haviam tomado proporções verdadeiramente assustadoras, foi em Jaraguá, Hansa (Corupá) e no núcleo colonial de Izabel, onde pereceram 43 pessoas.

"À vista de tão tristes acontecimentos, o Conselho Municipal reuniu-se extraordinàriamente, telegrafando ao Presidente da República, Governador do Estado, Ministro da Viação e Ministro do Interior, solicitando auxílios da União e do Estado. No dia 28 seguiram até Hansa o Snr. Superintendente Municipal Procópio Gomes de Oliveira e conselheiros Arnoldo Grossenbacher e João Gomes de Oliveira. O Govêrno do Estado nomeou uma comissão de socorros e o eco e a impressão dessa tragédia causaram a mais profunda consternação. Logo as Sociedades começaram a promover festivais em benefício dos inundados,

Lauro Müller conseguiu imediatamente do Govêrno Federal um auxílio de 50 contos de réis e a colônia pouco a pouco retornou à vida normal. Nesse particular foram dignos de menção não sòmente os encarregados da administração municipal, como a Comissão de Engenheiro do Exército que trabalhava na Estrada Dona Francisca, sob a chefia do então Major Franco, coadjuvado pelos tenentes Caiaty, Richard e Escobar de Araujo.

"Refeitos os joinvillenses dos temores, as atenções gerais voltaram-se para a sucessão municipal, pois era corrente o desejo da organização de uma chapa que, reunindo vários elementos prestigiosos dos quais se compunha o único partido existente, representasse os importantes interêsses locais, evitando um pleito desnecessário e consolidando, dess'arte a harmonia desfrutada havia mais de um ano no seio da família joinvillense.

"E êsse pleito não disputado, tão temido pelos espíritos pacatos, realizou-se em 2 de dezembro, sendo sufragados para Superintendente o nome de Oscar Schneider com 1.054 votos e para Conselheiros Municipais: Tavares Sobrinho, Otto Boehm, Francisco Gomes de Oliveira, Germano Wetzel, João Gomes de Oliveira, Fernando Lepper, Arnoldo Grossenbacher, e suplentes: Ernesto Colin, Alexandre Ernesto de Oliveira, Luiz Brockmann, João Mueller, Carlos Parucker, Angelo Piazera e Eduardo Schwartz. Para Juízes de Paz do 1.º distrito: Bernardo Stamm, Francisco Ribeiro, Augusto Urban Jr. e Emilio Manteuffel. Do Jaraguá: Caetano Deeke, Domingos da Nova Jr., Enrique Piazzera e Carlos Eggert, muito embora houvesse uma tentativa de rebelião contra os partidos coligados.

"No mesmo dia procederam-se às eleições para deputados estaduais, sendo contemplados como representantes do município: Tavares Sobrinho e Alexandre Ernesto de Oliveira". (1)

"Assim era Joinville de 1906, num período marcante pela soma de iniciativas".

Um dos acontecimentos mais impressionantes nessa época, sem dúvida alguma, foi a construção da

---

(1) "Album Hist. Centenário de Joinville", 1951.

Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

Fundada em 1889, a Cia. Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande conseguiu a concessão da construção do ramal São Francisco do Sul, em 1901 com garantia de juros de 6% sôbre 85000 francos por quilômetro, pelo prazo de 30 anos.

Pelo projeto inicial, o traçado da linha passava a uns 25 kms. ao sul, sem atingir Joinville. Em setembro de 1902, a Câmara Municipal dirigiu veemente apêlo ao então Ministro da Viação, Dr. Lauro Müller, solicitando a modificação do traçado da linha férrea, incluindo Joinville no ramal projetado.

Em abril de 1903, uma comissão de engenheiros, sob a chefia do Dr. Leite Ribeiro, iniciou o levantamento topográfico da linha, com inclusão de Joinville no traçado. Os primeiros trabalhos da terraplanagem iniciaram-se em janeiro de 1905, tomando o rumo São Francisco-Joinville-Itapocu.

Para poder desembarcar no pôrto de São Francisco o material da ferrovia, a companhia da Estrada de Ferro mandou construir especialmente uma ponte de desembarque na Ponta da Cruz.

Em julho de 1905, pelo vapor "Karthago", chegaram 2312 trilhos e 4630 talas de junção. O material da superestrutura metálica era da fábrica Belga "Coqueril". Duas locomotivas desembarcadas, vieram pelo vapor "Guayba", da Antuerpia.

Em julho do mesmo ano, os serviços da linha entre S. Francisco e Joinville já se achavam bastante adiantados e sòmente faltavam as "obras de arte", como pontes e pontilhões. Ao longo do banhado de Piraí-Piranga e ao longo do Rio Itapocu até a Hansa o serviço "está sendo atacado com vigor".

No "Commercio de Joinville", impresso na tipografia Boehm, sob a orientação do Sr. Ignacio Bastos, aparece no N.º 9 do dito jornal um artigo de sua hábil pena, intitulado : "São Francisco do Sul em relação à nova Estrada de Ferro".

> "Depois de meio século de abandono, entregue aos seus próprios recursos não aproveitados, em contraste da antiga prosperidade, o município de S. Francisco do Sul tem estado nessa atitude expectante de quem confia nos dotes opulentos com que a natureza o favoreceu.

"Uma série de circunstâncias vieram, ano a ano, paralizando a sua prosperidade, desvalorizando-lhe as terras, diminuindo a produção, escasseando-lhe todos os meios de impulsionamento. Para tirá-lo dessa situação, embalde seus filhos tentaram por vêzes empreendimentos reanimadores.

"Diversas emprêsas de caminhos de ferro, tendentes apenas, à posse privilegiada do pôrto obtida de concessões, não cuidaram em se tornar realidade, prolongando assim, de desilusão em desilusão, a paciente espera de tempos mais propícios. A cidade de S. Francisco, edificada na ilha, não teve os recursos necessários para levar à terra firme os meios de impedir o continuado desânimo e assim permaneceu estacionária, como a mirar-se saudosa do seu passado na espelhante vastidão da sua opulenta baía.

"No entanto, tudo ali augurava a tais empresas o mais aupicioso futuro, não só a magníficência do seu pôrto de fácil ancoradouro e larga e profunda barra, como a fertilidade da ilha; ilha que, ligada à terra firme, daria, pela sua posição, à linha férrea a chave de todo o transporte desta parte do Sul, desde que a estrada fôsse ligar a qualquer outra em demanda do Rio de Janeiro ou Rio Grande do Sul.

"Felizmente parece ter soado para S. Francisco a hora feliz, recompensadora de tão prolongados anos de esperança, com o estabelecimento do ramal da Estrada de Ferro S. Francisco ao Iguaçu, ora em construção.

"Já na cidade nota-se desusada movimentação, estão se valorizando os terrenos, reanima-se a edificação, e por tôda parte se manifesta confiança em muito próximo engrandecimento.

"O grandioso futuro dêsse município traça-se nìtidamente à perspicácia de quem conhece a fertilidade do seu solo, a salubridade de seu clima, os recursos naturais de que dispõe, a formosura e pujança da sua natureza, as riquezas que dormem no seu seio e a inata inteligência de seus filhos, de cujo meio, instrutivamente acanhado, tem surgido homens de verdadeiro talento.

"E, uma vez unida a ilha ao continente, estabelecida a comunicação dêsse maravilhoso pôrto com os nossos centros, a cidade se erguerá dêsse seu formoso berço, alfombrado de jacatirões, para se estender pelas suas graciosas colinas e novos progressos lhe virão adornar a perspectiva e engrandecer-lhe em todos os seus conjuntos. Com isso virá a colonização da parte central da ilha Saí, o estabelecimento de pequenos vapores entre as duas margens da Babitonga, o atêrro da pequena enseada da Ponta da Cruz, para o que provàvelmente se utilizará o "Morro do Hospício", e não será de admirar que então se realize o estabelecimento de um arsenal de marinha.

"Futuro não muito remoto dirá si somos visionários e se efetivamente não será dos mais brilhantes o porvir do município de São Francisco e da cidade que há tantos anos se reclina estacionàriamente bela e majestosa, é orgulho do nosso Estado e será amanhã a chave comercial e estratégica do Sul do Brasil."

Em agôsto de 1905, os trabalhos preliminares e de traçado da Estrada de Ferro estavam sendo perturbados, no distrito de Jaraguá e na Colônia Hansa, em virtude da falta de indenização dos terrenos desapripriados, por onde atravessava a linha férrea. "Nos últimos dias do mez findo, um numeroso grupo de colonos estabelecidos em Jaraguá, atacou os trabalhadores de um trecho dessa obra e os obrigou abandonarem o serviço, que efetuavam em seus lotes e continuam esses colonos a impedir o trabalho, até que se os indenizasse dos terrenos e plantações prejudicados. Na colônia de Hansa, todos os moradores da Estrada Langland, expulsaram de seus terrenos trabalhadores da Estrada de Ferro, e, sublevados, declararam não consentirem na continuação de semelhante serviço sem a devida indenização a que se julgam com direito".

O engenheiro fiscal, Sr. Dr. Campos Mello, em novembro do mesmo ano de 1905, recebeu, para dar parecer, a planta da Estação de Joinville. Já em princípios de 1906, estava em adiantado estado de construção o edifício, obra magnífica, quase no extremo da Rua Sta. Catarina, construída nos terrenos do Sr. Joeck, sob a administração do Sr. Fernando Lepper.

A atual Avenida Getulio Vargas, não era mais que um caminho estreito macadamizado, com valas laterais. Comentava-se o es-

tado da Rua Sta. Catarina em face do crescente movimento de trânsito no próximo futuro :

"A nossa antiga estrada Santa Catarina, que numa extensão de quilômetro e meio vai em linha reta desde o extremo da Rua S. Pedro além do local em que ora se edifica a Estação da Via-Férrea, foi sempre uma das nossas artérias de maior circulação de veículos. O seu movimento tem vindo em crescente aumento, correspondendo-lhe a edificação que ano a ano cresce.

"Com a breve inauguração da Estrada de Ferro, a Rua Sta. Catarina, cujos terrenos já subiram muito de valor, vai aumentar e triplicar o seu trânsito em veículos que transportarão pessoas e mercadorias de e para a estação férrea. Quem compreendendo essa necessidade, quisesse corrigir a imprevisão do passado, devia começar pelo alargamento desta rua. A sua edificação tem, por felicidade, guardada certa linha em recuo do alinhamento, de modo que, para se estabelecer hoje o alargamento, só se torna necessária a retirada dos cercados e cêrcas existentes à frente das casas, alargando-se o leito da rua, estabelecendo-se entre o alinhamento das casas e as valas de escoamento o trânsito para pedestres, deixando-se livre aos veículos todo o espaço do centro".

Ao mesmo tempo, em que o alargamento da atual Avenida Getúlio Vargas entra no foco das discussões, lê-se na "Patria", de São Francisco do Sul, a seguinte notícia :

"Não obstante ser provisório o assentamento dos trilhos da Estrada de Ferro entre S. Francisco e Joinville, no trecho comprehendido entre esta cidade e a ilha do Linguado, por mais de uma vez diversas famílias teem dado, em vagonetes, excellentes passeios até aquella ilha, sem que, apezar de ser muito facil um descarrilhamento, attenta ás condições dos dormentes, se houvesse até agora de lamentar qualquer desastre.

"No domingo passado, entretanto, e bem contra a vontade dos Snrs. engenheiros, aglomeraram-se muitas famílias nos vagonetes para igual passeio, e entre exclamações de alegria, fez-se todo o percurso da ilha.

"De volta, notava-se entre todos o maior contentamento, e ás 11 horas partiram os passageiros em regresso. A frente da locomotiva vinham dois vagonetes de carga, aos quaes, á guisa de bancos, haviam-se preparado assentos por meio de dormentes.

"Ocupados os respectivos logares, poz-se em marcha a locomotiva. O sol brilhava numa kermessa de luz. Os animos serridentes denunciam-se cantando no rubôr das faces. Havia em tudo, na natureza e no espaço, um entoar de hymnos de alegria.

"De repente, porém, sente-se um extremeção brusco e forte - o primeiro carro houvera descarrilado. As pessoas que o occupavam, pelo impulso da velocidade cortada, ficaram em bolo, umas por cima das outras.

"O facto parecia fatal.

"Entretanto, muito perfeitamente, o machinista fez parar a marcha da locomotiva e neste acto esteve a salvação dos passageiros, não se tendo a lamentar sinão um pequeno ferimento na perna de um menino.

"Collocado o vagonete nos trilhos, depois de um trabalho de meia hora, prosseguio-se o passeio de regresso a São Francisco".

O hoje tão discutido atêrro do Linguado, iniciou-se em princípios de 1906. A convite do Engenheiro Chefe dos serviços em construção, Sr. Ignacio d'Oliveira, teve ocasião de percorrer o trecho entre as ilhas o Sr. Ignacio Bastos, que assim descreveu as obras em andamento :

"Conquanto não seja definitivo o assentamento dos trilhos, estão fazendo por meio de dormentes umas pontes provisórias que, possibilitando a passagem das locomotivas e dos carros, abreviará o serviço do entulho.

"Mais importante do que êsse trabalho tem sido a construção da ponte provisória do Linguado, que ligará a ilha com o continente e cujos serviços estão entregues à administração do Snr. Gaspar d'Oliveira.

"Em numero de 60 estão colocadas as vigas no canal, tendo cada uma 11 metros de comprimento e são aprofundadas entre

4 e 5 metros, conforme a resistência do solo. Para afincar as vigas, estas serão levantadas por uma roldana do bate-estaca, cujo martelo tem o pêso de 1200 quilos e dá 4 pancadas por minuto, sendo o mesmo movido a vapor.

"A ponte provisória terá 400 metros, sendo menor a definitiva".

Entre a ilha e o continente fêz-se um atêrro de pedras de 8000 metros cúbicos, atendendo-se ao fluxo e refluxo da maré, notàvelmente forte naquele lugar, devido à proximidade da Barra do Sul.

"Vê-se desta notícia, que estão muito adiantados os serviços da via férrea e, pelo que pensa o ilustre engenheiro chefe Ignacio d'Oliveira, é de esperar que, até fim de julho, possa ser inaugurado o trânsito de S. Francisco a esta cidade".

Em 26 de junho de 1906, uma locomotiva da Estrada de Ferro em construção, apitou pela primeira vez no continente, transpondo a ponte provisória do Linguado. Estava-se prosseguindo com a maior atividade o assentamento de trilhos entre aquêle ponto e a Vila do Parati. Em meados de junho, uma comitiva composta dos Srs. Ignacio Bastos, engenheiros Ignacio de Oliveira, Dr. Joaquim Leite Ribeiro de Almeida e engenheiro Constantino, realizou uma excursão pelo trecho da linha, já concluído. Tendo embarcado na ponte provisória do "Sacco", foram com a locomotiva e os vagões dos trabalhadores até a ilha do Linguado; daí, tomaram o vagonete, passando pelo atêrro do primeiro canal até a ponte provisória, passando ao continente. Visitaram então os 17 quilômetros de linha construída, em 42 minutos "o que dá o tempo rápido 2½ minutos por quilômetro, e sem quaisquer incidente !"

O dia 29 de julho de 1906 fica gravado na história da Estrada de Ferro com a chegada do primeiro comboio na "Estação de Joinville" recém-terminada.

"Domingo, desde cedo, notava-se que grande massa de povo demandava a Estação da Estrada de Ferro, afim de assistir alli a chegada da primeira locomotiva. Os trabalhos de avançamento na semana passada, tinham ficado a pouco mais de um quilometro de distancia, mas graças aos esforços do pessoal do trabalho, que madrugou no serviço, poderam assentar os trilhos até em baixo da estação.

"A affluencia do povo era enorme, uns margeavam a linha e outros estavam na plataforma da estação, todos aguardavam ansiosos a chegada da locomotiva.

"Ás 5 horas da tarde ficou concluido o assentamento provisório dos ultimos trilhos, o pessoal de trabalho voltou onde estava a locomotiva, occupou o primeiro carro, e, ás 5 horas e vinte minutos, debaixo do vivo enthusiasmo popular, o primeiro comboio entrou na estação.

"Nesse momento a banda musical "Guarany" fazia ouvir uma bella peça do seu variado repertorio.

"Em Joinville, pois, pela primeira vez echoou o silvo estridente da locomotiva, como um mensageiro da felicidade que traz aos seus habitantes um porvir risonho na senda do progresso".

A cervejaria Kuehne, da qual era gerente o Sr. Guilherme Walther, comemorando a chegada da primeira locomotiva a esta cidade, apresentara ao comércio uma nova marca de cerveja a que dera o nome : "Marca Progresso - 1906".

— — — — — — —

Em meados de julho, anunciou-se a visita do Presidente da República eleito, Dr. Afonso Pena, para a segunda quinzena de agôsto. Organizaram-se comissões de recepção, de hospedagem e de festejos ao ilustre visitante e sua comitiva, composta de umas vinte pessoas.

Finalmente, a visita precipitou-se para a primeira semana daquele mês, ficando em dúvida até o último instante se entraria na cidade de trem ou via fluvial pelo "Babitonga". Felizmente as providências tomadas em tempo não vieram demasiadamente prejudicar os preparativos. Na véspera de sua chegada, uma comissão designada pela Câmara Municipal, embarcou no "Babitonga" a fim de recepcionar o ilustre visitante e sua comitiva em São Francisco. No vaporzinho, vistosamente ornamentado com flôres e bandeiras, foram de Joinville a S. Francisco os Srs. Cel. Ernesto Canac, presidente do Conselho Municipal; Dr. Francisco Tavares Sobrinho, Dr. Gomes Ramagem, Ten. Cel. Ernesto de Oliveira a fim de acompanharem Sua Excelência, o Dr. Afonso Pena até esta cidade.

De São Francisco, onde os ilustres hóspedes tiveram festivo desembarque, almoçando em casa do Sr. Reinaldo Gomes Tavares,

administrador das Rendas Estaduais, partiram no trem da nova via férrea, com destino a Joinville, em cuja estação chegaram às 2 horas. Era totalmente improvizada esta viagem por trem, passando o comboio pela ponte provisória do Linguado.

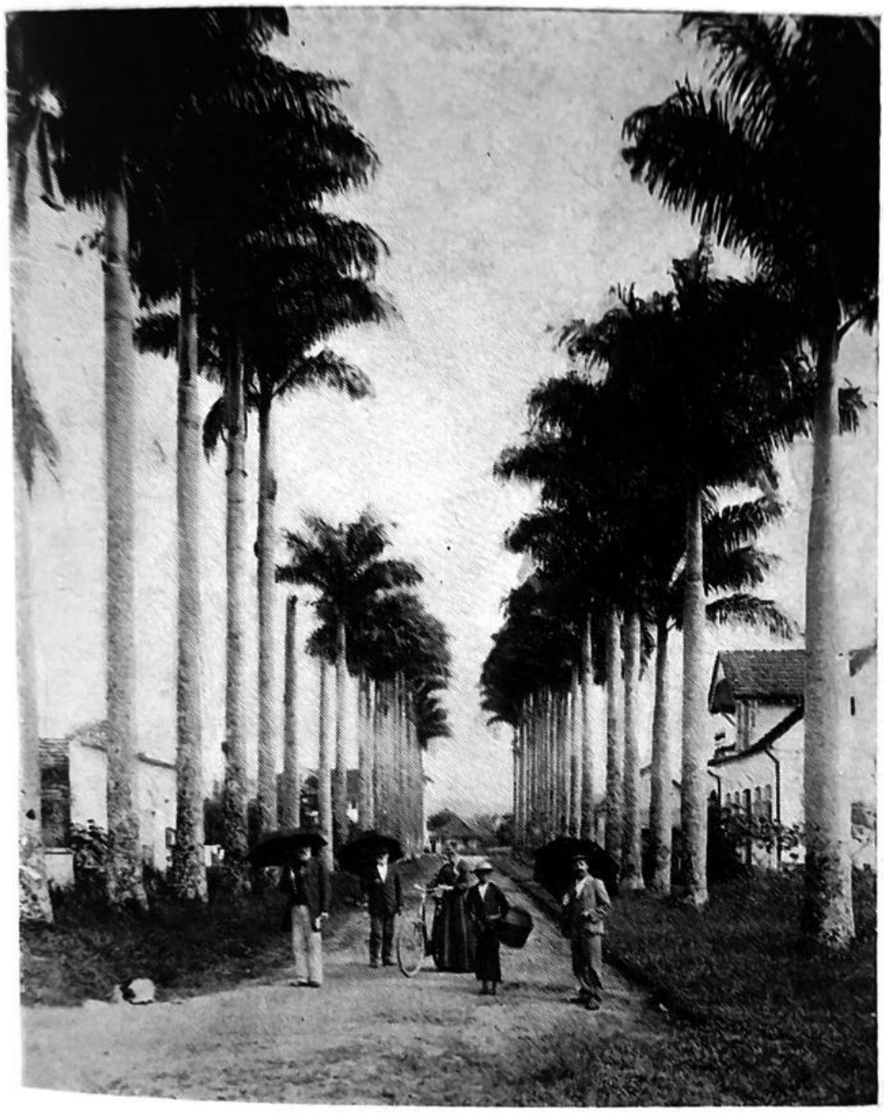
Em virtude do nôvo ponto de chegada, segundo ulterior deliberação, alteraram-se as disposições de recepção no pôrto e no cais da "Empreza Fluvial". As bandeiras, fitas alegóricas e as bandas de música foram ràpidamente transferidas para a nova Estação da Estrada de Ferro, no final da Rua Santa Catarina.

Constituía a visita do Dr. Afonso Pena, "eleito do povo brazileiro para o elevado posto de Presidente da República" um acontecimento histórico para Joinville, não só pela honra da visita, como também porque entraria na cidade como primeiro passageiro do trem da ferrovia.

Todo o edifício da "Estação de Joinville", as plataformas de ambos os lados da linha e imediações estavam cheios de famílias, cavalheiros e populares que aguardavam a chegada de S. Excia. Além de outras pessoas, o Sr. Superintendente Procópio Gomes de Oliveira, Sr. Victor Mueller, secretário; Dr. Antonio Gomes Ramagem, juiz de direito; Dr. Abdon Boptista, Vice-Governador eleito; membros do Conselho Municipal; Francisco Machado da Luz, agente do Correio; Major Eugenio Franco Filho, Ignacio Bastos, encarregado da estação telegráfica; Dr. Cesar Pereira de Souza, Antonio Pereira de Macedo, coletor federal; Cel. Germano Lepper, Otto Boehm, Gustavo Richlin, Major Luiz Brockmann, Alfredo de Oliveira, Emilio Stock, Henrique Jordan, Dr. Carlos Lange, Leopoldo Correia, Luiz Niemeyer e outros.

Ao aproximar-se o trem, do morro próximo àquele local, partiu uma salva de 19 tiros e no desembarque a música da Sociedade Guarany tocou o Hino Nacional. Desde a estação até a cidade formou-se um préstito de uns 30 carros, à frente, em "landau", os Srs. Dr. Afonso Pena, Cel. Pereira de Oliveira, Governador do Estado, Procopio Gomes e Dr. Abdon Baptista, em cuja casa iria hospedar-se o Sr. Dr. Afonso Pena. Muitas casas da extensa Rua Sta. Catarina estavam embandeiradas.

Na cidade os carros desceram pela Rua São Pedro e do Mercado, entrando na Rua Cons. Mafra, pelo lado do pôrto.



Alameda das Palmeiras, em 1903.
(à esquerda, o Sr. Frederico Bruestlein).

Tôdas essas ruas estavam belamente enfeitadas com um duplo renque de palmeiras. A Rua Cons. Mafra com seis arcos de folhagem e grande profusão de bandeiras, galhardetes, festões e flôres. Formando alas, viam-se ao longo alunos e alunas das nossas escolas públicas e particulares, com laços de côres nacionais.

Agradàvelmente impressionado, desceu o Sr. Dr. Pena do "landau", andando a pé até a casa do Sr. Dr. Abdon. Animada multidão enchia tôda a rua, vendo-se às janelas das casas muitas senhoras em trajes festivos. Em frente à casa do Dr. Abdon Baptista tocava a banda "28 de Setembro".

Sua Excia. chegara com o firme propósto de voltar às 5 horas para S. Francisco. Aconteceu porém, que, após curto descanso, foi percorrer em carro a cidade em companhia dos Srs. Cel. Pereira de Oliveira, Dr. Abdon e Procópio Gomes, e de volta à casa do Sr. Abdon Baptista, recebeu a visita de várias senhoritas que lhe fizeram insistentes pedidos para ficar aquela noite "para que se podessem realizar o conserto e o baile preparado no Salão Walther".

"Depois de muito reluctar, accedeu S. Excia. aos reiterados pedidos".

"Durante o resto do dia, por tôda a cidade circularam constantemente grande número de carros e passeantes. Tocaram alternadamente as músicas "Guarany" e "28 de Setembro".

"Às 7 horas, teve começo no Salão Berner o banquete oferecido ao Snr. Afonso Pena. O vasto salão, vistosamente decorado, ostentava grande mesa com profusão do cristais e flôres, na qual tomaram parte 150 pessoas da nossa mais seleta sociedade, e em que à direita de S. Excia. sentou-se o Snr. Governador e à esquerda o Snr. Vice-Governador eleito, e vis-a-vis, o Snr. Superintendente Municipal. O serviço foi abundante e delicado.

"Ao "champagne", falaram os Snrs. Dr. Abdon e Sua Excia. Dr. Afonso Pena, tomando por tema o progresso realizado pelo elemento imigratório e sua identificação com o elemento nacional. As suas palavras foram cobertas com salvas de palmas.

"O banquete terminou às 9.45 da noite, hora em que percorria a cidade a "marche aux flambeaux" formada pelo Corpo de Bombeiros, Sociedade Ginástica e muitos populares com archotes, ao som da música do Corpo de Bombeiros. A cidade ostentava iluminação dum efeito deslumbrante, belo e que, S. Excia. teve ocasião de apreciar.

"O jardim municipal oferecia um aspecto quase phantastico pela caprichosa disposição de tijelinhas, balõesinhos, venezianas e lanternas. Entre os vários edifícios e casas iluminadas destacaram-se a 1.ª escola pública mixta, a maçonaria, a Cia. Industrial e Intendência Municipal, o escritório da firma A. Baptista & Oscar, as casas dos Snrs. Gustavo Richlin, Dr. Frederico Bruestlein (o atual Palácio dos Príncipes) Viúva Hasse, Dr. Ignacio de Oliveira, Mendel, Canac, Emilio Stock, Urban, Alexandre Schlemm, apresentando um efeito encantador a iluminação geral da Rua Cons. Mafra.

"Às 10 horas teve começo o consêrto no Salão Walther, perante uma grande e seleta assistência. O programa, que fôra impresso em magnífico cartão com retrato do Snr. Dr. Afonso Pena, foi deliciosamente desempenhado pelas senhoritas, senhoras e cavalheiros que dêle se encarregaram, havendo no final de cada número estrepitosas salvas de palmas.

"À meia noite tiveram começo as danças que se prolongaram animadíssimas, até às 4 horas da madrugada. O "cotillon" composto de muitas marcas e dirigido pelas senhoritas Brasilia Baptista e Martha Lepper e pelos cavalheiros Dr. Cezar Pereira e Hans Skowronnek, deu ao baile um raro atrativo.

"Às 5 horas chegavam todos á estação da Estrada de Ferro, partindo logo depois o trem, levando o Snr. Afonso Pena, o Governador do Estado e as pessoas da sua comitiva. Que todos tenham levado de Joinville uma perduradoura recordação - eis os nossos desejos".

— — — — — — —

A linha da Estrada de Ferro, apesar de pronto o trecho entre S. Francisco e Joinville, não iniciara ainda o tráfego de passageiros, encontrando-se em construção a continuação para o interior. Em outubro de 1906 foi vencido o banhado do Piraí e "sôbre elle se

estendem os dormentes, o que equivale dizer que se removeu uma das maiores dificuldades da construcção. Os Postes telegraphicos chegarão pos estes dias à estação desta cidade. No dia 3 do corrente a machina "Lauro Müller" transpoz o Linguado e veio até a "Estação de Joinville". Os trabalhos em toda linha vão indo com admiravel rapidez e segurança".

A "segurança" apesar das afirmações do "Commercio de Joinville" não era das maiores. Já no dia 27 do mesmo mês de outubro, acontecia um lamentável desastre, que "apezar das suas tristes consequencias, poderia ter produzido maiores desgraças".

Às 11 horas da manhã daquele dia partiu da estação de São Francisco o comboio puxado pela locomotiva "Lauro Müller", conduzindo lastro e um carro em que iam os Srs. Dr. Francisco Leite Ribeiro e Ignacio de Oliveira, engenheiros da Estrada e mais alguns outros.

Ao transpor a ponte ainda provisória sôbre o pequeno rio da Pedreira, no comêço da cidade, a ponte ruíu e deu-se um descarrilamento do primeiro carro após a máquina, batendo esta violentamente de encontro ao barranco, matando, pela violência do choque, o maquinista e ferindo os Srs. engenheiros e vários trabalhadores que iam no comboio.

O fato repercutiu dolorosamente em tôda a cidade e ao lugar do desastre afluiu quase tôda a população, visìvelmente impresionada com a triste ocorrência.

Com o prosseguimento do traçado da linha férrea em direção a São Bento, revoltaram-se os moradores e colonos contra a morosidade do pagamento das indenizações das terras desapropriadas. Os proprietários das terras reclamavam em vão contra a invasão e destruição das suas plantações, chegando ao ponto de se revoltarem abertamente contra os operários da linha em construção.

Um colono, de nome Ernesto Kullak, morador de Jaraguá, irritado com a falta de pagamento da indenização, enviou uma carta ao engenheiro chefe do escritório da Estrada de Ferro, em Joinville, solicitando o imediato pagamento "e se não fosse paga a indenização devida, elle destruiria com dinamite o trecho da linha que atravessava o seu terreno".

Não sendo atendido, tornou a escrever outra carta, desta vez ao sub-comissário do distrito de Jaraguá, avisando-o de que tomasse providências pois que estava disposto a fazer voar pelos ares e interceptar a passagem da locomotiva nos seus terrenos, prevenindo-o de que no dia 23 não se aproximasse daquela ponto.

Comunicada a ameaça ao Sr. Capitão Lôbo, comissário da polícia em Joinville, enviou esta autoridade dois praças ao Sr. Subdelegado de Jaraguá para que impedisse a realização do atentado.

Apear dos esforços da autoridade, Ernesto Kullak, polonês recém-chegado, levou a efeito, na manhã do dia 23, o seu plano de destruição por meio de dinamite, danificando parte do leito da linha férrea, arrancando postes da linha telegráfica e inutilizando os fios.

Prêso no local do delito, foi Kullak, conduzido para esta cidade e recolhido à prisão.

O caso teve repercussão no Brasil inteiro e criou-se até uma questão internacional com troca de notas diplomáticas, em tôrno de uma banana - de dinamite !

Fator importante na construção da Estrada de Ferro era o percurso do traçado da sua linha. Dependia da topografia local - e, infelizmente - dos interêsses pessoais, que, por sua vez, dependiam da polícia local. Sendo São Bento, em 1906, cidade já bastante crescida, reclamou em altos brados "um ponto de parada para as locomotivas !" Uma reclamação aliás muito justificada, pois os primeiros anteprojetos do traçado da linha São Francisco, rumo oeste ao planalto, ignoravam até a próspera cidade de Joinville com seus três mil e tantos habitantes.

Entretanto as firmas comerciais de Joinville tinham os seus proprietários envolvidos no partidarismo local, de forma que havia interêsse comum dos Srs. políticos, pelo menos comercialmente.

A Estrada Dona Francisca, como escoadouro que ligava a zona sul do Paraná e norte catarinense ao pôrto mais próximo - São Francisco, concentrava quase tôda a erva, até do Rio Negro, Lapa, São José do Pinhais, sem contar São Bento, Canoinhas, Campo Alegre e até Iguaçu, nas firmas de Joinville para beneficiamento, venda e exportação. Assim, naquela época compreendia-se que o mais

eficiente fator de progresso seria a ligação de São Francisco a Joinville por Estrada de Ferro. Apesar do desvio e maior percurso da linha férrea, atravessando terreno pantanoso da baixada do Piraí-Piranga, finalmente os interêsses comerciais venceram todos os obstáculos e o nôvo traçado da linha tocou em Joinville. Não atingia, porém, São Bento, passando a poucos quilômetros ao sul dessa cidade em franco progresso. Incompreensível!

Manifestaram os sãobentenses o seu desagrado num artigo "Remédio que não cura", publicado na "Gazeta de Joinville":

"Agita-se, ha tempo, em São Bento a questão da preferência do ponto para a estação do ramal da Estrada de Ferro São Francisco-Iguassú.

"Desde os primeiros estudos do traçado, estava, segundo dizem, assentado o local para a estação dentro da Vila de S. Bento, por onde atravessará a linha férrea.

"Interêsses comerciais mais preponderantes no povoado de Oxford, distante da Vila, séde do Município, uns 5 quilometros, estão influindo para que a futura estação seja ali estabelecida. O movimento comercial mais desenvolvido em Oxford deve-se ao fato de atravessar o povoado de Oxford a Estrada de Dona Francisca. Na luta da concorrencia, Oxford desenvolveu-se como centro de faceis transações na compra da herva mate e venda de generos, desviando de São Bento o movimento, apesar de ser séde municipal, onde existe o correio postal, o telégrafo e as repartições fiscais.

"De modo que, só devido ao erro de se ter desviado da Vila de São Bento a nossa estrada de rodagem, deve-se hoje ter ficado a vila ao seu limitado comercio.

"Será inadmissível não se reparar hoje, por meio da via férrea, o êrro cometido tempo atraz com o traçado da Estrada Dona Francisca, ao menos que propositalmente se não queira aniquilar a graciosa Vila de São Bento, apagando-se toda a soma de sacrifícios até hoje empregados na fundação daquela localidade e faze-la desaparecer por completo, cavando-se-lhe a sepultura alí mesmo, entre os seus verdes pinheirais de serra acima".

O traçado do ramal, seguindo de acôrdo com o plano do então Ministro de Viação, o ilustre catarinense Dr. Lauro Müller, repre-

TECA PÚBLICA MU
PIRASSEIRA

sentava a realização de fundadas esperanças para o norte de Sta. Catarina, cujas localidades principais receberiam novos impulsos de progresso.

Em maio de 1907, portanto, com a retirada do Dr. Lauro Müller da pasta no Ministério, modificou-se o traçado com prejuízo dos interêsses do Estado, abandonando-se trechos já construídos para encurtar distâncias.

Sòmente em maio de 1910 a linha férrea atingiu a colônia de Hansa, sendo inaugurado o primeiro trecho de 96 quilômetros em 6 de junho do mesmo ano. Devido a grandes dificuldades técnicas, serra acima, a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, ramal de São Francisco, inaugurau o último trajeto, via São Bento, a Rio Negro em 1913.

— — — — — — —

Ainda ecoavam no seio da pequena cidade os comentários sôbre as festividades da estada do Presidente eleito, quando surgiram rumores e boatos, inicialmente à boca pequena, e depois na imprensa, sôbre a extinção da Companhia Industrial, principal negociante de

Erva Mate.

Devemos indiscutìvelmente, a melhor descrição dos acontecimentos dessa época marcante da história de Joinville, ao saudoso advogado e historiador Dr. Plácido Olympio de Oliveira :

> "Quando a Estrada Dona Francisca atingiu o planalto, quase simultaneamente com a fundação de São Bento em 1873, os colonos da Colônia Dona Francisca, ao perceberem o clima ameno e muito parecido com o das pátrias distantes, sentiram-se atraídos para mudarem-se para aquelas plagas. A cidade visada e preferida foi Curitiba. Houve, assim, uma emigração da Colônia para aquela cidade que fêz periclitar o desenvolvimento de Dona Francisca sinão houvesse uma reação. E esta veio de uma forma mais promissora ainda, sob a forma do comércio e indústria, prendendo ainda mais os colonos a Joinville. Foi o caso dos industriais e exportadores de mate do sul do Paraná, já afeitos ao preparo e comércio da "Hevea brasiliensis", terem

percebido que a estrada Dona Francisca encurtava-lhes sensìvelmente a distância do pôrto de embarque.

"Viram que a posição de Joinville, servido por via fluvial com São Francisco do Sul, oferecia mais vantagens de tempo e distância, tratando-se de São Mateus, Rio Negro, Lapa ou São José dos Pinhais do que Antonina ou Paranaguá, ainda não servídos por estrada de ferro.

"De modo que afluiram para Santa Catarina, onde os colonos europeus recém-vindos nunca tinham ouvido falar dessa mercadoria"... (1)

"Tem a erva-mate a sua história de explendor e decadência. Sabe-se que o vocábulo "mate" provém do quíchua - mati, cuia, nome do recipiente feito do fruto da Crescentia cujete, o nosso cuitezeiro. Nele preparava-se, como ainda hoje, a infusão do ILEX paraguaiensis e, por extensão, os espanhóis do Paraguai deram á bebida a designação do vaso que a continha e pasaram a denominar YERBA MATE a árvore, chamada pelos guaranís "caá".

"A história do uso do mate deita vetustas e profundas raízes nas primitivas civilizações incaicas, onde era conhecido pelos povos aborígenes do Peru, Equador, Bolívia e parte setentrional do Chile.

"Há, entretanto, uma outra história que nos é relatada pela escola guaraní. Segundo ela, a erva mate é originária da América do Sul, região Oriental, remontando o seu uso a épocas longínquas, sendo, que, em princípio do século 17, já a empregavam os índios guaranís do Paraguai, norte da Argentina e sul do Brasil, conforme notícias que nos fornecem os jesuítas de então, que fizeram do mate, uma fonte dos seus haveres no período da dominação do Paraguai.

"Para os aborígenes, o mate era conhecido sob o nome de "caá" ou caá-mi" e dêle faziam uso, quer mascando as fôlhas, quer usando-as como beberagem, para resguardarem-se das doenças

(1) cit. Plácido Olimpio de Oliveira - Joinville em 1906, Album Centenário 1951.

e do cansaço. Era também costume dos indígenas tupis e tapuias, ao empreenderem longas viagens, levaram as fôlhas entre os dentes, procurando dêsse modo, evitar não só a fadiga, como também a fome. Com êsses recursos, passavam dois ou mais dias sem comer, apenas nutritos pelo mate. Possuindo oleo essencial, clorofila, resina, tanino e cafeína, o mate é um produto de grande valor nutriente.

"O certo é que cabe aos Jesuítas a propriedade nas referências a essa planta. Sendo os ervais tentadora fonte de lucros, começaram os espanhóis a explorá-los, estabelecendo-se aquem e além Paraná, próximo das regiões onde eram mais intensas as formações do afamado vegetal. Segundo o p. Ruiz de Montoya, os índios preados viviam nesses aldeamentos reduzidos à escravidão, sendo uma de suas tarefas colhêr a erva e transportar "às costas cinco ou seis arrobas, dez quinze, vinte e mais léguas, pesando o índio menos do que a sua carga".

"Verificou-se mais tarde a existência da erva noutro lado do Iguaçu até o sul de Mato Grosso, e que os indios ali encontrados também faziam uso de suas fôlhas, dando à árvore o nome de "congõi". Deram então ao vegetal o nome de "congonha", mais de acôrdo com a língua brasileira.

"Os povoadores paulistas do planalto curitibano, como os espanhóis do Paraguai, cedo se fizeram à ingestão do chá indígena, propagando-se o hábito até Minas Gerais, onde Saint-Hilaire foi encontrá-lo", e até as populações do litoral em relações comerciais com a "Vila de Coritiba", pelos primitivos caminhos de Paranaguá e Três Barras".

De São Francisco levavam a congonha à "vila de Nossa Senhora do Destêrro", onde o naturalista barão de Langsdorff, que estivera na ilha de Sta. Catarina em 1803, quando da expedição russa comandada por A. Krusenstern, e que se destinava ao Pacífico, registra em seu livro "Bemerkungen auf einer Reise um die Welt", Frankfurt, 1812, a surprêsa que lhe causara o costume que tinham os desterrenses de ingerir grande quantidade de um chá que preparavam "derramando-se água muito quente sôbre certas fôlhas silvestres, alí chamada "Herbe do mato".

"Em 1804, a Câmara de Paranaguá estabelecia a cobrança de taxas sôbre a erva mate que passasse pelo Cubatão e da Vila de Paranaguá, fôsse remetida para o Pôrto de cima e Morretes, ou vice-versa, e, em 1807, a Câmara de São Francisco do Sul incluia a taxa cobrada pela venda da congonha, nos subsídios de terra e mar, nomeando juíz pedâneo para fiscalizar e arrecadar a taxa que recaia sôbre esse mercadoria que descia de Curitiba, remetendo presos para a Vila de S. Francisco todos aquêles que extraviassem as ditas congonhas.

"Os grandes consumidores, além do consumo interno no planalto e no Rio Grande do Sul, estavam no Rio da Prata e no Chile.

"O mate do Paraguai não bastava para suprir esses mercados, nem o produto dessa origem satisfazia inteiramente ao paladar de argentinos, uruguaios e chilenos, como o de procedência brasileira.

"Foram e continuam a ser esses países os maiores importadores da "ILEX", e isso explica a predominância da denominação "erva mate", tradução da "Yerba mate". O têrmo "congonha" pasou a designar outras espécies do produto.

"A procura da erva-mate brasileira pelos consumidores platinos, em 1820, determinou o estabelecimento dos primeiro engenhos de maior capacidade de produção, na comarca de Curitiba, a êsse tempo parte integrante da Província de São Paulo. Até então, apenas em Curitiba e na Lapa, procedia-se, para o consumo local, ao beneficiamento dessa aquifoliácea, utilizando-se de processos rudimentares.

"De 1820 para cá, o fabrico do mate começou a deslocar-se para Paranaguá, Antonina e Morretes "constituindo aí, por largos anos, principalmente nesta última localidade, os centros de maior indústria e expansão comercial do produto para as províncias e para o exterior do Império" (cit. Romário Martins)."

"Quando foi criada a Província do Paraná, em 1853, existiam na comarca de Curitiba perto de 90 engenhos, já por essa época movidos a água, substituindo as primitivas "fábricas de soque", ou de pilão, em que escravos socavam as fôlhas do mate.

"Os maiores produtores encontravam-se em Morretes. Quando a "Estrada da Graciosa" foi entregue ao trânsito, Curitiba tornou-se definitivamente o centro de beneficiamento da erva mate.

"O desenvolvimento da indústria ervateira no Paraná, levou o Dr. Severo Amorim do Vale, 3.º Vice-Presidente da Província de Sta. Catarina, a dizer eu sua fala dirigida à Assembléia Legislativa a 1.º de março de 1849 : "a erva mate, ramo considerável de exportação em Paranaguá, bem vizinho do nosso limite, tem estado em perfeito abandono".

"Não existiam fáceis meios de comunicação que permitissem carrear para os pôrtos de embarque a erva mate. Os engenhos catarinenses eram pequenos e de reduzida produção, instalando-se, porém, no ano de 1853, em Lajes, uma fábrica em maior escala. Começara o nôvo estabelecimento a trabalhar "produzindo uma boa porção de erva". Mas as despesas de transporte para o Destêrro absorviam os lucros. Os que haviam feito uma vez o transporte pelo preço de 1$000 por arroba, recusavam-se a fazê-lo segunda vez, em razão das más condições de estradas.

"Propunha o Presidente João José Coutinho um auxilio indireto em mandar consertar a estrada e isentar a erva-mate do impôsto de exportação.. (Fala dirigida à Ass. Leg. Prov., em 19 de abril de 1854).

"Tinham-se esperanças de que adviessem da construção de Estrada Dona Francisca, iniciada em março de 1858, que ligava a Colônia Dona Francisca ao planalto, os maiores proventos para a indústria ervateira em Sta. Catarina. Não era ela infundada. Com respeito a essa via de comunicação, dizia o Presidente da Província Araujo Brusque, em 1860 : "A estrada que da Colônia Dona Francisca segue para o Paraná, continua a ser construida com perfeição, e estou convencido que será uma das melhores estradas do país. Esta estrada augura um nôvo e importante mercado no pôrto de S. Francisco, para onde afluirá necessàriamente o comércio da erva-mate".

Iniciada a contrução da Estrada Dona Francisca sete anos depois da fundação da Colônia Dona Francisca, seria, pelo primeiro

traçado, Curitiba o seu ponto terminal. Em tempo emendou-se o êrro, e, por aviso de 30 de setembro de 1867, determinou o Govêrno Imperial que fôsse a então Freguesia do Rio Negro o ponto terminal da nova estrada. Acontece que já em 1865 o então engenheiro da colônia, August Wunderwald, traçara a linha em direção a Rio Negro. No mesmo ano de 1865, o engenheiro da Província do Paraná, Barão von Holleben, abriu um desvio da "Encruzilhada", já no planalto, em direção a Curitiba, descendo nesta nova picada o primeiro transporte de erva-mate, na história de Joinville, em 31 de maio de 1865.

> "Viera a Estrada Dona Francisca influir decisivamente na criação da indústria ervateira em Sta. Catarina e foi a erva-mate, inegàvelmente, um dos mais preponderantes fatores econômicos no desenvovimento de Joinville e no povoamento das margens da importante estrada.
>
> "Em conexão com essa indústria, fundaram-se grandes estabelecimentos comerciais. No beneficiamento da erva-mate fizeram-se as primeiras fortunas joinvillenses, depois aplicadas em outras iniciativas, em benefício da cidade.
>
> "Da exportação para a construção de engenhos, foi um passo, e Joinville, sem querer, tornou-se um centro industrial e comercial de erva mate, e, mais importante praça comercial de uma vasta zona que servia como intermediária de inúmeros produtos. Destacaram-se na industrialização da erva-mate "elementos genuinamente brasileiros, que preponderaram na política local e estenderam, em certos momentos, o seu âmbito de influência à política do Estado". (2).

A princípio, a erva era transportada do planalto para Joinville, em lombo de burro. Mais tarde, depois que a construção da Estrada Dona Francisca se consolidou, a condução era feita por carroções de quatro rodas que comportavam mais de duas toneladas e eram puxados por 4, 5, e mais animais. Nas viagens de retôrno iam esses cargueiros carregados com produtos da colônia : açúcar, aguardente, farinha de mandioca e outros que o planalto não produzia. E assim, pouco a pouco, os varejistas de Joinville foram aprendendo

---

(2) Carlos da Costa Pereira - "A Região das Araucárias" in "Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de S.C.", 1943, ps. 47-60.

a ganhar dinheiro com o mate, na revenda da erva aos engenhos e na venda das mercadorias coloniais de seus negócios.

O produto beneficiado seguia para o pôrto de S. Francisco, com destino ao Prata e ao Pacífico.

Existe valioso documento sôbre a primeira iniciativa joinvillense na industrialização da erva-mate. Um relatório do então representante do Príncipe de Joinville, Sr. Frederico Bruestlein, endereçado ao administrador dos bens da Casa Orléans em Paris. Monsieur Bocher, em junho de 1879.

Transcrevemos a parte que se refere à primeira tentativa da industrialização ervateira em Joinville :

"En 1877 un négociant d'ici - G. F. Hasse a transformé son usine a vapeur pour piler le riz, en usine à piler le maté et l'a louée à un industrielle de Morretes, Antonio Sinke, qui dans la première année d'emploitation y a gaigné de 40 a 50 contos de réis.

"Ce succès et la concurrence faite a Morretes et Antonina par Paranaguá et Coritiba, ont décidé deux autres industriels de Morretes, Celestino d'Oliveira et Vicente Ferreira Loyola à établir une usine a vapeur à la colonie et a louer celle de Joinville abandonnés par Sinke, qui s'en est construit une à Joinville pour son propre compte.

"Une maison de commerce de Joinville, E. Trinks Frs. a commence vers le fin de 1878 une usine hydraulique ao Rio da Prata; enfin l'ingenieur qui dirige les traveaux de la route de Dona Francisca, Monsieur Étienne Douat, a louer le terrain où les indiens ont tué Lenschow en 1873, abandonné depuis cette époque, pour établir un moulin a maté sur le Rio Secco.

"Le développement de l'industrie du maté ne s'ste pas fait sans guerre de la part de la province de Paraná. Cette guerre consstante de la question des limites jointe à l'indifférance du gouvernement central et provincial pour cette partie de la province et nous causes un mal incalculable"... (3)

---

(3) Copiador da Correspondência de F. Bruestlein e E. Bocher - Paris, vol. 16 (Bibl. do A.).

Estabeleceram-se no ano de 1877 três engenhos de erva mate em Joinville. Partindo a iniciativa de Anton Sinke, vindo de Morretes, êste conseguiu lucros fabulosos já no primeiro ano, arrendou em seguida o engenho a Celestino d'Oliveira e Vicente Ferreira de Loyola, também de Morretes, para montar usina própria na Rua do Príncipe, esquina da (hoje) Princesa Isabel.

Em 1885, Antônio Sinke vendeu o estabelecimento a um francês, chegado, em 1878, de Buenos Aires, Sr. Ernesto Canac. Fundou-se assim um dos maiores empreedimentos industriais de Joinville, na época : a Companhia Industrial, com ampla sede no "cais Poschaan", onde está sediada hoje a firma Jordan. Dispunha de filiais, entre as quais cumpre salientar a de Lençol, Rio Negro e Antonina. Foi no seu tempo a maior potência financeira do Estado, representada não sòmente pelo seu capital de 500:000$000, como também pelo vulto de sua exportação de mate e valor da importação, que distribuía entre seus inúmeros fregueses, de Joinville ao Paraná.

Para os negociantes, principalmente de erva-mate, para os lavradores que na Companhia Industrial depositavam suas economias, na falta de bancos, a notícia da extinção da firma comercial mais possante da praça, provocou não pequeno alarma.

Afinal, os boatos serenaram com a publicação da ata que a dissolvia. Fundada em 1891, havia terminado o seu prazo contratual de 15 anos. O Sr. Canac vendeu suas ações aos Srs. Procópio Gomes de Oliveira, Abdon Baptista & Oscar, Carlos Hoepcke & Cia. e Líbero Guimarães que ficou com a filial de Antonina em pagamento de suas ações, desaparecendo a antiga e acreditada Companhia Industrial.

A construção da linha férrea São Paulo-Rio Grande, ramal de São Francisco, abriu novas perspectivas à indústria ervateira em Sta. Catarina e deu-lhe maior incremento em outros municípios de serra acima. O surto de progresso que a erva mate proporcionou foi enorme, os joinvillenses que nada entendiam do seu comércio, adotaram e ingressaram nessa mercancia, surgiram firmas exportadoras, os Schlemm, Jordan, Lepper, Irmãos Ribeiro, Oliveira, Freitas, Valle e tantas outras.

Hoje, "a indústria ervateira no Paraná e Sta. Catarina com-

pletou o seu ciclo, passando para um plano secundário na escala de valores econômicos da exportação de ambos os Estados".

"Passou a preponderar no quadro das industrias extrativas o pinho, que já vinha sendo explorado no período de esplendor da erva-mate".

Tranquilizados os joinvillenses das sérias apreensões referentes à liquidação da Companhia Industrial, as atenções voltaram-se para dois empreedimentos de suma importância para a próspera cidade : energia elétrica e

Telefone.

A primeira notícia sôbre a instalação de telefone em Joinville data de 2 de março de 1907, quando o "Commercio de Joinville" leva ao conhecimento dos seus leitores a realização dêsse importante melhoramento : "Empreza Telephonica - Tratam os Snrs. Grossenbacher & Trinks, estabelecidos com bem montada fundição e officina mechanica, de estabelecer uma empreza telephonica, ligando varios lugares do municipio com esta cidade. Para isso requerem a competente concessão à nossa municipalidade que em sessão de hontem discutiu o assumpto".

Tendo obtido a necessária concessão por parte do Conselho Municipal, os Srs. Grossenbacher & Trinks encomendaram os aparelhos e materiais necessários, no Rio de Janeiro. Em outubro do mesmo ano estavam sendo colocados os postes para os fios telefônicos e, finalmente, na sua edição de 30 de novembro, o "Commercio de Joinville" publicava o seguinte anúncio :

"Empreza Telephonica Grossenbacher & Trinks. - Pelo presente participam aos Snrs. assignantes e ao publico em geral que será definitivamente iniciado o serviço da linha telephonica DOMINGO, 1.º de Dezembro de 1907, pelas 10 horas da manhã".

A concessão definitiva sòmente foi ratificada e publicada em "Resolução N.º 142", de 8 de maio de 1908, assinada pelo então superintendente municipal Oscar Antonio Schneider. Pelo Art. 1.º, ficava concedido à Sociedade o privilégio durante 15 anos para uso e gôzo da rêde telefônica. Pelo Art. 2.º, os concessionários obrigavam-se a ligar, sem ônus para a Municipalidade, todos os edifícios do domínio municipal à rêde, fornecendo a emprêsa o material preciso.

Pelo 3.º artigo, os concessionários obrigavam-se a submeter à aprovação do superintendente, de 2 em 2 anos, a tabela de preço do serviço telefônico. O preço cobrado pela assinatura seria de 5$500 por mês.

Transcrevemos a seguir divertida e original carta dum simples caboclo endereçada e recebida pelo redator do "Commercio de Joinville", Sr. Ignacio Bastos :

"Amigo e Snr. Compadre !

"Estimo que esta lhe vá encontrar de perfeita saude e a comadre do compadre aqui vae boa e o afilhado tambem, os outros tambem, e a família por tudo està indo bem.

"No domingo passado estivemos lá em casa do telephone eu c'a minha velha. Tinha lá fio e fio e arame que era um causo de admiração.

"O homem do telephone me amostrou tudo. Ao despois o mestre da caixa encovidou a comadre para fazer uma pregunta pelo telephone. Foi ingraçado, compadre !

"O mestre da caixa déu a ella a coisa na mão e ella então deu 3 voltas — Rrrr — Rrrr — Rrrr - ! De repente, compadre arrebenta coisa lá da caixa — Blem — Blem - ! e logo ao despois quasi me desmaia a minha velha. E ella então não era capaz de me contar o que foi, e disse que tinha vergonha de dizer pra mim.

"Então peguei eu na coisa e dei 3 voltas — tas-bem-zas ! — arrebenta outro "Blem" da caixa e um sujeito grita pra mim uma palavra muito feia, palavra tão feia que não posso dizer ao compadre.

"Mas despois poz-se o mestre da caixa a ter com o sujeito que tinha telephonado, e então elle me disse que o bicho tinha fallado em allemão e tinha preguntando : "Quem está lá ?" e que isto na lingua dos allemães chamam : "Wer da ? e que era um malentendimento da minha parte, e da comadre tambem. Eu estava muito azangado primeiramente, compadre, mas despois quando me acalmei, fiquei mais satisfeito com esta nova invenção que fizeram, ainda mais quando o mestre da caixa me tinha

contado que aquilo era uma prova de progressividade da cidade.

"Ficamos então mais um pouco, eu c'a minha velha e fomos fazendo uma conversa com o mestre da caixa. Derepente outro "Blem" na caixa! O mestre arrumou a gravata e fincou uma coisa semelhante a sacarolhas n'um daqueles buraquinhos da caixa e deu uma volta. Ao despois virou-se e apontou para a Mariquinha com o dedo indicador assim com um movimento como se estivesse querendo caçar tatú, e enconvidou-nos para nós ouvir a conversa. Esteve muito ingraçada tambem, compadre. Ao jeito que fallou andava um tanto manco na embocadura e preguntou muita coisa em allemão. Depois o mestre da caixa troceu o trinque da caixa e disse : "Schluss!". Não sei porque, a conversa era tão boa.

"Ao despois dispedimo-nos do mestre da caixa e elle muito amavel e cheio de historias nos foi acompanhar a escada para baixo até a rua. E fomos indo O resto contarei ao compadre em outra ocasião.

Até logo! Compadre".

A Luz elétrica em Joinville.

A primeira tentativa para dotar a cidade de Joinville do serviço de energia elétrica, partiu do então Superintendente Frederico Bruestlein, em 1897.

Convidou, já em 1896, o engenheiro Gustavo Probst, da firma "Siemens & Halske", como especialista em assuntos hidroelétricos, para examinar as possibilidades do aproveitamento das quedas do Piraí-Piranga.

Em 5 de janeiro de 1897, o engenheiro Probst, após breve permanência em Blumenau, onde visitou os seus pais, apresentando ao mesmo tempo um projeto de aproveitar o Salto do Itajaí para fornecimento de energia elétrica para Blumenau, chegou a Joinville. Em companhia do engenheiro da direção da colônia, Sr. Krisch, investigou minuciosamente o "Salto do Piraí" chegando à conclusão que a fôrça hidráulica seria aproveitável.

Em sessão extraordinária do Conselho Municipal de 16 de

janeiro de 1897, sob a presidência do Conselheiro Ernesto Canac e com a presença dos conselheiros Boehm, Krisch, Schmalz, Etzold, e o Superintendente Bruestlein, foi apresentada pelo Sr. Gustavo Probst, engenheiro da casa Siemens & Halske - Berlim, uma proposta para iluminação elétrica e outros melhoramentos para êste município. O Sr. Probst, com a palavra, explicou detalhadamente as suas pretensões. O conselheiro Boehm requereu urgência para entrar em 1.ª discussão o projeto, o que foi concedido. O Sr. Schmalz, com a palavra, pediu que fôsse nomeada uma comissão para estudar a proposta em questão e dar o seu parecer ao conselho, o que foi aceito. O presidente então nomeou para membros da comissão os conselheiros Lepper, Boehm e Krisch. E nada mais havendo, encerrou-se a sessão.

Numa quinta-feira, 27 de janeiro, reuniram-se no salão Berner os interessados, sendo apresentado na ocasião um orçamento detalhado pelo Engenheiro Probst. Constatou-se então que devido a grande distância do Salto do Piraí e diversas dificuldades técnicas, o preço da instalação elétrica ultrapassava tôdas as previsões. Prometeu o Sr. engenheiro Probst novos estudos.

Domingo, dia 7 de fevereiro, em nova reunião, apresentou o encarregado da firma Siemens & Halske uma nova proposta : tinha êle examinado novamente o local da queda do Piraí, chegando à conclusão que o próprio Rio Piraí-Piranga, num ponto denominado "Rancho das Pedras" oferecia condições para fornecimento de 1200 "horsepowers", com reduzidas despesas. Apresentou outra proposta em relação ao Salto do Kiriri.

Constituíu-se nesta mesma reunião uma direção provisória da futura "Sociedade por ações de Luz e Força" composto dos seguintes membros : Presidente : Ottokar Doerffel, Vice-Presidente : M. Enzmann, Secretário : O. Schneider, Tesoureiro : G. Richlin e A. Schlemm.

Em poucos dias, conseguiu esta comissão a subscrição de mil lâmpadas e 150 HP de fôrça motriz entre a população de Joinville.

O Conselho Municipal estabeleceu e sancionou, a 2 de fevereiro de 1897, a Resolução N.º 20, em que ficava "o Superintendente autorizado a constatar com o engenheiro Gustavo Probst, representante da casa Siemens & Halske de Berlin-Charlottenburg, Ale-

manha, ou com quem melhor vantagens oferecer, a iluminação elétrica das ruas de Joinville e estabelecimentos públicos da cidade, pelo tempo máximo de 50 anos.

Além do fornecimento de luz elétrica, seria concedido ao contratante o direto de transmitir fôrça elétrica para motores das indústrias do Município.

> "O Superintendente determinará o numero de combustores (lâmpadas) precisos para obter-se uma boa iluminação, podendo despender-se até a quantia de cinco contos de réis anuais. O contratante será obrigado, sob pena de anulação do contrato, a assinar o contrato dentro do prazo de um ano e iniciar os trabalhos antes do prazo de dois anos e concluir a instalação antes de quatro anos.
>
> "Publique-se e cumpre-se",

Os entendimentos com a firma Siemens & Halske não se tornaram realidade. Exigiu o Conselho Municipal de Joinville, da firma Simens no Rio de Janeiro, uma "garantia de juros do capital empatado", o que foi recusado pela Siemens & Halske. Assim, a 22 de abril do mesmo ano, o "Kolonie-Zeitung" lamentava o impasse: "Caíu na água o projeto da intalação de luz elétrica em Joinville"!

O Superintendente Frederico Bruestlein, porém, não desanimou. Conheceu no Destêrro (tanto o "Kolonie-Zeitung" como os outros jornais de Joinville da época, "Gazeta" e "Comercio", continúam a escrever "Destêrro", apesar da denominação da capital ser, desde setembro de 1894, "Florianópolis") um engenheiro francês que fôra contratado na capital para instalação de energia elétrica e outras obras públicas, como canalização, rêde de água e que obteve a concessão para organizar um banco hipotecário em Florianópolis (Setembro de 1897).

Êsse engenheiro francês de nome Paul Darche, veio a Joinville em 5 de outubro, a convite do Sr. Bruestlein. Conseguiu do Conselho Municipal a concessão da instalação do Banco Hipotecário Francês, em Joinville, e prometeu examinar a questão da energia elétrica, baseando-se no levantamento feito pelo engenheiro Probst. Voltou ao Destêrro pelo vapor "Santos".

No seu relatório correspondente ao exercício do ano de 1897, o Superintendente Frederico Bruestlein esclarece em janeiro de 1898:

"No dia 2 de fevereiro próximo vindouro vence o prazo, estabelecido pela a Resolução N.º 20 de 2 de fevereiro de 1897, para celebração do contrato com o representante da casa "Siemens & Halske", relativamente à iluminação elétrica de nossa cidade e transmissão de fôrça elétrica para os motores das indústrias do Município, sem que dita firma tivesse voltado ao assunto.

"Entretanto em novembro último foi apresentada ao Conselho Municipal outra proposta, tratando da mesma matéria, pelo engenheiro Paul Darche, em que pede para si ou para uma Companhia, que pretende organizar, o previlégio único e exclusivo durante 50 anos".

O dito projeto foi às comissões da fazenda e obras públicas, para ser estudado. O Sr. Paul Darche voltou à França ainda no mesmo ano, trocando correspondência com o Sr. Bruestlein. Pouco a pouco esqueceu-se o assunto.

Ainda desta vez a idéia não se tornou realidade.

Em 1903 adquiriu Étienne Douat as vastas áreas de terras do patrimônio pertencente a S.A.O. o Príncipe de Schoenburg-Waldenburg, localizadas a oeste da Estrada Blumenau até a Serra Geral, incluindo o Rio Piraí-Piranga com a sua belíssima cascata.

Por anos estudou com afinco as possibilidades de seu aproveitamento hidro-elétrico. Finalmente, em outubro de 1905, o engenheiro elétro-técnico Bernhard Lichtenfels, da Companhia de Eletricidade de Berlim, que veio a chamado do Sr. Étienne Douat, deu o seu parecer sôbre as "despezas com a instalação da luz electrica e aproveitamento das forças hydraulicas das quedas do Piray". Na segunda feira, dia 9 de outubro, os dois engenheiros, Douat e Lichtenfels, visitaram a cascata do Piraí-Piranga, chegando à conclusão de que a queda tinha uma fôrça de 3.000 cavalos e que as custas totais com instalação, materiais, mão de obra etc. não ultrapassariam a importância de 150 contos de réis.

O Sr. Étienne Douat pediu então ao Conselho Municipal uma concessão por 50 anos, porém, na sessão do Conselho, quando se tra-

tou do assunto, os Srs. Conselheiros não estavam de acôrdo com diversos pontos da concessão, achando demasiado o tempo de 50 anos e sendo de opinião que deviam ser resguardados direitos futuros à Municipalidade.

Enfim, pela Resolução Municipal N.º 105, de 24 de dezembro de 1905, sancionada pelo Superintendente Sr. Procópio Gomes de Oliveira, foi concedido ao engenheiro Étienne Douat ou à emprêsa que organizasse, "privilégio para explorar a iluminação elétrica e a locação de fôrça motora neste município por meio de instalação hidro-elétrica e transmissão aérea durante o prazo de 25 anos".

Pelo Art. 2.º, o concessionário deveria encetar os trabalhos no prazo de seis meses da data em que firmasse o contrato com o Executivo Municipal e deveria concluir os trabalhos relativos à iluminação pública da cidade no prazo de 18 meses da data do início da construção. Reservou-se o Sr. Étienne Douat o direito da preferência para a construção e instalação de uma linha de "bondes" dentro do Município.

O contrato com o poder executivo deveria ser firmado dentro de 6 meses da data da Resolução N.º 105.

A 6 de junho, pela Resolução N.º 113, o prazo previsto na Resolução N.º 105 foi prorrogado por mais 6 meses.

Era de um aspecto assaz pitoresco a iluminação pública de Joinville em 1906. A cidade era iluminada por lampeões a querozene, cuja luz tremeluzia na escuridão. Ao serem substituídos por lanternas a álcool, em outubro de 1906, Crispim Mira comentou a situação em forma humorística nos seus "Retalhos" ou "Miscelânea":

"(sobe o pano) — Como vae, Snr. Theodoro ? Bom dia !

— Olá, meu Manequinho. Regularmente. Onde vae com tanta pressa ? Chegue-se aqui, toque na amizade. Que temos de novo por ahi ?

— Dizem muita coisa, mas eu não tenho tempo de contar todas.

— Ao menos algumas. Eia !

— Pois dizem que brevemente teremos iluminação lá em nossa rua. Que os habitantes da Rua do Jardim desejam que o encanamento d'agua estenda-se até lá.

Que das 10 horas da noite em diante apagam os lampeões, deixando as ruas em completa escuridão, motivo este de a gente andar dando barrigadas uns aos outros. Que já devido a escuridão, uma bicicleta derrubou uma mulher.

Que os moradores da cidade andam dizendo : Não pode ! Não pode !

— Tem razão, Snr. Manequinho, tem razão. Muito obrigado. Até logo".

O contrato definitivo entre a Superintendência e o engenheiro Étienne Douat foi lavrado a 22 de dezembro de 1906, apesar da tenaz resistência do Sr. Procopio Gomes de Oliveira. No seu relatório do ano de 1906 e apresentado ao Conselho Municipal por ocasião do seu afastamento da Superintendencia, em 7 de janeiro de 1907, quando terminou a sua administração municipal, manifestou a sua opinião com as seguintes palavras :

"Entendo que a iluminação elétrica desta cidade, por meio de fôrça hidráulica, deve ficar ao encargo da municipalidade, não obstante o contrato existente, da mesma forma a água, porquanto, sendo a luz tão necessária ao povo como aquele líquido. A Camara terá uma fonte de rendimento e o povo uma excelente luz distribuída por preço insignificante".

A 13 de julho de 1907 o engenheiro Étienne Douat transferiu a concessão, por venda, ao Sr. Domingos Rodrigues da Nova Júnior.

Acontece que o Sr. Douat teve um ano antes, em 1906, um acidente numa caçada, recebendo em uma das pernas a carga de chumbo duma espingarda casualmente disparada. Proveio daí a enfermidade que o forçou a vender a concessão do privilégio para explorar a iluminação elétrica em Joinville. Já a 23 de novembro, o Sr. Douat viajava em companhia de sua espôsa para São Paulo, a fim de submeter-se à delicada intervenção cirúrgica.

Foi fundada, no dia 24 de outubro do mesmo ano, a "Empreza Joinvillense de Eletricidade", sob a razão social de Oliveira, Rodrigues & Schlemm, sendo sócios solidários Olimpio Nobrega de Oliveira, Domingos R. da Nova Junior e Alexandre Schlemm.

O engenheiro Dr. Heinrich Hinden, da "Allgemeine Eletricitaets-Gesellschaft" (A.E.G.), de Berlim, representada no Brasil pela casa comercial Behrend, Schmidt & Cia., do Rio de Janeiro, apresentou um relatório do levantamento técnico e topográfico do Salto do Piraí, constatando que a primeira queda do salto de 330 metros de altura representava uma fôrça equivalente a 3000 cavalos e a segunda queda de 445 metros de altura, uma potência ainda maior. Acima da queda do primeiro salto encontra-se uma bacia natural, aberta em rocha viva, admiràvelmente apropriada para a captação das águas, com 20 metros quadrados e quatro de profundidade, onde será colocado o tubo receptor, com um diâmetro de 35 ctms. Na extensão de 900 metros, o tubo chegará no lugar da usina-geradora com um diâmetro de 25 cms. e uma pressão na bôca das turbinas de 32 atmosferas, podendo o tubo fornecer 200 litros de água por segundo, as quando três turbinas previstas trabalharem em conjunto.

Os tubos de alta pressão serão fornecidos pela firma "Ferrum", com séde em Genova. Das turbinas serão montadas apenas duas com a capacidade de 200 cavalos cada uma, com reguladores automáticos. Serão fornecidos pela firma especializada "Woith", de Heidenheim, na Alemanha, que já forneceu para Santos, no Brasil, 5 turbinas de 4000 cavalos, e quatro de 5000 cavalos cada uma, para Niterói. A casa da usina-geradora terá a dimensão de 12x8 metros. Os dínamos de corrente alternada, com capacidade de 180 quilo-volt-ampères e com a voltagem de 550 volts, serão fornecidos pela A.E.G. de Berlim. Por meio de transformadores será elevada a voltagem para 25.000 volts. Três quadros de mármore com todos os aparelhos necessários serão montados para a distribuição e regulamento da fôrça.

A alta voltagem, percorrendo os 20 quilômetros entre a usina e a cidade, será transformada em 8 "casinhas de tijolos e cal", distribuídas convenientemente pela cidade, para a voltagem de 220 volts, com a qual se distribuirá a luz e fôrça.

Entre a usina-geradora e distribuidora haverá um serviço telefônico para atender a tôda e qualquer eventualidade.

Proclamação
ao Povo de Joinville.

Concidadãos!

Depois de ter libertado o territorio deste florescente e pacifico Estado das hordas vandalicas, atiradas contra os patrioticos revendicadores das liberdades tradicionaes da nossa patria e verdadeiros defensores da Republica, pela paixão céga e desmedida ambição do dictador que aniquilla e degrada o nosso caro Brazil, seguimos hoje avante, eu e os meus companheiros de luctas, calmos e fórtes pela convicção do cumprimento do dever e da sanctidade da nossa causa.

Estorçam-se, embóra, nas agonias de tardio remorso e nas angustias das derrotas e das maldições que lhes lança a Nação inteira, desde o tugurio das criancinhas louras e das pobres donzellas a quem a guerra civil, que criminosamente atearam, roubou o ampáro paterno e a honra, até o palacio dos ricos, compromettidos e individados pelo descredito do paiz, aquelles que nós lançaram na lucta cruel e fratricida, que somos forçados a manter contra a tyrannia dominante, como já mantiveram com glorias e victorias a Argentina, o Estado Oriental, o Chile, a Bolivia, o Paraguay, quasi todas as republicas sul-americanas, que nós com o olhar sereno fito na imagem pura e sagrada da patria, continuaremos firmes, porque sentimos que nos cobrem as bençães de nossas mãis, de nossos irmãos, de nossos filhos e o apoio activo ou latente de todo um povo que se revolta contra as algemas que lhe querem lançar.

Amparando-nos e auxiliando-nos, desde que aqui chegamos, como o tendes feito, concidadãos, viestes nobremente, como brazileiros, compartilhar os nossos sacrificios e trabalhos assim como as nossas glorias; por isso, no momento de mudar o campo de operações das forças sob o meu commando, cumpro com sincero jubilo o dever de agradecervos em meu nome e dos meus companheiros, tudo quanto tendes feito pelo exercito nacional e pela revolução.

Ficai certos que no dia da victoria, que proximo se me afigura, o meu braço a que Deus tem dado a força necessaria para a defesa dos nossos direitos de povo livre, saberá escrever na pagina da historia reservada aos nomes dos libertadores da patria— a tradicção patriotica deste nobre povo. —

Viva a Republica! . . . Viva o Povo de Joinville! . . .
Viva o Exercito Nacional! . . .

Joinville, em 6 de Janeiro de 1894.

Gumesindo Saraiva.

A iluminação pública constará de 160 lampadas de 32 velas cada uma, instaladas nos lugares indicados pela Superintendência Municipal, funcionando tôda a noite, em "braços curvos de ferro com ornamentação e refletores esmaltados". Sendo a instalação inicial equivalente a 60.000 velas e deduzindo-se a iluminação pública com 5.160 velas, ter-se-á para iluminação particular, em cada noite, 54.840 velas, que, distribuídas em lâmpadas de 16 velas, darão um total de 3.430 lâmpadas.

A 6 de junho de 1908, o então Superintendente Municipal, Sr. Oscar Antônio Schneider, devidamente autorizado pelo Conselho, entrou em acôrdo com a firma Oliveira, Rodrigues & Schlemm com o seguinte têrmo de alteração do contrato: a) intensidade das lâmpadas de 32 velas em lugar de 16. b) a instalação de 220 lâmpadas nos lugares indicados pela Superintendência além de manter gratuitamente dois focos de arco voltaico de 500 velas cada um no cais da cidade.

Em dezembro do mesmo ano, o Sr. Olimpio Nobrega de Oliveira era sucedido pelo Sr. Procópio Gomes de Oliveira, não se alterando em nada a razão social de Emprêsa.

Chegaram em maio os tubos de alta pressão, no pôrto de São Francisco, ao mesmo tempo em que terminou o serviço da colocação dos postes para os fios elétricos nas ruas centrais de Joinville. Em outubro, chegou a esta cidade o engenheiro-eletricista Dr. Frederico Marcos "que vem administrar o serviço da montagem do maquinismo da Emprêsa Luz e Fôrça. O prédio destinado à distribuição da fôrça elétrica já se acha pronto e, até o fim do mês ficará concluído o trabalho da construção do edifício para o gerador-hidráulico do Piraí. Dentro de dois meses será instalada a iluminação pública!"...

Em sessão extraordinária de 28 de setembro, o Conselho Municipal referendou o contrato entre a Superintendência e os Srs. Oliveira, Rodrigues & Schlemm.

"A iluminação pública será de 220 lâmpadas de 32 velas, mediante a subvenção de 12 contos de réis. A Emprêsa manterá gratuitamente 40 lâmpadas de 16-32 velas no Hospital de Caridade; 9 ditas no edifício da Municipalidade; quatro ditas no Mercado Municipal e duas lâmpadas de arco voltaico no caes da cidade.

"A Emprêsa com as atuais instalações poderá fornecer 500 cavalos de fôrça motora para aplicação às indústrias da cidade, podendo em qualquer tempo elevar a 2000 cavalos. Sem dúvida alguma, a fôrça elétrica, fornecida a preço módico como vai ser, abre ao Município de Joinville uma era de animação e de prosperidade, pois será um elemento poderoso, incrementando o estabelecimento de muitas indústrias no local".

Ao mesmo tempo, anuncia-se concorrência pública "para a construção de oito casinhas para transformadores. Para mais esclarecimentos dirigir-se ao escritório da Emprêsa Luz e Fôrça na Rua do Príncipe".

A data em que brilharam as primeiras lâmpadas elétricas da iluminação pública em Joinville, foi de 3 de fevereiro de 1909. A título de experiência, das 7 às 8 e meia da noite, iluminaram-se diversas ruas do centro da cidade. "A luz produzida é bastante intensa e fixa. Em regosijo ao bom resultado queimaram-se muitos foguetes durante a experiência feita".

Querendo aproveitar a oportunidade da estada do Sr. Bispo Diocesano nesta cidade foi marcado o dia 14 de fevereiro para a inauguração da iluminação elétrica.

Já um dia antes publicava a "Gazeta de Joinville" um comentário sôbre o importante acontecimento :

> "O dia de amanhã está marcado para a inauguração oficial da iluminação elétrica da nossa cidade. Mais uma era grandiosa de progresso marca para Joinville o dia de amanhã, que vem provar que os filhos desta terra, e os que comnosco vêm labutar, não se descuram do nosso engrandecimento, colocando-nos cada vez mais em destaque no avanço progressista do nosso Estado e provar que a iniciativa particular não é uma palavra vã entre nós, mas um fato consumado.
>
> "Aí estão para provar o nosso acerto as diversas fábricas desseminadas por tôdas as arterias da nossa cidade, cujos apitos alacres se entrecortam, mostrando aos que nos visitam que entre nós ha vida e que onde ha vida ha trabalho e onde ha trabalho ha progresso !

"E agora, para completar a grande obra do nosso desenvolvimento, a Emprêsa Luz e Força vem com esse poder magico e atraente iluminar as nossas ruas e as nossas casas, distribuindo ao mesmo tempo força motriz por meio da qual as indústrias tomarão maior incremento.

"Para a inauguração da iluminação eletrica fomos convidados pela Emprêsa e pelo Snr. Superintendente Municipal, cuja solenidade terá lugar amanhã às 7 horas da noite na Usina da Empresa à Rua do Meio.

"Estão ultimando com muita presteza a colocação dos postes da iluminação publica na Rua do Príncipe para a inauguração de amanhã".

Na sua edição de 20 de fevereiro de 1909, a "Gazeta de Joinville" assim descreveu a solenidade da INAUGURAÇÃO da LUZ ELÉTRICA :

"Às 7 horas da tarde na Usina da Emprêsa, à Rua do Meio, grande massa popular enchia a rua e adjacências do edifício ; diversas carruagens conduzindo o Snr. Bispo D. João Becker e sua comitiva, Dr. Abdon Baptista representando o Exmo. Snr. Governador do Estado, autoridades, convidados e representantes da imprensa, formavam uma longa fila em frente à Usina.

"Às 7 horas e um quarto o Snr. Bispo Diocesano deu início ao ato de benzimento e depois de uma prece em latim, espargiu água benta pelos maquinismos da eletricidade, terminando por uma saudação à Emprêsa "Luz e Força".

"Às 7 horas e 45 minutos, teve lugar a cerimonia da inauguração precedendo de uma ligeira alocução pelo Snr. Superintendente substituto, Snr. Alfredo Oliveira, que terminou dizendo que na forma do contrato da Emprêsa com a Municipalidade, declarava que se ia proceder à inauguração da iluminação elétrica da cidade, cuja comunicação da luz, seria feita pelo Snr. Vice-Governador, que naquele momento representava o Exmo. Governador do Estado, que declinou do convite, por não lhe ser possível na ocasião vir até esta cidade. Em ato contínuo, o Snr. Vice-Governador, Dr. Abdon Baptista, declarando que em nome do Exmo. Snr. Governador do Estado ia dar luz à cidade, deu volta às chaves com inteiro sucesso.

"Terminadas essas formalidades, todos os convidados tomaram seus carros e dirigiram-se ao edifício do Conselho Municipal, onde devia ser lavrada a ata da inauguração.

"À chegada ali dos convidados, já a grande multidão ocupava toda a rua enfrente ao edifício. No momento em que o Snr. Superintendente vae dar volta à chave e inaugurar a iluminação externa e interna do edifício, APAGAM-SE, como por encanto, tôda a iluminação das ruas, sendo a ata lavrada e assinada à luz de querozene.

"Decorrido, meia hora mais ou menos, funcionou novamente a iluminação elétrica, sendo os convidados introduzidos na sala do banquete, onde farta mesa de doces ia ser servida.

"Levantando-se o Snr. Domingos Rodrigues da Nova, sócio iniciador da Emprêsa "Luz e Força", lê, um longo e bem elaborado discurso, historiando as diversas tentativas feitas nesta cidade no sentido de ser levada a efeito a iluminação, até a sua realização, graças à persistência e coragem dos Snrs. empresários vencendo com denodo todos os obstáculos e as dificuldades consideradas insuportáveis.

"No meio do discurso, a iluminação deixou novamente de funcionar, ficando todos às escuras, rompendo nessa ocasião formidável vaia da massa popular, demonstrando assim o povo o seu descontentamento, vindo depois os lampiões a querozene substituir a luz elétrica.

"Ao champagne usaram da palavra o Snr. Marinho Lobo em nome do "Comercio de Joinville" saudando a Emprêsa, o Snr. H. A. Lepper, historiando o seu início há cinquenta e cinco anos até hoje, terminando por saudar os empresários nas pessoas dos Snrs. Procopio Gomes de Oliveira, Domingos R. da Nova e Alexandre Schlemm; o Snr. Eduardo Schwartz, proprietário da "Gazeta de Joinville" e "Joinvillenser Zeitung" demonstrando o nosso avanço para um futuro promissor, salientando o fato de ser todo o nosso desenvolvimento feito com capitais ganhos aqui mesmo, sem ter havido necessidade de se recorrer a auxílios estranhos como se faz em quase toda a parte, o que quer dizer que a população de Joinville é, por índole econômica propensa ao trabalho e ao engrandecimento do seu torrão, por

cuja tenacidade bem merece a nossa cidade o qualificativo que lhe deram de "Jardim de Santa Catarina".

"Ao terminar, falaram ainda o Snr. Placido Gomes, 5.º anista de medicina, congratulando-se com a Emprêsa por mais êste melhoramento que acabava de ser efetuado em sua terra, onde um punhado de homens decididos, enfrentam todos os obstáculos, tendo em mira o progresso, tornando a idéia em ação e a ação em fato consumado e que êle, moço ainda, e que vê Joinville de ontem surgir constantemente do nada, graças à iniciativa particular dos seus conterrâneos num crescente sem precedente, sente-se orgulhoso por êsse fato cujo segredo reside no poder da vontade.

"O Snr. Vice-Governador, erguendo-se, proferiu um longo discurso, demonstrando as vantagens que o extraordinário melhoramento, que marca nova era no progresso material de Joinville, vem trazer à nossa cidade e ao nosso Estado como em todos os centros adiantados, onde a luta pela vida e a concorrência dos mercados é um problema resolvido pela baratez da mão de obra e para a qual, a fôrça motora elétrica, concorre poderosamente; ao terminar SS. faz votos para que o nosso exemplo seja seguido em todo o nosso Estado e congratula-se com os Snrs. empresários da "Luz e Força".

"Finalmente falou o Snr. D. João Becker, Bispo Diocesano, fazendo sentir o enorme desenvolvimento de Joinville, pelo que congratula-se com tôdas as classes sociais, com a imprensa local e com os Snrs. empresários.

"Às 10 horas da noite terminou o banquete continuando ainda as ruas às escuras, só funcionando a iluminação elétrica uma hora às 4 e meia da manhã. Lamentamos que tal fato ocorresse numa ocasião tão imprópria, trazendo o descontentamento aos Snrs. empresários, que, confiados no Snr. engenheiro Marcos, designado pela casa Behrend & Schmidt do Rio de Janeiro, para montagem dos maquinismos, passaram por tão desastrada decepção.

"Fazemos votos para que o incidente havido seja em breve desfeito como esperamos e possam logo ver a obra dar frutos sazonados que é de esperar".

A noite do dia 14 de fevereiro foi realmente para Joinville um ponto marcante na sua história : "ET LUX FACTA EST !" apesar de a iluminação limitar-se a velas e lampiões a querozene.

Encontraram os técnicos da Emprêsa Luz e Fôrça logo o defeito que motivou a brusca interrupção da energia elétrica, no dia da sua inauguração : a bôca do encanamento que descia para as turbinas, formava, na pequena reprêsa acima do salto do Piraí, um sistema de sifões. Com a forte sucção que formava um movimento circular em redemoinho, entrava ar falso na tubulação, o que resultou a paralização das turbinas.

A Emprêsa Luz e Fôrça responsabilizou o engenheiro da montagem, Sr. Marcos, êste por sua vez culpou a firma fornecedora Behrend & Schmidt, do Rio de Janeiro, e assim, em forma polêmica, perderam-se dias e semanas com discussões e acusações recíprocas.

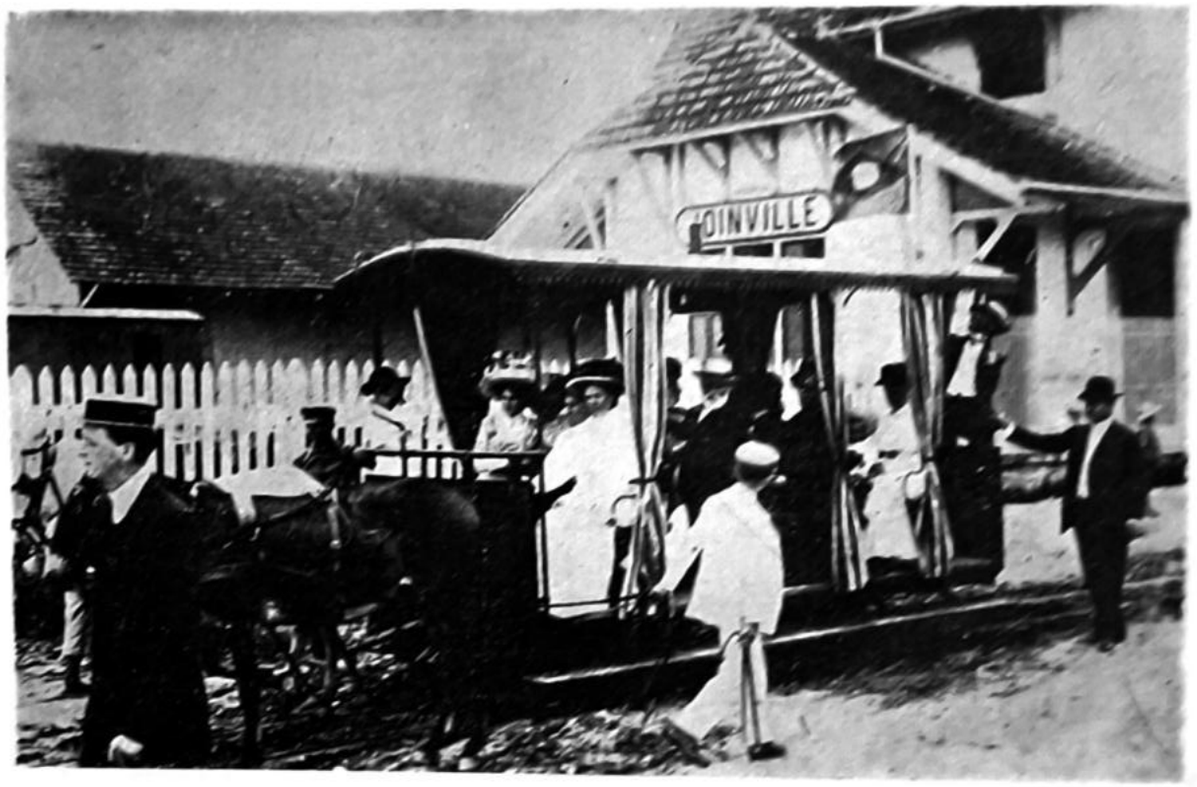
E Joinville ficou às escuras.

Sòmente no dia 27 de fevereiro voltou a ser normalizado o fornecimento de energia elétrica e, a 6 de março de 1909, o "Commercio de Joinville" traz o último comentário sôbre a questão :

"Com momentâneas falhas, temos tido, desde a noite de 27, a iluminação elétrica nas ruas da cidade.

"Para apurar a responsabilidade das interrupções havidas na iluminação nas noites da inauguração e posteriores, a Emprêsa requereu vistoria judicial, em que foram peritos os Snrs. engenheiros Ignacio de Oliveira e Cruz Lima, que ficaram de apresentar hoje o resultado do exame. Sabemos entretanto que as irregularidades havidas tiveram como causa a não final terminação das obras, do que se conclue que a inauguração foi feita antes do tempo devido".

Foi cobrada a energia elétrica pela emprêsa concessionária a razão da sua intensidade e não pelo consumo. Quer dizer, no local mais próximo, da estação do transformador (e conseqüentemente da luz mais forte e intensa), cobrava-se 5$000 por mês. Nas ruas mais afastadas, cobrava-se menos. Existia uma tabela de cobrança, começando pela "Prinzenstrasse" ou Rua do Príncipe, compreendida entre a Conselheiro Mafra (Rua Abdon Batista) e o "Mittelweg" (Rua



Bondinhos a Burros em 1911, defronte a
Estação Ferroviária.

15 de Novembro), pelo preço mensal de 5$000. A Rua Boussingault (7 de Setembro) a Humboldt (3 de Maio), Rua do Pôrto (9 de Março), Arago (D. Marinho Lôbo), e Aubé (Rua Itajaí), pagavam 4$000. E assim por diante, até a taxa mínima de 1$000 por mês, nos lugares mais afastados e com menor intensidade de energia.

Serviu a "Emprêsa Luz e Fôrça" de Oliveira & Schlemm, por muitos anos às necessidades de energia elétrica de Joinville, até que, em abril de 1929, foi constituída a "Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S/A.", com sede em Joinville. A "Empresul" incorporou os bens de diversas emprêsas de eletricidade, que até então operavam em Jaraguá, São Bento, Mafra, Tijucas e, finalmente, em Joinville, adquirindo os bens e concessões da "Emprêsa Joinvillense de Eletricidade Luz e Fôrça". A sociedade de Oliveira & Schlemm entrou em liquidação.

O primeiro Automóvel em Joinville.

O interessante diário curitibano "A Notícia", traz em sua edição de 29 de maio de 1907, a descrição da viagem feita de automóvel, de Curitiba a Joinville, pelos Srs. F. Fontana e sua Exma. Senhora, o senador Cândido de Abreu e major Felinto Braga.

Acompanharemos os heróicos viajantes na sua expedição de automóvel "Oldsmobile", de Curitiba a Joinville, no ano de 1907. O "Commercio de Joinville", em 25 de maio, assim comenta o acontecimento histórico da vinda do primeiro automóvel :

"Ás 6.45 horas da tarde do dia 21 de maio, chegaram a esta cidade na sua excursão os Snrs. Dr. Candido de Abreu, digno senador pelo Estado do Paraná, Fido Fontana e sua Exma. Senhora e Felintho Braga, vindos de Curitiba, em automóvel e nesse trem regressaram na manhã de ante-hontem.

"Esses ilustres excursionistas gastaram 4 horas do Rio Negro à Vila de São Bento apezar de terem encontrado a estrada em má condição devido às chuvas. De S. Bento a esta cidade, a Estrada Dona Francisca não oferece a viabilidade que requer um automóvel; além de muito mal empedrada, produzindo isso solavancos enormes e retardando a marcha do veículo, a estrada tem lugares em que apre-

senta buracos, demandando o máximo cuidado. Mesmo assim, partindo de São Bento à 1 hora da tarde, aqui chegaram ás 6.45, n'uma média de 18 quilometros por hora.

"Os illustres visitantes visitaram e percorreram vários pontos da cidade de que levaram agradável impressão".

Fizeram os excursionistas uma viagem cheia de aventuras. As impressões que tiveram de São Bento, Campo Alegre e Joinville transcrevemos a seguir do jornal curitibano :

"Ao chegar o automóvel ao povoado de Lençóes, um dos moradores, ao avistal-o correo desnorteado e com susto conseguiu pular uma cerca; só depois que o vehiculo parou, este patricio animou-se, e, aproximando-se dos excursionistas, disse : — Voucês me pregaram um susto ! quando ouvi o ronco e olhei p'ra traz, pensei que era o tal alifante... —

"Prosseguiram a viagem, que desse ponto em diante foi mais incommoda, não só porque não se podia correr devido ao lamentavel estado em que se acha a estrada, completamente sem conservação, como porque devido aos muitos buracos eram continuos os solavancos. Ás 11 e meia chegaram a Oxford, abandonando ahi a estrada macadamizada e seguindo pela magnifica estrada que liga essa povoação á cidade de São Bento.

"Não foi possível, porém, desenvolver a marcha do automóvel porque dois cavallos que se achavam na estrada, espantaram-se e tomaram a frente do vehiculo em disparada até S. Bento, onde chegamos às 12 horas.

"A cidade causa muito boa impressão : ruas limpas e bem cuidadas, alguns predios bons e uma bella posição torna agradavel a passagem pela localidade. Tinham vencido 79 Kms.

"Fizeram ahi a primeira refeição no confortavel Hotel do Snr. Vasconcellos. Ás 12.55 horas os automobilistas abandonaram a cidade de S. Bento, tomando a "Estrada dos Polacos" até o Km. 72, onde entraram novamente na detestavel estrada macadamizada.

"Eram duas horas da tarde, quando passaram pela aprasivel povoação de Campo Alegre que está situada á margem da estrada, ocupando uma extensão de cerca dous Kms. Continuaram a marcha,

que dahi em diante foi mais penosa e demorada por motivo de serem abundantes os matacões espalhados na estrada a guiza de macadam, até o Km. 33. Desse ponto em diante, a estrada é mais cuidadosamente conservada.

"Antes de chegarem a esse ponto, trecho em subida de grande declividade, em que o motor puchava com mais força, produzindo alguns estampidos pelos canos de escapação, encontraram um caipira, que, dominado pelo panico, precipitou uma trouxa que conduziu por uma ribanceira, pela qual tambem atirou-se.

"Neste momento, o automóvel trazia as cortinas descidas em virtude da neblina que cahia.

"O caipira vendo aquelle bicho, procurou esconder-se, precipite, na matta, deixando na ribanceira o volume que conduzia.

"Às 5.30 tinham descido a serra e entrado no grande chapadão, em cuja zona a estrada bem cuidada e traçando grandes rectas permittia desenvolver a marcha do "Oldsmobile". Neste trecho o automóvel venceo 27 Kms. em 50 minutos, apezar do grande transito que ahi existe.

"Pouco antes de chegar a Joinville, ao entrar em uma curva em corte, o automóvel encontrou duas carroças e o carroceiro que vinha em sentido oposto, ao avistal-o, abandonou as redeas espantado. Disse elle que momentos antes tinha ouvido, ao longe, roncos e berros cuja origem não podia explicar, e que quando menos esperava, surgiu a sua frente isto, que elle nunca antes viu, nem ouviu fallar...

"Por este motivo ficou admirado, porque jamais pensou que um carrinho pudesse andar sem ser puchado por cavallos.

"Às 6.45 paravam os excursionistas à porta do Hotel onde diversos cavalheiros foram cumprimental-os, dando-lhes os parabens por terem vencidos 158 Kms. no espaço de 9 horas e 7 minutos em uma estrada que na maior extensão não se presta ao transito de vehiculos dessa especie.

"Logo depois da chegada, os excursionistas dirigiram-se à Estação Telegraphica afim de transmitir-nos a noticia da sua chegada. Ahí foram gentilmente acolhidos pelo amavel chefe da estação Snr.

Ignacio Bastos, que poz a disposição dos viajantes os seus serviços particulares. Igualmente o Snr. Valdemar Ferreira, digno auxiliar da estação, foi de uma captivante amabilidade para com a comitiva.

"O dia seguinte foi todo elle empregado em visita á bella cidade catharinense, com suas ruas largas e bem macadamizadas, sendo abastecida dagua por pequenos chafarizes, espalhados em profusão por todos os pontos da cidade.

"A cidade tem o aspecto florido de um bem cuidado jardim: as flores plantadas entre os passeios e as casas produzem uma impressão alegre e agradabilissima aos viajantes.

"Uma observação que logo se faz sentir ao percorrer a cidade consiste no facto de não verificar-se o menor damno nos canteiros apezar de estarem estes ás mãos dos transeuntes: Joinville tem o merito de não conhecer o garoto damninho, que se delicia em destruir o que encontra, sob ação do seu instinto maligno.

"O aceio da cidade relembra as paginas do grande Ramalho a descrever as cidades flamengas; é irreprehensivel, quer no que diz respeito à Municipalidade, quer no que toca aos particulares que se esmeram em conservar suas vivendas bem cuidadas e encantadoras, com os seus jardinzinhos floridos e risonhos.

"Esta a cidade dotada de um magnifico mercado, de um bello e higienico Hospital e de um Grupo Escolar bem espaçoso. Diversas fabricas de tecidos de meia, de pregos, de arame farpado e de herva mate, denunciam a existencia de uma população laboriosa e activa.

"Brevemente será inaugurada uma fabrica de tecidos de algodão.

"Todos os excursionistas se mostraram encantados com a risonha cidade que tinha excedida a expectativa.

"No dia seguinte, 23, às 6 horas da manhã, sahiram de Joinville de torna viagem, chegando à serra depois de uma hora de marcha, não conseguindo fazer este percurso com a mesma velocidade por causa da chuva que cahira na noite anterior.

"De regresso para Rio Negro, deu-se, a um Km. além de Campo

Alegre, pequeno desarranjo no automóvel, obrigando o Snr. Candido Abreu retardar a sua viagem naquelle ponto durante um dia, depois do que a continuou, feitos os concertos precisos.

"Soubemos terem chegado hontem, dia 24, a Curitiba".

O "Oldsmobile" paranaense, na sua viagem a Joinville, era quase o primeiro automóvel a trafegar pelas ruas da cidade dos Príncipes.

Dizemos : QUASE !

Por uma diferênça de apenas quatro dias !

Acontece que a firma Trinks Sucessores importou o primeiro automóvel, tendo êste chegado a Joinville exatamente no dia 17 de maio de 1907, portanto 4 dias antes da chegada dos nossos excursionistas paranaenses no seu "Oldsmobile".

Já uma semana antes do desembarque, a imprensa local noticiava o acontecimento com letras maiúsculas : "O AUTOMOVEL" deve brevemente chegar a esta cidade, talvez o segundo introduzido em nosso Estado. É seu proprietário o Snr. Trinks".

Orgulhou-se a pequena cidade de Joinville do "SEU" automóvel. Em junho do mesmo ano deparamos com o seguinte anúncio na "Gazeta de Joinville" :

"O automóvel do Snr. Trinks conduz passageiros da estação da Empresa Fluvial para os pontos a que se destinarem dentro da cidade, cobrando 1$000 por corrida, alugando-se o mesmo para passeios a razão de 5$000 por hora. Aluga-se O AUTOMOVEL ! Grossenbacher & Trinks. Telephone N.º 1" .

Foi, portanto, êste o .primeiro carro de praça de Joinville Curioso anúncio apareceu no "Kolonie Zeitung" :

"Attravessando Joinville de automovel ! ! "

"Todas as tardes, a partir das 6.30, se o tempo permitir, o AUTOMOVEL do Snr. Trinks leva passageiros de passeio pela cidade. Preço por pessoa 500 réis. Grossenbacher & Trinks".

Enquanto se comentavam êsses assuntos, a atenção do joinvillense estava voltada para a nova invenção do

"CINEMATOGRAPHO"

As primeiras apresentações de cinemas eram ambulantes, quer dizer que a firma ou sociedade proprietária do aparelho, exibia os seus filmes nos salões de danças ou lugares públicos, viajando de cidade para cidade, como hoje os artistas de "varieté" ou circo. Antes da instalação da luz elétrica, as empresas cinematográficas usavam gás acetileno para projeção das películas.

Já em 1907 e 1908, a imprensa local anunciava a vinda do "Cinematographo", com certa antecedência, elogiando as últimas novidades de aperfeiçoamento técnico nos aparelhos. Na sua edição de 31 de outubro de 1908, o "Commercio de Joinville" leva ao conhecimento do público a exibição do primeiro cinema sonoro no Salão Berner :

"Cinematographo. O Snr. Victor Peluso, ora entre nós, vae montar no Salão Berner um excellente e interessante cinematographo fallante, para o que está esperando de Florianopolis o aparelho. Ao que nos informam, as fitas e o gramophone (!) funcionam com tal precisão matemática, que a ilusão é perfeita, de modo que os espectaculos que se derem saberão attrahir verdadeiras enchentes ao Salão Berner".

A 11 de fevereiro de 1909, apenas alguns dias antes da inauguração da luz elétrica em Joinville, o "Cinematographo Sylla" anunciou a sua estréia no mesmo Salão Berner. Entre os números de seu variado programa destacamos a "História de Maria Stuart", e "Vistas Cômicas", "que trouxe o público em constante hilaridade. O espetaculo agradou imensamente e não foram poucos os aplausos que recebeu a Empresa Sylla por suas exibições nítidas e perfeitas".

O ano de 1910 viu mais duas apresentações cinematográficas em Joinville. Em abril do mesmo ano os Srs. Reussner & Fluegge trouxeram um "excellente cinematographo com filmes interessantissimos", e em novembro deparamos com o seguinte anúncio no "Commercio" :

"Hoje á noite, no Salão Walther, funcionará o apparelho de

cinema ali estabelecido pelo Snr. G. Schulz, de quem recebemos bilhete de ingresso para as funções. Devido a incidentes imprevistos no apparelho, a exhibição annunciada para quarta-feira teve insuccessos que desanimaram o publico; hoje porém, segundo nos garantio o Snr. Schulz, o apparelho funcionará irreprehensivelmente, exhibindo-se fitas interessantes. Durante a sessão tocará a banda de musica "28 de Setembro".

Em 1911, instalou-se o primeiro cinema definitivo em Joinville. Antes, porém, em agôsto do mesmo ano, instalou-se no Salão Berner "um apparelho cinematographico, vindo de Blumenau, dirigido pelo Snr. Reussner e cuja primeira funcção dar-se-ha amanhã".

Êste cinema blumenauense, com "grandes funcções e matiné, especialmente organizado para as creanças", abriu a sua bilheteria às 4 horas da tarde. O preço era de 500 réis por pessoa e 300 réis meia entrada.

No dia seguinte, o "Commercio de Joinville" comenta as "grandes funcções" :

"Cinema. Na sessão de domingo passado, no Salão Berner, deu-se um facto curioso que occasionou muitos sustos e balburdias na platéia.

"A sessão havia começado e as fitas se substituiam, quando num momento dado, em uma mudança da fita, uma forte corrente elétrica queima-a; os que viram o ocorrido - pois o apparelho refleta de frente (sic) collocado no alto, na galleria, dão o alarma de - fogo ! - A platéia estava repleta nada mais attendeu.

"Cadeiras e bancos foram virados e o povo, apesar dos gritos do Snr. Berner, dizendo não haver perigo algum, atira-se do alto das janellas á rua, invade as portas da sahida, senhoras têm faniquitos, crianças gritam, enfim, foi uma balburdia infernal que ninguem se entendia na ânsia de se por ao fresco.

"O salão esvasiou-se em poucos momentos, dando graças, os espectadores, por se verem livre do terror communicado pela voz de um desalmado qualquer.

"E assim findou a sessão com uma bella fita natural.

"Chamamos, porém, a attenção do nosso publico, que nada ha de temer, e d'ora em diante bombeiros serão postados nas immediações do theatro, promptos para qualquer eventualidade. Além disso, o queimamento de uma fita é coisa commum e para isso a empreza está preparada de modo a evitar qualquer perigo ao público".

Êsse incêndio do aparêlho cinematográfico no Salão Berner, em 22 de agôsto de 1911, não prejudicou o proprietário da emprêsa, Sr. Reussner. Ao contrário: tornou-se o incidente em propaganda gratuita ao "Cinema Blumenauense". e nos dias seguintes "têm estado bastante concorridas as sessões de cinema que actualmente funcionam no theatro Berner, cujas fitas tem agradado bastante, No espectaculo domingo passado, a enchente foi extraordinaria, alem da lotação da platéa e gallerias, ao ponto de grande numero de expectadores se verem obrigado a assitirem toda sessão de pé.

"Para este facto chamamos a attenção da policia que não deve consentir nas vendas das entradas alem da lotação.

"Outro inconveniente que é necessario de uma vez acabar, é o hábito dos Snrs. Expectadores fumarem na platéa, occasionando essa falta de civilidade serios incommodos ás senhoras que se vêm obrigadas a respirar o ar viciado pela fumaça, que chega mesmo a empanar a illuminação.

"O que nos depara extraordinário, é, que se pretenda obrigar os expectadores a estarem na platéa descobertos, antes de levantar o panno, e não se cohiba de fumarem. Este facto não é só extraordinario, é original e contraproducente. Não se observa em parte senão em Joinville, que quer ser elevado a cathegoria de formador de costumes ás avessas. É bôa! Ahi fica o aviso de direito!"

A "Gazeta de Joinville", na sua edição do mesmo dia, observa o seguinte sôzre essa "funcção do cinema":

"O que teria sido esse aperto de umas mil pessoas n'um salão que supporta, quando muito, umas setecentas pessoas, só comprehende quem lá esteve na noite de domingo e quem teve de permanecer durante umas longas trez horas sob uma athmosphera impregnada pela fumaça dos charutos e cigarros de muitos espectadores, escurecendo o ambiente sem que fossem abertas ao menos as janellas la-

teraes para darem lugar a renovação de ar, que se manteve viciado pelo respirar de tamanha aglomeração compacta. Hoje e amanhã haverá novas funcções".

Em outubro de 1911, formou-se uma emprêsa cinematográfica "Guarany", com sede em Joinville. Os Srs. Austergilo Menezes, Tito Marçal e Jorge Zatar, proprietários da emprêsa, numa quarta-feira, 2 de novembro de 1911, convidaram o povo em geral para uma sessão inaugural gratuita.

"Como era de esperar, o Salão Berner ficou repleto de espectadores. As primeiras duas fitas não agradaram devido á muita trepidação, as outras estiveram bem melhores. Procuramos saber a causa da trepidação das primeiras fitas e a emprêsa nos declarou que foi devido a estarem ellas estragadas !

"Houve tambem algumas interrupções na luz devido ao excessivo calor que com a força da corrente queimava os fusiveis. Agradecemos a gentileza do convite que nos foi remettido".

No decorrer do tempo, melhorou consideràvelmente a técnica da apresentação dos filmes e já em dezembro do mesmo ano, a emprêsa "Guarany" "deu explendidas funcções com inteiro sucesso. A luz esteve sempre muito boa sem a menor trepidação o que provou terem sido removidos os inconvenientes anteriores produzidos pelo efeito da instalação eletrica. No domingo a empresa teve uma boa casa. RECLAMAÇÃO : não é a primeira vez que reclamamos do Snr. Delegado da Policia que faz ouvidos de mercador, para intervir nas occasiões de funcções cinematographicas, no sentido de prohibir que se fume na platéa, cujo abuso não só é prejudicial à propria exhibição, em virtude da cerração de fumaça que se forma no salão, como porque incomoda as senhoras que frequentam o theatro.

"Outro abuso em que é preciso intervir, é o das pessoas sem educação imitaram os beijos das personagens dos filmes chupando os beiços (sic). Rogamos à empresa collocar cartazes pedindo aos expectadores que não fumem e ao Snr. Delegado de Polícia ordenar a presença de uma ou duas praças no theatro para cohibir os abusos apontados : o theatro é um ponto de diversão publico, mas não um lugar de deboche !"

Assim era Joinville de 1910. A monotonia pacata da vida foi quebrada repentinamente por turmas de operários e trabalhadores que começaram a abrir à picareta diversas ruas da cidade. No dia 8 de dezembro iniciou-se o assentamento de trilhos da firma "Grossenbacher & Trinks", para a tão esperada linha de

BONDINHOS a BURROS.

Com um capital de 85 contos de réis, fundou-se a "Emprêsa Ferro-Carril Joinvillense" sendo sócios os Srs. Gustavo Grossenbacher, Adolf Trinks, Luiz Ritzmann e Bernhard Olsen.

Importados da Europa, vieram os primeiros petrechos já em maio de 1910, inclusive 4500 metros de trilhos, 8 "bonds" a tração animal, para passageiros (cada carro continha 6 bancos com lotação de 16 pessoas e um "carroceiro"), e mais 8 carros para carga.

Inaugurou-se a primeira "Linha de Bonds" na presença de autoridades, empresários e grande massa popular. Era o dia 29 de janeiro de 1911, um marco histórico na vida de Joinville.

Constituiu um dos aspectos mais curiosos e pitorescos a longa fila dos bondinhos percorrendo as ruas dotadas de trilhos, vistosamente enfeitadas e decorados com flôres e bandeiras, conduzindo a banda de música e convidados. O público que assistiu das ruas e suas casas à passagem do cortejo de bondes "ficou sob a mais alegre impressão".

Apesar de ainda faltar grande parte do material encomendado, a "Empreza Ferro-Carril" iniciou a circulação regular dos bondinhos pelas ruas do Norte (Rua Dr. João Colin), onde se achava a estação terminal, seguindo pela Rua Cachoeira (Rua Princesa Isabel, Rua do Pôrto (Rua 9 de Março), Rua do Meio (Rua 15 de Novembro), Rua do Príncipe, Rua Boussingault (Rua 7 de Setembro), trecho da Rua do Mercado (Rua Cel. Procopio Gomes), Cais, Rua Conselheiro Mafra (Rua Abdon Batista) e Rua Santa Catharina (Av. Getúlio Vargas), até a estação da estrada de ferro.

As linhas inauguradas tinham a extensão de 7 Kms. transitando os bondes das 6 horas da manhã às 9 horas da noite, de 20 em 20 minutos.

"A empreza contra a espectativa tem feito excellente negocio, correndo os bondes sempre repletos de passageiros. Até terça-feira, dia 30, a Empresa vendeu 7000 passagens".

Em março, os jornais publicavam, o "Horário", com duas linhas de bondes em circulação : Rua do Norte — Pôrto — Rua Sta. Catarina, passando pela Rua do Meio (com indicação "M") ou pela Rua Cachoeira (indicação "C") — Rua do Príncipe — Rua Humboldt — Rua Cons. Mafra e Rua Sta. Catarina, até a Estação da Estrada de Ferro, levando os bondes, como sinal uma tabuleta amarela.

A outra linha corria pela Rua do Norte — Pôrto, passando pela Rua Alemã (hoje Visc. de Taunay) — Rua dos Atiradores (hoje Pedro Lôbo) — Rua da Escola (Rua Padre Carlos) — Rua Cons. Mafra, até a estação de Vapores, levando, como sinal, tabuleta vermelha. Ou à noite uma lanterna com vidro de côr.

O preço de cada passagem da Rua do Norte até o Pôrto, era de 100 réis, e do Pôrto até a Estação da Estrada de Ferro, mais 100 réis. A linha direta, pela Rua do Príncipe, tinha o seu "ponto dos 100 réis" na esquina da Rua Cons. Mafra, hoje Rua Abdon Batista.

Vendiam-se "Cadernetas" de 100 passagens a Rs. 9$000 e "Passe Livre" para um mês inteiro, pelo preço de 18$000. Para a fiscalização do serviço a Emprêsa recomendava guardar os bilhetes. Finalmente, organizava-se um sorteio dos bilhetes com prêmios em dinheiro entre 5$000 e 10$000.

Nos primeiros meses, tudo andava às mil maravilhas e a "Empreza Ferro-Carril" teve receita mensal de 3:000$000 e mais. Já em outubro do mesmo ano, a Emprêsa reduziu a frequência dos bondes de 20 em 20 minutos, para o intervalo de uma hora. Diminuiu sensìvelmente a receita mensal da companhia em virtude dêste nôvo horário e os tradicionais passeios de famílias de um lado ao outro da cidade, aos domingos, cessaram por completo. O problema de transportes coletivos e o ensejo de trafegar nos bondinhos perdeu a sua curiosidade.

Com a chegada dos automóveis houve-se por bem arrancar os trilhos e a paralização do tráfego dêsses bondes pitorescos ocorreu a 10 de abril de 1817. E lá se foram os burrinhos em sua tração descansada e filosófica.

Passou-se também a época em que havia tempo para descanso e tranqüilidade de espírito.

Surgiram polêmicas nos periódicos da cidade, não sòmente em assuntos políticos, como também contra o "germanismo" ou "perigo allemão", criando-se campos adversários entre brasileiros natos, brasileiros de origem lusa e imigrantes e seus descendentes. Como conseqüência da pacificação política, discutiam-se problemas raciais e de nacionalidade. Surgiam no horizonte as primeiras nuvens do conflito internacional que submergiu em ódio o mundo inteiro.

Relataremos os fatos mais importantes de 1913, que poderão servir ao historiador do futuro como ponto de partida para prosseguir na divulgação da história de Joinville.

Na tarde de 1.º de março, realizaram-se com solenidade, os festejos do nôvo edifício da "Freiwillige Feuerwehr zu Joinville". Às 7 horas da noite reuniram-se os Bombeiros para uma "marche aux-flambeaux" por diversas ruas da cidade até o nôvo prédio, onde se proferiram diversos discursos. No dia seguinte, domingo, realizaram-se divertimentos populares com "bazar", sorte de prêmios e "jôgo de fortuna".

A comissão organizadora, composta dos Srs. Edmundo Jordan, F. Stoll, W. Manteuffel, Otto Delitsch, Ziesche, Birkholz, João Krisch, A. Doehler e Dona Martha Kuehne, surpreenderam os convidados ao grandioso baile, no Salão Berner, com uma peça de teatro, a comédia "O Sino de rebate, jocosidade original em um acto", sendo os atores membros do Corpo de Bombeiros.

Às 10 horas do dia 19 de abril, inaugurou-se oficialmente o moinho de trigo "Boa Vista", dos Srs. Oscar Schneider & Cia., a que assistiu o Sr. Francisco Tavares Sobrinho, superintendente municipal em exercício, representando o Sr. Governador do Estado.

Em edição especial de "papel couché" o "Commércio de Joinville" publica as ilustrações do majestoso edifício com as instalações modernas. O processo de preparo da farinha de trigo "passa por tres phases : limpar inteiramente o grão sem feril-o nem inutilizal-o;

esmagar o grão, sem fragmentar a casca; separar a farinha do farello e mais resíduos.

"Com perfeitíssimo systema de trituração o Moinho produz diariamente de 550 a 600 sacos de farinha de trigo a 44 kilos em tres typos differentes, sendo suas marcas: Qualidade extra - "Cruzeiro", 1.ª qualidade - "Surpresa"; 2.ª dita - "Boa Vista". A firma Oscar Schneider & Cia. é composta dos Srs. Oscar Antonio Schneider, Domingos R. da Nova Jr. e solidarios o Sr. Senador Dr. Abdon Baptista, Eduardo Horn e Banco do Commercio de Pôrto Alegre".

Mais uma inauguração efetuou-se no ano de 1913. Pelo empreiteiro, Sr. F. Nicodemus, foi entregue à Diretoria do "Club Joinville" a chave do nôvo edifício da sua sede, no dia 7 de junho. Após a conclusão dos serviços de pintura, instalação de luz elétrica e calçamento, deu-se a 5 de julho, "com estraordinária concurrencia de socios e convidados, alegremente animados" a inauguração oficial da nova sede na Rua do Príncipe, esquina da Rua Padre Carlos. O "Club Joinville", nascido em fevereiro de 1906, por fusão dos "club Republicano" e "Club União Joinvillense", inaugurou com a sua mudança para a nova sede, uma nova era de "confraternização entre as familias de Joinville". Em brilhante oração o então Presidente do Club Joinville, Sr. Ignacio Bastos, expressou a sua satisfação por ter feito um templo consagrado à paz entre os homens e a união entre as famílias, congratulando-se, fervoroso, pelo acontecimento.

A inauguração do "Edificio mais majestoso de Joinville" iniciou uma nova fase da vida cultural e comercial da cidade. Daí por diante começa um período marcante pela soma de iniciativas, um comércio movimentado e uma indústria próspera.

Desapareceu, um dia, da antiga Rua d'Agua, então Conselheiro Mafra (e hoje Abdon Batista), reminiscência do velho Joinville, o casarão de propriedade do Sr. João Antônio Correa Maia, onde, por longos anos, funcionou o Hotel Ypiranga, e antes o Telégrafo Nacional.

No tempo em que não existiam "cafés", o amplo prédio, na rua d'Agua, servia de ponto de reunião para grupos que discutiam os mais variados assuntos, novidades locais e problemas políticos.

A velha casa foi demolida em agôsto de 1913, deixando saudades dos bons tempos, antes e depois da República, quando o Hotel Ypiranga foi centro de discussões políticas, não só entre correligionários, como entre adversários. Lamenta o jornal "Commercio de Joinville" a ação da picareta : "A demolição de uma casa velha é cousa triste nessa tendencia de se aformosearem as cidades, seguindo a evolução natural das cousas; mas vendo desaparecer o ex-Hotel Ypiranga, eu tive saudades dos tempos passados; era, por assim dizer, o club do bairro latino da nossa urbs. Foram sob os seus tectos acaçapados que se realizaram as primeiras manifestações do espírito associativo. Palestrava-se na alegre intimidade de bons companheiros, em volta da mesa redonda, com seu sofá acolchoado junto á parede lateral, o espelho ao alto, e n'outra parede, por cima de uma commoda, os retratos dos velhos imperantes brasileiros, D. Pedro II e D. Thereza Christina, attestando os credos políticos do dono da casa. Na sala contigua os dous bilhares funcionavam á tarde e á noite, com assistentes sentados pelos bancos. Jogava-se bisca e solo a café, em volta da mesa redonda. Tudo isso estabelecia a mais franca e sincera camaradagem entre os frequentadores, que eram muitos dos que hoje occupam as mais salientes posições na política, no commercio, na indústria e no funccionalismo publico de Joinville. Toda a jovialidade da vida pacata daquelles tempos teve origem nesse velho predio que a picareta está demolindo, como que desmoronando as recordações dos bons tempos de verdadeira e inreproduzivel cordialidade".

Termina, com a exposição das razões mais evidentes do êxito da colonização e industrialização, a história de Joinville e a crônica da Colônia Dona Francisca.

Muito se poderia ainda dizer a respeito do elemento humano que povoou a antigo colônia, uma análise da sua adaptação e assimilação ao nôvo meio. Interessante seria, por certo, fazer-se o estudo da sua influência na formação cultural da população e a participação de seus descendentes na política brasileira, considerando os aspectos sociais e econômicos.

Mas, desenvolver todos êsses problemas da evolução de Joinville, nos daria matéria para nova obra. Assim, ficam os apontamentos historiográficos da "História de Joinville" como uma base sólida para futuros trabalhos sôbre êste maravilhoso recanto da terra barriga-verde.

BIBLIOGRAFIA

Obras consultadas e citadas :

Documentos :

Manuscritos e documentos originais do Domínio Dona Francisca-Joinville.

Documentos da Diretoria do Departamento de Geografia e Cartografia - Florianópolis.

Coleção de documentos e correspondências do autor - Joinville.

Relatórios e Resoluções da Câmara Municipal de Joinville, 1897-1913, Arquivo da Prefeitura Municipal de Joinville.

Livros manuscritos e copiadores de correspondências entre a Direção da Colônia e o Govêrno, 1867-1896, coleção do autor.

Microfilmes do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação dos seguintes documentos existentes no Inst. Hist. e Geogr. brasileiro - Rio de Janeiro; Museu Imperial - Petrópolis; Biblioteca do Itamarati; Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro :

1.º — Contratos entre a Sociedade Colonizadora e o Govêrno Imperial.

2.º — Projet de loi fondamentale, 1853.

3.º — Relação das concessões e diversas cartas de Hamburgo e Rio de Janeiro referentes à Colônia Dona Francisca.

4.º — Pro-Memoria da Sociedade Colonizadora, 1853.

5.º — Correspondência de Léonce Aubé, desde 1850.

6.º — Mapas e plantas da Colônia Dona Francisca.

Periódicos e jornais :

Colonie-Zeitung, 1862 - 1941, Joinville.

Commercio de Joinville, 1905 - 1913, Joinville.

Gazeta de Joinville, 1905 - 1913, Joinville.

Gazeta de Joinville, 1877 - 1883, 1893, Joinville.

O Globo, 1884, Joinville.

O Democrata, 1884, Joinville.

Constitucional, 1886, Joinville.

Folha Livre, 1887, Joinville.

Reform, 1888, Joinville.

Sul, 1889, Joinville.

Joinvillenser Zeitung, 1905 - 1907, Joinville.

A Legalidade, 1892, São Bento.

Relatórios da Sociedade Colonizadora de 1851 - 1897 : "Berichte der Direction des Colonisations-Vereins von 1849", 1851 - 1897, Hamburg.